

capazes de transcender a setorização existente entre gerenciamento de recursos hídricos e gestão ambiental, articulando o desenvolvimento territorial com dimensões de justiça social e acesso à cidade, preservação ambiental e participação social envolvidas em um projeto de sociedade democrática e sustentável. Recurso hídrico, direito humano, território e identidade. Os textos que compõem esta obra percorrem uma parcela significativa do amplo e complexo campo relacionado à gestão das águas, oferecendo importantes subsídios para a pesquisa e reflexão necessários para a formulação de alternativas a um projeto de desenvolvimento que insiste na mercantilização da natureza e segregação socioespacial como condição de sua insustentabilidade. Sem querer esgotar o tema, temos em mãos um importante documento que mapeia experiências e aponta horizontes para a continuidade do diálogo disciplinar e instrução da nossa atuação consciente como educadores, pesquisadores e cidadãos. Fica nosso convite para navegar nestas águas futuras.

A abordagem da gestão da água enquanto recurso patrimonial do território se dirige especialmente às relações com ele mantidas por uma diversidade de populações - indígenas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores, quilombolas ou, nas cidades, habitantes de bairros populares, habitantes de bairros de classe média etc. Quaisquer que sejam os usos da água e suas funções: econômicas, sociais, culturais (simbólicas, identitárias), a diversidade, segundo contextos e situações, é bastante ampla. As análises então reunidas neste livro envolvem territórios nos quais estão presentes desafios da ambientalização no sentido encontrado em José Sérgio Leite Lopes (2006). Desafios que trazem especialmente como efeitos uma nova legitimidade a certos atores locais e seus compromissos, visibilizam e não raro ampliam os conflitos locais, ao mesmo tempo em que confortam os movimentos sociais e suas reivindicações.

Pierre Teisserenc
Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Gilberto de Miranda Rocha
Organizadores

Gestão da água

desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros



Pierre Teisserenc
Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Gilberto de Miranda Rocha
Organizadores

Para além de propostas abstratas de gestão compartilhada, o debate existente nas RESEX's revela a urgência na formulação de um projeto social de gestão das águas e governança territorial baseado em saberes e fazeres locais, ampliando as iniciativas dos planos de gestão ambiental e territorial indígena para todos os territórios de populações tradicionais, inseridos ou não em Unidades de Conservação. Para além do recurso natural, a água e o acesso a ela, é um direito e, como tal, repartido de forma perversamente desigual na reprodução da segregação socioespacial brasileira, e, neste sentido, se insere também na compreensão do fenômeno urbano contemporâneo. Assim, como ocorre em contexto rural, a apropriação social do território urbano é chave para a compreensão do alcance e das dificuldades encontradas para a institucionalização da participação popular nas instâncias administrativas de gestão da cidade. Pensar instrumentos de governança e gestão integrados e sustentáveis da água requer reconhecer seu papel estratégico no planejamento regional e em políticas públicas transversais

**GESTÃO DA ÁGUA:
DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS E
SOCIOTÉCNICOS
NA AMAZÔNIA E NO
NORDESTE BRASILEIROS**

Gestão da água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros

©2020, Pierre Teisserenc, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Gilberto de Miranda Rocha, Organizadores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Administração: João Cauby de Almeida Junior

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Edmar Tavares da Costa

Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Júnior

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Raimundo da Costa Almeida

Pró-Reitora de Relações Internacionais: Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Raquel

Trindade Borges

NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE

Diretor Geral: Gilberto de Miranda Rocha

Diretora Adjunta e Coordenadora Acadêmica: Maria do Socorro Almeida Flores

Coordenador do Programa de Formação Interdisciplinar em Meio

Ambiente: André Luís Assunção de Farias

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia: Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes

Coordenadora de Informação Ambiental: Olizete Nunes Pereira

Coordenador de Planejamento, Gestão e Avaliação: Daniel Aparecido da Silva

COMISSÃO EDITORIAL NUMA/UFPA

Robert Walker - University of Florida, USA

Pierre Teisserenc - Université Paris 13, França

Carlos Walter Porto Gonçalves - Universidade Federal Fluminense, Brasil

Ana Maria Vasconcellos - Universidade da Amazônia, Brasil

Gilberto de Miranda Rocha - Universidade Federal do Pará, Brasil

Olizete Nunes Pereira - Universidade Federal do Pará, Brasil

*Pierre Teisserenc
Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Gilberto de Miranda Rocha
Organizadores*

**GESTÃO DA ÁGUA:
DESAFIOS SOCIOPOLÍTICOS E
SOCIOTÉCNICOS
NA AMAZÔNIA E NO
NORDESTE BRASILEIROS**



CAPA
Ladrilho Design

PROJETO GRÁFICO
Ladrilho Design

REVISÃO TEXTUAL
Rosangela de Souza

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA, Belém, PA

G393g Gestão da água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no Nordeste brasileiros / Pierre Teisserenc, Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Gilberto de Miranda Rocha, Organizadores.— Belém:NUMA/UFPA, 2020.

480 p. : il. color.

Inclui referências

Publicado também no formato PDF

ISBN 978-65-88151-01-3

1. Água - Uso. 2. Políticas públicas. 3. Amazônia. 4. Brasil, Nordeste. I. Teisserenc, Pierre, Org. II. Teisserenc, Maria José da Silva Aquino, Org. III. Rocha, Gilberto de Miranda, Org.

CDD: 23. ed.: 333.91

Elaborado por Olizete Nunes Pereira - CRB2 - 1057

DISTRIBUIÇÃO
Editora NUMA/UFPA

IMPRESSÃO
Gráfica Halley S/A.

SUMÁRIO

- 7 Prefácio
Antonio Carlos Santana Diegues
- 13 Introdução: gestão sociopolítica da água como recurso patrimonial
*Pierre Teisserenc, Maria José da Silva Aquino Teisserenc,
Gilberto de Miranda Rocha*

PARTE I: GESTÃO SOCIOPOLÍTICA DA ÁGUA EM MEIO URBANO: RESPOSTAS A DESAFIOS SOCIOTÉCNICOS E AMBIENTAIS

- 33 Capítulo 1: Participação pelos conselheiros da cidade:
apropriação urbana e os desafios da representação em
Belém do Pará, uma metrópole amazônica
Jurandir Santos de Novaes
- 67 Capítulo 2: Os projetos de macrodrenagem na cidade de
Belém do Pará: o revelador de uma ambientalização cinza?
Igor Martinache, Clément Pin
- 100 Capítulo 3: Inundações urbanas e violações dos direitos
humanos na bacia do Una em Belém do Pará
*Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares, Sandra Helena Ribeiro Cruz,
José Alexandre de Jesus Costa*
- 123 Capítulo 4: La gestion de l'eau en milieu urbain:
le paradigme du "tout-au-reseau" en question
Thomas Ribémont, Caroline Betbedé

PARTE II: GESTÃO DA ÁGUA NO CAMPO: DELIBERAÇÃO POLÍTICA, DESAFIO IDENTITÁRIO E AMBIENTAL

- 141 Capítulo 5: Os comitês de bacia hidrográfica como estratégia de
desenvolvimento territorial no estado do Pará
Monaldo Begot da Silva Junior, Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes
- 168 Capítulo 6: Água, ator social, e os desafios dos saberes tradicionais na RESEX marinha Caeté-Taperaçu: o caso do plano de manejo
Marcelo do Vale Oliveira
- 195 Capítulo 7: Terrestre, ambientalização e poder: uma reflexão sobre a
experiência de Caeté-Taperaçu, uma RESEX marinha na Amazônia
Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Pierre Teisserenc

- 234 Capítulo 8: Dos seringais aos maretórios: r-existências nas RESEX marinhas da Amazônia
Josinaldo Reis do Nascimento, Roberta Sá Leitão Barboza

PARTE III: EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DA ÁGUA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O DESAFIO AMBIENTAL

- 267 Capítulo 9: Inserção regional da usina hidrelétrica Tucuruí: de enclave a projeto de desenvolvimento regional?
Gilberto de Miranda Rocha
- 292 Capítulo 10: A ordem global da usina hidrelétrica de Belo Monte e o lugar: uma análise a partir da comunidade de Boa Esperança, Altamira-PA
Barbara Eleonora Santos Teixeira, José Antônio Herrera
- 316 Capítulo 11: Anilzinho: margens de um rio amazônico tocantino levantam-se em “repique” social
Isaac Fonseca Araújo, Maria José da Silva Aquino Teisserenc
- 344 Capítulo 12: Barcarena, “nossa água virou um veneno”: neoextrativismo e construção social de desastres
Amanda Mesquita Cristo, Maria José da Silva Aquino Teisserenc

PARTE IV: FERRAMENTAS DE GESTÃO, MERCADO E USOS SOCIAIS DA ÁGUA

- 366 Capítulo 13: A construção da política regulatória para os recursos hídricos
Maria Dolores Lima da Silva, José Jorge Alves Costa
- 392 Capítulo 14: Mercados informais de água no semiárido paraibano
Luis Henrique Cunha, Roberto de Sousa Miranda, Douglas Cavalcante de Araújo
- 421 Capítulo 15: Os saberes da pesca e a cosmografia Tembé: entre lógicas de cooperação e dominação na defesa do rio Guamá
José Rondinelle Lima Coelho, Vanderlúcia da Silva Ponte
- 446 Capítulo 16: Aspectos geográficos, geopolíticos e socioeconômicos do gerenciamento integrado de recursos hídricos da bacia amazônica
Norbert Fenzl, Fernanda Nascimento
- 475 Autoras, autores

PREFÁCIO

É com prazer que prefaciamos esta coletânea de artigos que versam sobre um tema de grande importância não apenas regional ou nacional, mas que alcança repercussões planetárias e civilizacionais. A região amazônica atravessa uma situação crítica em razão das mudanças climáticas, das atividades de mineração que destroem e poluem os cursos de água, das queimadas que aumentam a cada ano, das grandes hidrelétricas e seus impactos ecológicos e sociais que se traduzem por sua vez em escassez e secas regionais em alguns grandes rios e enchentes sobretudo nas grandes cidades.

Além disso, a tendência para a privatização da água vai além do uso urbano e hoje atinge as Unidades de Conservação. Com o aumento da escassez de água potável, os parques e reservas indígenas serão, no futuro, provavelmente, reservatórios privilegiados para serem explorados por empresários do setor de distribuição de água potável. Nesse processo, serão mais atingidos os povos e comunidades tradicionais ribeirinhas que dependem dos rios limpos e despoluídos para suas diversas atividades econômicas e sociais.

O recente fortalecimento do discurso desenvolvimentista e neoexortativista - que tem justificado ideologicamente o avanço descontrolado da predação fundiária e da degradação socioambiental observado em todo o país -, torna ainda mais urgente e pertinente o esforço de reflexão proposto nesta obra. Mudanças climáticas, empobrecimento da sociobiodiversidade e segregação urbana são elementos constituintes e sistêmicos de um modelo de desenvolvimento e não meras patologias temporárias, localizáveis e controláveis.

Parece ser consenso entre os modelos utilizados para acompanhar as mudanças climáticas que a região amazônica se tornará mais quente e seca, acarretando alterações significativas no regime de chuvas e

consequente disponibilidade de água, com impactos ainda não dimensionados na segurança hídrica, alimentar, energética e socioambiental para milhões de pessoas do continente. Previsões apresentadas em seguidos relatórios do *Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC)*, têm alertado para as consequências da perversa sinergia que se estabelece entre mudanças climáticas e desmatamento e que trazem para o âmbito do possível a instalação de um novo clima na Amazônia nas próximas décadas. Eventos extremos como as secas de 2005 e 2018, ou grandes enchentes devem se tornar cada vez mais intensas e frequentes. As áreas de espelho d'água correspondentes aos rios, lagos e alagados amazônicos tiveram redução de cerca de 350 quilômetros quadrados por ano entre 1985 e 2017¹.

As usinas hidrelétricas são simbólicas deste modelo insustentável de desenvolvimento regional, que impõem dinâmicas de reconfiguração territorial cujas repercussões diretas e cumulativas sequer foram avaliadas adequadamente. Existem atualmente 221 hidrelétricas em operação e em implantação na Amazônia, 27 delas de grande porte, outras 35 se encontram em diferentes etapas de implantação. Além dessas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) já identificou 251 locais com potencial hidrelétrico, para uma capacidade total estimada para a bacia amazônica de quase 700 usinas hidrelétricas.

Organizações Não Governamentais que atuam na região alertam que de cada dez watts gerados por estas hidrelétricas em implantação, seis seriam às custas de impactos diretos em terras indígenas e quilombolas, Parques Nacionais e outras Unidades de Conservação. O “Complexo Hidrelétrico Tapajós”, por exemplo, prevê a inundação de cerca de 200 mil hectares de floresta contínua e protegida por unidades de conservação como o Parque Nacional da Amazônia, impactando diretamente e dramaticamente comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas e extrativistas e cerca de 2 mil quilômetros de território indígena, principalmente da etnia Munduruku. As hidrelétricas planejadas nos rios Aripuanã e Roosevelt impactam, por sua vez, 12 unidades de conservação de proteção integral do Mosaico de Apuí, região considerada

1. SOUZA Jr. KIRCHHOFF, OLIVEIRA, RIBEIRO & SALLES. Term Annual Surface Water Change in the Brazilian Amazon Biome: Potential Links with Deforestation, Infrastructure Development and Climate Change. Water 2019, 11, 566, pág.9.

de prioridade extremamente alta para conservação pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2006.

Soma-se a essas as mais de 50 mil pequenas barragens construídas para atender principalmente às atividades pecuária e de exploração mineral. Concentradas no “arco do desmatamento”, essas pequenas barragens irradiam para a escala local o processo de interrupção do curso dos rios e riachos das grandes barragens hidrelétricas que drena grandes áreas de várzeas, igapós e matas ciliares, afetando ciclos reprodutivos de espécies aquáticas e a vida das populações ribeirinhas².

O avanço da exploração mineral é outro importante vetor de impacto socioambiental, principalmente se considerarmos que parte significativa da atividade ocorre de forma ilegal e pulverizada dos garimpos, modelo de exploração especialmente formatado para atuar criminosa-mente em áreas de proteção ambiental e territórios tradicionais. Apenas contabilizando os mais de 4 mil pedidos formais de processos minerários que incidem em Terras Indígenas que, se autorizados, ocupariam mais de 30 milhões de hectares ou cerca de 26% de todo o território indígena demarcado na Amazônia.

Mineração, desmatamento, grilagem, agronegócio e suas ramificações, estradas, portos, linhas de transmissão: a ocupação e o acervo de ameaças à sociobiodiversidade amazônica se amplia e acelera exponencialmente. Este, no entanto, é um processo que não ocorre em silêncio ou no vazio. Água é também território, espaço de vida e representação. A demanda pelo reconhecimento de territórios tradicionais ribeirinhos atingidos por barragens, exemplifica como conflitos socioambientais e fundiários agem como catalisadores de dinâmicas coletivas de resistência e apropriação identitária do território.

A relação com a água passa a estar impregnada de significações relacionadas à identidade e resistência de um sujeito coletivo que se mobiliza em defesa do direito de ocupar e transmitir seu território e patrimônio cultural herdado das gerações ancestrais, desenhando o lugar antropológico para a elaboração de um projeto autônomo de permanência e singularidade.

2. Ibid. pág.10

A condição tradicional de um território, nesse sentido, não está ligada à antiguidade da ocupação ou à originalidade do conteúdo cultural de seus ocupantes, mas ao modo tradicional de o ocuparem através de seus usos, seus costumes e suas tradições, isto é, através de regimes de propriedade, formas de gestão e de nomeação que singularizam a comunidade enquanto grupo que age coletivamente, produzindo e compartilhando um patrimônio identitário comum e, deste modo, enfrentando as compulsões impostas pela expansão da sociedade burguesa ou não tradicional.

A bandeira de *maretório* levantada por pescadores e extrativistas costeiros expressa sua luta pelo reconhecimento de direitos territoriais *sui generis*, e traduz politicamente a voz de resistência contra dinâmicas de *desapropriação* social vivenciada cotidianamente pelas comunidades. Reverbera demandas das comunidades das Reservas Extrativistas Marinhais por plena participação na gestão de seus territórios tradicionais, completando deste modo o processo iniciado na elaboração do SNUC, que vislumbrou o vínculo estrutural existente entre preservação ambiental e formas tradicionais de sociabilidade e que ainda aguarda sua efetiva implementação.

Apesar dos significativos avanços relacionados ao reconhecimento institucional dos territórios tradicionais nas estratégias conservacionistas que constam do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), é necessário estar atento aos riscos que a equiparação dos Territórios Tradicionais com as Unidades de Conservação possam acarretar na perda de autonomia das comunidades, consagrando, a partir da legislação ambiental, a tutela do Estado sobre os territórios ancestrais dessas populações.

Para além de propostas abstratas de gestão compartilhada, o debate existente nas RESEX's revela a urgência na formulação de um projeto social de gestão das águas e governança territorial baseado em saberes e fazeres locais, ampliando as iniciativas dos planos de gestão ambiental e territorial indígena para todos os territórios de populações tradicionais, inseridos ou não em Unidades de Conservação.

Para além do recurso natural, a água e o acesso a ela, é um direito e, como tal, repartido de forma perversamente desigual na reprodução da segregação socioespacial brasileira, e, neste sentido, se insere também

na compreensão do fenômeno urbano contemporâneo. Assim, como ocorre em contexto rural, a apropriação social do território urbano é chave para a compreensão do alcance e das dificuldades encontradas para a institucionalização da participação popular nas instâncias administrativas de gestão da cidade.

Pensar instrumentos de governança e gestão integrados e sustentáveis da água requer reconhecer seu papel estratégico no planejamento regional e em políticas públicas transversais capazes de transcender a setorização existente entre gerenciamento de recursos hídricos e gestão ambiental, articulando o desenvolvimento territorial com dimensões de justiça social e acesso à cidade, preservação ambiental e participação social envolvidas em um projeto de sociedade democrática e sustentável.

Recurso hídrico, direito humano, território e identidade. Os textos que compõem esta obra percorrem uma parcela significativa do amplo e complexo campo relacionado à gestão das águas, oferecendo importantes subsídios para a pesquisa e reflexão necessários para a formulação de alternativas a um projeto de desenvolvimento que insiste na mercantilização da natureza e segregação socioespacial como condição de sua insustentabilidade.

Sem querer esgotar o tema, temos em mãos um importante documento que mapeia experiências e aponta horizontes para a continuidade do diálogo disciplinar e instrução da nossa atuação consciente como educadores, pesquisadores e cidadãos. Fica nosso convite para navegar nestas águas futuras.

*Antônio Diegues
Adrian Ribaric
NUPAUB/ USP*

GESTÃO DA ÁGUA

INTRODUÇÃO: GESTÃO SOCIOPOLÍTICA DA ÁGUA COMO RECURSO PATRIMONIAL

Pierre Teisserenc

Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Gilberto de Miranda Rocha

Este livro representa em grande parte a linha de chegada dos resultados de pesquisa do projeto “Desafios sociopolíticos da gestão da água e governança territorial”. Um projeto (2017-2020) que contou com recursos do CNPq¹ e foi executado como iniciativa acadêmica mais recente de uma cooperação, iniciada ainda nos anos 2000, entre Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará e a Universidade Paris 13 (Sorbonne – Paris – Cité). Os resultados de tal projeto foram apresentados e debatidos publicamente por ocasião da sexta edição de uma série de eventos acadêmicos chamada Colóquio Franco-Brasileiro, realizada em outubro de 2019, em Belém (PA).

Essa atividade, assim como a edição de um livro, foram previstas no projeto cujo objetivo geral, que permaneceu atual durante a realização das pesquisas, consistiu em analisar como a questão da gestão da água assume o caráter gerador de conflitos sociais colocando em causa o desenvolvimento do território - urbano ou rural -, em contextos marcados pela intervenção das autoridades públicas, quer seja da União, dos Estados ou dos Municípios e como o conjunto de atores implicados utiliza instrumentos de políticas públicas, a partir de seus saberes e práticas, atuando em Conselhos Deliberativos e outras instâncias de participação, para produzir acordos.

1. Chamada Universal MCTI/CNPq 01/2016.

No contexto amazônico, presente em quase todas as pesquisas apresentadas nesse livro, a água é apreendida enquanto recurso, portador de desafios vários para as populações, em termos de consumo, de saúde, de higiene, de qualidade de vida, mas também em razão das muitas atividades produtivas dela dependentes, como a pesca, o lazer, a energia, o transporte ou ainda a transformação industrial. Esses desafios se apreciam por critérios quantitativos e qualitativos, os quais levam, em primeiro lugar, a desconstruir a representação muito viva no imaginário coletivo da Amazônia, simbolizando uma fonte de água abundante, suficiente e satisfatória para as populações e o desenvolvimento das atividades produtivas.

Nesse imaginário, não é considerado o sistema fluvial do Amazonas marcado por importantes variações de vazão² capazes de alterar de maneira significativa a ponto de perturbar as condições de vida das populações. Fenômenos que produzem danos às infraestruturas, bloqueiam meios de transporte e, portanto, produzem efeitos desfavoráveis à economia da região; e igualmente produzem importantes problemas sanitários, origem de epidemias de diarreia, de hepatite, de febre tifoide. Constata-se, com efeito, que variações hidrológicas extremas vêm-se multiplicando nos últimos anos (secas sem precedentes em 2005 e 2010; inundações históricas em 2009³, 2012 e 2014). Enquanto as enchentes dos rios amazônicos são tradicionalmente atribuídas ao fenômeno El Niño, a comunidade científica considera a hipótese da ligação entre os fenômenos indicados e a mudança climática global⁴. E assim, há de se levar em conta também que a gestão da água constitui sobretudo um

2. Essas variações são estudadas desde 2003 pelo HYBAM (Hydrologie et Biogéochimie du Bassin Amazonien). O HYBAM reúne laboratórios de pesquisa francês e sulamericano e agências nacionais gestoras da água. <http://www.insu.cnrs.fr/node/1307>. Os dados produzidos estão disponíveis no site <http://www.ore-hybam.org/index.php/fre/>.

3. As enchentes de 2009 atingiram níveis inéditos nos últimos 100 anos. As variações no nível das águas, de mais de 13 metros, levaram a inundações e secas históricas (O Globo, 27 de dezembro de 2009).

4. Comunicação do IRD (Institut de Recherches et Development), em 25 de março de 2014. <http://www.ird.fr/toute-l-actualite/actualites/communiques-et-dossiers-de-presse/cp-2014/crue-exceptionnelle-dans-le-bassin-de-l-amazone-les-chercheurs-de-l-ird-et-leurs-partenaires-mobilises>.

desafio ambiental para acordos internacionais sobre uma gestão racional e razoável das águas entre os países da bacia amazônica.

Questão tratada em um dos artigos desse livro, os acordos internacionais nos ajudam a apreciar o sistema geral e complexo no qual se integram os respectivos programas nacionais. Com exceção desse quadro geral, cuja apresentação mostra-se indispensável à compreensão dos interesses e motivos das escolhas nacionais, as pesquisas apresentadas neste livro privilegiaram a análise da gestão da água a partir de territórios específicos (ROCHA *et al*, 2009 e RAFESTIN, 1993), considerando que, para cada um, os perímetros não se justificam unicamente por critérios administrativos mas por integrarem esses mesmos territórios, características de iniciativas e exigências de desenvolvimento segundo modalidades e práticas as quais, em função das circunstâncias, interpelem a *governança* desses territórios (ZUINDEAU, 2000 e THEYS, 2002). Nesse sentido, a água é então apreciada enquanto *bem comum*, um *recurso patrimonial do território*, de valor estratégico, posto que é produtor de efeitos a longo prazo no território (TEISSERENC, 2013). É, aliás, a propósito e de acordo com a compreensão de Bruno Latour (2006) que a água pode se impor como um ator-rede do território, levado a desempenhar um papel decisivo em benefício de sua evolução.

A abordagem da gestão da água enquanto recurso patrimonial do território se dirige especialmente às relações com ele mantidas por uma diversidade de populações - indígenas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores, quilombolas ou, nas cidades, habitantes de bairros populares, habitantes de bairros de classe média etc. Quaisquer que sejam os usos da água e suas funções: econômicas, sociais, culturais (simbólicas, identitárias), a diversidade, segundo contextos e situações, é bastante ampla. As análises então reunidas neste livro envolvem territórios nos quais estão presentes desafios da *ambientalização* no sentido encontrado em José Sérgio Leite Lopes (2006). Desafios que trazem especialmente como efeitos uma nova legitimidade a certos atores locais e seus compromissos, visibilizam e não raro ampliam os conflitos locais, ao mesmo tempo em que confortam os movimentos sociais e suas reivindicações.

Esse contexto de *ambientalização* se afirma no Brasil, após o retorno da democracia em fins dos anos de 1980, como uma vontade política em promover novas modalidades de *gestão dos territórios pela participação*, seja em políticas locais de urbanização, de saúde, ou de educa-

ção; seja no âmbito de políticas ambientais conservacionistas através de áreas protegidas como as Unidades de Conservação. Pela participação, às atividades de deliberação, nesse contexto, conferem legitimidade, o que contribuirá para a renovação de práticas da democracia local. É, em particular, o papel e a função desempenhados pelos Conselhos Deliberativos (GOHN, 2007) das Resex, das Secretarias de Meio Ambiente dos municípios (LEITE LOPES, 2006), ou pelas instâncias de concertação, implementadas para acompanhar a realização de obras de infraestrutura como a construção de barragens (ROCHA, 2003).

Vários dispositivos de gestão deste recurso estratégico nos territórios amazônicos urbanos caracterizados por uma demografia de crescimento rápido (PEREIRA, 2012) constituíram-se em objeto de análise no presente livro. De fato, do ponto de vista da construção dos espaços urbanos, a Amazônia brasileira apresenta características bastante singulares. Uma das mais importantes dessas características é a persistência da coexistência de territórios de grande densidade e de baixa densidade demográficas, sem transição intermediária. Resulta disso então uma vizinhança imediata de espaços dominados pelas atividades urbanas e de espaços dominados pelas atividades rurais. Esta fratura do espaço é bem presente em métrópoles urbanas como Belém, em cidades de porte médio como Santarém (300.000 hab.), ou em cidades menores como Cameta (130.000 hab.) e Bragança (120 000 hab.). Portanto, nesse contexto, como em outros, é muito difícil sustentar a separação radical entre metrópoles e cidades de outro porte (PEREIRA, 2012).

Aspecto fundamental desse fenômeno único é a presença do rio a funcionar como sociossistema organizado, capaz de inventar uma realidade cultural original que, conforme Néstor Garcia Canclini (2011), manifesta-se por intercâmbio de objetos urbanos como bacias, utensílios, alimentos da agroindústria, telefones celulares, e assim por diante, ligados a uma vida social, simultaneamente pontual e regular, feita de interações comerciais, de convivialidades e de confrontos. As pessoas se encontram, falam-se, divertem-se em jogos improvisados, disputam e se enfrentam. A violência latente está lá sempre pronta a atualizar-se. Em tal contexto, interessa-nos particularmente apreender a água enquanto recurso portador de desafios para a população, em termos de acesso ao seu consumo, de condições de saúde, de higiene e de qualidade de vida.

Em uma urbanização rápida, como ocorre na Amazônia, o acesso à água, mais especificamente em termos de serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, é extremamente deficitário. Em números, isso quer dizer que 64,4% dos habitantes das cidades têm acesso à água potável, 4,5% são beneficiários de esgotamento sanitário adequado, e somente 5,6% do esgotamento é tratado antes de despejado nos cursos d'água (BRITTO, 2010). A gestão desses serviços suscita, de maneira permanente, iniciativas governamentais cujo quadro legal e institucional atribui competência a autoridades públicas locais, regionais e federais.

No Brasil, a gestão das águas realizada pelas autoridades públicas, inicialmente, seguiu um modelo centralizado, confiando-se o essencial das responsabilidades ao Estado nos níveis federal e no das unidades federativas. Por isso, nos anos de 1960, os municípios foram obrigados a conceder a gestão da água a companhias públicas estaduais, as CESB (Companhias Estaduais de Saneamento), as quais, por sua vez, se submetiam a um planejamento e direção nacionais. Em seguida, em fins dos anos de 1980, sob os auspícios da redemocratização, importantes reformas foram adotadas, objetivando favorecer um modo de gestão, considerando desafios regionais e locais (leis de 1997 e de 2007, sobre abastecimento e saneamento).

Aos municípios então pouco a pouco foram sendo atribuídas responsabilidades quanto à organização e regulação dos serviços da água (BRITTO, 2011); responsabilidades em termos de definição de normas de prestação de serviços (técnicos, econômicos e sociais), com base nas quais, em seguida, se delega a gestão dos serviços a uma CESB ou a uma empresa privada, ou até mesmo se opera a gestão através de agências públicas intermunicipais.

Considerando a imbricação complexa de todos esses desafios impostos, não só às realidades amazônicas, mas também às realidades africanas e as do nordeste brasileiro⁵, ao mesmo tempo sociais, econômicos,

5. Ver os capítulos 4 e 14, contribuições de colegas convidados com os quais nossos trabalhos dialogam. Uma oportunidade rica em intercâmbio de abordagens e de confrontação de campos de pesquisa em territórios diversos, importante estímulo à atualização permanente do conhecimento e debate sobre água, seus usos, formas e condições socioculturais e políticas de acesso e de gestão.

técnicos e políticos, a maneira mais pertinente de se abordar a gestão urbana da água é pela perspectiva da sociologia da ação pública a partir da hipótese segundo a qual a renovação dos dispositivos institucionais previstos pela lei não implica necessariamente mudanças políticas e sociais significativas (STREECK e THELEN, 2005). Nesse caso, trata-se de apreciar como são utilizados os instrumentos de política pública da gestão da água em cidades como Belém, Tucuruí, Altamira ou outras, além da Amazônia, perguntando-se sobre seus efeitos em termos de capacidade de ação coletiva e, no limite, de governança territorial (PASQUIER *et al.*, 2007; BROCHET e PECQUEUR, 2015).

Em razão dos desafios para o controle coletivo do processo de urbanização e considerando as variações climáticas já referidas, uma das condições para uma adequada gestão coletiva da água é sua realização transversal e territorial (BARRAQUÉ e PINCETL, 2010), englobando problemáticas residenciais, sanitárias, econômicas (especialmente hidrelétricas e agrícolas) e ambientais. Tal modo de gestão confronta-se a usos que se estruturam e se geram, em grande parte de maneira informal, fora de dispositivos de controle institucionais de gestão da água. Esse modo de funcionamento explica por que as instituições, agências, comitês encarregados dos serviços da água tendem a se transformar em lugares privilegiados de expressão de conflitos (CALLON *et al.*, 2001; BRITTO; FORMIGA-JOHNSON, 2009).

À abordagem da gestão da água em meio urbano pela sociologia da ação pública cabe integrar a perspectiva sociológica das ciências e técnicas aplicadas às problemáticas ambientais (LATOUR, 1999). Uma sociologia que considera a estruturação dos interesses e conflitos em torno da gestão da água como contingente dada a evolução dos conhecimentos e das especializações sobre a água que se desenvolvem (AUBRIOT e RIAUX, 2013; FERNANDEZ, 2014), assim como as inovações sociais e técnicas de uso e de gestão (JAGLIN, 2004).

Desse modo, justifica-se o interesse pela maneira como são apreendidos os novos dispositivos de gestão da água, assim como as modalidades de ligação de unidades individuais de consumo às redes e o estatuto dos serviços de gestão, para compreender a contestação dos programas públicos (DINIZ, 2010; BRITTO, 2011) e as críticas dos serviços encarregados de gerenciá-los.

No livro, além disso, um lugar importante é reservado à gestão da água em um contexto de ambientalização de territórios rurais, em particular daqueles que escolheram – e que foram escolhidos por um dos instrumentos de política pública emblemático das políticas ambientais do Brasil, isto é, as Unidades de Conservação e, em meio a essas, as Reservas Extrativistas Marinhais (TEISSERENC, 2009).

A implantação local, decretada pelo poder público federal que intervéem e apoia uma mobilização do movimento social, comumente representa um verdadeiro desafio em termos de redesenvolvimento territorial a partir das exigências ambientais, fundamentos da mobilização e do reconhecimento das populações tradicionais presentes no território. Tal desafio, que concerne, na origem, aos espaços rurais dos territórios, interpela pouco a pouco o conjunto do território do município e, sobretudo, sua sede, que termina por ser solicitada, senão obrigada, a se implicar em um desenvolvimento ambiental de seu território.

A criação dessas Resex, acompanhada pela disponibilização de recursos diversos⁶ e de parcerias locais, chamadas a se estruturarem no âmbito do Conselho Deliberativo, podem produzir efeitos – sempre que certas condições são atendidas⁷ –, em termos de mudanças significativas do contexto local no qual a gestão da água pode se tornar o pretexto para uma mobilização das populações dispostas a defender o presente e o futuro de seu território e para manifestação de novas reivindicações de base identitária por essas mesmas populações (BERNO DE ALMEIDA, 2008). Nessa dinâmica é posto em causa o reconhecimento dos conhecimentos, *seus saberes nativos* (CERTEAU, 1980), em relação à sua cultura e a seu território de ocupação (SAQUET; SPOSITO, 2009).

Nesses contextos fortemente marcados pela intervenção dos poderes públicos nacionais e pela afirmação da vontade em promover novas

6. Aos apoios públicos para melhoramento de habitações e para aquisição de equipamentos de pesca convém acrescentar os diagnósticos, os planos de gestão e/ou de manejo, o Conselho Deliberativo, as parcerias e os apoios sociotécnicos dos quais se beneficiam as populações locais.

7. Entendemos por “condições favoráveis” aquelas que resultam de alianças políticas locais que permitem às populações tradicionais se aliar ao poder local e, em contrapartida, ao prefeito de participar diretamente do Conselho Deliberativo, permitindo-se julgamento de seu trabalho como parte dos debates e decisões tomadas nessa instância.

formas de gestão dos territórios com a participação das populações, esta situação nova se caracteriza pela importância conferida aos debates no seio de instâncias como os Conselhos Deliberativos, os quais se impõem gradativamente como lugares de aprendizagens coletivas na forma de “fóruns híbridos sociotécnicos” (CALLON *et al.*, 2001).

A experiência desses Conselhos demonstra ser a eficiência da gestão participativa da água, por eles promovida, resultado de um trabalho conduzido por atores locais engajados na deliberação e da conscientização sobre a importância da água como recurso do território pelas populações ali representadas. Assim como depende, a eficiência da referida gestão, do interesse despertado em suas populações pelo desenvolvimento sustentável do conjunto do território. Esta tomada de consciência se manifesta em particular a partir das preocupações com os usos das águas e com a gestão do lixo doméstico, origem de poluição.

A respeito dos usos da água, existem evidentemente as atividades da pesca e de coleta de crustáceos, atividades ligadas à vida doméstica cotidiana (preparação de alimentos, higiene e água potável), mas também existem usos recreativos vários, origem de conflitos resultantes da difícil coexistência entre as necessidades dos turistas e as das comunidades tradicionalmente habitantes de territórios estuarinos e litorâneos.

Quanto aos problemas de poluição, eles dizem respeito, ainda mais especialmente à gestão do esgotamento sanitário que, despejado *in natura* em rios e mares, transformam a qualidade das águas, prejudicando comunidades ribeirinhas e praieiras. Pelo movimento das marés, as águas poluídas retornam às margens provocando contaminações e, além disso, as comunidades também sofrem com a baixa significativa da rica fauna aquática de áreas de manguezais.

O tratamento de tais situações no âmbito das Resex pode dar origem a novas práticas de governo local, justificadas pelos desafios ambientais, acompanhados de experimentações e de aprendizagens coletivas pelos atores engajados nas deliberações quer se trate das populações tradicionais, dos representantes políticos eleitos, dos técnicos quer se trate dos *experts*.

É em tal contexto de aprendizagem e de inovação que parece pertinente avaliar as mudanças resultantes da gestão da água, que põem em causa o engajamento dos atores no trabalho do Conselho Deliberativo e o uso a que são levados a fazer das novas ferramentas à sua disposição,

tais como os diagnósticos, planos de uso, de gestão e/ou de manejo da Unidade de Conservação, assim como de recursos materiais e imateriais tais como: os financiamentos, as competências dos serviços técnicos e a legitimidade que lhes confere seu reconhecimento pelos poderes públicos nacionais.

Percebe-se que, quando nos contextos locais se consegue produzir condições favoráveis ao desenvolvimento de tais práticas, a combinação entre as relações interinstitucionais resultantes e essas novas práticas de atores locais dispostos a trabalhar em conjunto, podem dar origem a uma governança territorial de tipo ambiental.

Aos desafios da gestão da água em contextos urbanos e rurais, para satisfazer a grande diversidade de necessidades de suas populações, acrescentam-se as imposições da exploração industrial da água como fonte de energia e de insumo na transformação mineral, e, ao mesmo tempo, suporte privilegiado na logística de transporte de bens e pessoas. Tais desafios estão na origem da construção de barragens cuja exploração ocupa regularmente as mídias nacionais e internacionais dados os conflitos socioambientais causados por esses empreendimentos contrários à defesa de ecossistemas e aos interesses de muitas populações, como é o caso de populações em Tucuruí e Altamira (ROCHA *et al*, 2009).

Existe, de fato, uma discussão que tem despertado grande interesse na pesquisa urbana e regional na Amazônia e que diz respeito especificamente à relação entre grandes projetos hidrelétricos e a dinâmica populacional, com destaque para a problemática de uso local e global da água (ARAGÓN, 2003). Estudos que fundamentam tal discussão estão na origem de uma literatura, que vem sendo produzida desde os anos de 1970, sobre a problemática populacional e ambiental gerada pela instalação de grandes empreendimentos hidrelétricos, tanto no que se refere às cidades, aos espaços rurais, e às populações indígenas, ribeirinhas, migrantes e assentadas.

Nesses estudos sobre as transformações territoriais nos planos regional e local, particularmente coloca-se a ênfase nas relações entre a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia e a dinâmica populacional, com destaque para a problemática de uso e de gestão da água em um processo de redistribuição espacial da população, o que, evidentemente, contribui para a compreensão das implicações demográficas e territoriais de projetos hidrelétricos.

A situação de Tucuruí é das mais significativas em termos de desafios de gestão da água. Uma situação que tem se alterado ao longo do tempo, sobretudo a partir da construção da hidrelétrica. No período compreendido entre 1940 e 1975, o gerenciamento do sistema local de abastecimento foi atribuído a uma parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal e a Companhia da EFT (Estrada de Ferro Tocantins); depois, de 1975 até 1999, o poder público do Estado do Pará passa a ser o responsável pelo gerenciamento do sistema pela Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará), empresa pública estadual responsável. Note-se que, naquele contexto, a construção da Usina Hidrelétrica provocou um expressivo crescimento populacional e consequentemente uma maior pressão sobre os serviços públicos e sobre a infraestrutura urbana existente. Mais recentemente, em 2001, ocorre a municipalização do sistema de abastecimento e é criada uma empresa pública municipal, a *Nossa Água*. No entanto, os problemas evidenciados permanecem e estão se agravando devido, em parte, à grande pressão exercida nos mananciais que servem o sistema de abastecimento de água municipal.

A experiência de Tucurui oferece, então, um quadro de análise para o exame da situação posterior em Altamira (PA) quando da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. A Usina Hidrelétrica, considerada, primeiro, como um objeto técnico, mantém uma interface direta com o ambiente, alterando a sua dinâmica, principalmente no sistema hidrológico local. Segundo, a Usina se apresenta também como objeto social que interfere na dinâmica do território (ROCHA, 2003), nas formas de apropriação e uso da água - seja na cidade seja no campo -, um recurso indispensável à reprodução coletiva.

A construção de uma barragem origina conflitos que mobilizam o poder público local e diversos atores envolvidos como pescadores, associações de moradores, movimentos sociais (MAGALHÃES *et al*, 1996). Nessa mobilização, a questão da gestão da água se constitui em problema político gerador de conflitos sociais e interpelador do desenvolvimento do território, em contextos marcados pela intervenção das autoridades públicas, nos quais conjuntos de atores implicados utilizam os instrumentos de política pública no tratamento desses conflitos. Da mesma maneira, como já evocado a propósito das Resex, a gestão desses conflitos depende em grande parte da possibilidade das populações se implicarem em instâncias como os Conselhos, objetivando influenciar

decisões sobre a gestão do território e a definição de políticas públicas, de acordo com seus conhecimentos e práticas. Desse ponto de vista, a gestão da água é uma questão, ao mesmo tempo, de caráter sociotécnico, ambiental e sociopolítico. E o desafio maior, local e global, é o da mudança de um modelo democrático para uma governança ambiental!!

Prefaciado por Antonio Carlos Diegues e Adrian Ribaric, colegas do Nupaub (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras) / Universidade de São Paulo, a quem somos imensamente gratos, o livro está estruturado em quatro partes, cada uma com quatro capítulos, reunindo contribuições de pesquisadores diretamente vinculados ao projeto de pesquisa “Desafios Sociopolíticos da Gestão da Água e Governança territorial”, referido inicialmente, de colegas que participaram do Colóquio e outros convidados amazônicas, brasileiros e franceses, a cujos interesses de pesquisa e/ou de atuação na gestão pública, assim como no movimento social, fomos ao encontro.

Na primeira parte, intitulada “Gestão sociopolítica da água em meio urbano: respostas a desafios sociotécnicos e ambientais”, reunimos as contribuições de Jurandir Santos de Novaes; Igor Martinache e Clément Pin; Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares, Sandra Helena Ribeiro Cruz e José Alexandre de Jesus Costa e; Thomas Ribémont e Caroline Betbedé.

No capítulo 1, “Participação pelos conselheiros da cidade: apropriação urbana e os desafios da representação em Belém do Pará, uma metrópole amazônica”, Jurandir Santos de Novaes traz ao leitor interessante discussão sobre a incidência da participação popular, mediando o planejamento no período de 1997 a 2004, na maior cidade da Amazônia, Belém do Pará. O foco é sobre a experiência do “Congresso da Cidade”, no qual se engendrou uma mobilidade dos participantes, especialmente dos conselheiros, dada pelas próprias exigências do seu papel de representante no Conselho da Cidade e no Conselho Distrital. Por isso a referência a participações e incidências da participação em relação à apreensão da cidade via sistemas urbanos, projetos, intervenções, em um território relativizado como enunciado político-administrativo e mais afirmado quanto território praticado, usado.

No capítulo 2, “Os projetos de macrodrenagem na cidade de Belém do Pará: o revelador de uma ambientalização cinza?”, Igor Martinache e Clément Pin, a partir do conceito de ambientalização, e seus recortes,

verde e marrom, assumem a perspectiva da dimensão ecológica e territorial cada vez mais significativa de certos conflitos sociais. Com base na comparação de dois projetos de macrodrenagem urbana na cidade de Belém do Pará, onde a água ocupa um lugar muito especial e ambivalente, os autores propõem destacar certos contornos do que poderia ser descrito como uma ambientalização *cinza*, para a análise de grandes projetos urbanos. Oportunamente, o leitor é convidado a romper com um certo determinismo técnico ou materialista no que diz respeito à concepção e execução de grandes obras, bem como com a tendência de separar as dimensões social, política e ecológica, assim como opor cidade e natureza.

No Capítulo 3, “Inundações urbanas e violações dos direitos humanos na Bacia do Una em Belém do Pará”, os autores Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares, Sandra Helena Ribeiro Cruz, José Alexandre de Jesus Costa, trazem ao livro o resultado de pesquisas e atividades de apoio técnico realizadas no âmbito da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, junto ao movimento social urbano denominado FMPBU (Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una). Destaca-se nessa contribuição a análise da violação de direitos humanos e a visibilidade conferida a uma luta social que vem denunciando relações entre inundações e um saneamento inconcluso em uma das múltiplas bacias hidrográficas sobre as quais se assenta Belém, a capital do Pará. Um importante subsídio a outros movimentos sociais envolvidos com as lutas pelo Direito à Cidade.

No Capítulo 4: La gestion de l'eau en milieu urbain: le paradigme du “tout-au-reseau” en question”, Caroline Betbedé e Thomas Ribémont demonstram como na urbanização a gestão da água passa a seguir o paradigma do “tout-au-réseau”. Um paradigma que, de fato, mostrou-se eficiente para a saúde pública nos países ditos desenvolvidos, sendo alçado a modelo. A reprodução desse modelo nos países em desenvolvimento e/ou emergentes trouxe à luz a não universalidade da figura dominante do sistema convencional. Primeiro, dada a multidimensionalidade das relações entre as populações e a água, assim também as representações coletivas que envolvem este recurso. Segundo, por persistirem as desigualdades de acesso à água. Como alternativa ao “tout-au-réseau”, no caso estudado na África subsahariana, descrita pelos autores, é ressaltada a possibilidade de articular dispositivos descentralizados, há muito marginalizados, pois vistos como concorrentes,

a estruturas centralizadas existentes. Articulação já constituída em realidade urbana, o que não pode mais continuar invisibilizado.

Na Parte II, “Gestão da água no campo: deliberação política, desafio identitário e ambiental” foram reunidas as contribuições de Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes e Monaldo Begot da Silva Junior; Marcelo do Vale Oliveira; Maria José da Silva Aquino Teisserenc e Pierre Teisserenc; Josinaldo Reis do Nascimento e Roberta Sá Leitão Barboza.

No Capítulo 5, “Os Comitês de bacia hidrográfica como estratégia de desenvolvimento territorial no estado do Pará”, Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes e Monaldo Begot da Silva Junior refletem sobre a estratégia de gestão de bacias hidrográficas por meio de comitês como contribuição para o desenvolvimento territorial do Estado do Pará. O caso acompanhado no estudo dos autores é o da implementação e operação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim, considerado o primeiro parlamento das águas do Pará, fórum estratégico para o desenvolvimento territorial do nordeste do Estado. Integrado a uma dinâmica de reconstrução da Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará, o comitê é percebido como uma resposta à necessidade de territorialização de um desenvolvimento de caráter inovador e descentralizado, fundado em concepções de acesso e uso locais dos recursos naturais.

No Capítulo 6 “Água, ator social, e os desafios dos saberes tradicionais na Resex marinha Caeté-Taperaçu: o caso do plano de manejo”, Marcelo do Vale Oliveira aborda a questão das relações entre saberes técnico-científicos e formas de conhecimento ditas tradicionais na construção participativa do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Unidade de Conservação situada no município de Bragança, no litoral nordeste do Estado do Pará. A análise do processo se faz à luz da sociologia da ação pública, pela qual se identificou, em um contexto de ambientalização, a água como parte dos atores envolvidos em uma iniciativa que concebeu e implementou a proteção ambiental em um ambiente marinho, marcado pela presença do manguezal, do qual dependem economicamente parte considerável da população de pescadores e extrativistas que, em parcerias diversas produzem meios de resistir à destruição de suas condições de reprodução, seus conhecimentos e modos de vida. Aspectos esses valorizados nas justificativas socioambientalistas, os quais, no entanto, face às competências técnico-científicas tendem a ser desvalorizados, demons-

trando com isso a continuidade de interesses e racionalidades não ambientais defendidos por forças políticas que negam às suas populações tradicionais seus direitos de existência, assim como negam as ameaças ambientais em curso.

No Capítulo 7 “Terrestre, ambientalização e poder: uma reflexão sobre a experiência de Caeté-Taperaçu, uma Resex marinha na Amazônia”, Maria José da Silva Aquino Teisserenc e Pierre Teisserenc propõem um quadro analítico ancorado em três elementos. O *Terrestre* como ator político, a ambientalização e a contribuição da democracia para pensar a política. Com base nesse quadro é realizada uma análise da situação do município de Bragança (PA) onde, em 2005, uma Reserva Extrativista Marinha foi criada. Ainda que favorecida pela disponibilidade de instrumentos – como o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo – e de uma parceria diversificada, para os autores, à sociedade local não foi possível entrar em uma dinâmica de *engendramento*, de inovação territorial com base nas exigências ambientais. Práticas tradicionais de produção e reprodução prevaleceram, privilegiando o partidarismo no campo político e os interesses individuais em detrimento da defesa dos bens comuns.

No Capítulo 8 “Dos seringais aos *maretórios*: r-existências nas Resex marinhas da Amazônia”, Josinaldo Reis do Nascimento e Roberta Sá Leitão Barboza tratam da institucionalização dos territórios tradicionais de pesca em Reservas Extrativistas Marinhas no litoral amazônico, a partir de um mergulho na história do movimento socioambientalista na Amazônia da década de 1980 e da convivência com pescadores e pescadoras tradicionais dessa região. Em tempos de globalização e circulação “instantânea” de dados e informações, para os autores o desafio atual nas experiências de Resex, ora exitosas, ora não, é garantir a renovação e a valorização de populações e seus modos de vida, importantes para conquistas em termos de políticas de proteção ambiental, os quais, apesar das ofensivas sempre em guarda, continuam construindo a Amazônia dos *maretórios*.

A Parte III, “Exploração industrial da água, desenvolvimento regional e o desafio ambiental”, é constituída pelas contribuições de Gilberto de Miranda Rocha; Barbara Eleonora Santos Teixeira e José Antônio Herrera; Isaac Fonseca Araújo e Maria José da Silva Aquino Teisserenc; Amanda Mesquita Cristo e Maria José da Silva Aquino Teisserenc.

No Capítulo 9, “Inserção regional da Usina Hidrelétrica Tucuruí: de

enclave a projeto de desenvolvimento regional?", Gilberto de Miranda Rocha constata que em muitos casos os Grandes Projetos de Investimentos se constituíram em *enclaves territoriais* – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial. Fragmentação que marca os processos de inserção regional de usinas hidrelétricas na Amazônia, resultado de um planejamento concebido e imposto de acordo com conceções em última instância determinadas por interesses extralocais. A construção da UHE Tucuruí seguiu esse padrão e evidenciou seu caráter de enclave ao qual os interesses regionais se submeteram para que se garantisse a geração de energia elétrica para abastecer demandas espacialmente distantes e potencializar os processos de acumulação de capital extrarregionais, com benefícios mínimos na região de implantação.

No Capítulo 10, "A ordem global da usina hidrelétrica de Belo Monte e o lugar: uma análise a partir da comunidade de Boa Esperança, Altamira-PA", Barbara Eleonora Santos Teixeira e José Antônio Herrera, a partir de um estudo de caso na comunidade de Boa Esperança. Uma comunidade situada em uma ilha de influência aluvial, localizada no município de Altamira, a montante do lago da Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu. O estudo, base desse capítulo, revela os efeitos sociais e espaciais produzidos com a alteração do nível do rio e das condições de pesca, durante o chamado verão amazônico, após a construção e funcionamento da UHE de Belo Monte. Próxima ao reservatório, Boa Esperança até o momento não é considerada atingida pelo grupo construtor e o órgão responsável pelos Estudos de Impacto Ambiental-EIA de Belo Monte. Para ser reconhecida como atingida, a população de Boa Esperança pleiteia sua entrada na organização dos moradores ribeirinhos reconhecidos como atingidos pelo empreendimento. O objetivo da comunidade é conferir ao seu território o estatuto de área de preservação e conservação ambiental.

No Capítulo 11, "Anilzinho: margens de um rio amazônico tocantino levantam-se em "repique" social", Isaac Fonseca Araújo e Maria José da Silva Aquino Teisserenc analisam a emergência da mobilização de camponeses em uma dinâmica socioterritorial situada na Amazônia brasileira, mais precisamente no Baixo Tocantins, nordeste do estado do Pará, a jusante da UHE de Tucuruí. O conjunto de atores produtores dessa dinâmica encontra-se vinculado, sobretudo, a Prelazia de Cametá

e ao movimento nacional de oposição sindical desde os anos de 1980. Nesse contexto, destacam-se uma estratégia de resistência e a construção de um território particular às margens do rio Anilzinho, orientado para uma vida econômica e política sob gestão coletiva. Assim também são destacados, em um território em disputa, sua identidade com a dinâmica das águas e a resistência por meio da qual atores se constituem em sujeitos políticos, interagindo em disputas e estabelecendo acordos em oposição a interesses e lógicas de apropriação de recursos sob a égide de uma racionalidade econômica socialmente excludente e ambientalmente deletéria.

No Capítulo 12, “Barcarena, “nossa água virou um veneno”: neoextrativismo e construção social de desastres”, Amanda Mesquita Cristo e Maria José da Silva Aquino Teisserenc trazem uma contribuição ao debate sobre a construção social de territórios de desastres, considerando uma situação de águas poluídas cujas consequências atingem diretamente comunidades de populações tradicionais situadas no município de Barcarena (PA). Neste município, representativo da apropriação territorial pelo *neoextrativismo*, constantes desastres, nos últimos vinte anos, envolvendo rupturas de barragens de rejeitos e/ou o inadequado descarte de substâncias poluidoras pelos empreendimentos mineradores nos ambientes aquáticos.

A poluição vem comprometendo em consequência as condições de vida de comunidades tradicionais as quais, em reação, institui uma organização de luta política dos atingidos pela poluição e pelos efeitos de desastres ambientais sistemáticos. As vivências nas chamadas “zonas de sacrifício”, resgatadas e atualizadas na memória das populações, constitui pouco a pouco uma marca em um modo de vida intimamente ligado à água, em que a vida, ela mesma, vai sendo negada, ao mesmo tempo em que produz condições de resistência a essa negação de direitos sociais e humanos produzida pela racionalidade de um mercado global e por interesses privados.

A quarta e última parte, “Ferramentas de gestão, mercado e usos sociais da água” recebe as contribuições de Maria Dolores Lima da Silva e José Jorge Alves Costa; de Luis Henrique Cunha, Roberto de Sousa Miranda e Douglas Cavalcante de Araújo; de José Rondinelle Lima Coelho e Vanderlúcia da Silva Ponte e de Norbert Fenzl e Fernanda Nascimento.

No Capítulo 13, “A Construção da política regulatória para os recursos hídricos” Maria Dolores Lima da Silva e José Jorge Alves Costa

propõem uma análise do processo de criação de uma política regulatória de natureza ambiental, a Lei de Águas. Os autores acompanharam o processo decisório da política de recursos hídricos na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa do estado do Pará, destacando o envolvimento dos deputados durante o processo de tramitação e identificando os acordos e desacordos em torno dessa legislação. Em uma perspectiva teórica da ação política institucionalizada, foram identificadas as estratégias e as circunstâncias institucionais que atuaram para que a decisão em torno de um marco regulatório para o uso múltiplo dos recursos hídricos se efetivasse.

No Capítulo 14, “Mercados informais de água no semiárido parabano”, os autores Luis Henrique Cunha, Roberto de Sousa Miranda e Douglas Cavalcante de Araújo, a título de contribuição com o debate sobre as dinâmicas de mercantilização da água no Brasil, demonstram a ausência ou falha do Estado na garantia da cidadania hídrica.

Em um período de estiagem compreendido entre 2012 e 2017, verificou-se um colapso dos serviços de abastecimento público decorrente dos baixos volumes de água armazenados nos reservatórios públicos. Ocorre que, considerando o desafio do acesso à água no semiárido nordestino como determinado por desigualdades estruturais, e não pela escassez, nas situações analisadas, nos municípios de Cuité, Pombal e Queimadas, emerge um rápido desenvolvimento de mercados informais de água, acentuando as desigualdades, em precárias formas de acesso a um abastecimento operado por um conjunto diversificado de atores sociais e de estratégias mercantis. A questão de fundo então volta-se para os modelos autonomistas ou de base coletiva como alternativas ao Estado na gestão dos sistemas de saneamento.

No Capítulo 15, “Os Saberes da pesca e a cosmografia Tembé: entre lógicas de cooperação e dominação na defesa do rio Guamá”, José Rondinelle Lima Coelho e Vanderlúcia da Silva Ponte, a partir de seus respectivos estudos de doutorado e da convivência com o povo Tembé, há mais de dez anos cultivada, procedem a uma reflexão sobre a importância dos rios para o povo Tembé, da Terra Indígena Alto rio Guamá.

Um conjunto de dispositivos sociocósmicos e políticos acompanham os Tembé na articulação de estratégias que ultrapassam o universo da aldeia, demonstrando ser o território deste povo uma realidade que transborda o perímetro da Terra Indígena. Através da categoria cosmo-

grafia são descritos relações e processos, os quais possibilitam entender as dimensões simbólicas e cosmológicas, os saberes, mediadores na vida dos Tembé com o rio. Uma vida marcada pelas lutas em defesa do seu território no qual a presença do rio Guamá constitui sua alma.

Por fim, no Capítulo 16, “Aspectos geográficos, geopolíticos e socioeconômicos do gerenciamento integrado de recursos hídricos da bacia amazônica”, Norbert Fenzl e Fernanda Nascimento nos envolvem com a descrição da experiência do projeto “Gerenciamento integrado e sustentável de recursos hídricos transfronteiriços na bacia do rio Amazonas, considerando as mudanças e a variabilidade climáticas. Financiado pelo GEF (Global Environmental Facilities), implementado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e executado pela Secretaria Permanente da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), o referido projeto apresenta inúmeros desafios associados a aspectos tanto geopolíticos como socioeconômicos, impactos antropogênicos e climáticos de uma região de alta complexidade. As respostas para os vários problemas de governança ensejados por essa iniciativa de gestão das águas, segundo os autores, exigem fortalecimento das instituições nacionais de gestão de recursos hídricos dos países que integram a Bacia Amazônica.

Esperando novas oportunidades de debate, à leitura então!

Referências

- ARAGÓN VACA, Luís Eduardo (Org.). *A Problemática do uso global e local da água na Amazônia*. Belém (PA): Edufpa, 2003.
- AUBRIOT, Olivia et RIAUX, Jeanne Savoirs sur l'eau: les techniques à l'appui des relations de pouvoir?. Autrepart, 2013/2 :3-26.
- BARRAQUÉ, Bernard et PINCETL, Stéphanie. Ressources naturelles: le retour du territoire. Regards sur la Terre, 2010. p.169-179.
- BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ F. U. A, 2008.
- BRITTO, Ana Lucia. *Water supply services in the cities of Brazil: Conflicts, challenges, and new opportunities in regulation*. Urban Water Conflicts: UNESCO-IHP, Taylor & Francis, 2011.
- BRITTO, Ana Lucia. La nouvelle loi sur la gestion des services d'eau et d'assainissement au Brésil. *Revue Tiers Monde*. 2010/3: 23-39.

BRITTO, Ana Lucia; FORMIGA-JOHNSSON, Rosa Maria. Nouvelles perspectives pour la gouvernance de l'eau dans les métropoles brésiliennes. *Espaces et sociétés* 2010/4: 55-70.

BROCHET, Antoine; PECQUEUR, Bernard. *Le service public d'eau potable et la fabrique des territoires*. Actes du colloque international de Grenoble, octobre, 2015, Paris: L'Harmattan.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre et BARTHE, Yannick. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique*. Paris: Seuil, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CERTEAU, Michel (de). *L'invention du quotidien*. T. 1: Arts de faire. Paris: UGE, 1980.

DINIZ, Fabiano Rocha. Au carrefour des eaux: le pont entre urbanisme et assainissement dans la gestion des eaux pluviales à Recife (Brésil). SCHNEIER- MADANES, Graciela. *L'eau mondialisée: la gouvernance en question*. Paris: La Découverte, 455-470, 2010.

FERNANDEZ, Sara. *Gouverner les eaux depuis 1945. Internationalisation et intensification des flux de capitaux, de techniques et de modèles*. PESTRE, Dominique. *Le gouvernement des technosciences: gouverner le progrès et ses dégâts depuis 1945*. Paris: La Découverte, 203-230, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no Início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

JAGLIN, Sylvy. Être branché ou pas. *Flux*: 2004/2, 4-12, 2004.

LATOUR, Bruno. *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999.

LATOUR, Bruno. *Changer la société, refaire de la sociologie*. Paris: La découverte, 2006.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processo de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 12, n° 25, jan/jun, 31-64, 2006.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CASTRO, Edna; BRITTO, Rosyan. (Org.). *Energia na Amazônia - avaliação e perspectivas socioambientais*. Vol. 2. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996.

PASQUIER, Romain; SIMOULIN, Vincent et WEINSBEIN, Julien(2007). *La gouvernance territoriale: pratiques, discours et théories*. Paris : L. G. D. J..

- PEREIRA, José Carlos Matos. L'urbanisation de l'Amazonie au Brésil. Brésil(s) Sciences humaines et sociales. 2012/2: 181-199.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, Gilberto de Miranda. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e desenvolvimento na Amazônia. ARAGÓN VACA, Luis Eduardo (Org.). *A problemática do uso global e local da água na Amazônia*. V.1, Belém (PA): Edufpa, 90-100, 2003.
- ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre e MAGALHÃES, Sônia (Org.). *Território de Desenvolvimento e Ações Públicas*. Belém (PA): Edufpa, 2009.
- SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. *Territórios e Territorialidade – Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- STREECK, Wolfgang et THELEN, Kathleen. *Introduction: Institutional change in advanced political economies. Beyond continuity*. Oxford University Press, 1-39, 2005.
- TEISSERENC, Pierre. Les RESEXs: un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. *Revista Pós-Ciências Sociais / Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais*, V. 6, n. 12: 41-68, 2009.
- TEISSERENC, Pierre. *L'Action publique dans ses nouveaux territoires en France et au Brésil*. Paris: L'Harmattan, Collection Administration et Aménagement du territoire, 2013.
- THEYS, Jacques. La gouvernance entre innovation et impuissance: le cas de l'environnement. *Développement durable et territoires*. Dossier 2 Gouvernance locale et développement durable. [En ligne], Dossier 2 | 2002, mis en ligne le 01 novembre 2003, URL: <http://developpementdurable.revues.org/1523>; DOI: 10.4000/developpementdurable.1523, 2002.
- ZUINDEAU, Bertrand. *Développement durable et territoire*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 2010.

CAPÍTULO 1

PARTICIPAÇÃO PELOS CONSELHEIROS DA CIDADE: APROPRIAÇÃO URBANA E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO EM BELÉM DO PARÁ, UMA METRÓPOLE AMAZÔNICA⁸

Jurandir Santos de Novaes

Introdução

O processo de planejamento estudado na pesquisa mais ampla da qual decorre este artigo se constituiu na mediação, pela participação, do nomeado Congresso da Cidade, que tem determinações locais e também se insere em uma estratégia para além das suas fronteiras. No

8. O presente texto foi elaborado a partir de conteúdos presentes em capítulos da nossa Tese de Doutorado intitulada “Território e Lugar: A Construção Democrática da Metrópole - O Congresso da Cidade de Belém do Pará”, defendida em 2012, pela USP – Universidade de São Paulo/FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Trata-se também de uma versão de trabalho enviado ao XV Encontro de Geógrafos da América latina, realizado em Havana, em 2015. Fontes teóricas, documentais e uma ampla cartografia temática são aqui apresentadas e analisadas, com destaque para a dimensão do território, da democracia e da participação. Expõe e analisa o sistema de planejamento no período estudado, bem como, o processo de formação e a configuração territorial de Belém, na perspectiva do uso do território, de uma urbanização democrática. Alertamos leitoras e leitores deste artigo para denominações de grupos sociais, que hoje, assumem novas autoatribuições do ponto vista das suas identidades. Os dois mapas aqui apresentados foram objeto de adaptação por razões operacionais, contudo, estão preservadas as informações originais presentes na Tese.

período estudado, especialmente a partir dos anos 90/2000, ganhou força a ideia de que a participação popular deve ser adotada como prática nos processos decisórios concernentes às ações governamentais, particularmente dos governos municipais. Essa prática não se realiza em todas as cidades e tampouco se efetiva sob os mesmos critérios de representação e de apropriação no processo de planejamento.

Neste artigo, discutiremos o que denominamos de *incidência da participação popular* na dinâmica urbana do município de Belém sob duas perspectivas: uma, a da representação; e outra, ainda que como parte da mesma dinâmica, o que designamos de *resultantes da participação ou constituintes territoriais da participação* sob a perspectiva dos conselheiros⁹ da cidade eleitos no processo de planejamento, no município de Belém, entre os anos de 1997 e 2004. Esta experiência nos desafia a compreensão de processos participativos em que as estruturas urbanas são colocadas em debate e deliberação, buscando o reconhecimento e a apreensão da cidade como um sistema complexo e inscrito nas práticas cotidianas.

No plano da participação, no qual esta experiência se situa, a mesma nos sugere diferentes formas a partir das quais ia sendo apreendida. Havia a apreensão do governo e a apreensão dos agentes que a construíam juntos e, ao pretender se constituir em uma forma de governar, amparara-se em formas pré-existentes de organização, encontra-se com esse pré-existente ao propor uma forma de organização própria, como “forma de fazer” (SILVEIRA, 2004, p. 60), que busca imprimir mudanças e, ao mesmo tempo, reconhece formas organizativas anteriores.

A Constituição Federal de 1988 se constituiu em um evento normativo do território brasileiro e instituiu mecanismos de exercício de direitos políticos (BENEVIDES, 2001; SILVA, 2006). O plebiscito,

9. Conselheiros (da Cidade e Conselheiros Distritais) são agentes políticos eleitos diretamente a cada dois anos em eleição aberta em toda a cidade, no processo de Congresso da Cidade. Formam o Conselho da Cidade e os Conselhos Distritais. Os Delegados são eleitos nas plenárias de bairros e dos grupos setoriais (por identidade coletiva), como representantes dos que participam dos respectivos fóruns específicos; nos Congressos Distritais e Congressos Setoriais. São estes que votam em primeira instância sobre as decisões a serem encaminhadas ao Congresso Geral – fórum máximo deliberativo do processo realizado anualmente, e no qual a cada dois anos tomava posse o Conselho da Cidade e os Conselhos Distritais.

o referendo e a iniciativa popular se inscrevem como materialização da “soberania popular” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, cap. 9, Art. 14) para além do sufrágio universal. Do ponto de vista do planejamento urbano, aponta a exigência de elaboração de Planos Diretores para cidades com mais de 20 mil habitantes¹⁰ e postula relevância à participação, com uma sustentação formal da gestão democrática das cidades.

O Congresso da Cidade poderia se situar em um arcabouço jurídico formal. Ele se insere e, contraditoriamente, pode tangenciar essa inserção. Essa experiência não decorreu de uma exigência da mencionada Constituição Federal, um evento normativo do território brasileiro, que institui mecanismos de exercício de direitos, dentre estes, os direitos políticos, posto que antecede à regulamentação dos capítulos da política urbana, em 2001.

Desde o início, em 1997, o processo de planejamento observou mudanças. Começa como Orçamento Participativo (OP). Como uma iniciativa de governo, ele assume uma dimensão formal, mas não assume a forma de uma lei ou de outro instrumento legal de normatização, não obstante tratar-se de uma prática que se fazia mediante regras definidas por delegados e conselheiros da cidade, em uma relação direta com instituições municipais e outras de diferentes esferas de poder. E foi se moldando, assumindo uma plasticidade que fugia a um formato fixo, embora regido por normas.

Havia um sistema de normas não instituídas juridicamente como os Regimentos anuais de funcionamento do processo de Congresso da Cidade, dos Conselhos Distritais, do Conselho da Cidade, das Comissões de Fiscalização, dos Conselhos Gestores e os Regimentos eleitorais, além de um conjunto de outros instrumentos. Dentre estes, as Resoluções da Comissão Eleitoral e o contrato estabelecido entre o Tribunal Regional Eleitoral (TRE)

10. Além do critério populacional, a Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade), em seu art. 41 define outras situações que impõem a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU. A regulamentação dos Artigos 183 e 184 (originados de Emenda Popular encaminhada ao Congresso Constituinte) concernentes à Política Urbana, se efetivou através do Estatuto da Cidade, apenas em julho de 2001, após mais de dez anos de tramitação do Projeto-de-Lei. Neste Estatuto é definida a gestão democrática em uma de suas diretrizes para o processo de elaboração e execução dos Planos Diretores Municipais.

e a Prefeitura de Belém para utilização de urnas eletrônicas e de acompanhamento eleitoral durante a preparação, realização e apuração dos votos para o Conselho da Cidade e os Conselhos Distritais, em 2003.

Este artigo enfatiza a representação de conselheiros, uma representação delegada como conselheiro eleito que, ao mesmo tempo, mantém como parte no seu bairro, na entidade ou no grupo social, conforme exposto em fontes documentais, e em uma cartografia temática construída no âmbito da pesquisa. Assumimos, neste artigo, a noção de evento como conceito teórico para compreender a existência do processo de participação como mediação do planejamento. Se considerarmos a complexa trama de eventos (SANTOS, 2006; BRAUDEL, 1978) como sínteses parciais, inacabadas e em superação permanente; e se o Congresso da Cidade pretende interferir na natureza segregadora do uso do território – em regra, conflitantes – a participação popular assume qualidades diferentes a depender do projeto em jogo.

O que denominamos de *resultantes da participação*, ou melhor, de *constituíntes territoriais da participação*, remete-nos à noção de “espaço de todos”, da constituição de lugares, não obstante nem todos participassem diretamente do Congresso da Cidade como evento que se instala sob uma racionalidade na qual o espaço é de todos, mas o uso do território (SANTOS, 2006) que lhe confere concretude é desigual. Isso a despeito do fato de que na sociedade todos participam da mesma ordem, mas de formas distintas (RIBEIRO, 2002). Há os que decidem o uso da maioria sem que esta participe das decisões, ou seja, há uma minoria que é vetor e não motor (SILVEIRA, 2007).

Buscamos refletir sobre a apreensão de conselheiros que está referida a lugares, que pode ser o bairro como local de moradia, ou todo o território municipal, ou os diferentes lugares das reuniões, dos congresso específicos, do congresso geral enquanto lugares constituídos no processo de participação, que forjam novos lugares, como *resultantes da participação*.

Este trabalho se insere, assim, em uma pesquisa mais ampla exposta na tese em que tem origem, que pretende aprofundar o conhecimento sobre processos de participação no Brasil e que têm sido abordados sob diferentes interpretações. Tais concepções nos levaram a estruturá-la, tendo em consideração que a participação consiste em aconteceres, em

eventos que, dessa forma, são produtores de outros eventos interdependentes, solidários, o que se dão pela interação humana, e somente se realizam mediante a sua acolhida por outros agentes imprescindíveis, ou seja, requer sujeitos (SANTOS, 2006).

Se considerarmos que a democracia pode ser reinventada permanentemente enquanto um regime de governo, as formas pelas quais o povo¹¹ participa das decisões também mudam, a depender dos lugares onde chegam como flechas do tempo, que contribuem para as formas de uso do território e o reconfiguram e o refuncionalizam. Isto porque os eventos que chegam como fatos e como ideias são veículos de uma visão de mundo, nos quais a concepção de participação se encontra embutida.

1. Território Praticado: os conselheiros da cidade e a pluralidade de representação

Um dos grandes desafios ao se refletir sobre o planejamento é em que medida esse é solução ou meio de superação dos problemas evidenciados nas cidades, uma vez que esses não recaem apenas sobre o planejamento em si ou se as soluções viriam com mais planejamento, pois a questão central é quem planeja, quais as suas circunstâncias, o tipo, e com que finalidade se planeja.

Ao se analisar o uso do território do município de Belém, e os desafios a que esta cidade se encontra submetida, identifica-se que esse não pode ser compreendido apenas à luz da análise de carências históricas aferidas por indicadores que, ao serem alterados, sugerem noção de cidadania. Concorda-se com Francisco de Oliveira que cidadania deve ser compreendida nos seguintes termos: “como o ato a partir do qual se realiza a luta por direitos” (OLIVEIRA, 2002, p. 2). Se o processo de planejamento realizado em Belém buscou inverter indicadores reveladores da segregação socioespacial, também o fez na perspectiva da

11. Discussão sobre a noção de povo é desenvolvida na Tese que dá origem a este artigo sob a perspectiva história e teórica. Um dos autores abordados afirma que o mais importante em um processo democrático ou em uma democracia é saber o que é necessário entender por povo, e como este governa, uma vez que não se pode falar em democracia sem que o povo governe (BURDEAU, 1975).

luta por direitos no presente por meio da participação direta de agentes sociais sob diferentes critérios organizativos.

Na diversidade de iniciativas¹² existentes no Brasil até a primeira metade dos anos 2000 prevalece uma matriz e uma denominação comuns que é OP. O Congresso da Cidade de Belém coexistiu ainda na sua origem com o OP e o substituiu de forma ampliada, em termos da variedade de participações e como processo territorial de planejamento, que teve sua etapa preliminar dois anos após a instalação do governo e se estendeu até 2004.

Destaca-se nessa passagem a realização de pesquisa qualitativa com lideranças de segmentos sociais em Belém (PMB/SEGEPE, 1999) e mapeamento social de grupos organizados por critérios econômicos, étnicos, profissionais, de gênero, etário, local de moradia e congêneres que movimentam a vida cotidiana da cidade.

Essa diversidade constitui um ponto de partida para mobilizar entidades confessionais, de trabalhadores e empresariais e, sobretudo, associações que se mobilizam e se agrupam por fatores étnicos (negras e negros, indígenas), por gênero (mulheres), por local de moradia (associações e moradores de bairro), por fatores religiosos (afrorreligiosos, evangélicos e católicos), por faixa etária (idosos, jovens e crianças), por atividades econômicas formais e informais (empresários, feirantes e ambulantes) e por critérios de livre associação, afastando estigmas e discriminações como homossexuais, grafiteiros e pessoas com deficiência.

12. Estudo de 2002, do Fórum Nacional de Participação Popular, organizado por Ribeiro e Grazia identificou 103 experiências realizadas entre 1997 e 2000; Wrampler e Avritzer (2006) identificam 170 experiências entre 2000 a 2004. Destaca-se a sua abrangência para além do campo unipartidário e diferenciados na sua implementação. Em alguns municípios, o processo tem caráter deliberativo, em outros, apenas consultivo; há diferenças quanto à composição das instâncias de representação (nem todos contam com conselhos ou fórum de delegados) entre governo e demais agentes, assim como há diferenças quanto aos limites de recursos sobre o qual os seus participantes discutem e/ou deliberam. Chama a atenção a descontinuidade das experiências dentro do mesmo período de um governo. Somente 60 entre as 112 experiências do período de 1997 a 2004 completaram os 4 anos do mandato do prefeito, o que representa 58, 2%; e 32 ou 27% duraram apenas até um ano. As demais duraram de um a três anos (RIBEIRO; GRAZIA, 2003).

Organizados por estes diferentes critérios em unidades de mobilização como grupos sociais específicos em face de reivindicações comuns e de processos de luta aproximados, a partir dos quais foram intensificadas e redefinidas as formas de solidariedade (ALMEIDA, 2003, p. 2).

O Congresso da Cidade resulta da intenção subjacente ao governo municipal que somente se torna possível porque foi assumido por um conjunto de agentes sociais que fazem o cotidiano da cidade. O mesmo foi concebido como um projeto de transformação na forma de governar, sem que significasse o congelamento de um modelo, uma forma acabada, embora não fosse amorfó. Na perspectiva institucional, consiste em:

Experiência coletiva com um cronograma de debates consultivos, deliberativos e sistemáticos; como palco real e permanente para se refletir e contribuir com a elaboração de estratégias sobre a cidade e o mais amplo espaço de participação e de planejamento. E como perspectiva de construção social do futuro da cidade, reconhece o imediato, tendo o papel de pensar a totalidade (PMB/SEGEP, 2001).

No período ora analisado, o município contava com 1.280.614 habitantes¹³ residentes em um território em que 34,36% são formados pela chamada área continental e a outra parcela é constituída de 39 ilhas. Do total de 155.057 chefes de domicílio, 53,3% do total declararam ter rendimento mensal abaixo de três salários mínimos (IBGE, 2000).

Havia um Programa de Governo para todo o município, pelo qual o governo foi eleito, e o processo de participação impunha o necessário compartilhamento das decisões traduzidas em um Plano, que incorporava um Plano de Investimentos, mas que o suplantava em termos mais imediatos, e que reunia as deliberações a serem cumpridas em um percurso de elaboração do Plano da Cidade, em 2004, denominado “Plano Belém 400 Anos”, em uma objetiva referência aos 400 anos de Belém, em 2016, e concluído em finais de 2004. A passagem de um Programa de Governo ao Plano resultante de demandas populares e de propostas

13. IBGE, 2010. Em 2019, Belém contava com 1.492.745 habitantes (IBGE, 2020) IBGE - Cidades. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em 05 de março de 2020.

derivadas de uma plataforma eleitoral, coletivamente construída poderia implicar risco de diluição das demandas.

Contudo, ao adotar regras universais (em termos da aplicabilidade a todos os participantes em toda a cidade) ao processo de participação, previsíveis, apoiadas em critérios para eleição das prioridades contribuiu para uma perspectiva coletiva que buscava romper com a tradição do clientelismo, engendrando uma esfera pública democrática, que favorece a uma apreensão dos limites e o caráter público da relação entre o povo e o governo (FEDOZZI, 2000). Depreende-se que havia o reconhecimento dos fatores estruturais à plenitude das mudanças e, ao mesmo tempo, uma percepção na perspectiva do lugar. Em entrevista, o Prefeito de Belém chama atenção para a insuficiência de recursos para garantia de todos os direitos, contudo, assume ter consciência do lugar que ocupa, o de uma parcela do poder. Poder este que é do povo e por este construído, afirma: “Temos plena consciência de que não estamos no poder enquanto povo, mas, sim, ocupamos uma parcela do poder (...) O poder do povo é o povo que o constrói” (RODRIGUES, 1999, p.6).

Milton Santos (2006), refletindo sobre o poder de determinação da sociedade nacional sobre a divisão do trabalho nos leva a refletir sobre um nível de ação possível nos municípios, embora insuficiente para sozinho engendrar todas as mudanças necessárias. O autor chama a atenção para a necessidade de distinção da ação de cada um dos níveis, frente à determinação da sociedade nacional sobre a divisão do trabalho, uma vez que escolhas na distribuição dos “conteúdos técnicos e funcionais” (SANTOS *op cit.*, p. 272) pela “sociedade nacional” (Idem) resultam do uso do seu poder político na imposição de normas, orçamentos, planos. Ou seja: “a sociedade nacional pesa com seu peso político sobre a parcela local da configuração geográfica e a correspondente parcela local da sociedade, através das qualificações de uso da materialidade imóvel e duradoura” (Idem). Porém, a sua significação ocorre no lugar em razão das condições de sua acolhida. Consideramos que além da sociedade nacional há um nível de interferência de outras esferas de poder estatal.

Nesse sentido, um processo de participação assume legitimidade ao adotar regras universais (em termos da aplicabilidade a todos os participantes) e previsíveis, apoiadas em critérios para eleição das prioridades que rompe com a tradição do clientelismo engendrando uma esfera pública

democrática, o que favorece a uma apreensão dos limites e o caráter público da relação entre o povo e o governo. (FEDOZZI, 2000).

Considera tratar-se de cogestão do fundo público municipal e não de democracia direta. E por que trazemos tal referência? É do OP que o autor está tratando e, portanto, há uma discussão orçamentária em questão. No Congresso da Cidade também havia definição de prioridades em bases orçamentárias, como ocorreu em 2002, ao serem definidas as demandas traduzidas em um Plano de Investimento. Contudo, conforme demonstrado ao longo da tese onde tem origem este artigo, o processo não se restringia à discussão orçamentária, ou a saldar dívidas do passado, o que seria insuficiente (RODRIGUES, 1999; 2000) e, assim, assumido como um processo de compartilhamento das decisões entre o governo e os demais agentes da participação.

Há um histórico de segregação e de planos não cumpridos em Belém. Somente em 1975, Belém contou com um plano de caráter compreensivo, para a Região Metropolitana de Belém, contudo, não executado (CORRÊA, 1988), e nos sugere distinção do plano construído no processo de que trata a pesquisa. As demandas populares obedeciam a um calendário em que essas iam sendo incorporadas nas políticas em planos específicos articuladas aos denominados Eixos Temáticos¹⁴, que consistiam na aglutinação de diferentes políticas por critérios de complementariedade. Os planos se estruturavam a partir do local de moradia e aos grupos setoriais, concretamente referidos ao final a todo o território municipal em um Plano de Investimento. A denominação de “setorial” alude a grupos sociais específicos já mencionados; entidades sindicais de trabalhadores; de empresários e conselhos de políticas

14. Eixos Estratégicos consistem em objetivos que orientavam a execução das políticas intersetorialmente articuladas. Ao aglutinar as políticas e orientar o processo de planejamento mediado pela participação, conformava um sistema de ações traduzidas em planos intersetoriais e buscava romper com a atuação segmentada das políticas e dos órgãos municipais. A proposição inicial de estruturação do planejamento através foi efetivada através das denominadas “Marcas de Governo”, entre 1997 e 2004 (PMB, 2001b); e de “Eixos Estratégicos”, de 2001 a 2004(PMB/SEGP, 2001, 2001a). Havia eleição de conselheiros por eixos estratégicos, a saber: Desenvolvimento urbanístico e ambiental; Desenvolvimento humano por uma economia solidaria; Desenvolvimento humano pela inclusão social; Desenvolvimento humano por uma cidadania cultural; Gestão democrática e qualidade social do serviço público; Direitos humanos.

públicas. A representação que tinha como referência o local de moradia circunscrevia os bairros, que compõem os oito distritos administrativos, incluindo as ilhas, furos, igarapés e estradas.

Ao não diluir as demandas populares permitia-se o acompanhamento e o controle pelos conselheiros, delegados e Comissões de Fiscalização de Obras, com o intuito de construir uma relação de transparéncia nas decisões na medida em que o que importa neste aspecto do planejamento é a instituição de um processo de tomada de decisão e não somente a busca pela constituição de um Sistema de Planejamento¹⁵ que envolvesse a todos. Ou seja, almejar intervir na urbanização, no planejamento, no desenvolvimento e na política (SOUZA, 1981). E, neste sentido, a noção de políticas urbanas como a manifestação de um processo político de tomada de decisão que ilustra práticas concebidas como um projeto coletivo.

Assim, há que se ter em consideração o que se define por *constituintes territoriais da participação* como produtos e condições forjadas na combinação do processo de formação territorial da cidade e a sua configuração territorial evidenciados em termos de resultantes territoriais que engendram ações e objetos ou a forma como agentes sociais usam o território. Nesse uso, a participação pode ser ou não assumida como mediação ou processo decisório pelo qual se efetiva e confere o caráter democrático da gestão governamental. Souza e Rodrigues (2004) refletem criticamente sobre o planejamento desde o de concepção funcionalista ao chamado planejamento participativo. No âmbito do planejamento e da gestão urbana chamam atenção para a forma como se dá a aplicação dos recursos e o processo decisório.

Uma nova concepção acerca da forma de tomada de decisão sobre a aplicação de recursos financeiros em Belém nos alvítria constituir uma inovação. Ao destinar recursos para decisão popular, um governo relativiza a prerrogativa que o regime democrático de caráter representativo lhe faculta-

15. O Sistema do planejamento implantado buscava criar um referencial de participação social que aglutinasse os diversos mecanismos de planejamento através do Congresso da Cidade como forma de construir conteúdos articulados entre si ao processo de participação vinculada às políticas. Envolvia ao mesmo tempo, mecanismo internos ao funcionamento do governo.

ta realizar sem a exigência de consulta ou compartilhamento das decisões.

Um processo de participação pode ser assumido como um conjunto de eventos, um feixe de eventos impulsionados por um mesmo movimento de interesse social, das relações sociais. A participação, entendida como um processo social e uma mediação, uma ferramenta em busca da plenitude do espaço banal, ou o espaço de todos e, como processo, jamais é acabada. A sua plasticidade vai mudando como um feixe de eventos que se instala em função das dinâmicas dos lugares e dos quais decorrem outros, muitas vezes imponderáveis.

Os eventos, portanto, se renovam constantemente e a incidência de eventos de toda ordem faz com que os lugares também mudem. Mas os eventos também, nos termos de Santos: “São ideias e não apenas fatos. Uma inovação é um caso especial de evento caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (SANTOS, 1996, p. 148). Podem ser finitos e infinitos simultaneamente, em uma combinação de elementos a que objetivamente se esgotam, com outros que lhe conferem um caráter de criação ilimitado, como a liberdade, a democracia ou a informação.

É, neste sentido, que ainda a noção de fugacidade e do tempo longo presente em Braudel (1978) nos parece permitir uma coerente associação ao Congresso da Cidade na acepção de evento como conceito. O que pode ser aplicado a qualquer período, mas especialmente neste em que os eventos se caracterizam pela interdependência, em que o pensar com vagar já se torna difícil, frente à aceleração do tempo. Contudo, os eventos são aconteceres¹⁶ solidários, interdependentes, mas não se instalaram sem que haja forças que os contestem ou os acatem. E desvendá-los significa não aceitá-los apenas pela sua face mais visível. Portanto, como identificar a intencionalidade de que são portadores?

16. Acontecer solidário consiste em um conjunto de ações que produzem “contiguidades funcionais que dão contorno a uma área definida” e é definido como o acontecer homólogo. Como intercâmbio entre áreas próximas impulsionado por novos processos econômicos exigidos para viabilização da produção, ocorre o que denomina de acontecer complementar. E há aqueles que são emanados a partir do “comando e organização concentrados”, que conferem sentido aos lugares e à vida das pessoas movidos pela informação a partir de lugares distantes, que são os aconteceres hierárquicos (SANTOS, 2006a, p.17).

Evento no sentido de atualidade invade e se instala. Mas este não pode, contudo, ser confundido como algo sem forma, sem propósito, que não provoque mudanças intencionalmente concebidas mesmo que no tempo curto de um governo, dentro de uma dinâmica social, de um tempo longo. O que Braudel parece nos sugerir é a noção de tempo longo, seja o passado ou a atualidade (também como futuro), contraditorialmente, conformando, assim, uma “duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofo da vida social atual” (Idem, p. 43), perfeitamente existentes na dinâmica territorial da cidade.

Pretender alterar a natureza da formação territorial de uma cidade significa assumir essa noção de fugacidade que invade o tempo longo com a sua chama? E em que a participação, e neste trabalho ora apresentado, a participação pelos conselheiros, como acolhida de uma nova *forma de fazer* o planejamento na cidade de Belém engendra um lugar na dinâmica social.

2. Representação, universalização do voto e participação direta

A perspectiva territorial pretendida no processo de planejamento se expressa na dimensão da participação como escolha e seus resultados traduzidos em um Plano. Ao plano correspondem ações que se expressam em termos formais como realizações ou projetos, o que também denominamos como *constituientes territoriais da participação*.

A Lei Orgânica do Município de Belém (PMB, 2009) prevê, no Capítulo I, intitulado “Da Soberania Popular”, mecanismos ou institutos como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular através dos quais juntamente com o sufrágio universal pelo voto configuram-se como meios de exercício da soberania popular. Do mesmo modo, no Plano Diretor do Município de Belém (PDU) havia previsão da sua aplicabilidade, em conformidade com a legislação vigente, e os designa como “Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana¹⁷ em que

17. Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana: a) conselhos municipais; b) fundo municipal de desenvolvimento urbano; c) demais fundos municipais; d) conferências sobre assuntos de interesse urbano; e) audiências, debates e consultas públicas; f) iniciativa popular de projetos de lei; g) referendo popular e plebiscito;

se inscrevem conselho municipais e outros mecanismos (PMB, 2011).

A dinâmica geral de funcionamento do Congresso da Cidade resultava da aprovação nas instâncias de participação (de deliberação e controle) apoiadas em normas próprias que convergiam para a combinação de mecanismos formais, como conselhos municipais de políticas públicas e o conjunto de organizações e representações distritais e setoriais eleitas mediante diferentes critérios. Do ponto de vista das normas, o Congresso contava com Regimento do Congresso da Cidade do ano correspondente que regia o funcionamento anual. Após a sua aprovação, o início, como regra, ocorria por meio de atividades preparatórias, que incluíam a apresentação pelo governo e conselheiros, da dinâmica anual em plenárias de bairros com lideranças, delegados e conselheiros em processo aberto para quem desejasse participar; oficinas ou reuniões para discussão de temas relacionados à programação anual. Prosseguiam as atividades previstas até a realização do Congresso Geral da Cidade, que consistia na plenária final anual, na qual a cada dois anos eram declarados eleitos e empossados os Conselheiros, que representavam os participantes que os elegeram.

A constituição da representação pode ser identificada a partir de quatro momentos: o primeiro que é a delegação para a defesa das demandas apresentadas e representadas por delegados nos Congressos Distritais, aos quais as 28 microrregiões estavam vinculadas. As microrregiões já se constituíam em referência ainda como OP. Os delegados não se vinculavam apenas às demandas, mas também a deliberações que foram sendo incorporadas como demandas do governo e aquelas que no processo de participação conformavam o Plano de Investimento e a partir de 2001, um Plano da Cidade; o segundo, eleição pelos grupos setoriais, que elegiam seus delegados nas assembleias e nos congressos específicos, com o mesmo fim dos delegados distritais, da mesma forma que nos congressos temáticos e representação de entidades. Todos os delegados eleitos assumiam este papel na plenária anual final, o Congresso Geral da Cidade; o terceiro, a representação como conselheiro distrital dos oito Conselhos Distritais; e o quarto, os consel-

h) gestão orçamentária compartilhada; i) assistência técnica e jurídica gratuita. No parágrafo 1º define: “Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o disposto nesta Lei” (PMB, 2011).

heiros representantes dos grupos sociais, dos temas, das entidades e do governo e eleição nos congressos temáticos. Por fim, todos contavam com representação no Conselho da Cidade, instância máxima do processo, conformado mediante as diferentes formas de eleição.

Do ponto de vista do direito à participação, o processo era aberto a qualquer pessoa. Da mesma forma que não havia restrição a que um morador de um bairro pudesse participar em outro bairro. A combinação da representação distrital e setorial no Congresso da Cidade pode ser expressa não apenas quando considerado, por exemplo, deliberações populares, como investimentos em pavimentação, que gera fluidez; iluminação, que busca alcançar a todos; a ampliação do número de vagas na rede escolar ao serem construídas escolas ou novas salas de aula; ou quando um objeto técnico como o Memorial dos Povos Indígenas é implantado.

A criação dos Conselhos Distritais como uma instância, instalados nas sedes das Administrações Regionais elevou o número geral de conselheiros eleitos em 2003 (Figura 01). Pode ser observada a sua ampliação de 92, em 2001, para 241 entre titulares e suplentes como correspondente da inserção dos segmentos representados. A variação quantitativa dos conselheiros corresponde à universalização do processo eleitoral. Inscreveram-se 351¹⁸ candidatos nos oito Distritos Administrativos que contaram com um total de 47.219 eleitores¹⁹, 173 Seções Eleitorais, 118 locais de votação e 210 urnas eletrônicas instaladas em bairros dos distritos de Belém.

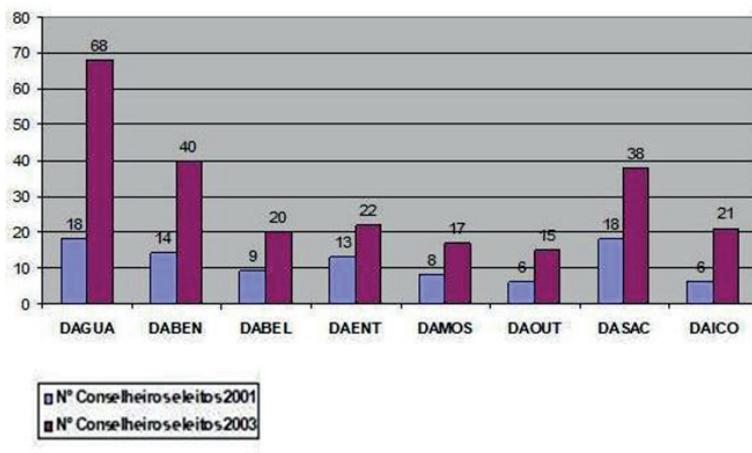
Os critérios para candidaturas e votação distrital foram definidos em

18. O colégio eleitoral definido pelo Tribunal Regional Eleitoral em 2003 somavam 872.712 pessoas aptas a votar. Pode ser identificado um total de 362 candidatos nos registros sobre a eleição, contudo, estamos fazendo uso, para efeito desse dado, do material unificado na forma de jornal, que inclui uma Errata, e totaliza 351 candidatos (PMB/SEGEPE, 2003b).

19. A idade mínima permitida para os eleitores foi de 14 anos, para atender aos jovens que participavam do Congresso da Juventude, no entanto, no processo de votação pode ser observada maior participação de jovens acima de 18 anos e adultos. Entre os eleitos nos Distritos, não foi identificado conselheiro menor de 18 anos. Do total de votantes, 1.599 tinha entre 14 e 16 anos, idade permitida conforme Regimento Eleitoral, elevando o número total de votantes para 48.818 pessoas.

regimento eleitoral (PMB/SEGEPE, 2003c). Havia ainda a representação temática dos temas discutidos em congressos ou seminários próprios; e as representações setoriais eleitas em fóruns específicos. A partir de 2002 também foi eleito o Conselho das Crianças, no próprio Congresso das Crianças.

Figura 01 - Belém do Pará: número de Conselheiros eleitos nos Distritos Administrativos (2001 e 2003).



Fonte: SEGEPE, 2003b.

O alargamento pretendido permitia participação no mesmo processo de representantes dos fóruns institucionais, como conselhos de políticas e os novos grupos sociais ou “setoriais”. Esta ampliação se reflete no caráter aberto em termos de representação, o que possibilitou a formação de instâncias com um grau de diversificação interna que combinava critérios políticos-administrativos como os distritos, que tinham origem de representação no bairro, e as representações setoriais. Ambas refletiam, assim, as dinâmicas mobilizatórias próprias, associadas e constitutivas do conjunto de eventos que lhe conferia existência. Refletiam na composição destas instâncias como os Conselhos Distritais e o próprio Conselho da Cidade como instância máxima.

A participação transcende a um procedimento. Assim é que podemos supor que um evento quando se instala, instala outros e estimula novos

saberes como processo de conhecimento, que decorre mais da descoberta do que da experiência (SANTOS, 1996). E como descoberta faz-se no presente, no qual reside também o passado recente, e também é futuro próximo e imediato, mesmo que esse imediato se consubstancie em táticas (RIBEIRO, 2000) como parte de um projeto que se renova permanentemente e está sempre inacabado.

O Congresso apresentava, assim, uma plasticidade que lhe conferia ao mesmo tempo uma contingência e uma regularidade. Dessa forma é que o seu desenho assumia aspectos de permanência e de mudança, com repercussão nas instâncias de representação como o Conselho da Cidade (Figura 02) que incorpora novos grupos sociais decorrente da diversificação da representação que já se instala em 2001 e se aprofunda em 2003.

Figura 02 - Belém do Pará: Composição do Conselho da Cidade (mandato 2003 a 2004).

Representação	Quantidade de Conselheiros Titulares	Quantidade de Conselheiros Suplentes	Forma de escolha
Distrital	40	24	Direta, em urna nos oito distritos administrativos
Setorial	30	30	
Mulheres	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Juventude	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Negras e Negros	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Pessoas com deficiência	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Homossexuais	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Índios	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Evangélicos	3	3	Eleição no Congresso Municipal
Idosos	3	3	Eleição no Congresso Municipal

Criança e Adolescente	3	3	Eleição na Plenária de Crianças e Adolescentes
Conselhos Municipais de políticas ²⁰	3		Eleição nos Conselhos Municipais
Temático (1 por tema) ²¹	10	10	Eleitos nos Congressos, Seminários e Assembleias Setoriais correspondentes.
Entidade	6		
Sindical (CUT, CGT, Força Sindical)	3	3	Assembleia de Entidade
Empresarial (FIEPA; Comércio/Associação Comercial/Turismo)	1	1	Assembleia de Entidade
Movimento Popular Comunitário (1 por entidade): CBB; FEMECAM	2	2	Assembleia de Entidade
Servidores Públicos Municipais	1	1	Assembleia do Fórum de Servidores Públicos Municipais-apenas servidor efetivo
Governo Municipal	3	3	Indicação do Prefeito - representação sem direito a voto
Total	90	76	

Fonte: PMB/SEGP, 2003b.

20. Conselho Municipais de Educação; Conselho Municipal da Condição Feminina e Conselho Municipal do Negro.

21. Eixos Temáticos: Saneamento Ambiental; Financiamento; Educação; Saúde; Gestão Democrática e Qualidade Social do Serviço Público; Plano Diretor Urbano; Plano de Desenvolvimento Local de Mosqueiro (PDLS Mosqueiro); PDLS Centro Histórico; PDLS Bacia do Una; Cultura Popular; Servidor Municipal.

O sentido autoatribuído ao papel de conselheiro expressa uma apreensão que tem caráter territorial e está referida ao papel político no processo de planejamento municipal como agente político e na relação entre as diferentes representações, que preserva a sua representação originária, mas assume o Plano da Cidade, a cidade como dimensão maior do exercício de delegação. Portanto, a percepção se dá em diferentes níveis como no âmbito distrital e sua relação com a representação setorial:

Se houvesse igualdade, todos esses segmentos estavam juntos, discutindo como um todo e isso não houve. É importante frisar que em algumas propostas as setoriais estavam juntas, em relação à educação, por exemplo [...] isso foi de grande importância também para as outras questões, não só aquelas, mas como um geral, mas para nós participarmos também dos congressos, não só da mulher. Cada setorial tem seu espaço de discussão. O importante é poder estar em outros congressos, em outras discussões [...] É importante ter a visão dos distritos. Por exemplo, a nossa setorial de homossexual existem homossexuais de vários bairros, a gente procurava discutir e engajá-los [...] ouvir eles dizendo: olha teve a demanda do meu bairro, do distrito e eu vou defender [...] Eles iam, defendiam na frente de todos. Isso era legal por que eles estavam sabendo que além da nossa setorial, a gente defendia os bairros, a gente tava ali para defender também propostas dos bairros (Paulo Roberto da Silva Duarte, Paulinho, conselheiro, eleito no Congresso Municipal de Homossexuais. In: PMB/SEGP, 2003a, p. 418-419).

Os grupos sociais denominados “setoriais”, não se deslocavam da perspectiva do distrito, o que contribuía para uma apreensão do processo de congresso tanto por parte dos conselheiros distritais quanto por estes. O que se inscrevia no propósito que se colocava ainda na passagem do OP para o Congresso, que era o da ampliação e diversificação da participação, e de trazer para dentro do processo de participação uma visão de conselheiro de toda a cidade. E, assim, assumir uma dimensão territorial, em que a despeito das diferentes formas organizativas, estas não se expressavam como intencionalidade em uma ação setorialista (no sentido da implementação das políticas isoladamente), ou temático, sem levar em conta os interesses de outros lugares.

Estes aspectos, como o da diversidade da participação, da dimensão não localizada do debate e da compreensão do que estava sendo con-

stituído e, ao mesmo tempo, constitutivo do processo de Congresso da Cidade – como um conjunto de eventos, que tanto podem ser os que se convencionou chamar de atividades ou programação do Congresso, ou ações que não implicavam obrigatoriamente construção de um objeto técnico – não se dissociava desse sistema de ações e dos objetos técnicos, o que se reflete no posicionamento dos conselheiros frente a outras representações e ao seu próprio papel.

Sobre a ampliação da participação e reconhecimento de outras formas organizativas, na apreensão de um conselheiro:

Foi muito rica a experiência das setoriais [...] Essas conferências foram muito importantes porque forçaram a gente a se aproximar do índio, dos negros, das mulheres, dos homossexuais e ouvi-los [...] Agora vamos para o Congresso do Índio, do Negro, antes era muito afastado, então despertou esta relação [...] é muito forte o respeito. Às vezes você vai, tem a proposta do índio, você vê todos votando, se tem a proposta do negro [...] todos votam, isso sim é cidadania, é você respeitar e ser respeitado [...] (Aderlindo Alves da Fonseca, Conselheiro da Cidade, eleito em 2003 pelo Distrito Administrativo da Sacramento.

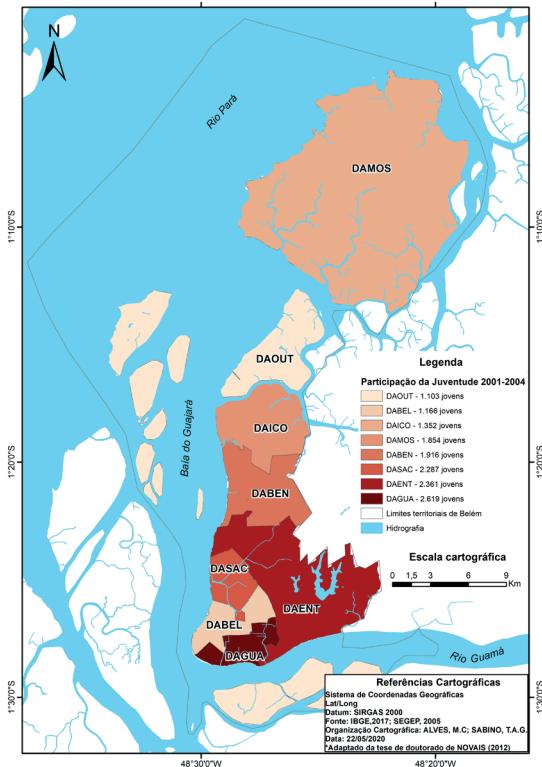
In: PMB/SEGEP, 2003a, p. 16.

A compreensão do processo do Congresso revela, por um lado, as expectativas do movimento social específico e a forma como esse se coloca dentro de uma dinâmica que traz os elementos das suas lutas diante do desafio da representação do seu grupo, em que a discussão das políticas vai conformando uma relação que combina e afirma a constituição dos referenciais próprios. Por outro lado, não implica um deslocamento da vida no bairro, no distrito. Todos vêm de diferentes lugares em todo o território municipal, conforme pode ser observado no mapa de participações da juventude (Figura 03). A dimensão territorial da representação setorial da juventude, assumindo múltiplas identidades e situações revela uma percepção, como nos traz Talita:

A juventude é muito transversal, o jovem está no segmento negro, das mulheres, mas a gente está discutindo o negro, o movimento de mulheres, o movimento dos índios. A juventude, quando a gente fala da juventude a gente nunca sabe o que a juventude está discutindo, se é

a juventude negra, a juventude que é mulher, a juventude que é índia, a juventude que é lá da baixada, a juventude que tem carro, que viaja para fora do país, congrega todo mundo. Isso é muito bom, porque a juventude não é igual (Talita Coelho, conselheira, eleita no Congresso Municipal da Juventude em 2001. In: PMB/SEGEPE, 2003a, p. 497).

Figura 03 - Belém do Pará: Participações por Distrito Administrativo no Congresso da Juventude do Congresso da Cidade (2001 a 2004).



Compreende-se, assim, que participação não se resume a um esquema operacional, a um procedimento ou a uma única forma a partir da qual os agentes se mobilizam em reuniões, assembleias, eleições, congressos temáticos e setoriais, enfim, organizam-se ou potencializam suas formas organizativas para participar. Organização e mobilização usando e buscando novos usos do território como mudança sutil é que deve ser dada

pela efetiva participação, com vistas à criação de uma cidadania territorial, como nos alerta Márcio Cataia (2001).

Ao pretender novos usos do território é que o planejamento como processo político, que define o uso do território, se aproxima da noção de “contraplanejamento” discutida por Marcelo Souza (2002) ao se referir a uma subversão na indicação do que fazer, em termos de planejamento com participação. E temos em perspectiva que mais do que fazer, o que está em jogo, como parte do mesmo processo, é a forma de fazer (SILVEIRA, 2007), que afinal nos parece confluir também para uma urbanização democrática (SOUZA, 1981) por meio da participação.

Se tomada a participação popular como indissociável da noção de democracia há que se considerar que não se trata de um conceito abstrato, mas de um *processo* (SILVA, 2006, p. 183). Maria Vitória Benedito (2001) considera não ter havido ainda um debate sobre as reais implicações do conteúdo inscrito nas Constituições brasileiras desde 1934, qual seja, o princípio da soberania popular, no qual: “todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

Esta autora argumenta que a ideia de democracia direta surge associada a temores, a constrangimentos ideológicos mais remotos. E, na contemporaneidade, está reportada a uma “sedução assembleísta”; o referendo e a iniciativa popular são associados ao populismo ou de aplicação restrita em países superdesenvolvidos, em razão de constituírem práticas sofisticadas de participação. Podemos considerar, contudo, a participação como um elemento desse artefato humano que é a democracia que, conforme Sartori (Idem), recebe qualificações em razão dos mecanismos que a legitima, que legitima a ação e que se apoia na experiência. É assim que participar pode ser o ato de votar em eleições para escolha de representantes, pode ser o ato de ser consultado, de deliberar, enfim, a cada forma correspondem mecanismos de legitimação que se faz por meio de normas como a própria Constituição de um país. Normas estas que engendram um projeto democrático instalado por meio de mecanismos, que imprimem formas de uso do território revelados e inscritos em um processo de planejamento mediado pela participação.

E por que trazemos tal noção de projeto, que neste caso é tratado no contexto da ideia de democracia que, ao mesmo tempo, encarna um

projeto? Porque nas últimas décadas a participação no Brasil tem sido estudada à luz das experiências institucionais, contudo, a participação não é a mesma em todos os lugares; não se assenta no mesmo projeto. Dessa forma, é que Sartori denomina de finalidades o que assumimos, apoiado em Milton Santos (2006) e Paul Ricouer (1998), de intencionalidades, que serão evidenciadas na materialização da participação e nos seus constituintes territoriais que podem nos informar um projeto em questão, que nos indicam qual a intencionalidade a este subjacente e que o consubstancia.

3. O sentido de ser Conselheiro

A percepção dos conselheiros e o que assumimos como *participações*²² no Congresso da Cidade, bem como a representação delas decorrentes se consubstanciam e são qualificadas e estimadas, de um lado, a partir dos eventos, e da frequência a cada um destes de forma progressiva. Por outro lado, há situações reiteradas de presença de conselheiros, de delegados ou de cidadãos determinadas por diferentes fatores. Um diz respeito ao processo de delegação, que requeria que uma parcela dos presentes fosse eleita como representantes dos distritos ou de grupos sociais para as fases subsequentes, mantendo-se por um ano, no caso dos delegados e por dois anos em se tratando dos conselheiros. Porém, por ter sido um processo aberto e que tinha como propósito ampliar a discussão para além das políticas isoladas ou das demandas localizadas havia, assim, de outro lado, uma mobilidade dos participantes, mas especialmente dos conselheiros, dada pelas próprias exigências do seu papel de representante no Conselho da Cidade e no Conselho Distrital de cada distrito. O mesmo ocorria com os Conselheiros Setoriais, que não tinham sua participação restrita a um único

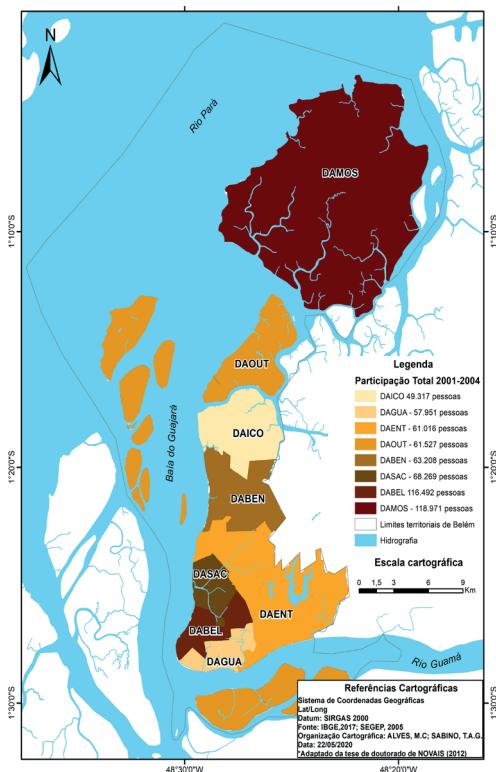
22. “Participações” aqui entendidas como a frequência aos eventos, levando em consideração as eventuais reincidências por variadas razões, que não pretendemos exaurir. Contudo, entre as razões mais circunstanciadas ao funcionamento interno do Congresso encontram-se as atribuições regimentais dos conselheiros e delegados, que os conduzem a participar reiteradas vezes, e em maior frequência, os conselheiros nas atividades regulares, tanto do Conselho da Cidade quanto das demais, quando lhe couber tal obrigação ou lhe interessar. Essas participações por repetição é que estamos denominando de “recorrência”.

fórum. Há, assim, parâmetros que nos indicam usar participações (Figura 04) ao invés de participantes.

Não se encontram muitos estudos sobre a recorrência dos participantes nos fóruns de processos participativos assemelhados ao Congresso da Cidade. Uma referência feita por Cabannes (2005) a um estudo realizado em Porto Alegre aponta recorrência em torno de 40% de participantes naquela cidade. Se tomarmos o ano de 2001, 47% dos delegados eleitos em todos os eventos neste ano estavam presentes na plenária final, o Congresso Geral. Contudo, até aquele momento podem ter participado de mais de um evento. Da mesma forma, entre as mais de 3.500 pessoas presentes, vários podem ter participado ao longo do ano, e dos anos subsequentes²³. Este pode ser um indicador de recorrência, mas ainda se torna arriscado tomar tal referência para um processo novo como o Congresso da Cidade, que se realizava por uma diversidade de eventos em todo o município.

23 Identificam-se 2.400 delegados eleitos em todos os eventos que implicavam eleição. Na plenária final do I Congresso Geral da Cidade, evento máximo, de encerramento anual foram registrados 1.137 delegados, que representavam cerca de 30% das pessoas presentes, sem contar aquelas que não se credenciaram. Considerando-se somente o número de delegados, face aos delegados eleitos durante todo o processo de 2001, estes representam 47% do total de eleitos (PMB/SEGEP/DEPI, 2001).

Figura 04 - Belém do Pará: Participações em eventos do Congresso da Cidade por Distrito Administrativo (2001 a 2004).



Alguns eventos escapavam ao próprio registro e sobre os quais não havia completo controle de retorno dos participantes de um ano para outro ou entre as atividades do mesmo ano, senão pelo controle dos eleitos, representantes (ou distrital, ou setorial, ou temático, ou por entidade). Este controle era regimentalmente definido e, entre outras regras, os critérios eleitorais. Contudo, não impedia o direito à fala de quem estivesse presente em qualquer um dos eventos relativos ao processo.

O registro por meio de credenciamento torna possível demonstrar os *lugares da participação* constituídos a partir dos eventos, fosse uma rua, um auditório, uma feira, uma ilha, uma localização que

tenha atribuição de sentido conferindo lugares (SANTOS, 2006), de materialização do processo de Congresso da Cidade do ponto de vista da participação e dos eventos.

A subscrição de demandas também consistia em uma forma de participação, como ocorreu em 2002, em que todas as propostas foram submetidas e defendidas por seus representantes nos Congressos das Microrregiões para deliberação de prioridades a serem debatidas nos congressos distritais subsequentes à subscrição e que deviam ser defendidas por seus propositores o que, do mesmo modo, indica a existência de recorrência de participação. As subscrições ocorriam nas áreas (PMB/SEGEP, 2002).

Este é um aspecto relevante que aponta para a situação em que os participantes, em geral, já se faziam presentes diretamente como moradores dos bairros, distritos e comunidades, tanto pela proximidade do local de moradia, uma vez que ocorriam eventos em toda a cidade, tanto pelo interesse em discussões temáticas, quanto pela representação como delegado e como conselheiro da cidade, embora tenham sido eleitos por suas áreas ou nas assembleias e congressos específicos, como os setoriais e temáticos, e se faziam presentes em diversos eventos.

Essa mobilidade engendra alguns dos significados de ser conselheiro. Tanto pode estar associada à autodefinição quando estes são eleitos para representar seu grupo, como também estar vinculado ao *cargo*, que nessa condição exerce a representação, mas não está investido da delegação apenas de quem o elegeu. Para o Conselheiro Dalci Cardoso da Silva²⁴

O conselheiro é eleito por uma plenária, pelo povo do bairro, do distrito, da temática, pelo que ele se identifica com aquela realidade, pelo que ele propõe de mudança para aquela realidade hostil, ruim, difícil [...] Ser conselheiro significa um lugar de destaque, uma visibilidade que eu tenho, que as pessoas me veem, me olham, guardam uma esperança de ver as suas propostas, as suas ideias sendo encaminhadas por uma pessoa que tenha responsabilidade [...] então elas me têm co-

24. As entrevistas utilizadas neste capítulo foram realizadas em agosto e setembro de 2003 no âmbito do Projeto “Memória do Congresso da Cidade” coordenado por Jurandir Santos de Novaes, e constam da publicação intitulada “Belém de Todas “Belém de Todas as Falas: testemunhos, relatos e atos do Congresso da Cidade” (PMB/SEGEP 2003a).

mo uma pessoa que representa muito bem (Dalci Cardoso da Silva, conselheiro temático, eleito no Congresso Temático “Desenvolvimento Humano por uma Economia Solidária. (PMB/SEGP, 2003a, p. 113).

A Conselheira Raimunda Negrão, por sua vez, expressa que:

O momento que eu considero mais crítico foi o momento que eu me coloquei à disposição, que o povo me delegou, que reconheceu que eu podia ser representante do povo do meu bairro, no meu distrito. Eu fiz esse papel, pude exercer a minha cidadania dando minha resposta. O conselheiro é como um vereador. E não fui só apenas num dia de eleição, só como apenas como um processo eleitoral. Lá a gente vai buscar, traz de volta dizendo que é assim que a gente se organiza, discute [...] Conselheira da Cidade, eleita pelo Distrito do DABEN (PMB/SEGP, 2003a, p. 428-429).

José Afonso da Silva (2006) refletindo sobre teoria política da participação adverte que democracia direta não é um misto entre esta e a democracia representativa. Na democracia direta, as decisões são tomadas diretamente pelo povo, em um único ato, geralmente em assembleias, conferindo-lhes um caráter de *instantaneidade, imediatidade e exaustividade* (Idem, p. 186), ou seja, não há intermediação; as decisões são tomadas imediatamente, e aí se esgotam as possibilidades de decisão. Schumpeter (1984) nos traz a noção de participação popular, que ocorre com um único fim, o de eleger os que irão governá-los e o fazem a partir de um corpo institucional, por meio de eleições disputadas entre aqueles designados para governá-los. E, ao elegê-los, o povo já se encontra representado. Não cabendo assim, aos cidadãos, participar da política.

A Constituição brasileira prevê mecanismos que fazem do mandato representativo a base da democracia representativa, na qual vigoram os princípios da *representação* e da *autoridade política* (SILVA, 2006). Há designação por via eleitoral do exercício de uma função política, de participação do povo, e decisões sobre a cidade, o país, enfim, sobre a sua vida. Para o autor, o mandato não se vincula ao representado e não há exigência de que os atos dos eleitos sejam ratificados, a despeito das instituições, e permite aos eleitos realizar atos em nome do povo.

O processo objeto deste estudo nos indica aproximar-se de situações de tomada de decisão diretamente, em que o povo atua como ratifica-

dor das suas próprias ações em processo deliberativo e por sua própria representação pela via eleitoral e na relação com o mandato representativo do executivo municipal e suas funções; e na existência do legislativo, em seu papel. Para Silva (Idem), a participação direta se distingue da forma de participação que se dá por meio de eleições periódicas em que há outorga de poder aos eleitos, a democracia representativa. Esta é formal e periódica, em que o poder político é associado à noção de cidadania subjacente ao formalismo constitucional, que está vinculado à representação que para existir requer um conjunto de instituições como os partidos e o sistema eleitoral, dentre outros.

Existem outras formas de participação que não apenas as eleições como expressão de uma concepção de governo e da forma que este se realiza ao executar atos em nome do povo. Essas afirmam o princípio participativo consubstanciado pela participação direta e pessoal na formação dos atos do governo. Sendo a prática da chamada democracia participativa, a combinação de mecanismos de participação indireta com os de participação direta, ou seja, mecanismos de democracia semidireta. Não se trataria de combinar democracia representativa com democracia direta (SILVA, 2006; ÁVILA, 2002; BENEVIDES, 2001).

Na democracia participativa, o povo decide também por meio do voto, mas não é para eleger representantes (o que se caracterizaria como democracia representativa) e sim para tomar decisões sobre algo concreto submetido à consulta. Pode-se assim, inferir que conselheiros assumem uma representação e para todo o território municipal. Transpõem a barreira da representação unicamente referida a um distrito, a um grupo setorial, tema ou entidade, porquanto não abdicam da representação que lhe é particular. Esta experiência nos aponta para a possibilidade do encontro de milhares de pessoas que coletivamente vão constituindo lugares a partir dessa diferenciação; vão constituindo relações, conexões e, por isso, várias e múltiplas formas de apreensão desse processo pelos participantes.

A Conselheira Aldenora nos remete à indissociabilidade de objetos e ações evidenciada na percepção, já não mais apenas no lugar distrito, e como conselheira de toda a cidade, percepção plural, a do espaço de todos:

Você é parte integrante da nossa cidade, você via como era a Almirante Barroso antes e o que é hoje, você o fluxo de carros é muito mel-

hor [...] uma ciclovia dado amparo inclusive para um grupo de pessoas que ninguém se preocupava que era o ciclista. Tudo isso foi pensar a cidade como um todo, você leva em consideração tudo até a vida das pessoas [...] Como Conselheira da Cidade fico observando um deslocamento muito grande de pessoas do interior para a cidade, aí eu fico pensando: Será que nós como conselheiros não temos que começar a nos preocupar com isso [...] quando nós estivermos discutindo essa política pública nós temos que mostrar a preocupação (Aldenora das Graças Costa Gonçalves, Conselheira da Cidade, eleita pelo Distrito do DAENT. (PMB/SEGEPE, 2003a, p.42-42).

A ação política de agentes políticos e os objetos técnicos por esta gerados interdependem-se, são por estes influenciados, não são autônomos em relação ao outro, numa oposição à concepção herdada secularmente como um ponto de partida do paradoxo moderno, qual seja a separação entre “*um poder científico, representativo das coisas e um poder político, representativo dos sujeitos*” (SANTOS, 2006, p. 101). E dialogando com diversos autores, dentre eles Hagerstrand nos traz a noção de que o *mundo da matéria e o mundo do significado humano* devem ser tratados da mesma forma. A execução de um projeto urbanístico supunha a sua extensão para fora das fronteiras setoriais, distritais e da mera dimensão física, tornando tênue a fronteira entre o que seria um projeto social e um projeto urbanístico.

Ser conselheiro nos sugere que a passagem dos processos de Congresso da Cidade, do momento nascente, em que ainda era fala e passa a ato e fala (ALMEIDA, 2003) é que a apreensão e a ação encontram-se sob uma perspectiva em que o território se descola do caráter de um enunciado político-administrativo (SOUZA, 2008). De forma que, as incidências, nessa dinâmica, que chegam através dos eventos e as constituem, não podem ser compreendidas como derivadas de ação de agentes sobre um palco chamado espaço, em desacordo com a dissociação entre a sua base material e as ações.

Considerações Finais

O processo de planejamento, nomeado Congresso da Cidade, mediado pela participação, teórica e empiricamente refletido neste artigo, apoiado no conceito de evento, na perspectiva de conselheiros da

cidade, assume uma multiplicidade de manifestações, sejam reuniões, oficinas, congressos específicos, plenárias, eleições, referendos, consultas populares, mostras, exposições interativas, congresso geral, dentre outros, como também decorrem ou são constituídos simultaneamente, *constituintes territoriais da participação*.

Apreende-se que a percepção de conselheiros expressa a indissociabilidade entre ações, objetos técnicos e, acima de tudo, a percepção da representação de forma plural e, ao mesmo tempo, situada do ponto de vista do grupo social que representam. O que se dá na mesma medida com os eventos concebidos como complementares dentre os demais tipos. A construção de um hospital, de uma praça, que indicam mudanças na interação e na efetivação de demandas específicas como parte de uma multiplicidade de relações, do ponto de vista da participação nas decisões sobre a cidade, podem ocorrer como uma verticalidade, decisão autóctone do governo ou como resultado de interações espaciais, conforme Santos (1985), evidenciadas neste processo intencionalmente concebido para este fim.

A noção de que eventos também são ideias e de que sua incidência provocam mudanças nos lugares são expressas em um modo de fazer e entender uma dada realidade, buscando inovar.

Ao congregar diferenças, sejam étnicas, econômicas, religiosas, sociais, reconhecem formas organizativas pré-existentes, estimulam novas, em face da emergência de coletivos que compreendem a representação de forma ampliada sem que decline do grupo que o elegeu e na autoatribuição do papel e do sentido de ser conselheiro. O sentido de representação em um projeto que, como intencionalidade, como alternativa de planejamento urbano, convoca um processo de tomada de decisão manifesta nas políticas urbanas (SOUZA, 1981), o que foi ganhando relevância por meio das práticas associativas sem a exigência de formalização frente ao Estado.

Arisca-se a apontar que a democratização da gestão urbana em uma sociedade desigual, e não apenas diferente nas formas de participação, no uso do território, passa pela democratização, pelo compartilhamento de decisões, tanto na relação interna em face de governos municipais, como buscar interferir na construção de relações horizontalizadas, permeáveis a mudanças em todas as esferas de poder instituído e no poder

que se coloca como intencionalidade (RICOUER, 1988) de mudança.

Como intencionalidade inscrita na perspectiva de um projeto coletivo em que a participação imprime uma prática inovadora, sem, contudo, romper todas as barreiras da desigualdade, da segregação, de usos desiguais do território. Assim é que sucede a elaboração de planos participativos em uma combinação da participação, que traz demandas emergentes, de curto prazo, com um projeto de longo alcance, que se insere em uma dinâmica territorial que tem um tempo mais longo do que o de um governo, e que requer políticas articuladas, ou seja, a adoção de planejamento territorial.

Contudo, se assumida, mesmo frente aos reveses históricos que tais experiências ensejam, e estão sujeitas, os resultantes da participação não são mensuráveis, e aqueles quantificáveis devem transcender ao que Oliveira (2002) refere-se como a quantificação da cidadania. Ou seja, os *resultantes da participação* têm relação direta com a apreensão da representação pelos conselheiros sobre o seu papel na definição de políticas e de possibilidades que se realizam nos lugares, e não restritos a supostas fronteiras que os eventos nos impõem relativizar enquanto ideias e não apenas fatos.

Os mecanismos propostos por um governo municipal encontram amparo na Constituição Federal de 1988, contudo, a pesquisa indica que as incidências territoriais atinentes ao processo participativo se fazem sob a hegemonia da democracia representativa, do sufrágio eleitoral constitucional de escolha dos representantes. O processo em tela expressa a adoção de mecanismos e de democracia direta sob a égide da democracia representativa (SILVA, 2006).

Quando o que está em questão é um tema como a participação assumida enquanto uma concepção de planejamento, coexistirão eventos que poderiam ser finitos quando se trata de decisão sobre os recursos financeiros. Outros, como a democracia e a liberdade, são considerados como infinitos, por isso, abertos e em construção. Planos assumidos pelo governo e, portanto, distintos daqueles de caráter meramente normativo.

Alterar a natureza da formação territorial de uma cidade significa assumir a noção de fugacidade que invade o tempo longo com a sua chama? O que Braudel (1978) parece nos sugerir é a noção de tempo longo, seja o passado ou a atualidade (também como futuro), contrariamente, conformando uma “duração social, esses tempos múltiplos e

contraditórios da vida dos homens, que não são apenas a substância do passado, mas também o estofo da vida social atual” (Idem, p. 43), perfeitamente existentes na dinâmica territorial da cidade.

Nesse sentido é que a percepção dos participantes do Congresso da Cidade, sob os diferentes critérios e que vinham de toda a cidade, constituindo lugares, pode expressar as possibilidades que este processo nos sugere apontado em termos de um deslocamento da discussão apenas orçamentária mas, ao mesmo tempo, constituir-se em lugares de decisão sobre a cidade, para além das perspectivas setorial, temática ou distrital (regiões político-administrativas) demonstradas a partir da percepção dos representantes, que ao mesmo tempo se representam, sem mediação.

Referências

- ALMEIDA, A. W. B. de. Apresentação - Documento Memória do Congresso da Cidade 1998 a 2003. Belém. Mimeografado, 2003.
- ÁVILA, C. M. B. Mecanismos de democracia participativa no direito brasileiro. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito; Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BENEVIDES, M.V. M. A cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURDEAU, G. A Democracia. Tradução de Paulo Antônio dos Anjos. Bruxelas: Publicações Europa-América, 1975. (Coleção Saber).
- CABANNES, Y.; BAIERLE, S. Documento Base. Presupuesto participativo y finanzas locales. Segunda versión ampliada. Rede URBANAL, n. 9, Programa de Gestión Urbana PGU-ALC/ UN-HABITAT, Porto Alegre, Brasil, 2005. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/urbal9_esp/usu_doc/db_rede_9_maio_2005_reformatado_em_set_2006_con_indice.pdf. Acesso em: 28 de dez. 2011.
- CATAIA. M. A. Território Nacional e Fronteiras Internas – a fragmentação do território brasileiro. 2001. 254f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2001.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Casa Civil. Sub-chefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 2 jan. 2011.

CORRÊA, A. J. L. O espaço das ilusões: planos comprehensivos do planejamento urbano da Região Metropolitana de Belém. 1989. 339f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1989.

FEDOZZI, L. J. Orçamento Participativo e esfera pública: elementos para um debate conceitual. In: Por uma nova esfera pública; a experiência do Orçamento Participativo. In: FISCHER, N.B.; MOLL, J. (Orgs.). *Por uma nova esfera pública: a experiência do orçamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 37-82.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico – 2000.

OLIVEIRA, F. de. Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, P.; BAVA, S. C.; PAULICS, V. (Orgs.). *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EASP/FGV, 2002. 336 p.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Lei orgânica do município de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>> Acesso em: 6 de dez. 2009.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/SEGEPE-SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO/ DEPI-DEPARTAMENTO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO. Balanço das Eleições. Belém: PMB/SEGEPE/DEPI, 2003b.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/SEGEPE-SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO Balanço da Participação nos Distritos e Setoriais. Propostas 2001 e Demandas 2002. Belém, PMB/SEGEPE, 2002.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/SEGEPE-SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Belém de Todas as Falas: Testemunhos, relatos e atos do Congresso da Cidade de Belém. Belém: PMB/SEGEPE, 2003a.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/SEGEPE-SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO. Congresso Geral da Cidade 2001. Diretrizes, Projetos e Ações. Belém: PMB/SEGEPE, 2001. 18 p.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Eleição para os Conselhos Distritais. Congresso da Cidade, 5 out. Belém: PMB, 2003b. p. 1-4.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Mensagem da Prefeitura de Belém à Câmara Municipal – 2001 e Relatório de Atividades para Mensagem -1997-2000. Belém: PMB, 2001b. 268 p.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/SEGEPE-SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. O sistema de Planejamento do Governo do Povo. Belém: PMB/SEGEPE, 2001a. 15 p. Mimeografado.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Plano Diretor do Município de Belém. Disponível em:< <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/paginas/planodiretoratual.php>>. Acesso em: 8 set. 2011.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM/SEGEPE-SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Pesquisa Qualitativa: O Congresso da Cidade – identidade, diagnóstico e vocação de Belém. Relatório sintético. Belém: PMB/SEGEPE, 1999.

PMB-PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Regimento eleitoral das eleições diretas para os conselheiros distritais. Belém: PMB, 2003b. 2p. Mimeografado.

RIBEIRO, A. C. T.; GRAZIA, G. Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: período de 1997 a 2000. Fórum de Participação Popular. Petrópolis: Vozes, 2003.

RIBEIRO, A.C.T. Curso “Teorias da Ação”. Campinas 2002. 18-22 nov. Mimeografado.

RICOUER, P. *O discurso da ação*. Lisboa: Edições 70, 1988.

RODRIGUES, E. B. A experiência do Orçamento Participativo de Belém do Pará. In: BECKER, A. J.; DUTRA, O. (Orgs.). *A cidade reinventa a democracia: as contribuições do Seminário Internacional sobre Democracia Participativa*. Porto Alegre: PMPOA, 2000. p.79-84.

RODRIGUES, E. B. Depoimento [22 de julho de 1999]. Belém. Entrevista concedida a Pep Valenzuela. 28p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2006a. p. 15-20.

SANTOS, M. Por uma Geografia Cidadã: por uma Epistemologia da Existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 21, p. 7-14, ago. 1996.

RIBEIRO, A. C. T.; GRAZIA, G. **Experiências de Orçamento Participativo no Brasil: período de 1997 a 2000**. Fórum de Participação Popular. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, J. A. **Democracia Participativa**. Caderno de Soluções Constitucionais, 2. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 183-213.

SILVEIRA, M. L. “**Questões de Método em Geografia**”. São Paulo: USP/DG, 2007. [Anotações de Aulas de Jurandir Santos de Novaes; gravações digitais de Edmilson B. Rodrigues].

SILVEIRA, M. L. Os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo. Representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, M. A. A. **Avaliação e Perspectiva – 1981**. Subárea: Urbanismo. São Paulo: FAU/USP, 1981. Mimeografado.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 560 p.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 136 p.

OS PROJETOS DE MACRODRENAGEM NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ: O REVELADOR DE UMA AMBIENTALIZAÇÃO CINZA?

Igor Martinache, Clément Pin

Introdução

A crise ecológica contemporânea, que se manifesta, em particular, através das alterações climáticas, da erosão da biodiversidade e do esgotamento dos solos agrícolas, coloca a humanidade numa posição duplamente problemática: tanto o principal culpado como a vítima iminente dos seus efeitos. No entanto, nem todos os seres humanos são igualmente responsáveis ou afetados - e as duas posições são inversamente correlacionadas. É para designar esta situação e suas implicações que o conceito de justiça socioambiental surgiu a partir da década de 1980 como resultado das mobilizações de direitos civis nos Estados Unidos, trazendo o território de volta à vanguarda, na análise das desigualdades (RIBEIRO, 2017).

No Brasil, outro conceito, a ambientalização, também tem sido cada vez mais utilizado nos últimos quinze anos, tanto pelos pesquisadores como pelos movimentos sociais brasileiros, para descrever o “processo pelo qual a consideração dos riscos ambientais põe em questão a forma como o desenvolvimento territorial é concebido e, em particular, as formas de gestão dos recursos que cada território contém e cuja exploração permite que as pessoas vivam e se dotem de um futuro comum” (TEISSERENC, 2013, p. 164), ou seja, uma internalização geral

das diferentes facetas da questão ecológica como uma questão pública (LOPES, *et al.*, 2004).

Alguns autores, como José Sérgio Leite Lopes (2006), veem esse futuro como uma ruptura radical com o passado, equivalente a uma “nova questão social” que conduz a uma profunda transformação do capitalismo, da relação entre o Estado e a sociedade civil e da vida quotidiana em geral na era da “modernidade tardia”, marcada pela sua reflexividade.

Em particular, destaca cinco fatores inseparáveis: a institucionalização da questão ecológica, a multiplicação dos conflitos sociais de base ambiental, o surgimento da educação ambiental, a difusão das práticas participativas e a legitimação da ecologia como questão política, conforme Lopes (2006 *apud* TEISSERENC, 2013). Todos os autores concordam com a profunda transformação dos conflitos sociais - que agora podem ser descritos como socioambientais - ao destacar “novas” questões e “novas” demandas capazes de federar grupos que antes desconheciam seus interesses comuns, em torno do questionamento do sistema econômico, do reconhecimento dos povos indígenas e da crítica ao sistema de poder local.

Este conceito tem também o mérito de sublinhar a importância crescente da dimensão territorial, ou seja, de um processo de territorialização dos conflitos, tanto na ação pública como nas ciências sociais (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014), em contraste com os clichês sobre a globalização fora do solo. Contudo, não é isento de ambiguidades, como aponta Henri Acselrad (2016). Ele sublinha a coexistência dentro da “nebulosa ecológica” de duas lógicas: uma, “utilitária”, que vê a ecologia como um meio de aumentar a eficiência do modelo econômico dominante, e a outra, “cultural”, que vê a ecologia como um fim, e questiona as desigualdades em termos de recursos e poder sobre o meio ambiente.

Sérgio Lopes distingue entre duas formas de ambientalização dos conflitos sociais, uma que ele chama de “verde”, em torno da devastação dos espaços naturais, com a floresta amazônica à frente, e outra chamada de “marrom”, que se desdobra em torno da poluição industrial gerada por vastas fábricas e atividades associadas. Embora ambas tendam a mobilizar os atores locais numa base territorial forte, mas também numa escala mais ampla, mesmo internacional, apresentam desafios e dinâmicas distintas dadas as diferenças que implicam termos da sua relação com o território, a biodiversidade e a diversidade cultural das populações envolvidas.

Mesmo se considerarmos estas duas formas de ambientalização como tipos ideais, no sentido utilizado por Max Weber (2003), entre os quais casos concretos emprestados de cada uma delas, também podemos questionar o fato de que elas esgotam todos os conflitos ecológicos, inclusive no contexto brasileiro.

Na verdade, existem outras questões ambientais que podem levar a conflitos sociais e que não decorrem da degradação dos recursos “naturais” ou da poluição industrial. Este é particularmente o caso das diferentes questões agrupadas sob os conceitos de “ecologia urbana” (EMELIANOFF, 2000) e “cidades sustentáveis”, que requerem um repensar da oposição acordada entre cidade e natureza. Exemplos incluem políticas de transporte e o lugar do carro nas cidades (VRAIN, 2003), que são cada vez mais politizadas, mas também de forma menos intuitiva para os habitantes das cidades “ricas”, o acesso a certos serviços sanitários básicos, como coleta e tratamento de resíduos, limpeza dos espaços públicos, saneamento e abastecimento de água.

Os recursos hídricos têm se constituído como um problema público nos últimos tempos no Brasil e além, devido às severas secas vividas por várias das principais cidades do país, incluindo a capital econômica São Paulo, e, mais estruturalmente, cidades do Nordeste como Recife (CARY; GIORGIO; MELO, 2018). No entanto, a água não só é problemática quando está em falta; pode também ser problemática quando está em excesso, ou quando a sua qualidade é alterada e se torna um vetor de poluição e doenças.

É justamente por esta situação que a cidade de Belém, capital administrativa do Estado do Pará e a segunda maior cidade da Amazônia depois de Manaus, é o cenário para este estudo. Localizada na foz dos rios Pará e Tocantins, a cerca de 100 quilômetros do Oceano Atlântico, esta península de aproximadamente 1,4 milhões de habitantes recebe chuvas abundantes durante todo o ano, devido ao seu clima tropical.

A urbanização muito rápida na época do ciclo da borracha do final do século XIX, que tornou a cidade próspera, levou à cobertura ou canalização da maioria dos múltiplos riachos que atravessavam o território, favorecendo a ocorrência recorrente de cheias nos bairros mais baixos, que também reagrupavam as populações mais pobres. Além da ausência de uma rede de saneamento de água e da presença de muitas habitações precárias sem títulos nestes bairros, estas inundações

foram construídas como um “problema público” (GUSFIELD, 1981), no final do século XX, e deram origem a ambiciosos programas de “macrodrenagem” em várias das áreas de captação da cidade.

A presente contribuição propõe comparar dois destes programas implementados com alguns anos de intervalo e que experimentaram fortunas diferentes: o primeiro na bacia de Una, o outro na bacia de Tucunduba. Sua comparação, além de evitar qualquer tentação naturalizante ou determinista nas ciências sociais (VIGOUR, 2005), destaca uma série de fatores socioinstitucionais que contribuem para a ordem local específica da cidade em que foram iniciados.

O estudo simultâneo dos dois projetos é visto como uma forma de evitar a armadilha da “ortodoxia monográfica” (PINSON, 2019) caracterizada pela relutância do pesquisador em generalizar além da única cidade que está investigando. Os dois projetos serão estudados mais de perto numa abordagem “monográfica comparativa” (PINSON, 2019), que permitirá não só identificar em detalhe os fatores locais que intervêm na implementação dos projetos de macrodrenagem e, em particular, os obstáculos à sua implementação, mas também esboçar os contornos de um fenômeno mais geral, que poderá ser provisoriamente designado por “ambientalização cinzenta”, específica dos serviços urbanos, e distinta das formas verdes e castanhas anteriormente expostas.

Veremos que um exame cruzado dos dois projetos permite destacar o sistema sociotécnico envolvido na gestão da água, ou seja, o entrelaçamento de conhecimentos, técnicas e relações de poder (AKRICH, 2006; CASCIARI, 2013; AUBRIOT *et al.*, 2018), mas também os processos de construção de identidades coletivas e reivindicações territoriais que estão subjacentes às formas de conflitualização que as acompanham. Além de complementar o conceito de ambientalização, esta contribuição pretende também, com base no caso estudado, contribuir para a nuance - sem invalidá-lo - depois de outras pesquisas (CHRISOPHERS, 2011) uma leitura marxista da produção da cidade (HARVEY, 1985) que, a nosso ver, dá demasiada importância às estruturas econômicas e à lógica capitalista em detrimento de fatores de natureza sociotécnica e política como os aqui destacados.

As análises que se seguem baseiam-se principalmente num estudo de uma parte da documentação relativa aos dois projetos em consideração

e na recolha de material etnográfico constituído por cerca de vinte entrevistas semidiretivas com atores sociais e políticos ligados aos projetos e várias observações *in situ* efetuadas nas proximidades desses projetos e em reuniões públicas onde foram discutidos.

Figura 1: Mapa das 12 bacias hidrográficas e dos bairros de Belém.



Fonte: Prefeitura de Belém.

1. O contexto geral de Belém: a onipresença da água, entre recurso e ameaça

1.1. Belém, uma cidade construída na e pela água

Apelidada de “a flor das águas”, a história da cidade de Belém é inseparável da água abundante que a rodeia, atravessa e rega. Começou com a construção do Forte Presépio, em 1616, por colonos portugueses

para vigiar a Baía do Guajará e servir de base para conquistar e evangelizar o interior do rio Guamá, ainda que esta posição duplamente encravada, tanto pela água como pela floresta, impedisse a comunicação e o assentamento.

A água desempenha então um papel crucial nas quatro principais fases de crescimento da cidade: até o início do século XIX, a urbanização foi lenta e seguiu as terras não inundadas até os contrafortes do planalto onde começa a floresta tropical. Uma grande parte da península é de fato inundável devido à presença de um grande número de igarapés, combinada com chuvas tropicais fortes. No entanto, esta onipresença de água também representa um recurso, permitindo o fácil acesso à água potável no subsolo, filtrada pelos elementos naturais. Em 1800, o governador de Grão-Pará, Dom Francisco de Souza Coutinho, ordenou a construção de uma fonte de água potável para impedir a perfuração anárquica de poços pelos habitantes. Na segunda metade do século XIX, a cidade aproveitou o “ciclo da borracha” e cresceu mais rapidamente, de 62 mil habitantes em 1872 para 200 mil em 1910.

Seu porto permitiu então a exportação do recurso e o desenvolvimento urbano dele beneficiado, com a pavimentação de ruas, mas também a construção de canais para evacuar a água da chuva (1852) e redes de água potável (1854-1862). Em 1881 foi criada a Companhia das Águas Grão-Pará, antecessora da atual COSANPA, a empresa pública de saneamento estadual. Juntamente com o Exército, a Universidade e a Companhia de Electricidade, foi um dos beneficiários do terreno, a fim de criar um cinturão institucional para canalizar a expansão urbana.

A população da cidade estagnou e se expandiu rapidamente a partir dos anos 60, com a construção de estradas de ligação para abrir a Amazônia. Com esta transição da “Amazônia dos rios” para a “Amazônia das estradas” - ou mais precisamente sua combinação no que alguns autores chamaram de “fluviótrio²⁵” - Belém passou de 250 mil habitantes para 1,6 milhão em cerca de 30 anos.

25. Que pode ser definido como “uma construção territorial que resulta e depende de equipamentos e interrelações moldadas pela nova economia que contribui para colocar os sistemas fluviais no centro de uma organização territorial ampla e de grande porte oriunda de mudanças significativas no uso e planejamento dos rios” (DROULERS, 2017).

Podemos então observar uma diversificação dos modos de ocupação do espaço de acordo com as zonas, com uma verticalização da urbanização no centro da cidade, no cinturão institucional; uma densificação da área edificada nos terrenos mais altos do cinturão urbano; a construção de habitações individuais mais dispersas no cinturão institucional; o desenvolvimento de ocupações nas baixadas localizadas abaixo do sistema de esgotos, bem como além do cinturão institucional, na maioria das vezes com o apoio de líderes políticos prometendo a legalização após os prazos eleitorais.

Como resultado deste assentamento, três tipos de bairros justapostos podem assim ser distinguidos hoje, no centro da cidade, na área coberta pelas duas bacias estudadas aqui, seguindo os resultados da análise multivariada de Agnès Serre (2001, p. 79). Por um lado, existem os distritos empresariais que têm um elevado nível de instalações coletivas (Cidade Velha, Comércio, Reduto, Nazaré, Batista Campos, Umarizal, São Braz, Fátima). Por outro lado, existem as baixadas (Cremação, Condor, Guama, Canudos, Terra Firme, Telégrafo, Sacramento) localizadas a baixa altitude, que são inundáveis e, de fato, regularmente inundadas.

Foram investidos no início dos anos 60 por famílias migrantes do Interior e Nordeste que não tinham acesso ao mercado de habitação tradicional e viviam em casas de madeira sobre palafitas, por vezes feitas de tijolos, mas que depois afundavam, e eram obrigadas a evacuar o seu esgoto para os canais e igarapés adjacentes às suas casas, através de canos improvisados que eles próprios tinham perfurado.

No meio estão os bairros operários (Jurunas, Pedreira, Marco), que não dispõem de infraestruturas e instalações comunitárias suficientes, particularmente em termos de água e saneamento. Várias bolsas de habitação precária permanecem nas proximidades de pequenas lagoas que não tenham sido conectadas ao sistema de canais e constituam verdadeiros esgotos ao ar livre. No entanto, essas bolsas estão destinadas a desaparecer porque a sua localização as expõe à especulação fundiária. Isto levanta a questão do futuro das populações que ali vivem, como nas baixadas, à medida que se realizam os projetos de macrodrenagem.

Paralelamente a estas tentativas de resolver os problemas de inundações e saneamento, vários projetos foram implementados nos últimos anos para melhorar a paisagem aquática como a reabilitação

do Parque Utinga, onde estão localizados os lagos que constituem as principais reservas de água potável da cidade, juntamente com a sede da COSANPA; a reabilitação das antigas docas portuárias, transformadas em bares e restaurantes de luxo, ou o desenvolvimento da esplanada Ver-o-rio exigem a relocalização de muitos habitantes; ou o desenvolvimento do Mangal das garças, uma reserva ornitológica e lacustre próxima da anterior. Em todos estes projetos, as populações visadas são as mais abastadas, incluindo turistas, o que levanta uma questão óbvia de igualdade de acesso a tais comodidades financiadas em grande parte por fundos públicos.

No final, é de notar que “a presença de cursos de água na paisagem e no ambiente regional condicionou formas de assentamento econômico e soluções de ordenamento do território” (PONTE, 2015, p. 41), a que se deve acrescentar o caráter inundável ou não inundável da terra na dinâmica de assentamento e de segregação socioespacial. É também importante distinguir as várias manifestações da água, que atua como uma verdadeira força autônoma: água das marés, água da chuva, água estagnada e água fétida, interagindo com um determinado povoado para produzir efeitos diferenciados. Mas estas não são impostas aos humanos como são. São mediadas pelas suas construções e usos.

Juliano Pamplona Ximenes Ponte (2015) propõe assim distinguir quatro tipos de formas de relação da cidade com a água de acordo com as atividades que desenvolve (engenharia hidráulica, gestão da água, frentes de água, portos): a água como substância, recurso, veículo ou paisagem. O mesmo autor mostra claramente o processo contínuo de tecnicização da água que tem acompanhado o desenvolvimento da cidade de Belém, não sem uma forte ambivalência: “cria-se uma espécie de dialéctica técnica no espaço urbano; o curso d’água é útil e maldito; ele é sujo, mas é um canal, não mais um rio; passa a ser, por isto mesmo, um veículo de limpeza e escoamento, através de uma substância codificada pelo saber aplicado moderno” (PONTE, 2015, p. 47). Resta apenas acrescentar a esta observação, à qual subscrevemos plenamente, que esta dialéctica encontra a sua extensão na das relações sociais e espaciais dos diferentes grupos populacionais envolvidos. Em outras palavras, notar que a água em Belém desempenha o papel de um grande mediador político, preso na tensão entre sua qualificação como recurso e a de um serviço público (BARRAQUÉ, 2017).

1.2. A evolução do quadro político: afirmação das autoridades locais e recomposição dos movimentos de habitantes desde a democratização

Como no resto do país, a história recente da gestão urbana em Belém é pontuada por três períodos principais: antes, durante e depois da ditadura militar (1964-1985). Durante o primeiro período, a partir do final dos anos 40, antes da ditadura, grupos de habitantes organizaram-se em bairros da classe trabalhadora para realizar obras coletivas, particularmente na área de saneamento.

Sob a ditadura, foram principalmente as organizações ligadas à Igreja Católica que estruturaram os movimentos populares. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ocupam o espaço das demandas, e têm seu lado operacional com os Centros Comunitários de Base (CBBs). Alguns desses grupos de atores foram decisivos nesse período, em particular a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) e a CBB (Comissão dos Bairros de Belém). Ambas visam a melhorar as condições de vida e como tal preocupam-se, em particular, com obras rodoviárias, regularização fundiária e de água corrente, além da educação. Há uma diferença notável: a FASE intervém como revezamento e assistência aos CEBs, enquanto a CBB afirma sua independência tanto de organizações políticas quanto religiosas.

Finalmente, a democratização marcou o fortalecimento do poder público local, provocando um processo de conversão dos movimentos populares ao papel de atores nas políticas públicas com uma exibição e valorização variáveis. Três subperíodos podem ser distinguidos durante esta fase. Um primeiro período sob o governo de Jader Barbalho e Hélio da Mota Gueiros (1982-1996) (à direita) foi caracterizado pelo desejo de federar organizações populares dentro da FMCCAM (Federação Metropolitana de Centros Comunitários e Associações de Moradores), usando uma lógica clientelista através da distribuição de bens materiais e simbólicos (habitação, empregos, honras etc.).

A FASE e a CBB opuseram-se então, mas as organizações populares que apoiaram esgotaram-se enquanto as autoridades conseguiram impor o seu controle político sobre os distritos periféricos. O município de Edmilson Rodrigues (1997-2004), sob a bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT), trabalhou para implantar grandes mecanismos de

democracia participativa, inclusive para apoiar grandes projetos de infraestrutura. Quanto aos últimos quinze anos, ligados à devolução do direito à cabeça da cidade, através das figuras de Duciomar Costa (2005-2012) e Zenaldo Coutinho (desde 2013), os últimos quinze anos assistiram a um declínio parcial do impulso participativo, ou mais precisamente, ao surgimento de formas de mobilização mais distantes do poder público.

Alguns observadores (SERRE, 2001) detectam que nos anos 90, em Belém, nada menos que um terço das organizações do movimento social foram criadas para o saneamento. O seu objetivo é obter uma melhor drenagem das águas residuais através da construção de caleiras ou valas, denunciando a falta de autoridades públicas neste domínio. Mas apesar de ser uma situação que dificilmente melhora, a pressão social diminui gradualmente, como demonstra a dificuldade dos restantes coletivos (Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, por exemplo) em mobilizar os residentes locais.

Na fase do nosso levantamento, uma hipótese para explicar este contraste entre os danos sofridos pelos habitantes devido às inundações recorrentes e a falta de saneamento reside numa estratégia, voluntária ou não, das autoridades públicas para encenar a sua tomada a cargo do problema por grandes obras e transferir a responsabilidade pela sua não resolução efetiva para a população, devido à má manutenção dos canais, combinada com uma aparente tecnicidade do sujeito que tende, como outros, a despolitizá-lo.

1.3. O sistema público da política da água em Belém e suas transformações

Colocar a gestão da água na agenda em Belém não se explica, portanto, apenas ou mesmo primordialmente, pela maior disposição dos atores políticos locais em assumir esta questão, não pela pressão da rua mas, na verdade, em grande parte, pelas sucessivas transferências de poderes sobre esta questão e, em particular, pela transferência gradual desta competência do Estado federal para as autoridades locais - estadual e municipais.

A década de 1970 foi assim marcada pela implementação do Plano Nacional de Remediação (PLANASA) em nível federal que deu

às Companhias Estaduais de Saneamento (CESB) como à COSANPA, no Pará, a tarefa de estabelecer uma tarifa unificada para todos os municípios com a obrigação de transferir suas responsabilidades de água e saneamento para o governo federal (BRITTO, 2010). Este sistema tem sido gradualmente criticado por ser demasiado centralizado e por despolitizar a questão.

A partir do final dos anos 90, várias leis foram aprovadas com o objetivo de descentralizar a gestão da água e dar mais poderes aos municípios e à participação popular (SOUZA, 2017). A Lei 11.445, de janeiro de 2007, em particular, um compromisso entre os promotores de uma abordagem de serviço público à gestão da água e os defensores do CESB, nomeadamente alargou a definição de saneamento básico, acrescentando água da chuva e recolha de resíduos ao abastecimento de água potável e saneamento, considerando a interdependência destes quatro serviços, tornando necessário o seu planeamento conjunto.

Esse texto também facilitou o financiamento de obras de infraestrutura nesta área, abrindo possíveis fontes públicas e privadas, ao mesmo tempo em que tornou obrigatória a contratualização (BRITTO, 2010). Concretamente, no caso de Belém, a gestão não é mais da responsabilidade de um DNOS federal ou da COSANPA, mas do departamento de saneamento municipal, o SESAN. Esta evolução institucional também se reflete para os observadores pela mudança da gestão da água baseada em objetivos quantitativos para objetivos de qualidade (BARRAQUE; FORMIGA JOHNSSON; NOGUEIRA DE PAIVA BRITTO, 2008), particularmente em termos de saúde.

A partir dos anos 90, uma série de projetos de macrodrenagem foram lançados sucessivamente em Belém para tentar resolver o problema das inundações recorrentes através do transbordamento de igarapés e canais existentes. O primeiro foi o projeto da bacia do Una, que foi apreendido por algumas pessoas como um “projeto piloto” para os projetos que se seguiram (bacias de Tucunduba e Estrada Nova), ao mesmo tempo em que se distinguiu como veremos. No entanto, quatro características gerais e interdependentes destes projetos podem ser observadas, nesta fase, do ponto de vista da ação pública implementada: um certo gigantismo e um planeamento a longo prazo que rompe com a lógica de urgência que prevalece no tratamento das cheias; a sua dimensão integrada esforçando-se por ter em conta

múltiplas dimensões; o envolvimento dos habitantes através de vários mecanismos participativos; e, finalmente, uma governação em vários níveis, envolvendo partes interessadas com lógicas e interesses potencialmente distintos.

Olhando mais especificamente para a concepção e implementação de dois destes projetos, veremos agora que a sua concepção e implementação correspondem a um processo de construção evolutiva da relação cidade-natureza, através de múltiplas arbitragens como a construção de compromissos que são inseparavelmente políticos, sociais e técnicos.

Nos últimos anos, os principais investimentos públicos em projetos de macrodrenagem em Belém têm sido por meio do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN). Embora este projeto esteja à margem da nossa pesquisa, é útil mencioná-lo para compreender a evolução da organização institucional e a partilha de competências políticas no domínio da macrodrenagem em Belém. Embora de inspiração diferente no que diz respeito aos vieses urbanísticos, o PROMABEN segue na esteira do projeto de Tucunduba, na medida em que mostra que o município está se encarregando deste tipo de grande projeto urbano.

2. Dinâmica comparativa dos projetos de macrodrenagem nas bacias de Una e Tucunduba: gestão integrada da água nas cidades?

2.1. Comparar projetos de macrodrenagem: com base em quais critérios?

Desde os anos 90 até hoje, a cidade de Belém tem sido palco de grandes projetos de macrodrenagem em três de suas bacias hidrográficas: Una, Tucunduba e Estrada Nova. Esses são os dois primeiros que nos propomos comparar aqui, pois foram realizados anteriormente e estão agora oficialmente concluídos. Acrescentemos que eles tiveram lugar num contexto sociopolítico que consideramos particularmente interessante, como veremos. Antes de mais nada, lembremo-nos que a drenagem urbana se refere à recolha e ao tratamento da água da chuva. Isto pode assumir diferentes formas com diferentes graus de artificialização e tecnicidade e tem lugar em diferentes escalas.

Em particular, a microdrenagem pode ser distinguida como o “sistema de condutos construídos destinados a receber e conduzir as águas das chuvas vindas das construções, lotes, ruas, praças etc.

“Em uma área urbana, a microdrenagem é essencialmente definida pelo traçado das ruas.” e a macrodrenagem “[...] à rede de drenagem natural, preexistente à urbanização, constituída por rios e córregos, localizados nos talvegues dos vales, e que pode receber obras que a modificam e complementam, tais como canalizações, barragens, diques e outros” (AQUAFLUXUS, 2013).

A macrodrenagem faz parte de um sistema de saneamento ecológico mais amplo e está sendo cada vez mais considerada pelos planejadores urbanos brasileiros de forma integrada com o abastecimento de água, o tratamento de águas residuais e a coleta de resíduos, dadas as interdependências óbvias dessas diferentes funções. É esta abordagem integrada que se encontra nos dois projetos estudados, aos quais, para além das obras convencionais relacionadas com a macrodrenagem (canalização de cursos de água, perfuração de canais superficiais ou subterrâneos, alargamento da rede de esgotos, construção de estações de tratamento de águas residuais) se acrescenta uma ação sobre a destruição e reconstrução de edifícios, pavimentação de estradas, construção de pontes, mas também uma dimensão social, através do deslocamento e da realocação de populações, de programas de saúde e educação ambiental e, finalmente, de esquemas participativos para envolver os moradores locais no planejamento desses projetos.

Os objetivos destes projetos são assim multidimensionais, incluindo naturalmente a prevenção de riscos físicos ligados às inundações, que são particularmente significativas dada a topografia de Belém e as suas chuvas tropicais, mas também riscos para a saúde, ligados à estagnação da água contaminada e à falta de acesso à água potável, e riscos sociais, ligados à estagnação da água contaminada e à falta de acesso à água potável, com educação em higiene e saúde, já que as populações mais desfavorecidas carecem de certos reflexos cruciais, como assinalam as organizações não governamentais que trabalham neste tema, e a redução da precariedade habitacional e da falta de equipamentos urbanos básicos nos bairros onde se localizam as baixadas.

Um observador desatento ou distante poderia pensar que dois projetos urbanos na mesma cidade, no mesmo setor e no mesmo tema,

lançados com alguns anos de diferença, apresentariam, se não uma identidade perfeita, pelo menos semelhanças muito fortes. No entanto, isto está longe de ser o caso, como revelado por uma comparação em cerca de uma dúzia de pontos, como empreendemos com base nos materiais recolhidos e que aqui resumimos.

1º) *Os limites de tempo.* Em primeiro lugar, pode-se notar que se os dois projetos apresentam no papel uma duração *a priori* semelhante de cerca de dez anos cada um, entre 1993 e 2004, para a bacia do Una; de 1999 a 2009, para a bacia do Tucunduba. Na realidade, essa cronologia não inclui o tempo de gestação destes projetos: De fato, já em 1986, o município lançou estudos no âmbito de um “Projeto para a Recuperação das Baixadas de Belém”, inicialmente abrangendo as três bacias hidrográficas de Una, Tucunduba e Estrada Nova, mas que, dados os custos estimados da operação, foi inicialmente focada na bacia do Una (SILVA, 2004, p. 2). Além disso, no caso do projeto Tucunduba, o fato de assumir e fundir dois projetos contratados na mesma área pelo município anterior, respectivamente denominados “Infra-Marco” (do nome do distrito em questão) - lançado em 1992 - e “Habitar Brasil” (iniciado em 1996), e cuja não implementação teria bloqueado qualquer possibilidade de obtenção de financiamento para outros projetos. Contudo, isso não impediu que o município PT, não sem a pressão das organizações da sociedade civil, modificasse amplamente o seu conteúdo, como veremos. A cronologia oficial também não reflete os atrasos em relação aos cronogramas originais, em particular no caso do projeto da bacia do Una, que estava inicialmente programado para durar quatro anos e foi prorrogado duas vezes. Finalmente, parece problemático falar do fim dos projetos, uma vez que os “problemas” que deveriam ter resolvido não foram resolvidos e nem todos os resultados previstos foram concluídos.

É precisamente esta necessidade de retomar os trabalhos que está no centro das exigências das mobilizações dos habitantes das duas bacias estudadas (Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una e Frente Belém Popular, em particular) e das ações legais empreendidas.

2º) *O dimensionamento.* O segundo grande ponto de diferenciação entre os dois projetos é o seu tamanho. A bacia hidrográfica do rio Una cobre mais de 60% da superfície urbana de Belém e 600.000 habitantes contra cerca de 10% e 200.000 habitantes para a bacia do rio Tucunduba.

O projeto Una macrodrenagem mobilizou mais de 312 milhões de dólares de financiamento (140 milhões de dólares do BID e 170 milhões de dólares do Estado do Pará) e representou e foi considerado o “maior canteiro de obras urbano da América Latina” na época (MANSUR *et al.*, 2018, p. 1411). Enquanto o orçamento para projetos de macrodrenagem na bacia de Tucunduba, antes de seu renascimento em 1999, era de 28 milhões de reais (menos de US\$ 8 milhões) (BARBOSA, 2003, p. 19).

3º) Os distritos em questão e a sociologia deles. Dada a sua dimensão, a bacia do Una abrange quase vinte distritos da cidade, total ou parcialmente, entre os quais existe uma certa diversidade socioeconômica. Há o influente bairro de Umarizal, sede da verticalização da cidade com seus luxuosos arranha-céus, assim como baixadas como Telégrafo ou Sacramento, e entre dois bairros populares com edifícios “duros”, mas sujeitos a frequentes inundações, como a Pedreira ou Marco. Com exceção do campus da Universidade Federal do Pará, a bacia de Tucunduba inclui quatro bairros compostos principalmente por baixadas com construções precárias e instalações públicas limitadas. Para além dessas diferenças, há também a escala de referência dos projetos que diferem muito, por conseguinte, os objetivos dos projetos. Assim, no caso do projeto da bacia do Uma, a escala de referência é a da Região Metropolitana, com o desafio de ampliar o jogo de controle do cliente; enquanto no caso de Tucunduba, a escala é a do coração da conurbação com o objetivo tácito de promover a miscigenação social no centro urbano.

4º) Os objetivos do projeto. Também neste caso, a comparação dos objetivos inicialmente enunciados pelos designers é, por si só, reveladora de diferenças. Para a bacia de Una, dois foram propostos: “resolver o problema das inundações nas baixadas de Belém através da criação de um sistema eficiente de drenagem” e garantir “a todos os habitantes da bacia de Una uma infraestrutura adequada em termos de estradas de acesso, cobertura das redes de água potável, esgotos sanitários, drenagem pluvial e coleta de lixo” (COSANPA, 2006). O mesmo documento também especificou os resultados esperados: “o aumento do número de ligações domésticas aos sistemas de esgotos construídos pelo Projeto; com a despoluição e descontaminação gradual, a navegabilidade dos canais permitirá a prática de atividades de lazer, esportes aquáticos e agricultura urbana produtiva; a diminuição significativa do número de

casos de doenças transmitidas pela água; uma maior consciência dos problemas ambientais que criará uma consciência crítica e coletiva que prolongará a utilidade das obras realizadas e a preservação do meio ambiente”(COSANPA, 2006).

Em relação a Tucunduba, o objetivo declarado do município de Belém é o seguinte: uma “ revitalização das áreas alagáveis da Bacia do Tucunduba, através de: intervenções físicas e ambientais, com inclusão social dos moradores do entorno; geração de trabalho e renda, incentivando a permanência no local; e criando a gestão participativa na manutenção do bem público” (PMB, 1999, p.3).

Uma comparação dos dois projetos aqui apresentados evidencia duas diferenças entre eles: por um lado, uma ambição muito maior no caso da bacia do Una, que é, em certa medida, proporcional à dimensão espacial da área. Por outro lado, o diferente lugar dado à população: objeto “simples” das ações no primeiro caso, seja material ou social, e atores no segundo, numa abordagem qualificada como “inclusão social”.

5º) *O paradigma de planejamento.* Conforme alguns observadores, incluindo alguns de nossos entrevistados, há uma grande diferença entre os dois projetos na forma como o tratamento do canal é projetado. No caso da bacia do Una, o aterramento, praticado desde o século XIX de forma espontânea ou planejada, consiste em encher os cursos de água e encher de terra a parte inferior das casas em palafitas e, ao mesmo tempo, transformar as “ruas de palafitas” em ruas clássicas (de terra). Por outro lado, com o projeto Tucunduba, a ideia era preservar o acesso, a visibilidade e o traçado do rio e simplesmente deslocar as casas um pouco mais para longe e para um terreno que foi levantado acima do leito do rio. No entanto, ainda precisamos entender o processo exato pelo qual essa mudança de paradigma ocorreu e até que ponto ela realmente constitui uma ruptura, que nossas investigações ainda não nos permitiram identificar.

6º) *A ação sobre os cursos de água.* Um dos pontos na sua concepção em que os dois projetos provavelmente diferem mais fortemente diz respeito à forma como a ação sobre os rios foi prevista a fim de reduzir as inundações. Enquanto o projeto da bacia de Una adotou a solução de artificializar os rios na forma de canais com perímetros cimentados, equipados com barragens e comportas para abri-los no rio em caso de enchimento pesado; no caso da bacia de Tucunduba, tal solução parecia

ao mesmo tempo muito cara e menos eficiente, especialmente do ponto de vista da manutenção e limpeza dos canais. Assim, optou-se por preservar ao máximo os igarapés naturais e criar canais sem represas para deixar a maré limpar naturalmente o alivião que neles se instala²⁶. De certa forma, essas escolhas podem ser resumidas como, por um lado, no caso de Una, referindo-se à lógica da “Amazônia das estradas”, quando, por outro lado, a escolha de Tucunduba corresponderia mais a uma lógica de penetração da “Amazônia dos rios” na cidade de Belém.

Figura 2: Visão característica do modelo de urbanização por artificialização das igarapás no distrito de Pedreira (bacia de Una).



Foto: C. Pin.

26. Entrevista com Francisco Pasetto Lopes, engenheiro hidráulico e Secretário do Saneamento na Prefeitura de Belém na equipe do Edmilson Rodrigues, 22 de maio de 2019.

Figura 3: Visão característica do modelo de desenvolvimento da bacia de Tucunduba, preservando o leito do igarapé, seu acesso e a vegetação.



Foto: C. Pin.

7º) A dimensão participativa. Em ambos os casos, de acordo com a Constituição de 1988, que coloca ênfase na descentralização e na participação popular, embora não sem ambiguidade (FONSECA, 2007), a questão da participação popular ocupa um lugar importante em ambos os projetos. No caso da bacia do Una, a demanda popular é assim destacada na própria origem do projeto: diz-se que o projeto resulta de “todo um processo de reivindicações da população, através de suas organizações comunitárias, desde o início dos anos 70, para melhorar suas condições de vida” (DINIS, 1995, p. 9 *apud* PORTELA, 2005).

Por sua vez, a Comisão de Bairros de Belém (CBB) apresenta o projeto como “uma grande conquista popular” (PORTELA, 2005, p. 148). No entanto, no decorrer do projeto em si, enquanto vários dispositivos são colocados em prática, a começar pelo Comitê Assessor, “como um mecanismo para viabilizar o diálogo entre as camadas populares e o poder público, no sentido de assegurar a cooperação e otimizar os recursos financeiros e sociais”. Esse comitê era composto por 18 membros, sendo 8 representantes dos poderes públicos, 9 representantes da Sociedade Civil (entre eles 8 representantes de cada dos 9 sub-bacias)

e 1 representante da Empresa Consultora. No entanto, só em 2001, perto do fim do projeto, foi organizado um primeiro fórum, reunindo os líderes oficiais do projeto e dos habitantes, mais precisamente líderes comunitários, representantes das igrejas católica e evangélica, associações de mulheres etc, em um fórum de cerca de 470 pessoas.

Finalmente, um Conselho gestor da bacia (CONGEB-UNA) foi criado no final dos trabalhos, em dezembro de 2003. “Eleitos por aclamação durante a Primeira Conferência da Bacia do Una, seus 24 membros (2 titulares e 1 suplente para cada uma das 8 sub-bacias) têm a tarefa de “[...] receber e encaminhar como demandas das comunidades[...]” e “[...] ações e medidas articulares para resguardar a integridade das obras de macrodrenagem, após a sua conclusão, exercendo o indispensável controle social para a manutenção das conquistas e ampliá-las em áreas não atingidas pelo projeto UNA” (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2004, p. 7-8). No entanto, a legitimidade destes representantes é questionada por algumas testemunhas, que os acusam de terem sido cooptados pelas autoridades e de não cumprirem realmente os seus mandatos²⁷.

O caso da Bacia de Tucunduba é bem diferente na medida em que a questão da participação vai além do escopo do projeto. Na verdade, esta é uma prioridade declarada da nova equipe municipal, que fará esforços significativos para envolver os habitantes e não apenas os líderes comunitários.²⁸ Um grande sistema de orçamento participativo foi assim implementado em 1997, seguido em 2001 por outro sistema conhecido como o “Congresso da Cidade”.

O objetivo é reforçar a representação dos diferentes grupos sociais minoritários, através do estabelecimento de diferentes assembleias temáticas e territoriais, mas também estabelecer um “modelo matricial” de planeamento urbano através de diferentes eixos intersetoriais e da eleição direta de conselhos distritais e de uma câmara municipal. No total, de acordo com os dados do município, não menos de 800.000 pessoas participaram nas diversas reuniões organizadas neste âmbito²⁹.

27. Entrevista com um membro do Frente dos Moradores prejudicados da Bacia do Una, 22 de maio de 2019.

28. Entrevista com Jurandir Santos de Novaes, Secretária Municipal Planejamento (2000/2004), 24 de maio de 2019.

29. Para mais detalhes, ver NOVAES (2012).

O projeto de macrodrenagem em si foi, portanto, parte desta dinâmica e foi dada particular ênfase ao envolvimento direto dos moradores locais em sua concepção. Na verdade, a arquitetura geral do projeto foi significativamente modificada em relação aos projetos “Infra-Marco” e “Habitar Brasil”, levando em conta certas demandas dos habitantes e as recomendações dos pesquisadores: Assim, as superfícies de relva foram preferidas ao betão inicialmente planeado, a circulação do terreno foi significativamente limitada, foram acrescentadas ciclovias, praças e áreas de lazer e foi planeada também a urbanização das margens de forma a gerar rendimento para a população local e permitir a sua manutenção, algo não previsto nos planos iniciais (BARBOSA, 2003, p. 20). Além disso, foram instaladas várias cabanas temporárias de madeira na entrada da Universidade, uma localização estratégica porque também permite que a Universidade se integre mais na área urbana e simboliza a forte parceria estabelecida entre o município e os pesquisadores desta instituição pública para a realização deste projeto, a fim de permitir que os habitantes venham e expressem suas queixas. Finalmente, mais de 140 representantes foram eleitos nas diversas assembleias de bairro convidadas pela cidade, que puderam assim dar dezenas de conselhos para influenciar o projeto e supervisionar os trabalhos³⁰.

8º) O sistema de ação pública. Ao estudar e comparar este tipo de projeto urbano, é obviamente crucial prestar muita atenção à identidade dos iniciadores, financiadores, gestores de projeto e dos vários executores, bem como aos seus respectivos interesses e motivos, às suas concepções de como o projeto deve ser, ao seu papel, e às suas interações, seus conflitos ou seus compromissos. Em outras palavras, ir além da simples distribuição de papéis, no papel, a fim de entender em termos concretos como a ação de cada pessoa é articulada. No caso do projeto da bacia de Una, ele foi, portanto, iniciado pelo Estado do Pará, também cofinanciador do BID, que impôs um certo conjunto de especificações e um relativo controle do trabalho.

A COSANPA estava coexecutando as obras, enquanto a cidade de Belém, através da SESAN, em particular, era parceira. O projeto Tucunduba foi iniciado pela cidade de Belém, com o cofinanciamento da Caixa Econômica Federal e o envolvimento do Estado do Pará através

30. Entrevista com Edmilson Rodrigues, 27 de maio de 2019.

da COSANPA. Quatro níveis de ação pública (internacional, federal, estadual e municipal) estão, portanto, envolvidos nestes dois projetos, revelando uma certa confusão quanto à definição da “propriedade” do problema público, o que pode explicar, em grande parte, os atrasos e a incompletude de cada um dos dois projetos.

2.2. Um contexto político particular: a importância da variável partidária

Finalmente, há uma variável que consideramos essencial para analisar este tipo de projeto de planejamento urbano, mas que nos surpreendeu não ver mencionada na abundante literatura dedicada a eles. É a variável partidária que, no entanto, está amplamente presente no discurso dos nossos entrevistados e que nos parece desempenhar um papel importante. Na nossa opinião, a alternância na Câmara Municipal de Belém com a eleição de Edmilson Rodrigues sob as cores do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1997, mas também a sua “coabitacão” com um governador do outro campo, explicam grande parte das tensões e para além da dinâmica destes projetos.

Embora apenas alguns anos separam a implementação da macrodrenagem das bacias do Una e do Tucunduba, a situação política, tanto local como nacional, mudou radicalmente nesse ínterim. Desde o fim da ditadura, a cidade tem sido marcada por relativa instabilidade eleitoral: em 1989, o Partido dos Trabalhadores (PTB) sucedeu ao PMDB, que está à frente da prefeitura desde 1983, mas o prefeito eleito é ninguém menos que Sahid Xerfan, já no cargo entre abril e julho de 1983, sob o selo do PMDB. Em 1993, Hélio Gueiros tornou-se prefeito sob o selo do Partido da Frente Liberal (PFL), uma cisão do PDS. A eleição de 1997 marcou a primeira verdadeira alternância com a eleição de Edmilson Rodrigues, que cumpriu dois mandatos sob o rótulo do PT (1997-2004) e antecipou a vitória desta formação em nível nacional. Ele foi sucedido por Duciomar Costa (PTB), que foi eleito por jogar seu apoio a Lula contra Ana Julia Carepa (PT), a sucessora designada de Edmilson. Edmilson também cumpriu dois mandatos (2005-2012), mas tem sido objeto de mais de 20 processos judiciais, desde 2006, por apropriação indevida de fundos públicos.

Ele foi preso pela primeira vez em 2017 e condenado a 5 anos de prisão em maio de 2019. Em 2013, Zenaldo Coutinho (PSDB) tornou-se prefeito e foi reeleito para um segundo mandato, que termina no momento em que escrevo. Se as partes mudam frequentemente, é sobretudo o período do mandato de Edmilson que marca uma ruptura no domínio notarial. Vem precisamente no momento que nos interessa, quando o projeto Una já foi lançado, enquanto o projeto Tucunduba está sendo preparado.

Além do nível municipal, deve-se levar em conta a articulação entre os três níveis: municipal, estadual e federal, pelo menos. No entanto, no nível do estado federado do Pará, a maioria política está mais inclinada para a direita, desde o fim da ditadura, com uma sucessão de governadores do PMDB (Jader Barbalho de 1983 a 1987, depois de 1991 a 1994 e Hélio Gueiros no meio). Jader demitiu-se em 1994 e foi eleito pouco depois senador, mas também foi processado por corrupção. Seu vice-governador, Carlos Santos, do Partido Progressista Conservador (PP), sucedeu-o por alguns meses. Foi seguido por Almir Gabriel (PSDB), por dois mandatos (1995-2003), que assim assegurou uma espécie de coabitação com Edmilson, o que teve repercussões na implementação dos projetos que nos interessam e, depois Simão Jatene (2003-2007), ainda filiado ao PSDB, que foi sucedido em 2007 por Ana Julia Carepa (PT), uma infeliz candidata às eleições autárquicas alguns anos antes. Em 2011, Jatene foi novamente eleito para dois mandatos (2011-2018), antes de Helder Barbalho (PSDB) suceder-lhe na Governadoria do Pará.

Nesse cenário, o nível federal, marcado pela adesão de Lula ao Planalto em 2003, está experimentando uma popularidade sem precedentes, ao mesmo tempo em que polariza fortemente a sociedade brasileira. A presença do antigo metalúrgico na inauguração da primeira fase dos trabalhos do projeto de Tucunduba em 2004 é, portanto, tudo menos insignificante e parece dar expressão concreta à preocupação do município.

Figura 4: O Presidente Lula na inauguração da primeira fase do projecto Tucunduba em 2004.



Fonte: site do deputado Edmilson Rodrigues: <<https://www.edmilsonpsol.com.br/macrodrrenagem-do-tucunduba-conquista-da-luta-do-povo/>> . Acesso em 20 de fevereiro de 2019]

A variável partidária desempenha um forte papel no desenvolvimento de grandes projetos de diversas maneiras. Por um lado, ela influencia o estilo de governo com, para alguns funcionários eleitos com um perfil “notável”, um clientelismo assumido que pode ir até a prevaricação sancionada pelos tribunais. Por outro lado, a adesão ao município da equipe liderada por Edmilson Rodrigues traduz-se por uma forte ênfase na participação concreta dos habitantes, mas também por uma polarização do debate público: “Eles atribuíam a nossos projetos que eram projetos de baixa qualidade, que não incorporava tecnologia, que não...mas para quê? Para justificar intervenções segregadoras, intervenções para determinadas classes: eram dois projetos que se afrontavam. Se você pega os jornais da época, vai encontrar um período em que existe um debate na cidade sobre esses projetos”³¹.

E, de fato, a morfologia muito diferente dos dois projetos não parece ser tanto uma questão de fatores técnicos, mas de escolhas políticas reais: em particular, a de não colocar uma fechadura no projeto da

31. Entrevista com Jurandir Santos de Novaes já mencionada.

bacia de Tucunduba, para deixar a maré limpar os canais e preservar o máximo possível os igarapés naturais, justificando de certa forma a forte politização indicada por Jurandir Santos de Novaes neste trecho da entrevista.

De fato, duas coabitacões invertidas finalmente ocorreram durante o período estudado, com a maioria do PT no município de Belém, enquanto o PSDB estava à frente da governadora do Estado do Pará, e depois uma inversão quando Duciomar Costa sucedeu Edmilson Rodrigues como prefeito, pouco antes de Ana Julia Carepa, sua infeliz adversária nas eleições municipais, ser eleita governadora. Para além dos aparelhos, são de fato os “meios partidários” (SAWICKI, 1997) que estão em jogo, ou seja, todas as redes de interconhecimento e grupos sociais concretos que gravitam em torno do partido sem lhe pertencerem necessariamente e que lhe conferem uma sociologia local particular em relação às suas outras âncoras territoriais. Embora o seu estudo ainda esteja por fazer no caso de Belém, a importância do clientelismo eleitoral notado por vários pesquisadores e pelos próprios entrevistados ressalta a necessidade de se estar muito atento a ele na análise da concepção e implantação de projetos urbanos.

1.3 Avaliação do projeto: uma tarefa delicada e uma luta em si

Está obviamente fora de questão propor aqui uma avaliação definitiva e exaustiva destes dois projetos aqui estudados, uma tarefa que já foi e muito melhor levada a cabo por outros investigadores a quem encaminhamos os leitores interessados. Acima de tudo, gostaríamos, mais uma vez, através dos dois casos comparados, de levantar algumas questões sobre as dificuldades e questões levantadas por tal empreendimento, particularmente num contexto em que a avaliação das políticas públicas se torna cada vez mais imperativa (FOUQUET, 2013).

Se primeiro compararmos as realizações com os objetivos iniciais, utilizando a abordagem mais trivial, é evidente que existem algumas deficiências. No caso do projeto de macrodrenagem da bacia do Uma, em particular, parte das construções planejadas não foram realizadas

ou, quando o foram, não foram colocadas em serviço, como foi o caso da maioria das estações de tratamento de águas residuais.

Assim, nota-se uma diminuição preocupante na proporção de residências ligadas à rede de esgotos ou equipadas com fossas sépticas na cidade, dentro de uma década, após a conclusão das obras de construção, proporção essa que caiu de 75,1% para 68,4%, entre 2000 e 2010 (IPSOE, 2015, p. 12). Ainda mais problemático é que as cheias não foram resolvidas e vários canais continuam a transbordar regularmente durante chuvas fortes, inundando uma parte significativa da área. Estes eventos tornam uma série de ruas simplesmente intransitáveis a pé ou de carro, durante horas a fio, aumentando o congestionamento do tráfego em outras áreas. Pior ainda, as casas de muitos habitantes ficam literalmente inundadas, com as consequências que só se pode imaginar.

Utilizando um índice de fragilidade geral, ele próprio baseado em critérios técnicos, ecológicos e institucionais, dois pesquisadores demonstraram, além disso, que a cidade ainda é bastante vulnerável às inundações na área da Bacia de Una, apesar do trabalho realizado (SILVA; PINHEIRO, 2019). Mais interessante é a imputação deste problema: de fato, se as autoridades dificilmente podem negar este fracasso, elas tendem a responsabilizar os ribeirinhos por ele, por causa do desperdício que lançariam diretamente nos canais. Há sinais e inscrições no mobiliário urbano, incitando a população a não atirar lixo para os canais floresceram assim em torno dos canais como uma resposta. No entanto, se a presença de resíduos domésticos está de fato presente, a sua única responsabilidade pelo transbordamento dos canais parece um pouco precipitada e é, de qualquer forma, fortemente contestada por certas organizações de residentes.

Figura 5: Inscrição “Lixo é um crime ambiental” no bairro de Fátima (bacia de Una).



Foto: C. Pin.

Estes, tal como a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU) - cujo nome exprime a preocupação de reverter o estigma ligado às autoridades públicas - apontam a falta de manutenção dos canais pelo município e denunciam a não realização de grande parte do trabalho e a cobrança de impostos por serviços públicos não prestados (em particular o tratamento das águas residuais)³².

Em apoio ao caso do FMPBU, um grande escândalo de corrupção ocorreu após a conclusão do trabalho. Durante o mandato de Edmilson Rodrigues, um punho de ferro havia sido contratado com o governador do Pará, Almir Gabriel, que se recusou a transferir a propriedade das máquinas de manutenção do canal para o município, como havia feito no contrato do projeto. No entanto, quando Duciomar Costa sucedeu a Edmilson Rodrigues, Gabriel fez imediatamente esta transferência.

Duciomar Costa revendeu então o equipamento a uma empresa da qual acabou por ser acionista, retirando-o assim do município. Um negócio que vai levar Duciomar Costa à prisão, mas deixa o município

32. Para mais detalhes, ver Cruz, Soares e Alves (2017) e o Website do FMPBU: <http://frentebaciadouna.blogspot.com/>

sem meios para realizar os trabalhos necessários de dragagem e manutenção dos canais. Assim, o novo município está se afastando do projeto de macrodrenagem e se concentra em estradas alcatroadas, uma ação popular para atrair os votos dos habitantes pobres mas que, na verdade, agrava os problemas de inundação ao impedir que a água penetre no solo onde ela é artificial³³. Significativamente, apesar da sua postura contrária e crítica, o FMDPBÚ afirma ser “apolítica”³⁴.

Não é o caso da Frente Belém Popular que é mais ativa na região de Tucunduba e também denuncia as deficiências da cidade, mesmo que as escolhas técnicas feitas tenham reduzido o risco de inundações. A dinâmica participativa lançada pelo município de Edmilson parece, no entanto, estar dando alguns frutos aqui, como demonstra a existência de iniciativas como o coletivo “Ame o Tucunduba” lançado há alguns anos por um grupo de estudantes da UFPA.

A associação tem atualmente três projetos focados na reapropriação pela população local deste rio urbano e questões relacionadas. O primeiro chama-se “Faça você mesmo” e tem como objetivo mudar os espaços na beira canais: limpar o lixo, amenajar praças com flores etc. O segundo projeto se chama “Fala Tucunduba” e consiste na formação de jovens da periferia para capacitá-los nas temáticas do meio ambiente ou do saneamento básico e gestão da cidade, para que eles possam atuar mais eficientemente nessas questões, e o mais recente é “Expedição Tucunduba”, encaminhada principalmente aos jovens estudantes das escolas dos bairros da bacia³⁵. Também aqui, esta organização, que tem vários apoios institucionais, especialmente financeiros, revela a ambiguidade da participação popular, na medida em que, por um lado, o empoderamento é impulsionado a partir do exterior da população em causa e, por outro lado, porque encarna uma forma de substituição das deficiências do poder público, mais do que a pretensão de que este está a cumprir o que normalmente faz parte da sua missão.

Finalmente, há outra questão crucial que muitas vezes é subestimada, se não ausente dos projetos e de certas análises: a questão

33. Entrevista com Edmilson Rodrigues já mencionada.

34. Entrevista com Alexandre Costa, animador do FMPBU, 22 de maio 2019.

35. Entrevista com Mariana Guimaraes, diretora da Comunicação e da Mobilização da Ame o Tucunduba, 30 de outubro 2020.

do assentamento. No caso de grandes projetos urbanos como os aqui estudados, esta questão tem dois aspectos distintos, mas complementares. O primeiro, de âmbito muito geral, diz respeito às variações nos preços dos terrenos causadas pelas obras. Como estas obras têm o efeito potencial de melhorar as condições de vida, reduzindo o risco de inundações ou melhorando a oferta de serviços coletivos, podem também ter a consequência de tornar o acesso à terra incomportável para as classes trabalhadoras, sejam residentes, sejam comerciantes, e provocar o fenômeno de “gentrificação”.

O outro aspecto diz respeito ao deslocamento de populações necessário para o próprio trabalho. Assim, os habitantes das casas em palafitas instaladas diretamente nos canais ou igarapés estão entre os mais preocupados, e as soluções propostas a eles - a moradia na periferia da cidade, se ela pode fazê-los ganhar em conforto material, tem a consequência de removê-los de seu ecossistema social, que não é isenta de tensões, que podem se manifestar tanto em escala individual quanto coletiva (ABELÉM, 1988).

Note-se que no caso do projeto de Tucunduba a questão foi mais antecipada porque se tratava de ir além da mera compensação. Os habitantes deslocados numa faixa de 60 metros à volta de Tucunduba puderam de fato escolher entre uma soma de dinheiro para se realojarem ou uma nova casa no mesmo Conjunto, chamada Eduardo Angelim. Além disso, tiveram a possibilidade de trocar o seu lugar neste Conjunto com outros habitantes do bairro que depois lhes deixaram o seu próprio alojamento, para ter em conta as diferentes sensibilidades de desenraizamento (BARBOSA, 2003).

Para que estas pessoas pudessem permanecer no bairro, foram também incluídas ações específicas para desenvolver atividades econômicas e, portanto, empregos. A sua avaliação continua por fazer, mas a intenção, de qualquer forma, indica atenção a estas questões, mesmo que outras soluções mais diretivas, praticadas noutros locais, como o controle do arrendamento ou a municipalização de certas parcelas de terreno, não pareçam ter sido consideradas para preservar a sociologia do assentamento original.

Finalmente, de forma transversal, podemos mencionar a luta contra a privatização da COSANPA, que não se reduz à distinção

Una/Tucunduba, mas que se manifestou no contexto da prefeitura de Edmilson. Hoje, as organizações de habitantes suspeitam que estão a deixar que a situação se deteriore para justificar a privatização barata da COSANPA, depois de outras empresas que pertenceram ao Estado do Pará (RODRIGUES, 2010, p. 135-136).

Considerações finais

Através deste estudo comparativo de dois casos de grandes projetos urbanos já amplamente delimitados, procuramos sobretudo romper com um duplo determinismo, tecnológico, por um lado, e econômico, por outro, mostrando que apesar da importância das apostas ligadas à macrodrenagem e dos fortes constrangimentos ligados à configuração territorial da cidade de Belém, as “soluções” para os “problemas” identificados não são totalmente ditadas pelo terreno, nem são inteiramente dedicadas à maximização dos interesses capitalistas.

A comparação dos dois projetos selecionados mostra de fato que são possíveis alternativas em termos de gestão urbana na mesma cidade e no mesmo período e que a configuração sociopolítica desempenha um papel importante tanto nas decisões que são tomadas quanto no progresso dos projetos.

Este texto também teve como objetivo lembrar a impossibilidade de separar as dimensões técnica, social, ecológica e política em projetos urbanos tão importantes. Embora os designers dos macroprojetos de drenagem estudados parecessem ser motivados, pelo menos no papel, pelo desejo de ter em conta esta integração na concepção dos seus projetos, deve notar-se que não pareciam ou não queriam perceber os conflitos de redistribuição do espaço e dos recursos associados gerados por tais desenvolvimentos.

Tais conflitos foram-lhes assim recordados pela mobilização da sociedade civil, ela própria longe de ser homogênea, e por certos investigadores críticos que se ocuparam destas questões. Sua mobilização é um lembrete da tensão que perpassa qualquer projeto urbano entre o planejamento estratégico, que vê a cidade como um bem econômico a ser desenvolvido, e um direito à cidade para as classes mais desfavorecidas, que também está inseparavelmente ligado

ao direito a um ambiente sustentável (CRUZ; SOARES; ALVES, 2017). Essa tensão parece assim estar no centro do que se poderia chamar de ambientalização cinzenta, específica do ambiente urbano, que é também intrinsecamente um espaço ecológico, social e político.

Referências

- ABELÉM, Aurileia. *Urbanização e remoção: por que e para quem?* Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2018 [1988].
- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos avançados*, vol. 24, n. 68, p. 103-119, 2016.
- AKRICH, Madeleine. La construction d'un système socio-technique. Esquisse pour une anthropologie des techniques. In AKRICH Madeleine; CALLON Michel; LATOUR Bruno (Org.) *Sociologie de la traduction : Textes fondateurs*. Paris: Presses des Mines, p. 109-134, 2006.
- AQUAFLUXUS. Microdrenagem e Macrodrenagem – os subsistemas característicos da drenagem urbana". Aquafluxus. Consultoria ambiental em recursos hidricos Website, 2013. Disponivel em: <https://www.aquafluxus.com.br/microdrenagem_e_macdrenagem_os_subsistemas_caracteristicos_da_drenagem_urbana/?lang=en>. Acesso em: 19 fev. 2020.
- AUBRIOT, Olivia; FERNANDEZ, Sara; TROTTIER, Julie; FUSTEC, Klervi. Water technology, knowledge and power. Addressing them simultaneously. *Wiley Interdisciplinary Reviews: Water*, vol. 5, n. 1, p. e1261, 2018.
- BARBOSA, Maria José da Souza (Org.). *Estudo de caso: Tucunduba: Urbanização do Igarapé Tucunduba, Gestão de Rios Urbanos – Belém/Pará*. Belém: UFPA, 2003.
- BARRAQUÉ, Bernard, Eau Bien Commun / Eau Service Public : discussion Nord-Sud. *Encyclopédie du développement durable*. 30 juillet 2017 [Online]. Disponivel em: <<http://encyclopedie-dd.org/encyclopedie/neige-neige-gouvernance-neige/eau-bien-commun-eau-service-public.html>>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- BARRAQUÉ, Bernard; FORMIGA JOHNSSON, Rosa Maria; NOGUEIRA DE PAIVA BRITTO, Ana Lúcia. The development of water services and their interaction with water resources in European and Brazilian cities. *Hydrology and Earth System Sciences*, n.12, p.1153-1164, 2008.

- BRITTO, Ana Lucia. La nouvelle loi sur la gestion des services d'eau et d'assainissement au Brésil. *Revue Tiers Monde*, n. 203, p. 23-39, 2010.
- CARY, Paul; GIORGIO, Armelle; MELO Ana (Org.). *Affronter le manque d'eau dans une métropole*. Villeneuve d'Ascq: Presses du Septentrion, 2018.
- CASCIARRI, Barbara. Systèmes sociotechniques, savoirs locaux et idéologies de l'intervention. Deux exemples de gestion de l'eau chez les pasteurs du Soudan et du Maroc. *Autrepart*, vol. 65, n. 2, p. 169-190, 2013.
- CHRISTOPHERS, Brett. Revisiting the Urbanization of Capital. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 101, n. 6, p. 1347-1364, 2011.
- CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; ALVES, André Luiz Santos. O projeto de macrodrenagem da bacia do Una em Belém (PA): caracterização e análise sob a ótica do planejamento estratégico. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, agosto 2017, São Luis (Maranhão).
- DROULERS, Marine. Fazer Territórios na Amazônia. *Confins*. n.31, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/12065>>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- EMELIANOFF, Cyria. L'écologie urbaine entre science et urbanisme. *Quaderni*. n. 43, p. 85-99, 2000.
- FONSECA, Francisco. Democracia e participação no Brasil: descentralização e cidadania face ao capitalismo contemporâneo. *Revista Katálysis*. vol. 10, n. 2, p. 245-255, 2007.
- FOUQUET, Annie. L'évaluation des politiques publiques : État(s) de l'art et controverses. *Revue française d'administration publique*, n. 148, p. 835-847, 2013.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Conselho gestor: um novo modelo de gestão, documento de propaganda, 2004.
- GUSFIELD, Joseph. *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.
- HARVEY, David. *The Urbanization of Capital*. London: Blackwell Publishers, 1985.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Governança Metropolitana no Brasil: Região Metropolitana de Belém*. Relatório de

pesquisa, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel_1_1_rm_belem.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

LOPES, José Sérgio Leite; ANTONAZ, Diana ; PRADO, Rosane ; SILVA, Gláucia (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e contrôle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, n. 25, p. 31-64, 2006.

MANSUR, Andressa Vianna ; BRONDIZIO, Eduardo ; ROY, Samapryia *et al.* Adapting to urban challenges in the Amazon: flood risk and infrastructure deficiencies in Belém, Brazil. *Regional Environmental Change*, n.18, p. 1411–1426, 2018.

NOVAES, Jurandir Santos de. *Território e lugar: a construção democrática da metrópole – o Congresso da cidade de Belém do Pará*, 2012. Tese (Doutorado em geografia) - Universidade federal do Pará.

PINSON, Gilles. Penser par cas, penser par comparaison. Études urbaines et pratique des monographies comparées. In: Authier Jean-Yves, Baggioni Vincent, Cousin Bruno, Fijalkow Yankel, Launay Lydie (Org.). *D'une ville à l'autre. La comparaison internationale en sociologie urbaine*. Paris: La Découverte, p.43-66, 2019.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Belém do Pará: cidade e água. *Cadernos Metrópole*, vol.17, n..33, p.41-60, 2015.

PORTELA, Roselene de Souza. *Planejamento, participação popular e gestão de políticas urbanas: a experiência do projeto de macrodrenagem da bacia do Una (Belém, Pará)*, 2005. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Universidade federal do Pará.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM (PMB). *Programa de Gestão dos Rios Urbanos: Projeto de Recuperação e Urbanização da Bacia do Tucunduba*, 1999. Belém: PMB.

RODRIGUES, Edmilson. *Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento*, 2010. Tese (Doutorado em Geografia – Universidade de São Paulo).

SAWICKI, Frédéric. *Les réseaux du parti socialiste*. Paris: Belin, 1997.

SERRE, Agnès. Belém, une ville amazonienne. Aménagement du territoire et organisations populaires. Paris: L'Harmattan, 2001.

SILVA, Kleber Roberto Matos da. A implantação de obras civis e de saneamento na Bacia do Una, em Belém do Pará, e as condicionantes relacionadas às características geológicas e geotécnicas, 2004. Dissertação (Mestrado em engenharia civil) - Universidade federal do Pará.

SILVA, Andressa Hilana; PEREIRA, Mercês da; PINHEIRO Ana Valéria dos Reis. Indicadores de fragilidade de sistema de drenagem urbana. Estudo de caso da bacia hidrográfica do Una-Pará. Documento de trabalho. Disponível em: <<https://www.saneamentobasico.com.br/wp-content/uploads/2019/10/INDICADORES-DE-FRAGILIDADE-EM-UM-SISTEMA-DE-DRENAGEM-URBANA-ESTUDO-DE-CASO-DA-BACIA-HIDROGR%C3%81FICA-DO-UNA-PA.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SOUZA, Cezarina Maria Nobre. Gestão da água e saneamento básico: reflexões sobre a participação social. *Saúde Social*, vol. 26, n. 4, p.1058-1070, 2017.

TEISSERENC, Maria José, 2016. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. *Caderno CRH*, vol. 29, n. 77, p. 229-242, 2016.

TEISSERENC, Pierre. *L'action publique dans ses nouveaux territoires en France et au Brésil*, Paris: L'Harmattan, 2013.

TEISSERENC, Pierre. As vias da integração da mobilização social no campo político. *Caderno CRH*, vol. 29, n.77, p. 243-259, 2016.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da SA. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável : efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. *Sociologia & Antropologia*, vol.4, n.1, p. 97-125, 2014.

VIGOUR, Cécile. *La comparaison dans les sciences sociales*. Paris: La Découverte, 2005.

VRAIN Philippe. Ville durable et transports : automobile, environnement et comportements individuels. *Innovations*, vol. 18, n. 2, p. 91-112, 2003.

WEBER, Max. *Ensaios sobre as ciências sociais*. São Paulo: Centauro Editora, 2003 [1918].

CAPÍTULO 3

INUNDAÇÕES URBANAS E VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NA BACIA DO UNA EM BELÉM DO PARÁ

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Sandra Helena Ribeiro Cruz

José Alexandre de Jesus Costa

Introdução

Este artigo consolida o resultado das pesquisas e atividades de extensão universitária, realizadas no âmbito do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, por meio do Grupo de Pesquisa em Política Urbana e Movimentos Sociais na Amazônia (GPPUMA) e do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), junto ao movimento social urbano denominado Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU).

O presente trabalho tem como objetivo analisar os elementos determinantes da violação de direitos humanos e ainda dar visibilidade à luta desencadeada nas áreas afetadas por políticas públicas de saneamento em Belém, tendo como espectro as denúncias relativas às inundações e ao saneamento inconcluso na bacia hidrográfica do Una de modo a produzir subsídios para que não apenas a FMPBU, mas também outros movimentos sociais possam lutar pelo Direito à Cidade em Belém.

Desde 2008, membros da FMPBU têm buscado a interlocução com órgãos administrativos ligados ao Poder Judiciário, tais como o Ministério Público do Estado (MPE), a Defensoria Pública do estado do Pará e com diversas entidades de defesa dos Direitos Humanos, como a Comis-

são de Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA), a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH/PA), a Comissão Especial para Assuntos de Saneamento da Organização das Nações Unidas (ONU), as Comissões de Meio Ambiente, de Saúde e de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará (OAB/PA), a Universidade Federal do Pará e até mesmo a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A interação dos membros da FMPBU com esses sujeitos foi importante para a qualificação dos debates com a sociedade civil como um todo e para a criação de canais de comunicação com representantes do Poder Executivo, tendo em vista a falta de transparência e a dificuldade de se obter informações junto às administrações municipal e estadual. O diálogo com entidades de defesa de direitos difusos e de direitos humanos também foi positivo pelo seu efeito pedagógico de familiarização dos membros da FMPBU com as estruturas burguesas do Estado e da Justiça. Entretanto, mesmo com a intervenção do MPE e do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos da Defensoria Pública, pouco se avançou na efetivação do direito à moradia digna e ao saneamento básico na Bacia do Una, enquanto inundações urbanas continuam a ocorrer, causadas pelo transbordamento de canais de drenagem. Este artigo questiona até que ponto uma abordagem formal dos direitos humanos – enquanto conjunto estabelecido de normas abstratas e universais – é capaz de oferecer soluções a problemas concretos como os da população da Bacia do Una e explora as possibilidades de pensar direitos humanos em uma perspectiva crítica³⁶, isto é, direitos humanos enquanto processos (HERRERA FLORES, 2008; 2010). Considerar direitos humanos enquanto processos é levar em conta o seu estatuto epistemológico dialético, isto é, não como formulação apriorística que antecede a experiência, mas como a sua reinvenção constante no cotidiano a partir da realidade concreta dos sujeitos que têm seus direitos violados.

A opção por uma lógica do conteúdo em vez de uma lógica formal, para usar a terminologia de Lefebvre (1991), aponta necessariamente

36. Aceitando a sugestão da Defensora Pública Juliana Oliveira durante o seminário mensal Quintas Urbanas intitulado “Perspectivas sobre alagamentos em Belém: resistência e planejamento urbano” realizado em 16 de agosto de 2018, na Universidade Federal do Pará.

para a investigação científica que tem por objetivo produzir uma forma de representação do mundo mais próxima o possível do real ou, como escreveu Karl Marx (2008), “como uma rica totalidade de determinações e de relações diversas” (MARX, 2008, p.258). Metodologicamente, isso implica o abandono das explicações superficiais ou unidimensionais e o exame crítico sobre o que as expressões fenomênicas da realidade são capazes de revelar sob a sua aparência. No caso da Bacia do Una, a maior expressão fenomênica da violação de direitos humanos tem sido os constantes alagamentos e inundações que levam as águas contaminadas dos canais de macrodrenagem para dentro das residências, destruindo o patrimônio afetivo e material das famílias residentes naquele lugar.

A investigação deve ir além da discussão sobre as inundações em si, que devem ser entendidas como a superfície do problema ou como um sintoma de violações aos direitos humanos que ocorreram anteriormente ou de forma paralela até o momento presente. Antes, este artigo busca discutir os determinantes que, articulados, têm produzido a violação de direitos humanos na Bacia do Una. Para tanto, buscou-se, inicialmente, o entendimento do que são direitos humanos em uma perspectiva crítica (HERRERA FLORES, 2002; 2010), com suas implicações teóricas e metodológicas. Em seguida, apresenta-se o universo da pesquisa e da extensão, situando as violações dos direitos humanos no contexto de um grande projeto urbano. Por fim, examina-se os determinantes das violações dos direitos humanos na Bacia do Una a partir dos processos de mobilização e resistência da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU).

1. Direitos humanos em uma perspectiva crítica

O contexto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, remete à euforia econômica do período pós-segunda guerra mundial e a um projeto societário alicerçado no estado de bem-estar social de matriz europeia, como explicita Joaquin Herrera Flores (2002). Naquele momento histórico, a ideia de direitos humanos se baseava na necessidade de estabelecer limites à ação humana e conferir proteção contra horrores como os que aconteceram na segunda guerra mun-

dial. Do ponto de vista da relação com o modo de produção vigente, direitos humanos eram imaginados como mecanismos capazes de corrigir eventuais acidentes provocados pelas relações sociais próprias ao capitalismo (HERRERA FLORES, 2002). Dito de outro modo, os direitos humanos foram pensados para se ocupar das exceções, e não da regra.

Herrera Flores (2002), entretanto, argumenta que, com o tempo, e em uma economia globalizada, a “exceção se tornou regra”. A economia de mercado que no estado de bem-estar social porventura poderia provocar a marginalização de segmentos da sociedade, hoje tem desencadeado violação generalizada dos direitos humanos. Amparado em números divulgados pelo próprio banco mundial³⁷ que comprovam a agudização das expressões da questão social no século XXI, Herrera Flores (2002) discute que contemporaneamente está em curso um processo de desumanização em larga escala que transforma o significado do que deve ser entendido como direitos humanos. Para o autor, esta concepção de direitos humanos hoje pode ser considerada conservadora, devendo ser contraposta a uma perspectiva crítica sobre direitos humanos.

Uma perspectiva crítica sobre a questão implicaria, antes de tudo, a rejeição dos pressupostos metafísicos dos direitos humanos, na medida em que estes funcionam como uma espécie de consciência transcendente à margem do próprio humano (HERRERA FLORES, 2010). Passado o momento em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos representou uma necessária resposta institucionalizada ao genocídio e às violações ocorridas na segunda guerra mundial, seus limites estive-

37. "Um mundo onde 4/5 dos habitantes sobrevivem no umbral da miséria; onde, segundo o informe do Banco Mundial de 1998, à pobreza somam-se 400 milhões de pessoas por ano, significando que, atualmente, 30% da população mundial vive (sobrevive) com menos de um dólar por dia – afetando de modo especial as mulheres – e 20 % da população mais pobre recebe menos de 2% da riqueza, ao passo que os 20% mais ricos reservam 80% da riqueza mundial. Um mundo onde, em razão dos planos de (des) ajuste estrutural, impõe-se o desaparecimento das mínimas garantias sociais: mais de 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores morrem de acidente de trabalho, 840 milhões de pessoas passam fome, 1 bilhão de seres humanos não têm acesso à água potável [...]. Um mundo onde as mortes devido à fome e às doenças evitáveis chegam por ano a cifras iguais às mortes ocorridas nas Torres Gêmeas multiplicadas por 6.000." (HERRERA FLORES, 2002, p.10)

ram relacionados justamente ao fato de que, a partir de então, os direitos humanos deveriam retirar toda a sua eficácia do fato de existirem independente de qualquer contexto social e cultural. Isto não foi capaz de evitar, como se sabe, práticas concretas de dominação, exploração e violência que estão enraizadas nos processos de produção e reprodução da sociedade de classes.

Em primeiro lugar, porque o formalismo jurídico evoca uma neutralidade do Estado para aplicação das leis, o que na prática não existe. Em segundo lugar, porque dentro de uma lógica formal (LEFEBVRE, 1991) o conjunto de normas prescritivas cria a ilusão do seu funcionamento como estrutura autônoma em relação à realidade, isto é, como uma forma estanque à procura de um conteúdo, o qual por sua vez é composto por relações sociais que são sempre dinâmicas e repletas de contradições.

Os direitos humanos, contemporaneamente, aparecem deslocados em relação às relações sociais a partir da qual surgiram. Também estão descontextualizados das redes complexas de poder e dominação que no mundo globalizado resultam na violação de direitos. Ainda, estão à margem dos processos de luta e resistência, sejam eles mediados ou não pelo próprio Estado ou por entidades de defesa de direitos humanos. Disso resulta que os direitos humanos são representados como algo que está fora da sociedade, reproduzindo uma dualidade ontológica entre o ideal (as normas) e o real, isto é, os sujeitos na realidade concreta interagindo entre si e com as instituições (MITCHELL, 1989).

Apesar das críticas ao que pode ser chamado de uma noção conservadora ou idealista de direitos humanos, Herrera Flores (2002; 2010) reconhece a importância dos direitos humanos enquanto instrumento para uma ética civilizatória e como expressão de uma pulsão humana para a preservação da vida. No entanto, argumenta que estes valores não são um fim em si, mas meios para processos de luta e resistência. Como expressa o próprio autor:

[...] os direitos humanos não são, unicamente, declarações textuais. Tampouco, são produtos unívocos de uma cultura determinada. Os direitos humanos são os meios discursivos, expressivos e normativos que pugnam por reinserir os seres humanos no circuito de reprodução e manutenção da vida, permitindo-lhes abrir espaços de luta e de reivindicação. (HERRERA FLORES, 2002, p.26).

A partir das reflexões do autor, compreendemos que os direitos humanos podem emergir como categoria construída do real, a partir de experiências concretas, a exemplo do que ocorre em Belém, com a mobilização da Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una e outros movimentos sociais urbanos. Esta perspectiva se alinha à proposta metodológica deste artigo, que consiste em enxergar os sujeitos violados para além de suas essências abstratas e anteriores às práticas sociais que constituem esses sujeitos. Isso implica uma abordagem que consista em explicar o contexto do objeto de reflexão, suas relações e suas determinações.

A ideia de direitos humanos enquanto processos encontra ressonância na realidade examinada. Na Bacia do Una, o contexto das violações e os sujeitos violados se constituem mutuamente de forma dialética. Os moradores que formaram a FMPBU não eram lideranças comunitárias e nunca tinham feito parte de movimentos sociais anteriormente. A descoberta de si próprios como sujeitos de direitos se dá no contexto das repetidas violações de seus direitos humanos que se manifestaram como alagamentos e inundações.

A partir do ano de 2005, os moradores da Bacia do Una se viram em meio a um processo de reprodução das desigualdades urbanas e de marginalização, mesmo após investimentos massivos na área por parte do Estado e do BID. Dentro deste processo, membros da FMPBU eram culpabilizados pelos discursos oficiais e pelo senso comum, segundo os quais as inundações que ocorriam eram de responsabilidade dos próprios moradores da Bacia do Una, acusados de arremessarem lixo doméstico e entupir o sistema de drenagem. Outra interpretação comum sobre o problema consiste em afirmar que a cidade de Belém é situada em uma cota altimétrica baixa em relação ao nível do mar, sendo naturalmente propensa a inundações e alagamentos. Logo, no nível da pseudoconcreticidade do cotidiano e do senso comum, os culpados pelas inundações seriam a natureza e a população pobre que vive próxima dos canais de drenagem.

Decorrente dessa percepção, tem início um processo de mobilização que consistiu, em comprovar que os canais da Bacia do Una transbordam por falta de manutenção técnica da prefeitura, bem como na construção de uma série de canais de diálogo com instituições políticas, jurídicas e entidades civis de defesa dos direitos humanos, permitindo ao movimento social avançar na compreensão do problema e identificar outros determinantes que

também contribuem para a ocorrência das inundações. A noção de direitos humanos é formalmente incorporada ao léxico da resistência da FMPBU, em 2011, quando seus membros redigem um comunicado-denúncia para entregar nas ruas e nas instituições competentes. É como consta na apresentação do documento:

Diante ao agravamento da situação calamitosa causadora de sofrimento, transtornos, prejuízos materiais e danos de ordem moral à significativa parcela da população de Belém, com os constantes alagamentos. Em face à incessante busca por nossos direitos ao saneamento básico e ambiental, ao ir e vir, à moradia com dignidade, à saúde pública, à melhoria da qualidade de vida e, no mínimo, à dignidade humana (FMPBU, 2013, grifo nosso).

O documento prossegue relatando as causas dos alagamentos e os responsáveis que devem ser cobrados. Os direitos violados apontados sinalizam a percepção das inundações para além da imediaticidade com que o problema é geralmente tratado. Olhado em profundidade, trata-se de um questionamento sobre os limites da democracia brasileira e da noção burguesa de direitos humanos, já que ambos oscilam entre o formalismo jurídico e a metafísica transcendental.

2. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una

Durante a década de 1980 até o ano de 2004, a Bacia do Una sofreu a intervenção física do Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém, que também pode ser chamado de Projeto Una ou apenas PMU. Este projeto custou US\$ 312.437.727,00 aos cofres públicos, sendo que deste total, US\$ 169.495.067,00 ou 54,2%, financiados pelo Estado do Pará e US\$ 142.942.660,00 ou 45,8% foram financiados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O Projeto Una foi concebido com o objetivo de implantar os sistemas drenantes adequados para permitir a retirada das águas de inundações, evitar erosões e assoreamentos, permitir a construção de interceptores de esgoto e avenidas sanitárias correspondentes, conduzir as águas de modo que elas não causem danos e retirar os excessos de águas dos solos (PARÁ, 2006).

Estas obras ocorreram em áreas conhecidas nos termos locais como *baixadas*, isto é, assentamentos precários, que em cidades amazônicas têm bastante incidência em áreas próximas a igarapés que entrecortam a cidade e na própria orla fluvial. Essa forma de ocupação do território evidencia estratégias e modos de vida ribeirinhos, próprios a uma população que migrou para a cidade, trazendo suas práticas e visões de mundo de seus locais de origem.

Ao mesmo tempo, a ocupação dessas áreas reflete o processo desigual de formação das cidades, onde as camadas médias e altas ocupam as melhores faixas de terras – altas e secas – restando às camadas populares o estabelecimento de uma “cidade informal” que se desenvolve próxima aos cursos d’água onde há risco de inundação, ausência de infraestrutura viária e serviços básicos, como o esgotamento sanitário e o abastecimento de água tratada, assim como o maior risco de proliferação de doenças de veiculação hídrica. As palafitas, como são chamadas grande parte das moradias em assentamentos precários no contexto amazônico, constituem formas de arquitetura popular pensadas como estratégias de conquista e adaptação ao meio urbano, produzindo uma situação de aguda vulnerabilidade social e ambiental da classe trabalhadora nessa cidade.

O Projeto Una teve como sujeitos o governo estadual, como gerenciador, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB) e da Companhia de Saneamento do Pará (COSAN-PA); a Prefeitura Municipal de Belém como parceira subgerenciadora, por intermédio da Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB) e da Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN); o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como parceiro financiador e a população habitante na referida bacia.

Para a participação popular, no processo de intervenção, foram criados mecanismos como o Comitê Assessor do Projeto Una, um órgão de gestão no qual os moradores tinham representatividade, além da COFIS/Una (Comissão de Fiscalização dos Moradores da Bacia do Una), que correspondia a uma forma de participação direta. Declarado o encerramento das obras no final de 2004, a participação popular se tornou indireta por meio de oito representantes comunitários por Sub-bacia³⁸.

38. Durante e após a execução do Projeto de Macrodrrenagem, por uma questão técnica e administrativa, a Bacia do Una foi dividida em 7 Sub-bacias, além do

Após a conclusão do Projeto, moradores em vários pontos dessa extensa área têm sofrido violações em seus direitos humanos. As constantes inundações e os alagamentos, bem como o sucateamento do sistema de esgotamento sanitário apontam especialmente para a supressão do direito ao saneamento básico e da moradia com dignidade.

O direito ao saneamento básico significa, por um lado, a garantia do “mínimo existencial social” (CARVALHO; ADOLFO, 2012), isto é, moradia adequada, saúde e melhoria de todos os aspectos de higiene para os cidadãos. Por outro lado, o saneamento também assegura a proteção ambiental na medida em que confere dignidade à relação dos seres humanos com seu meio, sobretudo em grandes metrópoles como Belém, capital do estado do Pará. O direito universal ao saneamento básico se baseia na necessidade humana à universalização do acesso à água tratada, coleta e tratamento de resíduos líquidos e sólidos.

No Brasil, a universalização do saneamento básico é uma meta prevista pela lei 11.445/2007, segundo a qual o acesso a estes serviços é direito de todos os cidadãos brasileiros e devem ser realizados com segurança, qualidade e regularidade.

O direito ao saneamento também aparece como uma extensão do direito à moradia digna, conforme está presente na Agenda Habitat (FERNANDES, 2003), um documento que leva em conta os interesses dos municípios do Brasil com base nas discussões realizadas na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos de Istambul em 1996. Essas são algumas das diretrizes que orientam o questionamento de movimento sociais urbanos em Belém, em especial a FMPBU.

Com relação ao Projeto Una, este representou para a cidade de Belém uma tentativa do poder público de ampliar o direito ao saneamento para uma grande parcela da população, cerca de 600 mil pessoas na época de sua implementação, o que correspondia a aproximadamente 120 mil famílias, distribuídas em 20 bairros que abrangem 60% do sítio urbano de Belém (PARÁ, 2006). Em termos de saneamento, documentos oficiais apontam em que consistiu o Projeto Una:

Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros (CRPP) em Val-de-Cães, onde estão assentadas as famílias que foram remanejadas das áreas alagadas ou alagáveis da bacia da Bacia do Una. Existem ainda outras 18 áreas de assentamento, localizadas em outros bairros da Bacia do Una.

Item 3.1.2. Saneamento

No Projeto Una o componente saneamento envolve: esgoto sanitário e água potável, assim como a proteção dos reservatórios de água bruta.

Item 3.1.2.1. Esgoto Sanitário

Menos visível que a maioria dos outros componentes ou aspectos do Projeto, o sistema de esgoto sanitário é de grande importância. Esse sistema envolve basicamente: 1) a implantação de 25.731 fossas sépticas individuais e 91 fossas coletivas (cada uma destas, aliás, com capacidade variável para atender de 10 a 30 domicílios, ou de 50 a 150 pessoas); 2) implantação de 307,0 Km de rede coletora (inclusive ramais da rede principal); 3) 2.164 poços de inspeção; 4) 3.867 dispositivos complementares (terminais de inspeção e limpeza); e, 5) um leito de secagem do lodo das fossas sépticas, composto de 24 células. Este equipamento, dimensionado para o atendimento da Bacia do Una, foi construído no terreno do Aterro Sanitário do Aurá (no Município de Ananindeua) e já se encontra sob a administração da Prefeitura Municipal de Belém – PMB (PARÁ, 2006, p.11).

O Projeto Una realizou grande parte das obras previstas. Porém, houve falhas na manutenção do sistema de drenagem e no prosseguimento de obras pendentes. Essas negligências foram responsáveis pelo comprometimento dos sistemas implantados e pela diminuição dos níveis de saneamento que, na formulação do projeto, haviam sido almejados para a Bacia do Una. Estas falhas de gestão têm tido como consequência a inundação de ruas e residências não apenas com a água dos sistemas de drenagem ineficiente, mas também com os dejetos do esgotamento sanitário que são despejados diretamente nos canais.

Os limites expostos no âmbito da referida intervenção urbanística revelam a incapacidade institucional do Estado em planejar a cidade, garantindo o direito à vida urbana, como afirma Harvey (2009). Para este autor, o planejamento urbano deve vislumbrar condições que possibilitem às frações das classes trabalhadoras o acesso aquilo que ela produz em âmbito urbano e assim materializando o direito à cidade.

3. O Poder Público Executivo municipal e estadual

Em primeiro lugar, um dos determinantes que incidem na violação de direitos na Bacia do Una está no descaso e na falta de ética admi-

nistrativa por parte do Poder Público Executivo, nos âmbitos municipal e estadual. Há indícios, corroborados pelo Ministério Público Estadual (PARÁ, 2008) e pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará (PARÁ, 2013), de que desde 2005, após a conclusão do Projeto Una, não houve a conservação e a manutenção periódica do conjunto³⁹ de obras executado pelo Projeto Una. Quando ocorrem os alagamentos – resultantes do transbordamento dos canais integrantes do sistema de macrodrenagem – significativa parcela da população habitante na Bacia do Una, além de sujeita aos transtornos, prejuízos materiais e danos de ordem moral, também fica exposta ao risco de contaminações e doenças decorrentes das impurezas e dejetos contidos nessas águas.

Conforme contrato com o BID (PARÁ, 2002), a Prefeitura Municipal de Belém ficaria encarregada de fazer a manutenção dos canais a céu aberto, assim como das galerias e redes de drenagem subterrânea. Também ficou estabelecido que esta manutenção seria feita de acordo aos parâmetros de manuais técnicos⁴⁰ e com equipamento especialmente dimensionado para a Bacia do Una. Somando-se a isto, há também evidências do uso inadequado e do desvio dos equipamentos, maquinários e veículos avaliados em R\$ 21.977.619,75, que foram adquiridos pelo governo estadual com os recursos do contrato firmado com o BID mas, repassados à Prefeitura de Belém. (PARÁ, 2005a).

O uso inadequado e o desvio por parte da prefeitura de tais equipamentos, maquinários e veículos foram objeto de investigação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), instalada na Câmara Municipal de Belém, no ano de 2013, a qual não apresentou resultados satisfatórios (BELÉM, 2014).

O abandono da Bacia do Una não diz respeito apenas aos sistemas drenantes. Dados sustentam que também houve inobservância por parte da COSANPA, no tocante às normas técnicas estabelecidas no Manual

39. Conforme documentos técnicos emitidos pela gestão pública, o conjunto de obras do Projeto Una está agrupado em três grandes sistemas: Saneamento, Viário e Macrodrenagem (17 canais, 6 galerias e 2 comportas). (PARÁ, 2002).

40. A manutenção periódica das obras do PMU estava prevista em três manuais: o Manual de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una; o Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volumes I e II e o Manual de Operação e Manutenção das Comportas do Una e Jacaré (PARÁ, 2002).

de Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto Sanitário e Água Potável da Bacia do Una, em face do documento que estabelecia os parâmetros para políticas públicas de redução da poluição e contaminação por esgotamento sanitário dos canais da Bacia do Una (PARÁ, 2013).

Essa negligência em relação à manutenção do sistema de esgoto e ao abastecimento de água potável, aliada à falta de políticas públicas por parte do Governo do estado do Pará para a multiplicação do número de Estações de Tratamento de Esgoto Sanitário (ETEs) contribuiu de forma significativa para a redução do nível de saneamento aduzido pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, resultando igualmente no abandono e sucateamento do sistema de esgotamento sanitário.

Desse modo, o sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário em 20 bairros de Belém tem se configurado no despejo dos dejetos das residências, sem nenhum tratamento, nos canais e nas galerias subterrâneas da Bacia do Una. Consequentemente, esses dejetos são lançados na Baía do Guajará, contaminando os rios e comprometendo a qualidade das águas do Rio Guamá que são bombeadas para os dois mananciais do Parque Ambiental do Utinga, isto é, os lagos Bolonha e Água Preta, de onde é retirada a água que sai das torneiras e chuveiros dos lares de Belém. Nesse caso, os direitos humanos na Bacia do Una têm sido violados a partir da não concretização de políticas urbanas adequadas e, também, da crença generalizada – na qual se apoia o próprio poder público – de que a pujança da natureza amazônica seria capaz de diluir e purificar qualquer tipo de dejeito e poluição (BRONDÍZIO, 2016).

4. O Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual

Esgotadas as vias de diálogo com o Poder Público responsável pela manutenção e conservação das obras do Projeto Una, alguns moradores da Bacia do Una resolveram recorrer ao Poder Judiciário. Em 2008, o acúmulo de denúncias relacionadas a alagamentos e irregularidades no referido projeto deu origem a uma Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pela 3^a Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém. No Processo de nº 0014371-32.2008.814.0301, relativo à Ação Civil Pública Ambiental ajuizada pelo Ministério Público Estadual, a Prefeitura Municipal de Belém, a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e o próprio Estado do Pará

respondem ao Juiz Titular da 2^a Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital pela obrigação de executar as várias obras complementares de microdrenagem que ficaram pendentes espalhadas pelas 7 Sub-bacias do PMU e a manutenção periódica⁴¹ do conjunto de obras.

Aproximadamente 10 anos transcorridos desde que a Ação Civil Pública Ambiental foi ajuizada, observa-se a demora do Poder Judiciário do estado do Pará e o Ministério Público Estadual no trâmite do processo. Enquanto os problemas de inundações e insalubridade ambiental persistem na Bacia do Una, a morosidade do Poder Judiciário e a falta de posicionamento do MPE se constituem como mais um determinante combinado, contribuindo para a violação dos direitos humanos dos cidadãos da Bacia do Una.

Soma-se a isto o silêncio e a falta de posicionamento desde o ano de 2007 por parte do Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa, a respeito das inúmeras denúncias que apontam indícios característicos de improbidade administrativa por parte da Prefeitura Municipal de Belém, acerca dos equipamentos, maquinários e veículos, repassados no dia 02 de janeiro de 2005 ao Acervo Físico Patrimonial do Município de Belém (PARÁ, 2005a), estando destinados à manutenção do conjunto de obras implementadas pelo Projeto Una e que desapareceram, sem que o objetivo previsto no contrato referente à manutenção do conjunto de obras tenha sido cumprido, expondo a população das áreas atingidas à profunda situação de vulnerabilidade urbanística.

5. O Conselho Gestor da Nova Bacia do Una

Além das irregularidades e dos descasos envolvendo a gestão pública e da morosidade do Poder Judiciário, também contribui como determinante para violações de direitos humanos na Bacia do Una a falta de posicionamento dos 24 membros do Conselho Gestor da Nova Bacia do Una – CONGEB/Una.

41. No processo também consta que a manutenção e conservação do conjunto de obras do Projeto Una devem ser executadas nos termos especificados pelos Manuais de Operação e Manutenção já citados.

Este conselho gestor foi legitimado na I Conferência da Bacia do Una, nos dias 12 e 13 de dezembro de 2003, no Centro de Cultura e Formação Cristã de Ananindeua (PARÁ, 2005b). Esta conferência foi realizada pelo então Comitê Assessor do Projeto de Macrodrrenagem e pelo Fórum de Entidades Democráticas e Populares da Bacia do Una. Na tentativa de estabelecer um controle social democrático após a conclusão das obras do PMU, foi organizada esta conferência na qual os 503 membros da Comissão de Fiscalização dos Moradores da Bacia do Una (COFIS/Una) elegeram os membros do CONGEB/Una, aquela que seria, a partir de então, a nova entidade representativa dos moradores da Bacia do Una junto ao governo estadual. Ao todo, foram eleitos 24 membros, sendo 16 titulares e 8 suplentes. O novo conselho seria composto por três membros por Sub-bacia, incluindo o Conjunto Residencial Paraíso dos Pássaros (CRPP), uma área de reassentamento de famílias removidas em função das obras. Nesta mesma ocasião também foi eleito o coordenador geral do CONGEB/Una (PARÁ, 2005b).

Nesta I Conferência, também foram discutidas e aprovadas as propostas dos Artigos do Regimento do Plano Diretor de Gestão Urbana Participativo da Nova Bacia do Una - PDGU/Una (PARÁ, 2005b, p.20) elaboradas por uma comissão científica formada por Técnicos da Subgerência de Ação Comunitária do Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una. Sendo assim, o CONGEB/Una se estabeleceu como a entidade maior do Plano Diretor de Gestão Urbana Participativo da Nova Bacia do Una (PDGU/Una), com o papel de exercer o controle social nas áreas beneficiadas pelo PMU. Desse modo, o Conselho Gestor estava imbuído dos poderes de cobrança, denúncia e fiscalização, justamente para fomentar os laços entre a sociedade civil e o poder público com vistas à garantia da funcionalidade e da durabilidade do Projeto Una.

Após a conclusão das obras do PMU, as inundações e os alagamentos se intensificaram, repetindo-se a cada ano. Ao mesmo tempo, aumentava o assoreamento e o crescimento de vegetação nos canais, os quais visivelmente não recebiam a manutenção prevista. Membros da FMPBU e outros moradores da área relatam que não houve mobilização por parte CONGEB/Una em função das inundações ou da falta de manutenção nas obras, o que de certa forma se confirma pela inexistência de registros sobre denúncias no MPE ou na Defensoria Pública, além da

ausência de discussões com a população prejudicada sobre a questão.

Os membros do Conselho Gestor, quando provocados pela FMPBU, também não demonstraram interesse em participar das discussões com o MPE, seja no tocante à Ação Civil Pública Ambiental ajuizada, seja em relação às denúncias sobre o desaparecimento e extravio dos equipamentos, maquinários e veículos que deveriam ter sido utilizados para conservar as obras do PMU. Logo, o atual estágio das lutas e mobilizações populares na Bacia do Una – considerando seus principais atores e suas estratégias – mostra que o CONGEB/Una não exerceu suas funções de cobrança, fiscalização e denúncia conforme o esperado. Além disso, até o presente momento se observa total apatia do CONGEB/Una em relação a todo o trabalho de base e mobilização política que a FMPBU vem realizando.

Há indícios de que grande parte dos membros do CONGEB/Una tenha aceitado cargos de confiança em secretarias do governo municipal, o que é confirmado pela nomeação do coordenador geral do Conselho Gestor para um cargo público temporário na Secretaria Municipal de Saneamento, conforme aparece em Diário Oficial do Município (BELÉM, 2005).

A presença de membros do CONGEB/Una em secretarias e órgãos que os mesmos deveriam fiscalizar é algo que compromete os poderes de cobrança e denúncia do Conselho Gestor. A distribuição de cargos públicos temporários aos membros do CONGEB/Una, bem como suas implicações, integrou uma pauta encaminhada para a Assembleia Legislativa do Pará e para a relatoria de uma CPI instaurada na Câmara Municipal dos Vereadores (BELÉM, 2014) a respeito do sumiço dos equipamentos para a manutenção da Macrodrenagem do Una. O mesmo problema também foi levado ao conhecimento do MPE-PA, através da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa. Entretanto, até o presente momento os processos não avançam e os alagamentos e inundações continuam como parte da violação de direitos humanos na Bacia do Una.

6. O Banco Interamericano de Desenvolvimento

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é uma instituição financeira multilateral criada em 1959 por meio de uma articulação entre o Brasil e os Estados Unidos. Inicialmente, o objetivo da criação do BID teria sido mitigar os efeitos das desigualdades sociais e promo-

ver o desenvolvimento em países do Terceiro Mundo que, no contexto da Guerra Fria, estariam mais propensos à incorporação de ideias do socialismo (SANTANA, 2012). Desde então, o BID tem financiado projetos no Caribe e na América Latina amparado no discurso de diminuição da pobreza e, em especial, da pobreza urbana.

Conforme já mencionado, o Projeto Una foi objeto de operação de crédito do governo estadual com o BID, através dos contratos de Nº 649/OC-BR e Nº 869/SF-BR. O primeiro contrato – assinado pelo então governador Jader Barbalho, em 1989 – diz respeito à série de financiamentos no decorrer da execução das obras do Projeto Una. O segundo, corresponde à aquisição de equipamentos, maquinários e veículos para manutenção e conservação das obras de macrodrenagem após a conclusão do Projeto Una, em dezembro de 2004.

A menção a estes contratos aparece no Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una, Volume I (PARÁ, 2002) em um parágrafo onde os objetivos e a relevância do referido documento são destacados:

A Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA, apresenta o Plano de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Arte Especiais da Bacia do Una, elaborado com o objetivo de definir as estratégias a serem adotadas por este Órgão no âmbito da operação, manutenção e administração das obras do Programa de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém em cumprimento à Cláusula 6.06 (i) - Conservação de Obras e Equipamentos, bem como subsidiar a elaboração do Relatório Anual de Manutenção que deverá ser encaminhado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID dentro do primeiro trimestre de cada exercício financeiro, durante 10 anos, com vistas ao cumprimento da Cláusula 6.06 (ii) constantes dos Contratos de Empréstimo (PARÁ, 2002, p.06).

Nota-se no trecho acima que o BID incluiu cláusulas em seus contratos de empréstimo de forma a garantir a manutenção e o acompanhamento das obras financiadas, de modo a salvaguardar os resultados dos vultosos investimentos que a instituição financeira havia aplicado na cidade de Belém. Em outras palavras, o BID exigia, através dessas cláusulas, a manutenção sistemática das obras da Bacia do Una, assim

como o envio de relatórios anuais sobre os efeitos de tais obras na cidade de Belém.

Em 2006, após a conclusão do Projeto Una, o relatório intitulado “Projeto de Drenagem, Vias, Água e Esgoto das Zonas Baixas de Belém - Projeto Una: Informações Gerais” (PARÁ, 2006) também faz referência às cláusulas “Conservação de Obras e Equipamentos”, como fica evidente no trecho destacado abaixo:

A eficácia e a durabilidade do complexo de obras construído através do Projeto Una para a solução dos problemas de drenagem e saneamento de sua área de abrangência, dependem da correta operação e da adequada manutenção da maioria dessas obras, o que, por sua vez requer, como condição *sine qua non*, uma administração eficiente. Em função disso, uma parte substancial dos custos do projeto (algo equivalente a 19,3 milhões de reais) diz respeito à aquisição, de diversos equipamentos, destinados a assegurar a operação e a manutenção necessárias daquelas obras. Esses equipamentos, já repassados à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e à Prefeitura Municipal de Belém (PMB), foram dimensionados tendo em vista a manutenção eficiente e a conservação apropriada das obras, segundo as normas técnicas geralmente aceitas. A conservação e a manutenção dos sistemas de drenagem pluvial de vias, de água potável, de esgoto sanitário (inclusive os equipamentos correspondentes) não podem ser efetuadas em níveis mais baixos do que os acordados entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os quais, pelo prazo de 10 anos após a conclusão do Projeto, deverão inspecionar/monitorar a Bacia do Una. (PARÁ, 2006, p. 47-48, grifo nosso).

Este documento oficial afirma que o material necessário para a manutenção e conservação da Bacia do Una já está sob os cuidados da Prefeitura Municipal e da COSANPA, sendo que o acordo de empréstimo entre o governo estadual e o BID abrange inclusive o *modus operandi* da conservação das obras do Projeto Una. A novidade no relatório de 2006 é a exigência de que a inspeção e o monitoramento da Bacia do Una ocorra por 10 anos após a conclusão do Projeto, a qual se deu em dezembro de 2004. Presume-se que o órgão responsável pelo envio desses relatórios seja a COSANPA, visto que o governo estadual (mutuário final do empréstimo) é citado no trecho acima como aquele que

deverá inspecionar e monitorar a Bacia do Una juntamente com o BID.

Entretanto, após 2004 foi observada a quebra das cláusulas contratuais estabelecidas no empréstimo com o BID. Em primeiro lugar, como já foi mencionado anteriormente neste documento, houve o descaso do poder público no tocante à manutenção do conjunto de obras implementados pela Macrodrrenagem da Bacia do Una, o que acarretou inundações urbanas e violações dos direitos humanos mesmo após um investimento da ordem de 312 milhões de dólares. Em segundo lugar, há indícios de que o envio dos Relatórios Anuais de Manutenção foi realizado pela COSANPA de forma irregular e com informações imprecisas, o que implicaria mais uma quebra de cláusula contratual.

A Comissão Temporária Externa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) – ligada à Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e do Consumidor – instituiu em 2011 uma agenda institucional para investigar as denúncias sobre alagamentos feitas por membros da FMPBU. Esta agenda incluiu uma reunião com representantes do BID para que estes elucidassem alguns aspectos dos contratos de empréstimo entre a referida instituição financeira e o governo do estado do Pará, tendo em vista que a Comissão Temporária Externa havia constatado que o investimento do BID na Bacia do Una estava comprometido pelas irregularidades do Poder Público municipal e estadual já descritas.

No dia 06 de novembro de 2012, a especialista setorial do BID, Cláudia Nery, e o consultor financeiro do BID, Eduardo César, foram informados sobre a situação calamitosa da Bacia do Una em relação a alagamentos e no que diz respeito ao sucateamento das obras financiadas, conforme registrado na ata da reunião (PARÁ, 2012). O Deputado Estadual Carlos Bordalo, presidente da Comissão Temporária Externa, pontuou que nos contratos com o BID constava a obrigatoriedade do envio de Relatórios Anuais de Manutenção pela COSANPA, os quais não haviam sido localizados em nenhum dos órgãos que participaram da execução das obras do Projeto Una. Desta feita, o presidente da comissão questiona sobre a existência de tais relatórios e seu recebimento pelo BID.

A resposta da especialista setorial a esta questão pareceu contraditória, afirmando primeiramente que os relatórios eram de responsabilidade da SESAN (Secretaria Municipal de Saneamento). Em seguida, afirmou que os relatórios haviam sido entregues, mas que sua localização seria muito difícil, considerando que o BID não digitaliza esses documentos

e os destrói depois de determinado tempo. Contudo, comprometeu-se a procurá-los e garantiu que a SESAN estava de posse dos relatórios.

Posteriormente, estes relatórios sobre a manutenção e conservação das obras realizadas pelo Projeto Una foram obtidos pela Comissão Temporária Externa da ALEPA junto à COSANPA. Porém, constatou-se que nos documentos relativos aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 não constavam referências ao desaparecimento de maquinários, equipamentos e veículos. Tampouco relatavam o abandono das obras, a ocorrência de alagamentos e o recuo dos níveis de saneamento pretendidos pelo Projeto Una (PARÁ, 2013 p. 58). Portanto, conclui-se que tais relatórios foram redigidos a partir de informações incompletas ou imprecisas.

Outra inconsistência percebida nos discursos dos representantes do BID diz respeito ao período de envios dos Relatórios Manuais de Manutenção. Em documentos oficiais (PARÁ, 2006), a Comissão Temporária Externa e membros da FMPBU sustentavam que o período de envio de relatórios seria de 10 anos após a conclusão do Projeto. Sendo assim, com o projeto terminado em 2004, seriam enviados relatórios anuais entre 2005 e 2015. A este respeito, os representantes do BID insistiram que o envio de relatórios deveria ser feito durante dez anos a contar da conclusão da primeira obra do PMU. Questionados sobre quando teria sido o término da primeira obra, a especialista setorial e o consultor financeiro não souberam responder. Recomendaram que a Comissão Temporária Externa e os cidadãos da Bacia do Una presentes estudassem os contratos de empréstimo. Na época, o acesso a estes contratos foi negado pela COSANPA, sendo possível o acesso a estes documentos somente após a intervenção da Defensoria Pública, em 2015.

Durante a reunião, conforme aparece na referida ata, os representantes da instituição financeira demonstraram que estavam cientes dos problemas apresentados, reconhecendo que a SESAN (Secretaria Municipal de Saneamento) não teve condições de manter e conservar o Projeto Una nos termos acordados no contrato entre o Estado do Pará e o BID. Porém, declarou que o BID não tinha mais responsabilidade pela situação, uma vez que sua participação no Projeto Una como financiador já estava encerrada.

Observa-se que o BID também é um determinante na violação dos direitos humanos na Bacia do Una. A princípio, pela falta de transparência e pela dificuldade de prover informações para a Comissão Tem-

porária Externa da ALEPA e para os membros da FMPBU. A dificuldade de acesso a informações confiáveis e ao próprio contrato de empréstimo entre o BID e o Estado do Pará desarticula os questionamentos da sociedade civil organizada e serve como justificativa para o atraso do andamento dos processos encaminhados pelo Poder Judiciário sobre o Projeto Una. Enquanto isso, prolongou-se o estado de abandono da Bacia do Una e a vulnerabilidade a inundações na área.

Outra violação se dá pela ausência de cláusulas punitivas no contrato firmado a respeito do não cumprimento da inspeção e manutenção previstas. A inexistência de tais cláusulas punitivas permitiu que os direitos dos cidadãos da Bacia do Una continuassem sendo violados pelo descaso e a falta de ética administrativa da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, ao mesmo tempo em que exime o BID da responsabilidade de exigir dos contratantes as medidas necessárias.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento assume o financiamento de grandes obras como a Macrodrenagem da Bacia do Una, ao mesmo tempo em que evita a responsabilidade sobre os impactos negativos desse projeto ou pela perda da funcionalidade de seu investimento. Apesar dos efeitos desastrosos e das pendências em projetos anteriores como o PMU, sobretudo em função da incapacidade da prefeitura e do governo do estado em administrar estas obras, o BID continua financiando projetos similares na Região Metropolitana de Belém, tal como o PROMABEN (Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova).

Este quadro confirma a pertinência das discussões realizadas por Santana (2012), segundo a qual os discursos do BID em relação à diminuição da pobreza e à questão ambiental servem como fachada para a realização de obras de infraestrutura urbana que facilitem grandes investimentos empresariais (SANTANA, 2012, p.23) sob a ótica do planejamento estratégico e da cidade mercadoria (VAINER, 2011).

Considerações finais

A discussão apresentada neste artigo mostra que as mudanças ocorridas na Bacia do Una, entre o final do século XX e o início do século XXI, geraram efeitos contrários aos interesses de seus moradores, incidindo sobre violações nos direitos ao saneamento e à moradia digna. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una transformou os já bastante

modificados cursos d'água de Belém em uma grande e complexa rede técnica de acúmulo e escoamento de água. O fracasso das estruturas políticas responsáveis por manter a funcionalidade dessa rede de drenagem resultou na permanência e, em alguns casos, no agravamento do problema das inundações urbanas, e consequentemente, na violação dos direitos humanos na Bacia do Una.

A FMPBU e os movimentos sociais têm intensificado a luta junto às esferas de justiça, pressionando o governo estadual e a PMB a reconhecerem os equívocos técnicos e políticos cometidos na execução do projeto de macrodrenagem, atendendo, por meio da revitalização dos canais de drenagem, a reivindicação de limpeza dos canais; dando continuidade na intervenção de modo a conter os constantes alagamentos; explicando à comunidade o que ocorreu com o maquinário adquirido pelo BID e destinado a limpeza e manutenção dos canais; e reparando os prejuízos sofrido pelos moradores que perderam seus utensílios em decorrência dos alagamentos das residências.

Tais reivindicações cumprem nesse campo o lugar de evidenciar que os direitos humanos precisam constituir parte das políticas urbanas e do planejamento urbano em Belém, garantindo o direito ao saneamento e à moradia digna.

Trata-se, portanto, de um ato ético e político para a constituição de uma nova ordem. Como explica Herrera Flores (2010, p.69), as potencialidades transformadoras dos direitos humanos: “a partir de processos de reconhecimento e de mediação jurídica, os direitos humanos também são a matriz para a constituição de novas práticas sociais, de novas subjetividades antagonistas, revolucionárias e subversivas dessa ordem global”, ordem na qual a dominação, exploração e marginalização se tornaram regra.

À comunidade acadêmica – através de ações de pesquisa e extensão - cabe o papel de mediador nesses processos de luta e resistência, seja questionando os mecanismos de reprodução do capital em nível global por meio da interferência de instituições como o BID nas políticas públicas urbanas, seja atuando no diálogo com entidades de defesa dos direitos humanos a na interlocução com o Estado na forma do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Assim, é possível não apenas fortalecer demandas específicas dos grupos violados, mas também contribuir com uma *práxis* transformadora da sociedade por meio da consolidação de práticas e valores alternativos às formas hegemônicas de dominação e exploração.

Referências

BELÉM. Câmara Municipal. Decreto Nº 47.304/2005-PMB de 14 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a nomeação de Salvador Viana da Silva (2038153-013), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR-DAS-202.6, na Secretaria Municipal de Saneamento, a contar de 01 de fevereiro de 2005. Diário Oficial do Município, Belém, 18 fev. 2005.

BELÉM. Câmara Municipal. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito com o objetivo de investigar indícios de irregularidades na transferência, para empresas da iniciativa privada, de veículos e equipamentos doados pelo Governo do Estado do Pará ao Município de Belém. Diário Oficial da Câmara, Belém, 15, 16, 17, 18 e 19 dez. 2014.

BRONDÍZIO, Eduardo. The elephant in the room: amazonian cities deserve more attention in climate change and sustainability discussions. *The Nature of Cities*, 2016. Disponível em <<https://www.thenatureofcities.com/2016/02/02/the-elephant-in-the-room-amazonian-cities-deserve-more-attention-in-climate-change-and-sustainability-discussions/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CARVALHO, Sônia Aparecida; ADOLFO, Luís. Gonzaga. O direito fundamental ao saneamento básico como garantia do mínimo existencial social e ambiental. *Revista Brasileira de Direito IMED*, Vol. 8, nº 2, jul-dez 2012.

FERNANDES, Marlene. *Agenda Habitat para Municípios*. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

FMPBU. O que é a Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una? *Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una*, 2013. Disponível em <<http://frentebaciadouna.blogspot.com/2013/>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

HERRERA FLORES, Joaquin. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. *Sequência*, vol.23, nº44, 2002 pp. 09-29.

HERRERA FLORES, Joaquin. Os direitos humanos no contexto da globalização: três précisões conceituais. *Lugar Comum*, nº25-26, dez. 2010, pp. 39-71.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MARX, Karl. O método da economia política. In: MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MITCHELL, Timothy. The effect of the state. Workshop of state creation and transformation. SSRC/ACLS Joint Committee on the Near and Middle East. Istambul, 1989.

PARÁ (Estado). Relatório Final. Comissão de Representação da Bacia do Una. Assembleia Legislativa do Pará. Belém, 2013.

PARÁ (Estado). Companhia de Saneamento do Pará. Informações gerais sobre o Projeto Una. Governo do Estado do Pará. Belém, 2006.

PARÁ (Estado). Manual de Operação e Manutenção de Drenagem, Vias e Obras de Artes Especiais da Bacia do Una – Volume I. Belém, 2002.

PARÁ (Estado). Companhia de Saneamento do Estado do Pará. Ata de reunião para transferência de equipamentos para a Prefeitura Municipal de Belém, conforme previsto na cláusula 6.05 dos contratos de empréstimo nº 649/OC-BR e nº 869/SF-BR firmados entre o Estado do Pará, mutuário final e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, órgão financiador, realizada em 02 de janeiro de 2005a. p. 01-05.

PARÁ (Estado). Projeto Una: Projeto de Drenagem, Vias, Águas e Esgoto das Zonas Baixas de Belém. Programa de Inclusão Socioambiental - PISA. Belém, 2005b.

PARÁ (Estado) Ministério Público Estadual. Processo nº 0014371-32.2008.814.0301. Petição Inicial. Belém, 2008.

PARÁ (Estado). Assembleia Legislativa do Estado. Sede do PROMABEN - Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova. Ata da 5ª Reunião da Comissão Temporária Externa para Investigar Denúncia Formulada pelos Moradores das Áreas da Bacia do Una da Assembleia Legislativa, realizada em 06 de novembro de 2012.

SANTANA, Joana Valente. Desenho ideológico do BID: modelo de gestão no Promaben em Belém, Pará. *Katálysis*, vol. 15, núm. 1, jan.-jun., pp. 21-31, 2012.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES Otília; VAINER Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs.). A cidade do pensamento único. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LA GESTION DE L'EAU EN MILIEU UR-BAIN : LE PARADIGME DU “TOUT-AU-RESEAU” EN QUESTION

Caroline Betbedé et Thomas Ribémont

La construction d’infrastructures ad infinitum afin d’apporter toujours plus d’eau en milieu urbain n’est ni durable, ni économiquement réalisable, ni environnementalement ou socialement souhaitable. Avec les mauvaises pratiques de gestion, les coûts d’investissement augmentent afin de transférer de plus en plus d’eau, de sources de plus en plus éloignées; les coûts d’exploitation engagés pour l’énergie s’accroissent; l’affaissement des terres s’accélère; la qualité des eaux souterraines prélevées diminue; des subventions et des investissements toujours plus importants sont nécessaires afin de couvrir les coûts d’exploitation et de maintenance, etc. Cela représente un cercle vicieux sans fin. La qualité de vie des plus riches est susceptible de s’améliorer, mais elle continue de s’aggraver pour les pauvres⁴².

Introduction

Le présent chapitre part d’un constat de sens commun: l’eau est une ressource essentielle à la survie des individus et des sociétés. Les premiers hommes se sont ainsi installés et sédentarisés là où il leur a été possible de s’assurer quotidiennement un accès à l’eau. Bien qu’inégalement répartie, cette ressource a donc historiquement été au cœur de l’essor et de la prospérité de nombreuse civilisations. La civilisation égyptienne sur les bords du Nil atteste, par exemple, l’émergence de ce d’aucuns ont qualifié de « civilisations de l’eau »⁴³. Ce terme renvoie à l’idée simple selon

42. Cecilia Tortajada et Enrique Castelán (2003, p. 129). (trad. personnelle).

43. Xavier Debofles (2012, p. 15).

laquelle l'eau constitue non seulement une nécessité vitale mais aussi un moyen de développement pour l'ensemble d'un système social donné.

Au fil du temps, l'aménagement des cités, des villes, et la prospérité des sociétés se sont vus empiriquement assurés par l'accès le plus direct à la ressource en eau. Les fleuves, les rivières, les lacs sont autant d'éléments naturels exploités par les sociétés en vue de leur approvisionnement en eau. Mais, au-delà de la nature potable de l'eau, ils ont aussi offert des moyens d'échanges et de commerce, à la base de la mondialisation des premiers temps jusqu'à celle que nous connaissons désormais.

Progressivement, avec l'urbanisation, s'est imposé le paradigme du « tout-au-réseau ». Depuis la seconde moitié du XIXème siècle, l'accès à l'eau potable et à l'assainissement en milieu urbain repose en effet sur l'idéal d'un service universel assumé par des réseaux conventionnels d'eau potable et d'égout⁴⁴. Prôné par l'hygiéniste Edwin Chadwick en réponse aux épidémies de choléra et de typhoïde qui dévastent l'Europe à partir des années 1830, le « tout-au-réseau » guide les politiques publiques contemporaines en la matière depuis 1842.

Nourri par le paradigme de la circulation⁴⁵, inspiré d'une analogie entre la circulation de l'eau dans la ville et la circulation du sang dans le corps humain, ce paradigme conventionnel repose sur quatre principes :

(1) tous les usages de l'eau doivent être satisfaits par un approvisionnement en eau potable ; (2) l'évacuation des eaux de pluies, qui présentent un risque, doit intervenir rapidement ;

(3) les eaux usées représentent une nuisance, elles doivent être évacuées puis traitées avant leur retour dans l'environnement ;

(4) les aquifères urbains constituent une ressource polluée, de ce fait difficilement exploitable à des fins potables⁴⁶.

A ces considérations scientifiques s'ajoute, au lendemain de la Révolution Française, un fondement politique d'équité sociale. Dans l'optique de garantir un accès universel aux services d'eau potable et d'assainissement, les réseaux conventionnels apparaissent alors comme un modèle optimal, combinant économies d'échelle et politique égalitaire entre citoyens.

44. Olivier Coutard (2010).

45. Bernard Chocat (2002).

46. Augustin Marie (2007).

Cent cinquante ans plus tard, si le « tout-au-réseau » a su faire ses preuves au sein des pays dits « développés » en terme de santé publique, sa reproduction au sein des pays en développement et/ou émergents a surtout mis en lumière la non-universalité de la figure dominante du système conventionnel⁴⁷.

Cette non-universalité s'explique, en premier lieu, par la dimension multidimensionnelle du rapport que les populations entretiennent à l'eau et des représentations collectives qui entourent cette ressource. Elle s'explique aussi par des inégalités persistantes d'accès à cette ressource ; d'où la nécessité, comme le montre le cas de l'Afrique Subsaharienne étudié ici dans la dernière section de notre article, de penser des alternatives au « tout-au-réseau », en particulier des dispositifs décentralisés en complément des structures centralisées déjà existantes.

1. L'eau: construit socio-culturel vs modèle industriel de gestion

« De Babylone au Pays Dogon, les Hommes ont toujours chargé l'eau de symboles : sources, mère, déluge, chemin du sacré, fontaine des philosophes. L'eau révèle des besoins et des désirs conscients ou inconscients »⁴⁸. Les représentations collectives de l'eau sont multidimensionnelles et il n'existe pas un référentiel universel de cette ressource. L'eau, en effet, porte et alimente des imaginaires qui varient en fonction des époques, des sociétés et des échelles territoriales. Si de nombreuses croyances et religions partagent l'idée selon laquelle l'eau est un des éléments naturel liant l'homme à la terre, voire au divin, plusieurs études ont néanmoins montré que les perceptions de cette ressource variaient considérablement en fonction des sociétés considérées et des usages.

Les travaux de Bernadette de Vanssay attestent notamment cette diversité. L'auteure montre, par exemple, que les comportements en matière de filtrage de l'eau reposent sur des critères plus culturels qu'objectifs : ainsi, « si les traditions et les pratiques anciennes japonaises et indonésiennes en font une habitude, à Osaka l'installation

47. Sylvy Jaglin Sylvy (2010).

48. Gilles Pascal Husson (1996, p. 7).

de filtres individuels répond à une perception négative de la qualité de l'eau, tandis qu'à Jakarta, faire bouillir l'eau s'apparente plus à un rituel qu'à une recherche d'efficacité sanitaire. A Brasilia, filtrer l'eau est décrit comme une habitude sans relation à la qualité de l'eau. L'eau excellente de Munich et Madrid exclut le recours à des filtres. C'est parce que l'eau du robinet est considérée comme «évidemment» potable, qu'à Ouagadougou elle ne donne lieu à aucune mesure particulière, si ce n'est son stockage »⁴⁹. De même, la consommation d'eau en bouteille n'est pas sous-tendue par les mêmes représentations : « A Osaka, écrit à nouveau Bernadette de Vanssay, elle n'est qu'un moyen parmi tant d'autres de ne pas consommer l'eau courante ; à Munich, elle fait partie de plaisirs traditionnels. On n'en boit pas à Madrid parce que ce n'est pas l'usage ; à Ouagadougou et Jakarta, la consommation d'eau en bouteille est récente et réservée à une fraction privilégiée de la société »⁵⁰.

Malgré cette diversité, l'essor urbain lié aux révolutions industrielles a pourtant rendu nécessaire une prise en charge publique uniformisée de la distribution de l'eau, ainsi que de l'évacuation et du traitement des eaux usées et des déchets. C'est à cette époque qu'émerge, en Occident, un modèle que l'on peut qualifier d'industriel en matière de production et de gestion de l'eau. Ainsi, comme le rappelle Sylvain Petitet, « la production (production et traitement d'eau, production d'électricité ou de gaz, incinération des déchets, etc.) se fait dans des usines de grande taille et alimente le territoire le plus vaste possible, de manière à bénéficier des économies d'échelle et à réduire les coûts d'équipement des usines. Émerge ainsi le « service public industriel ou commercial » dont, le plus souvent, la gestion du service est privée, et sont créées de grandes entreprises pour produire ces services. Ces grandes entreprises travaillant pour le compte des communes ont mis en place des réseaux, imaginé des dispositifs techniques et construit des usines à une échelle communale, puis intercommunale, voire départementale ou nationale. La rationalisation de l'organisation et les économies d'échelle attendues justifiaient une

49. Bernadette de Vanssay (2003). Mis en ligne le 02 juillet 2008, consulté le 12 mars 2020. URL: <http://journals.openedition.org/vertigo/1959> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/vertigo.1959>.

50. *Ibid.*

organisation de ces grands réseaux techniques à une échelle territoriale toujours plus grande »⁵¹.

Ce modèle industriel est devenu dominant et s'est progressivement imposé à l'échelle internationale. A cet égard, les multiples conférences internationales (Mar del Plata en 1977, Dublin et Rio en 1992, Stockholm en 1996, etc.) ayant traité de la gestion intégrée des ressources en eau ont participé à faire croire en l'existence d'une définition universelle de la gestion de l'eau, partagée ou à partager par tous. Cela, comme le souligne Maud OrneGliemann, a notamment conduit à ce que l'échelle locale tende « à être le parent pauvre des réflexions politiques sur la gestion institutionnelle de l'eau »⁵². En effet, comme l'affirmait Tushaar Shah (2000), « un aspect surprenant des discussions institutionnelles dans le secteur international de l'eau est à quel point leur champ d'intérêt a été réduit à la seule question de ce que les gouvernements peuvent faire – légiférer, mettre en place des organismes de régulations, transférer des périmètres irrigués, établir des droits de propriété. [...] [Or] si le changement institutionnel concerne la manière dont les sociétés s'adaptent à de nouvelles demandes, alors son étude doit traiter de bien plus que juste de ce que les gouvernements font [...]. [Il] est aussi important – si ce n'est plus – d'écouter la voix des peuples »⁵³.

2. Des inégalités d'accès persistantes

Le modèle industriel de gestion de l'eau, caractérisé par le paradigme du « toutauréau » est aussi aujourd'hui questionné du fait des inégalités persistantes d'accès à l'eau. Ainsi, en 2017, d'après le rapport du Programme commun OMS/UNICEF de suivi de l'approvisionnement en eau et de l'assainissement (JMP) intitulé *Progrès en matière d'eau, d'assainissement et d'hygiène : mise à jour 2017 et évaluation*

51. Sylvain Petitet (2011). URL : <https://www.metropolitiques.eu/Eau-assainissement-energie-dechets.html>.

52. Maud OrneGliemann (2011, p. 45).

53. Tushaar Shah (2000). Voir aussi du même auteur, “Dynamic of Informal Versus Formal Water Economics: The Example of India” International Conference on Integrated Water Resources Management (IWRM): Lessons from Implementation in Developing Countries”, conference, 10-12 mars 2008, Cape Town, South Africa.

des OD, environ 2,1 milliards de personnes, soit 30 % de la population mondiale, n'avaient toujours pas accès à des services d'alimentation domestique en eau potable et 4,4 milliards, soit 60 %, ne disposaient pas de services d'assainissement gérés en toute sécurité. Ce rapport, qui présente la toute première évaluation mondiale des services d'alimentation en eau potable et d'assainissement « gérés en toute sécurité », conclut qu'un trop grand nombre de personnes n'a toujours pas accès à ces services, en particulier dans les zones rurales. Comme le rappelle l'UNICEF, « Si, depuis 2000, des milliards de personnes bénéficient d'un accès à des services élémentaires pour l'approvisionnement en eau de boisson et l'assainissement, ces services ne fournissent pas nécessairement une eau et un assainissement sûrs. En outre, de nombreux foyers, centres de santé et écoles n'ont toujours pas d'eau ni de savon pour le lavage des mains, une situation qui expose l'ensemble des personnes fréquentant ces lieux, et surtout les enfants, au risque de maladies telles que la diarrhée. En effet, 361 000 enfants âgés de moins de cinq ans meurent chaque année de diarrhée, sans compter que la piètre qualité des installations sanitaires et l'eau contaminée favorisent également la transmission de maladies comme le choléra, la dysenterie, l'hépatite A ou encore la typhoïde »⁵⁴.

De surcroît, sur les 2,1 milliards de personnes qui n'ont pas accès à l'eau gérée en toute sécurité, 844 millions ne bénéficient même pas d'un service élémentaire d'approvisionnement en eau potable. Parmi ces personnes, 263 millions vivent à plus de 30 minutes du premier point d'eau et 159 millions continuent à boire de l'eau de surface non traitée puisée dans des cours d'eau ou dans des lacs. Sur les 4,4 milliards de personnes qui n'ont pas accès à des services d'assainissement gérés en toute sécurité, 2,3 milliards ne disposent toujours pas d'installations sanitaires de base. Parmi elles, 600 millions de personnes partagent des toilettes ou latrines avec d'autres foyers, et 892 millions – vivant pour la plupart en zone rurale – défèquent à l'air libre, une pratique en augmentation en Afrique subsaharienne et en Océanie du fait de la croissance démographique.

Enfin, il existe des disparités importantes en matière de services entre les zones urbaines et rurales. En effet, deux personnes sur

54. UNICEF, <https://www.unicef.fr/article/21-milliards-de-personnes-n-ont-pas-acces-l-eau-potable-salubre>, 12 juillet 2017.

trois ayant accès à l'eau potable gérée en toute sécurité et trois sur cinq disposant de services d'assainissement gérés en toute sécurité vivent en milieu urbain. Enfin, sur les 161 millions ayant recours à des eaux de surface non traitées (puisées dans des lacs, des cours d'eau ou des canaux d'irrigation), 150 millions vivent en zone rurale. L'eau est donc inégalement répartie et son accès n'est pas équitable. Pour ne donner qu'un exemple, en Erythrée, seulement 19 % de la population a accès à un service élémentaire d'eau potable ; 43 % doit marcher et/ou attendre plus de 30 minutes pour en obtenir ; 16 % s'approvisionne dans des sources ou des puits non protégés et 21 % dans les eaux de surface. Droit fondamental consacré par l'Assemblée Générale de l'Organisation des Nations Unies le 28 juillet 2010, le droit à l'eau et à l'assainissement demeure fragile et son effectivité peut-être questionnée. A cet égard, le modèle du « tout-au-réseau », outre qu'il ne correspond pas nécessairement à tous les usages et à toutes les représentations collectives de l'eau, n'a pas permis de résorber les inégalités d'accès à cette ressource. Il doit, en conséquence, être réinterrogé.

3. Repenser le « tout-au-réseau » : le cas de l'Afrique subsaharienne

Stratégie adoptée par la plupart des villes en développement, la mise en réseau des services d'eau et d'assainissement urbains a souffert de « trajectoires différencierées »⁵⁵. Franck Scherrer identifie ainsi la coexistence de quatre états de ce système : un modèle consolidé en Europe occidentale, en Amérique du Nord et au Japon ; un modèle dégradé au Proche-Orient et en Europe centrale et orientale ; un modèle inachevé dans les pays émergents à forte croissance ; et enfin, un modèle inadapté en Afrique subsaharienne et en Asie du Sud et de l'Est. Supposément optimale, l'approche centralisée révèle ainsi ses insuffisances au sein de pays à faibles revenus marqués par une urbanisation incontrôlée.

Résultante de la croissance démographique, de l'absorption des zones rurales périphériques et de l'exode rural, cette croissance urbaine rapide, généralement non planifiée, se traduit souvent par l'émergence de quartiers périphériques ou informels, spatialement exclus des in-

55. Franck Scherrer (2006).

frastructures urbaines. L'expansion de la ville s'accompagnant difficilement de l'extension des réseaux d'eau potable et d'assainissement, leur couverture s'avère souvent lacunaire. Des quartiers demeurent ainsi déconnectés des réseaux officiels, quand d'autres souffrent d'une desserte intermittente ou d'une qualité de service médiocre. Les infrastructures, déficientes en raison d'un défaut de maintenance, ne permettent alors pas d'assurer la fiabilité de la desserte. Le prix des branchements domiciliaires constitue enfin un dernier facteur d'exclusion pour les ménages les plus pauvres. L'urbanisation se révèle dès lors source d'inégalités structurelles en matière d'accès à l'eau et à l'assainissement.

Dans cette perspective, et au regard de la croissance démographique et du rythme actuel des investissements, l'Afrique subsaharienne n'atteindra les Objectifs du Millénaire pour le Développement qu'en 2040 et en 2076 concernant respectivement l'eau potable et de l'assainissement⁵⁶. Aussi la pertinence d'une stratégie reposant sur la généralisation des réseaux centralisés d'eau et d'assainissement se voit-elle légitimement contestée dans le cadre de l'atteinte des Objectifs de Développement Durable sur le continent.

Convaincus de la vocation universelle du « tout-au-réseau » au vu de son efficacité au sein des pays industrialisés, les bailleurs internationaux ont, au sortir de la Seconde Guerre mondiale, financé la construction de réseaux centralisés urbains au sein des pays en développement. Reposant sur le postulat que l'accès à l'eau potable et à l'assainissement constitue une mission de service public relevant de la responsabilité étatique, la transposition du système conventionnel au sein d'Etats rongés par la mauvaise gouvernance, la corruption ou le manque de ressources financières s'est traduit par la défaillance du service public.

En 1990, la Banque Mondiale s'est alors engagée dans la promotion de la privatisation en tant que palliatif aux défaillances des services publics d'eau et d'assainissement. La gestion de ces services et l'extension des réseaux conventionnels a dès lors été déléguée au travers de partenariats public-privé, lesquels suscitent de nombreux débats sur la légitimité de la privatisation de l'eau⁵⁷. Avec la croissance de l'urbanisation, ces grands opérateurs privés occidentaux sont aujourd'hui

56. Sylvy Jaglin (2012).

57. Karen Bakker (2003).

dénoncés pour leur incapacité à desservir les zones périurbaines, fruit de leur réticence à investir dans ces quartiers peu solvables.

Regardés comme la résultante de sous-investissements ou d'une gouvernance défaillante, les obstacles à l'expansion du système conventionnel au sein des villes en développement sont systématiquement attribués à des déficiences institutionnelles ; une interprétation occultant toutes les spécificités de l'espace au sein duquel il s'inscrit. Or, comme le suggère, Jean-Marc Offner, l'émergence de ces réseaux urbains centralisés prend racine dans un environnement spatio-temporel qui va profondément conditionner le succès ou l'échec du déploiement d'un tel modèle⁵⁸.

En Europe, la naissance du système conventionnel a par exemple profondément pris ancrage dans l'Etat-Providence et l'industrialisation. Le système de production fordiste, fondé sur la standardisation et la mise en réseau ; le salariat et la consommation de masse ; la mobilisation de la technologie au service du changement social ou encore le volontarisme politique en faveur de l'équité sociale sont autant de vecteurs qui ont, au milieu du XIXème siècle, créé les conditions propices au déploiement de réseaux centralisés d'eau potable et d'assainissement, déploiement lui-même motivé par la survenance récurrente d'épidémies de choléra.

En Afrique subsaharienne, en revanche, le système conventionnel est un héritage colonial, un modèle imposé. L'intégration de la dimension historique et des réalités socio-économiques de ce territoire permet ainsi une nouvelle lecture des défaillances induites par la logique du « tout-au-réseau ». Si la couverture spatialement limitée des réseaux centralisés est le reflet d'une croissance urbaine rapide non planifiée, elle est également le produit d'une politique coloniale discriminatoire. Ces réseaux avaient, en effet, à l'époque, pour vocation essentielle de desservir les quartiers investis par les élites colonisatrices et locales. Or, ce sont ces mêmes secteurs qui, aujourd'hui, constituent les quartiers formels les plus développés.

De surcroît, à l'inverse des pays industrialisés, les Etats de l'Afrique subsaharienne sont caractérisés par une pauvreté omniprésente, un fort taux de chômage et par la prédominance de l'emploi informel. L'irrégularité des revenus, la part marginale du salariat et la faiblesse des

58. Jean-Marc Offner (1993)

dispositifs de protection sociale ont donc une influence déterminante sur la capacité des ménages à subvenir à leurs besoins essentiels. La dualité entre quartiers formels et informels, de même que l'insécurité foncière urbaine, sont également symptomatiques en Afrique subsaharienne. En conséquence, si elles constituent indéniablement l'expression d'une mauvaise gouvernance de l'appareil étatique, les défaillances du système conventionnel relèveraient plus d'une inadéquation structurelle aux réalités urbaines des pays africains, que d'un simple retard rattrapable à grand renfort d'investissements.

Symptôme des limites du « tout-au-réseau », se développent aux interstices de réseaux conventionnels défaillants, voire absents, des systèmes alternatifs d'accès à l'eau potable et à l'assainissement. Fruit d'initiatives privées, individuelles ou collectives, des dispositifs décentralisés viennent ainsi combler les carences des réseaux centralisés. Les puits, les forages, l'eau embouteillée ou ensachée, les « bornes-fontaines », les kiosques à eau, les connections clandestines aux réseaux conventionnels, la fourniture d'eau par camion, les mini-réseaux d'eau potable ou encore les systèmes de récupération d'eau de pluie offrent ainsi diverses alternatives d'approvisionnement en eau potable. Les options décentralisées d'assainissement se résument, quant à elles, à l'assainissement autonome et aux réseaux d'égout à faible diamètre.

En raison de l'absence ou de l'inadéquation des infrastructures conventionnelles, des microentrepreneurs investissent le marché des services d'eau potable et d'assainissement, proposant ainsi des réponses innovantes du « bas de la pyramide »⁵⁹. Révélateurs de la défaillance des opérateurs officiels, ces petits opérateurs privés diversifient l'offre de services d'eau et d'assainissement et améliorent considérablement les conditions de vie des populations urbaines. Flexibles, ces alternatives décentralisées reposent sur une approche d'adaptation à la demande, quand les réseaux centralisés procèdent d'une offre standardisée. Selon les configurations, les opérateurs locaux peuvent répondre à la demande de populations aisées, désireuses d'améliorer la qualité d'un service jugé insatisfaisant ; ou constituer la seule alternative pour des populations exclues des réseaux conventionnels. Au sein de certaines

59. Coimbatore Krishnarao Prahalad (2005).

villes, à l'image de Dakar, les besoins sont tels que ces acteurs desservent plus de 70 % de la population⁶⁰.

Dans le secteur de l'eau potable, une dichotomie peut être opérée entre les vendeurs directs qui disposent de leur propre ressource en eau, qu'elle provienne d'une source naturelle ou d'un raccordement légal ou illégal au réseau officiel ; et les distributeurs qui s'adonnent à la revente. Une distinction peut également être observée entre les vendeurs immobiles, auprès desquels les usagers viennent directement s'approvisionner ; et les vendeurs ambulants, qui vont à la rencontre des consommateurs par le biais de modes de transport tels les camions ou les charrettes. Figure oubliée au sein des pays en développement, l'assainissement est généralement sacrifié au profit de l'accès à l'eau potable. Le recours aux petits opérateurs privés constitue ainsi souvent l'unique alternative pour la gestion des eaux usées domestiques, et notamment des boues de vidange. Face aux déficiences du service public de gestion des déchets, ce secteur représente pareillement un marché porteur pour les petites structures locales.

En se substituant à un Etat se soustrayant à ses responsabilités, les petits opérateurs investissent sur leurs ressources propres afin de fournir un service d'intérêt général, répondant à des besoins vitaux. Pourtant, ces acteurs relèvent majoritairement de l'économie informelle et, à ce titre, ils ont longtemps été ignorés voire interdits, ou à défaut tolérés. La promotion de la privatisation dans les secteurs de l'eau et de l'assainissement a néanmoins suscité un intérêt grandissant pour ces opérateurs, et les bailleurs internationaux s'accordent aujourd'hui pour reconnaître leur potentiel de développement⁶¹.

Des usagers qui sollicitent les systèmes alternatifs d'accès à l'eau potable, trois profils sociologiques se dessinent, mettant en lumière trois degrés de dépendance envers ces dispositifs. Les populations les plus aisées, tout d'abord, disposent des ressources financières pour se raccorder aux réseaux conventionnels ; ils recourent aux systèmes décentralisés par confort ou lorsque le réseau ne dessert pas leur domicile. Les classes moyennes, quant à elles, combinent souvent différentes sources d'eau pour les différents usages qu'elles en font : l'eau du réseau

60. Suzanne Snell (1998).

61. Gordon Mc Granahan (2006).

public pour la boisson et l'eau de forage pour la lessive, la cuisine et l'hygiène personnelle par exemple. Les franges les plus pauvres de la population, enfin, privées de desserte ou dans l'impossibilité financière de se connecter au réseau conventionnel, se voient dans l'obligation de s'approvisionner auprès de sources alternatives⁶².

Ressource vitale pour la boisson et les besoins domestiques des populations, l'eau est également essentielle à l'agriculture, aux activités industrielles ou encore à la préservation des écosystèmes. Pilier d'objectifs de développement interconnectés, parmi lesquels la dignité humaine, la sécurité alimentaire, la réduction de la pauvreté, l'égalité de genre ou encore la protection de l'environnement, l'accès à l'eau potable et à l'assainissement constitue ainsi la condition de réalisation des droits humains. En ce sens, l'existence de systèmes alternatifs d'eau potable et d'assainissement est cruciale, et l'utilité sociale des opérateurs décentralisés qui fournissent de tels services, indéniable. Pour des individus exclus des réseaux conventionnels, ces alternatives représentent en effet la seule option de satisfaire à leurs besoins élémentaires.

Ces dispositifs décentralisés ne sont néanmoins pas sans risque dans la mesure où ils relèvent majoritairement de l'économie informelle ; aussi se soustraient-ils *de facto* aux réglementations sanitaires, sociales et environnementales. La qualité de l'eau notamment, pose de véritables enjeux de santé publique. A ce titre, dans le cadre des Objectifs de Développement Durable, ni l'eau fournie par les distributeurs ambulants, ni l'eau en bouteille ne sont par exemple regardées par l'Organisation Mondiale de la Santé (OMS) et l'UNICEF comme des sources d'approvisionnement en eau améliorées⁶³. Non contrôlée, la prolifération de systèmes alternatifs soulève par ailleurs des problématiques environnementales, telle la préservation de la ressource en eau face aux risques de pollution et de surexploitation. Les risques inhérents à la multiplication d'ouvrages échappant à toute

62. Marianne Kjellen et Gordon Mc Granahan (2006).

63. Selon l'OMS, les points d'eau non améliorés comprennent les puits creusés non protégés; les sources non protégées; les eaux de surface (rivière, barrage, lac, étang, ruisseau, canal, canal d'irrigation); l'eau fournie par un distributeur (charrette surmontée d'un réservoir); l'eau en bouteille; l'eau distribuée par camion-citerne.

régulation sanitaire et environnementale interrogent ainsi la durabilité du système alternatif.

Parallèle et majoritairement informelle, l'émergence d'alternatives aux réseaux d'eau potable et d'assainissement est le plus souvent interprétée sous l'angle de la concurrence au monopole public. En tout point opposés, les modèles de gestion centralisée et décentralisée sont en effet regardés comme antagonistes. Propriété d'Etat, les réseaux supposent de larges infrastructures subventionnées, là où la taille modeste des ouvrages alternatifs privés facilite le recouvrement des coûts. Le réseau d'eau potable, qui organise l'adduction en eau de sources lointaines, impacte significativement l'environnement, lorsque les alternatives dépendent de sources locales et sont moins dommageables.

Si le réseau officiel encourage l'approvisionnement en eau potable pour tous les usages, la pluralité des alternatives stimule le recours à des eaux de différentes qualités selon les emplois. La qualité de l'eau fournie par le réseau unitaire est ainsi contrôlée par les autorités publiques, alors que les risques sanitaires découlant des installations alternatives relèvent de responsabilités individuelles. Quand la centralisation implique une gouvernance *top-down* qui peut être source d'inégalités sociales, la décentralisation favorise une gouvernance participative qui améliore la résilience⁶⁴.

En réalité, les alternatives au réseaux d'eau potable et d'assainissement ne découlent pas d'une logique de confrontation mais bien d'une stratégie d'adaptation, imaginée pour répondre à des besoins essentiels en milieu urbain. Leur apparition étant une manifestation des limites du « tout-au-réseau », il serait plus opportun d'envisager l'évolution parallèle de deux systèmes centralisé et décentralisé non pas sous l'angle de la concurrence, mais de celui de la complémentarité.

Comme le souligne Sylvy Jaglin, « la logique du service en réseau intégré a conduit, presque partout en Afrique, à nier le caractère composite de la desserte réelle tout en maintenant la fiction d'une logique d'offre calée sur des normes de service public nationales et égali-taires »⁶⁵. Reflets de la non-universalité de la logique du « tout-au-ré-

64. OECD. Alternative Ways of Providing Water. 5th World Water Forum, 2009.

65. Sylvy Jaglin (2005).

seau », les alternatives décentralisées incarnent en réalité des solutions d'accès à l'eau et à l'assainissement innovantes, efficientes et adaptées aux réalités pluri-urbaines des villes en développement⁶⁶. Plutôt que l'expression de l'opposition à un système de gestion centralisée, la différenciation qui s'opère entre réseaux conventionnels et services alternatifs constitue le reflet de l'adaptation pragmatique aux dynamiques de l'urbanisation dans les villes, caractérisée par une dualité entre espaces urbains formels et informels.

Conclusion

Symbolique de la non-universalité du « tout-au-réseau », rares sont les grands centres urbains des pays d'Afrique subsaharienne où ne se soient pas développés les systèmes alternatifs aux réseaux conventionnels d'eau potable et d'assainissement. Révélateurs de l'insuffisance des opérateurs officiels, les systèmes décentralisés mettent en perspective l'incapacité du modèle conventionnel à offrir un accès généralisé à l'eau potable et à l'assainissement dans un contexte d'urbanisation croissante. L'extension des réseaux n'évoluant pas à proportion de l'expansion spatiale, les dispositifs alternatifs viennent compenser les inégalités structurelles qui se traduisent par l'exclusion des zones péri-urbaines ou par l'intermittence de la desserte.

Afin de pallier les insuffisances du service public, se développent par milliers des systèmes alternatifs d'approvisionnement en eau potable, parmi lesquels les puits traditionnels, les sachets d'eau « *Pure Water* » ou encore les forages privés. Par ailleurs, en Afrique subsaharienne, face à l'état embryonnaire du réseau d'égout, les habitants s'organisent par le biais de l'assainissement autonome. Longtemps marginalisés du paysage institutionnel, puisque regardés comme concurrents au monopole public, les systèmes alternatifs aux réseaux centralisés sont une réalité urbaine qui ne peut plus être ignorée. Relevant du secteur informel, cette desserte parallèle échappe à tout contrôle et appelle à une régulation sanitaire et environnementale. Face à des opérateurs privés désireux de préserver leur statut informel, tout l'enjeu repose donc sur la nécessité de penser une régulation souple et autonome du contrôle étatique.

66. Aymeric Blanc, Jérémie Cave et Emmanuel Chaponnière (2009).

En outre, de nombreux habitants d'Afrique subsaharienne se révèlent majoritairement réticents au « tout-au-réseau » et sont désireux de conserver la possibilité de s'approvisionner en eau auprès de sources alternatives. Il convient donc de valoriser ces systèmes alternatifs qui viennent satisfaire des besoins essentiels de la population, plutôt que de lutter contre leur prolifération au nom du « tout-au-réseau ». Dans cette configuration, la régulation des dispositifs décentralisés se doit de reposer sur la professionnalisation des acteurs qui interviennent dans la fourniture de services d'assainissement et d'approvisionnement en eau potable. Un modèle s'appuyant sur la création d'associations professionnelles semble l'approche la plus durable. Celles-ci se chargerait de la formation aux normes sanitaires et environnementales des opérateurs privés ; laquelle serait sanctionnée par l'obtention d'un certificat, gage de qualité qui opérerait une régulation naturelle par le jeu de la concurrence. Par ailleurs, au vu des perspectives d'investissements dans le secteur, les défaillances des réseaux conventionnels risquent de tarder à se résorber. Il semble dès lors intéressant d'envisager le modèle conventionnel et la desserte parallèle sous l'angle de la complémentarité plutôt que de la concurrence. Un système hybride reposant sur une répartition géographique des zones entre les opérateurs officiels et les systèmes décentralisés faciliterait ainsi la desserte en eau. Cette contractualisation avec l'opérateur officiel permettrait le contrôle sanitaire des opérateurs alternatifs et offrirait une vision holistique en vue de la préservation des eaux souterraines.

Ainsi, en opérant un changement de perspective, la défaillance des services publics d'eau potable et d'assainissement, mais également de gestion des déchets solides urbains, peut être appréhendée comme une opportunité, propre à impulser un changement de paradigme vers une gestion décentralisée et écologique de l'eau potable et de l'assainissement. Face à un cycle urbain conventionnel non durable, l'assainissement écologique offre en effet des perspectives de développement économique durable, à travers l'entrepreneuriat local fondé sur la réutilisation des eaux pluviales et des eaux usées ou sur la gestion des déchets.

Références

- BAKKER, Karen. "Archipelagos and Networks: Urbanization and Water Privatization in the South". *The Geographical Journal*, vol. 169, No. 4, 2003.
- BETBEDE, Caroline. Les alternatives aux réseaux conventionnels d'eau potable et d'assainissement au sein du Grand Lomé. Mémoire de Master 2 "Coopération internationale et ONG, sous la direction de Julien Eyrard. Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité, 2017.
- CHOCAT, Bernard. Sustainable Management of Water in Cities, Conference, meeting "Challenges of the new water policies for the XXI century", Universidad Internacional Menendez Pelayo, 29-31, october 2002.
- BLANC, Aymeric; CAVE, Jérémie; CHAPONNIERE, Emmanuel. Les Petits Opérateurs Privés de la distribution d'eau à Maputo : d'un problème à une solution? Agence Française de Développement, Document de Travail 85, 2009.
- COUTARD, Olivier. Services urbains: la fin des grands réseaux? COUTARD, Olivier; LEVY, Jean-Pierre (dir.). Ecologies urbaines. Paris: Anthropos-Economica (Coll. Villes), 2010.
- DEBOFFLES, Xavier. Chronologie de l'histoire de l'eau. Cannes: Edition TSH, 2012.
- DE VANSSAY, Bernadette. Les représentations de l'eau. Vertigo - la revue électronique en sciences de l'environnement [En ligne], Hors-série 1 | décembre 2003, mis en ligne le 02 juillet 2008, consulté le 12 mars 2020. URL: <http://journals.openedition.org/vertigo/1959>; DOI: <https://doi.org/10.4000/vertigo.1959>.
- HUSSON, Gilles Pascal. Historique de l'alimentation en eau potable de la ville de Paris, European Journal of Water Quality. Vol. 27, n° 2, 1996.
- JAGLIN, Sylvy. Services en réseaux et villes africaines. L'Universalité par d'autres voies? L'espace Géographique, Tome 41, 2012.
- JAGLIN, Sylvy. Accès à l'Eau, Accès à la Ville. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.
- JAGLIN, Sylvy. Services d'eau en Afrique subsaharienne. La Fragmentation urbaine en question. Paris: CNRS Éditions, 2005.

KJELLEN, Marianne; MC GRANAHAN, Gordon. *Informal Water Vendors and the Urban Poor*. Water and Sanitation Dialogue of the World Urban Forum in Barcelona, 2006.

MARIE, Augustin. *Quels Modèles Techniques et Institutionnels assureront l'Accès du Plus Grand Nombre aux Services d'Eau et d'Assainissement dans les Villes Indiennes?* Thèse de doctorat en Sciences Economiques, Université Paris Dauphine, 2007.

MC GRANAHAN, Gordon. *How Small Water Enterprises can Contribute to the Millennium Development Goals*. Water, Engineering and Development Center, 2006.

OECD. *Alternative Ways of Providing Water*. 5th World Water Forum, 2009.

OFFNER, Jean-Marc. *Le Développement des Réseaux Techniques: un Modèle Générique*. Flux, n° 13-14, 1993.

ORNEGLIEMANN, Maud. *Des représentations de la gestion locale de l'eau: étude des discours et représentations à l'œuvre dans la mise en place de la réforme institutionnelle de l'eau en Afrique du Sud au sein de petits périmètres irrigués*. Thèse de doctorat, Université Paul Valéry - Montpellier III, 2011.

PETITET, Sylvain. *Eau, assainissement, énergie, déchets: vers une ville sans réseaux?* Métropolitiques, 14 décembre 2011. URL : <https://www.metropolitiques.eu/Eau-assainissement-energie-dechets.html>.

PRAHALAD, Coimbatore Krishnarao. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid: Eradicating Poverty through Profits*. Upper Saddle River, Wharton School Publishing, 2005.

SCHERRER, Franck. *L'accès différencié aux services urbains en réseau: proposition d'un cadre analytique*. Communication dans le cadre des journées d'étude, « L'accès aux services urbains en réseau dans les villes libanaises », Dec. 2006, Beyrouth, Liban. fffhalshs00120910.

SHAH, Tushaar. *Dynamic of Informal Versus Formal Water Economics: The Example of India*. International Conference on Integrated Water Resources Management (IWRM): Lessons from Implementation in Developing Countries, conference, 10-12 mars 2008, Cape Town, South Africa

SHAH, Tushaar. Limits to Leapfrogging: Issues in Transposing Successful River Basin Management Institutions in the Developing World. IWMI Technical Paper - India Program Office, 2000.

SNELL, Suzanne. Opérateurs privés des services d'eau et d'assainissement: profils et typologie. Ed. Washington WSP, 1998.

TORTAJADA, Cecilia; CASTELÁN, Enrique. Water Management for a Megacity: Mexico City Metropolitan Area. Ambio – A Journal of the Human Environment, Vol. 32, n° 2, p. 124-129, 2003.

UNICEF. <https://www.unicef.fr/article/21-milliards-de-personnes-n-ont-pas-acces-l-eau-potable-salubre>, 12 juillet 2017.

CAPÍTULO 5

OS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ESTADO DO PARÁ

Monaldo Begot da Silva Junior

Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes

Introdução

A partir da observação e da participação na gestão paraense das águas, podemos afirmar que a Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará (PRH) está em reconstrução. Têm-se a regularidade nas reuniões do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e de suas Câmaras Técnicas, a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e do Plano de Capacitação, Desenvolvimento Tecnológico e Educação Ambiental e, principalmente, a institucionalização de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH).

Nesse contexto, os comitês surgem como novas formas de intervenção humana e emergem da necessidade de territorialização do desenvolvimento como uma forma de reação local. A organização socio-territorial volta-se à ação local inovadora para a governança do uso de recursos hídricos e para o desenvolvimento territorial, baseada em concepções de acesso e uso locais dos recursos naturais.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim (CBHRM), primeiro parlamento das águas do Pará, pode representar uma estratégia de desenvolvimento territorial do estado, a partir da gestão descentraliza-

da e participativa da água por bacia hidrográfica, ampliando o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA).

A Bacia Hidrográfica do rio Marapanim (BHRM) faz parte da Unidade Hidrográfica da Costa Atlântica–Nordeste, a qual é a mais densamente povoada e desenvolvida economicamente, dentre as demais unidades hidrográficas do estado do Pará. A região em que está localizada esta bacia é considerada a mais antiga em colonização na Amazônia e, portanto, possui uma paisagem muito antropizada (SEMAS, 2019).

É nesta confluência que reside a oportunidade do CBHRM de se estabelecer como um órgão colegiado, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, catalisador da formação de rede de atores, além de se constituir como um espaço público de confrontação de ideias e como uma nova institucionalidade de regulação local da água.

Logo, o propósito deste artigo é refletir sobre como a estratégia de gestão de bacias hidrográficas por meio de comitês pode contribuir para o desenvolvimento territorial, limitando-se ao contexto do estado do Pará.

Uma bacia hidrográfica pode se qualificar como um território de desenvolvimento quando ela se constrói em determinados recortes espaciais onde são estabelecidas as relações de uso comum dos recursos hídricos, envolvendo os atores interessados na articulação da ação local coletiva para resolver os problemas da água em oposição à apropriação e acumulação privada de seus usos e em favor da governança local das águas, como um bem social estratégico e central ao desenvolvimento integrado do território.

Nesta perspectiva da bacia hidrográfica como um território de desenvolvimento, consideram-se as dinâmicas geográfico-naturais, político-econômicas e institucionais-legais, mas o ponto central da análise deste artigo são as dinâmicas histórico-culturais e socioambientais, as quais podem ajudar a explicar a expressão do território construído pelos atores, os quais são diversos e heterogêneos.

Apresentaremos a construção e o processo de institucionalização do Comitê da BHRM, bem como as suas dinâmicas territoriais, a partir da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e da gestão integrada e sistemática dos recursos hídricos com as demais políticas municipais, estaduais e federais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

1. Os comitês de bacia hidrográfica como estratégia de desenvolvimento

A natureza é uma totalidade complexa, abstrata e ideal, ao mesmo tempo em que é um sistema aberto, dinâmico e holístico e o seu reconhecimento como tal vem do pensamento, do movimento e da reprodução social. Daí deriva a noção de ambiente, que acrescenta à natureza os processos e as condições favoráveis à vida, em todas as suas manifestações, a partir da lógica da utilidade e da adaptação do ambiente às suas necessidades.

Neste sentido, o ambiente é o meio pelo qual todas as espécies sobrevivem, inclusive, a humana, a qual se relaciona com os outros meios de vida enquanto gera conhecimento e ciência sobre os usos de seu próprio meio ambiente e dos demais, conforme o sistema social, cultural e produtivo (DULLEY, 2004).

Como um recurso natural, a água é fonte de vida necessária a todos os seres vivos e sua disponibilidade, em qualidade e quantidade, está diretamente ligada à preservação dos ecossistemas e ao desenvolvimento do bem-estar econômico, social e ambiental (REBOUÇAS, 1999).

O uso e o aproveitamento de recursos hídricos estão estritamente interligados ao modelo de desenvolvimento, mas, também, à história, à geografia, à geologia, à cultura, à geopolítica, à economia, aos processos naturais, à legalidade, para não ser extenso. Isto expressa a interligação, a integração e a interdependência entre a natureza, o ambiente e a vida em sociedade, a qual dá significado ao que é considerado fundamental e condiciona a intervenção antrópica.

Para regular o uso da água, na década de 1990, foi aprovada a Lei nº 9.433, em 8 de janeiro de 1997, a qual incorpora as visões contidas na Declaração de Dublin, na Agenda 21 e em documentos de outros certames posteriores ligados à gestão dos recursos hídricos. Vale ressaltar, também, que a política francesa de gestão dos recursos hídricos serviu de modelo para o Brasil.

Esta lei trata da organização administrativa para o setor de recursos hídricos, substitui o Código das Águas, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH). Trata-se de uma lei atual, avançada e importante para a ordenação territorial, em seu sentido mais amplo,

caracterizada pela descentralização de ações, em detrimento da concentração de poder (SETTI *et al.*, 2001).

A partir do ano 2000, a Lei nº. 9.984, de 17 de julho de 2000, modificou os órgãos integrantes do SINGREH, acrescentando a Agência Nacional de Água (ANA) neste arcabouço institucional de gestão dos recursos hídricos. A ANA é uma autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, responsável pela implementação e aplicação da PNRH (BRASIL, 2004).

Após a edição da Lei nº. 9.433/97 foi necessária a discussão para revisão de todo arcabouço legal instituído para gestão dos recursos hídricos do Estado do Pará e elaboração de nova lei estadual, para compatibilizá-la com a federal.

Sendo assim, foi instituída a PRH do Pará por meio da Lei Estadual nº. 6.381, de 25 de julho de 2001. Por ter sido estabelecida com base na lei federal, possui, praticamente, os mesmos princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos daquele dispositivo (PARÁ, 2001).

Observa-se que enquanto a Lei Federal prevê cinco instrumentos, a Lei Estadual acrescentou a estes, dois, totalizando sete, os quais são planos de recursos hídricos; enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes; outorga dos direitos de uso dos recursos hídricos; compensação aos municípios; sistema estadual de informações sobre os recursos hídricos; e capacitação, desenvolvimento tecnológico e educação ambiental.

A outorga dos recursos hídricos é o instrumento mais consolidado da gestão estadual, enquanto que estão previstos para serem finalizados no ano de 2020 o PERH, o Plano de Capacitação, Educação Ambiental e Desenvolvimento Tecnológico e o sistema de informações com dados a serem disponibilizados tanto para o público em geral, quanto para os técnicos da própria SEMAS (órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos no estado). Espera-se que o PERH apresente uma proposta de enquadramento para os corpos hídricos estaduais. Em relação ao instrumento da cobrança e da compensação aos municípios, estes ainda não foram regulamentados no Estado e não há uma previsão de sua implantação (CIRILO, 2019).

Apesar da regulamentação da outorga dos recursos hídricos ter sido instituída desde o ano de 2008, entendemos que este instrumento de controle ainda carece de investimentos em uma infraestrutura que suporte a demanda pela regularização do uso da água no Pará, pois ainda há um

atraso na liberação desse direito, seja para captações superficiais, subterrâneas ou para lançamento de efluentes, o que, às vezes, inviabiliza determinados investimentos econômicos (SILVA JUNIOR; MONTEIRO, 2011).

Para a implementação da política e dos instrumentos de controle, além do SINGREH, de seu Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da ANA, a estrutura institucional estadual é importante. O Estado do Pará dispõe do SISEMA, composto pelo CERH; o órgão gestor dos recursos hídricos (SEMAS); os CBH; as Agências de Bacias; e os órgãos dos Poderes Públicos estaduais e municipais cujas competências se relacionam com a gestão de recursos hídricos.

No entanto, há um notório atraso da implementação deste Sistema como um todo, pois somente no ano de 2007 o órgão gestor dos recursos hídricos foi reestruturado, quando foi criada a Diretoria de Recursos Hídricos (DIREH), com as atribuições específicas para a gestão das águas. No mesmo ano, o CERH foi regulamentado por meio de decreto estadual, sendo responsável pela formulação e deliberação sobre políticas de recursos hídricos (CIRILO, 2019).

Desde então, estas duas instâncias atuaram cumulativa e isoladamente, por meio de uma gestão fraca, morosa e ineficiente, na medida em que negligenciaram a sua atribuição de incentivar a descentralização da gestão das águas, por meio de apoio à implantação e funcionamento de comitês de bacias hidrográficas, no âmbito de suas competências.

O caráter incipiente do estabelecimento do SISEMA do Pará advém do entendimento da regulação ambiental – cujas decisões precisam ser respeitadas e cumpridas – como um obstáculo ao crescimento econômico e à expansão das atividades industriais, as quais geram grandes divisas para o Estado.

No entanto, podemos afirmar que, desde o ano de 2019, a PRH do Pará está em processo de reconstrução, considerando especialmente a implementação dos instrumentos de planejamento e controle dos usos da água, a regularidade nas reuniões do CERH, da elaboração do PERH e a institucionalização do primeiro CBH do estado.

Por isso, consideramos que o Estado do Pará vivencia uma nova gestão para a água, a partir da solidariedade e da participação das comunidades envolvidas na bacia hidrográfica, para que os recursos hídricos sejam reconhecidos como bens públicos pertencentes a todos (RIBEIRO, 2008; TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2011).

Os comitês de bacia hidrográfica concentram as suas ações em uma única bacia ou unidade hidrográfica, tida como unidade básica de planejamento. Cada bacia hidrográfica do Estado que tenha expressão geográfica e de uso, deve possuir o seu próprio comitê, que deve contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades locais. Trata-se de um conjunto de entes que inclui a União, o Estado, os municípios, a sociedade civil organizada (empresarial, ONGs, etc.) e os representantes das comunidades de reservas extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores.

É limitada a representação da somatória dos representantes dos Poderes Executivos da União, do Estado e dos Municípios ao máximo de 40% (quarenta por cento) do total de membros. A somatória dos representantes dos usuários deverá ser igual a 40% (quarenta por cento) do total de membros. E a somatória dos representantes das entidades da sociedade civil será de no mínimo 20% (vinte por cento) do total de membros (PARÁ, 2019a).

Os comitês são responsáveis por decisões integradas sobre a água como um recurso de uso comum, incluindo o seu inter-relacionamento com o meio físico, biótico, demográfico, econômico, social e cultural e exercem um papel indispensável para o planejamento e a deliberação acerca dos usos múltiplos de água em seu respectivo território. Estas instâncias públicas materializam a gestão descentralizada, fundamento da Política de Recursos Hídricos, tanto nacional, quanto do estado do Pará (BRASIL, 2004; PARÁ, 2005).

Tem-se a bacia hidrográfica como a unidade de referência e planejamento onde convivem múltiplos usos, muitas vezes conflitantes. Pode ser situada em diferentes estados, municípios, territórios da União e, por vezes, até em outros países. A hidrologia como ciência estabelece que a bacia hidrográfica é uma área de captação natural da água da precipitação que faz convergir os escoamentos para um único ponto de saída. As características topográficas, geológicas, geomorfológicas, pedológicas e térmica, bem como o tipo de cobertura da bacia, desempenham papel essencial no seu delineamento e comportamento hidrológico (BOSON *et al.*, 2006; SILVEIRA, 2007; GARCEZ; ALVAREZ, 1988).

Assim, para este artigo, estende-se o conceito de bacia hidrográfica para além da mera delimitação hidrogeológica. A bacia hidrográfica é a unidade de planejamento, que visa a orientar o gerenciamento dos

usos de recursos hídricos, considerando a complexidade deste sistema social, econômico e ambiental em que se encontra uma diversidade de usuários, cada um com os seus interesses e necessidades, muitas vezes contraditórios (BRAGA, 2006).

A bacia hidrográfica é o território em que ocorrem os usos da água, mas também, as suas consequências, muitas vezes danosas. É ali que a utilização da água pode se tornar conflituosa e culminar numa tragédia socioambiental, na medida em que alguns usuários buscam maximizar os seus benefícios por meio da apropriação privada do uso da água e minimizar os seus prejuízos por meio da socialização das externalidades negativas. Percebe-se que a bacia hidrográfica é a representação de um território de uso comum de todos e a sua gestão pretende evitar a tragédia de uso privado dos recursos hídricos (a tragédia dos comuns, segundo HARDIN, 1968), reagindo à lógica que privilegia a produção agroindustrial e mineral e a urbanização das cidades, em detrimento ao valor da produção da água.

Quando se delimita um território para a governança da água e dos recursos hídricos estão também sendo delimitados os atores que farão parte desta gestão naquele território e os atores que estão fora da unidade territorial, mas estão de alguma forma envolvidos na gestão. Além disso, estão se delimitando os usos e os usuários de recursos hídricos, bem como a forma como se relacionam com a água, em todas as suas dimensões, tanto afetivas como fisiológicas (BARBOSA, 2019).

As principais atribuições do comitê são aprovar o plano de bacias hidrográficas, promover o debate de questões relacionadas a recursos hídricos, negociar os conflitos de uso das águas, e estabelecer os mecanismos e valores de cobrança pelo uso da água, aprovando o plano de aplicação dos recursos arrecadados em benefício da própria bacia hidrográfica. Trata-se, portanto, de uma proposta de descentralização para tomada de decisões (BRASIL, 2004).

O prenúncio da operacionalização dos comitês de bacia hidrográfica, em si, inicia, por um lado, um processo de reforma administrativa da gestão da água, o que pode enfrentar algumas resistências das elites políticas dominantes. Por outro lado, percebe-se que a gestão descentralizada pressupõe a participação e o envolvimento dos usuários de recursos hídricos e da sociedade local nos processos públicos, os quais nem sempre estiveram mobilizados para fazer frente à defesa da governança da água.

Doravante, inaugura-se no estado do Pará um processo de transformação baseado nas reações sociais em favor de uma ordem local para a água, a partir da singularidade das ideias e dos valores dos atores sociais locais. Contempla-se a importância das pessoas como indutoras e, ao mesmo tempo, como beneficiárias das futuras modificações no trato da água como um recurso territorial limitado, de domínio público, dotado de valor econômico e de uso comum de todos, visando a sua disponibilidade em quantidade e qualidade e a sua conservação.

Assim, prenuncia-se que a criação de comitês de bacia hidrográfica pode representar a oportunidade de (re)organização estrutural do SISEMA e de construção de um território para a implementação da governança da água. A partir de então, enseja-se que transcorram modificações significativas na gestão dos recursos hídricos, pois os conflitos de uso poderão ser melhor administrados, a partir da mudança de escala em que serão tratados.

Os comitês podem se caracterizar por ser uma nova instância de poder na estrutura do SISEMA e possuir autoridade para arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos, o que desloca as decisões em direção à bacia hidrográfica, considerando que até recentemente havia uma concentração no nível do CERH e da SEMAS, por meio de sua Secretaria Adjunta de Recursos Hídricos e Clima (SAGRH) e da DIREH (PARÁ, 1993).

Os comitês possuem, também, a capacidade de ampliar a implementação da PRH, de potencializar a ação pública local e de promover o desenvolvimento territorial da sua bacia hidrográfica. Assim, este colegiado pode vir a exercer um papel de mediador das decisões políticas e econômicas em escala local, inserindo uma nova dinâmica institucional no Estado, reconfigurando e influenciando localmente o seu próprio desenvolvimento e criando uma nova territorialidade da água, integrando as políticas de recursos hídricos com as demais políticas locais, estaduais e federais.

Assim, o comitê é concebido e implementado como uma estratégia de resposta aos problemas de determinada bacia hidrográfica, como uma esfera de influência nas estruturas políticas, visando a novas formas de relação entre o governo, a sociedade local e os seus recursos hídricos, admitindo-se uma mudança na trajetória em direção a um modelo de desenvolvimento baseado na diversidade sociocultural e territorial.

A partir destas reflexões, salienta-se que a abordagem sistêmica é essencial à gestão de bacias hidrográficas, pois todos os usos de recursos hídricos estão integrados neste território, interferindo na sua disponibilidade de água em quantidade e qualidade e alterando este sistema social, econômico e ambiental (FENZL, 1997).

É inegável que os avanços na organização institucional da gestão das águas sejam promovidos a partir de um processo descentralizado que coloca o foco na bacia hidrográfica como unidade de planejamento e com uma visão sistêmica. Ações estruturais para a conservação e recuperação de bacias hidrográficas, mananciais, águas superficiais e águas subterrâneas devem ser acompanhadas pela implementação de ações não estruturais que consistem na participação da comunidade e dos usuários e na articulação da sociedade na gestão de recursos hídricos, na otimização dos usos múltiplos e na gestão dos conflitos (TUNDISI; BRAGA; REBOUÇAS, 2006).

Percebe-se que estão assegurados os mecanismos de participação dos usuários de água e de representantes de segmentos da sociedade, como nos comitês de bacia, onde o governo não dispõe de maioria para as decisões. Sendo assim, a gestão dos recursos hídricos deve ser entendida como um fenômeno muito mais social que técnico.

Diante deste cenário, percebe-se que o estado do Pará ainda está no início do processo de gestão dos seus recursos hídricos, tendo que assumir o desafio de gerenciar tão vasta rede de recursos, cujos potenciais são alvos de interesses diversos e cujos impactos pela má administração do mesmo pode decorrer em prejuízos significativos à região amazônica e ao país.

2. O desenvolvimento territorial de bacias hidrográficas

É importante apreender a compreensão do território como as condições de construção, funcionamento e evolução autônoma dos atores locais, que se aproximam e se envolvem, cultural e cognitivamente, em um processo denso de elaboração analítica de instituições e proposições específicas e diferentes daquelas genéricas e padronizadas das práticas dominantes e homogeneizadoras do capitalismo globalizado, na medida em que há uma resiliência às leis exógenas da localização (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Entende-se o território como uma construção localizada na história, relacionado ao local e ao global, envolvido na conjuntura econômica e social, atrelado ao modelo de desenvolvimento, discriminado pelos atores. É, também, a natureza e o meio ambiente, mas também, a sua falta, é a norma e a lei, é o comportamento e o hábito de cada um, é a cultura e a aprendizagem coletiva, é o que deixou de ser e o que ainda será (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Esta nova concepção paradigmática emerge da constatação de que os recursos naturais e territoriais, incluindo os sociais, econômicos, produtivos e políticos são interdependentes, construídos coletivamente, baseados na proximidade, mas, também, na diversidade social e, muitas vezes, estão apartados do Estado e de suas orientações meramente econômicas. Os territórios se constroem a partir da ativação de seus recursos específicos, atribuindo a estas vantagens diferenciadoras frente à dinâmica econômica global (PECQUEUR, 2005).

Podemos extrapolar este conceito de território para os territórios de gestão da água, na medida em que estes deixam de ser abstratos e podem se materializar por meio da delimitação geológica e geográfica da bacia hidrográfica em que acontecem os usos de recursos hídricos; mas também, pela influência histórica da água na ocupação do espaço; pela organização do conhecimento e da cultura acerca da importância da água para o desenvolvimento territorial; e pelos comportamentos, pelas ideias e pelos valores comuns que aproximam os atores em favor do uso coletivo da água (GHIOTTI, 2007).

Assim, consideram-se territórios de águas aqueles em que há dinâmicas geográfico-naturais, histórico-culturais, político-econômicas, institucionais-legais e socioambientais próprias e que influenciam na governança da água como um recurso natural estratégico para o desenvolvimento territorial, considerado como um ativo específico, na medida em que se manifestam a partir da combinação de estratégias dos atores que determinam o seu valor como um bem comum, cujos benefícios não podem ser medidos e transferidos, tal qual é seu uso peculiar e essencial à vida, atual e futura (GHIOTTI, 2007).

Sobre o desenvolvimento territorial, depreende-se que este é fundado na inovação de estratégias organizativas e estruturais para a reconstrução das relações e dinâmicas dos sistemas de produção e dos siste-

mas de poder intrínsecos a eles, frente aos problemas e desafios globais de impacto local, numa dialética local/global (TEISSERENC, 2016).

Nesta perspectiva, deve-se considerar a globalização como um fenômeno multifacetado, complexo e potencializador das relações sociais, culturais e políticas globais, mas que continua sendo eminentemente vinculada ao sistema econômico capitalista. A globalização implica efeitos sociais e culturais que influenciam a reação territorial local, ao mesmo tempo em que esta designa e interfere nas condições de interação com a sociedade global e o seu modo de civilização e produção dominante (SIGNOR, 2018).

Esta lógica pressupõe a liberdade de realizar escolhas e de tomar decisões sobre os caminhos a serem seguidos, sobre revelação e valorização de recursos a serem ativados ou não, sobre os processos de organização dos atores para o desenvolvimento e sobre as respostas a serem dadas aos problemas do território. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas” (SEN, 2000, p. 10).

A sustentabilidade de sistemas abertos, como as bacias hidrográficas, é um conhecimento a ser compreendido neste contexto territorial, pois a água é um fator de desenvolvimento, de integração social e de garantia de qualidade de vida, hoje e amanhã, cuja importância ganha mais relevância em cenários onde ainda prevalecem a visão da água como um recurso abundante e infinito, conforme Mendes (2005):

O grande volume de água doce na Amazônia conduz a uma generalização errada, de que não é necessário se preocupar com este recurso, pois o volume disponível asseguraria a sustentabilidade no abastecimento de suas populações. Grande quantidade de água não implica que esta seja de boa qualidade. A utilização sustentável dos recursos hídricos depende da relação entre a quantidade e a qualidade usada e a capacidade que o meio possui de renovação do recurso (MENDES, 2005, p. 40).

Diante deste contexto, percebemos o quanto é sensível a emergência do ator de desenvolvimento do território, o qual é engajado nas ações locais inovadoras, a partir das confrontações e aprendizagens coletivas que o tornam capaz de intervir, de se organizar e de se mobilizar de for-

ma cognitiva em favor do uso dos seus recursos naturais e territoriais. É o ator consciente das responsabilidades e obrigações que lhe cabem como cidadão, mas também, dos seus direitos a um meio ambiente ecologicamente sustentável (TEISSERENC, 2016).

A ação governamental pode contribuir para a formação desses atores, ao mesmo tempo em que a coletividade depende do espaço público para exercer as suas capacidades de transformação local, em resposta aos anseios desses atores por representação, legitimidade e liberdade nas ações locais. Defende-se

“a articulação entre os atores territoriais, espaços nacionais, e Estado-Nação, estabelecendo uma comunicação estratégica, como necessária para definir a inserção dos territórios no processo de globalização” (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNANDEZ, 2004, p. 54).

As condições necessárias e suficientes que podem favorecer uma reação local perpassam pelas experiências e aprendizagens coletivas dos atores que se engajam de modo participativo, autônomo e criativo no enfrentamento dos seus próprios problemas e desafios, caracterizando-se estes conhecimentos acumulados como essenciais para se definir a inserção protagonista dos territórios no processo de globalização (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNANDEZ, 2004).

Assim, pressupõe-se que na medida em que os atores acumulam aprendizagens coletivas, a partir das experiências vividas no contexto das dinâmicas geográfico-naturais, histórico-culturais, político-econômicas, institucionais-legais e socioambientais, podem deliberar de modo participativo, autônomo e criativo no aprimoramento de ações locais inovadoras para a governança de recursos hídricos e o desenvolvimento territorial, em toda a sua potencialidade e multiplicidade, obedecendo às exigências de uso sustentável dos recursos naturais.

Portanto, é possível afirmar que os CBH necessitam de atores engajados e de outros dispostos a se engajar no aprimoramento das ações locais inovadoras, como condição para que este exerça as suas atribuições e competências, como órgão colegiado, mas também é necessário que o Comitê seja um espaço que favoreça as aprendizagens coletivas providas pelas experiências e pelos conflitos vividos ali.

A efetividade dos organismos de bacia precisa ir além da aplicação normativa, mas considerar a capacidade dos membros de compreender a complexidade socioambiental da bacia, trabalhar coletivamente para construir soluções em diferentes dimensões, propor mudanças no modelo de desenvolvimento, entender a visão sistêmica de mundo e a necessidade de um diálogo contínuo de saberes (FRANK, 2010).

Evidencia-se que é necessária a presença de um Estado ativo e de políticas públicas apropriadas para estimular e mobilizar os atores a construírem um modo de organização produtiva diferenciado e policêntrico, que valorize os seus ativos territoriais específicos, os quais deveriam estar ligados ao seu uso atual, mas também ao seu uso futuro, como forma de inovação frente aos mercados competitivos mundiais.

Uma das vias para que o Estado opere para superar os desafios da emergência do ator de desenvolvimento do território é a capacitação e a formação continuada dos membros do CBH, mas também dos demais atores engajados e de outros dispostos a se engajar, como forma de mobilizar e ampliar a percepção da população sobre os problemas críticos das águas e suas soluções (TUNDISI; MATSUMURA-TUNDISI, 2011).

Conclui-se que é necessário admitir que há um olhar sobre o desenvolvimento que é viciado e acostumado emvê-lo somente superficialmente, enquanto que existem diversas possibilidades de construção de algo diferenciado, no espaço e no tempo, em contraposição ao modelo hegemônico, à influência dos interesses das grandes corporações e ao pensamento majoritário do capital.

Por isso, os CBH surgem como uma solução alternativa de desenvolvimento, pensada a partir da lógica socioterritorial e que varia conforme as dinâmicas do local. Assim, um novo olhar sobre o desenvolvimento precisa vê-lo a partir de suas relações complexas, mas ao mesmo tempo singulares, e de seus processos de regulação arrojados para mediar os interesses locais e globais.

3. As dinâmicas territoriais na Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim

A BHRM é localizada integralmente no Estado do Pará, o que a torna de dominialidade desse estado. Apresenta uma área territorial de 2.464,70 km², possui mais de 187 mil habitantes (Tabela 1), e faz parte da unidade hidrográfica que é a mais densamente povoada, dentre as

demais unidades do Pará, com destaque para a atividade agropecuária, apresentando impactos da ocupação desordenada.

Tabela 1: Dados geográficos e demográficos sobre os municípios que compõem a BHRM.

Município	Área Total (km ²)	Área na Bacia (km ²)	Percentual do Município ocupado pela Bacia (%)	População Estimada do Município (2017)*	População Estimada residente na Bacia (2017)**
Castanhal	1.030,26	459,63	44,61	195.253	87.920
São Francisco do Pará	479,44	384,28	80,15	15.454	14.364
Igarapé-Açú	785,98	196,12	24,95	37.753	26.090
Maracanã	807,63	87,05	10,78	28.679	6.013
Magalhães Barata	323,98	322,73	99,61	8.316	8.316
Marapanim	804,76	665,45	82,69	27.569	21.647
Curuçá	672,95	70,47	10,47	38.959	6.857
Terra Alta	204,97	171,40	83,62	11.399	11.343
São Caetano de Odivelas	464,17	12,08	2,60	17563	898
Vigia	401,59	23,20	5,78	52.216	854
Santo Antônio do Tauá	537,63	64,86	12,06	30.611	2.564
Santa Izabel do Pará	717,66	7,43	1,04	68.836	1.108
Total	7.231,02	2.464,70	34,09	532.608	187.974

Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – LARC, 2019.

*IBGE (2017). **Estimativas com base nos setores censitários levantados pelo IBGE (2017).

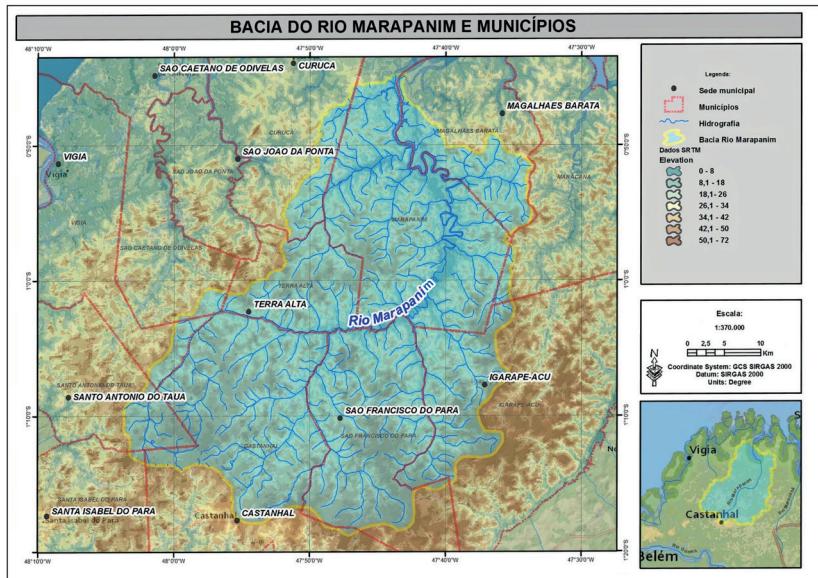
Dentre os doze municípios que compõe a unidade territorial da bacia, quatro apresentam mais de 80% do seu território inserido na BHRM, conforme Tabela 1, a saber: São Francisco do Pará, Magalhães Barata, Marapanim e Terra Alta.

Os principais usuários de água existentes no território da bacia são: Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA); indústrias de água mineral e de gelo; indústrias de pesca; agroindústrias de dendê, acerola, açaí e coco; fazendas agropecuárias; pequenas cooperativas de agricultores, piscicultores e produtores de mandioca (CIRILO, 2019).

A BHRM possui em seu território duas unidades de conservação de uso sustentável, as quais são caracterizadas por permitir em suas áreas a exploração e o aproveitamento econômico dos recursos naturais, desde que seja de forma planejada e regulamentada. Essas unidades são: a Reserva Extrativista Marinha Cuinarana e a Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo (SANTOS, 2018).

Segundo a divisão das regiões hidrográficas brasileiras, está bacia está inserida na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, a qual ocupa 3% do território nacional, abrangendo quase a totalidade do estado do Maranhão e pequena parcela do Pará. Segundo a ANA (2019), a situação desta região em termos de balanço hídrico ainda é confortável em aproximadamente 80% do seu território, apresentando 71,9% dos seus corpos hídricos uma boa qualidade ambiental, destacando-se, no entanto, alguns trechos urbanos e áreas ribeirinhas com problemas críticos de poluição. Na Figura 1, é possível observar a vasta hidrografia da bacia do rio Marapanim, composta por uma rede densa de corpos d'água.

Figura 1: Hidrografia da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim.



Fonte: Macedo & Mendes (2015).

A região em que está localizada a bacia é considerada a mais antiga em colonização na Amazônia e, portanto, possui uma paisagem muito antropizada. O seu principal rio é o rio Marapanim, com 127,96 km de extensão. Percebe-se que, ao longo dos anos, os processos de desenvolvimento da região têm alterado a cobertura vegetal, o que está associado às mudanças no uso e na cobertura do solo que alteram a qualidade ambiental da bacia hidrográfica, pois essas influenciam e são influenciadas por tudo o que acontece dentro dela: desmatamento, pesca, industrialização, contaminação, urbanização. (ANDRADE *et al.*, 2018).

Santos *et al.* (2019) complementa ao afirmar que

É dentro desse cenário que se encontra a bacia hidrográfica do rio Marapanim, que ao longo do seu processo de ocupação sofreu forte pressão sobre sua cobertura vegetal o que resultou em 80% de sua área desflorestada até o ano de 2017 (PRODES/INPE, 2017). Esse processo coloca em risco seus recursos hídricos devido o assoreamento de seus igarapés, desflorestamento de nascentes, acrescidos do

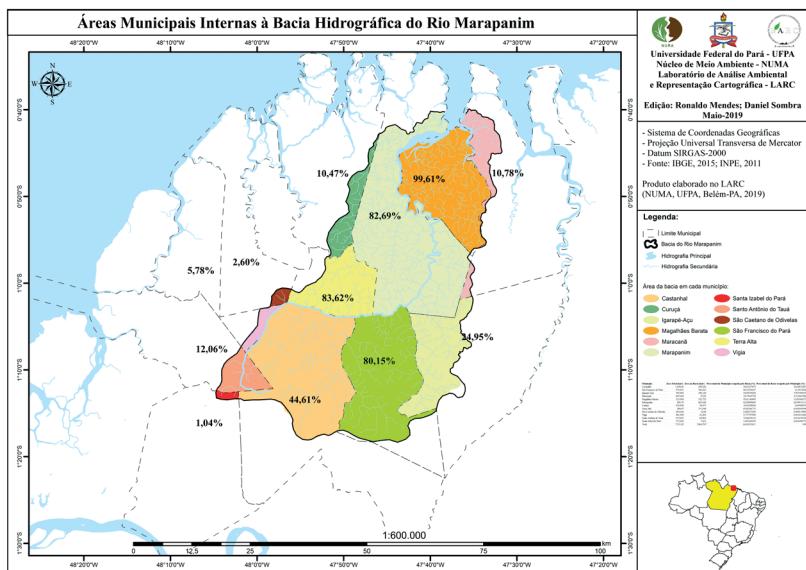
descarte de efluentes domésticos e industriais nos cursos d'água que a formam, etc. (SANTOS *et al.*, 2019, p. 930).

Neste contexto, os CBH surgem como organismos ricos e vitais para a troca de ideias e para a construção de soluções para problemas relacionados à água, em que os atores envolvidos trazem diversos recursos ao processo decisório, assegurando-se os mecanismos de participação e de representação (ABERS, 2010; ROMANO *et al.*, 2006).

Considerando a potencialidade de construção do território de desenvolvimento na BHRM, o seu Comitê surge como um espaço de reciprocidade em que os atores podem deliberar de modo participativo, autônomo e criativo no aprimoramento de ações locais inovadoras e de formas mais favoráveis à gestão do uso de recursos hídricos e ao desenvolvimento territorial.

O Comitê foi instituído pelo Decreto nº 288, de 3 de setembro de 2019, do Governador do Estado do Pará, como órgão colegiado, com atribuições normativas, deliberativas e consultivas, no âmbito de jurisdição da respectiva Bacia Hidrográfica. A área de atuação do CBHRM no estado do Pará compreende os limites geográficos da BHRM, com abrangência em 12 (doze) Municípios da Microrregião do Salgado: Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Isabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vigia de Nazaré (Figura 2) (PARÁ, 2019a).

Figura 2: Municípios da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim.



Fonte: Laboratório de Análise Ambiental e Representação Cartográfica do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – LARC, 2019.

A institucionalização deste Comitê representa uma história em defesa dos interesses das comunidades locais que sobrevivem dos rios da região e, também, a institucionalização da gestão participativa das águas, conforme preconiza a PRH. As mobilizações iniciaram-se de fato no ano de 2003 com o primeiro mutirão de limpeza do rio Marapanim realizado no município de Terra Alta pela comunidade, com o apoio da prefeitura (CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL, 2016).

Em parceria com o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2015 foi constituída uma comissão intitulada Movimento pela criação do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim com o objetivo de articular o poder público, a comunidade e as instituições de ensino e pesquisa, por meio da realização de reuniões, seminários e oficinas.

As atividades do movimento tiveram um papel fundamental na elaboração da proposta de criação, implantação e legitimação no CERH, do CBHRM. Após a recente institucionalização do Comitê, as ações a serem

executadas são a escolha da diretoria provisória, aprovação do regimento interno, a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Marapanim e a formação continuada dos seus membros.

Para isso, tomou posse no dia 03/10/2019, a diretoria provisória do CBHRM, em cerimônia realizada na sede da SEMAS. Na ocasião, tomou posse o presidente, Edivaldo Raiol, representante do Poder Público; e o secretário-executivo, Orlando Monteiro, representante da sociedade civil. A diretoria tem um prazo de seis meses para elaboração do regimento interno e da definição da diretoria permanente, dos conselheiros titulares e de seus suplentes.

Estavam presentes na posse os representantes do Governo do Estado, dos agricultores familiares, das associações de moradores, das frentes e movimentos de lutas, dos sindicatos de trabalhadores rurais, das colônias de pescadores, dos consórcios intermunicipais, dos usuários de recursos hídricos, das organizações sem fins lucrativos, da federação dos municípios e dos conselhos de reservas extrativistas, com atuação direta na bacia hidrográfica.

A diretoria provisória do CBHRM realizou, nos meses de fevereiro e março do ano de 2020, reuniões em todos os 12 (doze) municípios integrantes do território da bacia hidrográfica para discutir a proposta de regimento interno do Comitê, a definição da data da assembleia geral que vai aprovar este documento e a eleição da direção definitiva do Comitê. Foram tratados, também, assuntos acerca das frentes de recuperação de nascentes e propostas de desenvolvimento local sustentável para a bacia.

Percebe-se que a principal motivação para a criação do comitê é o agravamento das condições ambientais da bacia, em termos de comprometimento da disponibilidade da água em qualidade adequada para os seus usos. Além disso, é possível inferir que a iniciativa para a formação do comitê foi tomada pelas entidades da sociedade civil local, pelos usuários de recursos hídricos e algumas Prefeituras Municipais. No entanto, é importante salientar que esta iniciativa passou a contar com o apoio financeiro e logístico do Governo do Estado, ainda que de forma incipiente.

Denota-se que a institucionalização do CBHRM não é resultado de um programa ou projeto político do Governo do Estado concebido para este fim, em si, restando à ação coletiva local o papel de mobilizar os seus pares com a finalidade de encontrar soluções para os problemas

relacionados ao uso da água como um recurso infinito, problemas estes que possuem relevância para a sociedade local.

No entanto, existe um horizonte que pode indicar uma mudança de postura do Governo do Estado, pois por meio do Decreto nº 346, de 14 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado, o governador do Pará, Helder Barbalho, criou o Fundo Amazônia Oriental (FAO), uma estratégia de financiamento ambiental que funcionará como um instrumento de colaboração privada ao alcance das metas de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento no estado do Pará (PARÁ, 2019b).

Os eixos de investimento do FAO deverão ser relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e contemplará o fortalecimento dos instrumentos de gestão ambiental integrada, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e dos CBH, e congêneres (PARÁ, 2019b).

Ao valorizar a articulação entre esses atores da ação de governança da água, cria-se novas possibilidades e iniciativas autônomas e emancipatórias que podem enriquecer a atuação dos CBH.

Compreendemos que o CBHRM pode expressar a construção de um território de desenvolvimento, de modo que emerge com o potencial de repensar o relacionamento complexo entre todos os seus usuários, o que reflete nas relações de poder entre eles, tanto no nível das transações microeconômicas, como no universo amplo e mais geral dos fluxos de incorporação da natureza ao capital. Ao valorizar a articulação entre esses atores da ação de governança da água, cria-se novas possibilidades e iniciativas autônomas e emancipatórias que podem enriquecer a atuação do comitê de bacias hidrográficas.

Considerações finais

A bacia hidrográfica como unidade de planejamento surge como uma escala de desenvolvimento para o local, ao mesmo tempo em que os atores mobilizados, em todas as suas diversidades, constroem ali um território de água, na medida em que articulam as suas ações coletivas em favor dos recursos hídricos, a partir de seu valor ambiental e de seus benefícios sociais como um bem público e de uso comum de todos. É a territorialização da água e da sua governança como um recurso natural com valor de uso incalculável pelo mercado regulatório capitalista.

Presume-se que o êxito do comitê poderá ser constatado na medida em que esse se configurar como um colegiado de embate político e de enfrentamento ao poder público e ao modelo de desenvolvimento econômico dominante, traçando democraticamente o seu destino a partir das próprias experiências na governança das águas e do território da bacia hidrográfica.

Considera-se que a institucionalização do CBHRM pode indicar a (re)organização estrutural do sistema de gerenciamento, em escala territorial, por ser este o primeiro parlamento das águas no Pará, o que representa uma mudança no modo de atuação do Estado e uma oportunidade de ampliar a implementação da PRH, em direção à gestão compartilhada e participativa da água.

Esta gestão da água revela desafios e oportunidades pertinentes à institucionalização de comitês de bacia hidrográfica, a julgar pelos enfrentamentos políticos, institucionais e sociais, mas também pelo pressuposto de que esta instância decisória pode dar respostas aos problemas locais de gestão da água, a partir da transformação institucional, a qual poderá ser capaz de mudar os processos de marginalização daqueles que não têm acesso à água ou a têm sem qualidade, seja o homem ou a própria natureza.

Constatou-se que o CBHRM tem a oportunidade de se estabelecer como uma instância político-administrativo para reagir à centralização do CERH e da SEMAS, estabelecendo novos referenciais com ideias e valores locais, em favor da articulação de uma ordem para a água e seus múltiplos usos, haja vista que a maioria de membros é composta pelos usuários de recursos hídricos circunscritos à bacia e pelos representantes da sociedade civil organizada com atuação local. Os representantes dos Poderes Executivos da União, do Estado e dos Municípios só podem somar no máximo de 40% (quarenta por cento) do total de membros.

É importante notar que o Governo do Estado do Pará está transcendendo à perspectiva utilitarista da água e, em um movimento direcionado ao incentivo para a criação de CBH, estimula a ampliação do SISEMA em todo o estado e oportuniza que usuários e sociedade civil possam se organizar para pleitearem a criação de novos comitês, contrariando a perspectiva dos governos anteriores que pensavam o ordenamento destes territórios de água a partir de suas próprias visões dominantes, sem a intenção de compartilhar o poder decisório, haja

vista que se passou quase duas décadas desde a instituição da PHR do Pará até a autorização para o funcionamento do primeiro CBH.

Entendemos que há grandes chances de sucesso dos CBH no Pará, pois a gestão do território, juntamente com a gestão ambiental e dos recursos hídricos, receberá aporte de recursos do FAO para financiamento destas políticas. É importante destacar a relevância destas ações, pois a institucionalização do CBHRM representa apenas uma pequena parte da vasta rede hídrica do estado, a qual necessita de planejamento, ordenamento e desenvolvimento de seu território.

Notem que indicamos os CBH como uma das estratégias possíveis para a gestão e o desenvolvimento destes territórios, considerando a sua inter-relação com as demais políticas de gestão territorial do estado, mas também com os Planos Nacionais de Recursos Hídricos, o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), a delimitação de Áreas Prioritárias para Conservação, os Planos Diretores Municipais, os Planos de Saneamento Ambiental, a gestão de unidades de conservação e a gestão integrada com outras políticas públicas municipais, estaduais e federais.

Esta estratégia posiciona a gestão dos recursos hídricos no centro das demais ações voltadas ao desenvolvimento do território e de suas dimensões, as quais são as mais diversas, mas que, de alguma forma, mantém relações com a água e o seu ciclo hidrológico e, também, são interdependentes da disponibilidade hídrica, tanto superficial, quanto subterrânea, essencial para todas as atividades humanas.

A lógica que buscamos tornar perceptível foi a de que não nos interessa pensar a água apenas como um recurso natural em si, mas que se relaciona com os demais recursos, compondo o que nós chamamos de meio ambiente intrínseco ao desenvolvimento, o qual inclui os povos das águas que entendem o seu papel, até contraditório, de usuário degradador e de cidadão participante, seja de forma representativa, objetiva ou diretiva, mas também as instituições de ensino e pesquisa que cooperam tecnicamente para fazer essa discussão entrar na pauta do dia a dia da população, apoiando política da água para fins de desenvolvimento local.

No entanto, ainda permanecem os questionamentos acerca da atuação política deste comitê, o qual terá poderes para deliberar sobre assuntos que dizem respeito ao gerenciamento do uso de recursos hídricos

e os seus conflitos subjacentes. Ainda não é possível prever se o comitê terá a sua legitimidade e suas deliberações respeitadas, se o seu poder será significativo, tangível e efetivo e se garantirá a representação e a participação da sociedade local na tomada de decisões, apesar de serem estas as suas principais competências.

O desafio reside na própria lógica da política que, baseada num modelo de gestão da água europeu, apresenta algumas contradições relacionadas à disponibilidade de recursos hídricos, uma vez que este modelo foi pensado para um cenário de escassez da água, enquanto que na BHRM ainda há grandes disponibilidades hídricas.

Sugerimos a reflexão sobre a capacidade do CBHRM de se autor-reconhecer e se estabelecer como uma instituição social democrática para a governança da água, de modo que possa mediar e influenciar, com autonomia, protagonismo e criatividade, as estruturas políticas e econômicas e as suas relações de poder com a SEMAS e o CERH do Pará, reconfigurando e planejando localmente o desenvolvimento do território, a partir de suas próprias escolhas e interesses negociados, em atenção às novas formas de uso de recursos hídricos e à sustentabilidade socioambiental.

Referências

ABERS, R. N. Pensando politicamente a gestão da água. In: ABERS, R. N. (Org.). Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. p. 13-36.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. ODS 6 no Brasil: visão da ANA sobre os indicadores. Brasília, DF, 2019.

ANDRADE, A. S. et al. Alterações ambientais na Bacia Hidrográfica do rio Marapanim, Pará. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v. 13, n. 2, p. 208-2016, 1 abr. 2018.

BARBOSA, F. D. Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. Geosul, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 32-50, jan. 2001.

BOSON, P. H. G. et al. Os Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos e sua Implementação na Mineração: a experiência brasileira. In: DOMINGUES, A. F.; BOSON, P. H. G.; ALÍPAZ, S. (Org.). A gestão dos recursos hídricos e a mineração. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2006. p. 69-86.

BRAGA, B. et al. A reforma institucional do setor de recursos hídricos. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Orgs.). Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 2006. p. 639-675.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. Recursos hídricos: conjunto de normas legais. 3 ed. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CIRILO, B. B. Elemento de bênção, região de maldição: uma análise da gestão de recursos hídricos no Estado do Pará. 2019. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MARAPANIM, 1., 2016, Marapanim. Relatório. Belém: NUMA, 2016.

DALLABRIDA, V.; SIEDENBERG, D.; FERNÁNDEZ, V. Desenvolvimento a Partir da Perspectiva Territorial. *Desenvolvimento em Questão*, v. 2, n. 4, p. 33-62, 14 out. 2011.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

FENZL, N. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar uma sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. In: XIMENES, T. (Org). *Perspectivas de desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Belém: NAEA/UFPA, 1997. p. 1-31.

FRANK, B. Formação e experiência: os organismos de bacia hidrográfica são capazes de lidar com a complexidade da gestão de recursos hídricos? In: ABERS, R. N. (Org.). *Água e política: atores, instituições e poder nos organismos colegiados de bacia hidrográfica no Brasil*. São Paulo: Anna-blume, 2010. p. 39-68.

GARCEZ, L. N.; ALVAREZ, N. G. *Hidrologia*. São Paulo: Edgard Blucher, 1988.

GHIOTTI, S. *Les territoires de l'eau: gestion et développement en France*. Paris: CNRS Éditions, 2007.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162, p. 1243-1248, 1968.

MACEDO, R. R.; MENDES, R. L. R. *Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim e Municípios*. 2015.

MENDES, R. L. R. *Indicadores de sustentabilidade do uso doméstico da água*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PARÁ. Lei nº. 5.752, de 26 de julho de 1993 (Alterada pelas leis estaduais: Lei nº 7.026 de 2007, Lei nº 8.096, de 2015 e Lei nº 8.633, de 2018). Dispõe sobre a reorganização e cria cargos na Secretaria de Estado Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 26 de julho de 1993.

_____. Lei nº. 6.381, de 25 de julho de 2001. Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado*, Poder Executivo, Belém, 25 de julho de 2001.

_____. **Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará:** Lei nº 6.381/2001 e legislação complementar. Belém: Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2005.

_____. Decreto nº 288, de 3 de setembro de 2019. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim (CBHRM). *Diário Oficial do Pará: Gabinete do Governador*, Belém, PA, ano 129, n. 33.971, p. 4, 4 set. 2019a.

_____. Decreto nº 346, de 14 de outubro de 2019. Dispõe sobre a estratégia de financiamento denominada Fundo da Amazônia Oriental (FAO). *Diário Oficial do Pará: Gabinete do Governador*, Belém, PA, ano 129, n. 34.012, p. 4, 16 out. 2019b.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

REBOUÇAS, A. C. Água doce no mundo e no Brasil. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Org.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras, 1999. p. 1–35.

RIBEIRO, W. C. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.

ROMANO, E. et al. Gestão Descentralizada e Participativa dos Recursos Hídricos e a Mineração: riscos e oportunidades. In: DOMINGUES, A. F.; BOSON, P. H. G.; ALÍPAZ, S. (Org.). *A gestão dos recursos hídricos e a mineração*. Brasília: Agência Nacional de Águas, 2006. p. 51–68.

SANTOS, L. B. Modelagem de uso da terra na Bacia Hidrográfica do rio Marapanim no Nordeste do Estado do Pará. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, L. B. et al. Usos da terra e conservação da biodiversidade na bacia hidrográfica do Rio Marapanim, Pará. *Revista Brasileira de Geografia Física*, Recife, v. 12, n. 3, p. 929–943. 2019.

SEMAS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. Sistema Estadual de Informações Sobre Recursos Hídricos do Pará. Belém, 2019. Disponível em: <http://monitoramento.semas.pa.gov.br/seirh/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETTI, A. A. *et al.* Introdução ao gerenciamento de recursos hídricos. Brasília, DF: Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Águas, 2001.

SIGNOR, J. A. Localismo globalizado vs globalismo localizado: o choque cultural com o fundamentalismo. *Revista da Faculdade de Direito da FMP*, v. 12, n. 1, p. 79-96, 14 dez. 2018.

SILVA JÚNIOR, M. B. da; MONTEIRO, M. de A. Caminhos da regulação e do uso da água na Amazônia Paraense: análise socioambiental do modelo legal e institucional, In: XIVth IWRA WORLD WATER CONGRESS, 2011, Porto de Galinhas. Anais[...] Porto de Galinhas: Proceedings XIV World Water Congress, 2011.

SILVEIRA, A. L. L. Ciclo Hidrológico e a bacia hidrográfica. In: TUCCI, C. E. M. (Org.). *Hidrologia: ciência e aplicação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ABRH, 2007. p. 36-51.

TEISSERENC, P. O ator do território em redesenvolvimento. In: Gilberto de Miranda Rocha; Pierre Teisserenc; Mário Vasconcellos Sobrinho. (Org.). *Aprendizagem territorial: dinâmicas territoriais, participação social e ação local*. Belém: NUMA/UFPA, 2016, p. 177-212.

TUNDISI, J. G.; BRAGA, B.; REBOUÇAS, A. C. Os recursos hídricos e o futuro: síntese. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (Orgs.). *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*. São Paulo: Escrituras, 2006. p. 739-748.

TUNDISI, J. G.; MATSUMURA-TUNDISI, T. *Recursos hídricos no século XXI*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

ÁGUA, ATOR SOCIAL, E OS DESAFIOS DOS SABERES TRADICIONAIS NA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERÇU: O CASO DO PLANO DE MANEJO

Marcelo do Vale Oliveira

Introdução

Partimos da reflexão acerca de como os diferentes saberes se relacionam na construção de um instrumento de política pública ambiental, o plano de manejo de uma reserva extrativista marinha, a Caeté-Taperçu. Nesse sentido queremos problematizar e visibilizar as relações de poder e dominação, principalmente, entre os saberes técnico-científicos e os tradicionais, focando na água enquanto um ator social e os desafios de seu reconhecimento ou não. Desse modo, consideramos a água ator social a partir da perspectiva dos saberes locais vinculados ao modo de vida em torno da pesca tradicional.

Assim, estamos observando o município de Bragança, situado na região nordeste do Estado do Pará, onde seu grande ecossistema é o manguezal, habitat de crustáceos, moluscos e berçário para a reprodução de várias espécies de peixes e moluscos que fazem parte da dieta das populações locais e regionais (OLIVEIRA, 2013). Autores como Furtado et al (2006) afirmam a dependência de grande parte dessas populações costeiras locais em relação aos ecossistemas marinhos, elegem a importância do direito de uso dos recursos e posse dos territórios costeiros e marinhos pelas populações tradicionais, via apropriação de territórios.

Nesse viés, há nas quatro últimas décadas do século XX diversos aspectos que proporcionaram maior pressão sobre o ecossistema de manguezal, localizado na costa paraense. Essa pressão se dá relacionada à integração regional ocorrida com a cidade de Belém, com o advento da política desenvolvimentista dos governos militares brasileiros, via construção de malha rodoviária, facilitando os deslocamentos populacionais e de produtos entre as regiões.

Nesse contexto histórico, Silva Junior (2013) destaca a ocorrência de crescimento do setor pesqueiro, a partir da tendência ao uso de lógicas mais vinculadas ao capitalismo, em meados da década de 90 do século XX. Esse fenômeno se dá com a intensificação da imigração, da região nordeste brasileira, principalmente do Estado do Ceará, de pescadores que reproduzem na região de Bragança diferentes técnicas e tecnologias, por exemplo o formato e o tamanho dos barcos usados em relação aos utilizados pelos pescadores da região; maiores escalas de produção, sendo considerado por alguns como pesca industrial, cuja tendência é o comércio; e vários conflitos decorrentes do aumento no número de pescadores e disputa por territórios. Portanto, se apresenta um contexto social, político e econômico local dinâmico e de transformações constantes acerca das atividades extrativistas e do território costeiro de Bragança, o que desencadeia discussões em torno da conservação e do uso desses recursos naturais, na forma de Unidades de Conservação (OLIVEIRA, 2018).

A partir desse contexto, metodologicamente, optamos pela Sociologia da Ação Pública como abordagem teórico-metodológica por evidenciar a territorialidade e focar o “local” em um território, enquanto referência à gestão de políticas públicas e pela importância na reprodução social dos atores envolvidos nesses processos (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014). A intenção na escolha da Sociologia da Ação Pública também se vincula às mudanças no movimento teórico na Sociologia iniciadas com as transformações sociais a partir dos anos 1980. Com novas reivindicações, mudanças de atores em disputa, a sociedade fragmenta-se, o Estado perde sua centralidade, mas as experiências coletivas continuam.

Nesse processo, Burawoy (2006) demonstra que a Sociologia Política deixa de focar na democracia eleitoral americana e passa a estudar o Estado e sua relação com as classes e os movimentos sociais, a partir de

uma perspectiva de processo político e de participação democrática. Contudo, essa perspectiva sociológica tem dificuldades em analisar sociedades dependentes ou colonizadas, em crise, sob invasão externa, divididas por conflitos culturais e/ou sociais e vistas como controladas a partir da globalização. Dessa forma, a Sociologia para Touraine (2009) precisa ter como perspectiva e objeto processos de ação social ou política por meio dos quais há os determinantes econômicos e políticos, de um lado e, por outro, os atores individuais ou coletivos, definidos cultural e socialmente, a partir da ação coletiva em contexto de políticas públicas.

Assim, optamos como *locus* da pesquisa a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada em Bragança, Pará. O Município de Bragança, situado no nordeste do Estado do Pará, possui área de 2.090,23 km², distante 210 km de Belém, capital do Estado do Pará e é interligado à capital do estado, Belém, pela BR-316 até o Km 160 e BR-308 até o Km 210. Sua população é de 113.165 habitantes, constituída por 57.244 homens, 55.921 mulheres, sendo de 40.570 habitantes a população rural e 72.595 habitantes a população urbana (IBGE, 2010). A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu foi criada via o decreto s/nº de 20 de maio de 2005.

Os interlocutores da pesquisa são atores participantes da ambientalização local e do CD da Unidade. As etapas da pesquisa foram o levantamento e a análise das referências pertinentes; a pesquisa documental; a pesquisa de campo, subdividida em entrevistas exploratórias, observação direta e entrevistas semiestruturadas; e a análise de dados.

Assim, foram entrevistados vinte atores no período de 11/2014 a 06/2016, sendo dez com perfil mais técnico e dez vinculados a comunidades tradicionais. Todos os atores entrevistados foram escolhidos por serem sujeitos dos processos de ambientalização e por atuarem no Conselho que também carrega esse objetivo de ser um espaço de construção participativa em torno de perspectivas ambientais.

Consideramos a categoria técnicos como sendo os atores que representam e/ou têm vinculação com instituições públicas ou com instituições baseadas no conhecimento científico e técnico na perspectiva de compreensão da realidade e no desenvolvimento de suas práticas e intervenções na sociedade; consideramos a categoria das populações tradicionais locais como sendo os atores que representam e/ou têm

vinculação com comunidades locais, que têm um modo de vida associado ao ambiente do manguezal, que participam(aram) de atividades extrativistas, principalmente na pesca artesanal, ligados aos territórios da região, no caso, o manguezal.

Por fim, o artigo se divide em: 1- os saberes tradicionais e a instituição de territórios; 2- a ambientalização e a visibilização de múltiplos saberes; 3- a Resex Caeté-Taperaçu, o conselho deliberativo e a construção do plano de manejo; e, por fim, 4- as assimetrias na relação entre saberes.

1. Saberes tradicionais e a instituição de territórios

Como as populações tradicionais em Bragança instituem seus territórios? Quais saberes são mobilizados nesse processo e nas práticas extrativistas? As populações tradicionais locais, que instituem territórios dentro da área de abrangência da Resex Marinha caeté-Taperaçu, têm seu modo de vida diretamente vinculado às atividades que se ligam à pesca, mais especificamente à artesanal, e aos territórios de que eles se apropriam. O conceito de pesca artesanal aqui utilizado é de Diegues (2005) e refere-se a pescadores que se concentram nas regiões litorâneas, rios e lagos, possuindo um modo de vida baseado na pesca, mas exercendo atividades complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura.

Os trabalhadores dos manguezais, tiradores e catadoras de caranguejos e pescadores artesanais, em geral, desenvolvem suas atividades extrativistas em interações continuadas com o território, tendo como base um complexo conjunto de saberes tradicionais vinculados ao seu modo de vida. Indo na mesma concepção, Cortez (2010)⁶⁷ afirma que o saber local é um regulador da reprodução do modo de vida de populações tradicionais, incluindo sua relação com o território.

Nas coletas de dados realizadas anteriormente por mim (OLIVEIRA, 2013), junto aos tiradores de caranguejo, atuantes nas áreas abrangidas pela Resex, os discursos sempre evidenciam o grande saber acerca dos fe-

67. Pesquisa sobre o conhecimento ecológico local de pescadores artesanais de comunidades da área de proteção ambiental, Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil.

nômenos naturais e seu uso nas atividades extrativistas pelos pescadores artesanais. Comumente, afirmam que “a gente sabe” quando perguntados sobre os territórios e seus recursos, demonstrando a experiência adquirida na atividade e a vivência no território e com seus fenômenos.

A organização e o desenvolvimento do trabalho diário são dependentes desses saberes. O saber empírico aprofundado das relações entre animais, plantas, marés, águas, ecossistema e território é fundamental para a reprodução social das populações e de suas atividades extrativistas. Também repercute na apropriação dos territórios e na construção social das regras de seu uso, possuindo um sistema de cartografia próprio, baseado na vivência, garantindo o desenvolvimento de suas atividades (OLIVEIRA, 2013). Esse saber empírico baseado na experiência é a base da construção social e das representações do que aqui chamamos de saber tradicional e que são acionadas nas discussões e deliberações ligadas aos objetivos da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

Há implicações e influências dos ciclos biológicos do caranguejo e outras características do ambiente na organização da sua atividade extrativista e produtividade, levando em consideração os saberes locais que os tiradores, acompanhados por Oliveira (2013), possuem sobre esses aspectos. Nesse sentido, há implicações dos ciclos biológicos do caranguejo, das estações, da composição do solo, da flora e do regime de marés na organização da sua atividade extrativista, na produtividade dos tiradores e escolha dos territórios. Esses fatores incidem na percepção dos tiradores de caranguejo quanto à facilidade ou dificuldade em coletar o caranguejo, relacionando-se diretamente com a produtividade. O regime de marés e as águas são conhecidos pelos tiradores de caranguejo e necessários para o desempenho de suas atividades, repercutindo diretamente no seu tempo diário de trabalho e, consequentemente, na sua produtividade.

Para dar sentido a essas características sociais locais, torna-se necessária a compreensão acerca do território para essas populações. Em uma leitura do território enquanto construção social dos grupos de extrativistas, a partir de Little (2002), consideramos o território como espaço concreto, utilizado e interpretado por um ou mais determinados grupos sociais. Esses grupos apropriam-se do território via práticas, regras sociais e modos de manutenção e transmissão de direitos, a partir

da construção social e de perspectivas acerca de um território, incorporando-o ao seu contexto.

Desse modo, torna-se fundamental a territorialidade no sentido de controle do espaço e dos recursos disponíveis para a defesa dos territórios destinados às atividades extrativistas (BEGOSSI, 2004). Para a autora, os pescadores artesanais criam “marcos” e “marcas” no território, delimitando pontos de pesca, referências no mar e na terra, importantes nos processos relacionados ao pesqueiro, de decisão, de localização, formas de escolha e apropriação. Ou seja, as características naturais do território e seus recursos são importantes elementos constituintes desses espaços de vida para as populações tradicionais, pois desempenham papel vital para produção e reprodução desse modo de vida sociocultural, e sobre os quais os pescadores artesanais possuem saber empírico e imprescindível para suas atividades.

Há a construção de uma racionalidade própria, que nesse processo de ocupação os dotam de sentidos culturais, construindo o reconhecimento e sua apropriação social, a partir das práticas identitárias e culturais do grupo social (SILVA, 2007; FURTADO, 1997).

No caso de manguezais em Bragança, a partir do pressuposto da não existência de territórios delimitados de forma fixa (OLIVEIRA, 2013), em áreas de coleta do caranguejo, teremos territorialidades não fixas e os saberes dos extrativistas, eivados em suas percepções do ambiente e do caranguejo e dos peixes, irão nortear suas escolhas durante o desenvolvimento da atividade extrativista.

O livre acesso das populações tradicionais locais, especialmente tiradores de caranguejo, em áreas de abrangência da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, aos recursos naturais, antes da aprovação do seu PM é discutido por Oliveira (2013, p.109), tendo como base a classificação relativa às instituições de apropriação de recursos naturais comuns proposta por Feeny *et al.* (2001). Na definição dessa autora e colaboradores, o acesso livre se caracteriza pela não existência de propriedade privada bem definida. O acesso aos recursos não possui limitações e exclusões de indivíduos e grupos que se utilizam desses recursos. O uso desses territórios é considerado comum ocorrendo instituições intragrupo e entre grupos acerca das regras sociais de apropriação e uso, com a ressalva da exclusividade temporária do território ocupado e que

repercute entre grupos diferentes. Dentro do mesmo grupo de tiradores que trabalham conjuntamente, a propriedade é percebida como comum (OLIVEIRA, 2013).

Apesar dessa não fixidez, no contexto dos grupos sociais evidenciados, para que os territórios sejam apropriados há a necessidade do uso das territorialidades. Elas dizem respeito aos processos pelos quais o grupo ou grupos sociais envolvidos institucionalizam a apropriação e o controle, constituindo o reconhecimento social do território.

As territorialidades são as regras sociais e os padrões pelos quais grupos sociais se apropriam de seus espaços de vida e trabalho, reivindicando-os como seus e mobilizando-se em sua defesa contra grupos rivais (SILVA, 2011; ABREU, 2010; BEGOSSI, 2004)⁶⁸. Essas formas de apropriação que os pescadores artesanais fazem com que seus espaços de trabalho variem em termos de tempo e de graus de formalização. O uso dos termos no plural indica a heterogeneidade desses processos dentro de um grupo ou entre grupos diferentes, que diferem nas perspectivas sobre tais territórios e práticas inerentes ao seu uso (OLIVEIRA, 2013).

No contexto da Resex Caeté-Taperaçu, esses territórios são apropriados em espaços públicos, pois os mangues legalmente são propriedade da União, tendo recursos naturais caracterizados por sua mobilidade. Porém, como já visto, o caráter privado das regras sociais usadas nessa apropriação aparecerá com as territorialidades temporárias, caracterizadas pelas marcas deixadas nos manguezais que os grupos de extrativistas impõem a determinados locais de trabalho. As comunidades costeiras tradicionais regulam o acesso, criam regras de uso, além das regras instituídas via Estado, e podem instituir mecanismos de adaptação às variações ambientais. Dessa forma, as territorialidades se vinculam aos padrões sociais produzidos pelos grupos sociais que se apropriam dos territórios de vida e trabalho, reivindicados como seus.

Quando confrontado o uso desses territórios, esses grupos sociais mobilizam-se em sua defesa, como ocorrido na década de 1980, no contexto dos seringueiros no Estado do Acre. Esse movimento instiga a criação de concepção de território nos moldes de Reserva Extrativista, reconhecida

68. O trabalho de Silva (2011) interpreta as tradições e modernidade relacionando o conhecimento ecológico local, o manejo na pesca e os conflitos pesqueiros em comunidades no rio Negro, Brasil.

no marco jurídico brasileiro. Para Diegues (2005) houve uma maior visibilidade social e política das populações tradicionais nas últimas três décadas, em razão da ocupação de áreas rurais por parte das empresas capitalistas, mais voltadas para o mercado, desdobrando-se em conflitos acerca das diferentes concepções entre esses dois grupos e a apropriação dos territórios. Nesse sentido, há o fortalecimento dos movimentos sociais contestatórios da concepção capitalista, liderados por essas populações; em Bragança os levantamentos sobre a ambientalização evidenciam o movimento da Comissão Pastoral da Pesca (CPP).

Esse território, na perspectiva do território da ação local, apresenta como característica sua recomposição a partir dessas novas dinâmicas e mobilizações locais, expressas na capacidade dos atores e de sua atuação em ações coletivas comuns, vinculadas aos contextos de cada território e permeadas pelos instrumentos e recursos disponibilizados pelas autoridades públicas locais e nacionais e a forma como os atores farão sua apropriação e uso. Esses autores (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014; TEISSERENC, 2010) colocam que a territorialização de Ação Pública, na Amazônia brasileira, tornou-se um dos aspectos importantes nos processos reivindicatórios do território para as ditas populações tradicionais.

Portanto, para Teisserenc e Teisserenc (2014), há uma (re)apropriação dos territórios tradicionalmente vinculados ao modo de vida e reprodução social desses grupos, com um sentido reivindicatório que envolve conflitos e lutas, principalmente contra as tentativas de apropriação desses territórios por grupos econômicos com modelos de exploração dos recursos naturais voltados ao paradigma capitalista de produção em larga escala e industrializada.

Tal fato culmina na organização desses grupos em movimentos sociais de contraposição a esse avanço, buscando sua legitimidade no uso dos recursos dos territórios sociais. As estratégias utilizadas por diferentes grupos sociais em defesa dos seus territórios, segundo os autores, são representadas por um sentido coletivo desses problemas enfrentados, repercutindo na emergência de novas identidades que comungam, geralmente, com um objetivo comum de reação ao avanço das classes dirigentes em desqualificar esses processos de reivindicação das comunidades.

No contexto brasileiro, e de acordo com esses autores, com a emergência de movimentos de populações tradicionais na cogestão do território,

ressaltando problemas específicos desses atores, ocorrem dinâmicas vinculadas aos processos de reordenamento territorial. Esse reordenamento é baseado em princípios ambientais, tendo como referência os (novos) territórios, também definidos como territórios em recomposição, surgidos em virtude de suas capacidades resilientes/transformadoras a partir das repercussões dos processos globalizantes e ambientais, não necessariamente obedecendo a delimitação dos municípios e Estados. Também há repercussões, juntamente com o reordenamento e a construção de novas práticas, no modo de vida dessas comunidades.

Esse processo de reordenamento territorial pode ser comparado à recomposição territorial que os dados sugerem na Resex Caeté-Taperaçu, assim como a coprodução e início da implementação do PM que cria novas regras de uso dos recursos naturais nos ecossistemas abrangidos pela Caeté-Taperaçu. Os movimentos de visibilização dos saberes locais, sua participação e seu reconhecimento em processos junto ao estado, no caso das populações ligadas ao manguezal, datam de meados dos anos de 1990.

2. Ambientalização e a visibilização de múltiplos saberes

Nesse sentido, em qual momento histórico se dá o reconhecimento de diferentes perspectivas em torno do manguezal enquanto território? Como as populações tradicionais se inserem e são inseridas nos processos de ambientalização? Como esses processos se desencadeiam nas mobilizações para o pressionamento do Estado para a criação de uma reserva extrativista marinha?

A partir das entrevistas feitas por Oliveira (2018), identificamos o V Encontro Nacional de Áreas de Manguezal (Eneam) ocorrido em 1995, no município de Bragança, como o primeiro evento que coloca as populações tradicionais em arenas de debate público sobre os recursos naturais, fato inédito na história do município, marcadamente focado no modelo de políticas públicas, na perspectiva descrita e analisada por Lascoumes & Le Galès (2012), centralizado no estado e sem participação deliberativa de outros atores civis. A ambientalização para os entrevistados se dá a partir desse momento de forma concreta, assim como a socialização do instrumento de UC, especialmente da Resex, enquanto possibilidade de inserção das populações em um debate público

acerca do território e da voz que reverbera suas demandas e problemas históricos acerca dos territórios.

No caso do município de Bragança, na zona costeira do nordeste paraense, Oliveira (2018) afirma que a Ambientalização na região ocorreu marcada pela organização de diferentes atores (extrativistas, instituições públicas, sociedade civil e políticos) em torno de dois discursos: um primeiro, institucionalizado pelo Estado em torno de conservação e sustentabilidade do manguezal e das populações tradicionalmente associadas a esses recursos naturais e territórios; e um segundo, produzido a partir do movimento dos seringueiros na Amazônia, em especial no estado do Acre, tendo como uma das lideranças Chico Mendes, e que é apropriado e reproduzido pelas lideranças locais vinculadas às populações de comunidades consideradas tradicionais.

Um dos desdobramentos desse processo é a criação, em 2005, da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, instrumento em que se propõe, a partir da visão do Estado, a conservação do manguezal e dos modos de vida de populações tradicionalmente situadas em sua abrangência e entorno. Nesse sentido, há desnaturalização de uma perspectiva hegemônica da natureza como submetida a um direito humano natural, baseada na exploração pelo homem, indo em direção à construção de concepção focada na finitude do recurso e na importância da relação entre homem e natureza.

Dessa forma, Oliveira (2018) ressalta o Eneam como uma ação preocupada com a degradação das áreas de manguezais, pois discutiu-se sobre o uso dos recursos naturais do manguezal, como a retirada de madeira e a coleta dos caranguejos, principalmente as fêmeas denominadas localmente como *conduruas*, focando nas comunidades dentro e no entorno do manguezal; há também debates sobre as questões dos direitos e deveres do pescador, do ponto de vista jurídico, enfatizando a atuação do Estado na área da pesca artesanal. Em suma, buscava-se inserir as comunidades nos debates existentes, reafirmando sua posição enquanto atores dos processos colocados nesse contexto, incorporando suas demandas, suas construções sociais em torno do território e das territorialidades, e diversos discursos e representações caras ao movimento nacional vinculado ao Encontro como a ideia de sustentabilidade, de cooperação, de conscientização da finitude dos recursos e da atuação coletiva dos grupos, cujo modo de vida é intrínseco ao manguezal, e sua relação com o Estado.

Oliveira (2018) problematiza essa inserção das populações tradicionais no V Eneam enquanto processo que repercute localmente e como possibilidade de discussão de temas voltados à sua realidade no manguezal, o que concretamente altera e enseja um discurso com viés mais político e conservacionista entre esses atores, principalmente em suas lideranças⁶⁹, alterando sua perspectiva em torno do território local; via inserção do poder local nas discussões sobre o uso dos ecossistemas, a partir de interesses de grupos hegemônicos locais, concretizado em um viés político-partidário e repercutindo na ação dos atores públicos e da sociedade civil; e nas relações entre diferentes grupos de populações tradicionais com o Estado e suas Instituições, possibilitando outras relações calcadas na tentativa e erro acerca do estabelecimento de um diálogo pautado na democracia, o que será importante a partir da implementação da Resex e, principalmente, do CD, apresentado como o espaço para discussões, acordos, desacordos e deliberações sobre os problemas da Reserva, o lugar propício para a concretização da ação pública.

Um dos desdobramentos desse Encontro em Bragança é o debate público em torno das Unidades de Conservação, apontado por alguns interlocutores, e a mobilização para a criação da Resex Caeté-Taperaçu. A mobilização se inicia em 1999, tendo grande importância as instituições ligadas ao Estado, como a EMATER. Oliveira (2018) também destaca outros atores vinculados a diversas instituições públicas e movimentos sociais que participaram da mobilização para a criação da Resex.

Em relação a instituições vinculadas a movimentos sociais duas são centrais no processo desmobilização: a Associação Movimento dos Pescadores do Pará (Mopepa) e o Conselho Pastoral de Pescadores (CPP). Um contingente significativo das lideranças comunitárias e da Assu-remacata, incluindo seus dois primeiros presidentes, fizeram parte do movimento social ligado à CPP, em Bragança, colaborando nas discussões sobre a mobilização e criação da Resex Marinha Caeté-Taperaçu.

69. Parte da hipótese de que esses atores não teorizavam sua prática cotidiana nas atividades extrativistas realizadas e que seu contato com essas teses e discursos leva a produção de discursos que relacionam suas práticas e essas recém-chegadas teses conservacionistas, o que termina por legitimar entre esses atores para o conjunto da sociedade local discursos, ou “verdades”, acerca do caráter conservacionistas de suas práticas.

A culminância dessa mobilização ocorre na realização de um grande seminário no município de Bragança, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2000, no Campus Universitário de Bragança, com a participação de alunos de graduação, pós-graduação, ONGs e do próprio CNPT/Ibama-PA, citado no documento final do PM, no qual é discutido, do ponto de vista metodológico, o processo de criação e implantação das Reserva Extrativista. Esse evento tem um viés de mobilização e legitimação desse processo, que a partir da acepção de Leite Lopes (2006) deve ser observado enquanto ação dentro da Ambientalização no contexto local.

3. Resex Caeté-Taperaçu, Conselho deliberativo e a construção do plano de manejo

Assim, partimos das seguintes questões: o que é a Resex Caeté-Taperaçu? Como se organiza? Como se deu a construção do plano de manejo em um contexto de múltiplos saberes?

A Resex Marinha Caeté-Taperaçu é criada em 23 de maio de 2005 e seu modelo se organiza em diferentes atores participantes em decisões gerenciais de determinada ação e difere das relações centralizadas predominantes nas relações entre Estado e Sociedade em períodos anteriores à redemocratização, através da implementação de políticas públicas.

O Conselho Deliberativo (CD) da Resex Caeté-Taperaçu, criado via Portaria de Nº 17, de 24 de setembro de 2007, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), estrutura-se a partir da premissa do compartilhamento da deliberação e do poder e da participação dos mais diversos grupos, instituições e atores, não se focando somente na representação estatal, mas em uma gestão compartilhada.

A perspectiva de gerenciamento da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu possibilita a produção de deliberações e demandas entre diferentes atores de variadas perspectivas, trazendo consigo saberes teóricos e experiências, vinculadas aos seus modos de vida e formação.

A concretização do compartilhamento da gestão e da caracterização da ação pública na UC estudada se dá efetivamente com a vinda do ICMBIO e da criação do CD, respectivamente em 2007 e 2008. Nesse momento, por um lado, começa-se a romper com a lógica da gestão centrada na Assuremacata, o que repercute em tensionamentos entre os atores coloados. Por outro lado, internamente, há na Associação interesses distin-

tos, em parte pela pressão feita pelo poder local (comércio, empreiteiras e, principalmente, partidos e lideranças políticas locais) e entre grupos diferentes que começam a se materializar, provocando tensionamentos no território abarcado pela Unidade de Conservação (OLIVEIRA, 2018).

Dessa forma, a concepção de participação, aqui adotada para abordar a coprodução do PM da Resex marinha Caeté-Taperaçu, leva em consideração o CD e outras arenas possíveis, como exemplo as oficinas, enquanto um fórum, uma arena política, ancoradas na representação de diversos atores, grupos e instituições, tendo um desenho institucional de partilha de poder. Avritzer (2008) analisa o caso dos conselhos de políticas que são “[...]constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e atores estatais”. Nessa perspectiva, há uma diversidade de formas e desenhos de participação, tendo como pressuposto a diversidade de instituições participativas, formadas pela diferenciação na incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil para deliberações acerca de políticas públicas.

A partir da adesão das populações locais à mobilização, Oliveira (2018) ressalta que diferentes perspectivas acerca da Resex Marinha Caeté-Taperaçu são construídas. Um dos representantes das populações tradicionais locais coloca que adesão de parte significativa das lideranças comunitárias ao processo de implementação da Resex Caeté-Taperaçu, ocorre a partir das experiências e perspectivas do avanço da degradação do manguezal, dificultando a realização de suas atividades extrativistas nesse território, evidenciando conflitos e disputas entre diferentes grupos de pescadores artesanais e outros voltados à pesca em maior escala. A partir dessas questões, as populações locais de extrativistas constroem, enquanto perspectiva em torno dessa UC, uma expectativa de controle desse território.

A principal visão contida nos discursos produzidos pelas populações locais e extrativistas sobre a Reserva em Bragança está ligada à Associação dos Usuários e Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (Assuremacata). Aqui o território se confunde com a Associação, assim como as políticas públicas em implementação. A partir da criação da Unidade, ocorrem debates dentro e entre as comunidades e suas lideranças no sentido de viabilizar a eleição da primeira presidência e equipe para o gerenciamento da Assuremacata.

Depois da criação da Unidade e instituição da Associação dos Usuários, constrói-se a perspectiva participativa e de gerenciamento do território da Resex via Assuremacata. Seu primeiro presidente afirma que nas reuniões preparatórias para a implementação da Unidade ficou compreendido entre os atores representantes das populações locais que a gestão desse território ficaria a cargo deles, através de sua Associação. Ou seja, a partir de uma referência de centralidade do Estado que essas populações sempre observaram em suas (pontuais) relações com esse ente, constrói-se o discurso imaginário de centralidade da Assuremacata no gerenciamento do território e das políticas sociais a serem implementadas na Unidade, emulando as práticas outrora percebidas no fazer do Estado.

No contexto de coprodução do Plano de Manejo (PM) da Resex Caeté-Taperaçu, observa-se a participação e a ação pública, a partir do discursos produzidos pelos entrevistados, por três etapas da construção do PM: o primeiro consultor e a não aprovação de um primeiro plano; os atores do CD levantando dados para a construção do Plano e a criação de um grupo de trabalho (GT) específico para o plano; e, por fim, a contratação da empresa Ecooideia e a aprovação do PM. Apesar de serem três etapas, as duas últimas têm vinculações e complementariedades. Assim, subdividimos o presente tópico em dois subtópicos: o primeiro trata do “primeiro consultor” e o segundo das atuações do GT e da empresa contratada. A partir das atas das reuniões ocorridas dentro do CD é possível identificar os anos em que ocorreram essas etapas: o “primeiro consultor”, entre 2009 e 2010; em 2011, o contrato com o consultor está rescindido e as atividades vinculadas ao PM são realizadas internamente pela gestão da Resex, do CD e do grupo de trabalho (GT); por fim, em 2012, há a atuação da Ecooideia e a finalização da coprodução do PM, que é publicado no Diário Oficial da União, no início de 2013 (OLIVEIRA, 2018).

A empresa Ecooideia assume o PM da Resex Marinha Caeté-Taperaçu e vem para Bragança, em 2012. Essa empresa⁷⁰ tem sede em Brasília, no Distrito Federal e, de acordo com seu site, atua com cooperativismo, educação ambiental, manejo florestal, gestão de resíduos, valorização ambiental e tecnologias sociais. Sua estratégia de atuação centra-se na

70. Fonte: <<http://www.ecooideia.org.br/home/>>. Acessada em 14/09/2015.

realização de oficinas juntos às comunidades dentro e no entorno da Resex, cujo foco é ressaltado nos objetivos do instrumento do Plano. Com a elaboração dos primeiros relatórios realizados pela Ecooideia, o gestor da Resex os encaminha para o grupo de trabalho criado para acompanhamento da elaboração do Plano.

Nesse sentido, o ICMBio, majoritariamente, com pequenas interferências da Empresa, delimita os objetivos e as formas de condução do processo, tendo como prioridade contrapor o imaginário criado a partir da primeira experiência vivenciada no território da Resex, em relação ao PM. Assim, destaca-se o método de realização das chamadas “Oficinas Práticas Participativas (OPPs)”. Essas oficinas possuem foco nas comunidades, envolvendo lideranças comunitárias e pescadores artesanais com experiência. Os temas a serem abordados se direcionam a aspectos da estrutura de um instrumento de gestão, como o PM (objetivos, missão, visão de futuro, zoneamento e programas de gestão), pertinentes ao gerenciamento do território de acordo com a lógica incorporada e manifesta pelo Estado brasileiro e não pelas populações tradicionais locais.

É nesse processo que se vislumbra a participação dos atores vinculadas à Assuremacata e comunidades na construção do instrumento de plano de manejo. É nesse contexto que problematizaremos de que forma se dá a relação entre saberes e como e se a água aparece enquanto ator social na coprodução do plano de manejo da Resex marinha Caeté-Taperaçu.

4. Assimetrias na relação entre saberes

O SNUC (2000) em diversas passagens referencia e norteia pressupostos em relação à inserção e à forma como os saberes não científicos ou tradicionais, devem ser observados e operados pelos agentes do Estado no sentido de inclusão nos instrumentos preceituados para o gerenciamento das Unidades de Conservação, principalmente no que concerne a uma Reserva Extrativista. Esses instrumentos ressaltam o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre fauna, flora e ecologia nas Unidades em uma articulação entre “órgãos executores” e com os cientistas, a partir da concepção de “formas de uso sustentável dos recursos naturais”, com a “valorização” do saber das populações tradicionais.

Nesse sentido, o próprio PM da Resex Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu explicita a pequena inclusão de saber tradicional no documento

final. Abdala, Saraiva e Wesley (2012, p.01) reconhecem que “ na atual fase há pouco saber tradicional agregado neste diagnóstico e os textos, em geral, são voltados a juntar e organizar o saber técnico-científico e institucional existentes sobre as áreas”. O saber tradicional local, dentro do PM (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012, p.01), é observado a partir do conceito de “conhecimento ecológico tradicional local”. O saber tradicional local é transformado em informação para subsidiar a construção do documento final e o planejamento do gerenciamento do território da Resex. O próprio plano inclui essas informações procedentes das populações tradicionais locais enquanto estratégia de aceitação do regramento produzido em sua gênese e para que consiga maior adesão dos pescadores artesanais que atuam na Resex.

Três atores representantes das comunidades tradicionais levantam tensões e conflitos que ocorreram entre os saberes colocados e a política pública ambiental. PT (entrevistado em 31.05.2016) afirma que existiam resistências em relação a não inclusão ou referência em relação às luas, às marés, ao período das chuvas, à água, ao ciclo de caranguejo e demais observações importantes para os tiradores de caranguejo em sua atividade extrativista e na construção social e apropriação dos territórios, em relação ao momento de delimitação dos períodos de reprodução do caranguejo, denominado localmente como “andada”. Outro experiente tirador de caranguejo da comunidade do Acarajó, representante no CD e participante da coprodução do PM, também evidencia resistências em detrimento da inclusão ou de levar em consideração o saber produzido pelas comunidades tradicionais locais, o que implicava em conflitos.

Por que a gente não aceitava o que eles queria colocar, porque o conhecimento deles é científico e o nosso é a realidade que a gente vive. Com todas essas discussões que tinha aqui com a gente, assim mesmo foi colocado coisas que a gente não aceitava e até hoje não aceita. A andada do caranguejo por exemplo que não batia e não bate até hoje. Mas no Plano foi levado em consideração o conhecimento científico sobre a andada do caranguejo e não o nosso, apesar das discussões feitas. Olha que conhece a realidade aqui do dia a dia somos nós, vocês são uma raridade vir aqui, você [para um representante de instituição pública] já tirou seu sapato e colocou o pé no tijuc? Só quem enfrenta a realidade somos nós. Até dos 50 caranguejos no tempo da andança que nós tinha direito eles tiraram (AA, entrevistado em 31.05.2016).

Esses conflitos se transformavam em confrontos no campo dos saberes, com a acusação dos atores locais sobre a marginalização de seus saberes e suas práticas, ocorrendo assimetrias valorativas entre os saberes colocados, pendendo para a maior consideração em torno do saber científico, hegemonicamente utilizado pelo Estado (OLIVEIRA, 2018). Assim,

Eu via como conflito em determinados momentos. Um momento que lembro foi em uma reunião em Ajuruteua que eu fiz uma fala em relação a isso, que era passar a experiência do nosso conhecimento tradicional pra que fosse colocado no bojo da informação deles, mais técnico. Não to lembrado que foi a pessoa, mas parece que foi um dos rapazes da ecooideia que falou assim que eu tava batendo muito de frente com eles, então eu disse 'se é pra ta aqui e não falar então tá, mas depois repare na porrada que vou dar'. Eu via que tinha um déficit na fala de não contemplar a resposta que a comunidade estava precisando. Eu cheguei a falar 'O Plano de Manejo não é pra nós? Vocês ganham dinheiro pra escrever o que nós queremos' e o cara da ecooideia não gostou (MT, entrevistada em 27.04.2016).

A forma empregada de construção das oficinas era concretizada a partir de perguntas sobre determinado tema a ser inserido no instrumento e as respostas dos usuários eram coletadas, debatidas em grupos e, em seguida, havia votação das propostas. Se havia dúvidas, os gestores voltavam para as comunidades". Portanto, verificamos que as experiências de deliberação participativa devem estar associadas à capacidade que os movimentos sociais têm de explicitar suas demandas locais relacionadas principalmente à distribuição de bens públicos e políticas públicas, o que afirma Pedro Jacobi (2003).

Nesse sentido, esse autor afirma que os processos existentes se permitem de questões relacionadas à cultura política, tanto do Brasil como dos países da América Latina, marcados por serem Estados centralizadores, com relações patrimonialistas e construídas com ênfase em relações clientelistas e de interesses criados entre Sociedade e Estado, o que acaba se transformando em fatores que impedem a emergência de outras formas de participação das populações locais, como no caso de algumas oficinas realizadas e as estratégias postas por alguns agentes participantes da coprodução do PM.

Dentro das etapas de coprodução do PM, há questões conflituosas e disputas levantadas pelos atores participantes desse processo que possuem desdobramentos nas decisões tomadas. Há o poder local repercutindo nas decisões e deliberações no Conselho Deliberativo que são necessárias à compreensão da correlação de forças entre os atores participantes e o contexto local, evidenciando influências dos políticos e de esferas de poder que agem e possuem interesses específicos e que buscam legitimação de suas demandas junto ao Conselheiros.

Na lógica dessa dificuldade de compreensão dos temas debatidos durante a coprodução do PM da Resex, os atores do CD, juntamente com a empresa responsável por esse processo, institui a estratégia de tradução dos saberes colocados em discussão, para possibilitar o entendimento de conceitos, referências teóricas e metodologias operacionalizadas em pesquisas utilizadas enquanto referência para a construção do documento final de PM. Soma-se a isso a relação histórica com o Estado centralizador em relação às políticas públicas que não permitia maior manejo dessas populações em relação a esses instrumentos estatais de gerenciamento do território; portanto, há dificuldades de compreensão e uso dos instrumentos, concepções e normatização jurídico-legal impostas pelo Estado.

Um dos atores representantes (NC, entrevistado em 01/06/2016) das comunidades que trabalhou parte significativa de sua vida como pescador e também presidia a Associação dos Usuários, afirma que *muitas vezes nós não fomos educados a discutir, nós pescadores, somos muito acomodados a concordar com tudo, que venha tudo par ter facilidade e não trabalho, ‘deixa assim mesmo’, nós não fomos educados*. A estratégia era concretizada a partir da leitura de trechos debatidos em que se percebia dificuldade de compreensão entre os atores.

Assim, tentava-se traduzir os termos técnicos para a linguagem cotidiana, utilizada empiricamente por essas populações em suas atividades. Os atores argumentam que essa estratégia visava à participação e socialização entre os diferentes atores dos assuntos inerentes ao processo de coprodução. Os desdobramentos dessa estratégia evidenciados por alguns atores foram a inserção de práticas e as questões empíricas ligadas ao saber tradicional local nas discussões e no documento final do Plano. Contudo, a partir das expectativas criadas por atores, principalmente alguns representantes das comunidades, o segundo presidente

da Associação afirma que *muitas coisas foram colocadas, outras não. Até mesmo a interpretação, eles colocavam palavras que o caboclo não entendia, e colocavam palavras que deixava em aberto.* Possibilitando diversas interpretações acerca do PM e limitando a participação dos representantes das comunidades locais.

Essas relações entre os saberes acionados na coprodução do PM da Unidade de Conservação aqui tratada podem ser vislumbradas enquanto desdobramentos dos conflitos de poder existentes localmente entre a modernidade, a pós-modernidade e o tradicional.

Como já evidenciado, há diferentes campos de poder onde as disputas e conflitos se materializam: o poder entre os pescadores mesmo, da associação, pontuados por um discurso com elementos tradicionais; o discurso do ICMBio, que se vincula à ideia de sustentabilidade e dos ambientalistas de um modo geral que se relaciona com o discurso pós-moderno; o discurso de uma oficialidade governamental, de Estado, que não obrigatoriamente é o do ICMBio, e sim da prefeitura, das secretarias de ciência e tecnologia e meio ambiente, ligado à modernidade. Nesse sentido, inserem-se fricções entre os grupos de poder ali presentes ligados à ideia de modernidade social, de pós-modernidade, de uma legalidade escrita, em relação ao caso das comunidades tradicionais que não se vinculam diretamente com essas concepções, ou que ainda estão em processo de apropriação via as fricções existentes localmente.

Além da fricção entre essas diferentes concepções, materializa-se sutilemente, em alguns momentos nem tanto, e simbolicamente (BOURDIEU, 2014), relações verticalizadas e hierárquicas. Alguns dos discursos (NC, MT, JG, ZR e ME) produzidos evidenciam estruturas de poder onde há a necessidade de a fala do pescador ser traduzida para os conceitos e referências científicas, a partir de uma autoridade científica para que essa fala, esse discurso, tenha aceitação e seja incluída no PM. Porém, por mais que haja essa predominância de referências legais e teóricas vinculadas ao Estado e ao saber científico, não significa que não exista possibilidade de atuação de atores com outras referências de saber tradicional e empírico participando da coprodução do PM.

O PM centra-se em aspectos técnicos que dificultam a compreensão dos atores locais. A questão do formato do plano da escrita, que é muito científico e centrada numa educação formal, dificulta e afasta as populações tradicionais locais por terem sua expressão calcada na

oralidade via experiência e não na formalidade preceituada na gênese do instrumento.

Um dos atores técnicos (JC, entrevistado em 23/02/2016) ressalta o esforço dos envolvidos nesse processo, a partir do emprego de técnicas como o mapa falado nas oficinas, buscando tornar os debates e o processo palatável para as comunidades e populações locais. Mesmo assim, há dificuldade por parte dos conselheiros representantes das populações tradicionais locais em compreender a linguagem técnica utilizada para a coprodução do PM.

Outra estratégia aplicada pelo Estado, visto que os atores vinculados a populações tradicionais locais produzem discursos com sentido de denúncia dessa prática, é a existência de outros níveis decisórios dos quais os atores conselheiros estão apartados. Os representantes das comunidades, de maneira geral, sentem-se participantes de uma ação pública, contribuindo para sua inserção no debate público sobre os desafios enfrentados no território da Resex, porém percebem contradições entre a perspectiva dos instrumentos instituídos e a sua operacionalização. Dois atores representantes das comunidades colocam que a partir das decisões tomadas no nível do CD esses outros níveis decisórios as avaliam e decidem o que entra ou não nos documentos finais, utilizando como referência a legislação e os interesses do Estado.

As discussões e decisões tomadas no Conselho são encaminhadas para a avaliação técnica e quando retornam alguns representantes não reconhecem o que foi discutido, não visualizam suas contribuições e percebem que alterações foram feitas, predominando perspectivas e discussões teóricas de cunho científico e técnico, sobrepondo-se ao saber das populações locais. Há tendência de tradução e/ou inclusão de saberes científicos no documento do PM, destoando das discussões realizadas nos comitês e no CD.

Ainda acerca das metodologias aplicadas na coprodução do PM, houve a tentativa de possibilitar entre os atores a produção do discurso oral. Contudo, essa metodologia não era espontânea, ou não havia sido motivo de debate em relação a sua escolha. Uma das técnicas utilizadas pelos representantes do Estado “foi uma metodologia que a gente foi jogando para que as pessoas falassem. É uma metodologia que ajuda a captar as coisas, mas ela não é espontânea”. Foi uma metodologia construída via Estado e, possivelmente, escolhida a partir da característica do uso da

linguagem oral em seu cotidiano pelas populações tradicionais locais abarcadas pela Reserva. Contudo, o espaço do CD é diferente das práticas e realidades nas comunidades. Ele pressupõe formação, preparo e domínio sobre signos que não são os dessas populações, e sim do Estado e do saber científico. Assim, esse mesmo ator do estado afirma que “existiam dificuldades, mas a grande dificuldade é eles quererem falar: ‘será que isso é importante, ah isso não serve não, vou ficar calado’”.

Ressalta-se que esses problemas e essas dificuldades de comunicação entre atores também ocorrem no âmbito do Conselho e faz-se uso de diversas estratégias na perspectiva de solução das tensões criadas. Há dificuldades, postas no discurso seguinte, em estabelecer relação entre os instrumentos e as discussões colocadas no contexto local da Resex. Dessa forma, há estratégias vinculadas à tradução desses saberes reciprocamente e maior aproximação de conselheiros com perfil mais técnico com as comunidades locais, com o intuito de diminuir possíveis problemas nas decisões deliberadas dentro do Conselho.

Outros atores participantes do CD também colocam essa estratégia de tradução entre saberes como forma encontrada de facilitar o entendimento e o diálogo entre os atores. Percebe-se que a dificuldade é sempre observada entre os atores representantes das populações tradicionais locais da Resex, possivelmente pela tendência do predomínio de uma linguagem técnica e científica nessas discussões, e da escrita materializada nos documentos (atas, relatórios) produzidos. Dessa forma, é representada nos discursos a dificuldade de alguns Conselheiros com o texto escrito, fato historicamente documentado e diretamente ligado à baixa escolarização formal entre os pescadores artesanais e que, nesse sentido, impõe o desafio de reforçar tentativas de outras formas que possibilitem maior participação desses atores ou que esses processos tenham maior sentido educativo, independentemente do tipo de saber.

Na direção dessa dificuldade de compreensão dos temas debatidos durante a coprodução do PM da Resex, os atores do CD, juntamente com a empresa responsável por esse processo, instituíram a estratégia de tradução dos saberes colocados em discussão, para possibilitar o entendimento de conceitos, referências teóricas e metodologias operacionalizadas em pesquisas utilizadas. Soma-se a isso, a relação histórica com o Estado centralizador em relação às políticas públicas que não permitia maior manejo dessas populações em relação a es-

ses instrumentos estatais de gerenciamento do território; portanto, há dificuldades de compreensão e uso dos instrumentos, das concepções e da normatização jurídico-legal impostas pelo Estado. Um dos atores representantes (NC, entrevistado em 01.06.2016) das comunidades que trabalhou parte significativa de sua vida como pescador e também presidiu a Associação dos Usuários, afirma que “muitas vezes nós não fomos educados a discutir, nós pescadores, somos muito acomodados a concordar com tudo, que venha tudo para ter facilidade e não trabalho”. A estratégia de tradução era concretizada na leitura de trechos debatidos onde se percebia dificuldade de compreensão entre os atores. Ainda de acordo com o último ator citado,

O Fernando [Repinaldo] lia, alguém da Emater, por exemplo, lia, quem colaborava bastante na época era a Nazaré Freitas que representava a Prefeitura [de Bragança, ela era Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desporto], ela também argumentava, ela via muito essa parte administrativa, essa parte burocrática, aí eu vinha mais com essa parte científica então a gente ficava tentando equilibrar (NC, entrevistado em 01.06.2016).

Assim, tentava-se traduzir os termos técnicos para a linguagem cotidiana utilizada empiricamente por essas populações em suas atividades. Os atores argumentam que essa estratégia visava à participação e socialização entre os diferentes atores dos assuntos inerentes ao processo de coprodução. Os seus desdobramentos foram observados por alguns atores enquanto inserção de práticas e questões empíricas ligadas ao saber tradicional local nas discussões e no documento final do Plano. Contudo, a partir das expectativas criadas por atores, principalmente alguns representantes das comunidades, o segundo presidente da Associação afirma que “muitas coisas foram colocadas, outras não. Até mesmo a interpretação, eles colocavam palavras que o caboclo não entendia, e colocavam palavras que deixava em aberto”. Com isso, possibilitavam-se diversas interpretações acerca do PM e limitava-se a participação dos representantes das comunidades locais.

Há também entre os atores das comunidades locais o reconhecimento da importância do processo de coprodução quando nos debates coexistiam os diferentes saberes, tanto científicos, quanto tradicionais.

Esse ator representante do CNS evidencia em seu discurso a não existência de conflitos e sim um caráter “bastante construtivo”. A construção entre diferentes atores em um espaço de gerenciamento do território de determinada Unidade de Conservação é característica de Ação Pública (LASCOUMES; LE GALES, 2012; TEISSERENC; TEISSERENC, 2014), uma construção carregada de tensões.

Nessa postura de coexistência do debate entre diversos saberes, as perspectivas acerca do papel do gestor no diálogo e na estratégia de tradução colocam sua importância na materialização desse espaço relacional. Um dos atores entrevistado e representantes da Universidade, acerca da atuação do gestor do ICMBio no processo de coprodução, ressalta sua habilidade nas tentativas contornar conflitos entre os atores e o acionamento de seus saberes e suas demandas, habilidade no sentido de aproximação do gestor com os diferentes atores no processo, em especial com as populações tradicionais locais.

Para além dessa coexistência, e retornando aos conflitos, o tempo de coprodução do Plano aparece como justificativa para tendência à hegemonia dos saberes científicos nos discursos produzidos por diferentes atores participantes. Ou seja, enquanto estratégia de dominação e imposição de questões com interesses de grupos específicos.

Um dos atores técnicos representantes do executivo municipal no período coloca que “o conhecimento científico ficou um pouco acima. Talvez por causa da história do tempo”. Um dos métodos que se discutia dentro do CD era o levantamento das pesquisas realizadas na região para serem avaliadas pelos conselheiros com o intuito de se verificar empiricamente nos discursos produzidos pelas comunidades através de seus representantes se se contrapunham às informações escritas nesses trabalhos com o PM. Esse processo acabou não se concretizando por ser considerado, por parte dos atores, exíguo o tempo de coprodução do PM, pendendo de maior apropriação e inserção do saber tradicional no documento final.

Um dos ex-presidentes da Associação (NC, entrevistado em 01.06.2016), na época da coprodução era o seu gestor, critica o tempo usado pela Ecooideia para fazer um PM, evidenciando a necessidade de realizar as discussões entre as comunidades abrangidas pela Unidade ou que usam esse território. Nesse sentido, ainda segundo esse ator, faltou observar “mais um pouco a realidade, você tem que conviver um pouco, não é somente eu falar. As vezes o cara vinha e ficava dois dias

e fazia na pressa, eles queriam terminar logo pra receber o dinheiro". Dessa forma, o tempo utilizado para a coprodução do Plano é criticado por diferentes atores, mas com razões similares.

Considerações finais

Ressalte-se que o fato de haver tendência à verticalização e hegemonia de um saber sobre o outro não exclui a participação dos atores e o reconhecimento de seus saberes tradicionais na legislação. O movimento que se dá é de tradução para uma linguagem técnica e de apropriação por meio do léxico científico utilizado pelo Estado. Por exemplo, acerca do período da "andada" conhecido entre os tiradores de caranguejo, a Portaria Ibama 034/2003 traduz como período reprodutivo dos caranguejos, onde machos e fêmeas saem de suas galerias para acasalamento e liberação de larvas. Esse processo em que os caranguejos estão "andando" no manguezal ocorre nos períodos de lua nova e cheia, durante os meses de dezembro a abril (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012, p.68). Assim, dentro da Resex Marinha Caeté-Taperaçu há a possibilidade de diálogos entre saberes e reconhecimento do saber tradicional dos tiradores de caranguejo acerca do período de defeso. Destaque-se que é citado um processo biológico do caranguejo tanto em sua denominação científica (ecdise) como em sua denominação tradicional dos pescadores artesanais da região (troca de carapaça). Porém, as justificativas utilizadas a seguir, no texto, são de caráter científico, buscando traduzir o discurso tradicional e legitimá-lo a partir de pesquisas científicas.

Dessa forma, em um processo tão rico em aprendizados e em conquistas socioambientais ainda não se conseguiu até hoje romper-se com a hegemonia de interesses outros vinculados a uma racionalidade que não é a ambiental. Racionalidade presente nas instituições públicas, sobretudo no nível do poder local, no qual as ideias de sustentabilidade, de direitos sociais, normalmente não encontram eco.

Todavia, não se pode deixar de reconhecer a capacidade de resistir, de inventar e de aprender dos segmentos sociais como as populações tradicionais, em parceria com outros segmentos de atores (ONG, Instituições de Ensino e Pesquisa e organismos do Estado), que vêm conseguindo se impor, enfrentando forças políticas e econômicas que as negam, via adoção das referências da conservação ambiental.

Referências

- ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio. 2012.
- ABREU, Georgette Cabral de. Conflitos de uso da água nas atividades pesqueiras no baixo rio Solimões - Município de Manacapuru-Amazônia-Brasil. VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: Revista Opinião Pública, vol. 14 no 1 junho, 2008, p. 43-64. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/02.pdf>>. Acesso dia 23/12/2016>.
- BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina. (Org.). Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. Curso de 7 de fevereiro de 1991 *in:* Sobre o Estado. 1º ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- BURAWOY, Michael. Por uma sociologia pública. Política & Trabalho, Revista de Ciências Sociais n. 25 Outubro de 2006.
- CORTEZ, Creuza Soares. Conhecimento ecológico local, técnicas de pesca e uso dos recursos pesqueiros em comunidades da área de proteção ambiental, Barra do Rio Mamanguape, Paraíba, Brasil. Dissertação de Mestrado (CCEN). UFPB, 2010.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. Aspectos sócio-culturais e político do uso da água. Texto publicado no Plano Nacional de Recursos Hídricos - MMA, 2005.
- FEENY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie; ACHESON, James. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos.; MOREIRA, André de Castro. (Orgs.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROPUSP, 2001.
- FURTADO, Lourdes de Fátima Gonçalves. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia. In: FURTADO, L (Org.). Amazônia: desenvolvimento, biodiversidade e qualidade de vida. Belém, UFPA, NUMA, 1997.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 137-154, jan./dez. 2003.

LASCOUMES, Pierre & LE GALÈS, Patrick. Sociologia da Ação Pública. Maceio: EDUFAL, 2012. 244 p.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “Ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. Trabalho e territorialidade no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança-Pará. 2013. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. Plano de Manejo da Resex Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma Ação Pública em um Território em Recomposição. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Christian Nunes da. A percepção territorial-ambiental em zonas de pesca. Belém: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 2, n. 3, set./dez. 2007.

SILVA, Andréa Leme da. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, v. 6, n. 1, jan./abr. 2011.

SILVA JUNIOR, Sebastião Rodrigues da. Participação e relações de poder no Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. Orientadora: Maria Cristina Alves Maneschy; Co-orientadora: Tânia Guimarães Ribeiro. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2013.

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. MMA/SBF. 2000.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. In: Revista Antropolítica. Niterói, n. 29, 2010.

TEISSERENC, Pierre & TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Território de ação local e de desenvolvimento sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas ciências sociais. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, p. 97-125, 2014.

TOURAIN, Alain. A sociologia pública e o fim da sociedade. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 56, Maio/Ago. 2009.

TERRESTRE, AMBIENTALIZAÇÃO E PODER: UMA REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CAETÉ-TAPERÇU, UMA RESEX MARINHA NA AMAZÔNIA

Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Pierre Teisserenc

Introdução

Tratamos neste capítulo de sustentar a problemática proposta por Bruno Latour, em seu livro *Où atterrir? Comment s'orienter en politique?* (2017) sob a forma de uma hipótese: “As reflexões a seguir, escritas propositalmente em estilo abrupto, buscando explorar se não seria possível canalizar certas emoções políticas para novos objetos. O autor, não possuindo nenhuma autoridade em ciências políticas, apenas vem oferecer ao leitor, na falta e em busca de melhores, esta hipótese.”⁷¹ (LATOUR, *op. cit.*, p. 11). Quer-se então investir nesta problemática com contribuições complementares, antes de testá-la na análise da experiência de uma Resex Marinha⁷², marcada por diversos elementos

71. “Les réflexions que suivent, écrites dans un style volontairement abrupt, cherchent à explorer si l'on ne pourrait pas canaliser certaines émotions politiques vers de nouveaux objets. L'auteur, n'ayant aucune autorité en sciences politiques, ne peut qu'offrir au lecteur l'occasion de mettre cette hypothèse en défaut et d'en chercher de meilleures” (LATOUR, 2017, p. 11).

72. Trajetórias muito diferentes da Resex Marinha Caeté-Taperçu têm sido constatadas e serão trabalhadas em artigos posteriores, continuando assim a

indicadores de sucesso, implantada em porção de um vasto manguezal presente ao longo de toda costa nordeste do Pará. Vastidão de manguezal que alcança a costa maranhense e a do Amapá.

Aproveitando a análise dos limites desta experiência, também limitada, o propósito é oferecer ao leitor meios para apreciar a pertinência das situações da Amazônia brasileira para aprofundar e melhor compreender a problemática encontrada nas reflexões de Bruno Latour.

Constatando que “nem o Global nem o Local possuem existência material e durável” (LATOUR, 2017, p. 55) e que “a política se esvaziou em substância, que ela não comanda mais nada, que ela não tem mais sentido nem direção” (*Ibid.*, p. 54)⁷³, Bruno Latour lança a hipótese da emer-

desenvolver as reflexões iniciadas neste artigo, aprofundando-as no âmbito da problemática sugerida por Bruno Latour. A base empírica até aqui sistematizada compreende observações e dados por meio de pesquisas desenvolvidas, abrigadas no grupo Acta (Ação Pública, Território e Ambiente), em territórios das Resex Marinhais do Pará. Três projetos sobretudo: 1. Participação social em unidades de conservação na Amazônia Brasileira” (MCTI/CNPq/MEC/CAPES Nº 43/2013), coordenado pela colega Tânia Guimarães Ribeiro, do qual participei como membro. Ao convívio estimulante, rico em aprendizados e descobertas, com a toda a equipe, colegas e nossos estudantes de graduação e pós-graduação serei sempre grata. 2. “A ação pública e seus territórios no Pará” (CAPES/FAPESPA Nº 005/2015), sob a coordenação de Pierre Teisserenc. Projeto também integrado ao Acta e executado durante o último período sua atuação como professor visitante na Universidade Federal do Pará, precisamente nos programas de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) e Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento na Amazônia (PPGDAM). Ao Pierre um agradecimento especial por me acolher em suas andanças de pesquisa nas Resex Marinhais do Salgado paraense já há alguns anos. A essa partilha acadêmica, e de vida, muito devo em termos de intercâmbio e ampliação de horizontes teóricos e experimentações metodológicas face ao desafio que significa o compromisso em contribuir com o reconhecimento, a desinvisibilização, a conquista e a manutenção dos direitos socioambientais. Elementos esses articulados a mobilizações e territorializações que, sem a presença das chamadas populações tradicionais e seus conhecimentos, não se constituiriam realidades em contextos de ambientalização. 3. “Desafios sociopolíticos da gestão da água e governança territorial” (MCTI/CNPq Nº 01/2016, ainda em execução e sob minha coordenação.

73. “ni le Global ni le Local n'ont d'existence matérielle et durable” (LATOUR, 2017, p. 55). “la politique s'est vidée de sa substance, qu'elle n'embraye plus sur rien, qu'elle n'a plus ni sens ni direction” (LATOUR, p. 54)

gência de uma nova figura por ele apresentada como sendo o *Terrestre*, definido como um conceito e não como uma realidade, que se revela – que se impõe, senão – com as características de um novo ator político.

A emergência dessa figura em um contexto mundial sacudido pelos desafios climáticos, populismos de extrema direita em alta, Brexit, eleições sucessivas de personalidades como Trump, nos Estados Unidos, Bolsonaro, no Brasil, Netanyahu, em Israel, para citar alguns, está na origem de uma perturbação, característica do período atual. Uma perturbação devida, segundo Bruno Latour ao

“surgimento de um ator que reage de agora em diante às ações dos homens e impede aos modernizadores saber onde eles se encontram, em qual época e sobretudo qual papel eles devem a partir desse momento desempenhar”⁷⁴ (LATOUR, *op. cit.*, p. 57).

A perda de referências advinda com a apresentação deste ator na cena mundial abala os entendimentos sobre espaço e território. Quando a terra parecia estável, a noção de espaço aplicava-se a uma realidade que permitia a todos e a cada um se situar, ocupando uma porção de território. Mas, os tempos mudaram, e com tal intensidade, que há de se interrogar: “como fazer se o território passa a participar da história, a reagir em permanência ...”⁷⁵. Nesta nova configuração, o espaço é ativo em relação ao homem, age efetivamente, constitui-se um “*agissant*” e nos obriga a com ele negociar; do mesmo modo somos levados a fazer com os demais componentes, “*agissants*”, constitutivos daquilo que anteriormente concebia-se como o lugar a ordenar em função de usos e finalidades.

74. “surgissement d'un acteur qui réagit désormais aux actions des hommes et interdit aux modernisateurs de savoir où ils se trouvent, dans quelle époque et surtout quel rôle ils doivent dorénavant y jouer” (LATOUR, p. 57)

75. “comment faire si le territoire se met à participer à l'histoire, à rendre coup sur coup...” (LATOUR, p. 58)

1. O Terrestre, o fenômeno político e a ambientalização: composição de uma perspectiva

Em meio às correntes de pensamento que abalaram nossas maneiras de apreender tais mudanças, Bruno Latour atribui uma posição privilegiada à ecologia política. Para ele, trata-se especialmente de uma corrente de pensamento que se destaca pela capacidade de “alterar a política com a introdução de objetos até então considerados fora das preocupações usuais da vida pública” e “a preencher o espaço público com novos desafios”⁷⁶ (LATOUR, *op. cit.*, p. 63).

Uma outra contribuição da ecologia política a ser ressaltada é ter propiciado a experimentação do que podia ser um novo modo de fazer política, partindo-se de situações e enfrentamentos muito concretos⁷⁷. Pois, como afirma Bruno Latour, quando se trata “do que se chama de valores a defender, são sempre respostas aos desafios de um território que se pode necessariamente descrever”⁷⁸ (LATOUR, *Ibid.*, p. 70). A ideia então preconizada, concebida pela ecologia política, é que a política é antes de tudo uma *praxis*⁷⁹, pois mesmo quando se trata de lutar por valores, referências abstratas portanto, estas dimensões encontram-se encarnadas em um território, em seu solo, em sua história e organização.

Apesar da contribuição incontestável da ecologia política para a abertura de novas vias, em seu campo o Terrestre não foi apresentado nem mobilitizado, assim como os desafios que isso implicaria. Identificada essa ausência, Bruno Latour sugere buscar compreender as razões para tal, sobretudo agora quando os desafios de ordem ecológica são cada vez mais evidentes para toda a humanidade. Inspirado nas análises desenvolvidas por Karl Polanyi em *A Grande Transformação* (1944), Bruno Latour pergunta “por que, anteriormente, o movimento social de imediato não considerou como

76. “mouliner de la politique à partir d’objets que ne faisaient pas partie, jusqu-là, des préoccupations usuelles de la vie publique” e “à remplir l’espace public de nouveaux enjeux” (LATOUR, p. 63)

77. Une politique-orientée-objet.

78. “ce qu’on appelle les valeurs à défendre, ce sont toujours des réponses aux défis d’un territoire que l’on doit pouvoir décrire”. (LATOUR, p. 70)

79. Bruno Latour retoma, a propósito, de Noortje Marres, o slogan: “no issue, no politics”.

seus os desafios ecológicos?" e mais recentemente, por que "a ecologia política não soube se fortalecer com a questão social?"⁸⁰ (LATOUR, *op. cit.*, p. 76). Esta questão permanecerá como desafio neste artigo.

1.1 O que é a política?

Com a intenção de complementar a problemática elaborada como hipótese por Bruno Latour, há duas contribuições a considerar. A primeira com base nas reflexões de Claude Lefort, professor de filosofia política, em seus *Essais sur la politique* (1986) quando trata o que a experiência da democracia nos revela sobre a política. Logo de início, o autor nos convida a abandonar a ideia de democracia dita "moderna", fortemente associada às experiências europeia e norte-americana, como uma espécie de tipo-ideal que se aperfeiçoa e se adapta em cada país na medida de suas respectivas crises. Para Lefort "o político se revela não naquilo que se nomeia como atividade política, mas no duplo movimento de aparição e ocultação do modo de instituição da sociedade. Aparição no sentido em que se torna visível o processo pelo qual se ordena e se unifica a sociedade, através de suas divisões; ocultação no sentido em que um lugar da política (lugar onde se exerce a competição dos partidos e onde se forma e se renova a instância geral do poder) se designa como particular, enquanto se encontra dissimulado o princípio gerador da configuração do conjunto"⁸¹ (LEFORT, *op. cit.*, p. 20).

De fato, em nossa representação da política, comumente se esquece de que o lugar do poder, tal como se impõe, não é mais do que um lugar "particular", histórico, cuja realidade institucional possui um caráter

80. "pourquoi, à l'époque, le mouvement social ne s'est-il pas d'emblée saisi des enjeux écologiques comme s'ils étaient les siens propres?" ... "l'écologie politique n'a-t-elle pas su prendre le relais de la question sociale?" (LATOUR, p. 76)

81. "le politique se révèle non pas dans ce qu'on nomme l'activité politique, mais dans ce double mouvement d'apparition et d'occultation du mode d'institution de la société. Apparition, en ce sens qu'émerge à la visibilité le procès par lequel s'ordonne et s'unifie la société, à travers ses divisions ; occultation, en ce sens qu'un lieu de la politique (lieu où s'exerce la compétition des partis et où se forme et se renouvelle l'instance générale du pouvoir) se désigne comme particulier, tandis que se trouve dissimulé le principe génératrice de la configuration de l'ensemble." (LEFORT, p. 20)

efêmero. Esquecendo-se disso, oculta-se a verdadeira natureza do trabalho político produzido pela experiência da democracia. Olhando de mais perto, na experiência da democracia, diferente dos regimes anteriores às revoluções francesa e americana, o lugar do poder, esse lugar “particular”, mostra-se um “lugar vazio”.

Sendo assim percebido o poder e seus lugares, tem-se como consequência “proibir os governantes de se apropriar do, de incorporar o poder”. De fato, “seu exercício se opera em termos de uma competição regulada ... que implica uma institucionalização do conflito” que dissimula a realidade. Pois que “somente são visíveis, os mecanismos de seu exercício, ou os homens, simples mortais, que detém a autoridade política”⁸² (LEFORT, *Ibid.*, p. 28).

Esta análise das transformações do fenômeno político a partir da experiência da democracia leva Claude Lefort a concluir ser “engano julgar que o poder habita desde então dentro da sociedade pelo fato de emanar do sufrágio popular; ele permanece a instância em virtude da qual aquela apreende sua unidade, se autorrefere no espaço e no tempo”, graças a um fenômeno de desincorporação que põe em causa a “desintricação entre a esfera do poder, a esfera da lei e a esfera do conhecimento, e que instaura uma nova relação com o real”⁸³ (LEFORT, *op. cit.*, p. 28).

A partir do pensamento de Claude Lefort pode-se afirmar que a experiência da democracia contraria a ideia de um modelo de sociedade que se estruturaria em torno de um lugar de poder como expressão de unidade. Longe da ideia de modelo, a democracia advém de um processo fundado em um trabalho de articulação – ou de “desintricação” – de elementos que emanam de três esferas que, pela “revolução democrática”⁸⁴, tornaram-se interdependentes. As três esferas são a do poder, a da lei e a

82. “interdire aux gouvernants de se l'approprier, de se l'incorporer” ... “son exercice se fait au terme d'une compétition réglée” ... “qui implique une institutionnalisation du conflit” ... “seuls sont visibles, les mécanismes de son exercice, ou bien les hommes, simples mortels, qui détiennent l'autorité politique.” (LEFORT, p. 28)

83. “on se tromperait à juger que le pouvoir se loge désormais dans la société, pour cette raison qu'il émane du suffrage populaire; il demeure l'instance par la vertu de laquelle celle-ci s'appréhende en son unité, se rapporte à elle-même dans l'espace et le temps” ... “désintraction entre la sphère du pouvoir, la sphère de la loi et la sphère de la connaissance et qui instaure un nouveau rapport au réel.” (LEFORT, p. 28)

84. A expressão, frequentemente utilizada em seu livro, é de Claude Lefort.

do conhecimento. Desse processo, nasceu uma “sociedade democrática que se institui como sociedade sem corpo na qual deixa de fazer sentido a representação de uma totalidade orgânica”⁸⁵ (LEFORT, *op. cit.*, p. 29).

A partir dessa perspectiva do fenômeno político e de sua encarnação em regimes democráticos é que se compõe o quadro de análise para refletir sobre as consequências sociais e políticas da hipótese de Bruno Latour, qual seja: devemos abandonar esquemas de pensamento fundados na dissociação entre o homem e a natureza e conceber a política como uma arte de viver juntos, controlando nosso ambiente econômico e social em função do aperfeiçoamento do bem-estar da sociedade dos homens.

Nesse sentido é pertinente uma contribuição como a de Claude Lefort, que nos encaminha para a apreensão da sociedade política como o resultado de um processo que interpela as dissimulações⁸⁶ operadas em regimes democráticos, particularmente os mecanismos que produzem a unidade da sociedade como conjunto coerente e todo o trabalho realizado para dar visibilidade à redução do conflito social, efeito de sua institucionalização pelo poder⁸⁷. Esse processo, lembremos, põe em causa as interrelações entre os desafios das esferas política, jurídica e científica; interrelações que, em um território pesquisado, são privilegiadas na análise empreendida neste artigo.

A segunda contribuição, aqui entendida como complementar a de Bruno Latour é a de José Sérgio Leite Lopes (2006) quando trata da ambientalização dos contextos locais. A propósito, a análise desse autor sobre o que considera uma “nova questão social”, remissão a Karl Polanyi

85. “société démocratique qui s'institue comme société sans corps et qui met en échec la représentation d'une totalité organique” (LEFORT, p. 29)

86. Pierre Bourdieu atribuiu um lugar importante ao tratamento dos resultados da dissimulação nas explicações dos mecanismos de dominação a partir do uso dos recursos simbólicos e para justificar a importância da violência simbólica no trabalho de produção/reprodução das sociedades. Cf. Pierre Bourdieu (1971 e 2016).

87. Além disso, tal aspecto conduz Claude Lefort a questionar a eficácia social e política da ciência política: “Penser le politique requiert une rupture avec le point de vue de la science politique, parce que celle-ci naît de la suppression de cette question. Elle naît d'une volonté d'objectivation dans l'oubli qu'il n'y a pas d'éléments ou de structures élémentaires, pas d'entités (classes ou segments de classes), pas de rapports sociaux ni de détermination économique ou technique, pas de dimensions de l'espace social que préexisteraient à leur mise en forme” (LEFORT, p. 20).

em “A Grande Transformação” (1944), esclarece-nos sobre questões das esferas do poder, do conhecimento e da lei, e sobre suas articulações.

1.2 Contexto territorial de ambientalização

Note-se que o território para o qual se volta a perspectiva da ambientalização é caracterizado pela implantação de uma Reserva Extrativista Marinha como parte de uma dinâmica de expansão do número desse tipo de Unidade de Conservação na costa nordeste do estado do Pará, logo trata-se de um processo em que a questão ambiental ocupa um lugar central.

A Resex como instrumento de política pública, foi observada por Pierre Teisserenc (2009) sobretudo por seu caráter inovador. Proposta gestada no seio de um movimento social, conduzido por lideranças como Chico Mendes e seus companheiros nos anos de 1980, no Acre, a Resex será adotada pelo Estado brasileiro e isto ocorre em um contexto no qual a questão ambiental, contemplada na Constituição de 1988, assume elevada projeção com a criação de um ministério e uma série de organismos públicos a seu serviço.

Contexto também de preparação e realização na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Eco-92. Reserva Extrativista é então concebida e assumida pelo Estado como um tipo de Unidade de Conservação⁸⁸, inovador, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista social, face a formas outras de regulação da estrutura fundiária, sobretudo na Amazônia.

88. O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), foi criado através da Lei Federal 9.985 de 18 de julho de 2000. Nele encontra-se sistematizado em dois subconjuntos – Proteção Integral e Uso Sustentável - as Unidades de Conservação existentes no Brasil. A Resex constitui uma das modalidades, do subconjunto Uso Sustentável, caracterizada sobretudo por uma concepção social da questão ambiental no sentido que procura conciliar as exigências da proteção da natureza com o desenvolvimento de um território e a participação de suas populações, aliás as populações chamadas tradicionais, que vivem principalmente do extrativismo. Cf., a propósito dos debates na elaboração da Constituição de 1988 e da Lei SNUC, Juliana Santilli (2005).

A Resex preconiza o direito coletivo à permanência de populações humanas cujos modos de vida são em grande medida dependentes das atividades *extrativistas*⁸⁹ dos recursos de uma área cujo proprietário é o Estado brasileiro. Neste sentido é o Estado que, através de um contrato, concede a populações, chamadas de tradicionais, organizadas, o usufruto do território com base em exigências socioambientais. Tais exigências vinculadas ao reconhecimento da competência das populações tradicionais em explorar sustentavelmente os recursos naturais de um território a partir de um modo de gestão construído com a participação de tais populações, definido em comum acordo com as autoridades públicas federais⁹⁰.

Em termos de relações entre o homem e a natureza, o extrativismo é definido como atividade econômica viável em um sistema econômico e social no qual as águas, animais, florestas não são considerados como um capital a consumir, e sim como um conjunto de bens e de serviços a ser conservado pela aplicação de regras de gestão novas, acordadas entre populações e Estado. Em contrapartida, o Estado reconhece das populações tradicionais do território sua cidadania enquanto beneficiárias de recursos⁹¹ e de ferramentas⁹² para gerenciar e desenvolver o espaço da Reserva, e do município no qual se situa a Unidade, em um contexto

89. Segundo Catherine Aubertin e Florence Pinton (1996), ao termo extrativismo foi associada uma carga simbólica positiva da perspectiva ambientalista. Extrativismo vem de extração, palavra que ilustra bem o comportamento, a ação, do colonizador nas terras conquistadas, jamais denotativo de uma coexistência harmoniosa entre o homem e a natureza.

90. Cf. AUBERTIN, Catherine et PINTON, Florance. *De la réforme agraire aux unités de conservation. Histoire des réserves extractivistes de l'amazonie brésilienne*. AL-BALADEJO, Christophe et TULET, Jean-Christian (coord.), Paris, l'Harmattan, 1996: 232-233.

91. Como recursos indicamos os distribuídos aos membros da Reserva através de Programas de bolsas, de construção e renovação de habitação, de aquisição de instrumentos de trabalho, indenização durante período de suspensão de atividades para assegurar condições adequadas à reprodução de espécies, e outros ligados às competências adquiridas junto a parcerias com experts em apoio a organização e ao trabalho das famílias e dos membros das comunidades em todos campos de atividade envolvidos no desenvolvimento do espaço da Reserva.

92. Como ferramentas indicamos os Diagnósticos Participativos, Planos de Uso, de Manejo, de Utilização, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo.

de *ambientalização* (TEISSERENC, 2016a). Mais adiante, de modo mais preciso, serão tratados aspectos da originalidade e da complexidade de uma Reserva Extrativista a partir da descrição do território de pesquisa aqui analisado. Por enquanto é bastante não perder de vista que considerar a questão ambiental como exigência do desenvolvimento de um território é o argumento central a conferir sentido a Resex na qualidade de instrumento de política pública.

Analisando um território no qual a poluição das águas da cidade, sobretudo, pela emissão de rejeitos em seu rio, provocou uma mobilização dos habitantes, e dos operários da empresa poluidora, contra as consequências da insalubridade, José Sérgio Leite Lopes (2006) observou que o conflito, origem da mobilização em questão, não envolveu somente a empresa e seus operários, mas a empresa e o conjunto dos cidadãos do território. Esta mobilização, que é apresentada como um fenômeno novo, emergente, “um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da “ambientalização”, uma interiorização, aprendizagem, das diferentes facetas da questão pública do “meio ambiente” (LEITE LOPES, *op. cit.* p. 34). Trata-se de um processo histórico cujas manifestações são diversas e dizem respeito a muitos aspectos da vida social. A importância desse conflito estudado, e seus múltiplos impactos na vida social, levam José Sérgio Leite Lopes a considerar que a “ambientalização desses conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública.

Esta nova questão social e pública é produzida na “modernização reflexiva”(GIDDENS, 1996), a qual corresponde a “sociedade de risco” (BECK, 1992), na medida em que “crescem novos riscos e perigos: riscos sobre a natureza, o “meio ambiente” - paisagem natural ou historicamente construída pelo homem - “a ambientalização parece tratar-se da continuidade ‘da grande transformação’ concebida por Karl Polanyi [...] e] o ambientalismo poderia propiciar uma dessas formas de controle do capitalismo ou caracterizar uma de suas transformações possíveis” (LEITE LOPES, 2006. p. 36). Em seu artigo José Sérgio Leite Lopes examina cinco fatores como característicos de uma mudança de paradigma, e que conferem legitimidade aos desafios novos manifestos em conflitos. São eles: os aspectos institucionais; o efeito dos conflitos locais sobre mudanças de

práticas; o desenvolvimento da educação ambiental, objetivando a difusão de novos códigos individuais e coletivos; as práticas da participação; e a questão ambiental como fonte de legitimidade e base de argumentação dos conflitos. É nesse sentido que mais tarde, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010) refletindo sobre as transformações da mobilização das populações tradicionais na Amazônia Brasileira, afirmará:

estas identidades objetivadas em movimentos sociais levam à defesa e à preservação dos recursos naturais, convergindo para formas organizativas e para relações associativas e contratuais, que procuram transcender aos laços de solidariedade comunitária (ALMEIDA, 2010, *op. cit.* p. 335).

A perspectiva de Berno de Almeida vai assim ao encontro da de José Sérgio Leite Lopes que considera a *ambientalização como uma nova questão social* no contexto territorial amazônico. Reconheça-se a diferença dos contextos dos países industrializados da Europa e da América do Norte referidos por Bruno Latour, nos quais ocorre um movimento social deliberadamente orientado por uma concepção exclusivamente social das reivindicações. Na Amazônia, de fato, os movimentos sociais reivindicam o direito à terra e a um reconhecimento dos seus usos no enfrentamento a um sistema de dominação herdado da colonização. Apesar da instauração da República no Brasil, há 130 anos, esse sistema de dominação permanece sob formas sociais diferentes em função dos contextos e dos momentos históricos (TEISSERENC, 2016b: 52-55)⁹³.

Na Amazônia, fortemente caracterizada pela presença desse sistema de dominação, o movimento social buscará se fortalecer, em fins dos anos de 1980, integrando os desafios ambientais em suas lutas, sintonizado com uma conjuntura em que certa centralidade é assumida pelas demandas ambientais. Como observou Bertha Becker (2009, p. 104):

ao contrário da política de décadas anteriores, pautada em Desenvolvimento e Segurança, a política ambiental visa ao desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e partici-

93. Uma das formas mais bem acabadas desse sistema de dominação é o *aviamento*, que se impôs durante o chamado ciclo econômico da borracha (GEFFRAY; LÉNA & ARAUJO, 1996) e ainda se expressa nas relações e práticas do poder local até o presente (TEISSERENC, 2016c).

pativa para a proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações ... As iniciativas inovadoras de populações tradicionais constituindo a base inicial do vetor tecno-ecológico”.

A análise da experiência em Bragança, município paraense que adotou uma política ambiental com a implantação de uma Resex Marinha, propicia uma apresentação dos efeitos sociais, econômicos e políticos de uma escolha em favor da ambientalização, assim como propicia uma descrição do modo como uma nova questão social é construída.

Convém prevenir que na análise a ser empreendida neste artigo destaque será dado aos efeitos políticos do reconhecimento da ambientalização, considerando, por exemplo, na esteira das reflexões de Claude Lefort, que um dos desafios da politização das situações locais (LAGROYE, 2003), para a qual a ambientalização contribui, não é tanto a tomada do poder enquanto tal para reproduzir o sistema - ou, talvez aperfeiçoá-lo, mas de inventar maneiras de fazer política a partir de interações entre as práticas políticas representativas e as deliberativas.

Nesse sentido, a proposta é pôr à prova a hipótese de Bruno Latour a partir de uma apresentação dos efeitos da implantação de uma Resex Marinha, no município de Bragança (PA), privilegiando, de acordo com Claude Lefort, as interrelações entre os atores e entre os desafios das esferas do poder, do conhecimento e da lei, e seus efeitos na sociedade local em um contexto de ambientalização. Mas, antes de testar a hipótese referida, uma observação prévia, a propósito de seus limites em função do contexto amazônico, faz-se necessária.

1.3 Limites de enquadramento

O contexto que analisa Claude Lefort (1986) é o dos países europeus que passaram um longo período de regime monárquico, geralmente controlado pela nobreza, antes da construção de um regime democrático após a experiência de uma revolução social e política. Na França, a morte do rei abriu caminho para novas formas de poder e criou condições favoráveis ao desenvolvimento de reflexões sobre o que é a política e sobre o que se pode entender por “esfera ou campo político”. Nesse novo contexto, a esfera religiosa, representada pelo clero

e as instituições da Igreja Católica, recebeu tratamento próximo ao da nobreza sendo obrigada a renunciar a muitos privilégios e a “se incorporar” no que progressivamente se impôs como “o povo”, ou melhor dizendo, politicamente, como a sociedade civil; o que não a impedirá de buscar manter certos privilégios pelo viés de relações de poder e de classe que vão acompanhar as mutações econômicas e sociais da sociedade democrática⁹⁴.

Na concepção desse novo regime é em última instância ao poder legislativo e ao poder judiciário passada a incumbência de definir regras e relações que devem manter as diferentes esferas política, jurídica e científica. Dessa maneira, cada Estado democrático e soberano foi levado a elaborar suas regras destinadas a zelar pelas relações entre essas diferentes esferas, mas também entre as esferas política e religiosa.

No caso do Brasil, especialmente na Amazônia, caracterizada por um déficit da presença do Estado e de seus serviços em um território imenso, e por dificuldades de gestão e de controle, a Igreja Católica foi levada a ocupar o espaço deixado pelo Estado, desempenhando um papel multifuncional tanto de ordem religiosa quanto de ordem social, - às vezes mesmo econômico, considerando-se as missões jesuítas -, jurídica e política.

Esse papel multifuncional tornou-se particularmente importante e pertinente quando, depois do Concílio Vaticano II, nos anos de 1970, um segmento importante da Igreja Católica adere a práticas comprometidas com a chamada “Opção pelos pobres”, assumida nos grandes encontros católicos latino-americanos de Médellin e Puebla. Essas práticas, informadas em uma leitura marxista e militante dos Evangelhos, consubstanciada na Teologia da Libertação, concretiza-se em responsabilidades assumidas para além da direção religiosa dos fiéis. O que qualificamos de movimento social, relevante na criação das Resex (MOREIRA, 2008; TEISSERENC, 2009), tanto do ponto de vista da animação e da condução do movimento quanto da organização das comunidades e da qualificação de seus membros, foi fortemente informado nos prin-

94. Alain Touraine assim se refere à operação de distanciamento da esfera religiosa para constituir a sociedade democrática: “o que chamamos de sociedade é antes de tudo o resultado da eliminação do poder religioso do poder real e oligárquico em uma parte do mundo” (TOURAINÉ, 2013, p. 36).

cípios e valores e na retórica resultante da referida teologia.

Pela leitura marxista das Escrituras, as reivindicações defendidas pelo movimento social, concernentes sobretudo ao direito à terra, aos usos e ao reconhecimento das populações tradicionais, deram origem a muitos conflitos sociais e políticos que marcaram os territórios da Amazônia; conflitos que compartilhavam (e compartilham), a denúncia de um sistema de dominação presente desde a colonização para reivindicar a instauração de uma sociedade democrática local uma vez integrada em um país dotado de instituições republicanas e democráticas, pelo menos a partir dos anos de 1990. Tal reivindicação de reconhecimento das populações tradicionais e de sua cidadania geralmente se apoiou em mobilizações locais de referências religiosas, que progressivamente se transformaram em mobilizações sociais, depois políticas, autonomizando-se em relação à esfera religiosa (MOREIRA, 2008). Desse modo, na Amazônia, torna-se difícil tratar os desafios políticos sem apreender, ao mesmo tempo, os mecanismos pelos quais tal esfera se libera das referências e de suas raízes religiosas⁹⁵.

A seguir apresentamos a Resex Caeté-Taperaçu, situada no município de Bragança, para assim apreciar impactos sociais, econômicos e políticos da implementação de um instrumento de política pública baseado em exigências da ambientalização e as mudanças, pelas quais passam as populações e seus parceiros locais, ligadas à necessidade em adotar uma nova visão do território e a implementar estratégias concernentes ao seu ordenamento e ao seu desenvolvimento.

2. Instrumento de política pública, ambientalização e sociedade local

A perspectiva do Terrestre e a distinção entre “sistemas de produção e sistemas de engendramento em Bruno Latour (2017),” orienta a apresentação do território de Bragança (PA) dinamizado pela implantação

95. Significativas da força da esfera religiosa na esfera política no Brasil atual foram as justificativas em nome de Deus e do Povo da grande maioria dos deputados quando da manifestação de seus votos pela destituição da Presidente da República Dilma Rousseff em 2016. Votos em nome de Deus e do Povo pressupõe uma concepção da sociedade brasileira na qual se confunde o Povo da República com Povo de Deus.

de uma Reserva Extrativista Marinha. Portanto é preciso lembrar que sistema de produção é um conceito integrado à ciência econômica em determinado momento. Momento em que a natureza passa a ser considerada um fator de produção, e isso ocorreu no século XVIII quando os pensadores da época partilhavam o entendimento da natureza como um recurso, exterior, passivo em relação aos objetivos dos homens, há muito tempo agindo sobre a Terra indiferentes aos seus processos e dinâmicas como sistema vivo.

Mais tarde, na sociedade industrial, quando se objetivou a realidade da *produção* enquanto *sistema de produção*, envolvendo trabalhadores assalariados, operários, instrumentos de trabalho, organizações, um conjunto de componentes representado por natureza, passou a ser percebido como realidade exterior e submetida a todo o resto. Essa perspectiva da natureza como realidade exterior prevaleceu, informando práticas mesmo em contextos nos quais expressões do ambientalismo podem contribuir para mudanças no ordenamento de um território. É o caso da implementação da Resex, um instrumento de política ambiental, no território do município de Bragança que com isso não conseguiu ultrapassar o registro da natureza como uma exterioridade e assim dá lugar a um sistema de engendramento no qual a natureza se apresentaria não como uma realidade mas como um processo, um agir que não adormece jamais, um “agissant” que não se deixa apropriar e é capaz de reagir de modo diferente da reação dos humanos (LATOUR, 2017, p. 106).

Este sistema de engendramento baseia-se na ideia do cultivo de vínculos e valorização das virtudes reencontradas na dependência entre os terrestres, o que implica reconhecer obrigações novas. Por que então a ambientalização através de uma Resex em Bragança, os muitos desafios que sua implantação trouxe à luz, a diversidade dos recursos oferecidos e as ferramentas à disposição do conjunto dos parceiros, não levaram a sociedade local a uma dinâmica de engendramento? Vejamos.

2.1 Território aquático

Município com uma área territorial de 2.090,23 Km² e uma população hoje de 113.227 habitantes, destes 72.624, na cidade e 40.603 na zona não urbana, Bragança historicamente se constituiu como polo de atração de migrantes vindos principalmente dos estados do Maranhão

e Ceará. Uma atração relacionada em grande medida pelas atividades da pesca desenvolvidas em um ambiente aquático-marinho considerado bastante rico em peixes e crustáceos. Uma riqueza dependente da presença e de condições favorecidas pelos vastos manguezais presentes numa costa recortada e bastante irregular, com inúmeras baías e estuários cobrindo uma superfície calculada em mais de 7.500 km² (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012). Portanto, a costa paraense, onde se situa Bragança e sua Resex, possui uma fisiografia determinante de sua classificação no zoneamento administrativo estadual, como microrregião da “Zona do Salgado” que, por sua vez é integrada, junto a quatro outras, na mesorregião do Nordeste Paraense⁹⁶.

Embora a sede do município esteja situada no interior, distante 30 quilômetros do litoral, a costa não está fora da alcada do poder municipal de Bragança. A fração costeira de Bragança está inserida na costa nordeste da Amazônia, conjunto considerado como o maior e o mais preservado “ambiente tropical úmido do planeta”, e onde se encontra a faixa contínua de manguezais identificada como a mais extensa da Terra.

O município, tem sua origem vinculada a mais antiga cidade⁹⁷ do Pará, e até os dez primeiros anos da segunda metade do século XX, desempenhou importante papel no abastecimento de produtos agrícolas da capital Belém, distante 215 km. Abastecimento que justificou, no auge da produção da borracha na Amazônia, em fins do século XIX, a construção de uma estrada de ferro que restou em funcionamento até início dos anos de 1960⁹⁸. A partir de então o transporte ferroviário foi

96. Considerada a mais antiga fronteira de colonização do estado do Pará, a Mesorregião do Nordeste Paraense, em cujo litoral estão concentradas 48% da população do Pará, integra 5 microrregiões: Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu, o que corresponde a uma área de 83.316,02 km², 6,67% da superfície do estado, que é de 1.247.955,381 km². No ano de 1987 os estados no Brasil foram subdivididos em Mesorregiões e estas em Microrregiões. Medida adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), buscando facilitar estudos geoestatísticos. O Pará desde então encontra-se ordenado em 6 mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense, Sudoeste Paraense (CORDEIRO; ARBAGE; SHWARTZ, 2017).

97. Bragança foi fundada em junho de 1613, três anos antes da fundação das cidades de Vigia e Belém (BRITO ALVES, 2017).

98. Cf. Maria de Fátima Carneiro da Conceição (1991). Políticos e Colonos na Bra-

suplantado pelo rodoviário, valorizado pelo desenvolvimentismo que produziu a BR-010, mais conhecida como Rodovia Belém-Brasília, a qual foi articulada a via de comunicação entre Bragança e Belém.

Uma tradição de grande mobilidade de populações é característica de Bragança. Pelo menos nas atividades de pesca. Essa mobilidade parece indicar uma tendência a se perpetuar. É como se as populações jamais se radicassem em definitivo, estando sempre prontas a partir. Esta mobilidade se manifesta especialmente em muitos movimentos de populações entre a cidade e os povoados, entre a cidade e outras localidades, cidades ou vilarejos da região e para além dela.

As populações se deslocam quase sempre em função de exigências de trabalho, pela busca de meios para viver. Observou-se que frequentemente, por exemplo, um pescador deixa sua localidade para morar na cidade com sua família e lá se dedicar a uma nova atividade, podendo voltar mais tarde à atividade na pesca quando esta se apresentar economicamente mais interessante do que o trabalho na construção civil, na agricultura, em um pequeno comércio, entre outros.

A expansão da urbanização, a exemplo das mudanças vividas em todo o país e na Amazônia em particular, acompanhou-se de uma expansão rápida das classes médias geralmente exigentes em termos de serviços, sobretudo no campo do lazer. Nesta região costeira, a atração pelas praias é particularmente forte e o acesso ao mar portanto é objeto de demanda prioritária por parte dessas camadas médias. A exemplo de Belém que dirigiu para Salinas suas expectativas de lazer litorâneo-marinhas e com isso a viabilização de acesso rodoviário.

A cidade de Bragança também vai nos anos de 1970 usufruir de um equipamento público rodoviário para acessar a magnífica praia oceânica de Ajuruteua. Equipamento já preconizado por políticos locais desde os anos de 1960, com base na justificativa do desenvolvimento do turismo (BRITO ALVES, 2017), a estrada, que liga a cidade ao mar, ficou conhecida pela desestabilização que produziu no manguezal, facilitando a intensificação da atividade da exploração de sua espécie ícone, o caranguejo, da qual em muito depende o equilíbrio de um complexo ecossistema.

gantina, Estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca. Campinas: Dissertação de Mestrado (Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, 1991.

A mobilização pela criação da Resex até sua implantação, contrariou os segmentos interessados no desenvolvimento turístico de Ajuruteua, que capitanearam a reivindicação da estrutura rodoviária, e mais tarde, outras, consideradas fundamentais à dinamização do turismo. Os objetivos conservacionistas logo se constituíram em objetos de polêmicas e conflitos.

Um dos motivos de conflito produziu-se com a posição tomada pela Prefeitura de Bragança a favor da retirada da vila de Ajuruteua e de sua praia dos domínios da Resex. Isso levou à transferência de uma comunidade de pescadores para outra área, para assim “liberar” a praia das atividades de pesca. Esta foi a solução encontrada para que ali pudesse ser instalados equipamentos de infraestrutura e de serviços sem os constrangimentos e obrigações com exigências ambientais e de acordo com imperativos do mercado. Embora prevalecidos os interesses do turismo, o Terrestre marítimo em Ajuruteua, com a força das águas em marés de amplitude bastante elevada, tem resistido às permanentes tentativas de construção de equipamentos como os chamados calçadões da orla.

No plano econômico, o município é beneficiário de atividades como agricultura e pecuária. Mas, sendo principalmente localizado em uma planície estuarina de manguezal, atravessada pelo rio Caeté e sua densa malha de igarapés, Bragança e seu território aquático tem na pesca a atividade que domina a economia local, tanto que concentra uma das mais importantes frotas pesqueiras do Pará, composta em grande parte por embarcações com capacidade para a pesca em águas mais profundas e distantes da costa. As práticas de pesca desenvolvidas são geralmente predatórias e, até o presente, de difícil controle.

Essas práticas afetam o ecossistema constituindo-se em uma ameaça para o conjunto da zona costeira do nordeste paraense. São muitos os pescadores de Bragança e são conhecidos como invasores dos territórios de pesca de municípios próximos como Curuçá, Augusto Correa, até outros mais distantes, como Soure na Ilha do Marajó.

Ao frágil controle das práticas de pesca, acrescenta-se uma ausência de controle fiscal dos produtos da pesca, o que contribui para entender por que, apesar da riqueza de sua pesca, Bragança não dispõe de recursos para realizar uma gestão pública à altura de sua importância econômica. Em fins de 2016, o responsável pela Secretaria de Meio Ambiente

em Bragança, nesse sentido, afirmava tratar-se de um dos municípios mais pobres no conjunto dos municípios brasileiros com população de 80.000 até 120.000 habitantes.

Ao lado dessas características socioeconômicas, encontra-se a excelente reputação cultural de Bragança. Referência em festejos juninos, folguedos e ritmos. É lá também o lugar da festa de São Benedito, seu padroeiro, palco da Marujada, manifestação cultural de forte carga simbólica e de grande apelo identitário para seus habitantes. Um meio artístico dinâmico, estabelecido há muitas décadas, também é expressivo em Bragança.

2.2 A implantação da Resex e os desafios da ambientalização

O município de Bragança foi significativamente marcado pela criação, em 2005, da Resex Caeté-Taperaçu, cujo perímetro integra parte do tecido urbano onde se situam também comunidades usuárias da Reserva⁹⁹, também consideradas bairros.

Como no conjunto dos territórios amazônicos, por razões referidas anteriormente, em Bragança, a Igreja Católica impulsionada pela Teologia da Libertação, se fez também presente, sobretudo na organização de comunidades e no trabalho de formação de lideranças. Esta influência explica o ativismo de certos membros da Igreja, caso de um dos líderes locais, bastante implicado no movimento pela criação da Resex, desempenhando papel determinante. Padre da diocese, pertencente ao quadro do Partido dos Trabalhadores, chegou a ganhar as eleições para prefeito, em 2012, com apoio significativo das comunidades usuárias da Resex.

A sua gestão foi considerada não exitosa provavelmente em razão de certo distanciamento entre a esfera religiosa e a esfera política. O fato é que se constata uma diminuição da influência da Igreja Católica na sua vertente progressista e um avanço das igrejas protestantes em sua vertente pentecostal adepta de uma teologia, dita da prosperidade e sem posicionamento crítico face à desigualdade, à exclusão social e às questões ambientais. Essas mudanças na articulação entre as esferas religiosa e política, contribuíram para desestabilizar a mobilização das comunidades no momento em que era recente a criação da Resex e todo um trabalho

99. Doze Comunidades estão situadas no perímetro urbano. No total são 56, destas apenas três situam-se no interior da Resex. (ABDALA; SARAIVA; WESLEY, 2012)

de organização e de mobilização foi de algum modo descontinuado.

Bragança possui uma unidade da Universidade Federal do Pará, o CBrag (Campus de Bragança), ator em absoluto desse território. O papel desempenhado por essa instituição acadêmica em favor da criação da Resex é reconhecido. Graças ao MADAM¹⁰⁰ e à criação de um Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental (PPBA), com o objetivo de produzir conhecimento científico sobre ecossistemas costeiros e sua sustentabilidade, em diálogo com as populações e seus conhecimentos sobre os manguezais e suas relações com o estuário.

Este Programa contribuiu decisivamente com estudos que alimentaram os debates quando da criação da Reserva e permitiu a produção de conhecimento sobre o território, da perspectiva das ciências naturais, sobretudo, assim como uma apreciação de suas potencialidades. O fato é que os resultados de pesquisa produzidos no quadro do MADAM, segundo Marcelo Oliveira (2018), foram mobilizados na produção do Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu¹⁰¹. A socioeconomia, a descrição dos conhecimentos práticas das populações em relação aos recursos naturais, a apresentação das populações locais em termos de organizações sociais e identidades produzidas no território e seu entorno, fazem-se presentes em documentos que informaram as justificativas de criação da Unidade de Conservação, assim como a produção do Plano de Manejo¹⁰² que, ao lado de um Conselho Deliberativo, constituem as bases de gestão de um território protegido na modalidade Resex.

100. O Programa de Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM), em vigência de 1995-2005, compôs uma política de conservação dos ecossistemas costeiros do norte do Pará até o Amapá, uma faixa que, acrescida da costa do estado do Maranhão representa 20% das florestas de Mangue do Brasil. Respalhado por um acordo de cooperação entre o Brasil e a Alemanha e contando com o apoio do CNPq e com o Centro de Ecologia Marinha e Tropical da Universidade de Bremen, as atividades de pesquisa e produção de conhecimento científicos desse programa foram iniciadas em 1996 (OLIVEIRA, 2018).

101. Na condição de orientadora tive o privilégio de acompanhar o estudo que resultou na tese de doutoramento de Marcelo do Vale Oliveira. Uma tese em sociologia que traz como objeto Os atores e os desafios da produção social de um instrumento de gestão, enquanto ferramenta de uma política pública ambiental em contexto marinho na Amazônia. Neste artigo, de maneira frequente reporto-me ao referido estudo.

102. O Plano de Manejo da Resex Caeté-Taperaçu teve sua publicação no Diário Oficial da União em 2013, oito anos após criada a Unidade de Conservação.

Este trabalho de pesquisa conduzido por professores e estudantes universitários do Campus de Bragança, em especial, incontestavelmente fortaleceu a mobilização das comunidades e de seus líderes com vistas à criação da Resex. Mobilização na qual se envolveram agências locais de instituições públicas ambientais do Governo Federal como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), o que tem sido considerado como bastante importante. Ao mesmo tempo e de maneira significativa em relação ao contexto, à medida em que se avançava na implementação da Resex, os estudos referidos se constituíram em motivos de mal-entendidos cada vez mais agudos entre as populações da Resex e os pesquisadores, professores e/ou estudantes.

Mal-entendidos produzidos quase sempre em torno da sensível questão do reconhecimento dos *saberes nativos*, cuja legitimidade foi fortalecida pela ambientalização que se desenvolveu com a implantação da Reserva e com o uso de instrumentos preconizados pela mesma, tais como os diagnósticos participativos.

No território de Bragança, a ambientalização se concretizava na mudança do discurso dos líderes e na mudança de práticas profissionais dos membros das comunidades, significativas da integração de novas exigências e valores, evidenciadas nos debates acerca das questões socioambientais (OLIVEIRA, 2018). Sobre a ambientalização, algo equivalente ao caso das chamadas populações tradicionais em Bragança, em relação à implementação da Resex, deu-se bem antes entre os seringueiros do Acre. Em análise precisa do antropólogo Mauro Almeida (2004), foi demonstrado como as lideranças seringueiras se apropriaram do discurso ambientalista e desenvolvimentista submetendo-o a suas experiências empíricas locais.

Pelo lado dos poderes públicos locais, um dos efeitos desta ambientalização traduziu-se em planejamento ambicioso para responder aos desafios do desenvolvimento sustentável, manifestação pública de um compromisso com as exigências ambientais. Nesse planejamento, destacou-se o papel desempenhado pela Secretaria Municipal de Economia e Pesca criada em 2005, mesmo ano em que foi criada a Resex. Pelo quadro técnico dessa Secretaria, foram produzidos documentos como o “Panorama da Cadeia Pesqueira no Município de Bragança” (2016). Uma sistematização de informações colocada a serviço da elaboração

de políticas voltadas à promoção da cadeia produtiva da pesca, atividade da maior importância para a economia do município - de localização privilegiada pela incidência dos manguezais, planícies estuarinas e campos alagados -, efetivamente determinante para Bragança ocupar o 5º lugar entre maiores municípios brasileiros exportadores de pescado marinho (BRAGANÇA, 2016).

No entanto, o município até o presente não se deu os meios para efetivamente alavancar-se em termos de inclusão social tirando proveito das singularidades proporcionadas pelas suas águas e pelos conhecimentos que delas possuem as suas populações, independente do grupo político à frente de sua gestão.

2.3 Reconhecimento: uma permanente busca

A mudança de discurso dos usuários da Resex, em sua grande maioria exercendo atividades na pesca, pode ser interpretada como a manifestação da vontade das populações tradicionais em alcançar uma visibilidade até então não usufruída. Uma “visibilidade das manifestações culturais, do modo de vida, das atividades extrativistas realizadas, das representações sociais na relação homem e território” (OLIVEIRA, 2018, p. 88). Trata-se de uma luta permanente travada por parte das comunidades que se integrou numa mobilização pela saída de uma “inexistência” a qual estavam relegadas e para afirmar publicamente a necessidade de reconhecimento de um modo de estar no mundo, do direito a participar dos debates.

Essa busca da visibilidade é sobretudo um enfrentamento que se dá na esfera do conhecimento, na qual se reivindica o reconhecimento dos *saberes nativos*. Em um evento, ocorrido no ano de 2015, comemorativo dos dez anos do encerramento do Programa MADAM, em Bragança, essa busca se expressou de maneira significativa. O evento foi promovido pela Universidade, com o apoio da prefeitura municipal, e reuniu pesquisadores envolvidos no Programa MADAM, estudantes e representantes das comunidades usuárias da Resex.

A título de restituição e intercâmbio com as comunidades, os pesquisadores apresentaram parte do conhecimento produzido e que, efetivamente, contribuiu com a criação da Resex. Pela reação de representantes das comunidades, pôde-se observar o que mais tarde foi ratificado

por Marcelo Oliveira (2018, p. 87): “uma divisão conflituosa entre a Universidade e as comunidades ... [e] que evidencia a relação assimétrica entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais, onde há grupos acadêmicos e cientistas que buscam desqualificar os conhecimentos tradicionais”. Uma desqualificação que, em grande parte das vezes, faz-se sem que se tenha de fato a consciência da reprodução de uma colonialidade, de uma racionalidade acadêmica eurocentrista, fundada na crença, em um atavismo ideológico da superioridade do pensamento científico. Posição que contraria o reconhecimento das competências e capacidades da biodiversidade em colaborar com a conservação da biodiversidade.

A grande dificuldade da Universidade em reconhecer na sua justa medida os *saberes nativos* – o que constitui, novamente convém lembrar, um dos maiores desafios da ambientalização no âmbito das Resex –, desencadeou problemas para os representantes das comunidades no Conselho Deliberativo efetivamente colaborarem na produção do Plano de Manejo, documento que apresenta o projeto de desenvolvimento sustentável do território e o conjunto de regras e de regulamentações necessárias à sua aplicação. Trata-se de um documento, programático e jurídico ao mesmo tempo que, para tornar-se operacional, deve se fundamentar na capacidade das comunidades em propor uma gestão de seu território que responda às exigências ambientais, tendo como referência práticas associadas a seus saberes – esfera do conhecimento –, e em regras e regulamentos elaborados por elas – esfera da lei.

O interesse das comunidades na elaboração de tal documento se impõe ainda mais em razão da importância da mobilidade das populações que se relacionam com a Resex, como anteriormente referido, cujos efeitos são paradoxais. De um lado, a mobilidade traz dinamismo econômico, social e político; por outro, dá origem a novos conflitos cuja previsão e antecipação tornam-se essenciais, na medida em que, no caso das atividades de pesca, passam a se confrontar pescadores locais com os que vêm do Ceará, por exemplo, portadores de equipamentos e tecnologias que permitem uma pesca mais intensiva, considerada predatória, e que desfavorece os pescadores artesanais locais, em sua grande maioria trabalhando com equipamentos de baixa competitividade em relação à pesca de maior porte.

Além disso, o desfavorecimento se concretiza também em apropriações de técnicas locais de pesca sem o devido consentimento. Por parte dos membros das comunidades locais usuárias da Resex, para impedir tais práticas foi buscada a aproximação com as organizações, mobilizações, atores e iniciativas informados nas ideias de conservação, proteção, sustentabilidade do meio ambiente e assim os segmentos locais da pesca artesanal e do extrativismo foram integrando novas representações de seus territórios em seus repertórios de reivindicações (OLIVEIRA, 2018).

Quando “o peixe tava diminuindo, tava diminuindo o produto, a gente já sentia isso no dia a dia, não tinha controle”, assim se manifestou um dos entrevistados a Marcelo Oliveira (2018: 93) para justificar a ideia de *Plano de Manejo* como instrumento privilegiado de gestão ambiental do território como fundamental ao futuro da Resex. Ao contrário do que se podia imaginar, sua elaboração não foi fácil. Efetivamente, este trabalho deu origem a muitos conflitos. Um primeiro conflito particularmente revelador opôs os representantes das comunidades no Conselho Deliberativo ao ICMbio a cujo corpo técnico pertence a pessoa designada para chefiar a Resex e presidir o Conselho Deliberativo. Um outro conflito opôs a Assuremacata (Associação de Usuários da Resex Caeté-Taperaçu), preocupada em defender sua autonomia, ao técnico, chefe da Resex, reprovação em seus procedimentos tidos como arbitrários e políticos, interferindo em questões fora de sua alçada, pois de responsabilidade da Associação, tais como o cadastramento das pessoas para acesso a benefícios advindos de políticas sociais e ambientais, como Bolsa Verde e as casas de um programa nacional de habitação de responsabilidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SILVA, 2018).

Conflitos como esses explicam por que a elaboração do Plano de Manejo passou por três tentativas antes de chegar a termo oito anos depois de criada a Resex. Até mesmo ameaças à integridade física do chefe da Resex registrou-se, levando-o, à época, em razão das tensões, a uma transferência compulsória de Bragança. Essa atmosfera de desentendimento, de confronto, distanciou os membros das comunidades das reuniões do Conselho Deliberativo, levando a um esvaziamento da representatividade e dos interesses das populações tradicionais locais na entidade (OLIVEIRA, 2018).

2.4 Um Conselho Deliberativo que agoniza

Esses conflitos afetaram a participação no seio do Conselho Deliberativo, assim como as relações cultivadas por cada um dos representantes com suas comunidades. Seus efeitos são ainda mais importantes ao envolver práticas de participação conhecidas por fortalecer o poder daqueles que dominam, se nada foi feito para reequilibrar relações, no começo, assimétricas, como demonstrado nas análises de Maria da Glória Gohn (2007) e que a experiência de Bragança pode muito bem ilustrar. Por Marcelo Oliveira (2018) foi assertivamente identificado que a deliberação produzida com participação deve estar associada à capacidade que os movimentos sociais tem de explicitar suas demandas locais relacionadas principalmente à distribuição de bens públicos e políticas públicas” (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 58). Tal foi o caso da condução dos debates na última edição do Plano de Manejo, em especial, o debate, talvez mais tenso, acompanhado por Marcelo Oliveira (2018), sobre a elaboração das regras de construção, controle e uso do “curral”¹⁰³. Questões sobre o tamanho do equipamento e a quantidade de madeira necessária à sua construção, sobre o compartilhamento do “curral” pelo seu proprietário com outro pescador, extensivo ao território de pesca, chamado pesqueiro”

Esse conflito na esfera do conhecimento, em razão dos *saberes nativos* serem colocados em causa pelos técnicos e experts, parceiros da Resex – significativo das relações das populações tradicionais com a Universidade, referidas anteriormente - resultou na inaplicabilidade do Plano de Manejo, um instrumento que, ao fim e ao cabo, tornou-se mais representativo da esfera legal.

Um conflito similar, que tem origem na mesma problemática, produziu-se por ocasião de um estudo das práticas do extrativismo do canguejo, referido localmente como “tiração”, que fazia muito pouca referência aos conhecimentos tradicionais locais, ainda que se tenha feito

103. “O curral é uma armadilha fixa, em forma de cerca feita de varas de madeira, armadas em beiras de praias ou bancos de areia, no meio dos rios ou do mar, com aproximadamente 20 a 30 metros de extensão. Possui uma abertura por onde os peixes penetram durante a maré cheia e, com a baixa-mar, ficam aprisionados, quando então os pescadores procedem à despesca”. (MORAES, 2007, p. 56)

muita questão para que tal fosse considerado por ocasião do trabalho de coleta de dados realizados pelo responsável técnico. Para este, face a urgência em terminar o Plano de Manejo, reconhecida pelo conjunto dos que participavam da tarefa, não se verificou discordância significativa.

Para representantes das comunidades locais, em desacordo, seus conhecimentos e suas práticas foram marginalizados, uma vez que o conhecimento científico é dominante no Plano de Manejo e as outras formas ocupam posição subalterna (OLIVEIRA, 2018, p.169). Os representantes das comunidades terminaram sem compreender - apesar da disposição do técnico do ICMBio, chefe da Resex, consciente dos desafios da coprodução do Plano de Manejo mas, ao mesmo tempo pressionado pela obrigação em cumprir prazos e outras exigências de sua instituição, em Brasília.

O fato é que a redação final do documento não levou em conta expressões culturais e sociais locais. Assim foi feito, correndo-se o risco de o documento não ser compreendido pelas populações usuárias da Resex. É por isso que, ao invés de facilitar a negociação dos acordos locais em matéria de gestão e fortalecer sua legitimidade, a elaboração da última edição do Plano de Manejo levou a ampliação dos conflitos (L. E. Secretário do Meio Ambiente, entrevista em novembro de 2016).

Significativo do estado de espírito que reina em meio às comunidades em relação à situação da Resex, onde proliferam, após quase 15 anos de sua criação, conflitos de toda ordem - a ponto de o Conselho Deliberativo, há pelo menos 3 anos, não conseguir se reunir - é o lugar que ocupa o debate sobre a legitimidade da Reserva e a tendência dos membros das comunidades a apreciar seu valor em função dos benefícios individuais que podem acessar.

“A Resex veio como um tipo de salvador da pátria pra nossa localidade [...] melhorou muito, muita gente tem agora sua casinha, antigamente era tudo de taipa, bem pobre”. Assim se manifestou um membro da Associação dos usuários entrevistado por Marcelo Oliveira (2018, p. 121). Tal visão, compartilhada pela maioria dos membros das comunidades, a propósito de suas expectativas quanto à Reserva, vai ao encontro das conclusões de Mancur Olson (1999) sobre a ação coletiva. Segundo a teoria de Olson, a ação coletiva não perdura se os atores envolvidos em sua realização não puderem tirar dela algum proveito individual.

a Reserva funciona como funciona a sociedade local quanto a atividades de pesca. Predomina uma ausência total de controle quando há grande mobilidade de pescadores e de seus equipamentos. O município não se beneficia dessa atividade. Na Reserva é a mesma coisa. Acontece uma corrida pelos recursos redistribuídos pelo Incra dando origem a muitos conflitos entre os usuários da Reserva e entre a Associação e o ICMBio (L. E. Secretário do Meio Ambiente, entrevista novembro de 2016).

Da mesma perspectiva compartilha Talita Ingrid da Silva. Em sua dissertação de mestrado, a autora reuniu muitos testemunhos da importância dos “benefícios sociais” frente às expectativas dos membros das comunidades em relação à Reserva: “constatamos que esses usuários compreendem o significado da Resex como sendo uma junção entre preservação ambiental e recebimento de benefícios sociais” (SILVA, 2018, p. 121). Dos testemunhos recolhidos pela pesquisadora, depreende-se uma expectativa forte, de um lado, e por outro, na mesma proporção, uma decepção quando constatado que os recursos distribuídos não correspondem a suas esperanças e que o modo de redistribuição não respeita os princípios de igualdade e equidade.

Como podemos analisar, a partir das entrevistas, o motivo preponderante para a participação na Associação está relacionado aos benefícios do Governo Federal, principalmente o sonho da “casa de alvenaria”. Quando questionamos sobre o significado de uma Reserva Extrativista, a maioria dos usuários se remete à preservação ambiental e outros aos benefícios sociais (SILVA, 2018, p. 120).

O mesmo constatou Marcelo Oliveira (2018), por sua vez, de acordo com outros pesquisadores que trabalharam na Reserva, evocando a permanência dos conflitos e sua ampliação nos últimos anos, em especial, na elaboração do Plano de Manejo:

alguns atores indicam que essa polarização acarretou conflitos pessoais e políticos entre atores vinculados à Associação, com desvio do papel institucional que lhe cabe, e contribuiu para certa instabilidade da coletividade presente no Conselho Deliberativo e nas decisões gerenciais do território. Evidencia-se dentro desse fenômeno uma tendência à produção de discursos e ações de caráter mais individualizado (OLIVEIRA, *op. cit.*, p 161).

Percebe-se melhor, nessas condições, como o conjunto das contrapartidas esperadas face a um engajamento ambiental coletivo e individual vem se tornar o desafio de novas formas de concorrência entre os membros das comunidades, entre esses e seus representantes no Conselho Deliberativo, entre esses representantes e o técnico do ICMBio, e/ou os representantes do poder público municipal, todos acusados sucessivamente de responsabilidade pela ausência de resultados da Resex.

Tal situação polariza os problemas em relações interpessoais entre os membros das comunidades, seus representantes e os parceiros da Resex. Ponto de vista partilhado pelo Secretário do Meio Ambiente ao constatar que, a partir do momento no qual as questões ambientais contrariam vantagens adquiridas e, portanto, dão origem a novos conflitos, as relações interpessoais tensas tendem a transformar os conflitos pessoais em conflitos institucionais. Segundo ele, o trabalho de elaboração do Plano de Manejo foi, nesse sentido, particularmente significativo.

2.5 O não lugar das exigências ambientais em estratégias político-partidárias

Nesta situação geral do território, se as esferas do conhecimento e da lei não conseguiram combinar seus desafios respectivos pelas razões tratadas, a esfera política foi então levada a desempenhar um papel determinante na permanência dos conflitos e sua ampliação no contexto da ambientalização, aproveitando-se dos recursos que beneficiaram o território com a criação da Reserva. Esta influência foi exercida principalmente, como de hábito, pela intervenção direta dos atores políticos nas relações interpessoais, referidas anteriormente.

Para o Secretário do Meio Ambiente não há ambiguidade. Todos esses conflitos são atiçados e animados por grupos de pressão exteriores à Reserva, em grande parte grupos ligados a partidos políticos, como foi o caso dos conflitos envolvendo Ajuruteua. Esta influência das disputas políticas no funcionamento da Resex se dá sobretudo em virtude de grande parte dos representantes eleitos para o Conselho não ser constituída por líderes locais.

Trata-se de pessoas enviadas por partidos políticos os quais lhes financiam as campanhas e que são frequentemente beneficiárias do apoio

do prefeito ou de certos vereadores, ou de deputados ou de redes de poder às quais pertencem. No entender do Secretário do Meio Ambiente, não há dúvidas quanto ao fato de que as principais comunidades de usuários da Resex mantém com os políticos uma relação de dependência. Assim, contra os políticos as resistências comunitárias locais quase nada podem. Para Marcelo Oliveira (2018) esta influência da política também pode explicar a situação de conflito verificada, envolvendo a associação de usuários da Resex e seu Conselho Deliberativo, pois:

... na Associação afloram interesses distintos, em parte pela pressão feita pelo poder local (principalmente partidos e lideranças políticas locais); grupos diferentes começam a se materializar, provocando tensionamentos no território abrangido pela Unidade de Conservação e fragilização do papel institucional dessa Associação (OLIVEIRA, 2018, p. 123).

Os problemas postos pelos interesses do desenvolvimento turístico em Ajuruteua e suas praias ilustram bem a situação geral do território e dos desafios trazidos pela implantação de uma Reserva Extrativista. Os conflitos que acompanharam o conjunto das operações de urbanização em Ajuruteua envolveram a prefeitura, algumas famílias proprietárias de terrenos, serviços técnicos públicos municipais e estaduais, o Ministério da Marinha, os experts, em meio aos quais universitários do Campus de Bragança e líderes comunitários. Alguns dos conflitos reapareceram por ocasião da elaboração do Plano de Manejo quando a Prefeitura, bastante interessada nas obras de Ajuruteua, e preocupada, assim refere Marcelo Oliveira, com as exigências quanto aos usos da água e à gestão do lixo na localidade, faz pressões sobre

os atores participantes, principalmente conselheiros representantes das populações locais e da Associação. Essas pressões também se materializaram na coprodução do Plano em relação a antigos debates e conflitos sobre a inclusão da praia de Ajuruteua no perímetro da Unidade de Conservação. Um dos atores técnicos (JG, entrevistado em 25.05.2015) ressalta a proximidade territorial entre a Reserva e a praia e a quantidade de lixo produzido em Ajuruteua que influencia na degradação do ecossistema de manguezal presente na Unidade, a partir do regime de maré. Uma das razões mais aceitas entre os atores entrevistados sobre a não inclusão da praia de Ajuruteua no território da Resex Caeté-Ta-

peraçú é de que sua inclusão na Unidade acarretaria maior controle em relação à atividade turística (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 161).

Na situação descrita, ressoam fatores que contribuem para o disfuncionamento da Reserva e para os conflitos entre seus usuários. Em meio a tais fatores, faz-se necessário contar com a forte determinação da Prefeitura e de seus aliados para conduzir a bom termo as operações em Ajuruteua, visando ao desenvolvimento turístico, apoiando-se, de um lado, sobre a mobilidade que caracteriza o meio da pesca, o que faz com que um segmento de pescadores não se reconheça com obrigações em relação ao Plano de Manejo. Sem ter participado da elaboração desse instrumento entende-se como autorizado a contornar as exigências ambientais, fazendo da Resex uma de suas zonas de exploração. Por outro lado, o apoio também é encontrado na postura das comunidades próximas de Ajuruteua, em razão dos benefícios que podem obter com o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas à praia, sobretudo a venda direta de seus produtos aos visitantes, embora denunciem inconvenientes para a pesca trazidos com a ocupação da praia e outros problemas, como a insegurança, o tráfico de drogas, a prostituição etc.

A esses problemas de caráter econômico e social, convém acrescentar os problemas relativos às divergências entre os membros das comunidades e os veranistas quanto aos usos da água e a ausência de cuidados adequados com o lixo, que segue sendo jogado ao mar, restando ao sabor do fluxo e refluxo das marés. Face a tais problemas, a postura adotada pelos membros das comunidades vizinhas é marcada pela mesma ambiguidade. Quanto à gestão do lixo, por exemplo, essa se mostra como uma oportunidade para aproximar pessoas com o objetivo de conceberem em conjunto uma solução satisfatória mas, ao mesmo tempo, o problema do lixo está na origem de um conflito de interesses que põem o ambiente como objeto de disputa.

Essa ambiguidade na posição dos membros das comunidades em relação à Ajuruteua, alvo de obras voltadas ao desenvolvimento turístico, corresponde à ambiguidade da Prefeitura que, de um lado apoia as obras sem considerar as exigências ambientais e, de outro, implica-se na elaboração do Plano de Manejo da Resex cujo desafio é promover as condições para garantir o respeito a essas mesmas exigências ambientais.

3. Ambientalização de um território submetido a um sistema de produção

A experiência de Bragança como território inscrito em uma ambientalização promovida por uma Resex é testemunha de uma vontade política em adotar os desafios ambientais como novo referencial de desenvolvimento do território, de reconhecer às populações tradicionais sua cidadania plena e de inscrever esse reconhecimento no âmbito de renovação das práticas de democracia local com o apoio de uma rede de parceiros técnicos e sociais.

Com essa experiência objetiva-se colocar à prova a hipótese de Bruno Latour (2017) sobre a emergência do *Terrestre*, com base no quadro de análise de Claude Lefort (1986), para quem a democracia é resultado de um processo jamais acabado, no qual estão em causa as intrincações entre as esferas política, do conhecimento e da lei. É chegado o momento de confrontar as lições da experiência do município de Bragança com a hipótese de Bruno Latour.

3.1 A questão do predomínio da esfera política

Em relação à ambientalização manifesta em especial em termos de institucionalização, de mudanças de práticas, que resultam em parte da contribuição da educação ambiental e da implementação da participação, a situação de Bragança não é das mais favoráveis em muitos aspectos. Mesmo se o discurso de certos atores começou a mudar e certas práticas também, as populações locais têm tido muitas dificuldades em se apropriar dos instrumentos disponibilizados pela Resex. Esse é o caso dos diagnósticos participativos dos quais as populações poderiam se beneficiar uma vez presente a Universidade em seu território e o engajamento de muitos de seus professores e pesquisadores nas questões ambientais. Esses diagnósticos, estudos produzidos segundo normas acadêmicas, colidem com o reconhecimento dos saberes nativos.

Por essa razão, esses estudos, úteis, sem dúvida, tendem a se tornar objetos de conflitos. Igualmente é o caso do Plano de Manejo dito participativo cuja elaboração colide com múltiplas dificuldades que testemunham uma ausência de disposição compartilhada em prover o território de um instrumento normativo e de controle e de oferecer às comunidades

e a seus membros os meios para adequadamente decidirem sobre seu destino. É também o caso do Conselho Deliberativo fragilizado pelo conflito, opondo a associação dos usuários e a Resex e os diferentes técnicos do ICMBio, encontrando-se atualmente praticamente fora de operação.

Em tal contexto, a operação de ordenamento turístico de Ajuruteua aparece como emblemática dos obstáculos com os quais a ambientalização colide e que, assim, não chega a imprimir sua marca, a impor suas exigências ao conjunto do território, apesar de mudanças notáveis, origem de inúmeros conflitos, envolvendo diferentes esferas da sociedade.

Na esfera política, assiste-se a uma onipresença da Prefeitura em todas as frentes e em todos os projetos. A proximidade da Universidade provavelmente promoveu mudanças na qualificação dos funcionários públicos, os responsáveis pelas secretarias municipais, chamados a desempenhar papel importante na animação da vida local.

Essa onipresença, no entanto, não significa que a Prefeitura foi constante em seu apoio à Resex. É notório seu recuo quando da criação da Reserva, preocupada muito mais com a questão do desenvolvimento turístico de Ajuruteua, mesmo se na época o projeto da Reserva recebeu o apoio da Igreja Católica, até mesmo na forma de engajamento decisivo de um de seus padres na mobilização pela implantação de uma Unidade de Conservação em Bragança.

Um padre filiado ao Partido dos Trabalhadores que ganhou uma eleição para prefeito do município e que contou com um apoio importante do meio universitário. Com essa eleição ocorreu uma aproximação entre a Reserva e a Prefeitura, de 2013 a 2016, tempo de um mandato marcado por uma difícil gestão do município. Essa gestão deixou claro o que se alcança quando confundidas as esferas religiosa e política, aspecto referido anteriormente neste artigo.

A aproximação entre a Prefeitura e a Reserva levou, em um primeiro momento, a uma aceleração da ambientalização sob a influência de um plano ambiental adotado, comprovando uma vontade política em participar do processo. Em um segundo momento, em especial após a eleição do último prefeito, a Prefeitura tendeu a adotar uma postura ambígua, procurando se implicar na Reserva e ao mesmo tempo apoiar um projeto para Ajuruteua que desconsidera as exigências ambientais e pouco, ou nada, favorece aos interesses coletivos.

Essa postura contribuiu com a fragilização do funcionamento geral da Reserva – em particular, o funcionamento do Conselho Deliberativo – e encorajou a difusão de práticas habituais dos jogos políticos, privilegian- do lógicas partidárias, cujos efeitos nas relações interpessoais analisa- mos, especialmente nas relações entre os conselheiros e as comunidades, assim como entre a Associação e presidência do Conselho Deliberativo.

Quanto à esfera do conhecimento, dispõe, graças à presença de um campus da UFPA, de um lugar excepcional no município e na Reserva e de uma legitimidade ainda mais forte conferida pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, voltado para os desafios am- bientais do território – apoiando o que poderia vir a ser o seu projeto político –, pôde se beneficiar de um volume importante de estudos e ações que contribuíram para conscientizar as populações locais e a preparar o território para a implantação da Resex. Mas em razão do caráter marcadamente acadêmico de sua produção e a dificuldade dos universitários em efetivar um trabalho de reconhecimento dos *saberes nativos*, a contribuição da Universidade e de seus pesquisadores, ao longo do tempo, não alimentou debates locais de tipo sociotécnicos (CALLON; LASCOUMES; BARTHES, 2001) como aqueles que poderiam ocorrer durante a elaboração dos sucessivos Planos de Manejo.

A operação turística em Ajuruteua é reveladora das carências da esfera do conhecimento e de sua dificuldade em fazer com que parceiros locais da esfera política aceitem certas exigências; e em demonstrar capacidade em assumir uma função de alerta em relação aos desafios da ambientalização e a antecipar os riscos resultantes de obras que não levem em consideração a erosão produzida pelos movimentos das águas e as mudanças climáticas.

A esfera da lei poderia ter provado sua eficiência na elaboração do Plano de Manejo, contribuindo para colocar em pé de igualdade a so- ciedade civil, a esfera política e a esfera do conhecimento. Ora, vimos o que ocorreu em razão da frágil contribuição da esfera do conhecimento – e quando houve contribuição efetiva, aquela não correspondeu às ex- pectativas do conjunto dos atores e, portanto, não os beneficiou –; em razão também de uma contribuição da esfera política que, liberando-se da esfera religiosa, tornou-se permissiva às práticas clássicas do mundo político sob a forma de influências partidárias e assistencialistas. Prá-

ticas as quais ressoaram favoravelmente em boa parte das populações da Reserva com tendência a delas auferir ganhos individuais em detrimento dos coletivos.

A ausência de consenso em torno de uma Plano de Manejo elaborado “a fórceps” levou a dificuldades para torná-lo operacional, ainda mais que, na falta de reuniões do Conselho Deliberativo, não existe outro espaço onde se poderia tratar os problemas que a operacionalização do Plano encontra em um contexto caracterizado pela mobilidade das populações e pelas estratégias de desvios das exigências ambientais executadas por atores influentes vindos do exterior do município e da Reserva.

Conclusão: o bumerangue de uma ambientalização mal-assumida

Considerando as sugestões de Bruno Latour (2017) para definir o Terrestre, dimensão cuja emergência requer um sistema de engendramento, pode-se considerar o território de Bragança, tal como aqui apresentado, em alguma medida, apenas, como “*agissant*” - ativo, agindo, marcado pela “subversão das escalas e das fronteira temporais”¹⁰⁴ (LATOUR,*op. cit.*, p. 106). Menos “*agissant*”, mais “*réagissant*”, trata-se de um território ativo em reação. Portanto, o que se manifesta sobremaneira é uma composição somente “de humanos e de seus recursos” (LATOUR, *op. cit.*, p. 121); humanos cuja “liberdade se estende sobre um quadro natural onde seria possível reconhecer os limites precisos a cada propriedade”¹⁰⁵ (LATOUR, *op. cit.*, p. 106).

Em Bragança, pelas diferentes razões sintetizadas, no lugar de aproximar os “*agissants*” do território a propósito de desafios comuns, a ambientalização levou à diversificação das fontes de conflito e à ampliação dos conflitos existentes, sem modificar o sistema de relações entre os indivíduos no seio do território e, sobretudo, sem afetar as formas de dominação estruturantes desse território.

De fato, a criação da Resex trouxe novos recursos: financeiros (subsídios públicos para habitação, modernização de instrumentos de trabalho, Bolsa Verde, entre outros), recursos humanos na forma de

104. “la subversion des échelles et des frontières temporales” (LATOUR, 2017, p. 106).

105. “la liberté se déploierait dans un cadre naturel où il serait possible de reconnaître à chaque propriété des limites précises” (LATOUR, 2017, p. 106).

competências técnicas mobilizadas no trabalho com as comunidades e no acompanhamento do desenvolvimento do novo território e, enfim, recursos sociotécnicos, materializados na oferta de ferramentas capazes de facilitar uma gestão do território comprometida com as exigências ambientais, como os diagnósticos, o Plano de Manejo e o Conselho Deliberativo. Mas, a distribuição desses recursos e o uso de novas ferramentas em quase nada promoveram uma dinâmica de gestão territorial a partir da mobilização das comunidades e de seus representantes, em estreita ligação com seus parceiros técnicos e políticos. E, como se não bastasse, ainda deram origem a novos conflitos que contribuíram para uma fragmentação mais ampla de uma sociedade local em meio a qual prevaleceram estratégias de atores individuais, preocupados em tirar proveito dos recursos oferecidos pelo novo dispositivo de gestão do território, obedecendo a imperativos orientados pela ideia de liberdade individual e reagindo a injunções de uma esfera política de se aproveitar da nova situação para aumentar sua influência territorial.

Em tal contexto, assiste-se a um tipo de *guerra de trincheiras* entre a esfera do conhecimento, a esfera da lei e do controle e a esfera do político. Como consequência o território se manteve sob a dominação de um *sistema de produção*, como definido em Bruno Latour, enterrando-se em uma crise de múltiplos níveis e escalas, incapaz de tirar proveito dos alertas (as tensões crescentes, as invasões de pescadores, os possíveis efeitos das mudanças climáticas, etc) e das oportunidades oferecidas pela implantação da Resex, de explorar coletivamente as vantagens da presença de um centro universitário importante e incapaz de tirar proveito das medidas sociais de políticas públicas.

A ambientalização evidentemente conseguiu produzir certos efeitos esperados, em especial o de “preencher o espaço público do território com novos desafios”¹⁰⁶ (LATOUR, 2017, p. 63). No entanto, a segmentos amplos de população não foi assegurado, da perspectiva da cidadania, uma alteração nas suas condições de invisíveis, inexistentes. O que se verifica em larga medida, em relação a um conjunto amplo de populações é, como refere Bruno Latour, “seu sentimento, seu

106. “remplir l'espace public du territoire de nouveaux enjeux” (LATOUR, 2017, p. 63).

modo de vida, que delas estão sendo arrancados, seu solo, sua propriedade, cedem sob seus pés”¹⁰⁷ (LATOUR, op. cit., p. 18). Recusando, por essas razões, certos desafios que se impõem, essas populações tendem a depreciar a solidariedade e recusar as metamorfoses que podem afetar seus pertencimentos, privilegiando assim desregulamentações em matéria de gestão e de controle de seu território, sendo cúmplices de uma denegação nelas projetadas pelas “elites obscurantistas” sempre que sentem sua dominação ameaçada (LATOUR, op. cit., p. 27-33).

Referências

- ABDALA, Guilherme; SARAIVA, Nicholas; WESLEY, Fábio. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - Volumes I e II - Diagnóstico da Unidade de Conservação. Brasília: ICMBio, 2012.
- ALBALADEJO, Christophe & TULET, Jean-Christian (Dir.). Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne – La formation de nouveaux territoires. Paris: l'Harmattan, 1996.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. RBCS, v. 19, n. 55 junho/2004.
- ACSERALD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estud. av., v. vol. 24, no.68, São Paulo, 2010.
- AUBERTIN, Catherine, Les Réserves Extractivistes: un nouveau modèle pour l'Amazonie? Natures – Sciences - Sociétés, 3, 102-115, 1995 ISSN 1240-1307
- ALBALADEJO Christophe & TULET Jean-Christian (Dir.). Les fronts pionniers de l'Amazonie brésilienne. Paris, l'Harmattan. p. 102-115, 1999.
- BECKER, Bertha. Amazônia. Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Territórios quilombolas e conflitos, comentários sobre povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terra e atos de violência no decorrer de 2009. Caderno de debates Nova Cartografia Social, v. 1, n. 2, Manaus, 318-349, 2010.

107. “leur attachement, leur mode de vie qu'on est en train de leur arracher, leur sol, leur propriété cèdent sous leurs pas” (LATOUR, 2017, p. 18).

- BOURDIEU, Pierre. *A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. O Poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAGANÇA. *Panorama da cadeia produtiva pesqueira no município de Bragança (PA).* Bragança - Pa. Coordenado por Ana Patrícia Reis da Silva. Bragança (Pa), 55 p., 2016. Rever
- BRITO ALVES, Alexandre. *PA-458: território, territorialidade e dinâmica socioeconômica na área costeira de Bragança-PA (Bacuriteua, 1974-2016).* Dissertação de Mestrado. PPGSA/UFPA, 2017.
- CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yves. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique. La couleur des idées.* Paris: Seuil, 2001.
- CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marcos Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Org.). *Arenas públicas - por uma etnografia da vida associativa.* Niterói: Editora da UFF, 2011.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro. *Políticos e Colonos na Bragantina, Estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca.* Campinas: Dissertação de Mestrado (Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; RANGEL-VASCONCELOS, Lívia Gabrig; SCHWARTZ, Gustavo; OLIVEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias.* Belém, PA: EDUFRA, 2017.
- CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. *Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários.* In: CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; RANGEL-VASCONCELOS, Lívia Gabrig; SCHWARTZ, Gustavo; OLIVEIRA, Francisco de Assis (Org.). *Nordeste Paraense: panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias.* Belém, PA: EDUFRA, 2017, p.19-58.
- GEFFRAY, Christian; LÉNA, Philippe; ARAÚJO (Dir.). *L'Oppression Paternaliste au Brésil – Dossier thématique Lusotopie,* 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da Modernidade.* São Paulo: UNESP, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sócio-política.* São Paulo: Cortez, 2007.
- HIRSHMANN, Albert. *Exit, Voice and Loyalty: responses to decline in firms, organizations and states.* Cambridge: MA, Harvard University Press.
- LAGROYE, Jacques (Org.). *La Politisation.* Paris: Belin, 2003.

LATOUR, Bruno. *Où atterrir ? Comment s'orienter en politique?*. Paris: La Découverte, 2017.

LEFORT, Claude. *Essais sur le Politique. XIXème-XXème siècles?*. Paris: Le Seuil / Points Essais, 1986.

LEITE LOPES José Sérgio. Sobre processos de Ambientalização de conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006.

MARRES, Noortje. *Material Participation Technology, the Environment and Everyday Publics*, Palgrave. Londres, 2012.

MORAES, Sérgio. *Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém: EDUFPA, 2007.

MOREIRA, Edma do Socorro Silva. *Movimento social amazônico em defesa de Territórios e de modos de vida rurais: estudo sociológico no Baixo Xingu*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, co-tutela com Universidade Paris 13. Orientação: Jean Hébette e Pierre Teisserenc), 2008.

OLIVEIRA, Marcelo do Vale. *Plano de Manejo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma ação pública em um território em recomposição*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Orientação: Maria José da Silva Aquino Teisserenc, 2018.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo: EDUSP, 1999.

POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus. 1980.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos. Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. Instituto Internacional de educação do Brasil / São Paulo: Editora Petrópolis, 2005.

SILVA, Talita Ingrid. *Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: a atuação da associação dos usuários da RESEX Caeté-Taperaçu; Bragança - PA*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Orientação: Tânia Guimaraes Ribeiro, 2018.

TEISSERENC, Pierre (2016a). *As vias de integração da mobilização social no campo político*. Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 77, maio-agosto de 2016, p. 243-259.

TEISSERENC, Pierre (2016b). Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v 19, n.1, p. 47-70, jan-abril 2016.

TEISSERENC, Pierre (2016c). Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. Novos Cadernos NAEA, v 19, n.1, p. 47-70, jan-abril 2016.

TEISSERENC, Pierre (2009). Les RESEXs: Un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. Revista Pós Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, V. 6, n. 12, 2009, pp. 41-68.

TOURAINE, Alain. La fin des sociétés. Paris: Seuil, “Coll. Essais”, 2013.

CAPÍTULO 8

DOS SERINGAIS AOS MARETÓRIOS: R-EXISTÊNCIAS NAS RESEX MARINHAS DA AMAZÔNIA

Josinaldo Reis do Nascimento

Roberta Sá Leitão Barboza

Introdução

Se descesse um enviado dos céus e garantisse que minha morte iria fortalecer nossa luta, até que valeria a pena. Mas a experiência nos ensina o contrário. Então, eu quero viver. Ato público e enterro numeroso não salvarão a Amazônia. Quero viver!

(Chico Mendes em entrevista ao Jornal do Brasil¹⁰⁸, concedida ao jornalista Edilson Martins no dia 9 de dezembro de 1988. MARTINS, 1998, p. 28).

Embora novos arranjos institucionais venham se estabelecendo ao longo do tempo, sobretudo, por parte do Estado, sob a justificativa de dinamizar os processos de gestão territorial, o modelo de Unidade de Conser-

108. Os diretores do Jornal do Brasil (JB) do Rio de Janeiro, na época, Marcos Sá Corrêa e o Roberto Pompeu, recusaram-se a publicar a entrevista alegando não apresentarem muita expressão os fatos e o personagem: “o redator-chefe do Jornal do Brasil achara que a entrevista não era uma história relevante o suficiente para ser publicada. Só teria valor, acrescentara o redator, se o entrevistado fosse assassinado” (MORO, 2011, p. 405). “O Jornal do Brasil a publicou, postumamente, no dia 24 de dezembro. Foi este depoimento, transformado em testamento, que injuriou o país e escandalizou o mundo” (MARTINS, 1998, p. 21).

vação (UC) de Reserva Extrativista (RESEX) continua representando um importantíssimo contraponto aos modelos convencionais de áreas protegidas, bem como às formas de se conceber as relações entre o Estado e as populações tradicionais (COSTA, 2018; PRADO; SEIXAS, 2018; PROST, 2018). Neste sentido, é importante ressaltar o grande potencial sinérgico das ações sociais que convergiram para a institucionalização dos territórios tradicionais de pesca do litoral amazônico em RESEX Marinhas, as quais compõem capítulos importantes da história de R-Existência¹⁰⁹ de suas populações, bem como contribuem para sua evolução e adaptação.

Nesta perspectiva, no presente estudo apresentamos uma reconstrução das grafias realizadas nos territórios tradicionais dos seringueiros no Acre, em seguida, a partir dessa experiência em terra firme, “navegamos ao ritmo das marés” em busca de compreender os processos que culminaram na institucionalização dos territórios tradicionais de pesca em RESEX Marinhas e os desafios da gestão compartilhada no litoral amazônico. Debatemos ainda as perspectivas dos pescadores e pescadoras artesanais para a consolidação e/ou reafirmação de seus territórios e suas territorialidades pesqueiras, ao mesmo tempo em que lançamos um olhar para o futuro do território.

Para isso, nos ancoramos em pesquisas originais realizadas através de entrevistas e observações na vivência com e entre os pescadores e pescadoras artesanais ao longo dos últimos 15 anos no litoral paraense, e ainda, alicerçados em um arcabouço teórico fornecido por pesquisadores que se debruçaram sobre a temática, fatores que repercutiram direta e indiretamente, nas interpretações aqui apresentadas.

A primeira parte do estudo apresenta uma breve análise da trajetória e evolução das RESEX, intitulada “Caminhos de R-Existência nos seringais: trajetória, desafios e perspectivas das Reservas Extrativistas”; na segunda parte, sob o título “Meandros de R-Existência nos manguezais: trajetória, desafios e perspectivas das Reservas Extrativistas Marinhas do

109. Processos que emergem de diversos movimentos sociais que lutam pela defesa e afirmação das territorialidades e identidades territoriais. Nesta perspectiva, a R-Existência ultrapassa nitidamente os critérios puramente ecológicos, e estes extrativistas lutam para *resistir* contra os que os exploram, bem como para garantir sua *existência*, a reprodução dos seus modos de vida, de sentir, de agir e de pensar (PORTO-GONÇALVES, 2004).

litoral amazônico” apresentamos a chegada das RESEX até o litoral e os desafios e as perspectivas da gestão compartilhada no litoral amazônico.

1. Estradas de R-Existência nos seringais: trajetória, desafios e perspectivas das Reservas Extrativistas

Foram para a área onde ocorria o desmatamento, fizeram parar os motosserras e forcaram uma negociação com apoio da Contag. No lugar de indenização em dinheiro, receberam lotes de terra dentro da área comprada pelo fazendeiro. Essa ação mudou o caráter dos conflitos, por várias razões: mostrou a força da organização, evidenciou as consequências sociais da derrubada da floresta e forçou o fazendeiro a dividir parte da área que havia comprado (ALLEGRETTI, 2008, p. 45).

O trecho acima exprime como ocorreram os empates¹¹⁰ com a finalidade de impedir a derrubada da floresta pelos seringueiros no Acre na década de 80. Essa foi de fato a primeira ação coletiva de que se tem registro em defesa da floresta amazônica, responsável pela reprodução dos modos de vida de várias famílias de seringueiros. Naquele momento, o questionamento ao desmatamento não se dava simplesmente por razões ambientais, mas por motivos sociais e econômicos, na medida em que a vida dos seringueiros dependia de uma floresta que estava sendo brutalmente derrubada e queimada com vistas ao plantio de capim (ALLEGRETTI, 2008).

Era difícil conciliar o modo tradicional de viver dos seringueiros autônomos com o modelo convencional de reforma agrária proposto pelo estado; não somente pelo tamanho da área, mas pela forma de exploração dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2012):

O espaço de alocação de um seringueiro, com três estradas de seringa, terá em média, 540 hectares. Isso por si só já explicava o fracasso das experiências de colonização entre seringueiros na Amazônia que seguiram o parcelamento em lotes individuais de 50 a 100 hectares adotado pelo INCRA, quebrando o sistema natural do extrativismo

110. “Ações coletivas organizadas pelos seringueiros e coletores de castanha para impedir, ou ‘empatar’, o corte de árvores pelos fazendeiros nas áreas de extrativismo” (ALLEGRETTI, 2008, p. 42).

amazônico e tornando inviável a exploração produtiva dos seringais nativos (ALLEGRETTI, 1989, p. 24).

E assim, neste intercurso, na medida em que a derrubada atingia outros seringais, novos empates eram também organizados, potencializando os conflitos. Em julho de 1980, o líder Wilson de Sousa Pinheiro, do sindicato de Brasiléia, é brutalmente assassinado (MURRIETA; RUEDA, 1995; ALLEGRETTI, 2002; 2008).

Chico Mendes, parceiro de Wilson, havia sido secretário do sindicato de Brasiléia, em 1975, eleito vereador pelo MDB em 1977, ajudou a construir o Partido dos Trabalhadores (PT) e nele se filiou em 1980. Nesse ínterim, o mesmo tinha clareza da exploração a que os seringueiros eram submetidos e organizou movimentos pelo não pagamento de renda e pela comercialização autônoma da borracha (MARTINS, 1998; ALLEGRETTI, 2002).

Nesta conjuntura, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) encontra o “embrião” no PT. Com sucessivos apoios à luta dos seringueiros, a legenda vai se afirmando como principal catalisador da resistência (SECCO, 2011). Vale ressaltar que neste recorte histórico de análise das ações sociais, tanto o PT quanto os movimentos ambientalistas das mais amplas correntes ideológicas tinham em comum o posicionamento crítico em relação ao direcionamento do Estado ao “modelo” desenvolvimentista em pleno curso no país. Ambos reconheciam o protagonismo da sociedade civil como cerne das ações coletivas (SECCO, 2011; PAULA, 2012).

Seguindo em defesa da floresta e da melhoria da qualidade de vida dos seringueiros, Chico Mendes tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, intensificando a mobilização dos seringueiros. E assim, em meio aos processos de democratização do país e ao debate sobre novas políticas públicas, ele conseguiu mobilizar vários segmentos sociais (MURRIETA; RUEDA, 1995; ALLEGRETTI, 2002).

Uma importante mobilização liderada por Chico Mendes, sob a articulação de Mary Helena Allegretti, ocorreu em outubro de 1985, na capital do país, o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Os debates do encontro giraram em torno de uma alternativa ao modelo de reforma agrária vigente, da garantia dos direitos de posse dos seringueiros, da destruição da floresta e de um elemento novo até então nas pautas do

movimento: as políticas públicas voltadas para educação, saúde, cultura e infraestrutura (MORO, 2011).

Deste I Encontro Nacional dos Seringueiros, destacamos uma passagem registrada por Javier Moro (2011, p. 317-318):

No primeiro dia os organizadores pediram que o encontro fosse aberto com um poema. Um seringueiro magro e seco, de grandes olhos pretos, ergueu a mão. Ninguém o conhecia. Chamava-se Jaime da Silva Araújo¹¹¹ e provinha do interior do estado do Amazonas; ouvira falar do encontro de última hora por um missionário, e havia aproveitado umas passagens de avião disponíveis. Dirigiu-se aos presentes e, com voz grave, pediu silêncio. Tirou do bolso um papel amassado e recitou:

Seringueira que estás na selva,
 Multiplicado seja os teus dias
 Venha a nós teu leite
 Seja feita a nossa borracha
 Assim na gráfica como na caixa
 O sustento de nossas famílias nos dai hoje, e todos os dias
 Perdoai a nossa ingratidão
 Assim como nós perdoamos os males do patrão
 E ajudai-nos a nos defendermos
 Das garras dos ambulantes,
 Amém.

De acordo com Allegretti (2008), os frutos do encontro mudariam os rumos da Amazônia. Com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), os seringueiros passaram a ter uma representação oficial para uma classe social até então invisível e desconhecida. A entidade apresentou uma proposta inovadora para solucionar a questão fundiária, um misto entre as reservas indígenas e as unidades de conservação, o que foi batizado de Reservas Extrativistas.

Os seringueiros, ribeirinhos, coletores de castanha e pescadores artesanais, até então classificados de maneira genérica como “caboclos” da Amazônia, adquiriam uma nova identidade, “extrativistas” (SCHWARTZMAN, 1989).

111. Primeiro presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros CNS (MORO, 2011).

Os embates sociais contribuíram assim para a formação da identidade dos extrativistas amazônicos, fruto dos caminhos por eles percorridos em seu singular estilo de vida, em consonância com a natureza, transmitindo seus costumes e suas práticas culturais de geração em geração, sem reconhecimento político de sua existência, até então. A compreensão deste dinamismo nos leva a entender as relações de pertencimento ao espaço vivido, concebido por eles. “As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (SANTOS, 1997, p. 30).

Dessa forma, as lutas em prol deste novo modelo apresentado pelo CNS ganhavam cada vez mais força e Chico Mendes liderou diversas negociações de apoio que ficaram conhecidas como “Aliança dos Povos da Floresta”, colocando lideranças indígenas e extrativistas na mesma mesa de discussão, em busca de um mesmo objetivo: a defesa do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida de suas populações (ALLEGRETTI, 2002; ALMEIDA, 2012; PAULA, 2012).

Esta convergência de esforços foi elemento crucial para o fortalecimento da proposta dos seringueiros e forçou a inclusão das Reservas Extrativistas como medida compensatória aos impactos ambientais ocasionados pela pavimentação da BR-364, via de integração que ligava a capital de Rondônia à do Acre. A obra foi financiada com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Chico Mendes apresentou um relatório sobre a situação dos extrativistas aos dirigentes do banco, provocando uma revisão do empréstimo e o reajuste das cláusulas (ALLEGRETTI, 2008; MORO, 2011).

Desde então, com financiamento das elites locais, iniciou-se uma campanha incessante de desmoralização de Chico Mendes e das demais lideranças dos seringueiros nos principais veículos de comunicação do Acre e da Amazônia. A imprensa acusava Chico e o CNS de serem contra o progresso: “Chico Mendes, o homem que não quer o progresso da Amazônia” (MORO, 2011, p. 336) e, de certa forma, preparava a opinião pública para justificar seu assassinato (ALLEGRETTI, 2008).

Os movimentos sociais ligados à luta pela terra e ao meio ambiente definiram como estratégia para protegê-lo da violência local sua ex-

posição internacional nos debates sobre o tema. No ano que antecedeu sua morte, Chico Mendes recebeu inúmeros prêmios internacionais, inclusive o Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU), em junho de 1987 (ALLEGRETTI, 2002).

Incansavelmente, Chico Mendes utilizava estes espaços de ampla visibilidade para descrever as peculiaridades do movimento que liderava na Amazônia, e o novo modelo de desenvolvimento que propunha, unindo a defesa do meio ambiente à melhoria da qualidade de vida de suas populações e alertava sobre as ameaças e o risco de vida que corria em seu país (MARTINS, 1998).

Em meio a estes embates, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) publica a portaria N.^o 627, de 30 de julho de 1987, criando o Projeto de Assentamento Extrativista, destinado à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis a serem executadas pelas populações que ocupam ou venham a ocupar as mencionadas áreas.

É fundamental compreender a complexidade do conceito para a época. A essência dos Projetos de Assentamento Extrativista, precursoras das Reservas Extrativistas, estava na ausência de lotes individualizados e adoção das colocações como módulos de exploração sustentáveis. Os Projetos de Assentamento Extrativista eram, assim, concebidos como territórios contínuos e indivisíveis, diferente da forma que ocorria com a reforma agrária convencional (ALMEIDA, 2012).

Outro fato emblemático no enquadramento legal do conceito era a concepção de propriedade. O território continuava pertencendo à União, porém cedido às comunidades, através de um Contrato de Concessão de Uso, atualmente conhecido como CCDRU, por fim condicionado a um plano de manejo dos recursos naturais existentes no território (ALLEGRETTI, 2002; 2008; ALMEIDA, 2012).

O advento da Constituição Federal de 1988, que determinou a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo poder público e um novo caminho na área ambiental, abriu jurisprudência para incluir as Reservas Extrativistas como um espaço territorial a ser especialmente protegido pelo Estado (BRASIL, 1988).

Em 22 de dezembro de 1988, Chico Mendes foi assassinado. É in-

contestável que a repercussão internacional de seu assassinato tenha funcionado como fator marcante para a criação da primeira Reserva Extrativista em janeiro de 1989: a RESEX do Alto Juruá, no Acre (BRASIL, 1990). Nesse sentido, o modelo de RESEX ficou estabelecido como maneira específica de regularização fundiária e ambiental, delegando ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) a responsabilidade pela gestão da nova UC.

O Decreto N.º 98.897, de 30 de janeiro de 1990, definiu as Reservas Extrativistas como “espaços territoriais destinados à exploração autosustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista” (MURRIETA; RUEDA, 1995).

A partir do ano de 2000, com a vigência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as Reservas Extrativistas passaram a compor o conjunto de Unidades de Conservação de uso sustentável, definidas no Art. 18 como:

uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência “*reprodução dos modos de vida*” baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência “*de pequena escala*” e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, p. 18-19) (grifo nosso).

Percorridas mais de três décadas após sua materialização, este tipo de UC, que alia unidade de produção e conservação, vem constantemente apresentando desafios para o Estado, para a academia e, sobre tudo, para as populações tradicionais e movimentos sociais que foram protagonistas na criação deste modelo. Um dos grandes desafios em tempos de globalização e circulação “instantânea” de dados e informações é garantir a renovação sem perder a essência, a partir de propostas que sintetizem ações e coloquem o passado e o futuro no presente, num diálogo constante, vislumbrando suas múltiplas simbologias.

Neste sentido, é necessário compreender que estas incomensuráveis representações existentes entre o velho e o novo, o tradicional e o moderno, desenvolvem-se de maneira desigual, e são faces inerentes do desenvolvimento histórico das populações humanas, que neste percurso

tecem pontos de conexão entre a vida vivida e a ser vivida. No entanto, merece atenção para os tempos atuais em que “os modos de vida produzidos e reproduzidos pela modernidade tendem a nos afastar dos tipos tradicionais de ordem social porque as mudanças engendradas nessas sociedades são mais profundas que em qualquer outro período precedente” (FRAXE et al., 2009, p. 31).

Na atual conjuntura do país, presidido por um governo de extrema direita onde as populações tradicionais vêm sendo perseguidas, torna-se cada vez mais importante a capacidade política e de articulação do CNS, agora mais abrangente, reformulado em Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)¹¹², mas que continua sendo a maior referência na organização destas populações tradicionais.

2. R-existência nos manguezais: trajetória, desafios e perspectivas das Reservas Extrativistas Marinhas do litoral amazônico

O pescador é lunar.

Todo dia bem cedinho, no início da vazante, ele segue seu itinerante, e só pode parar na beira apenas por um instante.

Quando morrer as águas inteira e chegar o quarto minguante.

O pescador é lunar.

Por isso logo entendeu, que esse quarto que morreu não foi levado para a cova, e de tanto a maré quebrar, com a falta do luar outro ciclo se renova, e o pescador na vazante, pesca durante o lançante até chegar a lua nova.

O pescador é lunar.

(Manoel Ramos, poeta de Ajuruteua, RESEX Caeté-Taperaçu, *in BARBOZA; VIEIRA, 2008, p.168 e 169*)

Nos versos acima de um pescador e poeta, observamos como a vida dos pescadores e das pescadoras do litoral é marcado pelo ritmo das ma-

112. Durante o II Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e o 8º Encontro Nacional, realizado em Belém, no ano de 2009, foi aprovada a mudança do nome da entidade para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, contudo foi preservada a mesma sigla CNS. No momento, os autores contribuíram como relatores das deliberações de mais de 400 lideranças extrativistas presentes, que representavam os nove estados da Amazônia.

rés, cujo ciclo também determina a mensuração do tempo e do espaço. Nesta singularidade, a percepção dos pescadores artesanais analisada por Cunha (2001) é legítima na constatação da *noção tridimensional do espaço* (mar, terra e céu). Outras características intrínsecas e determinantes no modo de vida desses sujeitos são a fluidez das águas e a instabilidade do ambiente, como descreve Diegues (1999) no excerto abaixo:

O mar, espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços, pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis (DIEGUES, 1999, p. 371).

Apesar das diferenças entre seringueiros e pescadores, especialmente em relação ao ambiente e modo de vida, alguns componentes os unem, pois são, sobretudo, extrativistas e explorados pelo sistema político social vigente e precisam lutar por alternativas para que possam viabilizar melhores formas de viver, com o mínimo de dignidade. Todos eles são extrativistas!

As disputas entre seringueiros e fazendeiros no Norte do Brasil que resultaram na morte de várias lideranças sindicais e ambientalistas, como Wilson Pinheiro e Chico Mendes, e a constituição de um modelo novo de uso coletivo do território e de seus recursos (ALLEGRETTI, 2008), reverberaram longe, e chegaram ao litoral de Santa Catarina (SPINOLA, 2011).

No prelúdio da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), fora dos limites da Amazônia, é criada a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, através do Decreto N.^o 533, de 20 de maio de 1992. Estava, desta maneira, unificada de Norte a Sul a luta dos povos extrativistas, através da institucionalização da primeira RESEX Marinha do Brasil, que se apresentava com o objetivo basilar de assegurar o desenvolvimento socioeconômico da

população de pescadores tradicionais da região e conservar o estuário do rio Tavares (SPINOLA, 2011).

A partir de então, começaram a surgir do mesmo modo pleitos socioambientais de várias partes do litoral brasileiro pelas chamadas Reservas Extrativistas Marinhas, colocando no centro das discussões o ordenamento territorial e o manejo dos recursos naturais por inúmeras populações pesqueiras litorâneas (CUNHA, 2001).

As articulações pró RESEX chegam ao litoral amazônico ainda no início da década de 1990, ladeadas de demandas que têm contribuído, sobretudo, para os processos contínuos de recomposição e reconfiguração dos territórios tradicionais e como fomentadoras de ações e reafirmações de suas territorialidades¹¹³ (TEISSERENC, 2015; TEISSERENC; TEISSERENC, 2016).

Nestes lugares litorâneos, as territorialidades são expressas através do vocábulo *maretório*. Termo usado¹¹⁴, em contraponto ao conceito de território, sobretudo por lideranças extrativistas pesqueiras das RESEX marinhas do litoral amazônico para definir suas dimensões simbólicas e culturais peculiares, relacionadas às formas de uso e compreensões do espaço litorâneo, onde as marés assumem protagonismos mais significativos que a própria terra. Assim, para estes pescadores e pescadoras artesanais, as marés são consideradas como o elemento principal para definir território, ou *maretório*, neste contexto, pois o termo território faz referência a gestão e controle da terra. Dessa forma, o *maretório* está ligado as suas inter-relações com os regimes de marés, incluindo as percepções acerca da influência das fases da lua em seus modos de vida, como os conhecimentos dos processos migratórios e reprodutivos dos animais aquáticos e todo imaginário produzido e reproduzido ao longo das gerações de pescadores e pescadoras artesanais.

Nesta análise, “ganha importância a noção de espaço litorâneo, considerando não só seus aspectos físicos, mas também como um conjunto

113. A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p. 22).

114. Termo bastante utilizado também por Waldemar Vergara Filho, técnico do CNPT que teve papel fundamental no processo de criação e gestão das RESEX marinhas do litoral amazônico.

de condições e processos naturais que influenciam as relações entre o homem e a natureza” (DIEGUES, 1983, p. 6).

A partir desta compreensão, percebe-se que as formas de apropriação do espaço e representações da natureza são baseadas na experiência e devem se confrontadas através de testes quase que cotidianos. Estas confirmações parecem contribuir de forma indispensável para a reprodução dos grupos familiares e dos modos de vida dos pescadores artesanais.

Compreender a relação dos pescadores e pescadoras artesanais com esse espaço nos leva ao entendimento dos motivos que impulsionaram a luta pela institucionalização dos territórios e *maretórios* tradicionais da pesca em RESEX marinhas na Amazônia.

Considerado um ambiente de alta produtividade e diversidade de alimentos (ISAAC-NAHUM, 2006), o litoral amazônico representa importante meio de vida para as populações extrativistas, particularmente a captura e a comercialização do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). Estima-se que mais da metade dos domicílios localizados nas comunidades pesqueiras dos municípios paraenses, como Bragança, Colares, São Caetano de Odivelas, Vigia e Viseu, dependem economicamente dos recursos extraídos dos manguezais para reprodução dos seus modos de vida (MANESCHY, 1993; GLASER, 2003; GLASER; DIELE, 2005; MANESCHY, 2005; MAGALHÃES *et al.*, 2007).

No Pará, as primeiras discussões sobre RESEX Marinha surgiram devido a um conflito por invasão de áreas de captura de caranguejo no Marajó (NASCIMENTO, 2019) com uso de práticas consideradas predatórias¹¹⁵ localmente (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2020).

Muitos fatores podem explicar as expansões das áreas de captura de caranguejo, bem como o uso de diversas técnicas de coleta. Destaca-se a forte pressão dos mercados, ocasionada pelo aumento exponencial da demanda, sobretudo em cidades circunvizinhas e na capital do Estado, atualmente o maior mercado consumidor deste crustáceo, sobretudo nos finais de semana. Além de um elemento novo que vinha aos poucos sendo colocado no cenário econômico, o beneficia-

115. A única técnica de captura do caranguejo-uçá considerada legal em todo litoral paraense é o *Braceamento*. Método tradicional que consiste na inserção direta do braço na toca ou galeria visando extrair o caranguejo vivo para fora de seu habitat (PASSOS *et al.*, 2016a).

mento da carne, que a partir do ano 2000 possibilitou maior inserção da mão de obra feminina, aumentando a extração e a capacidade de comercialização do produto para centros urbanos mais longínquos, aumentando a complexidade da cadeia produtiva (MANESCHY, 2005; MAGALHÃES *et al.*, 2007).

A combinação destes fatores, aliada à baixa empregabilidade das populações economicamente ativas, principalmente a masculina, provocaram uma ampliação do número efetivo de pescadores atuando diretamente na extração do caranguejo nos manguezais do litoral paraense. De acordo com Maneschy (2005), além de promover a diversificação das técnicas e a reorganização do trabalho familiar nas comunidades pesqueiras, estas dinâmicas produziram a abertura de “novas” áreas de exploração ao longo do litoral.

Nesse sentido, os tiradores de caranguejos de Soure reivindicavam a criação urgente de regulamentações que atendessem às necessidades da categoria e impedissem a atuação de tiradores de outros municípios, os quais capturavam caranguejos nos manguezais da região, fazendo uso de práticas predatórias. E, então, em 1996, a Associação dos Carangueeiros de Soure protocolou uma denúncia junto ao IBAMA.

Os conflitos se intensificaram e em 1997 a associação pediu apoio e adesão de outras instituições como Pastoral Social, Universidade Federal do Pará (UFPA), Prefeitura Municipal e Colônia de Pescadores de Soure. Dessa forma, solicitaram formalmente junto à Superintendência do IBAMA/PA a criação de uma Reserva Extrativista através do processo N.º 02018.003402/97-90- CNPT/997 (Centro Nacional de Populações Tradicionais). Em anexo a esta petição, constava um abaixo assinado com mais de 800 assinaturas.

Paralelamente à tramitação do processo junto ao IBAMA, os conflitos por área de captura de caranguejo ainda ocorriam, e isso motivou a organização de um evento em Soure. Em 1998, o I Encontro de Manguezais de Soure possibilitou debates entre pescadores, professores e representantes de órgãos públicos sobre questões biológicas, aspectos geográficos, ordenamento pesqueiro e aspectos socioeconômicos dos tiradores de caranguejos. Como resultado, foi enviado ao IBAMA um documento pedindo providências para a proteção da população e dos manguezais da Região do Marajó.

Somente posteriormente, através do Decreto s/n de 22 de novembro de 2001, estava oficialmente instituída a Reserva Extrativista Marinha de Soure, com uma área de cerca de 27.463,58 hectares, localizada na costa nordeste do arquipélago do Marajó, município de Soure no estado do Pará, entrando para a história como a primeira RESEX Marinha do litoral da Amazônia (BRASIL, 2001). Os conflitos por área de extração de caranguejos no arquipélago do Marajó diminuíram e novos desafios surgiram. A cogestão está em pleno curso e suas experiências têm sido socializadas e expandidas aos demais municípios no litoral amazônico.

A partir daquele momento, os conflitos entre tiradores de caranguejo já não constituíam o cerne das discussões. Houve uma visão mais ampla, incluindo pautas como o reconhecimento pelo território, o ordenamento participativo e a preservação dos modos de vida dos pescadores e pescadoras do litoral. Desse modo, as pautas vigentes de luta passaram a abordar novos elementos centrais com a finalidade de evitar conflitos mais graves com agentes econômicos externos que especulavam a implantação de projetos de carcinicultura, tendo em vista as experiências negativas no nordeste brasileiro com impactos socioambientais irreparáveis aos ecossistemas estuarino-costeiros e às populações costeiras (NASCIMENTO *et al.*, 2007; NASCIMENTO, 2019).

De fato, o modelo de RESEX Marinha tornou-se um instrumento canalizador desses anseios e atraiu a atenção e o apoio de instituições de ensino e pesquisa em diversas áreas do conhecimento, tornando-se campo profícuo para os projetos coletivos das populações tradicionais do litoral amazônico.

Naquele momento histórico, os discursos que ecoavam entre os grupos de pescadores artesanais do litoral paraense deixavam explícitas as pretensões desses trabalhadores em busca de um reconhecimento oficial de seus territórios, algo que priorizasse a pesca artesanal.

Em meio a esses acontecimentos, o Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (GERCO)¹¹⁶, compreendendo a comple-

116. O Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará (GERCO-PA), iniciado em 1990, faz parte do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). No Estado do Pará, a gestão ficou a

xidade da situação e atendendo às demandas que vinham do colegiado composto por diversas instituições, dentre elas o IBAMA, resolveu realizar um estudo conduzido pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), intitulado “O setor costa Atlântica do salgado paraense: análise de criticidade ambiental” (GERCO, 2002). No relato abaixo, do Sr. Waldemar Vergara Filho, que trabalhava no CNPT nesse período, fica evidente as diferentes relações de articulação estabelecidas e os interesses institucionais, sendo alguns desses influenciados pela pressão dos pescadores:

Então a gente ia aos municípios, nem todos os municípios do Salgado paraense, incluindo o Marajó, foram atendidas essas demandas porque nem os municípios queriam entender, achavam que era intervenção do Estado, né? Em algumas regiões dessas com articulações dos movimentos dos pescadores, conversava com as prefeituras pra ver se de fato era pra ser a criação de uma reserva extrativista, não era só de criar uma reserva, não, era ver e buscar a discussão de problemas ambientais e de que forma proteger aquelas áreas. E um desses encaminhamentos gerou a questão da viabilidade de ser reserva extrativista, foram criadas nove reservas, né? Mas foram eles (*os pescadores*) que correram atrás, a gente só deu apoio, não podia se expor, a gente sabia que o governo Estado queria era APA, porque não precisava ficar reunindo pescador, discutindo estas coisas participativas..." (Waldemar Vergara Filho¹¹⁷, servidor do ICMBio-PA em entrevista concedida ao autor em outubro de 2016, São João da Ponta-PA).

cargo da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM), contando com a participação de outros órgãos do Estado e do Governo Federal, quando houve uma reforma administrativa do Estado, extinguiu a SECTAM e passou a responsabilidade da coordenação do Programa para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).

117. Nossos agradecimentos ao amigo e servidor público, o Sr. Waldemar Londres Vergara Filho (1958-2018) (*in memoriam*), por fomentar, em ritmo de poesias, ações que contribuíram na mediação de conflitos socioambientais existentes nestes *maretórios*, estimulando a participação dos pescadores e pescadoras artesanais das RESEX Marinhais do Pará nos debates acerca das legislações pertinentes à pesca, aos povos e às comunidades tradicionais.

Então, o GERCO, via SECTAM, deu início, em 2000, ao processo de zoneamento em 17 municípios litorâneos que compõem o Setor Costa Atlântica do Salgado Paraense¹¹⁸, usando uma adaptação da metodologia elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e pelo Laboratório de Geoprocessamento e Tratamento de Imagens (LAGET) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Os fundamentos da metodologia empregada destacam o levantamento e a análise interativa dos parâmetros do meio físico-natural e do socioeconômico, devidamente georreferenciados, como elementos fundamentais para a elaboração do diagnóstico e do mapa síntese de gestão do território, dentro de princípios mínimos de sustentabilidade ecológica e econômica (GERCO, 2002).

Contudo, quando os resultados da pesquisa foram publicados em 2002, prevaleceram as análises físicas, morfoclimática e biológica da área de estudo. Com ênfase nos aspectos físico/espacial e biológico relacionados à pesca do Salgado Paraense, o relatório praticamente desconsiderou os conhecimentos tradicionais, e pouco abordou os principais conflitos existentes para melhorar a gestão dos recursos pesqueiros no litoral paraense.

De qualquer modo, os parcisos dados socioeconômicos contidos no documento acirraram ainda mais os conflitos existentes nas diversas modalidades de pesca desenvolvidas na área e, ao fazer suas correlações, sinalizavam para a criação de uma Unidade de Conservação:

Conclui-se, portanto, que para essas áreas, consideradas de risco ambiental, onde se incluem os manguezais, seria recomendável que fossem protegidas, através da criação de uma grande unidade de conservação da natureza, constituindo-se no principal instrumento para a gestão adequada de todo esse importante ecossistema (GERCO, 2002, p, 30).

Todavia, era a primeira vez que dados oficiais colocavam à luz dos debates os conflitos relacionados à extração do caranguejo-uçá, destacando as formas predatórias de captura e prospecção sobre o futuro da pescaria:

118. Na época do estudo compreendia os seguintes municípios: Viseu; Augusto Corrêa; Bragança; Tracuateua; Primavera; Quatipuru; São João de Pirabas; Santarém Novo; Salinópolis; Maracanã; Magalhães Barata; Marapanim; Curuçá; São Caetano de Odivelas; São João da Ponta; Vigia e Colares.

São Caetano de Odivelas, Vigia e Marapanim são os municípios onde se concentra o maior esforço de captura do caranguejo, sendo que a área de apanha já se estende para o litoral da ilha de Marajó e os métodos de captura incluem redes, laços e o chamado “tapa” que consiste em obturar a entrada das covas dos caranguejos com paus e lama, guardando aqueles que não puderam ser apanhados antes da enchente, para a maré seguinte. Isso aumenta a produtividade, mas diminui as chances de sobrevivência da espécie provocando a redução dos estoques. Para compensar a baixa produtividade ocorre a intensificação da pesca com o desenvolvimento de novos métodos de captura, até que se atinja os limites mínimos na reprodução da espécie e eventualmente a sua extinção (GERCO, 2002, p, 81-82).

Contradicoriatamente aos interesses de conservação dos ecossistemas costeiros, e sinalizando inversamente aos desejos dos pescadores e pescadoras em criarem RESEX nesta faixa litorânea, o estudo apontou o interesse mercantil do Estado, ao indicar explicitamente a região como uma área de alto potencial para implantação de atividades aquícolas, sobretudo a criação de camarões e de moluscos.

Embora naquele período, a gestão do governo do Estado do Pará não demonstrasse interesse¹¹⁹ em apoiar a criação de RESEX, em 13 de dezembro 2002 foi publicada no Diário Oficial da União o Decreto s/n, que criou, de uma única vez, mais 4 (quatro) RESEX marinhas no litoral paraense, Mãe Grande de Curuçá; São João da Ponta; Maracanã e Chocoaré-Mato Grosso (BRASIL, 2002). Estas novas RESEX, no ensejo de todas as informações levantadas, foram resultados de inúmeras reuniões comunitárias, sendo naquele momento consideradas uma grande vitória, principalmente para as lideranças dos pescadores e pescadoras artesanais que encabeçaram a petição.

As RESEX Marinhas - agora constituídas, legitimaram os direitos tradicionais de uso do território e *maretório*. Abriram, então, uma nova fase, na qual pescadores e pescadoras teriam o desafio de criar as possibilidades concretas de oportunizar diálogos abertos e francos sobre

119. Informações levantadas pelo autores em diversas entrevistas e conversas informais com pescadores, lideranças de organizações não governamentais, servidores públicos do CNPT/IBAMA, ICMBio e políticos dos municípios onde as unidades foram criadas.

o uso sustentável dos recursos naturais com diferentes esferas, tanto do poder público como entidades da sociedade civil organizada, com o intuito de efetivar os processos de gestão compartilhada dos recursos naturais (DUMITH, 2015).

A partir do entendimento de todo esse processo de conformação das RESEX Marinhais, fica evidente “que as formas de apropriação da natureza, são em si mesma, construções históricas” (MORAES, 2005, p.102). Nesse decorrer, a história em pleno curso trouxe a experiência por terra da floresta Amazônica que através das marés atingiu o Marajó, a princípio, e progressivamente foi alcançando outras águas do litoral amazônico.

Nessa caminhada é importante ressaltar que os diálogos entre as lideranças pesqueiras no litoral paraense não cessaram, ao contrário, os acontecimentos motivaram organizações como Colônias de Pescadores, MOPEPA (Movimento dos Pescadores do Estado do Pará), associações comunitárias dos municípios vizinhos, as quais se mobilizaram e se envolveram em processos pela criação de mais 4 (quatro) RESEX Marinhais, oficializadas via Decreto Presidencial s/n, em 20 de maio de 2005 (NASCIMENTO, 2019).

A RESEX Marinha de Tracuateua, localizada no município homônimo, apresenta aproximadamente 2.785 hectares, e abrange 58 comunidades. Localizada no município de Bragança, a RESEX Marinha Caeté-Taperaçu foi implementada com dimensão de aproximadamente 42.068,086 hectares, onde vivem cerca de 5.000 famílias de pescadores e pescadoras. No município de Augusto Correa foi criada a RESEX Marinha Arai-Peroba com uma área total de aproximadamente 50.555 hectares (BRASIL, 2014). E mais à nordeste, no litoral do estado do Pará, no município de Viseu, a RESEX Marinha Gurupi-Piriá, a maior de todas até então, foi instituída com uma área total de 74.081hectares (BRASIL, 2005).

É válido destacar que todos estes territórios e *maretórios* apresentaram uma construção histórica imbricada no extrativismo pesqueiro. Alguns destes foram ampliados por meio do acúmulo de experiências na bagagem dos pescadores e pescadoras. Em 10 de outubro 2014, através de decreto presidencial, a área da Reserva Extrativista Marinha Arai-Peroba, em Augusto Corrêa, foi ampliada e três novas RESEX foram criadas (BRASIL, 2014).

A RESEX Marinha Mocapajuba foi instituída no município de São Caetano de Odivelas, abrangendo uma área total de aproximadamente 21.029 hectares. A RESEX Marinha Mestre Lucindo foi decretada no município de Marapanim, perfazendo uma área de cerca de 26.465 hectares. A RESEX Marinha Cuinarana foi criada no município Magalhães Barata com aproximadamente 11.037 hectares (BRASIL, 2014).

Decerto que analisando as Unidades de Conservação de uso sustentável existentes no território nacional, o Estado do Pará destaca-se por concentrar o maior número de RESEX, totalizando 23 (vinte e três) unidades de conservação de uso sustentável desta categoria, dessas, um total de 11 (onze) são RESEX florestais e 12 (doze) delas são marinhas, a maior concentração desta categoria no mesmo Estado.

Ainda há diferentes processos de lutas pelo reconhecimento do território em curso que devem ser objeto de reflexão detida. Tramita junto ao ICMBio a solicitação para criação de mais 2 (duas) RESEX Marinhas. Há a proposta da RESEX Marinha “Filhos do Mangue” (processo N.º 02070.001389/2014-16) que propõe abranger uma área de 37.704,71 hectares nos municípios de Quatipuru e Primavera. Nos municípios que fazem fronteira de maneira contínua, São João de Pirabas e Salinópolis, o processo N.º 02122.000022/2014-16 propõe a criação da RESEX Marinha “Viriandeua”, com uma área de 48.714,59 hectares. Além dessas propostas de criação de novas RESEX Marinhas, foi submetida a ampliação da área da RESEX Chocoare-Mato Grosso, em Santarém Novo, que tramita através do processo N.º 02070.003440/2010-09/ICMBio.

Atualmente, as 12 (doze) RESEX Marinhas existentes ao longo do litoral paraense correspondem a um território de cerca de 255.012,80 hectares de áreas protegidas, formando um verdadeiro cinturão de unidades de conservação de uso sustentável no litoral amazônico (PASSOS *et al.*, 2016b). Embora, a princípio, possamos inferir que esse território e maretório seja enorme, é válido considerar que nessa área vivem cerca de 28.100 famílias, em 309 comunidades pesqueiras (ISAAC-NAHUM, 2013). Extrativistas que dependem dos ambientes de manguezais e mar para reprodução dos seus modos de vida. Essas pessoas, de modo geral, invisibilizadas, são responsáveis pelos altos valores numéricos destacados na produção pesqueira nacional. Quando se divulga, por exemplo, a posição do estado do Pará como segundo maior produtor de pescado do país, representando aproximadamente 11% (153.332,3 t) da produção

nacional de pescado, em 2011, é imprescindível destacar que 68,9% (553.670,0 t) da produção total é proveniente da pesca extrativista marinha (BRASIL, 2011).

Além do Pará, os estados Amapá e Maranhão constituem a costa amazônica brasileira (ISAAC-NAHUM, 2006), composta por florestas de mangue (7.210,07 km²), apicuns¹²⁰ (542,88 km²) e áreas com diferentes usos (67,11 km²) (HAYASHI, 2018).

Em contraste ao Pará, a zona costeira amapaense não apresenta nenhuma UC federal de uso sustentável. Algumas áreas costeiras do Estado estão incluídas em categorias de UC em nível Federal de proteção integral, como o Parque Nacional (PARNA) Cabo Orange, a Reserva Biológica (REBIO) do Lago Piratuba e a Estação Ecológica (ESEC) Maracá-Jipioca, as quais impõem restrições ao uso do território e *maretório* pelos povos extrativistas. A ausência da institucionalização de territórios tradicionais de pesca na costa amapaense parece ser resultado do esforço do governo brasileiro na década de 80 para implementar grandes áreas de UC de uso integral em resposta às pressões mundiais. Chagas (2008, p. 50) admite que “os critérios de criação de áreas protegidas no Amapá [...] eram a disponibilidade de extensas áreas, selvagens, a aparentemente ausência de ocupação humana e, ainda, dados isolados acerca da existência de determinada espécie animal [...]”.

Uma das consequências dessa política excludente é a ocorrência de constantes conflitos nestas UC de proteção integral, reivindicando o reconhecimento legal de territórios pesqueiros de uso coletivo. No caso dos pescadores artesanais do município Oiapoque, existe uma articulação para a criação de uma RESEX Marinha, após vários termos de compromisso já terem sido firmados entre o ICMBio e a colônia de pescadores desse município permitindo legalmente o acesso às áreas de pesca dentro do PARNA Cabo Orange pelos pescadores locais (JIME-NEZ *et al.* 2019). Termos de compromisso também já foram firmados entre o ICMBio e a comunidade vila do Sucuriju para permitir a pesca

120. O apicum compõe legalmente parte integrante do ecossistema manguezal, representando neste um sistema particular de sucessão natural com outras comunidades vegetais. Resultado de ações das marés de sizigias nas regiões internas mais elevadas do manguezal. Muitos estudos caracterizam a região do apicum como um reservatório de nutrientes que tem a função de manter um certo equilíbrio dos níveis de salinidade (SCHAEFFER-NOVELLI, 1999).

artesanal nos lagos e costa da REBIO do Lago Piratuba, bem como o monitoramento da produção pesqueira (PINHA *et al.*, 2015). Na ESEC Maracá-Jipioca, os conflitos em torno das restrições à pesca têm levado os gestores da UC a realizarem autorizações informais, permitindo alguns tipos de pescaria na área (JIMENEZ *et al.* 2019).

No litoral maranhense, atualmente existem 5 (cinco) RESEX Marinhas. A Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba se encontra no Município de Ilha Grande de Santa Isabel, Estado do Piauí, e nos Municípios de Araíoses e Água Doce, Estado do Maranhão, com uma área aproximadamente de vinte e sete mil hectares (BRASIL, 2000). A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, foi criada através do Decreto s/n de 02 de junho de 2004, com uma área de 185.046 hectares em zona costeiro-marinha (BRASIL, 2004). Na unidade, vivem cerca de 1.229 famílias de pescadores e de pequenos produtores rurais, distribuídas em comunidades de quatro (04) municípios maranhenses (Apicum-Açu, Bacuri, Cururupu e Serrano do Maranhão) (BRASIL, 2016). Em 2018, foram decretadas 3 (três) novas RESEX Marinhas no litoral do Estado do Maranhão. A Reserva Extrativista Marinha de Itapetinga, no município de Bequimão, na região no norte do Estado do Maranhão, com área total de aproximadamente 16.294 hectares (BRASIL, 2018a). Ainda em abril de 2018, a partir do Decreto presidencial N.º 9.339, de 05 de abril daquele ano, foi instituída a Reserva Extrativista Marinha de Arapiranga-Tromai, com aproximadamente 186.908 hectares compreendendo os municípios de Carutapera e Luís Domingues (BRASIL, 2018b). Através do decreto presidencial N.º 9.340, de 05 de abril de 2018, foi criada a RESEX Marinha da Baía do Tubarão, compreendendo 223.917 hectares dos territórios dos municípios de Humberto de Campos e Icatu (BRASIL, 2018c).

Em toda essa região do litoral amazônico, reside uma parte da população brasileira responsável pela conservação dos manguezais. Em estudo realizado sobre o uso e a conservação dos manguezais na costa amazônica brasileira com uso de imagens de satélite, entre os anos 2011 e 2015, foi constatado que as RESEX marinhas criadas nessa região desempenham um importante papel para a proteção desses manguezais, recomendando a continuidade de esforços com a finalidade de garantir ou aumentar essas áreas protegidas (HAYSHI, 2018). Estamos nos referindo a uma região que inclui o maior cintu-

rão de manguezais do mundo, correspondendo a 4.3% da área total de manguezais do mundo e 80% da área de manguezais do Brasil (NASCIMENTO *et al.*, 2013). Essa área abrange três sítios Ramsar¹²¹, “Parque Nacional Cabo Orange¹²²”, “Estuário Amazônico e seus Manguezais¹²³” e “Reentrâncias Maranhenses¹²⁴”, tendo um importante reconhecimento em nível internacional.

Diante do exposto é inegável o papel dos povos extrativistas do litoral amazônico na conservação dos manguezais, importantes ecossistemas no fornecimento de serviços ambientais - o funcionamento como berçário e habitat de diferentes espécies marinhas e terrestres, contribuindo assim à produtividade pesqueira marinha, ao desempenho relevante no sequestro de carbono e à proteção da costa de fenômenos como erosão e tsunamis (MAROIS; MITSCH, 2015; SPALDING *et al.*, 2014).

Considerando ainda o papel dos extrativistas na conservação dos manguezais, Nascimento (2019) aponta outras conquistas efetivadas por meio das RESEX marinhas na costa amazônica:

A institucionalização destes territórios em RESEX Marinhas de fato estabeleceu novos marcos regulatórios para a conservação do ecossistema manguezal desta faixa litorânea, o que visivelmente contribuiu para frear a expansão da carcinicultura para o litoral norte do Brasil e tem mantido um embate constante com a pesca industrial, sobretudo aquelas frotas que possuem licença para a captura de “peixes diversos” com rede de arrasto de fundo na plataforma continental amazônica (NASCIMENTO, 2019, p. 31696).

A importância e as conquistas das RESEX marinhas são perceptíveis também em várias partes do litoral brasileiro, assumindo um caráter nacional:

121. O título de sítio Ramsar é conferido por meio de alguns critérios para compor uma lista de zonas úmidas de grande importância por meio de uma cooperação intergovernamental, e conta com assistência para conservação dessas áreas, por meio de cooperação técnica internacional e apoio financeiro (MATTHEWS, 1993).

122. <https://rsis.ramsar.org/ris/2190>

123. <https://rsis.ramsar.org/ris/2337>

124. <https://rsis.ramsar.org/ris/640>

As Reservas Extrativistas Marinhas são a mais importante iniciativa política em nível federal a atender as necessidades de pescadores costeiros de pequena escala no Brasil até hoje. As reservas extrativistas de modo geral representam as primeiras unidades de conservação que envolvem especificamente as comunidades locais em seu projeto e gerenciamento. Essas iniciativas têm enorme potencial para conservar áreas costeiras e garantir o sustento das populações costeiras (SILVA, 2007, p. 178).

Foi nesse cenário nacional que os extrativistas das RESEX marinha constituíram em Belém, em outubro de 2014, a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (CONFREM), representando “povos e populações tradicionais extrativistas de 18 Estados brasileiros, e mais de 100.000 famílias”¹²⁵.

Contudo, alguns desafios ainda precisam ser superados pelos extrativistas nesses territórios como, por exemplo, no que concerne às relações de “clientelismo” históricas na comercialização do pescado, praticadas, em sua maioria, de maneira altamente nociva para os pescadores (PARTELOW *et al.*, 2018). Estes são “presos” ao patrão¹²⁶, aos quais tem sua produção vinculada e, por conseguinte, os preços são estabelecidos por estes agentes intermediários, levando os pescadores a um esforço adicional em sua produção, a fim de compensar os baixos preços praticados na venda do pescado a estes agentes intermediários.

Outro obstáculo enfrentado pelos extrativistas é realizar a incorporação dos acordos informais pré-existentes à institucionalização da RESEX

125. A CONFREM tem como missão: desenvolver, articular e implementar estratégias visando ao reconhecimento e à garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica, garantindo os seus meios de vida e produção sustentável (fonte: <https://confrem.wordpress.com/>). Acesso em: 05 de junho de 2019).

126. Agente intermediário que atua na cadeia produtiva da pesca artesanal do litoral paraense, normalmente financia as expedições de pesca, adiantando dinheiro aos pescadores e em troca detêm a exclusividade na compra da produção a preços menores do que são executados no mercado (NASCIMENTO *et al.*, 2015).

nas regras formais das UC (PARTELOW *et al.*, 2018). Nessas circunstâncias, destacamos aqui que algumas territorialidades presentes nas RESEX Marinhais do litoral amazônico se referem às formas tradicionais de aprovação e uso de espaços pesqueiros e de reprodução social dos modos de vida, como a R-Existência para manter o uso de técnicas seculares de pesca, tais como os currais de pesca (um tipo de armadilha fixa que captura cardumes de acordo com os ciclos das marés), bem como os embates travados no âmbito dos conselhos deliberativos das RESEX pela garantia dos direitos consuetudinários destas populações tradicionais.

No tocante à configuração dos conselhos deliberativos das RESEX, tanto as marinhas como as terrestres, Narahara (2014, p. 229) aponta que suas representações “envolvem instituições externas à reserva, reduzindo potencialmente o poder decisório dos moradores”. Em grande medida, os resultados da análise da construção do Plano de Utilização da RESEX Arapixi, realizada por Narahara (2014, p. 247) explicitam:

muito das tensões e contradições entre o modelo idealista desta categoria de unidade de conservação preconizado pelo Estado- com suas normas, limites precisos e sua suposta clareza - e as vidas cotidianas no interior dessas áreas e nos escritórios dos técnicos: *repletas de rudez e vivacidade.*”.

Considerando os aspectos acima levantados, gostaríamos de enriquecer essa reflexão com os apontamentos da autora supracitada, acerca dos avanços e desafios das RESEX:

Neste constante (re)fazer-se de intersubjetividades, que entremeia uma rede de interações que transpassa os limites formais de mapas, instituições sociais e normas, as contradições e tensões entre a *participação* (tutelada) e a busca da *autonomia* permanecem como constituintes das reservas extrativistas (NARAHARA, 2014, p. 248).

Assim, de modo geral, temos observado que nas RESEX marinhas os processos organizacionais ora evoluem no sentido de uma unidade, ora esfacelam-se em conflitos internos, mas se refazem, com uma grande capilaridade de articulação institucional (WEVER *et al.*, 2012; SILVA, 2016; LOPES, 2016; ARCE, 2017), garantindo um acúmulo de expe-

riências e relações fundamentais no processo de cogestão dessas áreas.

Este conjunto de relações, o qual vai muito além do senso ecológico, mas também social, confere peculiaridades a essas UC dos ambientes marinhos, caracterizando-as como RESEX de “segunda geração”, de modo análogo às primeiras RESEX que surgiram no Acre, no final da década de 1980 (GLASER; OLIVEIRA, 2004). Nesse aspecto, voltamos ao início desse subtópico, ao evidenciarmos as especificidades dos pescadores artesanais do litoral, em função também da fluidez e instabilidade do espaço onde vivem, sem esquecermos de enfatizar que estes também são extrativistas e que as experiências de resistência trazidas da floresta amazônica de terra firme até as florestas de manguezais foram essenciais na conformação das Reservas Extrativistas Marinhais:

Estas experiências de lutas, ora exitosas, ora traumáticas, decorrem construindo a história destes pescadores e pescadoras artesanais e suas formas características de se relacionar com espaço onde reproduzem seus modos de vida (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2020, p. 148).

Considerações finais

Transcorridas mais de três décadas do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, a ideia de Reserva Extrativista se fortaleceu, e a efetivação de territórios de uso comum aos moldes dos idealizados por ele e seus companheiros seringueiros no interior do Acre transcendeu as fronteiras para além do bioma amazônico, aportando em terras longínquas, atingindo as marés do litoral sul brasileiro. Como também é verdadeira a afirmação de que “a ausência de Chico transformou uma liderança forte, em muitas lideranças” (VENTURA, 2003, p. 226). Chico Mendes! Presente!

Neste espaço/tempo é tarefa do Conselho Nacional das Populações Extrativistas pensar em exercícios constantes para que as RESEX permaneçam conciliando desenvolvimento, conservação da natureza e da cultura, e equidade social. Há que se integrar à modernidade sob o fundamento de que o legado dos mestres e anciões oferecem para história do tempo presente¹²⁷ uma forma sábia de utilização dos recursos naturais,

127. A história do tempo presente corresponde ao período durante o qual se produzem eventos que estimulam os historiadores contemporâneos a lançar mão de testemunhos diretos (história oral), revisando assim o significado de passado e presente,

tanto para produção quanto para reprodução dos modos de vida, suas diversidades, múltiplas territorialidades e subjetividades simbólicas.

Desta maneira, caso este diálogo entre as gerações não ocorra com a mesma intensidade de outrora, as populações vindouras de extrativistas poderão viver a tristeza nostálgica de suas tradições, por isso as populações tradicionais precisam refletir sobre a importância de valores, costumes, lutas e resistências e inserir nessas discussões a participação mais efetiva da juventude.

Eis aí mais uma possibilidade de (re)oxygenar os movimentos locais de R-Existência. Por isso, reafirmamos que as interpretações dos fatos aqui postos, não são descomprometidas, muito menos neutras, e mesmo com todas as adversidades impostas por este novo quadro político institucional, adaptações e peculiaridades locais encontram-se em pleno curso.

Referências

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 18, p. 39-59, 2008.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política ambiental. Universidade de Brasília: CDS, 827p, 2002.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. *São Paulo em Perspectivas*, v. 3, n 4, p. 23-29 1989.

revendo perspectivas, redefinindo as periodizações, e olhando os fatos em função do resultado de hoje. Assim, a história do tempo presente constitui um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de uma mesma formação social. O aprofundamento das discussões sobre as relações entre passado e presente na história, abrindo novos caminhos para o estudo da história na atualidade, expandindo os debates sobre a importância das memórias individuais e coletivas e suas relações com o presente, criando alternativas vivas para uma nova inteligibilidade de interpretar o passado (FERREIRA, 2002).

ALMEIDA, Mauro William Barbosa. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 1, p. 121-152, 2012.

ARCE, Sofia Solano. *Using the Ostrom's sesf to analyze the implementation of a comanagement regime in North Brazil*. A thesis submitted in fulfillment of the requirements for the degree of Master in Science Presented to the University of Bremen, Faculty for Biology and Chemistry, 121p, 2017.

BARBOZA, Roberta Sá Leitão; VIEIRA, Norma Cristina. Saberes escolares. Saberes da pesca. Por que não contextualizar: In: BARBOZA, Roberta Sá Leitão; VIEIRA, Norma Cristina; SIQUEIRA, Deis. *Desmantelando as fronteiras dos saberes na Amazônia*. Curitiba: Editora Appris, p. 153-171, 2018.

BRASIL. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011*. Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011, 60p. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol_bra.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. *Diário Oficial da União- Seção 1*. Decreto de 02 de junho de 2004. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/dnn/dnn10194.htm>. Acesso em: 03 jun. 2020.

BRASIL. *Diário Oficial da União- Seção 1*. Decreto de 22 de novembro de 2001. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9384.htm>. Acesso em: 10 nov. 2018.

BRASIL. *Diário Oficial da União- Seção 1*. Decreto de 13 de dezembro de 2002. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9774.htm>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. *Diário Oficial da União- Seção 1*. Decreto de 20 de maio de 2005. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10532.htm>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União- Seção 1. Decreto N.º 9.333 de 05 de abril de 2018. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2018a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9333.htm> Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União- Seção 1. Decreto N.º 9.339 de 05 de abril de 2018. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2018b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9339.htm> Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União- Seção 1. Decreto N.º 9.340 de 05 de abril de 2018. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2018c. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9333.htm> Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Diário Oficial da União- Seção 1. Decreto N.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil p. 335, v.1, 1990. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98863-23-janeiro-1990-328474-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 dez. 2018.

BRASIL. Diário Oficial da União- Seção 1. Decreto S/Nº de 10 de outubro de 2014. Distrito Federal-DF, Coleção de Leis do Brasil, 2014. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm> Acesso em: 2 abr. 2015.

BRASIL. Diário Oficial da União- Seção 1. Lei N.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>> Acesso em 03 maio 2017.

BRASIL. Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu/MA. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). São Luís-MA, 2016, 361p. Disponível em: < http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_da_resex_marinha_de_cururupu_resumo.pdf> Acesso em: 03 fev. 2020.

CHAGAS, Marco Antônio. Tumucumaque. O “big park” e a história do conservacionismo no Amapá. Rio de Janeiro: Ed. Do Autor, 2008, 176p.

COSTA, Paula Chamy Pereira. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 417-431, 2018.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. Reservas extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. Encontro dos povos do Vale do Ribeira, p.1-39, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. *Etnográfica*, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, campões e trabalhadores do mar*. Editora Ática. 285p, 1983.

DUMITH, Raquel de Carvalho. Inserção das Unidades de Conservação na legislação ambiental brasileira (the insertion of conservation units in the Brazilian environmental legislation). *Revista da ANPEGE*, v. 9, n. 12, p. 71-87, 2015.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, v. 3, n. 5, p. 314-332, 2002.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. *Ciência e Cultura*, v. 61, n. 3, p. 30-32, 2009.

GERCO-Gerenciamento Costeiro do Estado do Pará. Setor Costa Atlântica do Salgado Paraense. Análise de Criticidade Ambiental. Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM). Belém-PA, 87p, 2002.

GLASER, Marion. Interrelations between mangrove ecosystem, local economy and social sustainability in Caeté Estuary, North Brazil. *Wetlands Ecology and Management*, v. 11, n. 4, p. 265-272, 2003.

GLASER, Marion; DIELE, Karen. Resultados assimétricos: avaliando aspectos centrais da sustentabilidade biológica, econômica e social da pesca de caranguejo, *Ucides cordatus* (Ocypodidae). In: GLASER, Marion; CABRAL, Neila; RIBEIRO, Adagenor Lobato (Orgs.). *Gente, ambiente e pesquisa: Manejo transdisciplinar no manguezal*. UFPA/NUMA, p. 51-68, 2005.

GLASER, Marion; OLIVEIRA, Rosete da Silva. Prospects for the co management of mangrove ecosystems on the North Brazilian coast: Whose rights, whose duties and whose priorities? In: *Natural Resources Forum*. Blackwell Publishing Ltd., p. 224-233, 2004.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia*, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAYSHI, Sanae Nogueira. Uso e conservação dos manguezais na costa amazônica brasileira: uma abordagem a partir de sensoriamento remoto. Tese apresentada ao Programa em Biologia ambiental. Universidade Federal do Pará: IECOS, 149p, 2018.

ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. Plano de Gestão Integrada dos Recursos Pesqueiros com Enfoque Ecossistêmico para as Nove Reservas Extrativistas Marinhas do Litoral Paraense. Produto N. 4. Relatório final UFPA, Belém-PA, 229p, 2013.

ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro. Ciência e Cultura, v. 58, n. 3, p. 33-36, 2006.

JIMENEZ, Érica Antunes Jimenez; BARBOZA, Roberta Sá Leitão; AMARAL, Marilu Teixeira; FRÉDOU, Flávia Lucena. Understanding changes to fish stock abundance and associated conflicts: Perceptions of small-scale fishers from the Amazon coast of Brazil, *Ocean & Coastal Management*, v. 182, p. 1-12, 2019.

LOPES, Erica Cristina Almeida. Estratégias e experiências de participação: um estudo com Usuários da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu em Bragança/Pará. Dissertação apresentada ao Programa de Pos-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA do IFCH/UFPA. BELÉM/PA 126p, 2016.

MAGALHÃES, André; COSTA, Rauquírio Marinho da; SILVA, Rossivaldo da; PEREIRA, Luci Cajueiro Carneiro. The role of women in the mangrove crab (*Ucides cordatus*, Ocyopodidae) production process in North Brazil (Amazon region, Pará). *Ecological Economics*, v. 61, p. 559-565, 2007.

MANESCHY, Maria Cristina. Sócio-Economia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). *Os manguezais da costa norte brasileira*. São Luís: Fundação Rio Bacanga, p. 135-164, 2005.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores nos manguezais: estratégias técnicas e relações sociais de produção na captura de caranguejo. In: FURTADO, Lurdes Gonçalves; LEITÃO, Wilma; FIÚZA, Alex Fiúza. *Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia*. Belém. Brasil. MCT/CNPq, p. 19-62, 1993.

MAROIS, Darryl E.; MITSCH, William J. Coastal protection from tsunamis and cyclones provided by mangrove wetlands – a review. *International Journal of Biodiversity Science, Ecosystem Services & Management*, v.11, n.1, p. 71-83, 2015.

- MARTINS, Edilson. Chico Mendes: um povo da floresta. Rio de Janeiro-RJ: Editora Garamond, 102p, 1998.
- MATTHEWS, Geoffrey Vernon Townsend. The Ramsar Convention on Wetlands: its History and Development. Switzerland: Ramsar Convention Bureau, 87p, 1993.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio ambiente e ciências humanas. Anabium, 4. Edição, 161p, 2005.
- MORO, Javier. Caminhos de Liberdade: a luta pela defesa da selva. São Paulo. Ed. Planeta Brasil, 460p, 2011.
- MURRIETA, Júlio Ruiz; RUEDA, Rafael Pinzón (Ed.). Reservas extrativistas. União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, 133p, 1995.
- NARAHARA, Karine L. Para evitar questão: a elaboração do plano de utilização em uma reserva extrativista. In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. (Sociologia & Antropologia), p. 223-250, 2014.
- NASCIMENTO J.R, Wilson R.; SOUZA-FILHO, Pedro Walfir; PROISY, Christophe Proisy; LUCAS, Richard. Mapping changes in the largest continuous Amazonian mangrove belt using object-based classification of multisensor satellite imagery. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, v. 117, p. 83-93, 2013.
- NASCIMENTO, Iracema Andrade; PEREIRA, Solange Andrade; DÓRIA, Eduardo Luiz Vianna. Identificação e prevenção de impactos em manguezais: relação com atividades de carcinicultura. *Diálogos e Ciência*, v. 11, p. 1-11, 2007.
- NASCIMENTO, Josinaldo Reis. RESEX Marinha do litoral amazônico: territórios e territorialidades pesqueiros. *Revista Brazilian Journal of Development*, v. 5, n.12, p. 31686-31701, 2019.
- NASCIMENTO, Josinaldo Reis; DOMINGUES, Denis; BARBOZA, Roberta Sá Leitão. A cadeia produtiva do caranguejo (*Ucides cordatus*): os desafios para seu manejo frente às pressões do mercado no território da RESEX Marinha Caeté-Taperaçú, Bragança, Pará. *Revista Saúde e Ciência online*, v. 4, n. 2, p. 299-309, 2015.

NASCIMENTO, Thaylana Pires do; NASCIMENTO Josinaldo Reis. Participação social nos processos de criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua - PA, Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 23, n. 1, p. 129-154, 2020.

PARTELOW, Stefan; GLASER, Marion; ARCE, Sofia Solano; BARBOZA, Roberta Sá Leitão; SCHLÜTER, Achim. Mangroves, fishers, and the struggle for adaptive comanagement: applying the social-ecological systems framework to a marine extractive reserve (RESEX) in Brazil. *Ecology and Society*, v. 23, n. 3, p. 1-22, 2018.

PASSOS, Patrick Heleno dos Santos; RIBEIRO, Suezilde da Conceição Amaral; BARBOSA, Mário Médice Costa; VERGARA-FILHO, Waldemar Londres. “Interação homem-natureza: os pescadores, os caranguejos e o Manguezal”. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales*, 2016b.

PASSOS, Patrick Heleno dos Santos; RIBEIRO, Suezilde da Conceição Amaral; BARBOSA, Mário Médice Costa; COELHO, João de Lima; VERGARA-FILHO, Waldemar Londres. Extrair e transportar caranguejo-uçá nas RESEXS marinhas paraenses: os saberes locais em foco. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 218, 2016a.

PAULA, Elder Andrade. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos. *Revista Nera*, n. 5, p. 86-101, 2012.

PINHA, Patrícia Ribeiro Salgado; LA NOCE, Eduardo Marques; CROSSA, Marcelo; AMORAS, Aldebaro da Silva. Acordos de conservação da Reserva Biológica do Lago Piratuba, *Biodiversidade Brasileira*, n. 1, p. 32-58, 2015

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geografando nos varadouros do mundo*. Ed. IBAMA, Brasília-DF, 591p, 2004.

PRADO, Deborah Santos; SEIXAS, Cristiana Simão. Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. *Desenvolv. e Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 281-298, 2018.

PROST, Catherine. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, v. 48, p. 321-342, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 48, p. 11-32, 1997.

- SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. Grupo de ecossistemas: manguezal, marisma e apicum. São Paulo, 119p, 1999.
- SCHWARTZMAN, Stephan. Extractive reserves: the rubber tappers' strategy for sustainable use of the Amazon rainforest. *Fragile lands of Latin America: strategies for sustainable development*, p. 151-163, 1989.
- SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia: Ateliê, 320p, 2011.
- SILVA, Patrícia Pinto da. Da propriedade coletiva ao co-gerenciamento: lições da primeira Reserva Extrativista Marinha brasileira. In: PRATES, Ana Paula & BLANC, Danielle (Orgs.). *Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira*. Brasília: MMA/SBF, p. 161-179, 2007.
- SILVA, Talita Ingrid. Laços associativos e práticas participativas na Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais do IFCH/UFPa. BELÉM/PA, 75p, 2016.
- SPALDING, Mark.; MCIVOR, Arthur.; TONNEIJCK, Femke. H.; TOL, S.; EIJK, Van. *Mangroves for coastal defence. Guidelines for coastal managers & policy makers*. Wetlands International and The Nature Conservancy: 42p, 2014.
- SPINOLA, Juliana Lima. Participação e deliberação na RESEX Marinha do Pirajubaé (SC). Tese de doutorado. PPGMADE /IFCH/UFPR. Curitiba-PA, 207p, 2011.
- TEISSERENC, Maria José de Aquino e TEISSERENC, Pierre. Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia brasileira. In: TEISSERENC, Maria José de Aquino; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes; ESTERCI, Neide. (Orgs.). *Territórios, mobilizações e conservação socioambiental*. EDUF-MA: São Luís-MA, 2016, p. 31-60.
- TEISSERENC, Pierre. Governança territorial em reservas extrativistas. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 11, n. 22, 2015.
- VENTURA, Zuenir. *Chico Mendes-Crime e castigo*. Editora Companhia das Letras, 241p, 2003.
- WEVER, Lara; GLASER, Marion.; GORRIS, Philipp e FERROL-SCHULTE, Daniella. Decentralization and participation in integrated coastal management: Policy lessons from Brazil and Indonesia. *Ocean e coastal management*, v. 66, p. 63-72, 2012.

USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ: DE ENCLAVE À PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

Gilberto de Miranda Rocha

Introdução

As décadas de 1970 e 1980 são representativas da implementação e ampliação da política energética brasileira. O II Plano Nacional de Desenvolvimento lançado em 1974 pelo governo Ernesto Geisel estabeleceu como prioridade a implantação de grandes empreendimentos ao longo de todo o território nacional. A crise do petróleo em 1973 também pode ser compreendida como indutora complementar para a tomada decisão em prol da solução hidrelétrica.

Além da Eletrobrás e da Eletronorte, (Centrais Elétricas do Norte do Brasil) o surgimento e o fortalecimento de órgãos estatais estaduais também auxiliou na qualificação dos processos de planejamento e gestão da geração de hidrelectricidade no país. Trata-se de um retrato de época: a opção pelos Grandes Projeto de Investimentos (GPIs)¹²⁸ atrelados a Planos Nacionais de Desenvolvimento em pleno regime autoritário.

Os últimos vinte anos, no entanto, parecem vivenciar um processo de rediscussão e, em certa medida, de retomada do papel do Estado como planejador, fomentador e articulador das políticas de desenvolvi-

128. De acordo com Vainer e Araújo (1992, p. 29), a definição da expressão Grandes Projetos de Investimento não é muito precisa, sendo usada para caracterizar aqueles projetos que movimentam “em grande intensidade elementos como capital, força de trabalho, recursos naturais, energia e território”.

mento. Nesse contexto, desde 2000, é notória a retomada de construção de grandes projetos de investimentos (GPIs), principalmente usinas hidrelétricas. Apesar de associada a Planos de Desenvolvimento (PAC I e II), essa retomada ocorreu no contexto de um desenvolvimento nacional sob regime democrático e, ao mesmo tempo, sob os aportes de uma economia globalizada.

Conforme Zhouri e Oliveira (2007, p. 121) em um “quadro agravado a partir da privatização do Setor Elétrico brasileiro, já que os investimentos provenientes dos grandes grupos multinacionais se difundem, ora na aquisição das antigas empresas públicas, ora na formação de inúmeros consórcios”¹²⁹. Boa parte das empresas ligadas a atividades eletrointensivas multiplicaram seus investimentos na área de geração com o objetivo de atender suas próprias demandas. Ocorreu uma mudança no padrão de financiamento do setor elétrico, com implicações na geração de energia no país, com consequências na sua distribuição. O acesso e a disponibilidade energética passou a seguir as determinações do mercado de energia.

Apesar dessa mudança no país, é perceptível que, de forma aparentemente contraditória, há a presença nas instituições governamentais brasileiras, da difusão de um discurso favorável ao desenvolvimento de políticas e ações públicas associadas à inserção dos empreendimentos hidrelétricos de formas a contemplar a dimensão regional e local.

A construção de hidrelétricas na década de 2000, introduzindo planos de desenvolvimento regional e aporte de recursos para o fomento das ações públicas, representou a adoção de abordagem diferenciada do passado. As políticas e ações públicas para a potencialização do desenvolvimento regional geraram implicações, na perspectiva da relação local-global, que estariam determinando mudanças e reconfigurações na gestão dos territórios. Na Amazônia, esse processo tem se revestido de importância cabal, refletindo nas dinâmicas territoriais do processo de desenvolvimento regional nas últimas décadas.

O presente trabalho tem assim por objetivo refletir sobre os processos de inserção regional de usinas hidrelétricas na Amazônia, considerando

129. ZHOURI,A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. *Ambiente & Sociedade* . Campinas v. X, n. 2, p. 119-135 jul.- dez. 2007.

os aspectos mencionados acima e sua influência nas concepções de planejamento que orientaram a construção da UHE Tucuruí na década de 1980 e a na década de 2000. Desta feita, porém, um velho elemento parece assumir a centralidade das discussões em curso: a relação entre a usina hidrelétrica e o desenvolvimento regional e local.

Intenciona-se portanto contribuir com o debate e a análise dos efeitos da construção da usina hidrelétrica e a especificidade do Plano de Inserção Regional (PIR) da usina hidrelétrica de Tucuruí, construída a sua primeira etapa entre 1977 e 1986, em pleno regime autoritário e a segunda etapa construída entre 1998 e 2006, já em regime democrático, focalizando, principalmente, as concepções e os modelos de Inserção regional (IR); diferenças fundamentais no sistema de engenharia e logística territorial e, fundamentalmente, no concernente aos principais vetores do desenvolvimento regional.

1. Um debate de décadas: a inserção regional de usinas hidrelétricas

Na década de 1960, as grandes obras de aproveitamento dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica, constituíram-se em intervenções indiferentes às possíveis consequências negativas aos ambientes e espaços onde se localizaram. Segundo Burnstein (1989, p. 12), não eram considerados como sistemas complexos mas como meros jazimentos de recursos exploráveis sem implicações ulteriores. A forma de encarar o uso dos recursos hídricos para a construção de hidrelétricas à margem de qualquer consideração sobre o sistema ambiental e / ou regional, típico do primeiro momento foi, com o tempo, evidenciando certas mudanças.

Nos últimos quarenta anos, a literatura técnica e científica sobre os grandes projetos hidrelétricos tem revelado não somente a sua natureza impactante, evidenciando as transformações territoriais deles advindas nas décadas de 1970, 1980, 2000 e 2010 como também o caráter de enclave e, mesmo, de empreendimentos de múltiplos propósitos no que respeita ao desenvolvimento regional (ROFMAN, 1989; BRUNSTEIN, 1989; VAINER E ARAÚJO, 1992).

Tudo parece indicar que a complexidade se estabelece a partir das concepções, amplitude e alcance espacial das obras construídas a partir

dos anos de 1970 e 1980. Não se tratava de obras planejadas para responder a um conjunto compatível de demandas intra e extraregionais. Conforme Burnistein (1989, p. 13), desde então, trata-se precisamente de obras cujo objetivo central se associa a apenas uma variável, a hidroeletricidade em detrimento de outras e, ao mesmo tempo, atentando a interesses distantes. Uma importante informação no surgimento dos grandes projetos de investimentos (GPIs) são as necessidades de um mercado ampliado. Desde necessidades locais a demandas globais.

Sobre a articulação das regiões com um todo, Vainer e Araujo (1992, p. 25) afirmam que, “a política de desenvolvimento regional global é substituída por programas específicos (polos, regiões – programas) que insistem na articulação da região com a totalidade e não mais na articulação intrarregional”. Assim, a natureza de enclave aponta a evidente subordinação do conjunto de interesses regionais ao cumprimento de um fim único: *a geração de energia elétrica* para abastecer demandas espacialmente distantes e potencializar os processos de acumulação de capital extraregionais, com mínimos benefícios para a região de implantação. Em muitos casos estes Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) conformaram verdadeiros *enclaves territoriais* – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial (VAINER, 1992).

A relação entre a implantação de grandes projetos de investimento, em especial, os grandes projetos hidrelétricos, e as populações locais, tem constituído, nesse sentido, um aspecto recorrente (desde a década de 1970) no âmbito dos debates sobre o desenvolvimento regional e local na Amazônia (VAINER; ARAÚJO, 1992). Deve-se destacar o fato de que, em regiões periféricas, a implantação de grandes projetos de investimentos transformam profundamente as formas de uso e ocupação do território, o modo de vida das populações regionais, o aporte demográfico, a rede de cidades e o sistema de povoamento e, rompeu, em certo sentido, com os circuitos de acumulação e de desenvolvimento historicamente construídos, redefinindo a realidade regional (ROCHA, 2006).

Os grandes projetos são “geradores de novas regiões” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 31). Os autores enfatizam que essas alterações recriam a região a partir dos grandes projetos de investimento. Em outras palavras, os grandes projetos são portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para

decompor e compor regiões. Ponto angular dessa questão é a aprovação dos benefícios gerados pelos aproveitamentos hidrelétricos na região. Normalmente, em função da desigualdade inerente à dinâmica econômica e o reforço da legislação vigente, os benefícios são apropriados externamente pela região. A mitigação de impactos sociais e ambientais gerados pelas usinas hidrelétricas e as compensações financeiras figuram entre os poucos instrumentos “compensatórios” para os estados e municípios e as populações atingidas (ROCHA, 2003).

No âmbito das inversões públicas na Amazônia, por um lado, as usinas hidrelétricas têm se destacado também face ao volume de recursos que mobilizam (capital, recursos naturais, energia e força-de-trabalho). Basta lembrar Tucuruí, Balbina e Samuel, além de outras obras de similar envergadura construídas e/ou projetadas como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, mais recentes. De outro lado, pela sua especificidade, as usinas hidrelétricas constituem empreendimentos geradores de poucos efeitos multiplicadores para o desenvolvimento regional. Visando a atender as demandas extrarregionais, o planejamento hidrelétrico regional tem sido pautado em cronogramas econômico-financeiros restritos à viabilidade da obra.

Segundo Santos (1996), num contexto da Eletrobrás e de suas subsidiárias é de se compreender que os critérios para tomada de decisão e localização de UHE são estabelecidos pela relação custo/benefício, associados à definição técnica do potencial energético a aproveitar¹³⁰. O equacionamento das questões ambientais e, em particular, dos impactos sociais somente muito recentemente começaram a ser considerados e, mesmo assim, como forma de minimizar situações concretas existentes¹³¹.

Na Amazônia, três grandes barragens foram construídas desde a década de 1970: na barragem de Tucuruí, mais de 30 mil pessoas foram impactadas (MOUGEOT, 1986)¹³². A formação do reservatório hidráulico promoveu

130. SANTOS, Silvio Coelho. “Notas sobre o deslocamento de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas na Amazônia”. In: MAGALHÃES, Sônia; BRITO, Rosyan; CASTRO, Edna (orgs.). Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996 (pp. 689-696).

131. Comissão Mundial de Barragens. Barragens e Desenvolvimento. Um novo modelo para tomada de decisões. Relatório Técnico. www.dams.org. 2000.

132. MOUGEOT LUC J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie : les premières leçons de Tucurui, Para. Cahiers des Sciences

a inundação de treze núcleos populacionais e uma sede municipal ao longo da calha do rio Tocantins. Em Samuel, em Rondônia, a construção da Usina hidrelétrica implicou a inundação de cerca de 540 km² para gerar 216 MW de potência instalada e o remanejamento e deslocamento compulsório de 238 famílias, além de submersão de trechos de rodovias. Nesse mesmo estado, núcleos urbanos foram atingidos pela construção das usinas hidrelétricas Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira.

Haveria possibilidade de tornar efetiva a implantação de uma usina hidrelétrica cujo planejamento tomasse como referência não a obra em si mas, sobretudo, o quadro regional?

Apesar do caráter dominante de enclave das usinas hidrelétricas, há projetos de múltiplos propósitos ou com medidas compensatórias. A concepción de “aproveitamento múltiplo” encontra-se associada a um sistema de interrelações obra – entorno ambiental e regional. Disto se infere que se deveria descartar os estudos de impacto ambiental ou regional para converter-se em estudos sistêmicos de inserção regional do empreendimento. “Al haber aceptado que la obra se compone de un conjunto integrado de aprovechamientos múltiples estamos formalmente afirmando que los distintos procesos se vinculan a los diferentes entornos de modo tal a constituir sistemas de interrelaciones multidireccionales”. (ROFMAN, 1988, p. 44).¹³³ Ainda acrescenta o autor, “nuestro enfoque, por lo tanto, acepta plenamente que un proyecto de inversión en una represa hidroeléctrica no puede ser ya más considerado como una ‘fábrica de energía’ sino que consiste, fundamentalmente, en uno aprovechamiento múltiples basado en el recurso hídrico disponible” (ROFMAN, 1988, p. 63)¹³⁴.

Conforme Brunstein(1989), desde a década de 1980, usinas hidrelétricas têm sido construídas para atender e viabilizar outros propósitos além da geração de energia, tais como Salto Grande (Uruguai e Argentina) e Corpus (Argentina e Paraguai). Todavia, como também lembra Brunstein,

Humaines, 1986, 22 (3/4), p. 401-417.

133. ROFMAN, A. *Avaluación comparativa de metodologías aplicadas en los estudios de grandes represas*. Buenos Aires: Cuadernos de CEUR, 13, 37 – 58, 1988.

134 ROFMAN, A. *Consideraciones en torno a los procesos económicos asociados a los construccion de aprovechamientos multiples*. Buenos Aires: Cuadernos de CEUR, 13, 63 – 82, 1988.

devemos considerar o fato de que uma represa possa assegurar energia, navegação, comunicação viária interregional etc., cumprindo, evidentemente, múltiplos propósitos, não significando necessariamente que esteja gerando benefícios para a região de sua implantação.

Do mesmo modo, se a energia for o único propósito, mas significar tarifas diferenciadas com base na área de localização, por exemplo, como no caso do ICMS cobrado na fonte, poderia se falar, talvez, de benefício regional sem propósitos múltiplos, apesar dos impactos. Também é necessário diferenciar entre propósitos múltiplos e aproveitamentos múltiplos, que se referem ao uso simultâneo de vários recursos.

Assim, conforme Vainer e Araújo(1992), “ao postular o espaço regional apenas à luz da rubrica custos de implantação, o projeto expõe sua verdadeira natureza. A natureza e lógica dos grandes empreendimentos hidrelétricos não deixam dúvidas: trata-se de explorar determinados recursos naturais e espaços, mobilizar certos territórios para uma finalidade específica – produção de hidroeletricidade”.

Nesse contexto, no plano político, emerge o debate sobre a inserção regional de empreendimentos hidrelétricos. Becker (2001) destaca a esfera política enquanto espaço de mediação. A política, entendida como “esfera-espaço mediador das transformações históricas efetivas do desenvolvimento regional”. Esfera específica que permite rever os processos em curso que se evidenciam no âmbito da dinâmica regional. E, ao mesmo tempo, permite implementar políticas de concertação dos modelos de desenvolvimento.

O conceito de inserção regional de usinas hidrelétricas emerge na década de 1980 e vem sendo desenvolvido ao longo das últimas décadas. Alguns fatores devem ser considerados no que concerne a relevância da dimensão regional no planejamento hidrelétrico, entre eles, o papel efetivo dos movimentos sociais, a pressão de instituições internacionais, o processo de redemocratização e mudanças institucionais, além dos efeitos regionais da construção das hidrelétricas.

A inserção regional é compreendida pelo Setor Elétrico, por um lado, como:

O esforço para a integrar na região os investimentos representados por seus empreendimentos, promovendo a compatibilização dos objetivos específicos do setor com os interesses e as necessidades da população e

das atividades econômicas regionais. Analisar as repercussões dos empreendimentos do setor, segundo a ótica regional, contemplando sua adequada integração, não só pelo aproveitamento e maximização das potencialidades regionais, como também pela integração, na região, de um número tão expressivo quanto possível de benefícios indiretos ou laterais associados ao empreendimento (ELETROBRÁS, 1990).

Carlos Vainer e Araújo (1992), focalizam, por outro lado, que a Inserção Regional, aparece como uma tímida proposta redistributiva (de custos e benefícios) cujo sentido é a preservação dos modos de planejamento e produção de hidroeletricidade dominantes a partir dos anos de 1970, restringindo-se à introdução de novas variáveis ao planejamento do setor elétrico e à aceitação de incorrer a determinados custos compensatórios. Do ponto de vista político, ela constitui estratégia de legitimação e viabilização social.

Constata-se que, mediante a implantação dos grandes projetos de investimentos (GPIs), ocorre uma nova projeção territorial. O território é apropriado pelo centro hegemônico, pela política e economicamente. Os recursos regionais foram apropriados, sem que as “regiões de acolhimento” participassem, consolidando, dessa forma, as desigualdades preexistentes. Scherer-Warren (1988 *apud* VAINER; ARAÚJO, 1992)), aponta que os GPIs buscam atender simultaneamente à produção e à reprodução das condições gerais da acumulação e do ordenamento territorial.

É fato, porém, que os novos empreendimentos hidrelétricos, como Belo Monte e a segunda etapa da Usina Tucuruí, por exemplo, se comparados aos empreendimentos construídos na década de 1970 e 1980, apresentam novas concepções e diferenciadas formas de inserção regional, inclusive com a elaboração de plano e definição de fundos de desenvolvimento regional, ainda que não altere, em essência, a natureza estratégica intrínseca de viabilização social e regional da obra. Dada a amplitude e as tendências de implantação de novos empreendimentos, na Amazônia, urge as seguintes indagações:

Em que medida, o Plano de Inserção Regional (PIR) da Usina Hidrelétrica Tucuruí internalizou benefícios à Região de Integração do Lago Tucuruí ? As novas concepções de inserção regional da Usina Hidrelétrica Tucuruí e seus efeitos territoriais na região superam a condição de enclave inerente aos projetos hidrelétricos?

2. Usinas hidrelétricas na Amazônia

No Brasil, a energia hidráulica é a mais importante fonte primária para a geração de energia elétrica, considerando o potencial disponível e sua viabilidade econômica. Conforme dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), atualmente, o Brasil possui 86.274 MW de capacidade instalada. Em termos do balanço energético, 79% da energia brasileira provém de fonte hídrica.

Existem no Brasil aproximadamente 2.000 barragens. Do total, 625 se encontram em operação – (139 são grandes barragens com mais de 30 MW; 233 barragens com potência entre 1 e 30 MW; 153 barragens com capacidade abaixo de 1 MW); e cerca de 1.530 micro barragens. O Plano Nacional de Energia Elétrica (1990-2015) da Eletrobrás previa a construção de mais 494 grandes barragens. Segundo a Eletrobrás, também existe um potencial que poderá vir a ser explorado em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) em torno de 942 novas barragens. Dados do Ministério das Minas e Energia (MME) informam que 50 grandes barragens se encontram em construção e estão projetadas a construção de mais 70 grandes barragens.

Na Amazônia, a construção de usinas hidrelétricas¹³⁵ inicia-se a partir da década de 1970. Associado às políticas de integração nacional¹³⁶ e aos planos, programas e projetos de exploração dos recursos

135. A geração hidráulica é responsável por cerca de 40% da oferta interna de energia no Brasil – percentual ligeiramente superior ao do petróleo e do gás natural somados (37%) – e por mais de 70% do suprimento de eletricidade no país. De acordo com a Eletrobrás (2010), a energia hidráulica participa de forma significativa na matriz energética brasileira, representando 79% da disponibilidade de energia elétrica. Apesar de que apenas 27% do potencial hidrelétrico nacional, estimado em 260,1 mil MW está sendo aproveitado, a construção de usinas hidrelétricas tem se constituído em uma prática recorrente no âmbito da política energética nacional. A necessidade de aproveitamento do potencial hidrelétrico do país remonta a década de 1950 em consonância com as aspirações desenvolvimentistas emergentes naquele contexto histórico. No entanto, as políticas de modernização e de integração nacional estabelecidas durante o regime militar, transformaram esse padrão de geração de energia elétrica, em um retrato de uma época. A construção da UHE de Itaipu (UHE binacional) na região sul, das UHE Xingó e Sobradinho na região nordeste do país são exemplos.

136. No período entre 1966 e 1990, um conjunto de Planos, Programas e Projetos foram elaborados e implementados a título de consubstanciar a Integração regional econômica ao Centro – Sul do país.

naturais regionais¹³⁷, o aproveitamento do potencial hidrelétrico tem como base os Estudos Tocantins (1970), quando do inventário do potencial hidrelétrico da Amazônia Brasileira. Nas décadas de 1970 e 1980, foram construídas as UHE Tucuruí, no Estado do Pará, Balbina, no Estado do Amazonas e Samuel, no Estado de Rondônia. Justificativas geopolíticas e econômicas asseguraram a construção desses empreendimentos no contexto dos planos de desenvolvimento regional e nacional (BOGGIO; DROULERS; CATAIA; VELUT, 2014).

Depois de um período de arrefecimento da dinâmica de aproveitamento do potencial energético nacional, durante a década de 1990, no final da referida década e início da década de 2000¹³⁸, assiste-se à retomada de construção de usinas hidrelétricas no Brasil.

Moretto (2008), argumenta que a crise energética do final da década de 1990 é resultado de um vazio de planejamento de usinas hidrelétrica vivido a partir de 1980. Acentua Moretto, *et al.* (2012, p. 154) que

Ainda que neste período tenha havido um menor número de usinas hidrelétricas implantadas e um potencial instalado total também menor do que no período anterior, é possível classificar o período como uma retomada da capacidade política, institucional e técnica de planejamento hidrelétrico, considerando-se, sobretudo, que este período é

137. A construção da UHE Tucuruí entre 1977 e 1984 constituiu em um importante aporte de infraestrutura energética para a exploração de recursos minerais. As raízes dessa associação remonta ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia(PDA), Polamazônia, e os programas Grande Carajás e o estabelecimento do Complexo Industrial do Alumínio Albras – Alunorte, em Barcarena, além de outros associados à exploração dos recursos naturais regionais.

138. Em 2001, consolidou-se a crise de energia elétrica - o apagão - como consequência da ausência de políticas consistentes de planejamento e investimentos no setor durante os anos 1990. Neste contexto, o governo federal inicia uma ampla reestruturação institucional no modelo de geração hidrelétrica que aumenta a capacidade de planejamento do setor. A par, a maior solidez dos instrumentos de política ambiental neste período passou a condicionar de forma mais organizada um conjunto de normas e orientações que configuraram um maior grau de disciplinamento do uso do espaço em relação ao período anterior. MORETTO, E. M.; GOMES, C. S.; ROQUETTI, D. R.; JORDÃO, C. O. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica. *Ambient. soc.* vol.15 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2012.

composto por apenas 10 anos, quando comparado com o período anterior composto por vinte anos. Destaque especial é dado à retomada da implantação de usinas hidrelétricas na região Amazônica, com um incremento em número e em potência total instalada em relação aos períodos anteriores.

Essa retomada, em particular, na Amazônia leva a sua transformação em a nova fronteira para a geração de energia hidrelétrica no país, a “fronteira energética”. Trinta e uma usinas hidrelétricas instaladas, no período, em todo o território nacional. Desse total, dez usinas localizadas na região Amazônica, demonstrando uma reorientação geográfica do planejamento hidrelétrico para aquela região. Essa reorientação pode ser justificada pela escassez de potencial hidrelétrico em grande parte das bacias hidrográficas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2008), restando, portanto, a região Amazônica para o aumento da oferta energética (MORETTO et al, 2012).

As justificativas de ampliação do aproveitamento do potencial hidrelétrico regional associam as estratégias de superação da crise energética nacional(2001) às estratégias de integração sul-americana (IIRSA,2002), agora atendendo a apelos de inserção da região em uma economia globalizada. No caso da Amazônia, a construção de usinas hidrelétricas tem sido parte de uma política que tem possibilitado a reprodução e até a expansão das atividades que supõem uma exploração intensiva dos recursos naturais nos chamados “países em desenvolvimento” (BERMANN, 2004).

Para o mesmo autor, essa política, que resultou na construção de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, reproduz-se, hoje, com a disseminação de novos empreendimentos destinados ao fornecimento de energia a grupos como ALCAN Alumínios do Brasil (Canadá), atualmente Novelis Brasil Ltda, ALCOA Alumínio (EUA), Billiton Metais (Reino Unido) e outros.

Dos trinta novos projetos planejados para serem inaugurados no período de 2011 a 2020, dezoito hidrelétricas estão localizadas na região Amazônica, de acordo com o atual Plano Decenal de Energia (EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, 2011), destacando as usinas hidrelétricas de grande porte de Estreito (1087 MW), Santo Antônio (3150 MW), de Jirau (3300 MW), de Belo Monte (11233 MW) e de Teles Pires (1820

MW). Uma delas sendo finalizada no território do Estado do Pará. Veja no mapa a seguir a distribuição geográfica das usinas hidrelétricas na Amazônia legal, ainda em 2014.

As usinas hidrelétricas construídas nas décadas de 1970 e 1980 deixaram profundas marcas em termos da relação entre região e desenvolvimento. A relação entre os aproveitamentos hidrelétricos e o desenvolvimento dos espaços territoriais regionais e locais mostrou-se repleta de contradições e num horizonte próximo de difícil conciliação. Os impactos territoriais decorrentes tornaram essas grandes obras de infraestrutura polêmicas em diversos aspectos e, particularmente, no que diz respeito à internalização dos benefícios.

Os benefícios tem se mostrado tímidos face aos efeitos e impactos gerados. Nesse contexto, as barragens já inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no país. Na Amazônia, cidades, vilas e povoados foram submersos, populações urbanas e rurais (indígenas, ribeirinhas) foram afetadas. Nesse processo, não somente foram submetidas a deslocamento compulsório, deslocamento forçado, como também redefiniram o modo de vida.

Está em pauta, conforme Vainer (1992), a forma como a sociedade brasileira ocupa e explora o seu território, como distribui espacialmente a riqueza e as possibilidades de desenvolvimento. Os empreendimentos hidrelétricos são concebidos na forma de enclaves em relação aos espaços regionais e locais, pois são construídos basicamente para um fim último, a geração de energia elétrica (ROCHA,2002).

3. Usina hidrelétrica Tucuruí: enclave ou projeto de múltiplos propósitos ?

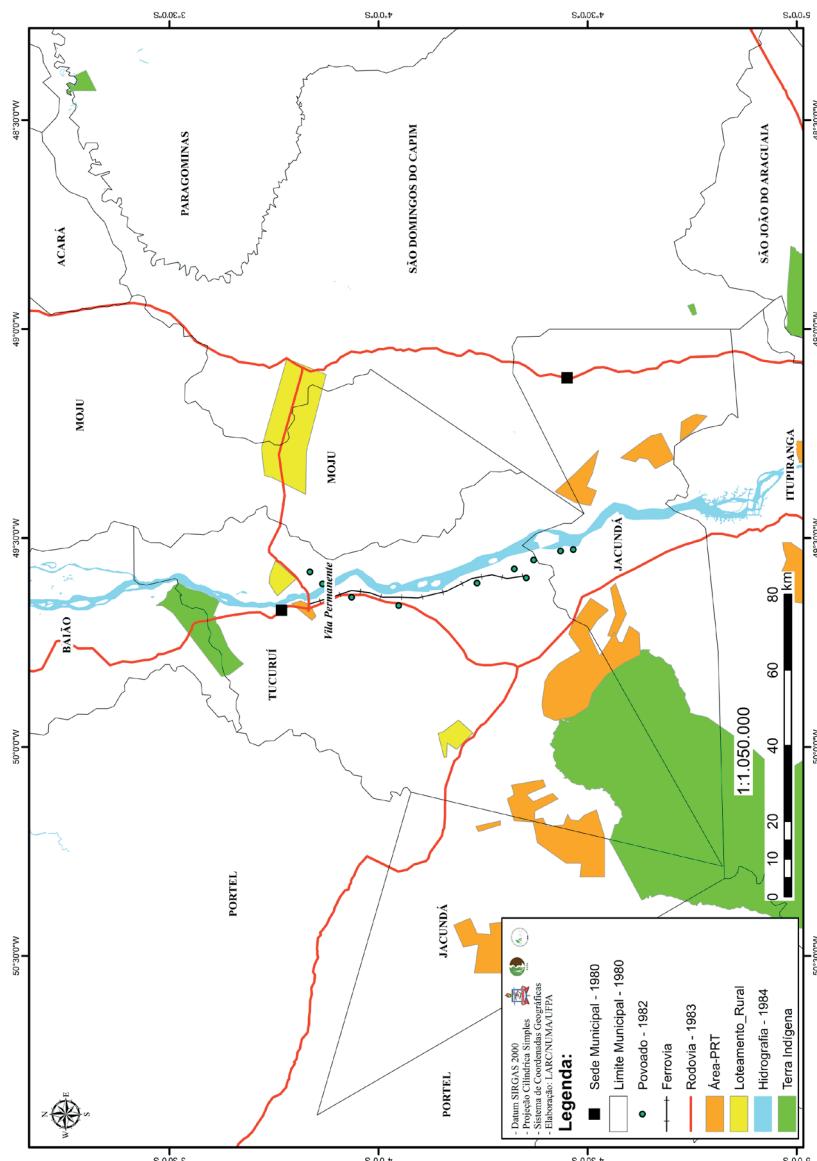
A UHE Tucuruí impactou profundamente o espaço regional construído historicamente, ao ponto de redefinir a estrutura espacial e a organização socioeconômica: a estrutura produtiva com usos territoriais marcados pelo extrativismo da castanha-do-pará, pela pesca, extração de diamantes e todo o sistema de povoamento, de vilas e cidades nas margens da estrada de ferro Tocantins e do rio Tocantins – que consistia no sistema de circulação flúvio - ferroviário, foi substituído pelo um novo sistema espacial.

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí ocorreu em duas etapas. A primeira, entre 1977 e 1986, e a segunda, entre 1998 e 2008. Ambas as etapas, com intensidades diferentes, imprimiram mudanças substanciais na estrutura espacial do Médio Tocantins construída ao longo da segunda metade deste século. A formação do reservatório hidráulico provocou a submersão da base material-geográfica anterior, da qual dependia entre 6 e 10 mil famílias, aproximadamente 30.000 habitantes das margens do Rio Tocantins.

A inundação submergiu cerca de quatorze povoados ribeirinhos: a sede municipal do município de Jacundá, os povoados de Vila Delphos, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Pucuruí, Breu Branco, Repartimento Central, Jacundazinho, Jatobal, Remansinho, Altamira, Ipixuna, Vila Tereza do Taurí, Santo Antônio e a antiga Estrada de Ferro Tocantins que junto com o rio Tocantins compunha o sistema flúvio-ferroviário responsável pela circulação da produção extrativa da castanha.

Igualmente, inundou trechos do Projeto Integrado de Colonização – Marabá, da rodovia Transamazônia e da Br – 422, que liga Tucuruí a essa rodovia, implantados na primeira metade da década de 1970 pelo programa viário e pelas políticas de colonização do Programa de Integração Nacional, e ainda deixou sob as águas cerca de 2.600 quilômetros de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva indígena dos Parakanãs (Mapa 1).

Mapa 1: Povoados e assentamentos rurais e terras indígenas e configuração territorial na área de Tucuruí, antes da formação do reservatório hidráulico, estado do Pará, 1984.



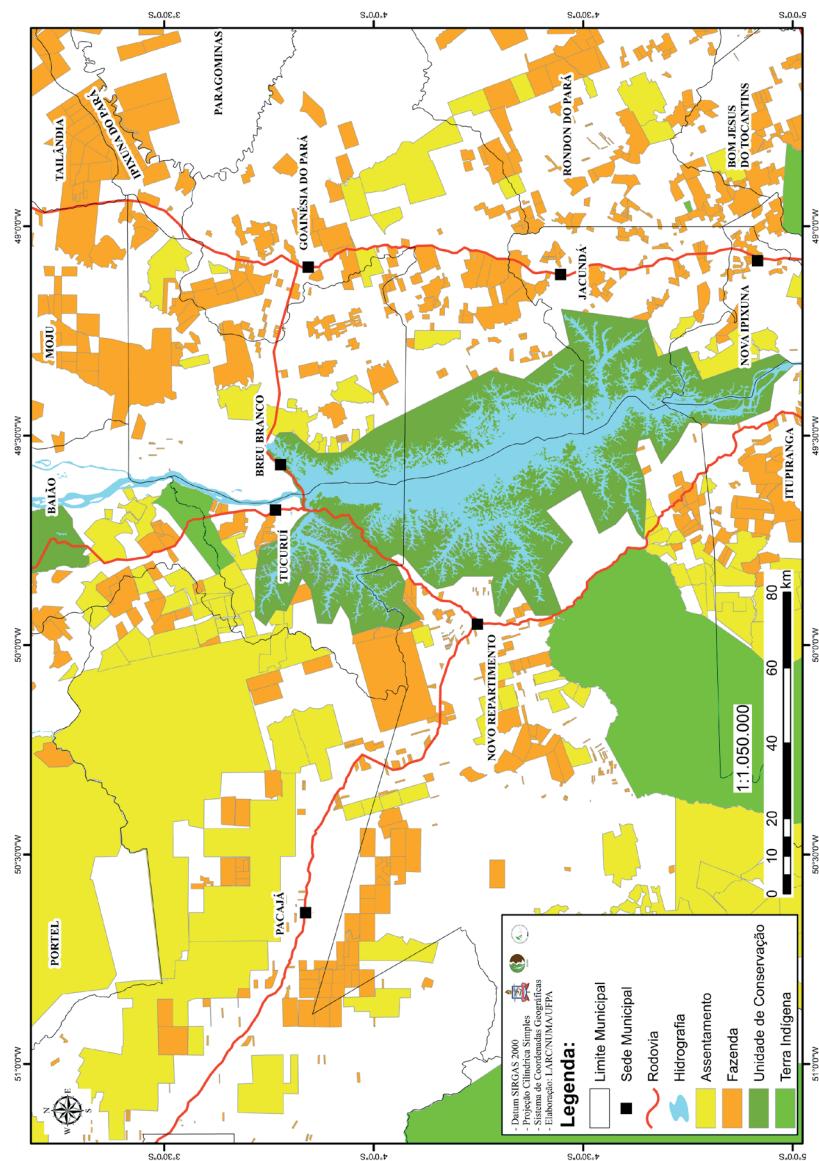
Estudos realizados por BARROW & MOUGEOT (1982, p.25), a partir de dados de 1980, estimaram que a população da área do reservatório hidráulico girava entre 25.000 e 55.000 habitantes.

É importante acentuar que tais impactos sobre a estrutura regional lograram, de forma concomitante, processos de disruptão social (ACSELRAD, 1991). A perda dos referenciais espaciais de existência coletiva, o deslocamento compulsório das populações locais atingidas e a relocação populacional alteraram o modo de vida e as relações entre a sociedade e a natureza. A princípio, não estavam previstos relocações urbanas e rurais. Prevalecia a indenização como mecanismo de compensação pelas perdas materiais das populações atingidas. O movimento de atingidos pelas barragens (MAB), exerceu papel fundamental em exigir além de indenização justa, habitação e acesso a terra. “Casa por casa, terra por terra, indenização justa”, eis o slogan do MAB à época.

No que concerne ao sistema flúvio – ferroviário, esse submergiu junto com o uso do território e foi substituído pelas rodovias federais e estaduais. As eclusas que tornariam viáveis a navegação ainda não foram concluídas. Houve mudança tanto nas atividades econômicas (extrativismo da castanha, agricultura familiar e garimpagem de diamantes, agropecuária, produção de carvão vegetal e energia elétrica). Deve-se destacar que, apesar desses efeitos, a disponibilidade energética não se constituiu como efeito multiplicador da nova estrutura. Houve reforço da condição de enclave, posto que não privilegiou a região acolhedora (mapa 2).

Demograficamente, houve mudança no tamanho, no ritmo de crescimento, na distribuição espacial e na estrutura da população. Em 1970, 17.486 habitantes viviam na região. Dados de 2010 atestam uma mudança de mais de 350% do aporte demográfico. A Tabela 1 sintetiza os dados da população residente na região e sua evolução ao longo do período entre 1970 e 2010. O Município de Tucuruí é o mais populoso, concentrando aproximadamente 25% da população total. Os municípios de Jacundá e de Novo Repartimento têm população superior a cinquenta mil habitantes. No Censo Demográfico de 2010, o município de Breu Branco (52.497 hab.) superou o tamanho da população de Itupiranga (51.258 hab.). Nova Ipixuna é o município menos populoso, concentrando apenas 14.645 habitantes. Essas mudanças demográficas devem-se sobretudo à mobilidade do trabalho expressa nas migrações interregionais.

Mapa 2: Cidades, assentamentos rurais, terras indígenas e usina hidrelétrica Tucuruí, Estado do Pará, 2016.



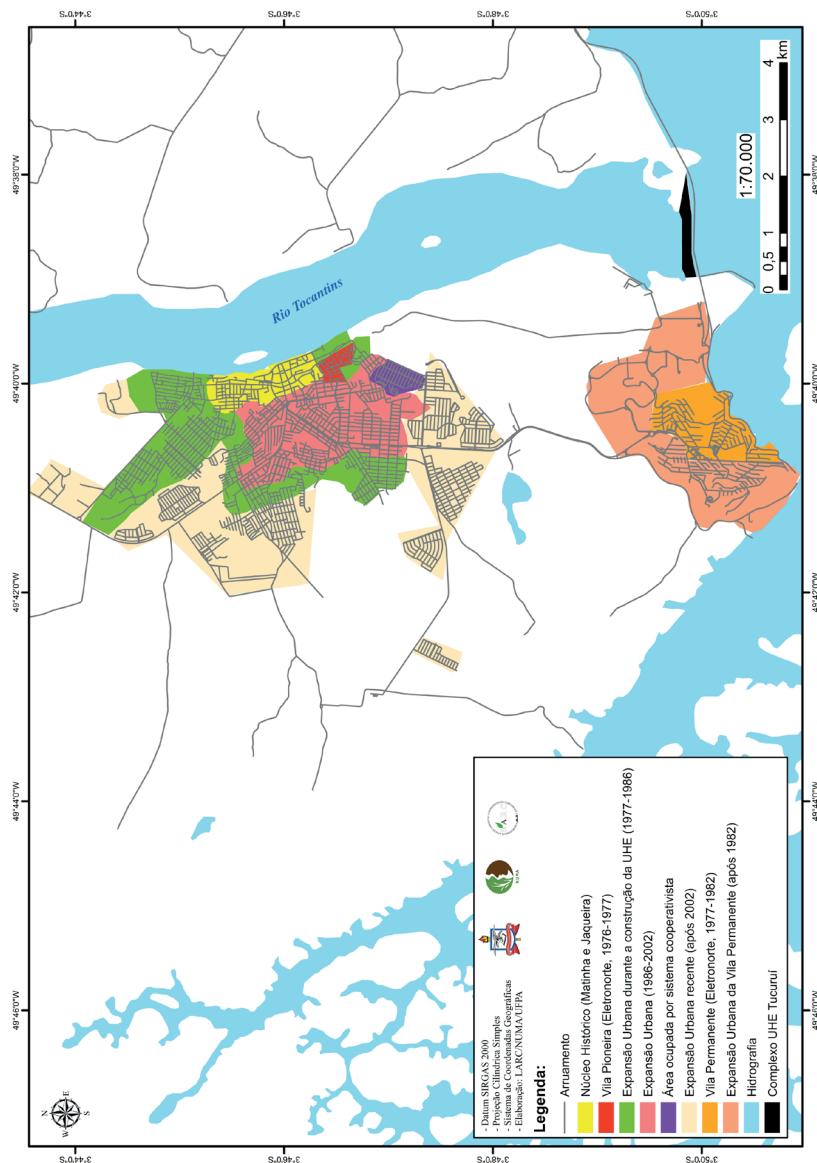
A expressividade da concentração populacional urbana reflete o processo histórico de formação do espaço regional. Nesse contexto demográfico, novas cidades como Breu Branco e Novo Repartimento, construídas para abrigar a população que vivia nas margens do Tocantins, e Goianésia do Pará, Jacundá, Itupiranga e Nova Ipixuna respondem, em parte pela nova estrutura espacial urbana.

A cidade de Tucuruí conheceu profundas modificações na sua estrutura urbana. Em 1970, residiam no município de Tucuruí 9.921 habitantes dos quais 5.628 residiam na sede municipal. Em 1980, chegou a abrigar nada menos que 61.123 habitantes. Dados da Eletronorte atestam que na fase mais crítica da construção da UHE, Tucuruí concentrava 120.000 habitantes. Em 2010, tratava-se de um município quase que essencialmente urbano. Na sede municipal viviam 92.433 dos 97.109 habitantes do município. A população rural estava em torno de 4.676 habitantes.

Ocorre que a cidade de Tucuruí nas fases de construção da Usina Hidrelétrica concentrou praticamente toda a força de trabalho mobiliada para a construção da obra. Desde o início, o núcleo urbano não dispunha de condições infraestruturais para abrigar o contingente populacional que se deslocaria no período de construção da UHE.

Para tanto, a empresa concessionária de energia e responsável pela obra, Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRO NORTE, projetou uma nova estrutura urbana constituída de quatro núcleos urbanos: A vila Pioneira, a vila Permanente e as vilas Temporária I e Temporária II. A primeira foi construída em 1977, no período inicial dos estudos de viabilidade do empreendimento. Construída anos mais tarde, em alvenaria, a Vila Permanente dispunha também de um aeroporto, um porto fluvial e um grande hospital para atendimento da população local, além dos funcionários da construção. Essas vilas eram condomínios fechados no meio da selva amazônica, com água e esgoto tratados, ruas pavimentadas, supermercados, e escolas, desde creche até o nível técnico. Importante considerar o fato de que apresentava características opostas à realidade do núcleo histórico da cidade de Tucuruí, que terminou por se transformar em “fronteira urbana”(ROCHA, 1999). O crescimento da cidade de Tucuruí integrou-a definitivamente na sua estrutura urbana. As vilas Temporárias I e II foram desativadas logo após o término da primeira etapa da UHE.

Mapa 3. Cidade de Tucuruí e a vila Pernamente da Eletronorte e a usina hidrelétrica Tucuruí, estado do Pará, 2016.



A vila Permanente, a Company Town, localizada a 7 quilômetros de Tucuruí é parte integrante da Usina Hidrelétrica na medida em que concentra o pessoal mobilizado para a operacionalização da UHE. Trata-se de um núcleo urbano que difere das formações urbanas regionais: desde o princípio já dispõe de estrutura com todos os equipamentos urbanos; esgotos, energia elétrica, centro de serviços, bancos, comércio e centro administrativo. Quando da finalização da primeira etapa da UHE Tucuruí, parte das habitações da Vila Permanente foi desativada. No período entre 1998 a 2006, a construção da segunda etapa da Usina Hidrelétrica e das Eclusas do Rio Tocantins exigiram a mobilização novamente de força de trabalho. As requalificação, refuncionalização e ampliação dos espaços que compõem a Vila Permanente tornaram-se necessárias (Mapa 3).

Outro aspecto importante quanto à concepção e ao planejamento da construção da Usina hidrelétrica diz respeito à legislação e à elaboração e à implantação de planos de inserção regional do empreendimento.

A UHE Tucuruí teve sua primeira etapa concluída em 1984, antes das exigências da legislação quanto ao licenciamento ambiental, mais especificamente das Resoluções CONAMA nº 01/86 e 06/87. Somente em 1998 foi regularizado o processo de licenciamento ambiental pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM), com condicionantes à reformulação de desenvolvimento de programas ambientais, dentre estes a criação dos Planos de Desenvolvimento Sustentáveis à montante e à jusante da UHE, como compensação e mitigação dos impactos causados nas duas regiões de influência.

Com estas exigências, em 2002, portanto em plena construção da segunda etapa da usina hidrelétrica, foram iniciados os processos para a criação de mecanismos de participação social na região à Montante através do Plano de Inserção Regional (PIRTUC) e seu Conselho Gestor (CONGEPE), com abrangência de sete municípios e à Jusante com a elaboração participativa do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS) e seu Conselho Gestor (CONJUS), com abrangência de cinco municípios. Esses mecanismos foram resultado das reivindicações dos movimentos sociais dos municípios afetados pela UHE Tucuruí que culminaram na implantação da política institucionalizada pela diretoria da Eletronorte a partir de 2003 e a criação da Coordenação de Inserção Regional (EIR) que adotou a democracia participativa e os princípios do desenvolvimento susten-

tável e do compartilhamento de responsabilidades para as atividades.

Conforme relatório elaborado pela Coordenação de Inserção Regional – EIR da Eletronorte, para as ações previstas pelo PPDJUS (R\$ 1,6 bilhões) foram financiados 10% desses pela Eletronorte no Plano de Inserção Regional à Jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS) que definiu seus recursos financeiros para aplicação ao longo de vinte anos, sendo R\$ 27 milhões nos três primeiros anos. Coube ao CONJUS a definição dos projetos a serem objeto de convênios PIRJUS entre Eletronorte, prefeituras e demais instituições públicas.

Esta experiência de gestão participativa ocorrida por conta da UHE Tucuruí, em 2003, envolveu vários ministérios, órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e possuiu vários projetos e várias ações realizadas em áreas de educação, agricultura familiar, cadeia do açaí, construção naval artesanal, cultura, ordenamento e mapeamento territorial.

Este espaço de governança para planejamento, participação e negociação já possui 13 anos e pode ser caracterizado como um mecanismo importante para o processo de desenvolvimento territorial e direcionamento de políticas públicas. Entretanto é inevitável o reconhecimento de que tais processos se estabeleceram após a consolidação da usina e de sua infraestrutura complementar. Ponto de interesse também é o fato de que os objetivos dos planos de inserção são dimensionados em compensar ou mitigar os impactos. Pouco nos processos de potencializar o desenvolvimento regional.

Uma preocupação do passado, se refaz no presente, conforme Sigaud (1988). ‘Acreditava-se’ que os benefícios gerados por elas iriam se sobrepor aos pontos negativos ao longo do tempo, ou seja, os efeitos negativos estariam subordinados a um fator preponderante, ‘a questão energética’.

Considerações finais

Conforme acentua VAINER (2007), os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões. A região do Lago de Tucuruí é expressão das transformações espaciais desencadeadas pela instalação de um grande projeto de investimento:

a Usina Hidrelétrica Tucuruí. Construída em duas etapas, 1976 – 1984 e 1998 – 2007, a UHE alterou profundamente a estrutura e os sistemas territoriais regionais e locais. Houve, de fato, a produção de um novo espaço regional, por um lado, alicerçado nas atividades agropecuárias e de geração de energia tendo as rodovias como principais eixos de integração e, por outro, marcado por profundas desigualdades sociais.

Em termos demográficos houve alteração no tamanho, no ritmo de crescimento e na distribuição espacial da população. Um dos fenômenos mais expressivos quanto à redistribuição interna diz respeito à urbanização do território. Não somente houve acentuada concentração populacional urbana como ampliou o número de cidades na área. Hoje a maioria da população vive em cidades cujo ritmo de crescimento é mais significativo do que nos espaços rurais.

Estas mudanças espaciais, nas formas de uso e ocupação do território e a redistribuição populacional, foi seguida por transformações no padrão de organização da infraestrutura de transporte regional. Do sistema flúvio – ferroviário a novo sistema alicerçado nas rodovias. Durante a construção da UHE, as obras complementares construídas projetaram a organização de um novo território. Essas transformações são exemplos dos rumos seguidos pelos espaços de acolhimento de grandes projetos de investimentos como as Usinas Hidrelétricas.

A geração de energia elétrica, de fato, se impôs como função e objetivo primordial dos investimentos projetados e implementados na área de Tucuruí. O caráter de enclave paraceu inerente ao empreendimento e sua inserção regional. Os programas de reassentamento e relocação das populações atingidas não estavam previstos como medidas mitigadoras dos efeitos e impactos do grande empreendimento. Os núcleo urbanos e os assentamentos pararurais foram conquistas dos movimentos sociais e das repercussões negativas advindas dos impactos da obra.

Obras de grande evergadura associadas à usina hidrelétrica, como as eclusas no rio Tocantins, as obras do sistema de transposição de desníveis da UHE Tucuruí tiveram início em 1981 quando foi firmado um contrato para a execução das obras civis entre as Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE e a empresa de Construções e Comércio Camargo Correa S/A, tendo como interveniente a Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRAS. Apesar da importância para o desenvolvimento regional, principalmente no que diz respeito ao escoamento

de grãos e minério, foi concluída em 2010 - com pendências relativas à navegação, pois dependente da hidrovia do Araguaia – Tocantins - que colocam em nível secundário os interesses ligado à navegação.

O Plano de Inserção Regional (PIRTUC), exigência da legislação quanto ao licenciamento ambiental, mais especificamente das Resoluções CONAMA nº 01/86 e 06/87 foi criado somente em 1998 em virude das necessidades de licenciamento ambiental e foi iniciado praticamente quinze anos após a conclusão da primeira etapa da usina. Tratou-se mais da execução de programas e projetos de assistência econômica e social. O Plano de Inserção Regional à Jusante da UHE Tucuruí (PIR-JUS), por sua vez, foi o resultado de ações políticas decorrentes dos impactos à jusante da barragem decorrente da redução do volume de água. Os planos e programas foram elaborados (ex-post), demonstrando o papel secundário dos atores e dos interesses locais na tomada de decisões sobre o desenvolvimento regional

Referências

ACSELRAD, Henri. Planejamento Autoritário e Desordem Socioambiental Na Amazônia: Crônica do Deslocamento de Populações Em Tucuruí. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, RIO DE JANEIRO, n.25, p. 53-68, 1991.

BERMANN, C. Exportando a Nossa Natureza – Produtos intensivos em energia: implicações sociais e ambientais. 1^a ed. Rio de Janeiro: FASE, 2004. v. 1. 70p.

BERMAN, C., Privatização da produção de energia na Amazônia: cenários prováveis, conflitos possíveis, traumas irreversíveis. In: Magalhães S.B., R. Britto et E. Castro, (org.). Energia na Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/UFPA/Associação de Universidades Amazônicas, v.I, p. 15-25. 1996.

BORGES, F.Q. ET D.M. ZOUAIN. A matriz elétrica no Estado do Pará e seu posicionamento na promoção do desenvolvimento sustentável. Planejamento e políticas públicas, nº 35, jul-dec, pp. 187-221, 2010.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discursos e impactos. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br/hidreletricas/biblioteca_docs/grandes%20 hidrel%C3%A9tricas.pdf>. Acesso em 06 abril 2008.

BROGGIO, C; CATAIA,M; DROULERS,M.; VELUT, S. *Le défi de la transition énergétique en Amazonie brésilienne.* Vertigo – Revue electronique de sciences de l'environnement. Volume 14 Numéro 3 | Décembre 2014.

BRASIL. Plano Decenal de Expansão da Energia Elétrica. (EPE). Brasília, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. Barragens e Desenvolvimento. Um novo modelo para tomada de decisões. Relatório Técnico. www.dams.org. 2000.

BRUNSTEI, F. Las grandes inversiones públicas y el problema del desarrollo regional. P. 7 – 43. In: ROFMAN, A. BRUNSTEIN, F. LAURELLI, E. E VIDAL, A. Los Grandes proyectos y el espacio regional. Presas hidroeléctricas y el sistema decisional. Buenos Aires: Cuadernos del Ceur, n. 13, 1989.

ELETRONORTE. 30 anos de pura energia brasileira. Rio de Janeiro, 216 p. 2004.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). Plano Nacional de Energia 2030. Rio de Janeiro.2007.

FARAH,S. e FARAH, C. Vilas e Cidades de Mineração e Barragens. São Paulo: IPT, 1995.

FEARNSIDE, PH. M. Greenhouse-gas emissions from Amazonian hydroelectric reservoirs : the example of Brazil's Tucuruí dam as compared to fossil fuel alternatives. Environmental Conservation 24(1), pp. 64-75. 1997.

FEARNSIDE, PH. M. Social Impacts of Brazil's Tucuruí Dam. Environmental Management 24(4), pp. 485-495.1999.

FEARNSIDE, PH. M. Environmental Impacts of Brazil's Tucuruí Dam. Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. Environmental Management 27(3), pp. 377-396.2001.

FEARNSIDE, PH.M. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. Environmental Management 35(1): 1-19. 2005.

MAGALHÃES, S.B. Hidrelétricas e Impacto Ambiental. Boletim da ABA, São Paulo, n. 3, p. 62-64, 1987.

- _____; CASTRO, E.; BRITTO, R. (Org.). Energia na Amazônia - avaliação e perspectivas socioambientais. 1. ed. Belém: MPEG/UFPA/UNAMAZ, 1996, v. 2. MOUGEOT, L.J.A. Aménagements hydro-électriques et réinstallation de populations en Amazonie : les premières leçons de Tucurui, Para. Cahiers des Sciences Humaines, 1986, n. 22, ano 3/4, p. 401-417.
- ROCHA, G.M. Todos Convergem para o Lago: hidrelétricas, municípios e territórios na Amazônia. Belém do Pará: NUMA/UFPA, 2006.
- ROCHA, G.M. A construção da Usina Hidrelétrica e a Redivisão Territorial na Área de Tucurui(Pa).Tese de doutorado,.Dep. de Geografia, USP, 1999.
- _____. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e desenvolvimento na Amazônia. In: ARAGON, L.; CLUSINENER-GODT, M. (Orgs). A problemática do uso local e global da água na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2003.
- _____. Redistribuição da população na área de influencia da usina hidrelétrica Tucurui. ENANPUR, 2011.
- SANTOS, Silvio Coelho. Notas sobre o deslocamento de populações indígenas em consequência da implantação de hidrelétricas na Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia; BRITO, Rosyan; CASTRO, Edna (orgs.). Energia na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1996 (pp. 689-696).
- PIRES DO RIO G. Narrativas da modernização e transição energética no Brasil dans Espaço e energia, mudanças no paradigma sucroenergético. In: Bernardes J. A. (coord), Rio de Janeiro, Lamparina, pp. 65-74, 2013.
- ROFMAN, A. Aproximación metodológica al análisis económico-social regional en torno a la implantacion de un gran proyecto de inversion. Revista Interamericana de Planificación, México: SIAP, v. 17, n. 83, 1989.
- SUDAM. Plano de Desenvolvimento Urbano da Amazônia. Belém, 1976b.
- SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: MarcoZero, 1988. p. 83-166.
- TRINDADE JR, S. C. e ROCHA,G.M. Cidade e Empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Ed. Paka tatu.2001.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992. v. 1.

ZHOURI,A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. Ambiente & Sociedade . Campinas v. X, n. 2, p. 119-135 jul.- dez. 2007.

A ORDEM GLOBAL DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E O LUGAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA, ALTAMIRA-PA

*Barbara Eleonora Santos Teixeira
José Antônio Herrera*

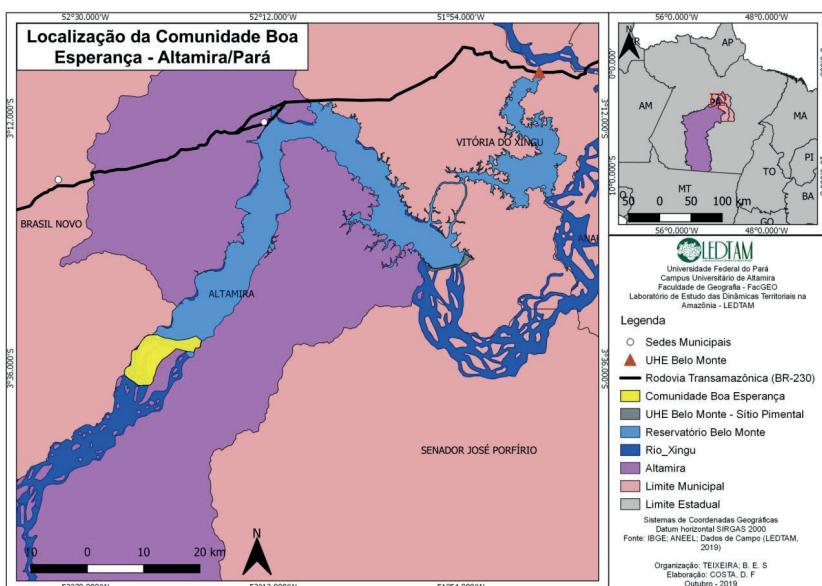
Introdução

A Comunidade de Boa Esperança é uma comunidade ribeirinha formada por um conjunto de ilhas a montante do reservatório da UHE de Belo Monte do rio Xingu (figura 1) que, ao longo dos anos, vem passando por transformações socioespaciais ocasionadas pelas dinâmicas globais que refletem na organização do lugar. A dinâmica do capital global intensifica a pressão por matéria-prima nos diversos espaços mundiais, inclusive na Amazônia. Com a evolução das técnicas e a velocidade das atividades tornam-se cada vez mais intensas essa procura por matéria-prima, atingindo de forma mais agressiva os lugares.

Nas ilhas que formam a comunidade de Boa Esperança, as atividades do capital global vêm transformando o lugar, muito recentemente, em decorrência do barramento do rio Xingu para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. No entanto, essas alterações não resultam apenas de um evento, mas de uma série de eventos provenientes de outros centros de poder. Dessa forma, o tema discutido neste capítulo está

relacionado ao lugar como condição e suporte das relações globais, pois a comunidade de Boa Esperança é o *locus* das transformações ocorridas no global que condicionaram as mudanças ocorridas ao longo do tempo nas ilhas que formam a comunidade em função do uso e controle das águas do rio Xingu para geração de energia.

Figura 1: Localização da Comunidade de Boa Esperança



Em decorrência das recentes mudanças ocasionadas pelo barramento do rio Xingu, as famílias que vivem nas ilhas próximas ao lago da hidrelétrica vêm questionando junto ao órgão licenciado (IBAMA) e à concessionária (Norte Energia S.A) a zona de impacto da UHE de Belo Monte, pois para essas famílias (que não foram consideradas atingidas) a UHE impactou as principais atividades de renda dos ribeirinhos que vivem da atividade da pesca na região, além da turbidez da água devido à grande carga de sedimentos decantados no rio, formando grandes áreas de pântanos no verão amazônico (de junho a novembro), deixando a água imprópria para o consumo em alguns trechos dos paraná-mirim¹³⁹ que se entrelaçam entre as ilhas no verão amazônico.

139. Segundo Andrade (1956), paraná-mirim é o braço do rio que contorna ilhas

Neste sentido, os elementos aqui investigados estão diretamente relacionados aos vários processos econômicos, sociais e naturais que se deram no espaço e no tempo no desenvolvimento da formação socioespacial do lugar. No primeiro momento, questiona-se quais as verticalidades que influenciaram na dinâmica do lugar, destacando a mais recente atividade de transformação das estruturas naturais, econômicas e sociais que envolveram a comunidade, a instalação da UHE de Belo Monte. No segundo momento, aponta-se para as disputas de forças que tem como base o concebido, ou seja, as relações que se constituem no lugar advindo do cotidiano partilhado, ocasionando, ou não a horizontalidade.

Tendo como principal objetivo entender as transformações socioespaciais ocorridas no lugar, a partir das dinâmicas do capital global na transformação das relações da comunidade de Boa Esperança, sobretudo, os efeitos da UHE de Belo Monte nas relações de pertencimento do ribeirinho com as ilhas ligadas à condição de existência dessa população, pois a familiaridade destes sujeitos com o lugar reproduz uma realidade característica da Amazônia.

O estudo está fundamentado na inter-relação dos fenômenos do todo com as partes e vice-versa na mediação do homem-natureza estabelecendo uma leitura das relações entre o global e o local como manifestação dos macroprocessos econômicos no sentido global de lugar. Ou seja, o lugar não apresenta um contexto histórico específico, mas é definido pelas relações que mantém com a exterioridade das dinâmicas do capital agroenergético de gênese neodesenvolvimentista, que está estabelecido em ordem global e local, com efeitos diretos sobre as populações das ilhas ao longo do rio Xingu.

A partir desta perspectiva foi possível aplicar procedimentos metodológicos capazes de interpretar a realidade da comunidade de Boa Esperança com base em entrevistas, produção de croquis e nos processos cognitivos centrados nas relações dinâmicas dos sujeitos com o lugar

fluviais, termo tem origem aborigêne que corresponde a braço do rio para paraná, e mirim corresponde não somente a pequeno, mas também à porção do rio que deriva do leito principal. Neste sentido, o autor aponta que paraná-mirim se distingue completamente de furo porque envolve sempre o leito principal de onde se engalhou e permite a navegação, sendo uma porção estreita do braço do rio. Já o furo é a comunicação natural entre dois rios e uma lagoa (ANDRADE, 1956, p. 5).

de morada. Após as entrevistas e demais observação de campo foi necessária uma investigação teórica aprofundada a respeito dos processos econômicos, sociais e fluviais pelo quais a comunidade vem passando ao longo dos anos.

O artigo encontra-se dividido em duas principais partes: a primeira destaca os processos econômicos e sociais que se desencadearam ao longo do desenvolvimento técnico capitalista na dinâmica do espaço global na dimensão do lugar no mundo, sobretudo, com as implicações dadas por Belo Monte na consciência do mundo obtida através do lugar. A segunda parte evidencia as relações do cotidiano e a disputa de forças contraditórias que emergem com as mais recentes transformações no lugar.

1. O Lugar como manifestação de macroprocessos do capital global na formação socioespacial da comunidade de Boa Esperança

A formação da comunidade de Boa Esperança não emerge de um contexto histórico específico, mas a partir de um acúmulo de tempos, onde a sociedade e a natureza fazem parte da mesma dinâmica de formação socioespacial do lugar. Para Massey (2000), o que dá sentido ao lugar não é sua história internalizada, mas o fato de que ela se constrói a partir de um conjunto particular de relações sociais que se encontram e se constroem em uma escala muito maior que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo e integra o global e o local.

Para Harvey (2007), nada emerge no espaço e no tempo que não seja relacionado ao trabalho concreto constituído em inúmeros lugares, pois o processo de circulação contínuo que mantém o conjunto do mercado mundial expressa as relações sociais construídas pelo capitalismo na escala mundial. Sendo que a temporalidade envolvida na organização desses lugares não é apenas a razão do trabalho ‘morto’ passado, mas por causa de todos os vestígios da história, a proletarização, a acumulação primitiva, o desenvolvimento tecnológico que são incorporados na forma pelo qual o lugar se caracteriza social e culturalmente.

Contudo, Massey (2000) destaca que da mesma forma que as pessoas têm identidade múltipla, os lugares também o têm, sendo que essas identidades podem ser fonte de riqueza ou de conflito. Cada lugar é a

sua maneira, o mundo, mas também é diferente a sua maneira. Portanto, não basta uma apreensão localista, pois o lugar é um eixo de sucessões que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos que tem base na coexistência da realidade do espaço e do tempo (SANTOS, 2014).

Em Altamira, as relações que se expressam no presente são resultantes das temporalidades acumuladas pelo trabalho concreto construído em inúmeros lugares, mas também pelo fluxo de pessoas, mercadorias e capital. Na comunidade de Boa Esperança, o arranjo do lugar se caracteriza pela dinâmica econômica e pela geomorfologia fluvial da região. Todos esses processos se manifestam no lugar, que tem na vida comum à própria expressão de mundo, mas também das relações que se desenvolvem no cotidiano dos sujeitos com suas experiências e vivências do lugar. Santos (2014) assevera que o lugar é um cotidiano:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – corporações e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2014, p. 322).

Segundo o autor, o lugar é o cotidiano compartilhado pelas mais diversas pessoas, firmas e instituições na coabitação da vida comum, e é a partir da ação de cada agente especializado que se constituem as peculiaridades do lugar, pois suas individualizações imprimem no lugar atributos dos seus referidos processos mundializados, mas também das relações que são pertencentes à contiguidade, à solidariedade, aos laços culturais, e por conseguinte à identidade. As ilhas que formam a comunidade de Boa Esperança estão marcadas por processos que influenciam a sua ocupação desde os primeiros ciclos da borracha (1879-1912 e 1942-1945) até o mais recente evento, o barramento do rio Xingu em 2016, para a construção da UHE de Belo Monte.

Segundo os pescadores - ribeirinhos das ilhas, a ocupação mais significativa ocorreu com a chegada dos primeiros seringueiros (1879), no entanto, é preciso destacar que a ocupação das margens do rio Xingu é anterior à chegada dos jesuítas na Amazônia. Segundo Alves *et al.* (2016), o processo de ocupação do rio Xingu precede à entrada dos portugueses na região. Pelo menos, desde o século XI, são registradas a existência de outros povos na região do Xingu, sendo que somente no século XVII registraram-se as missões jesuítas. Contudo, para esta análise, vamos nos ater ao período em que as ilhas passaram a ser ocupadas, pois antes da chegada dos seringueiros a ocupação se dava somente nas margens do rio. Essa organização em função das ilhas se justifica pelos confrontos que se davam com indígenas na terra firme, tal como relata um dos pescadores - ribeirinhos de uma das ilhas que compõem a comunidade de Boa Esperança.

O meu pai veio no tempo do soldado da borracha pra cá, meu pai é do Nordeste, do Maranhão. Ai ele veio com 20 anos aqui pro rio Xingu, veio como soldado da borracha, ai conheceu minha mãe aqui, que é rio-grandense. Meu pai veio em 1917, minha mãe já estava aqui, eu não sei a data que ela chegou né!? Mas ela chegou criancinha aqui... mas eles vieram por causa da colheita da borracha, porque aqui tinha os patrão forte e eles iam pegar gente lá fora para cortar seringa aqui, só que naquela época era muito perigoso, índio para todo o canto (...), hoje não... hoje nós temos um lado muito bom, que o índio ficou sossegado, se domesticou, mas hoje nós outro pior que o índio que é o ladrão né! que se nós bobiar ele rouba tudo da gente. Então tudo que tem um lado bom, tem um lado ruim também. Quando nós cheguelo, fomos logo mora nas ilhas, nós não podia morar na terra por causa dos índios. Meu pai mesmo colocou uma roça na terra e ele tinha que colocar minha mãe vigiando, naquele tempo tinha que usar uma carabina, porque sumia muito seringueiro, os índios pegavam e matava. Ai meu pai ia lá plantar e minha mãe ficava vigiando. Então na terra ninguém podia morar, e mesmo nas ilhas as vezes eles atacavam. Minha mãe uma vez ficou sozinha porque meu pai veio na cidade comprar um rancho, e quando foi a noite os índios vieram cercar o barraco remedando os pássaros, jacamim que é pássaro que só tem na mata, remedava porcão, rondando a casa, e ela com dois irão meu pequeno (Pescador-ribeirinho).

Na fala do pescador-ribeirinho é possível identificar o processo de ocupação das ilhas, que passam a ter uma população mais significativa a partir da migração, sobretudo nordestina, no período da extração da borracha no vale do Xingu, uma vez que “no final do século XIX, várias guerras foram travadas por seringalistas contra os indígenas; para isso organizavam os trabalhadores para atacar e combatê-los” (MARIN, 2010, p. 17). Esses embates fizeram com as populações não indígenas ocupassem as ilhas como estratégia de defesa, já que na floresta os indígenas detinham maior conhecimento do território.

Esse processo de ocupação das ilhas é diretamente influenciando pela economia externa na demanda por matéria-prima, na fabricação de pneus, para a produção de automóveis, que tem na Amazônia a principal fonte desse recurso. Isso faz com que uma enorme demanda seja direcionada à extração do látex e, por conseguinte, faz despontar um contingente populacional de outras regiões, principalmente do nordeste para a Amazônia, fazendo com que haja uma ocupação significativa dessas populações ao longo dos rios, ilhas e afluente dos vales na Amazônia.

Como pode ser observado na fala do pescador-ribeirinho, os migrantes que passaram a ocupar as ilhas no vale do Xingu desenvolveram a agricultura e o extrativismo, formas tradicionais da economia de subsistência das famílias na Amazônia. Com o declínio da borracha em 1912, aproximadamente no período da chegada dos pais do pescador-ribeirinho nas ilhas do rio Xingu, a pesca passa a ser uma das principais atividades dessas famílias que viviam da extração da seringa no verão amazônico e da coleta da castanha no inverno amazônico. Com a redução da compra do látex e o esgotamento do regime de aviamento, as populações ribeirinhas passaram a adquirir maior autonomia, como destacam Alves *et al.*, 2016.

O declínio da economia da borracha, na segunda metade do século XX, correlacionado ao esgotamento do regime de aviamento possibilita à população extrativista, em sua maioria ocupante de beiras e ilhas do rio, uma relativa autonomia de trabalho associada a uma maior diversificação de suas atividades, voltadas, sobretudo, para seu sustento (ALVES *et al.*, 2016, p. 203).

Com o declínio da borracha, a pesca passa a ser uma atividade voltada também para o comércio local, através da salga do peixe. No en-

tanto, devido à diversificação das atividades extrativistas aliada à caça ao gato maracajá-açú (*Leopardus pardalis*), a pesca não se constitui, à época, como a principal atividade econômica dos ribeirinhos. Segundo Antunes (2015), o comércio internacional de peles originária da Amazônia toma maior importância durante o século XX, e constitui-se como uma das principais atividades econômicas da região. Sendo que a pele dos gatos maracajá-açú (*Leopardus pardalis*) e maracajá-peludo (*Leopardus wiedii*) e da onça-pintada (*Panthera onca*) possuíam maior valor no mercado internacional, principalmente, pela demanda na utilização de casacos de luxo usados pela alta sociedade e por celebridades, principalmente dos Estados Unidos da América. Contudo, a procura por esse tipo de peça demandava uma grande quantidade de pele desses animais, chegando a ser necessário 8 peles de gato maracajá-peludo para fazer um casaco, e de 12 a 14 peles de onça para produzir um casaco ao estilo usado na época (ANTUNES, 2015, p. 183).

A caça de animais silvestres na região era importante fonte de renda já que a pele de uma onça pintada era equivalente a um salário mínimo da época, por exemplo. Com a Lei da Fauna (nº 5.197, 1967), essa atividade perdurou por mais alguns anos na ilegalidade, mas por volta de 1980 essa prática começou a ser menor, sobretudo pela opinião pública que começa aos poucos condenar essas práticas. “A partir da Rio-92, a opinião pública mundial passou a contemplar a indústria da moda ambientalmente correta” (ANTUNES, 2015, p. 48). Nas ilhas da comunidade de Boa Esperança, essa prática de caça do gato perdurou até as décadas de 80, como relata o casal de pescadores-ribeirinhos de uma das ilhas.

Quando meu pai chegou aqui já tinha seringa, tinha a nativa e tinha a que eles plantavam, mas nas ilhas é natural, na nossa ilha parece que fizeram foi encanterado¹⁴⁰, tem seringa de mais (...), a minha vó veio do Rio Grande do Norte, ainda pequena e meu vó veio do Ceará, vieram tudo na época dessa seringa, ai foram morar no Iriri, e se casaram lá (no rio Iriri), ai nasceu minha mãe em 1930, e meu pai em 1922. Minha mãe nasceu lá no Iriri, mas casou com meu pai já ai no

140. Plantados em fila, como se planta uma horta, denominada pelos pescadores-ribeirinho de canteiro.

Boa Esperança. Meu pai cortava seringa, mas também caçava o gato, naquele tempo meus irmãos e meu pai iam pro mato, passavam um mês caçando gato, depois ele ia lá de novo (na ilha) depois ele voltava a caçar o gato, e eu e minhas irmãs ficava tirando seringa. No inverno nós trabalhava na castanha, nós limpava as roças, plantava deixava tudo limpo, quando era mês de março ai a gente já ia limpar as estradas para a seringa. Ai depois proibiram a caça do gato e ficou só a seringa, mas mesmo com a proibição continuava a vender, ai nos anos 80 ai não tinha mais a caça e a seringa caiu, 1980, 1984 porque os patrões foram embora ou já tavam velho. Ai a gente pescava também, e vendia peixe salgado, dos anos 80 pra cá pesca passou a ser a principal atividade, mas todo tempo nos pescava, mas trabalhava com ouras coisas (casal de pescador-ribeirinho).

Na fala dos entrevistados é possível perceber a organização da família em função do extrativismo, da agricultura e da caça, quais eram as funções de cada membro da família na composição das atividades de subsistência da família, a caça, por exemplo, era própria das funções dos homens e por conta dessa demanda do mercado global por pele de animais silvestres, as mulheres da casa se encarregavam da extração da seringa, da coleta de castanha e da agricultura, no entanto, com o declínio do comércio de peles os homens retomam a ocupação do extrativismos associado à pesca.

Concomitante a esse período, acontece a abertura da Transamazônica, na década de 1970, cuja intenção é integrar o território nacional para facilitar o desenvolvimento econômico da região amazônica, coadunando com a ideia de que a Amazônia seria um vazio demográfico e significaria a solução para os problemas fundiários vividos na região Sul e Nordeste do Brasil. Com o discurso de “homens sem-terra para uma terra sem homens” foram assentados colonos ao longo da rodovia organizados em agrovilas construídas a cada 10 km, com a missão de transformar a terra em agriculturáveis.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1997), a atividade agrícola seria a principal ação desses colonos com culturas anuais e perenes de subsistência e comercial. No entanto, devido aos altos custos e ao risco dos colonos abandonarem seus lotes devido à distância e às dificuldades de acesso a serviços nas agrovilas, agrópolis

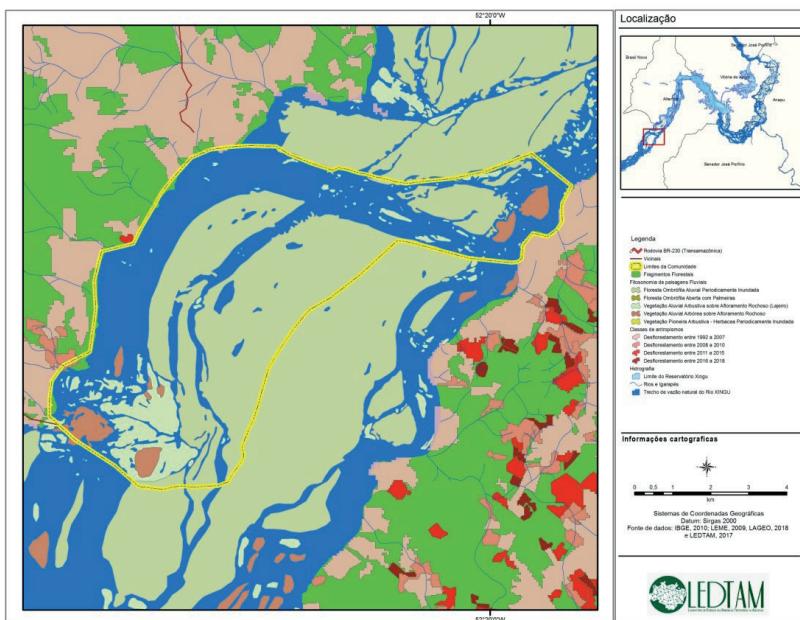
e rurópolis, principalmente pelos que foram assentados em estradas vicinais, o plano de colonização foi abandonado e substituído pelos grandes empreendimentos agropecuários. Nesse sentido, destaca-se o sistema pelo qual os primeiros colonos foram assentados na região.

Os Projetos Integrados de Colonização (PICs), do INCRA, contemplavam os parceleiros com lotes rurais de 100 ha, localizados em ambas as margens da rodovia Transamazônica, alguns com frente para a estrada principal e outros para a estrada vicinal. As vicinais, teoricamente perpendiculares à via principal, eram construídas de cinco em cinco quilômetros, com uma extensão máxima de 10 km. Os lotes, com frente para a rodovia Transamazônica, tinham a dimensão de 500 m x 2.000 m e os interiores com frente para as estradas vicinais, de 400 m x 2.500 m. Para cada grupo de 50 lotes, aproximadamente, havia uma agrovila, onde os agricultores teriam suas residências em lotes individuais, com características urbanas (INCRA, 1972). A atividade agrícola seria principalmente a lavoura, estabelecida em função da qualidade do solo, abrangendo culturas anuais e perenes, de subsistência e comerciais. No processo de seleção e localização dos colonos, o grau de improvisação foi bastante grande (EMBRAPA, 1997, p. 13).

Segundo a EMBRAPA (1997), o sistema de colonização não garantiu serviços básicos que pudessem garantir o sucesso da ocupação por colonos com lotes de 100 ha, pois a colonização via pequenos produtores era dispendiosa e de baixa produção. É a partir desse contexto que a segunda etapa da colonização produz, nessa lógica, “a concentração de enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada ao mesmo tempo em que concedia incentivos fiscais para que fossem investidos na criação de gado bovino” (PEREIRA, 2014, p. 2).

Com lotes em estradas vicinais com o tamanho de 400 m x 2.500 m, formaram-se grandes fazendas de criação de gado bovino que intensificaram o uso da terra na década de 1980. Os trechos da rodovia Transamazônica que se aproximavam da bacia do rio Xingu estendem suas vicinais até as margens do rio, sendo que ao longo dessas vicinais a formação vegetal é substituída por pastagem. O desflorestamento passa a se expandir ainda mais nas décadas de 1990, adentrando na floresta e em parte das margens dos igarapés que desembocam no rio Xingu (figura 2).

Figura 2: Mapa da formação florestal e desflorestamento da Comunidade de Boa Esperança e seu entorno



O desflorestamento da cobertura vegetal próximo às margens do rio tem impactos nas ilhas ao longo do rio Xingu, uma vez que a supressão da cobertura vegetal próxima às vicinais torna o solo mais suscetível à erosão, o que favorece o assoreamento de córregos, acelerando o processo erosivo e, por conseguinte, elevando a carga de sedimento do rio. No mapa apresentado (figura 2) é possível perceber a presença de córregos/igarapés em meio às vicinais que são drenados pelo rio Xingu. As ilhas nessas proximidades, como é o caso da comunidade de Boa Esperança, recebem naturalmente uma carga sedimentar aluvial, todavia a retirada da cobertura vegetal do seu entorno pode aumentar a carga sedimentar nas paranás-mirins e ilhas próximas a essas ações antrópicas. Devido à velocidade mais elevadas, encontradas nas cachoeiras e nas corredeiras do rio Xingu, a carga sedimentar fica em suspensão.

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2012), a montante da cidade de Altamira em alguns trechos do rio Xingu a navegação é ariscada pela ocorrência de corredeiras, fazendo com que sejam necessários pilotos acostumados à região. Neste

sentido, Cristofoletti (1980) aponta que as partículas de granulometria reduzida (silte e argila) são tão pequenas que se conservam em suspensão pelo fluxo turbulento da água e são carregadas na mesma velocidade em que a água caminha, uma vez que a deposição pode ocorrer em trechos muito calmos ou nos lagos.

Nesse sentido, as ilhas que formam a Comunidade de Boa Esperança constituem-se de um terreno que se caracteriza pelo predomínio de feições de sedimentos aluviais de composição variada: argila, silte, areais e cascalhos, com predomínio de sedimentos finos e matéria orgânica nas áreas alagadiças (SEMA-PA, 2013). Devido à velocidade característica do canal anastomosado, as ilhas constituídas em trechos rochosos formam paranás-mirins labirínticos (figura 3). Entretanto, o canal rochoso, pouco característico na Amazônia, apresenta desniveis altimétricos que tendem a apresentar alto potencial hidrelétrico (SILVA; RODRIGUES, 2011).

Figura 3: trecho rochoso de um paraná-mirim do rio Xingu



Fonte: equipe de pesquisa LEDTAM; TEIXEIRA; ALVES (2019).

É a partir desse potencial que, em 1975, iniciaram-se os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, a então chamada Usina Kararaô, que posteriormente passou a ser denominada de UHE de Belo Monte. Em julho de 2010, a UHE de Belo Monte começou a ser construída nos limites municipais de Altamira, Vitoria do Xingu e Senador José Porfírio. No entanto, o projeto de hidrelétrica previsto anteriormente foi modificado como, por exemplo, na redução da área inundada e na construção de apenas um canal de adução, responsável pelo desvio da água do rio (FLEURY; ALMEIDA, 2013).

No final de 2014, Belo Monte já estava com 70% das obras concluídas e em 2015 a Licença de Operação – LO, foi concedida pelo IBAMA e o enchimento dos reservatórios foram autorizados. A UHE Belo Monte funciona sob o regime de fio d'água que permite uma redução expressiva no tamanho do reservatório, através do nível constante de vazões (BRASIL, 2019). Com o barramento do rio, os ribeirinhos e pescadores a montante do reservatório, como é o caso da Comunidade de Boa Esperança, passaram a perceber mudanças na geomorfologia fluvial dos paranás-mirins onde se localizam as ilhas, tal como relata um pescador-ribeirinho em entrevista.

A água mudou muito fia, ela diminuiu o volume no verão. No verão a gente puxa a água no motorzinho, enchem os baldes todinhos, ai deixa ficar de um dia para o outro pra poder senta aquele pó, ai côa num paño para colocar no pote. Dá quase dois dedos de pó no fundo do balde quando a “água senta”, então aquele sujo ali aumentou de mais, já existia mais era bem pouquinho, e a água fica quente agora. No verão a gente andava de barco no furo agora tem que arrasta a canoa pra ver se passa. Eu queria saber porque que seca tanto agora, desses cinco anos pra cá (casal de pescador-ribeirinho, outubro de 2019).

Segundo relato do pescador-ribeirinho, após o barramento do rio a água apresenta elevação da temperatura e aspecto “sujo” com uma grande quantidade de pó na água (figuras 4), ou seja, “os sedimentos que se depositam pela influência do reservatório na montante se denomina depósito do remanso (backwater deposit), em referência ao fenômeno hidráulico, sendo também remontante à medida que aumentam os depósitos nessa área” (MEES, 2008, P.31). As caracterís-

ticas descritas na entrevista se assemelham ao processo descrito por Sousa Júnior; Reid (2005), “a formação do reservatório e retificação no curso do rio implica na diminuição da velocidade da água, fazendo com que o ambiente hídrico assuma novas características associadas, por exemplo, as variações térmicas e químicas da água” (SOUSA JÚNIOR; REID, 2005, P. 12).

Figura 4: área de depósito de remanso



Fonte: LEDTAM; TEIXEIRA; ALVES (2019)

Na figura 4 é possível notar a turbidez acentuada da água, remetendo às águas brancas (barrentas) do rio Amazonas. No entanto, as imagens são de um trecho do rio Xingu, um rio de águas claras, em uma área de deposição de sedimentos, alterando a cor clara do rio Xingu. Nesse sentido, as observações feitas pelo casal de ribeirinhos-pescadores corroboram com o que Fitzgerald (2018) afirma ao destacar que os efeitos da UHE de Belo Monte foram bem documentados no que diz respeito à redução na velocidade da corrente dentro do trecho represado, levando ao aumento da deposição de sedimentos. A redução da velocidade da correnteza

associada a alterações na profundidade, transparência e temperatura da água podem mudar a disponibilidade de recursos para peixes de várias especiais comuns às corredeiras do Xingu. A esse respeito, o pescador-ribeirinho de uma das ilhas da comunidade de Boa Esperança relata a alteração nas condições de pesca após a construção da UHE de Belo Monte.

Muita coisa mudou lá na Boa Esperança, depois desse empreendimento ai, porque eu sou pescador profissional, vivo da pesca e hoje não dá mais para eu viver da pesca porque o peixe desapareceu, porque lá nós pegava muito peixe, hoje não tem mais, o que aconteceu depois que teve a formação do lago os ribeirinhos e pescadores que pescavam aqui pra baixo aqui mesmo perto de Altamira hoje não pesca mais porque tem muito banzeiro não tem como você navegar em uma canoa pequena, a água ficou parada, essa água parada o peixe não é acostumado com água parada, peixe aqui do Xingu é acostumado com água corrente, então faltou oxigênio para o peixe ele se deslocou daqui né? Não temos peixe, olha eles colocaram umas plaquetinhas nos peixes: na pirarara, surubim, curimatá, a tracajá mesmo, e foi encontrada uma pirarara lá em Belo Horizonte (comunidade ribeirinha) que fica a três dia de viagem de Altamira, pra você vê que não é mentira da gente, como o peixe migra de um lugar para o outro né! Por que não fica aqui? Porque não tem oxigênio para ele, o que acontece! Ele se muda para outro lugar né! As fruta que era para o peixe comer, hoje não tem mais, as arvores morreram tudo, o que a Norte Energia não matou, não tirou do rio, morreu, ta tudo seco, o pacu gosta de uma frutinha verde pra ele pular, comer né! Agora não tem! secou tudo, morreu tudo, aquelas arvores que jogava fruta para os peixe comer hoje não tem, descia muita fruta ai de cima, hoje não desce porque a água parada ai ela morre ali mesmo, ali onde ela cai ela afunda, porque tem umas espécies de frutas que o peixe não come ela na fartura né!, que nem a capoeirana, quando é no inverno o peixe não quer ela não, então o que acontece, ela cai muito dentro do rio, ai ela abre e vai pro fundo, quando chega esse tempo (verão amazônico) que não tem fruta para comer, vai lá no fuisco comer ela. Isso não ta acontecendo mais, então porque que nós diz que tamo impactado pela obra? A Norte Energia “ah o lago não vai até lá” mas a represa vai! E quando eles abrem lá o rio vazia e aqui seca, e quando eles prendem lá a água aqui aumenta, então o rio ta controlado pelo empreendimento, o peixe não acostuma com isso! O peixe é acostumado com vazante e enchente (inverno e verão amazônico) (Pescador-ribeirinho, outubro de 2019).

De acordo com o pescador profissional, autorizado pelo IBAMA desde 1976, a captura de espécies, antes típicas do Xingu, desapareceu devido à migração de espécies para áreas mais distantes, isso devido à falta de oxigênio na água. Morelli (2010) explica que as águas paradas nas regiões de clima quente apresentam deficiência na oxigenação, ocasionada pela solubilidade de oxigênio na água que diminui com o aumento da temperatura, aliado ao aumento da sedimentação. A turbidez da água também se condiciona como fator para a diminuição da taxa de oxigênio. Essas mudanças influenciam na produção pesqueira da região, tal como explana o pescador-ribeirinho de umas das ilhas da comunidade de Boa Esperança:

O rio tá desse jeito que eu tô mostrando pra vocês, onde nunca tinha secado tá seca agora (...). ai a Norte Energia indenizou o pessoal lá de baixo e agora eles tão vindo tudo pra cá (Boa Esperança), quero que você veja como está lá no furo do prego, cheio de gente pescando... agora o nosso lugar que é do tamanho de um ovo, ai o peixe desapareceu tudo moça, esse é o problema! Aqui o pescador era contado antes, era só daqui... (...). a água agora é suja de mais e o cabra têm que coar pra poder beber que é suja de mais. Sempre teve esse pó na água, só que antes corria, agora a água fica parada. E cada ano tá secando mais! Ai se você vai tomar banho no rio tem que se lavar depois, com a água dos baldes que já sentou, porque se não fica se coçando todo. E a água tá quente, acho que se pegar um açaí e colocar nessa água amolece, porque está muito quente, a água não corre. A cada ano tá secando mais, no verão, aqui na frente de casa a gente passava de barco, agora tem que arrasta a canoa. Agora é um sofrimento ir em Altamira porque tem que arrastar a canoa nesses furos que estão muito seco, ai a gente fica muito dolorido de tanto fazer força para passar nas pedras (Pescador-ribeirinho, setembro de 2019).

Segundo o pescador-ribeirinho, além do problema do aumento de sedimentos e do aumento da temperatura da água, que chega a ser comparada à água com que se prepara o açaí¹⁴¹, alguns paranás-mirins

141. No processo de preparo do suco ou vinho de açaí, as comunidades tradicionais, após retirarem o cacho do alto da árvore e os caroços dos frutos, colocam as sementes (os caroços) em um recipiente com água morna para amolecer a polpa endurecida nesses caroços.

chamados de furos pelos pescadores-ribeirinhos passaram a secar totalmente à cada verão amazônico, dificultando a navegação dos pescadores, sobretudo nas viagens realizadas a Altamira, centro econômico da região do baixo Xingu. No período do verão amazônico, a navegação torna-se mais difícil, sendo que em alguns trechos os pescadores necessitam puxar sua canoa para passar pelos “pedrais”, afloramento rochoso ao longo do rio.

Segundo a fala dos moradores, esses percalços passaram a ocorrer após o barramento do rio, uma vez que os paraná-mirins passam a secar cada vez mais (figura 5) após a construção da UHE de Belo Monte. Contudo, esse fenômeno pode estar relacionado à localização em área de remanso e corredeira, fazendo com que a comunidade sofra influências de barreiras naturais no trecho do rio acima e áreas de remanso em alguns paranás-mirins.

Figura 5: Trecho de um paraná-mirim que passou a secar no período do verão amazônico, após barramento do rio Xingu.



Fonte: LEDTAM; TEIXEIRA; ALVES (2019)

Na foto obtida em campo é possível notar um dos canais de navegação formados por afloramentos rochosos, no período do verão amazônico, que fica quase totalmente seco em alguns paranás-mirins, dificultando a navegação dos pescadores-ribeirinhos que precisam fazer um enorme esforço físico para passar por esses obstáculos naturais, nesse período. A comunidade de Boa Esperança é produto e produção de um lugar marcado pelas dinâmicas globais e relações locais de produção do espaço.

2. O Lugar e as horizontalidades do espaço

A multiplicação de ações realizadas no espaço global faz da Comunidade de Boa Esperança um campo multicomplexo de forças e de ações de elementos do espaço como homens, empresas, instituições, meio ambiente construído, ao mesmo tempo em que se aprofundam as relações de cada um com o sistema mundo (SANTOS, 2014).

As relações socioespaciais que se desencadeiam na Comunidade de Boa Esperança, a partir das ações e dos elementos do espaço global que evidenciam as relações do cotidiano e as disputas de forças contraditórias, emergem com as centralidades dos processos e se intensificam no lugar. Segundo Massey (2000), a identidade do lugar é múltipla. Essas identidades múltiplas podem ser uma fonte de riqueza ou de conflito, ou de ambas. Nessa perspectiva, a Comunidade apresenta características de conflitos e disputas territoriais, que sempre estiveram presentes no lugar, nos seus variados períodos, ocasionados pelos contextos econômicos, culturais ou individuais, pois o lugar apresenta contrastes que decorrem do seu sentido global de lugar. Massey (2000) aponta que o lugar não pode ser interpretado e percebido a partir de sua história internalizada.

É nessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é a história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular (...) (MASSEY, 2000, P. 184).

Nesse sentido, a comunidade de Boa Esperança apresenta um quadro de relações sociais de produção de novas formas de conceber o lugar. No

entanto, essas novas formas não são reflexo apenas das suas histórias internalizadas como o conflito pela busca do pescado que se impõem no lugar, em decorrência das alterações sociais e ambientais que a UHE de Belo Monte provocou no lugar. Os moradores das ilhas destacam com bastante ênfase a diminuição do pescado, sendo que essa é a principal atividade de renda das famílias da região. Com o barramento do rio, a produção diminuiu de 200 kg em média pescados para 10kg pescados atualmente. Tal diminuição foi ocasionada pelas mudanças ocorridas no ambiente natural de algumas espécies e do aumento significativo de pescadores vindos tanto da cidade de Altamira quanto da região do lago formado por Belo Monte já que, segundo os pescadores-ribeirinhos, o pescado na área do reservatório praticamente desapareceu.

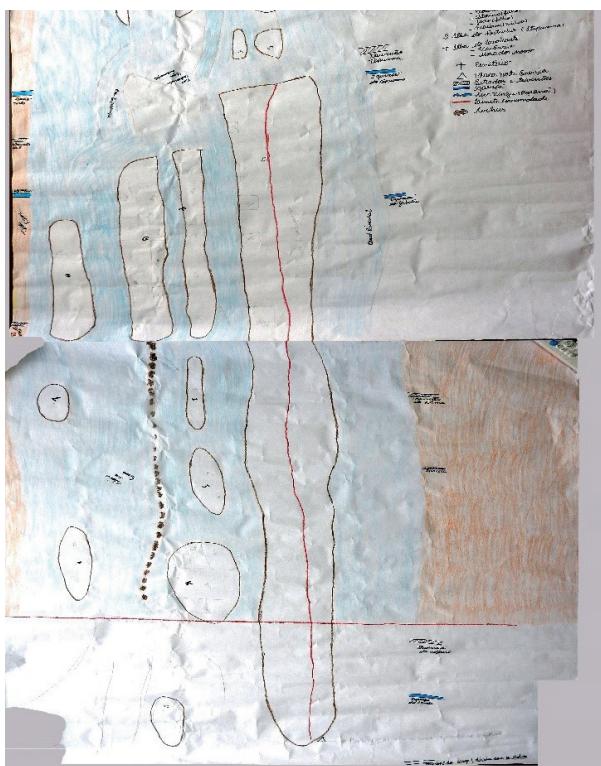
Antes so pescava nós daqui, agora tem um monte de pescador lá de baixo, porque lá acabou tudo (reservatório) e dá rua (cidade) ai não tem condição, porque eles usa rede bem pequena e pega tudo quanto é peixe seja grande ou pequeno. Ai fica difícil, eles vem pescar no nosso porto, não respeita nada, e nós não pode falar nada, porque ninguém conhece essas pessoa, não sabe o que elas podem fazer, né?! (pescador-ribeirinho, 2019).

Na fala do pescador-ribeirinho, fica evidente a tensão e o conflito nas áreas de pesca, fazendo com que as disputas de forças não se estabeleça apenas com o empreendedor por reconhecimento do *status* de atingidos pela barragem, mas também se faz pelas múltiplas formas de interesses que caracterizam o lugar, pois os pescadores que sobem o rio em busca de pescado também são afetados pelas escalas e proporções do desenvolvimento global sobre o lugar. Todavia, a percepção sobre o lugar pelos pescadores-ribeirinhos e pescadores que avançam sobre o seu território de pesca, estabelece o conflito, pois a percepção de lugar de morada e de familiaridade em que se firma a comunidade não é percebida por todos, apenas por aqueles que entendem aquele local como seu lugar de morada.

Essas relações são facilmente observadas, principalmente na produção de croquis da comunidade (figura 6), pois é no desenho que os pescadores-ribeirinhos revelam as suas relações de pertencimento, cotidiano, vizinhança e as disputas de forças pelo concebidos das praias fluviais, ilhas e paranás em que a comunidade está firmada. A praia

sinaliza para o conflito entre a forma em que esta área é concebida pelos moradores e pelos pescadores e pelos banhistas de “fora” pois, com a influência do lago, a navegação foi facilitada e todos conseguem navegar mais facilmente pelos paranás antes muito mais rochosos e os pescadores e banhistas de outras regiões sobem o rio Xingu pelo canal sinalizado pela Norte Energia e assim adentram os portos dos pescadores-ribeirinhos da Comunidade Boa Esperança, causando conflitos pela forma como estas áreas passaram a ser usadas.

Figura 6: croqui da comunidade elaborada pelos pescadores-ribeirinhos



Fonte: Pescadores-ribeirinhos 2019.

Dessa forma, a Comunidade de Boa Esperança é o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, onde o cotidiano é definido pelas relações do grupo como o lugar, e os conflitos ocorrem por fatores

lógicos cardadores de uma tensão local, como a demanda por energia mais barata para a produção industrial do mercado global, que influência na tensão entre pescadores, banhistas e moradores da comunidade de Boa Esperança (SANTOS, 2014).

O que pode ser compreendido como complexidade horizontal, que é dada pela vida de um grupo em um lugar na sua interdependência homóloga da solidariedade na defesa da forma como aquela população está imposta no espaço, com suas práticas cotidianas, que tornam comuns os seus interesses e, por consequência, a sua ação política, pois é a partir das suas dificuldades em comum que estes pescadores-ribeirinhos se organizam e reivindicam o status de atingidos pela barragem de Belo Monte.

Considerações Finais

A ordem global da UHE de Belo Monte implica o lugar de forças e fluxos de ordem interna e externa à cotidianidade das populações que habitam as ilhas do Rio Xingu, provocando uma série de alterações sociais e ambientais que requalificam a existência do lugar, pois as praias e ilhas mais afastadas da área urbana eram pouco ou nunca frequentadas por pessoas que não fossem os moradores do local. O sossego e a tranquilidade faziam parte dos dias dos moradores das ilhas, no entanto, com o barramento do rio e o fim das praias próximas à área urbana de Altamira, banhistas e pescadores passaram a subir cada vez mais o rio, distanciando-se da cidade em busca do pescado e de novas áreas de lazer, dando um outro sentido às ilhas e, por conseguinte, entrando em conflito com a forma de se conceber esses espaços pelos moradores do lugar.

A demanda por mais energia modifica o ambiente e provoca impactos na vida dos moradores das ilhas, interferindo diretamente no seu cotidiano e na sua própria forma de existência. Existir, enquanto ribeirinho e pescador, torna-se cada vez mais difícil. Primeiro porque as ilhas estão sofrendo mudanças, em períodos de verão amazônico, a seca; ou o baixo nível da água nos paranás e furos torna a vida mais difícil para usar esse recurso, pois as casas tornam-se distantes do rio e a quantidade de sedimentos em deposição torna o consumo da água para os seus diversos fins cada vez mais imprópria. Segundo pela falta do peixe no rio, pondo os pescadores que sobrevivem dessa prática em

crise econômica e psicológica, pois o pescador sem poder pescar perde seu sentido de existência.

O espaço global é regido por um regime de acumulação, fazendo do espaço um campo de forças multicomplexo que ao mesmo tempo contém o mundo no lugar e o lugar no mundo, pois “cada lugar é, a sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2014, p. 314). Portanto, o processo de produção no espaço, contraditoriamente, produz novos espaços, partindo da individualidade e da particularidade de cada lugar no mundo, impondo as questões do lugar em uma posição central das demandas por melhorias na vida das populações locais, tal como os pescadores-ribeirinhos reivindicam na comunidade de Boa Esperança.

Referências

- ALVES, F.; CORNETTA, A. ; GONCALVES, A. C. O. ; BARBOSA, L. J. G. . Médio Xingu. In: Fábio Alves. (Org.). *A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia*. 1ed. Brasília: IPEA, 2016, v. 1, p. 199-274
- ANDRADE. G. O. Furos, Paranás e Igarapés: Análise Genética de Alguns Elementos do Sistema Potamográfico Amazônico. *Revista Geográfica*, vol. 22, nº. 48, 1958, p. 3-36.
- ANTUNES. A. P. Um século de caça comercial na Amazônia. Tese (Doutorado em Biologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, INPA, Brasil. Manaus. Amazonas, 2015, p. 123.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte#wrapper>>. Acessado em: 15/10/2019.
- CHAVES, L. H. G.; TITO, G. A. ; CHAVES, Iede de Brito ; LUNA, J. G. ; SILVA, P. C. M. Propriedades químicas do solo Aluvial da Ilha de Assunção-Cabrobó, PE. *Revista Brasileira de Ciência do Solo* (Impresso), Viçosa-MG, v. 28, n.3, 2004, p. 431-437.
- CRISTOFOLLETTI. A. *Geomorfologia*. 2^a ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.
- FAINGUELERT, M. B. A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Ambiente & Sociedade* (Online), v. 19, n. 2, 2016, p. 245-264. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC0259R1V1922016>>. Acesso em: 14 set. 2019.

FITZGERALD, D. B. et al. Diversity and community structure of rapids-dwelling fishes of the Xingu River: Implications for conservation amid large-scale hydroelectric development. *Biological Conservation* 222, 2018, p. 104–112.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J. A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento. *Ambiente & Sociedade* (Online), v. 16, p. 141–156, 2013.

ICEMbio. Plano de Manjeto Participativo Reserva Extrativista Rio Xingu. Altamira, Pará, 2012.

M.A.A. EMBRAPA. As contradições do Processo de Desenvolvimento Agrícola na Transamazônia. (EMBRAPA Amazônia oriental documento 93) Belém, Pará, 1997. 117 p.

MARIN, R. E. A.. Visão histórica da região do Rio Xingu: economia e diversidade étnica. *Papers do NAEA* (UFPA), v. 1, 2010, p. 1-23.

MEES, A. A. A.; MARQUES, M. G . Análise das características macroturbulentas ao longo de um vertedouro em degraus e no ressalto hidráulico formado a jusante - relatório final. 2008. (relatório de pesquisa).

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Altamira-PA: novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo Monte. *Confins* (Paris), v. 1, n. 28, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/11284>>. Acesso em: 14 set. 2019.

MORELLI. M. M. Avaliação Energética e Emergética de Usina Hidrelétrica – Estudo de Caso: Complexo Hidrelétrico de Belo Monte - Rio Xingu. Dissertação (Engenharia Mecânica) - Universidade Estadual de Campinas. Brasil. Campinas. São Paulo, p. 140. 2010.

PEREIRA, A. R. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. *Clio. Série História do Nordeste* (UFPE), v. 2, 2014, p. 5.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SEMA-PA. Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará. Diagnóstico ambiental, socioeconômico e fundiário para criação de Unidades de Conservação de proteção integral e uso sustentável “Tabuleiro do Embaubal” – Município de Senador José Porfírio, Pará. Belém, v.2, 2013, p. 305.

SILVA, J. P; RODRIGUES, C. Morfologia fluvial como indicador de geodiversidade: exemplos de rios brasileiros. *Revista de Geografia* (Recife), v. Vol. 2, p. 220-235, 2011.

SOUZA JÚNIOR, W. C.; REID, J. Energia na Amazônia: o complexo hidrelétrico do Xingu. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, Brasília. V.1, VI EcoEco. Campinas: EcoEco, 2005.

ANILZINHO: MARGENS DE UM RIO AMAZÔNICO TOCANTINO LEVANTAM-SE EM “REPIQUETE” SOCIAL

*Isaac Fonseca Araújo
Maria José da Silva Aquino Teisserenc*

Introdução

A história social da Amazônia brasileira tem sido marcada, a um só tempo, pela ofensiva das forças “civilizadoras” do modo de produção capitalista, como diria Felipe Léna (2002), e processos de resistência/re-existência dirigidos por ações coletivas cuja construção revela saberes e modos de vida que questionam e negam a racionalidade que instrumentaliza essa ofensiva.

No âmbito deste estudo, a partir de um lugar situado ao qual nos referimos como Amazônia Tocantina, chamamos a atenção para esse segundo aspecto da realidade amazônica, examinando exercícios mobilizatórios em arenas públicas das quais emergem conflitos socioambientais e dinâmicas de concertação política que tomam a terra e as águas como referências do existir, portanto, de bens materiais e imateriais informados em sabedorias, práticas, identidades e subjetividades que testemunham modos de vida outros.

Analisamos algumas práticas representativas dessa dinâmica de mobilização operadas por camponeses, com mediação de diferentes atores institucionais, enquanto estratégia de resistência e produção de um território que se identifica e se nutre de veias hídricas – Tocantins, Anilzinho, Ipaú – que à sua maneira, os nomeia, os constitui e é condição de

sua existência. Particularmente, nesse caso, nos interessou compreender as condições sociopolíticas que permitiram a esses sujeitos produzir o que em trabalho anterior identificamos como um “território de ação e desenvolvimento” (ARAÚJO; TEISSERENC, 2016), considerando, inclusive, as estratégias e os argumentos acionados pelos atores como mecanismos de justificação.

Entre tais condições, priorizamos discutir a experiência de Anilzinho, caso emblemático de conflito territorial em que se evidencia uma ambientalização requerida pelos desafios da vida comunitária e a adesão de camponeses a um movimento nacional de oposição sindical curiosamente animada por essa experiência. Nos dois casos nos impressionou a ação política (vinculada a uma agenda pastoral) da Prelazia de Cametá na mediação de processos de engajamento de camponeses no espaço público e, posteriormente, uma relativa emancipação deles como sujeitos políticos.

Um itinerário de investigação, do qual resultou o *corpus* de análise, fora construído com base em observação direta de cenas locais, observação participante e entrevistas. Houve sempre um esforço para bem traduzir as cenas investigadas, quer seja pela análise dos discursos elaborados e/ou compartilhados pelos atores, num primeiro nível de compreensão, quer seja dos sentidos por eles atribuídos às suas ações e ao agir dos outros, num segundo esforço comprensivo de maior profundidade.

Tratamos, portanto, de uma experiência social pelo viés da “constituição de relações de familiaridade e confiança” entre sujeitos e desses com o seu território, recusando “explicações ‘transcendentais’ cujas categorias e hipóteses não estão ancoradas numa experiência de primeira mão” (CEFAÍ, 2011, p. 11). Isso significa que a legitimidade para compreender ações situadas reside em nossa etnografia: dela fizemos nosso chão e caminho investigativo, atentos ao que fizeram os sujeitos interlocutores da pesquisa e, com igual zelo, a pilotagem sobre eles exercida por seus mediadores. Comecemos por uma descrição do nosso lugar de fala.

1. Baixo Tocantins: território amazônico de desenvolvimento(s) em disputa

Em trabalho anterior¹⁴², dialogando com Armando Lirio de Souza (2011), identificamos diferentes definições para esse subespaço regional. A primeira, sintetizada no nome de Baixo Tocantins, fora assumida, entre 1970 e 1980, pelo movimento sindical rural e um conjunto de movimentos sociais. Integraram esses movimentos trabalhadores dos municípios de Abaetetuba, Baião, Bagre, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Mocajuba, Moju e Limoeiro do Ajuru, articulados por convergências políticas e socioeconômicas, sobretudo.

A partir da segunda metade da década de 1990 e início dos anos 2000, tais movimentos assumiram como referência a nomeação Região do Baixo Tocantins (ou Região Tocantina) e acrescentaram Barcarena ao conjunto dos municípios anteriormente indicados. Na definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no entanto, Baixo Tocantins corresponde a uma parte da Mesorregião Nordeste do Pará, formada pelas Microrregiões de Cametá (Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba) e de Tomé-Açu (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu).

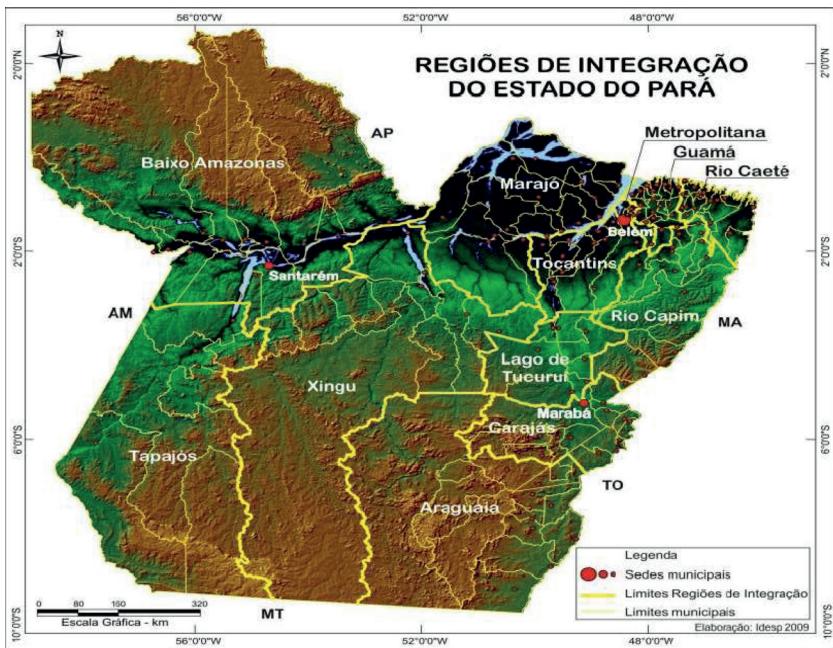
É a partir da referência de organização territorial dos movimentos que se dá, em agosto de 2005, a criação do Território Rural do Baixo Tocantins no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais do governo brasileiro. Assim definida, a região comportava nove municípios, a saber: Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Moju.

Em 2007, em ação de planejamento do governo paraense, a unidade nomeada Baixo Tocantins é sobreposta pelo recorte de Região de Inte-

142. A partir de uma etnografia, da qual resultou a dissertação de mestrado de Isaac Fonseca Araújo, a trajetória recente do Baixo Tocantins é analisada como um território de ação e desenvolvimento concebido, produzido e pilotado localmente por sujeitos dispostos a responder às exigências socioambientais de seu tempo, razão pela qual souberam empreender dinâmicas de mobilização social e ambientalização que alteraram significativamente o espaço público regional. Cf. Araújo (2018).

gração (RI) (Figura 1), sob a justificativa de que a divisão adotada pelo IBGE não mais refletia as realidades regionais no que tange a fatores de convergência. Contudo, os critérios definidos para formatação das RI revelaram escolhas fundadas em conceitos de bases econômica, social e geográfica apropriados por instituições oficiais que nada dizem sobre as dinâmicas territoriais que justificam esse processo de regionalização.

Figura 1 – Regiões de Integração do Estado do Pará – Localização do Baixo Tocantins (Fonte: PARÁ, 2009)



Em 2008, no entanto, ainda na esfera estadual, iniciou-se outra discussão com vistas à definição de prioridades para as políticas públicas territoriais, o que deu origem ao chamado Planejamento Territorial Participativo (PTP) cuja agenda subsidiou decisões programáticas, inclusive produzindo aprendizagens e apropriações entre lideranças sociais e institucionais quanto ao conceito de território, embora, três anos depois, outra base política tenha assumido o controle do Governo Estadual, suspendendo o PTP.

Cabe também considerar que em 2008 o Governo Federal alterou sua Política de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. A partir daí os Territórios Rurais passaram a Territórios da Cidadania. Desde então, o Baixo Tocantins adotou, no contexto deste ordenamento territorial, além dos nove municípios já citados, os de Acará e Tailândia. Àquela época acreditou-se que tal qualificação imprimiria uma mudança positiva no campo das institucionalidades e no exercício da participação, desde que fossem criadas as condições para o fortalecimento da capacidade de mobilização dos movimentos sociais e efetividade das políticas públicas.

Todavia, a descontinuidade das políticas submetidas à transitoriedade de governos e não ao Estado, marca da cultura política nacional, atingiu o Programa Territórios da Cidadania e, com ele, a possibilidade de consolidação de um espaço público favorável à mobilização e ao engajamento pretendidos. A imposição de “territórios oficiais”, em oposição a outras divisões legitimadas pelas decisões alcançadas com participação mais ampla, evidentemente pode revelar a inoperância de um Estado para responder aos desafios da sustentabilidade, garantindo aos atores locais organizados o protagonismo na condução dos destinos de seu território. Também, na situação analisada evidenciou-se a articulação entre a imposição de uma certa divisão territorial e os interesses ligados ao sistema de dominação econômica e política tradicionais vigentes na Amazônia ao qual convém manter a tutela sobre as populações e não sua autonomia econômica, seu direito de escolha e construção de meios de gestão coletiva de seus territórios.

Nesse sentido, consideramos que, há pelo menos quatro décadas, o Baixo Tocantins tem experimentado mudanças importantes na sua caracterização, dinâmica, estrutura e ocupação, particularizando-se por sua multidimensionalidade, hibridações e complexidade, de realidades fluidas, situado em uma das áreas mais antigas de ocupação europeia na Amazônia.

Trata-se, pois, de um recorte da Amazônia brasileira, historicamente e em certa medida, condenada a ser “objeto de forte intervenção estatal” traduzida na implementação de ações e políticas públicas que “incidem diretamente sobre as formas de apropriação” do espaço adotadas pelos sujeitos que o compõem, sobretudo quanto ao uso da terra (MAGALHÃES *et. al.* 2012, p. 01). São diferentes políticas ope-

rando sobre um mesmo território com “distintos paradigmas de desenvolvimento e que resultam em transformação das relações sociais e territoriais” (*Ibid.*), desencadeando um processo de des-territorialização e, como seu reverso, de resistências reveladas, por exemplo, em ações coletivas. Políticas, portanto, funcionais a uma ofensiva capitalista capitaneada por agentes nacionais e internacionais apoiados na ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico que dispõe das exigências de uma racionalidade de mercado. Nesse sentido, um desenvolvimento independente, acima de exigências de ordem moral, ambiental e/ou de justiça social. Disso resulta um cenário, aliás indicado de modo preciso por Sônia Magalhães e outros autores, para os quais,

Neste caso, temos: os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri – *impactados por* transformações ambientais decorrentes das mudanças na vazão do rio Tocantins; Moju e Tailândia – alvo de indústrias madeireiras, com importante cenário de desmatamento; Tailândia, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Acará e Baião – alvo da tentativa de implantação de um pólo de biocombustível; e Barcarena – o complexo industrial mineral (MAGALHÃES *et. al.*, 2012, p. 01).

As cenas em questão compõem objetos que vêm sendo discutidos por diversos pesquisadores dedicados a compreender diferentes dinâmicas de desenvolvimento na Amazônia. Em diálogo com Philippe Léna (2002) assistimos a uma coexistência de paradigmas antagônicos de sociedade operando simultaneamente na Amazônia. O primeiro, de uma “sociedade pré-moderna”, notadamente marcada por relações paternalistas e clientelistas. O segundo, ao qual Léna se refere genericamente como “modelo alternativo de desenvolvimento”, ganhou força desde o fim dos anos 1980 enquanto tentativa de unificação das exigências ambientais e preocupações sociais, em substituição a um terceiro tipo – sua contraface –, o chamado “modelo desenvolvimentista” (retornaremos ao segundo na próxima seção).

Estes paradigmas enfrentam-se, seja em nível de região, seja no contexto nacional, refletindo-se em “lutas por interesses, lutas políticas e negociações”. Mas coexistem, revelando o que se pode chamar de *antítese da vida amazônica*. São padrões representativos das “grandes

configurações de relações sociais e de poder” (*Ibid.*, p. 12), em outras palavras, das próprias configurações ordinárias do desenvolvimento.

Se considerarmos, por exemplo, os camponeses do Baixo Tocantins identificaremos, talvez, um segmento social que se insere nessa via alternativa quando se dispõem a uma dinâmica propositiva em termos de caminhos para o desenvolvimento territorial, comunicando certo interesse por políticas públicas e projetos não governamentais fomentadores de um processo produtivo ambientalmente mais equilibrado e localmente concebido. Por isso, estariam, de acordo com certas análises, “na origem de movimentos sociais e mobilizações políticas” representando um elemento-chave “para qualquer tentativa de se implantar um desenvolvimento sustentável na Amazônia”. Embora possam ser “os primeiros a voltar” para os métodos extensivos do “modelo colonizador em caso de deceção com as novas vias de desenvolvimento propostas” (*Ibid.*).

De todo modo, as situações mencionadas são um convite para refletir sobre uma questão clássica nas ciências humanas e sociais, especialmente na Antropologia: “a cisão entre natureza e cultura” (LAURIOLA, 2011, p. 290). Há que se reconhecer uma racionalidade hegemônica baseada na ideia de que o homem não necessariamente é parte de seu ambiente, uma espécie em convívio com as demais, mas uma entidade superior, sujeito que se confronta a objeto, universo que comporta todas as demais expressões de vida, hoje chamado ambiente. Por vocação, desse ambiente deve-se apropriar, dominar e explorar, subjugando-o em nome de “interesses civilizatórios”, isto é, uma civilização humana enquanto “expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza” (KEITH TOMAS, 2010, p. 33). Impõe-se um predomínio humano, o que levou Thomas a registrar, citando G. H. Toulmin:

Pergunte a qualquer um na massa de gente obscura: qual o propósito da existência das coisas? A resposta geral é que todas as coisas foram criadas para nosso auxílio e uso prático! [...] Em resumo, todo o cenário magnífico das coisas é diária e confiantemente visto como destinado, em última instância, à conveniência peculiar do gênero humano. Dessa forma, o grosso da espécie humana arrogantemente se eleva acima das inumeráveis existências que o cercam (G. H. TOULMIN, 1824 *apud* KEITH THOMAS, 2010, p. 21).

Associado a essa lógica há um padrão civilizador ocidental, moderno e colonialista, sedimentado na valorização da razão e da ciência como meios para criar mundos e produzir felicidade a partir de um controle da natureza, lugar dos selvagens, ameaça aos humanos, mas objeto a ser apropriado, domesticado, destinado a atender às necessidades de uma única espécie, cujos indivíduos seriam o centro de todas as coisas. É essa narrativa, humanista, antropocêntrica e individualista que se consolida na modernidade que resta a informar nossas práticas econômicas, sociais e culturais há pelo menos quinhentos anos. Práticas essas que se difundiram pelo mundo através da colonização europeia.

Refletindo sobre a presença das referências judaico-cristãs na mentalidade ocidental antropocêntrica, o historiador inglês Keith Thomas resgata os períodos absolutistas dos reinados Tudor e Stuart (séculos XVI e XVII). Acreditava-se que

A natureza não fez nada em vão, disse Aristóteles, e tudo teve um propósito. As plantas foram criadas para o bem dos animais e esses para o bem dos homens. [...] Os teólogos do início do período moderno não viam dificuldades para chegar a uma síntese razoavelmente aceita. O Jardim do Éden, afirmavam, era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas. [...] Ao rebelar-se contra Deus, o homem perdeu o direito de exercer um domínio fácil e inconteste sobre as outras espécies. A terra degenerou. [...] Até mesmo os animais deviam agora ser forçados à submissão. Então, após o Dilúvio, Deus renovou a autoridade do homem sobre a criação (KEITH THOMAS, 2010, p. 21-22).

Essa fórmula, como propõe Tim Ingold (2015, p. 244), integra um *imaginário ocidental* que orienta o modo como entendemos e classificamos o ambiente. Em decorrência dessa concepção, a própria noção de espaço sugere uma forma colonizadora de apropriação da natureza pelo homem, a exemplo do que propõe o antropólogo em Estar Vivo:

Tomando partes específicas da superfície da Terra e transformando-as de acordo com o seu propósito, considera-se que os seres humanos as tenham transformado em lugares. E cada lugar tem o selo de seu criador no nome que lhe foi dado. Assim, nomes de lugares testemu-

nham, no imaginário ocidental, a história da colonização e da apro-
priação da natureza pela humanidade (INGOLD, 2015, p. 244).

Essa visão de mundo, disseminada como ortodoxia conceitual, se encontra na base de territorializações na Amazônia, desde o século XVI. Primeiro, como selva a ser domesticada, colonizada por humanos, leia-se, cristãos. Mais tarde, como fronteira natural a ser explora-
da, a ser transformada em riquezas pelas forças civilizadoras do capital. Isto é coerente se aceitamos a hipótese de que as agências governamentais tinham a intenção de tornar aqueles programas domínios geopolíticos do Estado, territórios oficiais – cada um com as marcas do governo que o instituiu –, inclusive para legitimar a exploração dos recursos e das competências das populações locais supostamente “a bem do interesse público”.

À vista desse ponto presenciamos um movimento duplo pela via institucional: um esforço de contenção do desejo de autonomia territorial e das estratégias de emancipação política gestados por diferentes sujeitos sociais, por um lado; e uma ofensiva pela manutenção de um *status quo*, por outro. Assim, ações e projetos são oferecidos como ocasião privilegiada para elevação da qualidade de vida, compondo uma gramática do progresso que relativiza os efeitos de uma relação de dominação entre grupos sociais e entre esses e outras formas de vida; uma normatização que valida o predomínio do saber técnico-científico sobre outras formas de saberes e práticas, sobre outros modos de vida.

Além desse duplo movimento é preciso considerar dinâmicas de enfrentamento a um poder engendrado por diversas formas de dominação material e simbólica. Sobre essas dinâmicas nos deteremos na seção a seguir. Ainda que não capazes de transformar radicalmente a realidade elas revelam um modo diferente de produzir território, outras raciona-
lidades, indicam outras epistemes. Vejamos.

2. O “repique” social e a Igreja no Baixo Tocantins

Sobre o repique, lembramos. Trata-se de um fenômeno que consiste em alterações drásticas no ritmo de subida e descida das águas dos rios amazônicos causadas, por exemplo, pela incidência de fortes chuvas nas cabeceiras dos rios, pela presença das barragens e pelas mudanças cli-

máticas. Tal fenômeno, de acordo com os especialistas, vem se tornando mais frequente, afeta a vida da fauna, modifica o comportamento dos peixes, inunda áreas de cultura em períodos inesperados, pode dificultar a navegação, entre outros. Repiquete – que remete ao inesperado na dinâmica das águas, à reação violenta, a existências de outras lógicas – aqui é tomado como metáfora para representar a rebeldia social, a ousadia da insurgência de grupos sociais. Em uma Amazônia marcada pela presença de uma dominação tradicional, a mobilização e a ação sociais que contrariam essa lógica resistem, repiquetam, reivindicando a ambientalização das situações locais como exigência para a produção de um território nos termos definidos pelos seus sujeitos.

Bem analisadas, essas dinâmicas informam uma re-configuração do tecido social e político do Baixo Tocantins a partir de uma politização construída em movimentos operados por sujeitos políticos face a conflitos e desafios socioambientais. Utilizando diferentes mecanismos mobilizatórios estes sujeitos se definem por um agir programático traduzido em participação que lhes permite configurar um ambiente híbrido à medida que incorporam apelos e referências – ambientalizando espaços reais e abstratos, realidades materiais e subjetivas – para marcar um território e produzir territorialidades específicas com a experiência da ação coletiva e das lutas engajadas. Assim, outra territorialização toma forma, definida como um

processo que envolve atores e ações nas quais eles se engajam, relações multiplas e cotidianas na forma de jogos de aliança ou de redes, práticas objetivas e subjetivas em referência a escalas espaciais diferentes. Por meio de suas relações, esses atores desenvolvem formas de aprovação, materiais e simbólicas, do espaço que comportam dimensões econômicas, políticas e culturais. São dimensões que caracterizam sua territorialidade (TEISSERENC, 2010, p. 163).

Estas circunstâncias sugerem que prestemos atenção aos papéis desempenhados por sujeitos mediadores, sobretudo ONGs, grupos de pesquisa e extensão vinculados a universidades públicas e segmentos ligados à Igreja Católica. Não nos é possível, nos limites deste texto, descrever e problematizar tais papéis, entretanto, devemos apreciar alguns elementos relativos à atuação política e pastoral da Prelazia de

Cametá (hoje Diocese), especialmente a partir do final da década de 1960, tendo em vista sua importância para compreensão das dinâmicas a serem discutidas na seção seguinte.

À época, uma avaliação sobre o desempenho da Igreja e da conjuntura socioeconômica que configurava a realidade regional levou a instituição a redesenhar suas estratégias a partir de um novo plano de ações pastorais em que se deu prioridade à criação de comunidades cristãs (CCs) e implementação de linhas de crédito informal, estas destinadas a apoiar projetos comunitários como fomento a uma organização socioprodutiva. Examinamos, pois, um movimento referenciado por diretrizes e argumentos produzidos em âmbito internacional e com efeitos no cenário brasileiro. Eis uma sinopse desse contexto.

A II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Conferência de Medellín, Colômbia), ocorrida em 1968, constituiu, à luz de sua narrativa, fato emblemático na trajetória da Igreja Católica na América Latina, tanto pela oportunidade de análise das questões que a desafiavam, quanto pelo que representaram as decisões ali tomadas. Uma das mais significativas foi a de promover a criação das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), núcleos aos quais se demandaria a tarefa de organizar pessoas para a experiência de vida em comunidade. No caso do Baixo Tocantins, as evidências encontradas conferem legitimidade ao ponto de vista, sobre as CEBs, do atual Bispo Diocesano de Abaetetuba (PA), Dom José Maria Chaves dos Reis, ex-padre da Prelazia de Cametá: “ela é o início de tudo”.

O centro de tudo está na existência da comunidade de fé. Ela se reunia para celebrar a palavra, o culto dominical, para dar a catequese, mas para organizar os trabalhadores, as delegacias sindicais nas próprias comunidades [...] E ali se dava todo um treinamento para ajudar os camponeses a aprender ler e escrever [...] A Prelazia, na época, implantou a educação popular, principalmente com base no método de Paulo Freire [...], que era pra ajudar os camponeses a ler, escrever, refletir, discutir. (Dom José Maria Chaves, ex-padre da Prelazia de Cametá e atual Bispo Diocesano de Abaetetuba, entrevistado em 23 de dezembro de 2014).

Constatamos que a produção desse novo sujeito coletivo se fez, não sem contradições e incompletudes, trazendo a constituição de um espaço público diferenciado. Organizados em comunidades cristãs, os camponeses da Amazônia Tocantina passaram a experenciar relações de produção e práticas de associativismo inspiradas num ideário de sustentabilidade socioambiental, ao mesmo tempo em que se projetavam como sujeitos em cenas políticas nas quais antes figuravam como espectadores. A participação da Igreja Católica no trabalho de organização da sociedade no Brasil, através das CEBs e pastorais sociais, associava-se a uma leitura crítica da realidade social, justificativa de sua “opção pelos pobres”, e engajamento na luta pela transformação daquela realidade, princípios preconizados pela Teologia da Libertação¹⁴³. Trata-se de um contexto no qual, como observado por Daniel Cefaï (2011),

A ideia de comunidade tem uma ressonância que o Brasil partilha sem dúvida com outros países [...]. Ela foi objeto do desejo militante ou religioso durante o período da ditadura, escapando aos rigores do regime. Sustentou todo o trabalho de educação popular, cujos métodos de conscientização de Paulo Freire estão ainda nas memórias. E igualmente esteve no coração das práticas radicais da teologia da libertação, deste retorno ao da Igreja dos pobres, de Leonardo Boff e Dom Helder Câmara. A associação de referência foi, até o meio dos anos 1990, a Comunidade Eclesial de Base: ao mesmo tempo assembleia dos fiéis se reunindo para ler a Bíblia, discutir sobre a fé e celebrar os ritos, duplicando a forma da paróquia; e reagrupamento militante, ligado em rede às outras CEBs pela logística de Igreja, mobilizando-se para a gestão dos negócios locais, mas também na ocasião da Constituição de 1988 para articular grandes movimentos nacionais (CEFAI, et al., 2011, p. 23).

No caso do Baixo Tocantins, a influência do trabalho da Igreja, considerada progressista no ambiente socioeclesiástico, é incontestavelmente associada a Dom José Elias Chaves Júnior, que chega a Cametá em 1980 e ali permanece até 1999, como segundo bispo de uma Prelazia criada em 1952. Sob a direção de Dom José Elias Chaves *ações de base*

143. Para mais detalhes Cf. a tese de Rodrigo Augusto Leão Camilo (2017).

foram desenvolvidas – voltadas especialmente à formação de recursos humanos –, além da criação de comunidades e pastorais. No quadro a seguir compusemos um resumo de algumas dessas intervenções.

Quadro 1 – Ações pastorais da Prelazia de Cametá¹⁴⁴ no Baixo Tocantins (1970-1990)

Ações	Apreensão de significados
Formação de animadores de comunidades	Espécie de auxiliares diretos dos padres nas paróquias. Além do serviço pastoral, pelo menos até o final da década de 1990, considera-se que parte desses agentes também cumpriu importante papel de mobilização social e articulação política em diferentes espaços regionais.
Experiências de educação popular	Compõem um programa baseado na “pedagógica de Paulo Freire”. Entre diversos temas dava-se ênfase para: liderança comunitária, agricultura familiar, formação de “enfermeiras” e parteiras, remédios caseiros, fé e política. Planejou-se, segundo Manoel Raimundo Pinheiro, ex-presidente da Colônia de Pescadores de Igarapé-Miri, uma estratégia para <i>criar condições favoráveis a uma dinâmica de transformação social no território</i> . Pinheiro justifica lembrando um “ato simbólico”, realizado no início de 1980, em Cametá: uma “missa de envio”, em cujos ritos o bispo abençoava as lideranças e as enviaava para uma missão. Desde então, grupos de agentes seriam formados, integrando-se aos segmentos da agricultura, pesca e educação de modo a intervir nas estruturas socioeconômicas vigentes <i>em favor dos pequenos</i> . (M. R. Pinheiro, entrevistado em 23.12.2014).
Assistência social sob o discurso da promoção humana	Registramos atividades de assessoria técnica a agricultores e pescadores com incentivo a projetos de produção. De certa maneira, o fomento implementado pela Prelazia, na forma de crédito assistido, contribuiu com o desenvolvimento econômico regional, particularmente por subsidiar iniciativas de inclusão socioprodutiva entre famílias empobrecidas. Três casos são sugestivos: a) aumento na produção de pimenta do reino e cacau; b) incentivo à fruticultura e criação de peixe e c) melhoria do consumo doméstico com a implantação de cantinas comunitárias. Além disso, ações de educação em saúde preventiva compuseram a estratégia, dentre as quais talvez a de maior impacto social tenha sido a criação de uma categoria profissional importante para as comunidades: os agentes comunitários de saúde.

144. Em 2013 a Prelazia de Cametá é elevada à Diocese.

Outras ações de sensibilização de fluxo contínuo

Chamamos a atenção para dois fatos. O primeiro, a quem se deu o nome de *círculo bíblico*, cumpria a função de estudo dirigido, com fundamentação bíblica, cuja experimentação deveria levar os sujeitos participantes a desenvolver “compromissos sociais” para enfrentamento de situações de ameaça à vida. O segundo, chamado *Intercomunitário*, constituía-se evento em forma de seminário integrado por diversas comunidades – geralmente de um mesmo setor da paróquia –, com a finalidade de estudar e discutir temas relevantes na trajetória das comunidades.

Fonte: Pesquisa de Campo / Sistematização dos autores (2014).

Em meio a essas ações vale destacar as cantinas comunitárias. Concebidas enquanto estratégia de melhoria do consumo e produção nas comunidades rurais, as cantinas funcionavam como comércios comunitários para compra e venda de gêneros alimentícios, produtos agrocolas e insumos a fim de romper com a dependência dos camponeses ao sistema de comercialização tradicional, diminuindo os custos das unidades domésticas.

Embora fossem pequenos empreendimentos comerciais, as cantinas constituíram-se organizações associativas, justificadas por suas características: i) eram formadas por associados (entre 15 e 20 por unidade); ii) desenvolviam atividades de organização social e formação política e iii) cumpriam uma função de representação dos trabalhadores, além de outra elementar, a atividade de comercialização em condições mais favoráveis. Assim, considera-se que o trabalho desenvolvido por tais empreendimentos legou importante contribuição à formação social do Baixo Tocantins, especialmente no que tange ao incentivo a uma cultura associativa e de desenvolvimento comunitário (HÉBETTE, 2002; SOUSA, 2002; SOUZA, 2011).

Ainda que se considere as ações referidas no Quadro 1 como componentes de apenas uma parte das intervenções nas quais se implicou a Prelazia é aceitável que os efeitos político-pedagógicos daí decorrentes sejam significativos da implicação de um conjunto de sujeitos com experiências de mobilização social nas quais foram construídos diferentes organizações e movimentos. A experiência de Anilzinho, comunidade situada às margens do rio homônimo, no município de Baião, aqui nos parece exemplar.

3. Às Margens do rio Anilzinho: construção social de uma disputa

A partir do final dos anos 1970 e por toda a década de 1980, a cena política no Baixo Tocantins foi animada pela questão do uso (e do direito) da terra, assim como em diversos outros pontos do país movimentos e lutas se acumulavam. Emblemático desses movimentos e lutas no estado do Pará foi o conflito do rio Anilzinho. Rio que empresta seu nome a uma região na qual se inicia em 1979 uma disputa entre camponeses, sem a titularidade da terra onde viviam e trabalhavam, e supostos proprietários que chegavam do sul do país, ameaçando expulsá-los. Com a abertura da rodovia BR 422, a Transcametá, que liga o município de Cametá ao de Tucuruí, um processo de valorização das terras favorecerá o conflito de interesses. Tal conflito foi assim narrado pelo padre Tiago, representante da Prelazia de Cametá, que atuou no caso como mediador.

A região de Anilzinho era rica em Castanhais, a terra era devoluta e muita gente tinha interesse de ficar com aquelas terras. [...] Com a abertura da estrada Transcametá apareceram grileiros do sul do país com interesse de se apropriar daquela região. Lá existiam algumas pequenas propriedades às margens do rio Anilzinho e Ipaú [...]. Apareceu um homem de nome Tião querendo ocupar toda a área, mas, não conseguiu porque o povo resistiu. Então ele vendeu a terra para um fazendeiro do sul, que deixou como capataz o Gustavo [...] Este pediu apoio à juíza de Tucuruí, que mandou dois caminhões e dois jeeps com soldados armados com fuzis e metralhadoras [...] Embarcaram todos os homens nos caminhões, levaram para Tucuruí e os soltaram na rua [...]. Derrubaram as casas, destruíram as plantações; as mulheres fugiram de suas casas [...] Então os posseiros me procuraram para resolver o problema. Orientei que construíssem um barracão que comportasse 200 pessoas para fazermos reunião e discutir o problema [...] Assim realizou-se o primeiro Encontro Anilzinho [...] O povo pescou 300 kg de peixe para ajudar no encontro e como conclusão saiu a Lei Anilzinho (Relatório do VII Encontro Anilzinho, realizado na comunidade de Mupi, Cametá, em 1987, p. 02 *apud* SOUSA, 2002, p. 138).

Depois deste, outros dez encontros foram promovidos, o último deles em Igarapé-Miri, no início dos anos 1990. Toda essa mobilização

permitiu que os camponeses continuassem na área, tornando-se vitoriosos de uma luta tensa e desafiadora contra os interesses dos grupos detentores do poder econômico e político e, portanto, capazes de impor uma ideologia dominante, o que nos lembra István Mészáros, para quem “o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme”,

não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas, sim porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de supremacia da *mistificação*, através da qual os receptores potenciais possam ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais (MÉSZÁROS, 1993 – grifo no original).

De fato, trata-se de um poder de vasta proporção, entretanto, em condições favoráveis de resistência, pode ser neutralizado. Este parece ser um dos resultados mais significativos do caso, embora sutil, e a condição primeira para que se operasse a reterritorialização (HAESBAERT, 2007, p. 01) alcançada. Mas há outro legado igualmente importante: os aprendizados produzidos na ambientalização do conflito, a partir dos quais a organização dos trabalhadores e das comunidades cristãs ganhou força e uma nova dinâmica política tomou corpo na região. Comunidades que passam a se identificar mais tarde como populações tradicionais, se adotamos uma definição de Manuela Carneira da Cunha (2017, p. 291-292). Ou seja,

grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. [...] A categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a construir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (CUNHA, 2017, p. 291-292 – grifos no original).

O caso Anilzinho marcou a memória dos trabalhadores rurais do Baixo Tocantins e influenciou a postura eclesial que, desde então, a Prelazia de Cametá assumiria quando desafiada a tomar partido diante das resistências e lutas populares pelo direito a terra. O conflito, originado na disputa pela posse do lugar – o que colocava em pauta o debate sobre a sobrevivência das populações locais –, levou a instituição a implantar um serviço pastoral originariamente em apoio aos campone-
ses: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Aquele momento sinalizava a adesão da Igreja Católica ao movimento (nacional) de oposição sindical que, sob sua liderança, ocuparia a cena política regional por mais de uma década.

Em estudo sobre processos de conformação do mundo camponês no Baixo Tocantins, considerando aspectos sociais, políticos e econômicos inerentes à sua formação, Rogério Almeida (2010, p. 294) igualou o fenômeno de Anilzinho ao da Cabanagem, por ele qualificado como primeiro movimento a levar os oprimidos ao poder, portanto, um dos “momentos mais significativos na trajetória de insurgência do período regencial do Brasil”. Para Almeida,

o movimento do Anilzinho se constitui como um marco recente do campesinato do Baixo Tocantins, [tendo sido] o primeiro no contexto da luta pela tomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) pelos trabalhadores alinhados politicamente como o “novo sindicalismo” [...]. Constituiu um fato importante no processo de adesão da Igreja Católica local à luta pela terra que já iniciara em diversas regiões do Brasil e sobre a qual a Igreja manifestou-se publicamente, por meio do documento “Igreja e problemas da terra” (ALMEIDA, 2010, p. 295 – grifos nossos).

Partilhando dessa percepção, dizemos que a abrangência e densidade da pauta que orientou os debates acerca de Anilzinho justificam um movimento a sugerir um projeto de vida comunitária. Logo, os encontros produzidos para animar a estratégia de resistência, configurados ora como momentos de estudo e reflexão, ora como espaços de planejamento e mobilização dos trabalhadores, permitiram a estes sujeitos se identificarem com o ideário de uma sociedade nova, tornando-se cúmplices no entendimento de que viver em comunidade implica neces-

sariamente compromisso com a transformação das estruturas sociais, não raro geradoras de injustiças. Identificamos três linhas enquanto centralidade das discussões em torno do caso:

- a) A questão da terra propriamente dita e o que dela deriva enquanto ideário – lugar de todos/bem coletivo, da comunidade; espaço de produção a partir do qual se pode garantir a sobrevivência; território que reclama uma reforma agrária, desde agora, a começar pelas mãos dos camponeses;
- b) O fortalecimento das comunidades por meio do trabalho coletivo e a reconfiguração do sindicalismo rural (com a “tomada” dos sindicatos pelos agricultores com mediação da Igreja e de organizações não governamentais);
- c) A luta institucional como instrumento capaz de viabilizar a conquista de políticas sociais para o campo. Essa agenda tornou-se não apenas um discurso orientador das ações do movimento, mas o seu objetivo, subsidiando, inclusive, elaboração de uma Lei interna, construída por ocasião daquele primeiro encontro.

Naquela ocasião foi afirmado que

“Nós, camponeses da Região Tocantina, reunidos nos dias 11 e 12 de julho de 1980, em Anilzinho-Baião, em encontro que teve como tema: Terra para quem trabalha nela, depois de termos analisado a realidade em que nos encontramos: grilagem mansa e violenta e as mais diversas formas de opressão cometidas pelas autoridades, deixando-nos em completo abandono, resolvemos tomar as seguintes resoluções: 1. Resistir na terra; 2. A terra é da comunidade; 3. A terra é pra trabalhar nela [...]; 4. Fazer demarcação da área sem esperar pelo governo; 5. Defender a terra com armas, se preciso for, machado, terçado, espingarda etc.; reagir ao ataque da grilagem; 6. Comunicar e denunciar as arbitrariedades às comunidades vizinhas [...], imprensa [...]; 7. Fazer oposição sindical e política. Troca de delegado sindical pelego [...]; 08. [...] Criar comissão de terra; 9. Construir casa comunitária ou capela e exigir posto médico [...] para dar mais segurança na terra; 10. Organizar a comunidade [...] através de trabalho coletivo;

11. [...] Criar um fundo de manutenção dos encontros; 12. Lutar pela reforma agrária radical e imediata" (Relatório do I Encontro Anilzinho – Baião, julho de 1980 *apud* SOUSA, 2002, p. 139).

Entre outros elementos importa reconhecer o caráter simbólico do acordo expresso na nessa Lei. Ele traduz uma espécie de "estatuto do homem da terra", sugerindo inclusive uma ruptura com o institucionalizado. Trata-se de uma tentativa de negação da função jurídica e política do Estado, postura com a qual se questionava sua capacidade de gestão, embora a ele estrategicamente recorrendo e com ele negociando garantia de direitos.

Nos eventos iniciais, adotou-se uma postura radical no que concerne a relações "da porteira pra fora" (nenhum agricultor deveria acessar crédito bancário, pois poderia ficar inadimplente e comprometer a posse da terra) e que desconsiderava bases legais que regem a vida em sociedade (a possibilidade de usar violência e armas – se preciso – para defender a permanência dos camponeses no lugar). Contudo, na sequência, dois fatores ajudaram a relativizar essa orientação:

- 1) O resultado do conflito inicial, com a vitória dos posseiros, o que eliminou a necessidade de novos enfrentamentos e;
- 2) A ininterrupta conquista dos sindicatos, exigindo do movimento uma revisão da estratégia – a luta não era mais para garantir os instrumentos institucionais e, sim, acessar políticas públicas.

Nesse sentido, as decisões do penúltimo Encontro Anilzinho, realizado em Pacajá (Região Transamazônica), em 1991, superaram o viés classista de enfrentamento com o Estado, reorientando as lideranças para uma nova postura, agora de articulação dos trabalhadores, tendo em vista o acesso aos recursos públicos, especialmente ao crédito rural. Aquele era o início do fim da dependência dos camponeses ao fomento produtivo da Igreja advindo do crédito informal.

A história de Anilzinho pode ser considerada como o momento inicial de experiências em um contexto de ambientalização dos movimentos sociais no território do Baixo Tocantins, à medida que nelas são encontrados traços de um lugar requerido pelos atores e por eles

apropriado com vistas a um desenvolvimento que contraria a lógica da exploração a serviço do lucro, deixando-se influenciar pelos imperativos de uma produção dirigida à garantia de condições de reprodução da vida *dos pequenos*. Quando do conflito pela posse da terra, a luta na qual se engajaram aqueles sujeitos é indicativo de uma habilidade em criar laços de solidariedade, construir estratégias pactuadas com outros atores sociais e se beneficiar dos aprendizados coletivos. Assim, eles se notabilizaram pela mobilização em defesa de direitos vinculados à reapropriação social dos meios de produzir – a água, a terra e seus recursos – de resistir e de viver em um ambiente ainda que controlado pelas dinâmicas dos Grandes Projetos de Desenvolvimento.

Desdobramentos do repique social do Anilzinho conduziram à criação de uma Unidade de Conservação de 55 mil hectares no município de Baião, a Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho, em 2005. Como sabido, a dinâmica de criação de áreas protegidas na Amazônia brasileira tem se caracterizado pela busca em se contemplar as exigências ambientais e, ao mesmo tempo, as demandas por direitos sociais.

A este território à maneira dos sujeitos – lugar reivindicado, re-significado, em movimento, com características multidimensionais e grupos humanos que se articulam por meio de processos nos quais se podem distinguir elementos que indicam algum nível de identidade e coesão social, cultural e política – chamamos território de ação e desenvolvimento, posto que a experiência resultante da mobilização “se manifesta em uma capacidade dos atores de se engajarem em ações coletivas” (TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. da S. Aquino, 2014, p. 98) que os convocam a produzir rationalidades outras e compromissos com a esfera da vida.

Um dos efeitos mais sistemáticos dessa dinâmica tem sido a renovação do fenômeno da territorialidade aqui entendida, a partir do que propõe Paul Little (2004, p. 253), como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a em seu ‘território’”. Revelada por contingências históricas, essa territorialidade se mostra uma força imanente à ação do grupo e, como tal, uma conduta situada.

Isso sugere que todo território é “produto histórico de processos sociais e políticos” (*Ibid.*, p. 254), no caso do Baixo Tocantins, impossível

de ser compreendido no singular: é desejável, pois, pensar em “múltiplos territórios” (HAESBAERT, 2007, p. 01) configurados por territorialidades múltiplas, tendo em conta a pluralidade de sujeitos e ações. Questão, porém, que não cabe nos limites deste texto.

Pois bem, exatamente nesse contexto, uma agenda de luta política no campo institucional é assumida, não apenas de reivindicação pelo direito à terra, mas como possibilidade de também influenciar nos rumos do desenvolvimento regional. Por isso, entendiam aqueles sujeitos que participar da gestão de sua entidade representativa era uma condição fundamental para garantir que o movimento assumiria uma postura combativa frente ao Estado na luta por cidadania, pois argumentava-se que o modelo de sindicalismo rural vigente não representava os interesses das comunidades. Mediados pela ação da Prelazia e impulsionados pelo conflito agrário, os atores de Anilzinho aderiram ao movimento de oposição sindical, à época uma importante arena pública.

Ao longo dos anos 1980 produziu-se ampla mobilização no Baixo Tocantins a fim de instrumentalizar os trabalhadores rurais para o enfrentamento a grupos tradicionais detentores da gestão sindical. Vale lembrar que havia uma estreita relação entre a estratégia para ganhar o sindicato e a articulação em prol da conquista das Colônias de Pescadores, essa concebida no âmbito da Pastoral da Pesca, de acordo com testemunhos registrados em campo – resultando dessa articulação a chegada dos trabalhadores às direções de todos os sindicatos e colônias do território, até o final dessa década.

Era articulado de forma conjunta. Os professores [...] foram *também* responsáveis por essa vitória, pois, nesse momento nós fomos ocupar as filas do sindicato pra quando nossos companheiros chegassem tivessem lugar para votar: existia uma articulação entre o Sintepp, a Colônia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (Benedita dos Santos Miranda (“Benoca”), ex-coordenadora do Sintepp – Subsede Igarapé-Miri, entrevistada em 03 de janeiro de 2015).

Esse era um ponto positivo. Eu me lembro que no congresso dos trabalhadores [rurais] quem organizava, cozinhava e ficava na parte de apoio eram os professores; quando era a assembleia dos pescadores, os trabalhadores [rurais] estavam lá pra dar o apoio e, assim, sucessiv-

amente. Eu lembro que na assembleia que nós [de Igarapé-Miri] ganhamos, em 1988, as lideranças dos pescadores estavam lá. Então, isso era uma coisa muito boa que nós tínhamos [...], união dos pequenos. (Raimunda da Costa Almeida, ex-diretora do STR, entrevistada em 23 de dezembro de 2014).

Havia um discurso construído pelas lideranças para influenciar *as bases* no qual se evidenciavam 1) a necessidade de tomar parte dos grandes debates sobre a vida no campo, como a discussão sobre a reforma agrária; 2) o desafio de incidir na agenda do Estado; e 3) o interesse em contribuir com a construção de um “novo sindicalismo”, narrativa operada pelos atores da oposição sindical dos anos 1980 vinculada à estratégia nacional de criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

A adesão dos camponeses ao movimento e, em última análise, o alcance de seus objetivos mostram que a retórica funcionou enquanto justificativa, animando o que em estudo recente encontrou-se razão para considerar como um processo que “possibilitou iniciar a desestruturação do domínio dos agentes políticos vinculados ao poder governamental e as oligarquias locais, portanto, impedindo o uso das organizações sindicais como aparelho de manipulação” (ARAÚJO; SOUZA, 2013, p. 03). Assim, é possível concluir que no contexto de Anilzinho fora construída uma disposição para produzir – no plano das ideias e da ação – outro sindicalismo, *novo*, enquanto projeto e pedagogia institucional.

Reconhecemos uma capacidade de mobilização social, engajamento político e resistência geradora de impactos positivos na trajetória das populações locais. E não constitui exagero considerar que tais iniciativas abriram caminhos para um exercício de politização dos sujeitos e suas organizações experienciado em ambiente de ação no qual uma racionalidade coletiva foi mais decisiva que a racionalidade da escolha individual, questionando os postulados de Mancur Olson (1999). Igualmente, identificamos uma competência nesses homens e nessas mulheres das comunidades em ganhar autonomia, enquanto ainda se encontravam sob a direção da Igreja. Aos poucos, foram se constituindo sujeitos políticos, sem deixar a condição de *fieis*. Aliás, foi olhando para os ideais de uma vida comunitária que eles se afirmaram como categoria social, depois assumindo uma luta de classe.

Condições foram sendo produzidas, ensejando práticas associativas geralmente vivenciadas por núcleos familiares. Experimentação social que se notabilizou depois da primeira metade dos anos 1980, quando se têm registros de atividades de base comunitária – em diversos contextos amazônicos – na forma operacional de “revendão”, “cantinão”, caixa agrícola etc., como uma retomada das organizações econômicas coletivas, então empreendidas para satisfazer necessidades de consumo e fomento produtivo (ARAÚJO; SOUZA, 2013, p. 02). Um movimento, portanto, originário do mundo rural que justifica a compreensão de que a conjuntura de luta política – a princípio contra o regime autoritário e, posteriormente, como tentativa de superação da cultura paternalista, clientelista e patrimonialista – na região amazônica influenciou decisivamente a formação social e econômica do Baixo Tocantins, ensaiando *outro* desenvolvimento, ao modo do que fora proposto, entre outros autores, por Boaventura de Souza Santos (2002).

Temos, enfim, motivos para acreditar na produção de um território em movimento assentado na sustentabilidade socioambiental sob a condução dos trabalhadores e suas organizações. Sinais concretos dessa mobilização estão inscritos nas ações dos sujeitos oriundos da agricultura familiar e da pesca artesanal, a maioria optante pela vida associativa como forma de atuar na sociedade. Trata-se de um “modelo” antagônico a outro padrão de desenvolvimento tradicionalmente instalado no Baixo Tocantins: aquele pautado em grandes projetos com vocação para gerar concentração de renda, desigualdades e conflitos.

Considerações finais: Para (não) concluir: desafios socioterritoriais face ao desenvolvimentismo

Os que se desafiam a compreender ambientes amazônicos, do ponto de vista de sua história social, devem, sobretudo, examinar as condições de produção das sociedades que os integram e os efeitos das trajetórias por elas vivenciadas. No caso do Baixo Tocantins, destacamos uma densidade de mobilizações de atores e processos de politização dos movimentos por eles engendrados traduzidos em atos que revelam escolhas orientadas para a produção de uma vida econômica e política dirigida pela ação coletiva.

Esta Amazônia Tocantina constitui-se território apropriado por diferentes sujeitos cujas necessidades materiais e simbólicas os levam a territorializar o lugar e a vida mediados por relações de poder. Uma dinâmica que suscita tensões e conflitos na medida em que o exercício mobilizatório de apropriação, pelos atores locais, inaugura uma disputa hegemônica com um sistema de agentes representantes do paradigma da dominação interessados em limitar a Amazônia a uma plataforma de recursos agenciada pelas forças *civilizadoras* do capital (LÉNA, 2002). Em sentido contrário, os novos sujeitos produtores do território – aqui representados pelo segmento dos camponeses – constituem-se parte dele, criam identidades alimentadas por práticas de entrega-acolhimento cotidianas.

Eis um convite para uma conversa entre a capacidade de imaginar e a empiria que a mobiliza. Ela mostra a maneira como um conjunto de sujeitos transita entre o conflito e o acordo para se manter em um contexto no qual as ameaças aos seus projetos se acumulam. Por um lado, suas vivências indicam que as exigências ambientais os desafiam a estabelecer pactuações em prol de uma governança dos problemas locais enquanto ferramenta a ser operada, tendo em vista outra forma de desenvolver; por outro lado, demonstram que a mobilização, embora resultante de contratos sociais, cria efeitos de interações conflituosas que, ao invés de levar à fragmentação esterilizadora, confere maturidade a um movimento que se encontra no mundo da vida dirigido por uma sensibilidade ambiental por ele mesmo produzida.

Aqui é preciso admitir que a mediação exercida pela Prelazia de Cametá – ora fomentando relações sociais e de produção, ora facilitando processos políticos –, desde o final de 1960 até pelo menos a metade de 1990, imprimiu talvez as maiores características do que hoje se conhece como Baixo Tocantins na qualidade de território enquanto lugar de vida. De fato, as ações mobilizadas pelas comunidades cristãs e pastorais podem ser definidas como a base da experiência de associativismo e formação de movimentos sociais na região, concomitantemente. Por um lado, significa que a origem dos empreendimentos associativos está diretamente relacionada à trajetória das comunidades, em função das dinâmicas que decorrem do seu modo de vida. Por outro lado, que os aprendizados adquiridos por diversas lideranças comunitárias no exercício da militância pastoral – sobretudo em relação ao trabalho coletivo

e à solidariedade –, acompanhados das exigências socioambientais a elas impostas pelo desafio do desenvolvimento territorial, constituíram os primeiros estímulos àqueles movimentos, sujeitos nos quais se encontram atualizadas as características sugeridas por Maria da Glória Gohn (2013, p. 16), isto é, um coletivo que

- a) possui como ideal civilizatório a construção de uma sociedade democrática e para tanto se esmera em produzir ações pela sustentabilidade e inclusão socioeconômica;
- b) re-significa o paradigma clássico de igualdade em justiça social, de fraternidade em solidariedade e de liberdade em autonomia; e
- c) retroalimenta-se de uma aprendizagem e um ensino inerentes ao seu agir, privilegiando a constituição do sujeito, não individual, mas, coletivo.

Essa dinâmica de territorialização exige ser compreendida tendo-se em conta um universo não tão familiar às análises sobre a complexidade de processos de resistências e re-existências na Amazônia. O universo das interações cotidianas entre próximos, das negociações e disputas no seio de um sistema de atores locais, no âmbito das comunidades e entre elas, das intrigas, mas também dos acordos que aí se produzem e que permitem explicar como engajamentos coletivos no âmbito de um movimento social podem se transformar em engajamentos de atores em ações locais de caráter coletivo. O alcance e os desafios à consolidação dessas ações em contexto recente de recrudescimento das ofensivas desenvolvimentistas são, portanto, aspecto caro e com substância para alimentar uma ciência social sensível aos conflitos entre projetos de território em uma Amazônia onde diferentes padrões de organização da sociedade coexistem.

Para além disso, um questionamento ainda não respondido seguirá conosco para outros estudos: até que ponto a experimentação social tomada de empréstimo para esta limitada análise resolve o que, no tocante ao Baixo Tocantins, poderíamos chamar de transição paradigmática? Ora, parece evidente que as vivências adotadas como objeto de reflexão transitam entre a possibilidade de superação do modelo desenvolvimentista de territorialização e os limites do território apropriado.

Expliquemos. Se é verdade que os processos de mobilização empregados desde o nascimento das comunidades cristãs até a consolidação

de um movimento social superam a lógica de contenção da autonomia territorial e emancipação política dos sujeitos combinada a uma ofensiva pela hegemonia do lugar reduzido a domínio geopolítico do Estado é, igualmente, perceptível que as concepções subjacentes a tais processos, seus fluxos e objetivos não anulam a clássica relação dicotômica entre o homem e o mundo natural, na medida em que o conceito de apropriação, internalizado à produção ideológica e material do território, alimenta o modo paradoxal como são operados os binários sujeito/objeto, humano/não humano, civilizado/selvagem, cultura/natureza.

Referências

- ALMEIDA, Rogério. *Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins*. São Paulo: Estudos Avançados 24 (68), 2010.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca. *Território de Ação Local: uma experiência amazônica de vida associativa*. Curitiba-PR: CRV editora, 2018.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca; SOUZA, Armando Lírio de. *Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento Territorial: o caso de Igarapé-Miri, Território do Baixo Tocantins/Pará*. Belém: Novos Cadernos NAEA. v. 16, n.1, p. 43-67, jun. 2013.
- ARAÚJO, Isaac Fonseca; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. *Mobilização, território e a emergência de novos sujeitos e arenas públicas no Baixo Tocantins*. Paraíba: Raízes, v. 36, nº. 1, jan-jun/2016.
- CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. *Católicos e pentecostais: o discurso religioso em São Félix do Araguaia*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás, 2017.
- CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marcos Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis & VEIGA, Felipe Berocan (Org.), *Arenas públicas - por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ebu Editora, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo*. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. Rio de Janeiro: GEOgrafia – Ano IX – nº. 17, 2007.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002, p. 205-231.

INGOLD, Tim (1948). *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015 (Coleção Antropologia).

LAURIOLA, Vincenzo M. De quem é o Monte Roraima? Terras Indígenas e Unidades de Conservação – História de um conflito. In._____ ARAÚJO, Roberto; LÉNA, Philippe. *Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia*. Belém, PA: MPEG, 2011.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. *Boletim Rede Amazônia*. Ano 1, nº. 01, 2002.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da territorialidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004 (Anuário Antropológico 2002-2003).

MAGALHÃES, Sônia et al. Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental. Belém/PA: VI Encontro Nacional da ANPPAS, 2012.

MÉSZÁROS, István (1930). *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos de uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.

PARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Integração Regional. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Tocantins*. Belém, PA: SEIR, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

SOUZA, Armando Lirio de. *Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo To-*

cantins (PA). 2011. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciência Econômica, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino. Território de Ação Local e de Desenvolvimento Sustentável: efeitos da reivindicação socioambiental nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Revista *Sociologia & Antropologia*. v. 04.01: 97 – 125, junho, 2014.

TEISSERENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. Tradução de Maria José da Silva Aquino. Niterói, RJ: *Antropolítica*, nº. 29, p. 153-179. 2. sem. 2010.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARCARENA, “NOSSA ÁGUA VIROU UM VENENO”: NEOEXTRATIVISMO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DE DESASTRES¹⁴⁵

*Amanda Mesquita Cristo
Maria José da Silva Aquino Teisserenc*

Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para o debate sobre a construção social de territórios de desastres, considerando uma situação de águas poluídas cujas consequências atingem diretamente comunidades de populações tradicionais situadas no município de Barcarena (PA). Nesse município, representativo da apropriação territorial pelo neoextrativismo (GUDYNAS, 2016), o beneficiamento de minério ali opera integrado aos chamados Grandes Projetos da Amazônia.

145. Este artigo é produto de um estudo, base de uma dissertação de mestrado, a ser defendida ainda este ano no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Sob a orientação da segunda autora, o percurso de formação da autora contou com o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), na forma de uma bolsa de estudos. E contou, sobretudo, com o apoio, imprescindível à realização da pesquisa, dispensado pelos interlocutores, moradores da comunidade do Burajuba, município de Barcarena (PA). Pela receptividade e acolhida, a essas pessoas todo nosso reconhecimento e gratidão.

Constantes desastres, nos últimos vinte anos, envolvendo rupturas de barragens de rejeitos e/ou o inadequado descarte de poluentes diretamente nos cursos d'água comprometem, em consequência, as condições de vida de comunidades tradicionais, expostas aos efeitos nocivos dos poluentes industriais, identificados como origem de graves problemas de saúde pública, contraídos pela ingestão de água contaminada pelas populações, de insegurança alimentar relacionados às restrições à pesca e à pequena agricultura.

A esse processo esboça-se e afirma-se uma reação na forma de uma organização de luta política dos atingidos pela poluição e pelos efeitos de desastres sistemáticos. Nesse sentido, verificam-se ações coletivas de resistência, por direitos a um território e por reparações, no qual modos de vida que se encontram comprometidos possam ser resgatados e assegurados. Pelas narrativas dos moradores que vivenciam os desastres, assim como pela observação direta, comprehende-se como na memória local a vivência em condição de desastre, nas chamadas “zonas de sacrifício”, um conceito amplamente utilizado por cientistas latino-americanos para explicar regiões impactadas por projetos de mineração, vai sendo colocada como aspecto permanente de um modo de vida intimamente ligado à água, em que a vida, ela mesma, vai sendo negada, ao mesmo tempo em que produz condições de resistência a essa negação de direitos sociais e humanos, própria de sistemas de produção, respondendo a demandas de um mercado globalizado, de acordo com a racionalidade da exploração, até a completa eliminação, dos recursos e de grupos sociais cujo modo de vida é informado em outra base de valores.

1. Neoextrativismo, “zona de sacrifício”, território de desastres

A questão do uso social dos recursos, sobretudo da água, pelas populações que tradicionalmente vivem nos territórios, produzindo-os e por eles sendo produzidas, não é recente. Os chamados recursos hídricos são mobilizados no atendimento de necessidades básicas como beber, lavar, cozinhar, assim como para a produção de alimentos, além de ser elementos dos quais dependem a preservação da flora e da fauna. Para a geração de energia, para a indústria e tantas outras atividades econômicas, a água vem há muito representando um bem de valor in-

calculável. Ocorre que esses vários usos, que podem ser agrupados em sustentáveis e não sustentáveis, constituem um campo de disputas e de concepções políticas traduzidas concretamente em ações antrópicas que interferem nos ecossistemas, de modo a favorecer sua degradação, ou não, pois dos meios aquáticos a vida de muitas coletividades dependem diretamente e com eles convivem de modo a preservá-los.

O que não é o caso de usos e atividades de alto poder de degradação como é o caso das atividades mineradoras dentro de um sistema econômico neoextrativista (GUDYNAS, 2016). Essas atividades contribuem decisivamente com a ampliação do volume de rejeitos industriais inadequadamente descartados e, por essa razão, causadores de desorganização e inviabilização de usos sociais de recursos como a água por populações que habitam em locais nos quais são instaladas minas ou estruturas de transformação de minérios. No quadro de uma dominação econômica desempenhada pelos interesses da circulação e consumo de commodities em escala global, essas populações são expostas a uma lógica territorial dos riscos e dos desastres, constituindo-se seus territórios de vida em “zonas de sacrifício”. Zonas nas quais a presença das doenças, da pobreza e das injustiças ambientais se fazem de maneira ostensiva. (MEDEIROS, A. C. et al., 2016).

O comprometimento das condições de saúde, os danos causados, ou a ameaça permanente dos efeitos nocivos do contato das populações com agentes poluentes oriundos dessas atividades industriais, que vêm ocupar seus territórios ou suas imediações, é um resultado constatado na abordagem ecosocial de Mateus Habermann e Nelson Gouveia (2008). Por sua vez, há também as ameaças dos desastres a uma determinada configuração sociopolítica, o que está relacionado a decisões políticas cujas consequências atingem a grupos sociais vulnerabilizados como abordado por Thomas Allan Lavell (1993) e, no mesmo sentido, já havia chamado a atenção Anthony Giddens para o fato de que esses resultados, incidindo especialmente sobre os mais vulneráveis, é “uma consequência de nossas próprias atividades ou decisões, ao invés de expressões de significados ocultos da natureza ou intenções inefáveis da Deidade”. (GIDDENS, 1991, p. 38).

No contexto da Amazônia, a extração de *commodities*, como ouro, prata, minério de ferro, cobre, bauxita, estanho, titânio e caulim, tende a criar focos mais regionais de seus efeitos, levando a um intrincado pro-

cesso de ‘violência das afetações’, praticada pelo neoextrativismo, como apontado em Andrea Zhouri, Paola Bolados e Edna Castro (2016). No quadro do neoextrativismo estão essas atividades com elevada capacidade de alterar as condições sociais e ambientais dos territórios, a exemplo da mineração, largamente reconhecida pela sua capacidade de produzir danos ambientais como a poluição da água, do ar e do solo por substâncias tóxicas, por deslocar populações, por produzir e/ou agravar problemas sociais, sanitários e de saúde às comunidades situadas, no que passa a ser após a implantação dos empreendimentos, sua área de influência.

Assim, têm sido verificadas em territórios da mineração ações de diferentes grupos sociais pela defesa de direitos sociais e da natureza. Através dessas ações, sujeitos políticos emergem, elaborando distintas estratégias de mobilização, de confronto e de resistências. Nesses contextos, uma arena de conflitos emerge, envolvendo grupos locais, o Estado, os representantes dos grupos empresariais e os coletivos de comunidades atingidas pelos efeitos poluidores das atividades industriais e dos remanejamentos. Nessa arena, a justiça/injustiça ambiental afirma-se enquanto base de legitimação das reivindicações e resistências dos grupos desfavorecidos.

2. Barcarena ribeirinha e industrial: lógicas em confronto

Considerado importante distrito industrial do estado do Pará, em Barcarena, atualmente, concentram-se 90 empresas, as quais beneficiam o caúlum e a bauxita - na forma de alumina e alumínio. Além disso, ali também ocorre a produção de cabos para transmissão de eletricidade. A esse distrito industrial está articulado o Porto de Vila do Conde, também localizado em Barcarena, através do qual a produção é escoada. Dentre as empresas que compõem o distrito industrial, destacam-se a Albras, no beneficiamento de alumínio primário, a Alunorte, beneficiamento da bauxita e a Imerys Rio Capim Caulim (IRCC), beneficiadora do caúlum. Essa última, que é de origem francesa e tem atividades em mais de 50 países, em todos os continentes, em 2010, adquiriu do Grupo Vale a Pará Pigmentos S. A.

Com esta aquisição, a Imerys duplicou sua estrutura produtiva e assim se constituiu na maior estrutura de beneficiamento de caúlum do mundo.

Uma década depois dessa duplicação a empresa já era responsável por mais de 70% da produção brasileira de caulim¹⁴⁶. As duas outras empresas - Albras e a Alunorte - cujos controles acionários respectivos também pertenciam ao Grupo Vale, desde 2011, estão sob o comando da multinacional norueguesa, Norsk Hydro. (BORDALO, C. et al., 2017).

Barcarena, município assentado em um território de 1.310.340 km², no qual se situa um polo industrial como o acima referido, contrasta, a exemplo da grande maioria dos municípios brasileiros, com uma estrutura de saneamento básico e de serviços de saúde insuficiente para uma população que em 2010 estava próxima de 100 mil habitantes (IBGE) e apresentava um IDH de 0,662¹⁴⁷, considerado médio, pois, “27.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 7.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 16.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 26 de 144, 131 de 144 e 6 de 144, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição está em 3220 de 5570, 5427 de 5570 e 2172 de 5570, respectivamente”.

O contraste é bastante representativo de apropriações territoriais por atores econômicos exógenos que se fazem presentes em estruturas econômicas de enclave, como indicados na análise das relações entre mineração, neoextrativismo e conflitos em Barcarena, feita por Eunápio Dutra do Carmo, Edna Castro e Júlio Cezar Patrício (2015). De frágil articulação a um projeto de desenvolvimento local, a presença moderna e industrial na forma de enclave confronta-se com o mito do progresso e a superação de um subdesenvolvimento através da urbanização industrial. Restando no âmbito do registro de enclave, produzindo, a partir da exploração e beneficiamento de minérios, contornando direitos sociais e exigências ambientais, dessa lógica originam-se desastres constantes, principalmente em termos de contaminação dos corpos hídricos que compõem o território do

146. Disponível em: https://www.imerysnopara.com.br/pagina/?id=1&id_categoria=21. Acesso em 09 de abril de 2020, às 16h42.

147. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/barcarena_pa . Acesso em 10 de abril de 2020, às 16h11.

município. Desastres que, pelo caráter recorrente, são denotativos de exigências ambientais solenemente ignoradas, de sanções, quando aplicadas, incapazes de fazer mudar comportamentos, configurando-se na prática a desregulação como dominante.

Com essa condição, conta um segmento econômico que não se insere numa cadeia produtiva diversificada e, além disso, acentua um quadro de desigualdades sociais ao não evitar desastres cujas consequências graves atingem segmentos sociais mais vulneráveis. Portanto, cabe aqui levar em consideração a perspectiva da injustiça ambiental, de acordo com Henri Acselrad (2004) e, na mesma linha, Henri Acselrad, Cecília Campelo de Mello e Gustavo Neves Bezerra (2009), para analisar situações nas quais agentes poluidores comprometem meios imprescindíveis à reprodução da vida de populações ribeirinhas.

A amplitude desse comprometimento social e ambiental pode ser visualizada na linha do tempo sistematizada no Trabalho de Conclusão de Curso em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, defendido em 2019, por Naiane Machado Santos, na Universidade Federal Rural da Amazônia. Trata-se de uma linha do tempo (Figura 1) na qual se registram dezoito ocorrências de desastres em Barcarena, considerados acidentes de maior relevância pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. Lembrando que, de acordo com a autora, o registro das ocorrências é iniciado pelos órgãos ambientais fiscalizadores em 2000.

Figura 1: Linha do tempo - Desastres em Barcarena

2000	2002	2003	2004	2006	2007	
Desastres						
Naufrágio da balsa Miss Rondônia	Derramamento do coque	1º Vazamento de lama vermelha	Chuva de fuligem	1º Vazamento da bacia da Imerys	Floração de algas	2º Vazamento da bacia da Imerys
Danos						
Derramamento do combustível no Rio Pará	Gerou uma mancha preta de 2 km de extensão no Pará	Contaminação do Rio Murucupi	Gerou reação alérgica e complicação respiratória	Contaminou os igarapés Curuperê e Dendê	Contaminação de cursos d'água	Contaminação do Rio Pará
2008	2009	2010	2011	2012	2014	2015
Desastres						
Vazamento de óleo	Naufrágio do rebocador Jeany Glalon XXXII	2º Vazamento da lama vermelha	Nuvem de fuligem	Rompimento de duto de esgoto	4º Vazamento da bacia da Imerys	5º Vazamento da bacia da Imerys
Danos						
Gerou uma mancha de óleo de 17 Km de extensão no Furo do Arrozal	Atingiu diversas comunidades no município			Contaminou os igarapés Curuperê e Dendê		Ocasionalu graves impactos ambientais
2016	2018					
Desastres						
Vazamento de óleo						Vazamento de rejeito da DRS da Hydro Alunorte
Danos						Ocasionalu tantos impactos que ainda não foi possível medir todo

Fonte: SANTOS, Naiane Machado (2019, p. 25).

Barcarena, município integrado à Região Metropolitana de Belém, situado no estuário do Amazonas, está sob o domínio de um setor econômico industrial e globalizado ao mesmo tempo em que mantém em sua sede as características das cidades ribeirinhas da Amazônia (CARMO; COSTA, 2016). Trata-se, portanto, de um território no qual desafios sociopolíticos, envolvendo os meios aquáticos se apresentam, os quais, no caso de Barcarena, em larga medida, são caudatários de uma escolha política concretizada em uma estrutura industrial mineradora que dos meios aquáticos se serve como destino direto de rejeitos industriais sem tratamento, ou os atingem e os contaminam, a partir de vazamentos frequentes em estruturas inadequadas de contenção desses mesmos rejeitos.

Acrescente-se a isso a poluição atmosférica emitida pelas fábricas, assim como a poluição das águas de furos e igarapés produzida pelas atividades portuárias. Cabe lembrar que pelo Porto de Vila do Conde, articulado à planta industrial, são exportadas 443.866 toneladas/ano de bauxita e 5,8 milhões de toneladas/ano de alumina. É por esse porto que também se escoam bois vivos para outros países, animais oriundos do setor pecuário do Pará, um dos principais fornecedores. A propósito, em outubro de 2015 um navio de bandeira libanesa naufragou no cais do porto carregado com 5000 bois vivos e 730 mil litros de combustíveis nos tanques. Somente três anos depois, mobilizações e ações, articulando organizações da sociedade civil e organismos públicos da justiça, resultaram na atribuição de responsabilidades e estabelecimento de obrigações de reparação. O que foi concretizado com o pagamento de indenizações a parte das sete mil famílias atingidas pelos prejuízos ambientais causados pelo naufrágio¹⁴⁸.

De elevada capacidade de alteração nos ecossistemas, a indústria mineradora produz resultados que atingem negativamente sobretudo comunidades locais, as quais passam à condição de expostas ao risco de contaminações pelo consumo de pescado contendo metal pesado, pelo uso da água para beber, para cozinhar e tomar banho.

148. Disponível em: <https://iieb.org.br/quase-5-mil-pessoas-ja-receberam-indenizacoes-individuais-pelo-naufragio-do-navio-haidar-em-barcarena/>. Acesso em 11 de abril de 2020, às 11h51. Conferir editorial da Revista Carta Capital, do dia 06 de novembro de 2015, um mês depois do desastre. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/barcarena-entre-o-lucro-a-miseria-e-as-catastrofes-2140/>. Acesso em 11 de abril de 2020, às 9h16.

Na perspectiva dos desastres socialmente construídos, vale lembrar o início do ordenamento da área de implantação do polo industrial. Para tal, em Barcarena, extensões de florestas foram desmatadas, populações foram deslocadas, transformações socioterritoriais foram efetivadas com o beneplácito do Estado.

Sob a orientação de interesses externos, políticas públicas foram colocadas em andamento, priorizando o ambiente urbano e as práticas modernizadoras informadas na ideologia desenvolvimentista, base da negação de outros modos de vida e referências fora do registro urbano-industrial. Ainda assim, 60% da população de Barcarena habita a zona rural e, por essa característica, concebe-se a sua zona urbana como cidade no espaço da Floresta integrada à zona metropolitana, através de políticas de integração econômica com base em um “grande projeto integrado à cadeia mundial do alumínio e ao mercado global de *commodities* minerais, [que] dependeu da interligação de infraestruturas custeadas pelo governo federal brasileiro, que atuou por meio de *joint ventures* formadas por empresas japonesas e a estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)”. (TRINDADE JR; SILVA BARBOSA, 2016, p. 09). Vale lembrar, com base no trabalho de Monique Bruna Silva Carmo e Sandra Maria Fonseca Costa (2016), que este grande projeto implantado em Barcarena ficou também sendo conhecido como Complexo Industrial da Alunorte.

Bastante elucidativo da capacidade de alterações sociais e ambientais capazes de serem realizadas por um complexo industrial do porte do que foi instalado em Barcarena é a dinâmica demográfica operada nesse território, que é parte integrante da Região Metropolitana de Belém. Com base nas autoras anteriormente referidas, segundo Monique Bruna Silva Carmo e Sandra Maria Fonseca Costa, em 40 anos, de 1980 até 2010, foi verificado um crescimento de 400% no número dos habitantes de Barcarena (CARMO; COSTA, 2016). Ou seja, trata-se em números absolutos de um conjunto populacional que, ao fim do referido período, havia passado de 20.021 a 99.859 habitantes.

Os deslocamentos de populações, mudanças de moradia e território foram parte estruturante da disputa pela hegemonia sobre a terra, o modo de produção e o modo de vida em Barcarena. Deslocamentos constantes determinados pelo ritmo da construção das chamadas bacias para contenção de rejeitos e outros equipamentos demandados pelo parque industrial.

Em relação às bacias para contenção de rejeitos, cabe mencionar que os constantes vazamentos nesse tipo de equipamento vêm, entre outros, se constituindo na origem da poluição dos corpos hídricos – rios, igarapés, furos, poços – dos quais se servem as populações. Os impactos diretos, resultantes dessa poluição na saúde das populações, que hoje habitam nas áreas de influência dos equipamentos industriais são notórios. Acrescente-se a tal problema a insuficiência e a precariedade nos serviços de saneamento, nas habitações, bastante significativos de uma vulnerabilidade produzida e potencializada no território graças à prioridade dada pelas políticas públicas ao segmento minerador industrial.

Nesse contexto, buscamos aqui refletir sobre os desafios sociopolíticos enfrentados pelas populações locais em um território onde a dominante econômica é exercida por atividades de mineração, portanto pelo neoextrativismo que, no município de Barcarena, na zona metropolitana de Belém, assume um lugar representativo da realização de uma racionalidade contrária à apropriação social dos recursos da natureza (LEFF, 2006).

Além de um diálogo com trabalhos acadêmicos que vem acompanhando dinâmicas socioeconômicas e ambientais em Barcarena, na próxima seção, serão ressaltadas vivências narradas por pessoas, colhidas em pesquisa de campo, no município, ocorrida no período 2019-2020. São as experiências concretas de pessoas que, em suas narrativas, expõem o significado da asfixia social, econômica e ambiental dos que moram nas zonas construídas socialmente como “zonas de sacrifício” de um território dominado pelo neoextrativismo.

2. “Nossa água virou um veneno”

A frase que dá título a essa seção foi pronunciada por uma moradora de uma das comunidades de Barcarena atingidas pelos agentes poluentes industriais. Por ocasião de uma entrevista, esta moradora falava sobre seu cotidiano com os rios, com a água, central em sua vida e em seu território. Com “*nossa água virou um veneno*” resumiu um quadro vívido cotidianamente por pessoas que convivem com a poluição gerada pela mineração a contaminar o ambiente e a fragilizar as condições de vida de comunidades tradicionais.

A referência ao veneno contida na referida frase, a pesquisa constatou, não se constituiu em estratégia retórica em absoluto. Trata-se, de fato, da tradução de fatos bem concretos e de como comunidades e seus modos de vida não são levados em consideração em determinados contextos, sobretudo nos territórios dominados pela mineração industrial na Amazônia. Quanto mais intensivas as atividades de exploração mais revelador é predomínio da percepção dos territórios amazônicos como vazios demográficos e plataformas de recursos destinadas à transformação em riqueza pelo capital, o agente civilizador, integrador de fronteiras. E se é necessário poluir para que tal seja realizado, tratar-se-iam, apenas, os efeitos destrutivos de modos de vida locais, de externalidades ditas negativas, efeitos de somenos importância, uma vez justificadas pela valorizada produção de *commodities* demandada pelo mercado exterior.

Tratar dos efeitos das atividades mineradoras nos rios, nas florestas, nos meios de vida das comunidades locais é motivo para o acompanhamento científico das transformações sociais e ambientais que vêm acompanhando a indústria da mineração em Barcarena, desde seu início. Mais recentemente, em meio aos estudos, destaca-se a perspectiva do registro dos desastres frequentes impostos pela mineração às comunidades tradicionais. Corroborando o ponto de vista da moradora,

a produção de externalidades negativas (impactos ambientais e desastres sociais) é inerente ao tipo de economia poluente e de commodity como são a produção de alumínio e de caulim presentes em Barcarena com baixa repercussão para o entorno social, portanto são processos ambientalmente sujos com nível elevado de contaminação prejudicial às populações e comunidades locais por alterarem significativamente os modos de vida destes últimos, onde saúde, ambiente e cultura compõe e (i) materializa a vida na floresta. (CARMO, 2017, p. 74)

O desastre, portanto, é um processo que envolve cada detalhe da vida e do cotidiano de pessoas, que assim narram

“Antes desse transbordo eu vendia quentinha, sabe? Hoje em dia as pessoas são receosas com a água. A gente ganha quatro garrafões de água pra tomar a semana toda. A gente só toma a água. Faz comida

com água da torneira, toma banho com água da torneira". (Maria, comunidade Burajuba, novembro de 2019)¹⁴⁹

Essa senhora viu seu restaurante ir à falência depois da contaminação das águas. Teve seus meios de vida suprimidos e como compensação obteve o fornecimento de água mineral, insuficiente a seu ver, pelo agente poluidor. Obtenção estreitamente vinculada a estudos, mobilizações e ações envolvendo o Laboratório Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará. Nesse Laboratório foi produzido um estudo que indicou, entre outros,

um em cada cinco moradores da região está contaminado por chumbo, com uma concentração do elemento químico no corpo sete vezes maior do que a média mundial. Além disso, os testes apontaram que a água consumida pelas comunidades apresentava contaminação por chumbo, alumínio, cádmio e bário, em médias acima do permitido pelo Ministério da Saúde. Em 2016, MPF e Ministério Público do Pará entraram na Justiça contra o Estado do Pará e o município de Barcarena, exigindo fornecimento de água limpa para a população. (INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, 2018)

Além do meio de sustento violentamente suprimido, em seu caso particular, a interlocutora também afirma que, "aqui ninguém tem saúde. A água contaminada acabou com tudo. Meu poço não pode mais ser usado. O meu restaurante ficou assim, às moscas". Não sendo um caso isolado, a situação dessa interlocutora aqui referida é uma entre inúmeras produzidas pelos desastres recorrentes atingindo os rios de Barcarena com substâncias tóxicas, provocando mudanças estruturais nos regimes hidrológicos e nas relações dos ribeirinhos com os rios, furos e igarapés.

Nessa perspectiva, há de se chamar a atenção para a questão das formas de dizer desses desastres. Palavras como "acidente", "risco", "impacto", expressões como "zona de sacrifício" traduzem e afirmam uma naturalização de eventos e que, compondo a arquitetura de um

149. Por questões de segurança preservamos a identidade dos interlocutores, cujas falas se encontram transcritas no corpo desta seção, através da atribuição de pseudônimos. Todas as falas foram recolhidas e gravadas pela primeira autora quando da execução de um trabalho de campo.

discurso, consequentemente contribui para esvaziar o debate sobre o desastre de seu conteúdo político, de seu caráter enquanto uma construção social. Nesse sentido, portanto, responsabilidades sobre ações e omissões são possíveis de ser identificadas, atribuídas e cobradas.

Vejamos o caso do vazamento de rejeitos de uma bacia de contenção da empresa multinacional norueguesa Norsk Hydro, ocorrido no dia 17 de fevereiro de 2018. Várias comunidades de Barcarena viram seus quintais, poços e rios serem tomados por uma lama vermelha. Na ocasião, registrou-se a tentativa de associar as causas do vazamento às chuvas intensas na região, pluviosidade considerada própria do período. Tal argumento não se sustentou diante das evidências de problemas técnicos nas estruturas de contenção dos rejeitos produzidos pela empresa. Ora, na perspectiva dos desastres e dos riscos como produções sociais e não naturais, e aqui nos apoiamos em Thomas Allan Lavel (1993), fatores de ameaça em uma determinada configuração sociopolítica estão intimamente relacionados a decisões tomadas em favor de determinados grupos e segmentos, cujas consequências são arcadas por grupos sociais vulnerabilizados de uma determinada estrutura social.

É, portanto, considerando as assimetrias de poder em uma estrutura social, que se desnaturaliza o desastre, passando para a compreensão de um processo social em que vulnerabilidades se evidenciam e se acentuam. E, para o caso aqui analisado, a localização de um empreendimento e os riscos de suas atividades, desde o princípio, para as populações locais era previsível e, ainda assim, medidas não foram tomadas para evitá-los. Ao contrário, os desastres se acumularam ao longo do tempo e à exposição dos mais vulneráveis aos riscos foi se tornando cada vez mais danosa. Assim, nessa situação, claramente a injustiça ambiental (ACSELRAD, 2004) vai se impondo, persistindo seus efeitos a cada desastre, no cotidiano das pessoas e em suas lembranças. Lembranças que remetem a outras, reveladoras da presença constante de problemas os quais se veem obrigadas a lidar.

Como são constantes os tais vazamentos, o que, por si só, já denota uma permissividade, uma perversão em relação a exigências ambientais e responsabilidades sociais, esse falso “direito” dado ao dominante termina por repercutir em uma possível introjeção de uma responsabilização pelos transtornos que as assolam pelas vítimas mesmas.

“Da outra vez que teve vazamento de soda cáustica, que a gente viu. E porque deu coceira em todo mundo, e logo a gente viu aparecer muito peixe morto. Até agora minha coceira não ficou boa”. (Durval, morador da Comunidade Burajuba, outubro de 2019).

Essas pessoas tendo suas vidas marcadas por tantos desastres, todos produzindo efeitos a médio e logo prazo, na maioria das vezes, irreversíveis para o meio ambiente e para a saúde das populações locais, percebem as mudanças que as atingem, sobretudo no que tange aos meios de existência e à reprodução social. Pois, “colhia cerca de 60 sacas de macaxeira, 30 de milho, 10 de maxixe. A plantação não vinga. Está murchando tudo. Não dá nem para comer, quanto mais para vender”. (Rosivaldo, moradora da Comunidade Burajuba, outubro de 2019).

E ainda,

“pararam com as nossas atividades, porque envenenaram o nosso solo. O ar, a chuva ácida, a água. A mandioca tem que ficar de molho. Não dá mais. Os cupuaçu eram grandão, agora é uma bolinha de nada. Metade podre, metade boa. Não tem mais produção”.

São mudanças sentidas, vividas, representativas de processos de desastres que acarretam crises sociais, envolvendo populações historicamente vulnerabilizadas, as quais, como tão bem referiu Norma Vallenicio (2009), terminam arcando com o ônus gerado pelos chamados Grandes Projetos. No caso de Barcarena, a água contaminada e seus efeitos deletérios no ambiente e na saúde das pessoas é a contrapartida insana da produção intensiva de *commodities*. Transformada em veículo de doenças, a vida hídrica usurpada, entra não só nas narrativas dos prejuízos econômicos mas também nas narrativas de adoecimento das populações vulnerabilizadas. “Minha filha está doente. Os cabelos dela estão caindo. É da água cheia de minérios que estamos consumindo” (Catarina, moradora da comunidade Burajuba, novembro de 2019).

Com a presença da água, sociabilidades são produzidas, cultivam-se bases culturais, ambientais e produtivas. As veias de água que irrigam o território, como refere em sua tese Rosane de Oliveira Martins Maia, “não eram somente uma possibilidade de comunicação entre as unidades residenciais, mas também um lugar de trabalho, de lazer, o qual

faz parte de todo imaginário de existência, identidade e resistência das comunidades” (MAIA, p. 59, 2017).

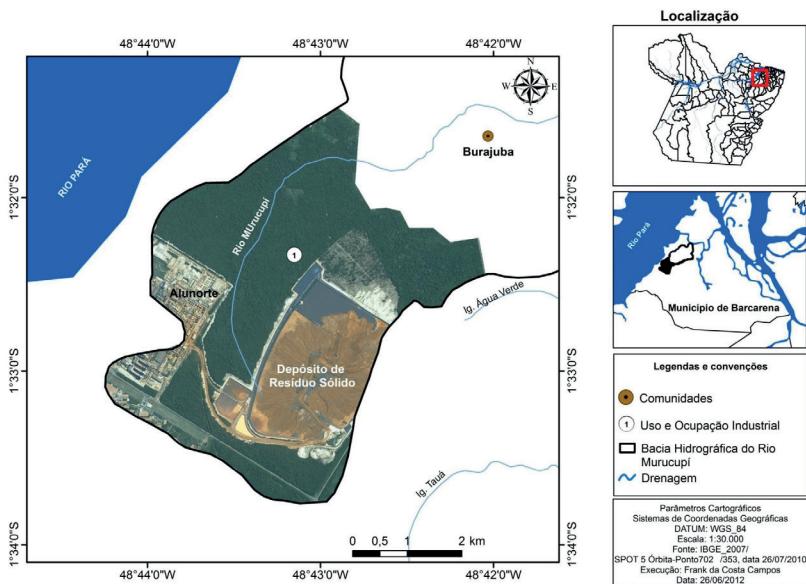
Rompidos o equilíbrio hídrico pelos desastres, rompe-se um modo de organização da vida, do cotidiano das populações, de suas estruturas produtivas, inviabiliza-se o acesso aos bens comuns e a um universo simbólico que o acompanha. O depois é um viver e conviver com a presença do desastre, seja realizado ou na forma de ameaça, cujo ônus pela negação da vida em Barcarena é pago por essas populações, porém, não sem resistir.

4. “Nós sabemos que corremos riscos. Mas eu faço o que é certo, eu luto pela minha comunidade.”

“O poder da comunidade é um poder coletivo. Nós nos organizamos não apenas em nossos territórios, mas também em nossa própria vida, em nossa comunidade. Precisamos deixar nossos territórios livres de violência, livres da mineração; queremos ser capazes de celebrar a água, a terra e o ar como vitais e repletos de vida” (Luzia, moradora da comunidade Burajuba, novembro de 2019).

O trecho em epígrafe foi retirado da fala de uma moradora da localidade de São Sebastião do Burajuba, uma das comunidades afetadas pelo comprometimento da qualidade da água em função do vazamento de resíduos sólidos de um depósito de rejeitos de minério em Barcarena, Pará. Trata-se de uma comunidade quilombola de ribeirinhos extrativistas que vivem até hoje da agricultura, da coleta de frutos e oleaginosas, e dos rios da região. “O impacto quem tá sofrendo duas vezes é a comunidade. Porque sofre com o problema de água, e tudo, de saúde, e também a questão econômica”, afirma a mesma moradora. O seu relato é um exemplo emblemático de como projetos neoextrativistas, implementados na Amazônia, negam a realidade dos povos que ali vivem.

Figura 2: Mapa de Setorização da Comunidade Burajuba – Barcarena/Pará



As situações e depoimentos reproduzidos acima revelam dois temas recorrentes em territórios de desastres: o primeiro é a luta das comunidades para assegurar os seus direitos de sobrevivência, bem como manter vivas as tradições caracterizadoras das populações locais. “Cada dia a gente bebe água contaminada, cada dia a gente morre um pouquinho. Isso não é de agora, é de anos.” (Ednaldo, morador da comunidade Burajuba, janeiro de 2020). O que a fala do morador aponta é que o acesso a bens comuns como a água vem se tornando uma questão desafiadora, em função da acumulação de desastres ambientais relacionadas às estruturas de beneficiamento de minério localizadas em Barcarena.

Outro aspecto a ressaltar diz respeito às lutas políticas e simbólicas que vêm sendo travadas face às ocorrências de violações de exigências ambientais, violações de direitos humanos na forma de eliminação e ameaças às vidas de lideranças. O que ocorre, evidentemente, como consequência de uma resistência que manifesta sua oposição, apesar da instabilidade e das assimetrias em relação ao poder econômico e político do segmento industrial, por meio de ações e mobilizações (CRISTO, 2020).

A perpetuação de injustiças ambientais em territórios da mineração tem resultado na multiplicação dos conflitos socioambientais, em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos e ações coletivas para questionar padrões de apropriação do território e de seus recursos, como já havia observado Andrea Zhouri (2014).

Nesses territórios, então, lutas sociais contra desastres têm se afirmado quando favoravelmente se articulam lugares, contextos e momentos históricos. E é a partir dessa mobilização política, em torno dos direitos e das estratégias de defesa de territórios, que o desastre propicia uma *janela de motivação* para os atores se mobilizarem e reivindicarem medidas, compensações, indenizações pelo preço que com a vida é pago pelas populações vulnerabilizadas. Tais populações são levadas a constituir coletivos de resistência, de luta por seus direitos a um território no qual possam garantir condições de manterem seus modos de vida e cultivarem seus saberes e práticas culturais.

Trata-se, os tais coletivos de resistência, de enfrentamentos, de denúncia, de expressões de disputas políticas quanto ao controle do território. Ou seja, um território resultante de relações sociais, produtor de espaços de debate e conflitos abrangendo uma diversidade de atores, engajamentos em ações coletivas, detendo desigualmente o poder sobre ele (BOURDIEU, 1998; TEISSERENC, 2009).

Nos casos específicos de mobilização local, podemos dizer que existem dois eixos mobilizadores em torno das questões dos desastres hoje em Barcarena: (1) na forma de associações e (2) na articulação do MBL (Movimento Barcarena Livre). Tais eixos mobilizadores se afirmam face ao desastre, revelador das “falhas da governança ambiental produtoras de novos padrões de vulnerabilidade que expuseram, de fato, a população a uma situação de risco.” (ZHOURI *et al*, 2018, p. 41). Mas à questão ambiental também está articulada ao fato de que, como já haviam apontado Andrea Zhouri e Klemens Laschefski (2010), os projetos neoextrativistas são geradores de conflitos distributivos.

Nesse contexto é observado que na construção da experiência vivida com o desastre emergem tanto o ativista quanto um processo coletivo organizado, em função das mudanças que se fizeram sentir em todos os campos, no modo de vida, do modo de produção e das formas de relação social que prevaleciam nas comunidades. Compreender esses

movimentos, a formação de ativistas, exige situá-los, como afirmado por Rosiane Pinheiro Palheta, em processos de ação coletiva, que se atualizam, à medida que situações de injustiças quanto ao acesso a bens comuns se impõem (PALHETA, 2005).

As lutas sociais se restringiram geralmente a comunidades específicas, atingidas pelos desastres, que são experimentados pelos grupos sociais (VALENCIO, 2014). Nessa experiência, a luta e a resistência das comunidades se organizam em estratégias políticas para reafirmar suas identidades e seu pertencimento a lugares de vida solapados pelos desastres. A perda dos usos dos rios é uma referência bastante presente nas falas dos moradores das comunidades, nos espaços públicos de debates e diálogo para a gestão de problemas públicos, em audiências realizadas em junho de 2018, no município - “as crianças podiam brincar no rio. A gente podia tomar banho. Hoje não mais” (Nazaré, moradora da comunidade Burajuba, janeiro de 2020) - que promoveram transformações de ordem social e ambiental, bem como os modos de reconstrução do seu viver.

Os recorrentes desastres em Barcarena trazem como um dos seus mais violentos efeitos impossibilitar a permanência dos sujeitos no território e, por consequência, dificultar a manutenção das práticas tradicionais, intimamente ligadas ao lugar.

“Aqui não temos mais nada com vida. Os peixes todos morreram. Morreram galinhas, patos, e nós não temos água, porque nossos rios ficaram comprometidos. Estamos à mercê, estamos nas mãos de Deus”. (José, morador da comunidade Burajuba, novembro de 2019)

As narrativas e memórias em torno do dia 17 de fevereiro de 2018, o dia do “*vazamento de rejeitos*”, constituem um instrumento político, no sentido concebido por Michael Pollak, em que “a organização das lembranças se articula com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas” (POLLACK, 1989, p. 5).

Os movimentos e as ações dos segmentos sociais atingidos desfavoravelmente pelos danos ao ambiente causados pela indústria da mineração são expressões de resistência e condenação a uma usurpação. Nesses movimentos, revelam-se vozes que denunciam injustiças ambientais sofridas e que se organizam em redes ou coletivos em defesa dos seus direitos. Essas lutas, apesar dos revezes sofridos em contexto

nos quais as práticas de dominação extremamente violentas recrudescem, fragilizam-se, mas não morrem.

Os problemas enfrentados por cada comunidade permanecem e, para superá-los, continuarem no território e dele se reappropriarem o caminho da mobilização e da ação se impõe. E o território, nesse sentido, constitui-se como “objeto de reivindicação socioambiental”, expressando a defesa dos lugares de vida das comunidades, que buscam se apoiar em uma organização coletiva. Organização coletiva pelo direito das comunidades de pescar, de beber da água de rios e igarapés, de plantar, de cultivar seus modos de vida. Assim se apresenta o conjunto dessas mobilizações e lutas na disputa pelo poder, ao modo de “ator político”. Enquanto atores políticos, as comunidades e seus parceiros, ONGs, Ministério Público, por exemplo, interferem e moldam outras relações com seus “lugares”, o que também é uma forma de lidar com os desastres.

Considerações finais

Barcarena como território identificado com as práticas econômicas neoextrativistas, organizadas em um complexo industrial minerador, teve sua história marcada, desde a implantação desse complexo, em fins dos anos de 1970, pela imposição de uma racionalidade produtiva dominada pelos interesses dos segmentos exportadores de produtos primários e/ou beneficiados com baixo valor agregado. O que se impôs através das políticas de integração da Amazônia brasileira à economia do país tendo no tripé minerador, hidrelétrico e agropecuário sua sustentação.

Todos esses eixos são hoje reconhecidamente promotores de condições sociais desfavoráveis a modos de vida e a populações que dependem dos produtos da floresta, das águas, de seus territórios como lugares de vida. Populações e modos de vida de bastante expressividade na Amazônia, por sua vez reconhecidos como detentores de práticas e conhecimentos adequados à sustentabilidade dos ecossistemas.

Para refletir sobre a água como elemento de um desafio sociopolítico em Barcarena, aqui evocou-se o caso de um vazamento, entre recorrentes desastres, de uma bacia de rejeitos produzidos por uma das unidades industriais ali instaladas para, a partir disso, pensar sobre o ônus pago

pelas populações vulnerabilizadas, as razões de sua mobilização e resistências à desestruturação de suas vidas sob os efeitos poluidores dos desastres provocados pelas atividades mineradoras. Atividades orientadas por uma lógica econômica que desconsidera implicações sociais e ecológicas implicadas na intensificação da exploração e apropriação de recursos. Recursos que, para populações ribeirinhas, pescadoras, praticantes da agricultura e do extrativismo em pequena escala, representam bens comuns, sobretudo os corpos de água – rios, furos, igarapés. Bens comuns que, em situação de desastres, socialmente construídos, revelam-se apropriados privadamente por estruturas econômicas com salvaguardas de um correspondente poder político.

As narrativas das experiências obtidas trouxeram, inicialmente, evidências sobre o desastre como um processo capaz de romper com as profundas relações com o lugar. No entanto, os avanços dos processos de produção mineral associados ao domínio sobre a terra provocam reações, mobilizações e resistências. E, no contexto de Barcarena, a exemplo, e outros territórios onde a mineração foi imposta, emergiram estratégias de mobilização, mediante experiências vividas com os constantes desastres que prejudicam o mundo aquático e que vêm sendo notificados há quase duas décadas.

A conduta de atuação desses movimentos e dessas organizações denuncia e resiste às péssimas condições da qualidade da água, origem de danos sérios à saúde das populações que sofrem com doenças devidas à contaminação por agentes tóxicos presentes nos rejeitos industriais da mineração.

Enfrentar esses problemas é lutar por justiça ambiental, o que implicaria exigir de empresas e autoridades públicas uma gestão à altura dos riscos implicados na realização da produção de *commodities* minerais. Um custo com o qual o segmento minerador não está disposto a arcar e para isso conta com a desregulação, com a fragilização dos órgãos fiscalizadores voltados para as exigências ambientais.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental - ação coletiva e estratégias argumentativas. In: HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Demará, 2004.

ACSELRAD, Henri (org.); MELLO, Cecília C. A; BEZERRA, Gustavo N. *O que é Justiça Ambiental*. Rio De Janeiro: Garamond: FASE, 2009.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1998.

BORDALO, Carlos; FERREIRA, Diego; SILVA, Flávia. Conflitos socioambientais pelo uso da água em comunidades ribeirinhas no nordeste paraense: o caso das bacias hidrográficas dos rios Murucupi e dendê no município de Barcarena-PA. XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada: I Congresso Nacional de Geografia Física. DOI - 10.20396/sbgfa. v1i2017.1803 - ISBN 978-85-85369-16-3

CARMO, Eunápio Dutra. Desastres e tensões em Barcarena à luz de disputas territoriais. In: *Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências* / Edna Maria Ramos de Castro - organizadora. – Belém: NAEA, 2017. 408p.

CARMO, Eunápio Dutra (do); CASTRO, Edna; SANTOS PATRÍCIO, Júlio Cesar (dos). Mineração, neoextrativismo e conflitos em Barcarena. Novos Cadernos NAEA, v. 18, n. 3, p. 51-71, set-dez. 2015.

CARMO, Monique Bruna Silva; COSTA, Sandra Maria Fonseca. Os paradoxos entre os urbanos no município de Barcarena, Pará. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2016, set./dez., 8 (3), 291-305.

CRISTO, Amanda Mesquita. *Justiça ambiental em território de desastres: uma ação local de resistência em São Sebastião do Burajuba / Barcarena (Pa)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2020.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CLAES, 2009. p. 187-225.

GUDYNAS, E. Extractivismos en America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: A. Zhouri, P. Bolados, E. Castro (eds.). *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Ed. Annablume. 2016, pp. 23-43.

HABERMANN, Mateus; GOUVEIA, Nelson. *Justiça Ambiental: uma abordagem ecossocial em saúde*. *Revista Saúde Pública*. 2008;42(6):1105-11

LAVELL, Thomas Allan. Ciencias sociales y desastres naturales en América Latina: un encuentro inconcluso. Revista EURE-Revista de Estudios Urbano Regionales, 1993, 19.58.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MAIA, Rosane de Oliveira Martins. Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de “desenvolvimento”. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, 2017.

MEDEIROS, Adaelson Campelo; LIMA, Marcelo de Oliveira; GUIMARÃES, Raphael Mendonça. Avaliação da qualidade da água de consumo por comunidades ribeirinhas em áreas de exposição a poluentes urbanos e industriais nos municípios de Abaetetuba e Barcarena no estado do Pará, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 21(3):695-708, 2016

PALHETA, Rosiane Pinheiro. Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. 140f: Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. 2(3), 3-15, Rio de Janeiro. 1989.

SANTOS, Naiane Machado. Análise da percepção de riscos ambientais por instituições públicas de Barcarena e do estado do Pará: estudo de caso para Barcarena-Pa. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Engenharia Ambiental e Energias Renováveis. Universidade Federal Rural da Amazônia, 2019.

TEISSERENC, Pierre. Les territoires de l'action publique. In: Teisserenc, Pierre; Rocha, Gilberto de Miranda & Magalhães, Sônia Barbosa (orgs.) Território de desenvolvimento e ações públicas. Belém: Edufpa, p.23-64. 2009.

TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro (da.); BARBOSA, Estevão José da Silva. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 349-363, 2016.

- VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciência e saúde coletiva*. vol.19, n.9, pp.3631-3644, 2014.
- VALENCIO, N. *et al.* *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos, RIMA Editora, 2009.
- ZHOURI, A. Mapeando Desigualdades Ambientais: Mineração e desregulação ambiental. In: A. Zhouri; N. Valencio (orgs). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Editora UFMG, 2014, pp.111-141.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M. VASCONCELOS, M.; O desastre do rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Andréa Zhouri (org.); – 1.ed.– Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFMG, 2010.
- ZHOURY, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais*. São Paulo: Ed. Annablume. 2016.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA REGULATÓRIA PARA OS RECURSOS HÍDRICOS

Maria Dolores Lima da Silva

José Jorge Alves Costa

Introdução

A construção da política de recursos hídricos no Brasil ocorre em um contexto em que as preocupações ambientais já tinham se estabelecido como uma questão permanente a demandar os cuidados do poder público. Na rotina do processo político democrático, em que há pluralidade de posições, a criação de políticas públicas envolve interação, influência e poder, por isso, para comprehendê-la é necessário conhecer as características dos participantes, os papéis que desempenham, a autoridade a que estão submetidos e as regras do jogo, específicas das instituições nas quais as decisões políticas são tomadas.

Neste trabalho, analisamos o processo de criação de uma política regulatória de natureza ambiental, popularmente conhecida como Lei de Águas. Acompanhamos o processo decisório da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH - Lei nº 9.433/1997), na Câmara dos Deputados do Brasil, e da Política Estadual de Recursos Hídricos, na Assembleia Legislativa do estado do Pará (PERH - Lei nº 6.381/2001), destacando o envolvimento dos deputados durante o processo de tramitação e identificando os acordos e desacordos em torno dessa legislação. Em uma perspectiva teórica da ação política institucionalizada, identificamos as estratégias e os limites institucionais em que os deputados

atuaram para que a decisão em torno de um marco regulatório para o uso múltiplo dos recursos hídricos se efetivasse.

A análise da tramitação da PNRH e da PERH-PA permite caracterizar a ação política dos legisladores durante o processo decisório no Poder Legislativo e identificar posicionamentos políticos sobre os princípios e instrumentos de gestão adotados pela regulamentação do uso dos recursos hídricos. Trata-se de uma análise cujo foco são os atores visíveis do processo de formulação de políticas públicas, através da qual é possível identificar outros atores ou interesses sociais, que exercem influência sobre as escolhas feitas pelos deputados (CAPELLA, 2007). Nossa base de análise são os discursos preferidos pelos deputados, durante a votação em plenário, das propostas que deram origem às leis, e os registros das instâncias por onde os projetos tramitaram. A atuação de parlamentares e partidos, a ação da maioria e minoria parlamentar e a influência da opinião pública são elementos da política aqui destacados.

A política para os recursos hídricos é caracterizada como uma política da área social, de caráter transversal. Interesses de caráter coletivo e de caráter privado se confrontam, impondo tensões e obstáculos à formatação dessa regulamentação. Por ser um recurso elementar para a sobrevivência e saúde dos indivíduos, ao mesmo tempo em que serve de insumo para a produção de energia, dois interesses centrais na manutenção da vida social se confrontam. Ações e omissões das práticas legislativas revelam a complexidade dessa temática e as circunstâncias de sua transformação em norma legal.

Além desta introdução e das considerações finais, três seções apresentam os argumentos desta análise. Na primeira, contextualizamos teoricamente a problemática sob análise, focando na natureza da matéria que é objeto da criação da política pública regulatória, nas características da ação política no legislativo quando os atores criam políticas públicas, especialmente quando se trata de uma política de interesse geral, e nas instâncias institucionais nas quais o processo decisório se concretiza.

Na segunda seção, analisamos a tramitação do projeto de lei que deu origem à Política Nacional de Recursos Hídricos, dando ênfase aos argumentos dos deputados. Os elementos visíveis na construção da política pública são interpretados à luz das abordagens apresentadas na

seção anterior. Na terceira seção, apresentamos a tramitação do projeto de lei que deu origem à Política Estadual de Recursos Hídricos, comparando a ação legislativa no plano local, com as características do processo decisório no plano nacional. Fechamos com comentários finais sobre essa importante política regulatória.

1. Políticas públicas, ação legislativa e a política para os recursos hídricos

Nas análises de políticas públicas temos que distinguir os diversos sentidos da palavra política, pois estaremos falando tanto da ação do Estado/governos (*policies*), quanto da interação conflituosa entre atores em disputa por recursos de poder (*politics*), assim como das instituições onde ocorrem esses conflitos (*polity*). Para entender o processo decisório da política de recursos hídricos, temos que considerar, de início, que se trata de uma política regulatória, tipo de política onde os conflitos têm como contexto natural o Poder Legislativo. É nesse cenário em que os atores decidem sobre a criação de normas que estabelecem padrões de comportamento para os atores, onde alguns têm maiores ganhos e outros têm perdas (SECCHI, 2019; CAPELLA, 2007; SOUZA, 2007).

Os custos e benefícios de uma política são a essência dos conflitos entre os atores políticos que representam os interesses de frações diversas da população. A criação da política ambiental nos EUA, por exemplo, mostra que o conflito entre indústria e governo – em face das demandas populares por medidas urgentes de proteção ambiental, a partir do final da década de 1960 – levou os congressistas a priorizarem uma legislação direta, que estipulava parâmetros nacionais de poluição e medidas para corrigir e punir danos ambientais. Esse estilo regulatório que favorece a rigidez e a complexidade da regulação, expressou-se em leis extremamente detalhadas, nominada pelos estudiosos de abordagem de “comando-e-controle” (VOGEL, 1986)¹⁵⁰. No contexto da produção legislativa mais contemporâneo, os custos e benefícios tam-

150. “The legislative history of the Clean Air Act Amendments of the 1977 consists of eight volumes totaling more than 7,500 pages.” (Vogel, 1986, p. 188). O modelo do *controle-e-comando* passou a ser questionado nas décadas seguintes, em demandas por maior flexibilidade da legislação.

bém condicionam as escolhas dos legisladores a transferir decisões para agências executivas com maior capacidade de produzir informação.

As políticas ambientais tratam de questões de interesse geral, nominadas pelo jargão jurídico como direitos difusos. Por ser uma problemática que atravessa outras questões de interesse público e privado, tais como a saúde, o lazer, a indústria etc, tem custos e benefícios variados para diferentes segmentos sociais, expressando sua complexidade no processo de transformação do problema em política pública. A natureza da matéria sob análise, influencia na forma como os atores vão atuar na formulação da política e na atração de apoio para a aprovação de uma proposta. Arnold (1990) destaca que, além do interesse em se reeleger, os políticos tem preferências por políticas públicas específicas e que existem graus diferenciados de dificuldades quando se defende políticas voltadas para interesses específicos ou para os interesses gerais¹⁵¹.

Paradoxalmente, as políticas de interesse geral teriam dificuldade em serem decididas, porque a mobilização de outros apoiadores no Congresso¹⁵² se torna difícil quando os custos e benefícios não são facilmente identificáveis. Contudo, várias estratégias podem ser utilizadas pelos promotores de uma política como a modificação da lei para satisfazer outros apoiadores, o uso de procedimentos para retardar e bloquear decisões ou alterar pontos específicos da legislação e, ainda, o uso de propagandas que afirmem a importância da matéria, antes e durante o processo decisório. Os efeitos positivos de uma política de interesse geral podem ser salientados pela ação de líderes de coalizões que trabalhem para ocultar os custos e realçar os benefícios de uma

151. O trabalho de Arnold responde aos estudos da Ciência Política norte americana que enfatizam o comportamento individualista dos deputados, voltado para atender interesses localizados nos distritos. No estudo da conexão eleitoral de David Mayhew (1970) os legisladores primam mais para a comunicação simbólica com seus eleitores, através da tomada de posição, do pedido de crédito e da propaganda, do que com a efetiva produção de legislação.

152. Grupos específicos geralmente se organizam e mobilizam recursos para apoiar candidaturas que defendem seus interesses no Congresso. Quando se trata de interesses geográficos também é fácil perceber os eleitores beneficiados. No caso de interesses gerais, os custos e benefícios parecem diluídos, dificultando a percepção de quem ganha e de quem perde com a criação da política. As estratégias de modificação, estratégias procedimentais e a propaganda são usadas para aproximar as propostas de lei às preferências dos legisladores.

proposta de lei, ou que mostrem que seus benefícios gerais são superiores aos custos a serem pagos por grupos específicos.

O envolvimento dos legisladores com a promoção de políticas públicas de interesse coletivo é nitidamente observável no processo de criação de políticas ambientais na Câmara dos Deputados. Para que se forme uma maioria em apoio às questões de interesse geral é necessário que a mesma seja saliente para grande número de cidadãos e que os mesmos percebam e desejem os benefícios que uma política deste tipo pode trazer, o que faz com que os políticos não tenham dúvidas quanto à aprovação do eleitorado. Mas, em questões que ganham importância na opinião pública, como a questão ambiental, apesar da aprovação dos eleitores, há o cruzamento com outros interesses que se veem pagando os custos da proteção ambiental, como é o caso da produção energética ou industrial, por exemplo.

No Brasil, a Constituição de 1988 inseriu entre as garantias fundamentais dos cidadãos, o direito ao usufruto de um meio ambiente saudável. Com a retomada da rotina legislativa, essa questão se tornou agenda regular de partidos, parlamentares e governos, que passaram a atuar em atenção às preocupações globalizadas com o meio ambiente. A partir de então, várias leis foram propostas e aprovadas, como é o caso da Política Nacional de Recursos Hídricos¹⁵³. Nos discursos dos deputados, de 1999 a 2014, a temática ‘meio ambiente’ esteve presentes em todas as legislaturas, geralmente associada a temas como ‘Amazônia’ e ‘energia’ (MOREIRA, 2020; SILVA e CABRAL, 2018; SILVA, 1999).

Para entender a ação política na criação de políticas públicas, temos que levar em conta não apenas as motivações do comportamento político, mas também as limitações dadas pelas instituições na qual se

153. Da década de 1930 até a década de 1980 a legislação ambiental existente no Brasil era desprendida do Código Civil e o conceito de meio ambiente e de direito difuso ainda não estavam definidos, o que enfraquecia juridicamente os mecanismos legais existentes. No final da década de 1980, a pressão da opinião pública internacional e nacional, foi enfrentada com várias iniciativas do governo Sarney (1985-1989), entre elas a criação do IBAMA. Se antes a proteção do meio ambiente parecia estreitamente ligada à preservação da natureza, do final da década de 1980 em diante se abre um leque de possibilidades de intervenção legal, abrangendo educação ambiental, proteção de populações tradicionais e a regulamentação das relações com a natureza, em benefício da biodiversidade e da água, por exemplo.

desenvolve o processo decisório. A política regulatória é o resultado final de uma sequência de decisões tomadas por diferentes atores situados em distintas posições institucionais. Por isso, nessa ação política institucionalizada, deve-se levar em conta também as abordagens que recomendam observar os pontos de voto, os papéis e os poderes que são mobilizados na conciliação de interesses diversos (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; HAGGARD e MCCUBBINS, 2001). De forma geral, a produção de políticas públicas depende da capacidade dos interesses diferenciados se articularem no percurso que seguem na cadeia institucional.

A aprovação da política de recursos hídricos revela a complexidade de uma política ambiental cujo recurso natural em questão tem múltiplos usos. Um dos fatores determinantes das escolhas feitas durante a elaboração de uma política é a complexidade da matéria a ser regulada que, associada à distribuição de preferências no Legislativo, pode levar à delegação de decisões, que poderiam ser embutidas no texto da lei, para outras instâncias decisórias, como o Poder Executivo e suas agências administrativas (EPSTEIN e O'HALLORAN, 1999)¹⁵⁴.

Vale observar como se apresentam esses elementos do processo decisório nessa matéria complexa que é a política de recursos hídricos, no plano nacional e estadual.

2. O processo decisório da Política Nacional de Recursos Hídricos

A Constituição de 1988 determina que cabe à União “instituir o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de uso” (CF/1988, artigo 21, XIX). Determina também que cabe à União, direta ou indiretamente, gerenciar o “aproveitamento energético dos cursos de água” (CF/1988, artigo 21, XII, b), o que aponta para a complexidade do uso da água, com seu forte po-

154. Epstein e O'Halloran (1999) investigam as razões que levam o Legislativo a transferir sua prerrogativa de decidir sobre elementos de políticas públicas, ao Poder executivo, nos sistemas presidencialistas. Além da distribuição de preferências nas instâncias decisórias do poder político, os autores sustentam que as especificidades da matéria (*issues*) podem levar à delegação, porque matérias complexas como drogas e meio ambiente, por exemplo, tem alto grau de incerteza e carecem de informações regularmente atualizadas para que a regulação seja eficiente.

tencial econômico e sua importância essencial para sobrevivência dos seres vivos, enquadrando a política que analisamos como uma política ambiental de grande interesse socioeconômico.

A Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, foi uma iniciativa do Poder Executivo, a partir de estudos feitos por um Grupo de Trabalho¹⁵⁵ interministerial. Nessa etapa pré decisória de construção da política buscava-se evitar que a gestão fragmentada em diversos órgãos causasse o bloqueio das decisões, assim como introduzir as discussões na agenda ambiental, visto que era o setor elétrico que dominava as decisões até então (CIRILO, 2019; CAPELLA, 2007). A proposta apresentada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo teve a assinatura de ministros e secretários de Estado, como os de Infraestrutura, da Agricultura e Reforma Agrária, do Meio Ambiente e Assuntos Estratégicos, em cuja justificava era afirmado, como propósito fundamental, a necessidade de disciplinar a execução de uma política de recursos hídricos no Brasil, considerando a crescente importância estratégica dos mesmos.

Tabela 1: Tramitação da Política Nacional de Recursos Hídricos na Câmara dos Deputados

Ementa do Projeto	Autor	Tramitação	Comissões	Votação/ Lei
Cria a Política de Recursos Hídricos (PL 2249/1991)	P. Executivo	Ordinária (1991)	CD CMA CME	Simbólica/ Lei 9.433/97
		Urgente (1996)	CME CCJ CFT	

Fonte: DCD, 23/10/1996, pp. 27626-27651. <https://www.camara.leg.br>

155. A atuação de especialistas, através de órgãos como a Associação Brasileira de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, Associação Brasileira de Água Subterrâneas e Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, mostra o que Kingdon (*apud* Capella, 2007) denomina de comunidade de especialistas, que atua na definição do problema na etapa pré-decisória da política pública. Essas organizações tentaram influenciar na formatação do novo marco regulatório para os recursos hídricos, que já em 1986 teve um grupo de estudos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia. Porém, só em 1990 foi criado o grupo de estudos interministerial que deu origem ao PL nº 2249/1991. (CIRILO, 2019, pp.58-59).

O projeto de lei (PL 2249/1991) foi encaminhado pelo presidente da Câmara dos Deputados para as comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM), de Minas e Energia (CME), da Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) , designando às mesmas poder terminativo de análise, ou seja, aprovado em todas as comissões o PL não precisaria ir à votação do Plenário da Casa, a não ser que houvesse requisição dos deputados dentro de cinco sessões legislativas. Os registros da tramitação do PL informam que sugestões de órgãos estaduais e municipais, universidades, associações de profissionais ligados aos recursos hídricos e, aproximadamente, 1.700 organizações não governamentais (ONGS), deram subsídio para o formato final aprovado na Câmara.

O PL apresentado foi detalhado em 23 artigos, divididos em três capítulos, e foi aperfeiçoado pelos deputados durante a tramitação ao longo de duas legislaturas. Os relatores escolhidos para análise e parecer, durante esse período, foram os deputados Fábio Feldmann¹⁵⁶ (PSDB/SP), na 49º Legislatura (1991/1995), e Aroldo Cedraz¹⁵⁷ (PFL/BA), na 50º Legislatura (1995/1999). Apresentado à Mesa da Câmara no final de 1991, durante o ano de 1992 a CDCMAM promoveu consultas a entidades e diversos seminários técnicos. Em parecer preliminar do deputado Fábio Feldman, em meados de 1993, o projeto foi considerado insatisfatório, necessitando de extensa regulamentação para ser aplicado, e menos completo que o anteprojeto proposto pelo Grupo de Trabalho cujos estudos lhe deu origem. Foi apontada a centralização excessiva do gerenciamento na esfera nacional do poder público e a minimização da participação dos usuários na administração dos serviços.

Segundo Feldmann “O ‘princípio da gestão participativa’ manifestado na Exposição de Motivos, não foi observado no texto do Projeto. Este insiste em uma centralização excessiva do poder decisório e das

156. Desde o período constituinte, iniciado em 1987, Fábio Feldmam exerceu três mandatos como deputado federal, quando fez parte da subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente. Foi também Secretário de Meio ambiente do estado de São Paulo e tem sua biografia identificada com o ambientalismo, tendo coordenado a publicação Guia da ecologia (1992), da editora abril. <https://www.camara.leg.br>

157. Aroldo Cedraz é empresário, médico veterinário e professor, desde 1991 teve quatro mandatos como deputado federal. Foi Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do estado da Bahia e tem várias publicações na área de veterinária.

competências administrativas na esfera federal, o que é desaconselhável em um país com as dimensões continentais e as diversidades regionais do Brasil. Sob esse aspecto, nem mesmo as orientações para o Sistema de Gerenciamento, emanadas do grupo de Trabalho coordenado pela SAE, foram seguidas. (DCD 27/08/96, p. 23923)

Para corrigir essas falhas, o deputado apresentou um Substitutivo mais abrangente e detalhado, em 86 artigos, aprimorando a forma de gestão dos recursos hídricos, em sua organização e nível de participação da sociedade. O relator optou pela legislação direta - afinada com o estilo regulatório do “*comando e controle*” (MARTORELLI, 2015, P.15-18; VOGEL, 1986), evitando delegar para outras esferas de poder regulamentações posteriores da lei, exceto as atualizações necessárias ao passar do tempo:

Nosso substitutivo foi elaborado de modo a gerar uma norma legal autóaplicável, que independa de regulamentação e possa se implementada em curto período de tempo. Essa característica se impôs para evitar que as divergências de pontos de vista entre técnicos, órgãos e instituições, evidenciados ao longo do processo que resultou no Projeto de Lei em apreciação, atrasassem em demasia sua regulamentação e, em consequência, sua implementação. (DCD, 27/08/96, p.23924).

O Substitutivo foi disponibilizado para discussões e para recebimento de emendas realizando-se, ainda, até dezembro de 1994, Audiências Públicas e reuniões com o CONAMA, ocasião em que os Ministérios de Minas e Energia e da Integração Regional posicionaram-se contra o substitutivo. Foi deliberado, então, que a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo analisasse o mesmo e apresentasse uma nova versão, na qual se incorporassem, ‘na medida do possível’, as sugestões desse documento e das Audiências Públicas. Nesse intercurso de análise e modificações, dois projetos foram anexados ao PL original, o PL 1895/89, visando instituir um sistema nacional de recursos hídricos e o PL 2388/91, relativo a um plano de recursos hídricos para o Nordeste. Por fim, uma nova versão do substitutivo, com o respectivo parecer do relator, foram apresentados. Porém, findou a 49º Legislatura sem que tivesse sido concluída sua análise por todas as comissões designadas.

Na legislatura seguinte, o novo relator, deputado Aroldo Cedraz (PFL/BA), decidiu aprofundar ainda mais os debates e a análise do pro-

jeto, a fim de conhecer os pontos de vista dos governos que tinham acabado de se eleger e tomar posse. Segundo o relator, diversos países foram visitados com o fim de se conhecer formas bem-sucedidas de gestão de recursos hídricos e, em Audiência Pública Nacional, realizada em Piracicaba (SP),¹⁵⁸ foi possível "...captar as posições sobre o tema dos diversos segmentos da sociedade paulista, inclusive de seu governo" (DCD, 27/08/96, p. 23955). De 9 emendas apresentadas na comissão, sete foram aprovadas, e a proposta de lei foi reduzida para 59 artigos. Observamos na construção do Substitutivo do deputado Aroldo Cedraz a preocupação com interesses geográficos específicos dos estados da federação, durante a confecção de uma política de interesse geral.

Por fim, o Substitutivo foi aprovado por unanimidade na CDCMAM, delegando ao Poder Executivo o prazo de 180 dias para a regulamentação da Lei. Encaminhado para a comissão de Minas e Energia foi incluído no texto o PL 1895/1989 que propunha instituir um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em agosto de 1996, os líderes partidários decidiram acelerar a decisão sobre a proposta de lei e, para isso, suspenderam o poder conclusivo das comissões, através da aprovação de pedido de tramitação urgente para o projeto. Na votação final na Câmara dos Deputados, no mês de outubro, os pareceres da CCJR, CFT e da CME foram proferidos em plenário. A CME aprovou o mérito da proposta da CDCMAM, mas apresentou novo Substitutivo durante a votação em plenário, por isso partidos de oposição ao governo protestaram contra as modificações introduzidas.

Os pontos de descontentamento, destacados pelo deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), foram a eliminação da criação de um fundo a ser revertido em investimentos na própria Bacia, direcionando os recursos para a União; a representatividade de 51% do Poder Executivo no sistema de gerenciamento, considerada excessiva; e a concessão de privilégio para o setor energético na definição de pagamento pelo uso da água. Contudo, o relator da CDCMAM defendeu essas modificações destacando-as como necessárias para que o projeto fosse aprovado:

158. A política estadual de resíduos sólidos do estado de São Paulo foi criada em 1991, antecedendo a política nacional, durante a análise da PNRS já criava o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CIRILO, 2019).

As modificações apresentadas por último são fruto de discussões com os Líderes do Governo e com os representantes de setores dos recursos hídricos e de energia elétrica. Efetivamente, Sr. Presidente, nenhuma matéria é votada nesta Casa sem passar pelo crivo dessas discussões (DCD, 13/10/1996, p.27627).

Além da estratégia de modificação, própria do comportamento político estratégico de líderes de coalizões que se mobilizam no sentido da aprovação de uma política, podemos observar também estratégias procedimentais mobilizadas por políticos da oposição, na tentativa de evidenciar pontos de discordância e tentar revertê-las (ARNOLD, 1990). Apesar do líder do PT (José Machado, PT-SP) ter encaminhado votação favorável ao projeto, lamentando as mudanças acordadas para levar o projeto à votação, ocorreram iniciativas dos líderes do PCdoB (Sérgio Miranda), do PDT (Matheus Schmidt) e do vice-líder do PT (Paulo Rocha) que apresentaram pedidos de destaques e de preferência pela votação do artigo que determinava cobrança do setor elétrico pela va- zão turbinada, do texto aprovado na CDCMAM. Contudo, as estratégias para manter o texto aprovado na CDCMAM não foram bem-sucedidas e o acordo em torno da proposta de Substitutivo da CME foi mantido. No Senado, a proposta aprovada na Câmara dos Deputados tramitou, também, em regime de urgência e a Lei 9433/97, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos, foi sancionada em 1997.

Além do posicionamento dos deputados durante os debates que antecedem a votação em plenário, alguns elementos da tramitação de uma proposta de lei podem ser utilizados para evidenciar dificuldades no processo decisório de uma política regulatória na arena legislativa. As características da tramitação e as escolhas do formato da lei manifestam estratégias dos deputados para retardar uma decisão, para expor o posicionamento dos legisladores aos cidadãos e para transferir para outros níveis de governo a decisão final sobre elementos de uma matéria. Mas essas considerações devem levar em conta a natureza das instituições onde a produção legal está se realizando.

Avaliando o tempo de tramitação do PL 2249/91, temos que considerar que, no Brasil, as legislaturas são de quatro anos e o regimento permite que a análise de um projeto de lei que não concluiu tramitação tenha continuidade nas legislaturas seguintes. Para isso,

é suficiente que um deputado requeira à Mesa o desarquivamento do PL de seu interesse. Isso permite que um projeto atravesse duas ou três legislaturas para ter sua tramitação finalizada, se o mesmo não tramitar sob regime de urgência.

O PLP NRH (nº 2249/1991) tramitou por cinco anos na Câmara dos Deputados e no ano seguinte foi sancionado pelo Presidente. Uma tramitação relativamente rápida, baseada no poder de agenda do Poder Executivo, que é favorecido na aprovação de urgência às matérias de seu interesse. Entretanto, vimos que isto só ocorreu após já ter decorrido considerável período de análise, quando se realizaram amplos debates e foi aprovado relatório da CDCMAM. O pedido de urgência revela o empenho do Executivo em finalizar um processo de análise de uma política que regulamentava o artigo 21 da Constituição, em uma matéria de grande importância econômica e social. Da parte dos partidos representados no Congresso, houve cooperação. A proposta foi discutida e alterada para conciliar interesses e sua aprovação em plenário foi por votação simbólica¹⁵⁹ (GOMES, 2012; FREITAS, 2016; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Mas, os interesses diversos aparecem na fala do deputado Sérgio Miranda a respeito do parecer de mérito da CME - apresentado em plenário pelo deputado Romel Anízio - que põe, de um lado, os interesses dos ambientalistas e, de outro, os interesses econômicos do setor energético: "...Define-se a figura do usuário pagador, define-se a figura do poluidor pagador. Nos lançamentos de esgoto, vai-se pagar, mas se retirou o pagamento do setor elétrico pela vazão turbinada' (DCD, 23/10/96, p.27627).

Uma observação importante é que o primeiro relator na CDCMAM, deputado Fábio Feldman, tentou evitar a delegação para outras instâncias decisórias com um Substitutivo detalhado, mas o Substitutivo do

159. As votações na Câmara dos Deputados podem ser de tipo simbólico, quando os líderes encaminham o voto por toda a bancada de seu partido, e votação nominal, quando o voto de cada deputado é identificado no painel do plenário da Casa. Este tipo de votação pode ocorrer também em função de regras especiais, como em matérias que exigem *quorum* qualificado. As votações nominais são utilizadas para verificar o nível de apoio ao governo, a disciplina parlamentar e a divisão de preferenciais em torno de uma matéria, visto que são regidas pelo princípio de que sejam empregadas nas decisões mais importantes e polêmicas (Figueiredo e Limongi, 1999).

segundo relator reduziu o número de dispositivos da lei. Posteriormente, a CME negociou a delegação de decisões relativas ao setor elétrico, que temia pagar altos custos pelo uso dos recursos hídricos. O § 2º, do artigo 13, delegou ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos a elaboração das regras para outorga e utilização dos recursos hídricos para geração de energia elétrica, assegurando que deveria seguir as regras da legislação setorial específica do setor elétrico.

O relator da CDCMAM reforçou que as mudanças no texto da lei não atingiam o núcleo da proposta, permanecendo os princípios de uma Política em sentido amplo, em que diretrizes gerais e novas instâncias decisórias foram estabelecidas. Vale destacar que delegação não significa ausência de controles. Em legislações modernas é comum delegar poderes para as agências governamentais, sobretudo em matérias complexas, como é o caso da PNRH (EPSTEIN e O'HALLORAN, 1999). Contudo, decisões posteriores relativas ao uso dos recursos hídricos nas arenas de implementação do setor ambiental e do setor energético mostram a permanência de conflitos existentes desde a etapa pré-decisória, passando pelo fluxo de tomada de decisão política no Legislativo até a fase de implementação, como se observa no caso da construção de hidroelétricas na Amazônia (PEREIRA, 2014; CAPELLA, 2007). Outros controles foram instituídos através do estabelecimento de decisões colegiadas, com a participação dos usuários e da sociedade civil, e pela forma de gestão descentralizada em bacias hidrográficas.

3. O processo decisório da política para os recursos hídricos na Assembleia Legislativa do Pará

As Assembleias Legislativas estaduais processam decisões de forma semelhante à Câmara dos Deputados. As propostas de leis são entregues à Mesa Diretora que possui um presidente eleito com funções administrativas e políticas. O projeto é encaminhado para a análise das comissões que têm a competência de estudar a proposta, realizando consultas, audiências públicas e reuniões que subsidiem a formação de relatório a ser votado na comissão e posteriormente em plenário. Prepondera também a agenda do executivo, que é privilegiado nas decisões de suas demandas, com base na constituição de sua base de apoio partidário (SILVA, FAVACHO e MORBACH, 2012; TOMIO e RICCI, 2012).

No caso da PERH, o Poder Executivo enviou a proposta de legislação à Assembleia Legislativa do estado do Pará (ALEPA), confiante em uma aprovação sem entrave, episódio deliberativo identificado como “rolo compressor”, pela bancada de oposição.

A mensagem nº 017/01-GG, do governo do Pará, foi envida à presidência da Assembleia em 28 de junho de 2001, referendada nos dispositivos da Lei Federal nº 9.433/1997, que criou a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Em face da importância da matéria, a comunicação enfatiza a necessidade de apreciação do projeto de lei em regime de urgência¹⁶⁰.

A mensagem do governo assinala que a Política Estadual de Recursos Hídricos reproduz os mesmos princípios da política nacional, pro-pugnando a gestão integrada e descentralizada, através do SEGRH-PA, do controle da utilização da água pelos usuários, com a necessidade de arbitragem administrativa dos conflitos relacionados aos usos múltiplos dos recursos hídricos. Apontava também para a necessidade de estabelecer esse marco regulatório a partir da Lei 9.433/1997, processo que já deveria ter se completado no estado.

A competência da análise da proposta foi da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Comissão de Agricultura e Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, mas em razão de ser final de semestre e férias dos deputados, foi constituído um período extraordinário para apreciar a matéria, comprometendo a análise cuidadosa das comissões. O parecer das comissões foi aprovado em tempo recorde, no dia 03 de julho de 2001, o mesmo dia em que foi protocolado na Comissão de Constituição e Justiça. O relator, deputado André Dias (PFL), reuniu-se com as demais comissões que tinham jurisdição sobre a matéria para elaborar um parecer conjunto. Esse documento tece elogios ao Poder Executivo a respeito do PL nº 88/01, por sua “redação perfeita”, “competência inquestioná-

160. A urgência garante agilidade para as propostas de interesse do governo, tendo como aspecto negativo o tempo reduzido para as discussões das temáticas em tramitação. Segundo as normas do RI, a solicitação de urgência pode ser exercida pelo governador do estado, pelo presidente da ALEPA e pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado, sempre que houver interesse na apreciação de projetos de suas respectivas iniciativas.

vel" e declara apoio à proposta, que não geraria aumento das despesas orçamentárias.

O PL nº 88/01 foi encaminhado ao plenário da ALEPA para discussão e votação de emendas, no dia 05 de julho de 2001. As Atas e Notas Taquigráficas mostram que foram realizadas três reuniões extraordinárias em uma só noite, onde fica evidente o controle da agenda decisória por parte do Poder Executivo estadual. No panorama político-partidário em que se dava a avaliação da política de recursos hídricos na ALEPA, o PT e o PCdoB eram partidos de oposição ao Executivo estadual, ocupado pelo PSDB. Os parlamentares da oposição cobraram dos seus pares o compromisso de produzir um debate que envolvesse a sociedade paraense na discussão temática complexa dos recursos hídricos.

Em uma quinta-feira, às 20h06min do dia 5 de julho de 2001, realizou-se a 12^a reunião extraordinária da Assembleia Legislativa, na qual foi discutido o PL nº 88/01. O primeiro pronunciamento foi da deputada Maria do Carmo (PT) que denunciou que, apesar do projeto de lei baseado na Lei 9.433/97 (PNRH) não ser dos piores, algumas questões subentendidas no PL deveriam ficar claras, destacando a existência de um debate sobre a retomada dos estudos para novas hidrelétricas na Bacia do Tapajós e na Bacia Amazônica e, ainda, questionou a postura do governo sobre aspectos da proposta de lei, destacando que não se pode apartar o debate de recursos hídricos da questão ambiental:

Nós, aqui na Região amazônica, temos rios belíssimos, rios navegáveis. Como será conduzido esse processo à população sobre esses recursos hídricos? Como ficam as águas superficiais e subterrâneas? [...] Também existe um outro aspecto que não ficou claro e precisamos debater para saber como serão construídas as hidrelétricas. Se elas acontecerem, que contrapartida caberá aos municípios? Porque hoje o que existe é que o Estado Federal pega os recursos hídricos dos Estados, mas não há nenhum estudo no sentido de reverter esses investimentos para a população, que geralmente se vê prejudicada quando da construção de hidrelétricas. E agora está todo mundo voltado para a Amazônia, para os nossos recursos hídricos, para a nossa Bacia Hidrográfica. [...]. Nós vivemos num estado que não tem nem 10% de saneamento [...] (/ NT, 05/07/2001, p. 08-09).

Após essa fala, o presidente, deputado Martinho Carmona (PSDB), declarou encerrada a sessão e seguiu-se a 13^a reunião extraordinária, iniciada por volta das 21h21min. Da parte do governo, o deputado Márcio Couto (PSDB) faz uma breve exposição da proposta encaminhada pelo governador Almir Gabriel (PSDB), assinalando a importância do debate para uma questão visualizada pelo mundo globalizado como um bem para a humanidade. Acenando para a base de apoio ao governo, afirmou que a PERH só não seria votada se seus companheiros aliados entendessem aquele momento como uma *brincadeira*.

A discussão prosseguiu, mas apenas a bancada de oposição manifestava suas considerações. O deputado Zé Geraldo (PT) observou a dificuldade de falar em falta de água na Amazônia citando a abundância de rios, destacando o Amazonas, Xingu, Tapajós, Tocantins e Araguaia. Observou que o fato de, futuramente, milhões de pessoas no planeta não terem água suficiente para sobreviver deveria preocupar o estado, o governo e a Secretaria de Meio Ambiente:

Quem esteve na discussão sobre Belo Monte, ouviu o presidente da Eletronorte dizer, ao ser questionado se haveria mais de uma barragem, que só haveria uma barragem, que seria a de Belo Monte [...]. Só que agora a Eletronorte já começa a admitir que terá um outro lago, o lago de Kararaô, com seis milhões de metros quadrados, porque Belo Monte só vai gerar energia por um período de sete meses. [...] Então, não podemos ficar preocupados só com a escassez da água. Esta é uma preocupação a longo prazo. [...] E a poluição? Se Vossas Excelências passarem pela beira dos rios verão que as serrarias jogam todos os resíduos de madeira, como o pó e etc. dentro da água, não têm nenhum respeito com a água. [...]. (N.T., 05/07/2001, p.03)

A deputada Araceli Lemos (PT) lembrou que em reunião especial, ocorrida na ALEPA, por ocasião do Dia Internacional da Água, foi produzida uma proposta da realização de um workshop sobre a água, no estado do Pará, que não se efetivou. Que na dita reunião especial foram tratados assuntos referentes à Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e que questões tão ricas, tratadas no projeto de lei, deveriam ensejar seminários, palestras e reuniões em várias cidades do Estado. Na perspectiva da deputada, o governador teve um comportamento político-

co autoritário, enviando projetos em período extraordinário, para que não se respondessem perguntas importantes:

O Governador, ao enviar este projeto, deveria ter enviado preocupações com relação a isso. O que está em jogo neste país é a privatização do setor energético e junto com isso o papel que as águas do Brasil, e em especial da nossa região, têm. Há grande preocupação com isso e não há preocupação, por exemplo, com a economia, com a não poluição, com a política ambiental, com a educação ambiental, que é fundamental e que consta dentro dessa questão. (N.T., 05/07/2001, p.08)

A deputada Sandra Batista (PCdoB) questionou a ausência de Avaliação dos Impactos Ambientais entre os instrumentos da política estadual, especialmente para as hidrelétricas, e da problemática do saneamento básico, reclamando que “*não se pode aprofundar um projeto que surge no afogadilho de uma extraordinária às 10 horas da noite*”. Toda a bancada da oposição acusava ser irresponsabilidade e falta de senso de oportunidade votar a matéria sem aprofundamento, destacando que projetos dessa envergadura deveriam ser apresentados no período ordinário.

Na 14ª reunião extraordinária, ocorrida as 22h22min, do dia 05 de julho de 2001, a deputada Sandra Batista (PCdoB) retomou a discussão sobre a negligência do governo na área de saneamento e ressaltou que o tema da balneabilidade não foi contemplado no PL¹⁶¹:

Se o Governador tivesse uma referência democrática, não estariamos a essa hora da noite discutindo uma lei tão importante como a lei de recursos hídricos, porque trata-se exatamente do uso múltiplo de um bem que está sendo considerado no mundo inteiro do século XXI. Como o petróleo do século XX foi chamado de ouro negro, a água está sendo chamada de ouro azul. [...] Este é um projeto para estar tramitando nesta Casa como tramita o Código Florestal, porque é de interesse de toda a população [...]. Porque este Parlamento não é uma coisa menor, é um poder pari-passo ao Poder Executivo e ao Poder Judiciário. Lamento profundamente as brincadeiras, as dificuldades de

161. A balneabilidade diz respeito ao uso da água para fins recreativos, que também é questão de saúde pública pois a má qualidade da água nas praias, por exemplo, é fator de transmissão de doenças.

nos deixarem falar, os barulhos que se fez aqui na Mesa, para que não pudéssemos discutir com seriedade. (N.T., 05/07/2001, p.12-13)

A despeito do avançar da noite, o deputado Mário Cardoso passou a detalhar o PL, nomeando as fundamentações que julgou serem parte do debate nacional, por ser um tema de domínio público; ser um recurso natural dotado de valor econômico; a priorização do consumo humano e dos animais; a gestão voltada para o uso múltiplo; e a descentralização com participação do poder público, dos usuários e das comunidades. A racionalização do uso, a manutenção para as futuras gerações, a prevenção de eventos hidrológicos críticos, bem como a defesa das populações e do ambiente também foram destacados como objetivos da lei. O deputado reivindicou a participação da sociedade e a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental, identificando um quadro energético crítico no país, dando como exemplos a construção das hidroelétricas de Belo Monte e de Tucurui:

Não adianta dizer que tem muita água, que eu tenho o Rio Guamá; a Baía do Guajará; a Baía do Marajó; o Rio Xingu; o Tapajós, porque se perguntarmos a qualquer pescador que hoje vive em torno da Baía do Guajará, ele dirá as dificuldades imensas de pescar. [...] Não era diferente até recentemente no Rio Tapajós, com a questão dos garimpos sabemos o que o garimpo causou no Rio Tapajós. Não é diferente em outros rios da Amazônia, porque sabemos que a questão do mercúrio é muito séria nas cabeceiras desses rios. (N.T., 05/07/2001, p.06)

O presidente da Casa, deputado Martinho Carmona, deixou prosseguir a discussão, quase que exclusivamente feita pela oposição, aparentemente imune à polêmica da temática e mais preocupado com a aprovação do PL, do que em discuti-lo. Os deputados da situação não manifestaram interesse em qualificar o debate de um tema delicado e oportuno, como os recursos hídricos na Amazônia, mostrando-se subservientes aos desejos do Executivo em aprovar rapidamente a matéria.

Aberto o processo de votação, 39 deputados votaram, encerrando a reunião extraordinária às 23h22min, do dia 05 de julho de 2001. A proposta recebeu 34 votos de aprovação e 5 de rejeição do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil (04-PT e 01-PCdob). O

governo sancionou em 25 de julho de 2001 a Lei nº 6.381/2001, criando a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Pará.

Os deputados e deputadas tentaram introduzir modificações que contemplassem os pontos debatidos que estavam ausentes na proposta de lei. Por insistência do deputado Mário Cardoso, após a aprovação do projeto foram votadas as emendas, todas de autoria da bancada de oposição, com exceção da Emenda Aditiva nº 9, que foi retirada pelo seu autor, o deputado Zé Lima (PMDB)¹⁶². Tratava-se de dispositivos aplicados ao transporte fluvial, atividade importante no estado do Pará, que certamente descontentaria muitos interesses representados na ALEPA.

Das propostas de alterações, só foi absorvida a emenda aditiva da deputada Sandra Batista, com a exclusão do termo “avaliação de impacto ambiental”: A emenda nº 2 aditaria ao art. 4º do PL nº 88/01 “A capacitação, desenvolvimento tecnológico, educação ambiental e avaliação dos impactos ambientais”. A defesa da deputada enfatiza:

Ora, a Política Estadual de Recursos Hídricos tem que levar em consideração a capacitação tecnológica, a capacitação ambiental, mas também os impactos ambientais. [...] Vejam que o Estado tem uma Lei de meio ambiente e essa Lei precisa casar com esta Lei dos recursos hídricos, pois trata-se aqui do uso múltiplo da água, e água é meio ambiente. Por exemplo: na questão da hidrelétrica, na questão en-

162. EMENDA ADITIVA Nº 9: Inclua-se onde couber:

Art. Ficam as empresas prestadoras de serviços de transporte fluvial, bem como os estabelecimentos comerciais localizados às margens de mar, rios e igarapés, obrigados a instalar recipientes para depósito dos detritos produzidos durante o transcurso da viagem ou durante a permanência dos frequentadores nos estabelecimentos comerciais. Parágrafo 1º - Os recipientes coletores de detritos deverão ser em número suficiente para facilitar seu uso pelos passageiros ou usuários, não ficando em distância superior a 10m um do outro.

Parágrafo 2º - Os comerciantes que utilizem mesas para atendimento à clientela nas praias ou outros locais próximos a mananciais deverão dotá-las de recipientes para receber os detritos produzidos.

Art. Os comandantes das embarcações transportadoras de passageiros, antes da partida, darão instruções a todos os usuários da necessidade de não atirarem detritos nos rios e as vantagens de sua preservação, informando ainda a localização dos recipientes instalados na embarcação.

ergética, se for usar a água, você tem fundamentalmente que ter o Estudo de Impacto Ambiental-EIA e o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, e este Projeto não trata disso. Ficará em discordância com a Lei Estadual Ambiental. (NT, 05/07/2001, p.10)

Essa alteração na proposta de lei do Poder Executivo chama a atenção para as pequenas diferenças entre a política estadual (Lei nº 6.381/2001) e a política nacional. Enquanto a Lei nº 9.433/1997 apresenta cinco instrumentos de gestão, a lei estadual aprovou sete instrumentos¹⁶³. O planejamento e gerenciamento estadual dos recursos hídricos exigem a elaboração de Planos de Recursos Hídricos para o estado e suas Bacias, considerando as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos e dos Planos Nacional e Setoriais de Recursos Hídricos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos que deve aplicar os instrumentos de gestão da Lei nº 6.381/2001 só foi iniciado em 2018, vigorando até então dois planos de Bacias interestaduais, que cobrem a maior parte do estado¹⁶⁴ (CIRILO, 2019; COSTA, 2014).

Além da única emenda, parcialmente aprovada, da deputada do PT, o texto da proposta do Executivo estadual aprovou a determinação de “Compensação aos Municípios” afetados pela exploração dos recursos hídricos, dispositivo esse que foi vetado na política nacional.

A aprovação do PL nº 88/2001 não apresenta o mesmo dinamismo do processo decisório da Política Nacional de Recursos Hídricos. Sob justificativa de que a lei não deveria se distanciar da política aprovada para o plano nacional, a criação da PERH se deu como se fosse o cumprimento de uma norma burocrática. O Poder Executivo já tinha uma base cativa, pronta para aprovar suas demandas, e uma lei nacional como marco dos princípios que deveriam ser adotados na política regulatória estadual. Com tempo “recorde” de tramitação, a ação crítica e as alterações dos

163. Os instrumentos de gestão da Política Estadual de Recursos Hídricos são: Sistemas de Informação; Cobrança pelo uso da água; Enquadramento dos corpos d’água; Outorga do Direito do uso da água; Compensação aos Municípios; Capacitação, Educação Ambiental e Desenvolvimento Tecnológico.

164. Os Planos de Bacias interestaduais são o Plano de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas e o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia funcionam sem colegiado gestor, sob o poder decisório majoritário da Agência Nacional de Água (CIRILO, 2019, p.116-117).

cinco membros da oposição não tiveram ressonância na Casa. As preferências diferenciadas por políticas públicas apareceram, nesse cenário, como uma tomada de posição dos partidos da oposição que aproveitaram para verbalizar suas críticas ao governo estadual, tendo como referência as implicações da política que estava sendo aprovada (TOMIO e RICCI, 2012; SANTOS, 2003; FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Comparando a tramitação da PNRH e da PERH, do estado do Pará, observamos na primeira os elementos de uma ação política consistente com o papel do Poder Legislativo no sentido de analisar e aperfeiçoar o projeto de lei que deu origem à lei nacional. O PL 2249/1991 recebeu inúmeras contribuições na Câmara dos Deputados, a partir de reuniões, seminários, Audiências Públicas que resultaram em três substitutivos apresentados pelos relatores da CDCMAM e da CME. Já na Assembleia Legislativa do Pará, não houve trabalho de pesquisa e consultas nas comissões. A maioria dos deputados se limitou a referendar o PL nº 88/2001, cumprindo um protocolo, e eximiram-se de pensar em especificidades locais. A participação existente ficou por conta dos cinco parlamentares de oposição que tentaram dar sentido a um processo decisório que não tinha possibilidade de ser intenso dentro do prazo extraordinário de tramitação.

Considerações finais

O processo decisório da política para os recursos hídricos no Brasil e em um estado da Amazônia, mostra alguns conflitos que perpassam a criação de uma política regulatória, de enorme importância para o mundo e que tem especial relevância para o país e a região, onde se concentra o maior volume de água doce do mundo. O fato de uma região ou de um Estado possuir abundância de recursos hídricos não significa uma situação de tranquilidade, pois mesmo onde há grandes bacias hidrográficas, se houver degradação dos corpos d'água, os mesmos podem se tornar impróprios para o consumo humano. Para evitar que a abundância de um recurso natural, paradoxalmente, se transforme em uma escassez qualitativa, é necessário que políticas públicas adequadas discipline seu uso e exploração pelos diferentes setores da sociedade (CIRILO, 2019; BARP, 2004).

No caso brasileiro, desde a decretação do Código de Águas, de 1934, e da criação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, há a preocupação com a gestão racional dos seus recursos hídricos. Mas o

modelo praticado durante mais de sessenta anos tornou-se claramente insuficiente, especialmente diante do descompasso entre a intensidade do uso dos recursos hídricos e o volume do investimento em sua gestão e conservação.

A difusão dos princípios de desenvolvimento sustentável nos anos de 1980 e 1990 e a constatação do escasseamento progressivo do recurso água em escala planetária levaram o Brasil a realizar a revisão das estratégias e dos instrumentos voltados para a gestão integrada dos recursos hídricos. A determinação de instituir-se um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, inserido na Constituição Federal de 1988, é marco da importância que a problemática dos múltiplos usos da água representa para o país.

A construção de uma política pública possui várias etapas que compreende a identificação do problema, a formação da agenda, o processo decisório e a implementação. Podemos entender esse processo também pela perspectiva de fluxos na qual o conflito está presente desde quando se identifica um problema até o momento em que se define a “solução” para o mesmo (CAPELA, 2007).

Na análise aqui apresentada, focamos no fluxo político, no qual as soluções são colocadas diante dos legisladores para decidir os caminhos do tratamento de um problema. A Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará, que se espelhou na primeira, definem as estratégias de gestão desse abundante e disputado recurso, existente no Brasil e, especialmente, na Amazônia.

As considerações políticas dos legisladores ao encaminharem uma matéria dentro da arena legislativa devem ser levadas em conta no processo de produção legal. A capacidade estratégica de negociar, de exercer pressão, de modificar suas preferências em função dos interesses em jogo, interferem no formato da legislação e na capacidade de transformar um projeto em lei, através do tempo. A aprovação da PNRH e as características de sua tramitação mostram a importância da construção de uma política regulatória para o uso dos recursos hídricos no Brasil, em um contexto em que as preocupações ambientais já tinham se estabelecido como uma questão permanente a demandar os cuidados do poder público.

No plano estadual, a despeito do menor envolvimento dos deputados, durante o processo de tramitação legislativa da PERH, os avanços em temos de regulação são igualmente importantes, visto que princípios

modernos de gestão foram adotados por ambos os dispositivos legais.

Vimos pela trajetória da tramitação dos projetos, que no ambiente institucional os parlamentares atuam dentro dos limites do sistema político, que em determinadas circunstâncias possibilita a análise, a participação da sociedade nas discussões e o aperfeiçoamento das propostas enviadas para o Poder Legislativo decidir.

Eventualmente, pode acontecer desse processo de análise ser atropelado e a decisão ser tomada sem o cumprimento do processamento rotineiro, regulamentado pelo Regimento da instituição. Mas a despeito das diferenças entre o ambiente institucional da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas dos estados, o poder de agenda do Poder Executivo condiciona a forma de condução da criação de uma política. Por ser uma determinação constitucional e pelo valor intrínseco dos recursos hídricos, o Poder Executivo nacional e local tinham interesse na criação dessa importante política pública.

Quando da construção da política nacional, os deputados usaram de estratégias, próprias da ação legislativa, para adequar o texto aos interesses representados no Congresso. Por ser uma legislação que afeta múltiplos interesses, tensões aparecem através dos discursos dos deputados que evidenciam descontentamentos de setores sociais que não desejam pagar os custos da instituição do marco regulatório, destacando-se, especialmente, o confronto entre os interesses dos ambientalistas *versus* os interesses do setor energético. Esse conflito permanece até hoje, na fase da implementação da política, visto que são dois setores institucionalizados cujas decisões se encontram e se enfrentam no momento da materialização da política energética (PEREIRA, 2014).

Resta destacar que a política estadual ainda não aplicou todos os seus instrumentos de gestão, não existindo ainda um plano estadual e tampouco está definida a compensação para os municípios impactados pela exploração dos recursos hídricos, por exemplo. Essa indefinição é mais um exemplo da dificuldade de aplicação de uma política que envolve múltiplos interesses e que, especialmente, sustenta a produção industrial de riquezas no país.

Referências

- ARNOLD, Douglas. *The Logic of Congressional Action*. New Haven, Yale University Press, 1990.
- BARP, Ana R. A água doce na Amazônia ontem e hoje: o caso do Pará. In: UHLY, S.; SOUZA, E.L. (Orgs.). *A questão da água na grande Belém*. Belém: UFPA, Casa de Estudos Germânicos, 2004.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. *DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Brasília, CDB, 1996. <https://www.camara.leg.br>
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In.: HOCHMAN, Gilberto; ARRETACHE, Marta & MARQUES, Eduardo. *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- CIRILO, Brenda B. Elemento de bênção, região de maldição: Uma Análise da gestão dos recursos hídricos no estado do Pará. Belém, 2019. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – UFPA/NAEA/PPDSTU.
- COSTA, José J. A. Águas - Entre Atores e Conflitos: Um estudo sobre o processo de elaboração e formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos-PERH no Pará. Belém 2014. Dissertação (Mestrado em Ciencia Política) – UFPA/PPGCP.
- EPSTEIN, David; O'HALLORAN, S. *Delegation Powers: a Transaction Costs Politics Approach to Policy Making under Separate Powers*. New York, Cambridge University Press, 1999.
- FREITAS, Andréa. *O presidencialismo de coalizão*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999.
- GOMES, Fábio de Barros Correia. Cooperação, liderança e impasse entre o legislativo e o executivo na produção legislativa do congresso nacional do Brasil. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.55, nº 4, pp. 911-950, 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Mensagem nº 017/01-GG - Gabinete do Governador. Belém-Pará, 28 junho de 2001.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria Especial de Produção/Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. LEI Nº. 6381/2001. Dispõe

sobre a Política de Recursos Hídricos do Estado do Pará e Institui o Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Pará. Belém: IOEPA, 2001.

HAGGARD; MCCUBBINS, Mathew. D. Presidents, Parliaments and Policy. New York, Cambridge University Press; 2001.

MARTORELLI, Eduardo B. **Política Ambiental: Dos limites de comando e controle à potencialidade dos instrumentos econômicos.**) Brasília, 2015. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas) - UnB.

MOREIRA, Davi. Com a Palavra os Nobres Deputados: Ênfase temática dos discursos dos parlamentares Brasileiros. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, vol63, n°1. Pp. 1-17, 2020.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS. Transcrição do áudio das falas dos Deputados e Deputadas referente as Sessões 12^a (p. 01-09), 13^a (p.01-11) e 14^a (1-13). Período Extraordinário. Belém-Pará: ALEPA, 05 de julho de 2001.

PEREIRA, Ana Karine. Desenvolvimentismo, Conflito e Conciliação de Interesses na Política de Construção de Hidrelétricas na Amazônia Brasileira. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, R. R. C. (org.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Belém: ALEPA, 1997.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão.** Belo Horizonte: UFMG - Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SECCHI, Leonardo; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas Públicas:** conceitos, casos práticos, questões de concursos (3º ed). São Paulo, Cengage, 2019.

SILVA, Maria Dolores L.; CABRAL, Eugenia R. Produção de legislação ambiental em dois contextos institucionais. **O Social em Questão**, nº 40, p. 9-22, 2018.

SILVA, Dolores; FAVACHO, D.; MORBACH, M. C, O governo do PT no Pará e sua relação com a Assembléia Legislativa. In. SANTOS, A.M. et al (Orgs.). **Peças engrenagens dos jogos políticos no Brasil.** São Luís: EDUFMA, p. 104-126, 2012.

SILVA, Maria Dolores L. **As demandas ambientais no processo legislativo: Conflito e consenso entre os deputados.** Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado em Ciencia Politica) – UCAM/IUPERJ.

SILVA, Maria Dolores L. A produção de políticas ambientais na Câmara dos deputados: 1991-1998. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UCAM-IUPERJ.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In.: HO-CHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta & MARQUES, Eduardo. *Políticas Pú-blicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

TOMIO, Fabrício & RICCI, Paolo. O governo estadual na experiência po-lítica brasileira: os desempenhos legislativos das Assembleias estaduais. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 41, p. 193-217, 2012.

VOGEL, David. *National styles of regulation: Environmental policy in Great Britain and the United States*, Cornell University Press, 1986.

MERCADOS INFORMAIS DE ÁGUA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Luis Henrique Cunha

Roberto de Sousa Miranda

Douglas Cavalcante de Araújo

Introdução

Em fevereiro de 2017, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa) anunciou que 40 cidades do estado se encontravam em colapso total no abastecimento público de água. Eram 25 no começo de 2016, um aumento de 60% no período de um ano (G1, 2017). Além destas, outras 117 cidades haviam adotado algum tipo de racionamento, contra 102 cidades no início de 2016. Considerando que são 223 os municípios paraibanos, estes dados indicavam que mais de 70% destes municípios estavam com o abastecimento público de água (primordialmente concentrado nas áreas urbanas) comprometido total ou parcialmente naquele momento. No final de 2017, ainda eram 28 os municípios do semiárido da Paraíba com o abastecimento de água completamente suspenso pela Cagepa¹⁶⁵.

A “crise” no abastecimento público de água foi imediatamente associada à estiagem ocorrida no semiárido nordestino entre 2012 e 2017. Com a drástica redução das chuvas, muitos reservatórios públicos seca-

165. Eram eles: Boa Ventura, Triunfo, Diamante, Carrapateira, Bernardino Batista, Riacho dos Cavalos, Teixeira, Emas, Matureia, Riachão, Tacima, Dona Inês, Damião, Riacho Santo Antônio, Amparo, Aroeiras, Gado Bravo, Sossêgo, Puxinanã, Nova Palmeira, Picuí, Frei Martinho, Barra de Santa Rosa, Nova Floresta, Cuité, Algodão de Jandaíra, Areial, Montadas (GERMANO, 2017).

ram ou alcançaram níveis críticos nos volumes de água armazenados. Mesmo com o retorno “das chuvas”, a “crise” de abastecimento não se resolveu. Em meados de 2020, alguns municípios ainda permaneciam sem abastecimento público regular como era o caso de Cuité e Nova Floresta, localizados na região do Curimataú paraibano. A ideia de “crise hídrica” como resultante de quadros de escassez de água encobre dinâmicas estruturais que informam situações correntes de desigualdade no abastecimento de água, dificultando que estas desigualdades sejam inseridas no debate público a partir da politização radical do tema do acesso à água no semiárido nordestino.

Neste artigo, abordamos uma dimensão das “crises hídricas” vivenciadas no Brasil na última década ainda pouco analisadas: o desenvolvimento de mercados informais de água, em especial aqueles estruturados para atender às necessidades de abastecimento humano. O colapso dos serviços de abastecimento público de água em dezenas de municípios paraibanos promoveu o rápido desenvolvimento de mercados informais de água, caracterizados pela precariedade das formas de acesso, quando se considera indicadores de quantidade, qualidade e regularidade.

A relativa invisibilidade dos mercados informais de água na literatura acadêmica contrasta com o seu funcionamento ostensivo em diferentes regiões do país. Nas pequenas e médias cidades do semiárido paraibano, é difícil permanecer alheio aos sinais de sua existência: há vendedores de água de porta em porta, com grande variedade de reservatórios móveis, acoplados a carroças com tração animal ou a caminhonetas e caminhões; serviços privados de abastecimento domiciliar encanado; pontos de venda de água engarrafada, normalmente em vasilhames de 20 litros; carros-pipa que abastecem cisternas e caixas d’água; empresas especializadas na perfuração de poços artesianos, formando um conjunto diversificado de atores sociais e de estratégias mercantis. E, há, também, tendências de monopolização, por parte de certos grupos sociais e políticos, da posse ou do acesso a fontes de água, superficiais ou subterrâneas, que abastecem estes mercados informais.

A existência de mercados informais de água não é recente nestes municípios nem são estes mercados produtos exclusivos de crises mais gerais de abastecimento público. Nas cidades, práticas informais convivem com práticas formais como polos de um *continuum* e não como

formas sociais completamente distintas (LAGUERRE, 1994). A “crise” de abastecimento sem dúvida permitiu que estes mercados se desenvolvessem e se tornassem dominantes na mediação do acesso à água pelas populações residentes em muitos municípios paraibanos. Mas para parcelas da população cotidianamente excluídas do acesso ao abastecimento público oficial (e formal), em contextos de aumento acelerado de moradores nas sedes urbanas, mesmo em pequenos municípios, mercados informais há muito tempo desempenham papel preponderante na garantia do acesso à água.

É importante reconhecer também que mercados e circuitos informais incorporam também práticas sociais ilegais e mesmo ilícitas (TELLES; HIRATA, 2010, GOLDSTEIN, 2016), o que, no caso da água para consumo humano e domiciliar, é um tema significativo dada a repercussão, positiva ou negativa, que o consumo de água pode ter sobre a saúde das pessoas. A existência de mecanismos informais de coordenação, que remetem a regras e acordos não escritos (WANDERLEY, 2002) em operação nestes mercados de água, desafiam o papel desempenhado pelo Estado e seus agentes na regulação do acesso à água nestes circuitos de comercialização.

Há, ainda, um outro tema que nos parece fundamental: a relação entre o desenvolvimento de mercados informais de água e as lutas sociais pela democratização do acesso à água no Brasil. Com este artigo, buscamos contribuir especialmente com o debate realizado no campo da ecologia política sobre as dinâmicas de comodificação (ou mercantilização) da água, chamando a atenção para as situações em que este processo não decorre da privatização dos serviços públicos, mas da ausência ou falha do Estado na garantia do acesso a água, que abordamos a partir de conceito de cidadania hídrica.

A noção de cidadania hídrica (CASTRO; SILVA; CUNHA, 2017) está mais diretamente associada a conflitos distributivos, ou seja, aqueles relacionados a lutas pela superação de “graves desigualdades sociais em torno do acesso e da utilização dos recursos naturais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2013, p. 18). Acompanha, assim, a politização do tema da água nas últimas décadas, contrapondo-se seja às vertentes tecnicistas do ambientalismo que tornam invisíveis as assimetrias de poder que caracterizam a gestão das águas, seja aos esforços de legitimação do tratamento da água como mercadoria.

Partimos do pressuposto que o problema do acesso à água no semiárido nordestino deve superar o paradigma da escassez ou falta de água, para enfatizar as desigualdades estruturais que historicamente caracterizam o acesso à água na região, com foco principal no abastecimento humano. Essas desigualdades impedem que milhares de pessoas exerçam uma cidadania hídrica plena e são reforçadas pelas dinâmicas de comodificação em curso, que desorganizam as formas comunais de acesso à água em um contexto de intensa urbanização e que permitem também questionar modelos autonomistas ou de base coletiva como alternativas ao Estado na gestão dos sistemas de saneamento.

No semiárido brasileiro, o tema do acesso a água para abastecimento humano muito raramente tem sido pensado nos termos da desigualdade, sendo mais comum o tema da expropriação da água e a eclosão de conflitos em contextos específicos de modernização econômica (RIGOTTO *et al.*, 2016, FERREIRA *et al.*, 2016, PEREIRA; CUELLAR, 2015). Neste contexto, o debate sobre a dinâmica de mercados informais de água abre novas perspectivas de análise.

Evidências empíricas relativas ao funcionamento de mercados informais de água no semiárido paraibano foram recolhidas em dois municípios: Cuité (19 mil habitantes), que tem vivido o colapso total do abastecimento público desde 2015, e Pombal (32 mil habitantes), que enfrentou racionamento no ano de 2017. A partir dessas duas situações empíricas pretendemos delinear alguns dos processos e efeitos das dinâmicas de comodificação da água via desenvolvimento de mercados informais e indicar uma agenda de pesquisa que permita avançar no debate sobre o tema.

1. Ecologia política da água e dinâmicas de comodificação

O debate sobre a produção e distribuição de água potável no mundo continua sendo pautado pelos grandes projetos¹⁶⁶ hídricos. A Organização das Nações Unidas (ONU), no *World Water Development Report*, de 2006, estabeleceu o conceito de governança da água, estruturado a partir da atuação de agências nacionais e internacionais e do

166. Para Sofoulis (2005), esse pequeno grupo centralizado que projeta a infraestrutura de abastecimento, grandes barragens, rede de abastecimento, tratamento de esgoto entre outros, seria um *Big Water*.

setor privado; e no *Millennium Development Goals*, de 2008, propôs a redução do número de pessoas sem acesso à água e a melhoria da qualidade dos serviços até 2015 (LOFTUS, 2009).

As barragens e as transferências de águas entre bacias hidrográficas foram e ainda são as principais estratégias adotadas para enfrentar a crescente demanda de água em regiões agrícolas e centros urbanos em todo o mundo. Contudo, este modelo tem sido motivo de grandes contestações sociais, em todo o planeta, porque degradam o meio ambiente, deslocam populações e criam problemas econômicos e financeiros. A maior parte dos grupos sociais que luta contra esse modelo é formada por camponeses e indígenas que tentam conservar o meio ambiente enquanto suas fontes de sustento (DOMÈNECH; MARCH; SAURÍ, 2013).

Os ecologistas políticos têm problematizado as ações que procuram tornar mais eficiente o uso doméstico da água (as lavadoras de louças e de roupas mais econômicas, por exemplo); os processos de dessalinação; o abastecimento descentralizado e as estratégias de promoção de mudanças nos hábitos de higiene que transformariam as maneiras de se relacionar com a água (BELL, 2015); as campanhas contra as privatizações que emergiram com grande força nas últimas décadas¹⁶⁷ (BAKKER, 2007b); e a coleta de água da chuva e seu respectivo armazenamento em baldes, tambores e cisternas, para diminuir o poder do Estado e das empresas privadas na gestão da água (MEEHAN, 2013).

1.1 Estado e discurso da escassez de água

A definição moderna de água se fundamenta no pressuposto de que água e sociedade são distintas, ou seja, que a água pode ser manipulada sem consequências sociais. A apresentação da água desprovida de conteúdo social inviabiliza as práticas sociais, a ciência hidrológica, a gestão da água e o poder de controle do Estado. Essa contradição fica

167. Os conflitos relativos à neoliberalização da água em territórios indígenas e camponeses na América Latina dão maior clareza sobre os direitos individuais, e a criação de mercados de água (ÁVILA-GARCÍA, 2016). O Chile, por exemplo, é o único país da América do Sul que possui um código que permite a extração de água de superfície e subterrânea sob rígidas regras de mercado, desde o início dos anos de 1980 (CAMACHO, 2012).

mais clara com a poluição da água, a grande disparidade de acesso a serviços de abastecimento entre ricos e pobres, por exemplo, que evidenciam como as alterações no ciclo hidrológico provocam mudanças na sociedade (LINTON, 2013).

Para Swyngedouw (2009), todos os ambientes hidráulicos são construções sociais e os ambientes produzidos, como as barragens, os sistemas de irrigação e as infraestruturas hidráulicas, não possuem nada de natural. Há, deste modo, a necessidade de se teorizar e comprovar empiricamente os processos que produzem as configurações sociais e hidrológicas que geram desigualdades, porque as intervenções na organização do ciclo hidrológico são sempre de caráter político, ou seja, são contestáveis. É o caráter social da gestão e a organização dos recursos hídricos que precisam ser problematizados e esclarecidos.

A escassez de água, por exemplo, é referida como um problema natural causado pelas mudanças climáticas e não como um problema causado pelas relações de poder (ZWARTEVEENAB; BOELENS, 2014), encobrindo as diferentes possibilidades de acesso à água e de sua gestão, e serve para apoiar a implementação de novas formas de gestão orientadas pelo mercado. Em 2001, a Espanha¹⁶⁸ reformulou o Plano Hidrológico Nacional, eliminando a transposição de água no rio Ebro e propôs a construção de plantas dessalinizadoras no mediterrâneo para aumentar a oferta de água, uma solução ilusória para a escassez, uma vez que se baseia na demanda (MEDEAZZA, 2006).

Na América do Sul, residentes do Vale do Huanuni, no altiplano boliviano, vivem uma severa escassez de água¹⁶⁹, diferente da encontrada em Barcelona, que não é natural e nem social. O rio Huanuni flui com água em abundância, porém nas proximidades de Uru Uru e Poopó a água é contaminada pelas operações de mineração na parte superior da

168. Em março de 2008, o sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Barcelona vivenciou uma grande crise. Os reservatórios de água chegaram aos níveis baixíssimos. Neste cenário, foram impostas restrições de uso da água na agricultura e até mesmo nas residências (PARÈS; MARCH; SAURÍ, 2013).

169. Na literatura temos conceitos específicos para tratar do tema: Pagamento por Serviços Ambientais (PES) e a Água Virtual, são indicadores biofísicos que elucidam os fluxos de água envolvidos no processo de produção, mas não desafiam a lógica de mercado, e esconde a produção social da escassez de água e da eficiência da água (BELTRÁN; VELÁZQUEZ, 2015).

bacia hidrográfica. As comunidades localizadas mais abaixo no curso do rio, longe das minas, são as que mais sofrem com a contaminação da água com cádmio, chumbo, mercúrio e outros metais pesados que se acumulam nas profundezas (PERREAUlT, 2014).

1.2 Governança e comodificação da água

A privatização¹⁷⁰ dos serviços de abastecimento está relacionada aos conceitos de governança da água e de governança ambiental que envolvem atores, instituições e mecanismos além do Estado, os quais abriram caminho para a inserção de empresas privadas e Organizações Não Governamentais (ONGs) na oferta de serviços de saneamento. A neoliberalização das estratégias de gestão da água urbana representa novas oportunidades de controle sobre os recursos naturais e afeta direitos básicos, como o acesso à rede de abastecimento e ao saneamento¹⁷¹, visto que a privatização restringe o acesso das pessoas à água (FINEWOOD; HOLIFIELD, 2015).

A relação entre neoliberalismo e meio ambiente se alicerça em dois paradigmas: a modernização ecológica e o ambientalismo de mercado. O primeiro, procura compartilhar objetivos sociais, econômicos e ambientais a partir da tecnologia e do mercado, cabendo ao Estado o papel de implementar novos mercados para que os problemas ambientais sejam resolvidos. O segundo, por sua vez, propõe uma união entre proteção ambiental, crescimento econômico e eficiência, estabelecimento de direitos de propriedade, utilização dos mercados como mecanismos de alocação, parcerias público-privada e internacionalização das externalidades ambientais através do preço (MARCH, 2013, MARCH; SAURÍ, 2013).

A participação privada para modernizar o ciclo da água está ligada às limitações dos governos nacionais em realizarem investimentos. Desde

170. Os defensores da privatização argumentam que a gestão das companhias privadas é melhor e mais eficiente. Os contrários, por seu turno, que os sistemas de abastecimento de água geridos pelo governo são mais efetivos, equitativos e receptivos, têm acesso a formas de financiamento mais baratas (BAKKER, 2011).

171. Na cidade de Nova Deli, o governo local age para sanear as áreas habitadas pela classe média e pelos ricos, e deixa aos pobres o convívio com o lixo e águas residuais (KARPOUZOGLOU; ZIMMER, 2016).

1992, com o “Pacto da Estabilidade”, a União Europeia exigiu que seus membros reduzissem o déficit financeiro da administração pública para 3% do seu PIB, e sua dívida nacional para 60% do seu PIB. Na Espanha, uma reforma constitucional foi realizada em setembro de 2011 para adequar-se ao “Pacto de Estabilidade”. Na prática, as mudanças representaram o desmantelamento, a venda e a reestruturação através de parcerias público-privadas de empresas públicas (MARCH; SAURÍ, 2013).

O processo de privatização da água não envolve necessariamente a desregulamentação, mas sim um processo de re-regulação seletiva. Para aprofundar a questão é necessário uma maior precisão analítica em relação ao termo “re-regulação de recursos”, que normalmente envolve três processos inter-relacionados: a privatização, que implica uma mudança de propriedade ou uma transferência de gestão do setor público para o privado; a comercialização, que envolve mudanças nas práticas de gerenciamento de recursos e a introdução de princípios, métodos e objetivos comerciais; e a comodificação da água, representada pela criação de um bem econômico, mediante a padronização de bens ou serviços, permitindo que sejam vendidos a um preço determinado pelo mercado (BAKKER, 2007a).

Kooy e Bakker (2008) analisam a diferenciação social do acesso à água nas cidades coloniais do hemisfério Sul, a partir do caso de Jacarta. A privatização da gestão da água em Jacarta, em 1998, não é a causa da existência de um padrão de abastecimento socialmente dividido e da não ampliação da rede de abastecimento. A partir do conceito de governabilidade pós-colonial¹⁷², os autores demonstraram como as relações de poder, que permaneceram na estrutura de acesso à água no espaço urbano, mesmo após a independência em 1945, foram responsáveis pelo atual acesso desigual à água.

A exclusão da maioria das residências da rede de abastecimento de água foi articulada no período colonial holandês e mantida no período pós-colonial, a partir de práticas de governança que reforçaram a fragmentação social da cidade. Em cada período, a divisão dos espaços urbanos e de habitantes da cidade atendeu a fins políticos e econômicos

172. Enfatiza a inter-relação entre materialidade, governabilidade, identidade e urbanização, mediante a demonstração de como a evolução dos processos de diferenciação social estavam ligados à diferenciação da infraestrutura de abastecimento de água e dos espaços urbanos (KOONY; BAKKER, 2008).

específicos: reafirmação da soberania holandesa e superioridade racial, com a construção de poços artesianos e, mais tarde, o abastecimento de água em bairros exclusivamente coloniais; e o sucesso da democracia pós-colonial representado na construção de estações de tratamento de água suntuosas, que se ligam aos bairros de elite da cidade (KOOY; BAKKER, 2008).

Martha G. Bell (2015), em estudo semelhante ao de Kooy e Bakker (2008), analisou a administração municipal de água potável de Lima, Peru, do período colonial aos dias atuais, para avaliar como as dinâmicas de poder influenciaram nos padrões sociais e espaciais de acesso e controle da água. O problema de abastecimento de água e a distribuição desigual da infraestrutura de abastecimento em Lima, sempre atribuído pelos gestores públicos à infraestrutura e à gestão, reflete, na verdade, as divisões sociais coloniais, que estiveram diretamente ligadas ao desenvolvimento socioespacial da cidade de Lima.

Para alguns pesquisadores (CAMACHO, 2012; HARRIS; ROA-GARCÍA, 2013; RODRÍGUEZ-DE-FRANCISCO; BUDDS, 2015, ÁVILA-GARCÍA, 2016), a América Latina esteve na vanguarda dos processos de neoliberalização da água. Embora tenha ocorrido uma aceitação rápida da governança neoliberal da água, também houve uma forte resistência política a essas mudanças. Há exemplos de resistência: o boliviano, com a guerra da água, em Cochabamba, no ano de 2000, e a mudança na constituição (HARRIS; ROA-GARCÍA, 2013); a aprovação, em maio de 2010, no congresso colombiano, e referendada pela população, de que a água é direito humano (COLMENARES, 2014).

O debate empreendido no âmbito da ecologia política sobre as dinâmicas de comodificação da água, associadas a ações de privatização dos serviços públicos de saneamento (CASTRO, 2013, 2016) tiveram, sem dúvida, forte impacto na politização do tema da água neste início do Século XXI, dando visibilidade aos efeitos socialmente danosos de se tomar a água como mercadoria. Há, porém, uma outra dimensão: o funcionamento dos mercados informais, associados a fortes tendências de urbanização, que operam principalmente naqueles espaços em que o Estado nunca foi efetivo na oferta de serviços públicos de abastecimento de água, configurando-se, assim, como territórios da desigualdade em que historicamente se nega a cidadania hídrica a parcelas importantes da população mundial.

2. Mercados informais de água: uma aproximação

Os estudos sobre os mercados informais de água passam a ocupar as agendas de pesquisa no anos 1990, com destaque para o trabalho de Shah (1993), que mostra como a produção e a renda agrícolas, na Índia e no Paquistão, foram impulsionadas pela existência de um mercado informal na viabilização do acesso à água. As análises iniciais sobre o tema tinham como foco a agricultura irrigada em países em desenvolvimento (GUIMARÃES, 2001, ABAD, 2007, JAGHDANI; BRÜMMER, 2016, CERQUEIRA, 2019). O pano de fundo das investigações era a defesa da formalização de mercados, ou seja, o avanço no processo de comodificação da água.

O trabalho de Easter, Dinar e Rosegrant (1998) examinou o funcionamento dos mercados de água voltados para a agricultura, formal e informal, a partir de um olhar inspirado na tese de “tragédia dos comuns”¹⁷³ de Hardin (1968). Logo, os mercados informais de água eram estabelecidos, segundo os autores, onde a água era escassa e os usuários podem comprar e vender água porque não há regulação, não existe um sistema de incentivos à cooperação formalizado. Como não poderia deixar de ser, para manter a coerência analítica, é apresentada como solução a atuação estatal para desenvolver mercados formais de água, o que no Brasil conhecemos como outorga, para que os cultivos agrícolas não sofressem um risco de colapso no fornecimento de água.

Nesta literatura, por um lado, quando o Estado não incentiva a comodificação da água, mediante concessões ou outorgas, ocorreria a proliferação dos mercados informais (EASTER; DINAR; ROSEGRANT, 1998). Por outro lado, há também defensores de uma visão alternativa, como Bjornlund (2003), cuja argumentação para avaliar a proliferação dos mercados informais de água se pauta na disponibilidade do recurso. A coexistência dos mercados formal e informal seriam definidas, portanto, pela longevidade no acesso, a saber, o primeiro dá o direito

173. *A tragédia dos comuns*, publicado em 1968, em que Hardin analisa a relação entre crescimento populacional e o uso de recursos naturais. A partir do exemplo do uso de pastagens coletivas, o autor nos mostra como o processo de maximização de benefícios e a redução de custos podem ocasionar o esgotamento de recursos naturais.

de comercialização no longo prazo, o segundo dá o direito de usufruto de um determinado volume e por um período temporal menor (BJORN-LUND, 2004).

A construção da agenda de pesquisa sobre os mercados informais de água nas cidades está relacionada, em grande medida, à problematização da distribuição da água, dos grandes projetos e de propostas de redução do número de pessoas sem acesso à água (LOFTUS, 2009). O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2006, apresentou relatório afirmando que os mercados informais de água não são favoráveis aos pobres e, também, que o acesso à rede de abastecimento implicaria arcar com os custos de ligação e pagamento das taxas, não acessíveis a todos.

A ONU, com a defesa da governança da água, abriu caminho para um processo mais amplo de comodificação da água (FINEWOOD; HOLIFIELD, 2015) como a ampliação da comercialização de água engarrafada e a construção de um nicho de mercado controlado por multinacionais, como a Nestlé (JAFFEE; NEWMAN, 2013). O mercado de água engarrafada, aliás, também possui um braço informal, que vem se expandindo rapidamente em cidades pobres em que a rede abastecimento não atende à totalidade da população (KJELLÉN; MCGRANAHAN, 2006).

A expansão dos mercados informais de água não está diretamente ligada à escassez, como defendem Easter, Dinar e Rosegrant (1998). Existem áreas urbanas com fácil acesso à água bruta, mas sem uma rede de abastecimento de água potável ampla para atender à totalidade dos domicílios (KJELLÉN; MCGRANAHAN, 2006). No Brasil, Belém (PA), São Luís (MA) e Manaus (AM)¹⁷⁴ são cidades serpenteada por grandes rios, riachos e igarapés, e não possuem uma rede de abastecimento extensa o suficiente para atender a totalidade da população.

Duas considerações feitas por Kjellén e Mcgranahan (2006) merecem uma reflexão crítica. A primeira é que se a rede de abastecimento de água potável se expandisse rapidamente, os fornecedores informais de água provavelmente sairiam do negócio. A segunda destaca o papel do

174. Na cidade de Belém são 441.309 pessoas sem acesso à água, 29,7% da população. Em São Luís, 196.777 pessoas não possuem acesso à água, o que corresponde a 18% da população. Manaus possui 183.986 pessoas sem acesso à água, em termos percentuais, 8,6% da população (PAINEL DO SANEAMENTO BRASIL, 2018).

mercado informal de água enquanto fonte de geração de emprego e renda, normalmente mais importante que a da concessionária de abastecimento, porque envolve proprietários de poços, donos de caminhões, motoristas, ajudantes e, em alguns casos, vendedores.

Meehan (2013), ao analisar como a infraestrutura de abastecimento amplia os poderes do Estado e demais agentes que conformam a governança da água no México, demonstra empiricamente que em Tijuana, 1/3 dos 400 domicílios visitados, utilizam três formas de acesso à água: da chuva para irrigação do jardim, descarga dos banheiros e tarefas domésticas; da rede municipal de abastecimento, para tomar banho e lavar louças e roupas; da água engarrafada comprada para beber e cozinhar. Quer dizer que mesmo tendo acesso à rede, outras formas de abastecimento são adotadas.

A primeira e terceira forma de acesso à água apresentadas acima representam uma estratégia das famílias de Tijuana diminuírem a dependência do sistema de abastecimento de água municipal, que é privado. Em 1992, com a Lei da Águas, quando o México reformulou as políticas para a água, incluindo a descentralização da gestão do sistema de água nos níveis federal, estadual e municipal surgiram novas oportunidades para o envolvimento do setor privado. A privatização dos serviços em Tijuana popularizou os barris azuis de 200 litros, muito usados para o armazenamento de água das chuvas ou da água comprada de carros-pipa, usada para limpeza, descargas de banheiros e irrigação de plantas (MEEHAN, 2013).

Em Cochabamba, na Bolívia, existe uma mercado informal de água um pouco distinto dos demais aqui apresentados, com fornecedores sindicalizados que reivindicam o que chamam de justiça distributiva (preços justos e boa qualidade da água) e não sindicalizados, que não adotam a justiça distributiva. Não obstante, os clientes ficam angustiados com o fato de o serviço não ser muito confiável, especialmente os pobres, que têm no mercado informal e nas chuvas as únicas possibilidades de acesso à água (WUTICH; BERESFORD; CARVAJAL, 2016).

As pessoas da Zona Sul de Cochabamba estão excluídas dos serviços municipais de fornecimento de água potável e da rede de esgoto. Fato que “força” os moradores a comprarem água de caminhões-pipa. Os caminhões com capacidade para 10 mil litros são abastecidos com água de poços privados, conduzidos por motoristas, contratos pelos

proprietários dos veículos, acompanhados de ao menos um ajudante. A unidade de medida para a comercialização é o barril de 200 litros, que custava 0,72 dólares em 2010 e chegou ao preço de 1,45 dólares (WUTICH; BERESFORD; CARVAJAL, 2016).

A venda de água, cara e de má qualidade, é provavelmente o maior subsetor da economia informal de Luanda, capital angolana que possuía 7 milhões de habitantes em 2016. A infraestrutura de abastecimento de água foi construída nos anos 1970 para uma população colonial de 500 mil habitantes. A falta de investimentos públicos durante a guerra civil contribuiu para o crescimento do setor informal, única oportunidade econômica para muitos (CAIN, 2018).

O mercado informal continua garantindo o fornecimento de água a 1/3 da população que o Estado não pode atender. A água comprada de caminhões-pipa é armazenada em cisternas no subsolo com capacidade de 5m³ a 15m³ (500 mil a 1,5 milhão de litros). A água é adquirida tanto para consumo próprio como para a revenda aos vizinhos. Além destes, há também, vendedores ambulantes que comercializam água em pequenos recipientes ou em sacos plástico (CAIN, 2018).

Na cidade de Chennai, na Índia, pessoas pobres compram água de mercados informais e gastam muito para ter acesso a esse recurso (VENKATACHALAM, 2015). Outra cidade indiana que possui um grande mercado informal de água é Hyderabad (VIJ; JOHN; BARUA, 2019). Na Índia, 49% dos pobres urbanos gastam uma parte expressiva de seus recursos com o mercado informal de água, porque os serviços públicos não atendem essa parcela da população (VENKATACHALAM, 2015). Além disso, Vij, John e Barua (2019) ressaltam que as reformas neoliberais reduziram a atuação estatal e que os políticos locais e a elite periurbana se aproveitaram da situação e criaram os mercados informais de água que esgotam as águas subterrâneas.

Ainda na Ásia, Katmandu, capital do Nepal (país em que aproximadamente 20% das pessoas não tem acesso à água potável), tem nos poços particulares e nos mercados informais de água (caminhões-pipa, carrinhos de mão e carroças de burro que transportam água) as principais fontes de abastecimento. Contudo, as famílias pobres pagam mais caro pela água que as famílias ricas na mesma condição de falta de acesso à rede de abastecimento (RAINHA; GURUNG; SUWAL, 2020).

O funcionamento de mercados informais de água no Brasil, especialmente para atendimento ao abastecimento humano, ainda é um tema praticamente inexplorado. A universalização precária do acesso à água promovida pelas companhias de abastecimento, públicas ou privatizadas, impele parcela significativa da população para estes mercados informais, cuja existência é antiga. A tendência, porém, e é essa nossa hipótese, é que estes mercados tenham avançado significativamente nos últimos anos, com a intensificação dos processos de urbanização no país. A seguir, analisamos algumas das condições do rápido desenvolvimento de mercados de água no semiárido paraibano como resposta ao colapso do abastecimento público. Colapso que se deve mais à falta de investimentos no setor do que aos efeitos da seca. Estes mercados informais tratam a água como mercadoria, instituindo novos modos de relação social que desafiam a ideia de água como um bem público e um direito humano.

3. Os mercados informais de água no semiárido paraibano

“Produção de tanques de carros-pipa aumenta por causa da seca na PB” anuncia reportagem do portal G1 publicada no dia 28 de agosto de 2015:

A produção de tanques usados em carros-pipa mais que dobrou em uma metalúrgica da cidade de Queimadas no Agreste paraibano, por causa de seca que atinge a região em 2015. Com a crise hídrica, moradores de diversas cidades recebem água apenas por meio de caminhões-pipa e o número de pipeiros se elevou. A metalúrgica do empresário Manoel Donato produz os tanques que são montados em caminhões. Em 2014 a empresa produzia três tanques por semana, mas a demanda aumentou este ano e a produção chega a sete tanques por semana. Depois de pronto, a “pipa” é vendida em vários locais da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia.

Uma leitura atenta da reportagem ajuda a trazer à tona algumas questões. Em primeiro lugar, a existência de uma economia da água no semiárido nordestino, dado que a metalúrgica costumava produzir três tanques para carros-pipa por semana. E também a dinamização desta economia, pois a demanda mais que dobra em 2015. Ainda que a reportagem

diga que essa dinamização ocorra “por causa da seca”, parece-nos mais correto afirmar que ela se deve ao colapso total ou parcial do abastecimento público em dezenas de municípios da região. Dizendo de outra maneira: mesmo em situações “normais”, o acesso à água para uma parcela da população, especialmente residente nas áreas rurais, dá-se através do carro-pipa. Ou seja, num mercado que funciona em paralelo à operação das companhias de abastecimento. Este mercado, porém, experimentou um rápido crescimento quando as companhias de abastecimento falham em garantir a distribuição da água. Outro aspecto que chama a atenção no excerto que destacamos da reportagem do portal G1 é a menção a uma categoria social própria desta economia da água: o pipeiro.

Além da produção de tanques para carros-pipa, um outro setor desta economia da água também apresentou forte crescimento:

O racionamento também tem aumentado a procura por perfurações de poços artesianos em Campina Grande, sobretudo nos últimos meses. A alternativa do abastecimento proveniente de águas subterrâneas é cada vez mais buscada por condomínios, fábricas e propriedades particulares. Conforme Pablo Levi, que é gerente comercial de uma empresa que perfura poços, a média de obras na cidade mais que triplicou este ano. “A procura tem crescido muito, tanto para residências, como para condomínios e empresas. Antigamente nós perfurávamos no máximo uns dois poços por mês, agora são de seis a sete por semana”, disse o gerente. Segundo ele, o custo de uma perfuração é em torno de R\$7.500 (JORNAL DA PARAÍBA, 2015).

A atividade de perfuração de poços no semiárido é antiga, apesar de os solos rochosos, conhecidos como cristalino, não serem favoráveis ao acúmulo de grande quantidade de água subterrânea. Os clientes das empresas especializadas na perfuração, porém, normalmente eram órgãos públicos ou empresas. A dinamização desta atividade em anos mais recentes se deveu, como informa o trecho destacado, à busca de alternativas ao abastecimento público de água, realizada por consumidores residenciais, em virtude dos racionamentos ou suspensões do fornecimento de água pelas companhias públicas da região.

Carros-pipa e poços artesianos são elementos da economia da água do semiárido que têm em comum: o fato de serem considerados alter-

nativas ao colapso do abastecimento público de água; e fazerem a ligação entre o formal e o informal, numa zona fronteiriça sem contornos muito definidos. Como veremos nos exemplos de funcionamento dos mercados informais de água nos municípios de Cuité e Pombal, a oferta de água depende grandemente de carros-pipa e poços.

3.1 Cuité: alternativas de mercado ao colapso do abastecimento público

Em Cuité, município localizado na região imediata de Cuité-Nova Floresta, com população estimada em 19.978 habitantes (IBGE, 2010), o sistema de abastecimento público de água, gerido pela Cagepa, entrou em colapso oficialmente em 2015, mas problemas no serviço já vinham de antes. O principal reservatório do município é o açude Boqueirão do Cais, construído com recursos do Projeto Canaã na bacia do rio Japi, entre 1985-1989 (FISCO, 1986). É do referido açude que a Cagepa retirava água para distribuição através de sua rede com potencial para atender cerca de 95% da população urbana, aproximadamente 4,4 mil ligações ativas (SNIS, 2020).

Em 2015, de acordo com a Agência Executiva de Gestão de Águas do Estado da Paraíba (AESÁ), o nível do açude Boqueirão do Cais era de apenas 0,5% de sua capacidade (AESÁ, 2020). Assim, a Cagepa formalizou a suspensão do serviço de distribuição de água, que perdurava até meados de 2020¹⁷⁵. A “crise” do abastecimento público resultou na dinamização de um mercado informal de água, bastante diversificado, com forte presença na zona urbana. Destacamos duas formas predominantes de mercantilização da água: a venda de água de porta em porta, semelhante àquela realizada pelos antigos aguadeiros¹⁷⁶; e o abastecimento residencial a partir da perfuração de poços artesianos (Figura 1).

175. Encontra-se em construção um novo reservatório público, a Barragem do Retiro, também localizada na bacia do rio Japi, nas proximidades da divisa da Paraíba com o Rio Grande do Norte, com capacidade de armazenamento de 40.500.000,00 m³, aumentando a oferta de água para o sistema público de abastecimento no município de Cuité (AESÁ, 2019).

176. Aguadeiros eram homens que transportavam águas captadas de diversas fontes, entre os séculos XIX e XX com o objetivo de vender para moradores das cidades. Esses homens transportavam essas águas em barris sob a força animal (TORRES, 2007).

Figura 1: Mercado informal de água em Cuité



Fonte: Fotos de Douglas Araújo.

A venda de água de porta em porta é realizada através de veículos equipados com reservatórios e está disseminada por toda cidade. A água é transportada em grandes reservatórios plásticos, envoltos por uma estrutura metálica, instalados nas caçambas de caminhões ou em reboques acoplados a carros ou motos. Enquanto passa pelas ruas, o vendedor anuncia o produto através de vinhetas reproduzidas por alto-falantes, anunciando aos moradores que o carro da água está passando. A comercialização da água ocorre de diferentes maneiras: o morador leva algum recipiente até o tanque plástico e o vendedor aciona uma mangueira para enchê-lo, quando a pessoa compra uma pequena quantidade de água. Caso o cliente se interesse por completar algum recipiente maior em sua residência (tambor ou tanque), o vendedor enche seus baldes e leva até o local indicado.

Há ainda pontos fixos em que a água é comercializada. Estes são utilizados muitas vezes como matrizes de abastecimentos para os veículos que fazem a venda de água de porta em porta, mas também englobam a venda de água à população que reside nas proximidades destes locais de venda distribuídos pela cidade.

A perfuração de poços artesianos foi outra medida adotada para enfrentar o colapso do abastecimento público de água no município. Os poços foram perfurados tanto na zona rural quanto na zona urbana.

Depois de perfurado o poço, instala-se um encanamento que leva a água até a caixa d'água da residência, resolvendo assim o problema da falta de água nas torneiras. Essa prática de furar um poço no perímetro urbano e encanar para a residência foi se tornando cada vez mais comum. Em alguns casos, permitiu o desenvolvimento de uma atividade econômica lucrativa: o proprietário de poços com maior vazão oferecia aos vizinhos a possibilidade de estender a ligação da água para suas residências, cobrando entre R\$ 50 a R\$ 70 reais mensais por uma quantidade limitada de água por dia/semana. A condição mais comum de controlar a quantidade de água ofertada é limitando e transferindo a água retirada do poço para uma caixa d'água suporte, com volume bem definido, transferindo assim para os clientes.

Ainda que a população tenha se mobilizado para suspender a cobrança pelo serviço de distribuição de água pela companhia de abastecimento público, forçada a declarar oficialmente o colapso de sua operação, a constituição de um mercado informal de água contribuiu para o arrefecimento das tensões. A atuação dos agentes do mercado informal foi incorporada como meio legítimo de acesso à água, sendo absorvida sem grande resistência pela sociedade como um todo.

3.2. Pombal: alternativas ao racionamento e à expansão urbana

Em Pombal, município com 32.110 habitantes (IBGE, 2010), localizado na região imediata de Sousa, a Cagepa deu início a um racionamento de água no sistema público de distribuição no dia 4 de fevereiro de 2017 (S1, 2017). O racionamento previa a interrupção no abastecimento das 5h do sábado às 5h da segunda-feira e durou, oficialmente, até o fim de 2017, com duas suspensões: uma em março, devido às chuvas de fevereiro (BARBOSA, 2017) e entre os dias 30 de setembro e 2 de outubro de 2017, por conta da festa do Rosário (MIRANDA; PEREIRA, 2020). O racionamento permitiu o incremento do mercado informal de água na cidade, mas este mercado já estava ativo anteriormente, em virtude de muitos bairros da cidade – em 1980, a taxa de urbanização era de 38,50% e em 2010 passou a 80,20% (IBGE, 2020) – sofrerem com a irregularidade na oferta de água pelo rede pública de abastecimento.

Nos bairros mais novos, como Altiplano¹⁷⁷, Carvalhada, Deputado Janduhy Carneiro, Projeto Mariz, Santo Amaro, Vida Nova, a chegada da água nas torneiras é sempre incerta (MIRANDA; PEREIRA, 2020). As primeiras estruturas de abastecimento de água em Pombal¹⁷⁸ foram construídas em 1966 pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sendo desde então gerenciadas pela Cagepa. O sistema passou por uma reforma em 1986 e desde então não houve outra ampliação significativa de sua capacidade, em que pese a ampliação constante da rede de abastecimento, que, em 2015, registrava 11.397 ligações totais e 9.797 ligações ativas, com um volume de água bruta produzida de 9.021,028 m³ ao dia (FARIAS; LEITE, 2015).

Nas áreas em que o abastecimento público é insuficiente para suprir a demanda da população, duas formas alternativas ao abastecimento são adotadas. A primeira é o armazenamento de água da chuva em cisternas. Alguns moradores do bairro Altiplano possuem cisternas de 10 m³ a 15 m³. A segunda é a compra de água de uma “pipa d’água” (mil litros) ao custo de 30 reais, que é comercializada em camionetas que transportam dois engradados plásticos revestidos por uma estrutura metálica (usados para o transporte de cloro), com capacidade de 1.000 litros cada um. Os possuidores de grandes reservatórios sofrem menos com a irregularidade no fornecimento porque a água da chuva ou a “água da Cagepa” asseguram o abastecimento das cisternas.

Além do mercado informal de água em camionetas, a partir de 2012 houve um expressivo crescimento do mercado de águas engarrafadas (20 litros) acrescidas de sais. As principais são: a Purific (Pombal); Igapó (Sousa); e a Águarica e Pura & Leve do Grupo Terra Santa (Jericó). A Purific foi fundada em 2012 e funciona na Granja Neco Zuza, localizada na zona rural do município de Pombal. A empresa é de propriedade de Francisco Dutra Sobrinho e Yasnaia Pollyana Werton Dutra, que foi

177. Altiplano foi um loteamento criado em 2014, em área correspondente ao bairro Vida Nova, um bairro popular. Como o loteamento não antedeu às exigências legais vigentes, não é reconhecido como bairro, embora os moradores do loteamento Altiplano, um dos mais afetados pela falta de água, identifiquem-se como moradores do bairro Altiplano (MIRANDA; PEREIRA, 2020).

178. Estações de captação e elevação, adutora de água bruta, estação de tratamento de água tratada, reservatório de distribuição, rede de distribuição e ligações prediais (FARIAS; LEITE, 2015).

prefeita entre 2009 e 2016. O Grupo Terra Santa, fundado em setembro de 2017, foi um dos únicos que passou ileso na Operação Poseidon.

Em 2019, o Ministério Público da Paraíba (MPPB), em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a Secretaria Estadual da Receita (SER-PB) e da Segurança e Defesa Social da Paraíba (SDS-PB), desencadeou a Operação Poseidon para fiscalizar fábricas de água adicionadas de sais que atuam em toda a Paraíba. A operação, realizada entre os dias 06 e 08 de 2018, visitou 24 fábricas em 22 municípios do estado, a maior parte deles localizada no semiárido, levando a 17 interdições e a prisão em flagrante de oito pessoas acusadas de adulteração de produto voltado ao consumo humano. Apenas 4 empresas estavam regulares e 4 foram fechadas, entre elas a Igapó (Sousa). Três empresas foram notificadas e receberam recomendação de adotarem medidas para resolução imediata de irregularidades¹⁷⁹, entre elas a Purific, de Pombal.

O mercado de água engarrafada combina elementos formais e informais. Há pontos de venda improvisados instalados nas ruas da cidade, especialmente nas áreas mais afastadas da cidade. É uma atividade que mobiliza grande quantidade de pequenos comerciantes e os preços dos garrafinhas de 20 litros têm caído nos últimos anos. Em alguns lugares, pode custar apenas R\$ 1,00, quando em situações de maior informalidade.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos aproximar o debate em torno da comodificação da água com o desenvolvimento de mercados informais de água no semiárido paraibano. Inspirados pela abordagem da ecologia política, entendemos que a transformação da água em mercadoria, negando-lhe o caráter de bem público, como parte da estratégia global de neoliberalização da gestão das águas, é o principal desafio enfrentado pelos movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à água, entendido como direito humano fundamental.

179. Entre as principais irregularidades identificadas na fiscalização, destacaram-se: equipamentos irregulares que não garantem a qualidade da água comercializada, ausência da adição de sais, problemas de higiene nos ambientes de produção e fabricação de água que não atende aos padrões técnicos previstos na Resolução 182/2017 da ANVISA.

A pouca visibilidade dada ao papel dos mercados informais nos processos de comodificação da água e no reforço de desigualdades distributivas, que impedem a conquista da cidadania hídrica por importantes parcelas da população brasileira, precisa ser enfrentada. A existência de mercados informais de água atesta o fracasso do Estado na ampliação do acesso à água de qualidade, em quantidade adequada e distribuída com regularidade, bem como a defesa da privatização como a solução. O discurso da “crise hídrica global” transforma um problema distributivo numa questão de escassez de água. Esse discurso é particularmente eficaz no semiárido brasileiro, região marcada por estiagens recorrentes.

O funcionamento de mercados informais de água cumpre ainda um outro papel: naturaliza a ideia de que a água é uma mercadoria, desafian-
do outras maneiras de tratar o acesso à água em contextos de crescente urbanização. Práticas mercantis passam a ser naturalizadas, ao mesmo tempo que contribuem para o arrefecimento de conflitos sociais poten-
cialmente explosivos. Um outro aspecto a ser considerado é que nes-
tes mercados operam atores econômicos muito diferenciados, ao mesmo tempo em que se abre espaço para estratégias de monopolização das fontes de água por grupos sociais política e economicamente poderosos.

Ademais, este artigo é um convite para que outros pesquisadores se integrem à investigação dos mercados informais de água no Brasil. Nossas próprias pesquisas ainda se encontram no início e há ainda muitos aspectos da problemática a serem revelados: circuitos de comercialização; padrão de relações entre atores econômicos; a existência de mecanismos informais de regulação e controle social; inovações sociotécnicas adotadas por diferentes agentes; e a demons-
tração da contribuição destes mercados ao reforço de diferentes desigualdades de acesso à água, tanto em contextos urbanos quanto rurais.

Referências

ABAD, Eugenia Patrícia Garcés. Proposta de fixação de preço da água para irrigação na agricultura, utilizando a metodologia da programação matemática positiva. 2007. Tese (Doutorado em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental) – a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

AESA. Obra da barragem retiro segue em ritmo acelerado, na cidade de Cuité. 2019. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/2019/05/29/obra-da-barragem-retiro-segue-em-ritmo-acelerado-na-cidade-de-cuite>>. Acesso em: 29 maio 2020.

AESA. Volume dos açudes. Governo da Paraíba, 2020. Disponível em: <http://www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/monitoramento/volume-acude/?id_acude=2997>. Acesso em: 29 maio 2020.

ÁVILA-GARCÍA, Patricia. Hacia una ecología política del agua en Latinoamérica. *Revista de Estudios Sociales*, n. 55, p. 18-31, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/res/n55/n55a04.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BAKKER, Karen. Neoliberalizing nature? Market environmentalism in water supply in England and Wales. In: HEYNEN, Nik; MCCARTHY, James; PRUDHAM, Scott; ROBBINS, Paul. (Eds.). *Neoliberal environments: false promises and unnatural consequences*. Londres: Routledge, 2007a. p. 101-113.

BAKKER, Karen. The “commons” versus the “commodity”: alter-globalization, anti-privatization and the human right to water in the global South. *Antipode*, v. 39, n. 3, p. 430-455, 2007b. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8330.2007.00534.x>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BAKKER, Karen. Commons versus commodities: political ecologies of water privatization. In: PEET, Richard; ROBBINS, Paul; WATTS, Michael (Eds.). *Global political ecology*. Londres: Routledge, 2011. p. 347-370.

BARBOSA, Josusmar. Chuvas acabam com racionamento de água em 8 cidades do Sertão. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 15 mar. 2017. Vida Urbana. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urubana/chuvas-acabam-com-racionamento-de-agua-em-8-cidades-do-sertao.html>. Acesso em: 3 de jun. 2020.

BELL, Martha Gwenn. Historical political ecology of water: access to municipal drinking water in Colonial Lima, Peru (1578-1700). *The Professional Geographer*, v. 67, n. 4, p. 504-526, 2015.

BELL, Sarah. Renegotiating urban water. *Progress in Planning*, v. 96, p. 1-28, 2015.

BELTRÁN, Maria J.; VELÁZQUEZ, Esther. The political ecology of virtual water in Southern Spain. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 5, p. 1020-1036, 2015. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/abs/10.1111/1468-2427.12302>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

BJORNLUND, Henning. Efficient water market mechanisms to cope with water scarcity. *Water Resources Development*, v. 19, n. 4, p. 553-567, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/0790062032000161364>>. Acesso em: 25 maio 2020.

BJORNLUND, Henning. Formal and informal water markets: Drivers of sustainable rural communities? *Water Resources Research*, v. 40, p. 1-12, 2004. Disponível em: <<https://agupubs.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1029/2003WR002852>>. Acesso em: 25 maio 2020.

CAIN, Allan. Informal water markets and community management in peri-urban Luanda, Angola. *Water International*, v. 43, n. 2, p. 205-216, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02508060.2018.1434958>>. Acesso em: 25 maio 2020.

CAMACHO, Francisco Molina. Competing rationalities in water conflict: mining and the indigenous community in Chiu Chiu, el Loa Province, northern Chile. *Singapore Journal of Tropical Geography*, v. 33, n. 1, p. 93-107, 2012. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9493.2012.00451.x>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CASTRO, Jose Esteban. Water is not (yet) a commodity: commodification and rationalization revisited. *Human Figurations*, v. 2, 1, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0002.103>>. Acesso em: 29 maio 2020.

CASTRO, Jose Esteban. Água e democracia na América Latina. Campina Grande: EDUEPB, 2016.

CASTRO, Jose Esteban; SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira; CUNHA, Luis Henrique. Os desafios da “cidadania” hídrica na América Latina: conflitos, estado e democracia. *Prim@ Facie*, v. 16, n. 32, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2017v16n32.34247>>. Acesso em: 29 maio 2020.

CERQUEIRA, Gustavo Aouar. **Instrumentos econômicos na gestão de recursos hídricos: análise e contribuições sobre mercados de água e cobrança pelo uso de recursos hídricos.** 2019. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental e Recursos Naturais) – Universidade de Brasília.

COLMENARES, Rafael. Las lecciones del referendo por el derecho humano al agua en Colombia. *WATERLAT-GOBACIT*, v. 1, n. 2. p. 65-83, 2014. Disponível em: <<http://waterlat.org/WPapers/WPSATCUASPENo2.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

DOMÈNECH, Laia; MARCH, Hug; SAURÍ, David. Contesting large-scale water supply projects at both ends of the pipe in Kathmandu and Melamchi Valleys, Nepal. *Geoforum*, 47, p. 22-31, 2013.

EASTER, K. William; DINAR, Ariel; ROSEGRANT, Mark. The performance of water markets: transaction costs, interjurisdictional barriers and institutional options. In: JUST, Richard E.; NETANYAHU, Sinaia. *Conflict and cooperation on trans-boundary water resources*. New York: Springer Science, 1998. p. 299-313.

FARIAS, Camilo Allyson Simões; LEITE, José Cleidimário Araújo (Coords.). Diagnóstico dos serviços de saneamento básico e seus impactos: abastecimento de água. Relatório. Pombal: Prefeitura Municipal, 2015. Tomo II.

FERREIRA, Marcelo José Monteiro; VIANA JÚNIOR, Mário Martins; PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; RIGOTTO, Raquel Maria; GADELHA, Diego. Gestão e uso dos recursos hídricos e a expansão do agronegócio: água para quê e para quem? *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 3, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015213.21012015>>. Acesso em: 29 maio 2020.

FINEWOOD, Michael; HOLIFIELD, Ryan. Critical approaches to urban water governance: from critique to justice, democracy, and transdisciplinary collaboration. *Wires Water*, v. 2, n. 2, p. 85-96, 2015.

FISCO. O social como prioridade. *Revista Fisco*, v. 17, n. 135, mar. 1986. Disponível em: <https://issuu.com/revistafisco/docs/ano_17_n_137>. Acesso em: 29 maio 2020.

G1. Paraíba tem 40 cidades em colapso total por causa da seca, diz Cagepa. Portal G1, 6 fev. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/02/paraiba-tem-40-cidades-em-colapso-total-por-causa-da-seca-diz-cagepa.html>>. Acesso em: 3 jun. de 2020.

G1. Produção de tanques de carros-pipa aumenta por causa da seca na PB. Portal G1, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/08/producao-de-tanques-de-carros-pipa-aumenta-por-causa-da-seca-na-pb.html>>. Acesso em: 8 de jun. de 2020.

GERMANO, Epitácio. Paraíba tem 28 municípios em situação de colapso por escassez de água. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 25 nov. 2017. Vida Urbana. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbandaparaiba-tem-28-municipios-em-situacao-de-colapso-por-escassez-de-agua.html>. Acesso em: 3 de jun. 2020.

GOLDSTEIN, Daniel M. *Owners of the sidewalk: security and survival in the informal city*. London: Duke University Press, 2016.

GUIMARÃES, Marcelo F. Mercados de água e agricultura. *Revista de Política Agrícola*, n. 4, p. 3-6, 2001. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/644/596>>. Acesso em: 25 maio 2020.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science Magazine*, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HARRIS, Leila M.; ROA-GARCÍA, María Cecilia. Recent waves of water governance: Constitutional reform and resistance to neoliberalization in Latin America (1990-2012). *Geoforum*, v. 50, p. 20-30, 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718513001668>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 maio 2020.

IBGE. *Censo demográfico*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

JAFFEE, Daniel; NEWMAN, Soren. A Bottle Half Empty: Bottled Water, Commodification, and Contestation. *Organization & Environment*, v. 26, n. 3, p. 318-335, 2013. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1086026612462378>>. Acesso em: 13 maio 2020.

JAGHDANI, Tinoush Jamali; BRÜMMER, Bernhard. Determinants of willingness to pay for groundwater: insights from informal water markets in Rafsanjan, Iran. *Water Resources Development*, v. 32, n. 6, p. 944-960, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/07900627.2015.1133405>>. Acesso em: 25 maio 2020.

JORNAL DA PARAÍBA. Aumenta a perfuração de poços artesianos em Campina Grande. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 31 out. 2015. Vida Urbana. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urband/aumenta-a-perfuracao-de-pocos-artesianos-em-campina-grande.html>. Acesso: em 8 de jun. 2020.

KARPOUZOGLOU, Timos; ZIMMER, Ana. Ways of knowing the wastewaterscape: urban political ecology and the politics of wastewater in Delhi, India. *Habitational International*, v. 54, p. 150-160, 2016.

KJELLÉN, Marianne; MCGRANAHAN, Gordon. *Informal water vendors and the urban poor*. London: IIED, 2006.

KOY, Michelle; BAKKER, Karen. Splintered networks: the colonial and contemporary waters of Jakarta. *Geoforum*, v. 39, n. 6, p. 1843-1858, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718508001061>>. Acesso em: 13 jul. 2017

LAGUERE, Michel S. *The informal city*. New York: Palgrave Macmillan, 1994.

LINTON, Jamie. Modern water and its discontents: a history of hydrosocial renewal. *Wires Water*, v. 1, n. 1, 2013.

LOFTUS, Alex. Rethinking political ecologies of water. *Third World Quarterly*, v. 30, n. 5, p. 953-968, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/01436590902959198>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MARCH, Hug. Neoliberalismo y medio ambiente: una aproximación desde la geografía crítica. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 59, n. 1, p. 137-153, 2013.

MARCH, Hug; SAURÍ, David. The unintended consequences of ecological modernization. Debt-induced reconfiguration of the water cycle in Barcelona. *Environment and Planning A*, v. 45, n. 9, p. 2064-2083, 2013.

MEDEAZZA, Gregor Meerganz. Flujos de agua, flujos de poder. La aportación de Erik Swyngedouw al debate sobre los recursos hídricos en Latinoamérica y en el Estado español. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, n. 47, p. 129-139, 2006.

MEEHAN, Katie M. Tool-power: water infrastructure as wellsprings of state power. *Geoforum*, Amsterdam, v. 57, p. 215-224, 2013. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016718513001747>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MIRANDA, Roberto de Sousa; PEREIRA, Maria Caroline de Medeiros. Acesso e consumo de água na cidade de Pombal: relações de poder e conflitos distributivos. *Relatório*. Campina Grande: UFCG, 2020.

MPPB. ‘Operação Poseidon’ fecha 17 fábricas de água adicionada de sais e prende 8 pessoas, na PB. Disponível em: <<http://www.mppb.mp.br/index.php/29-noticias/consumidor/20507-operacao-poseidon-fecha-17-fabricas-de-agua-adicionada-de-sais-e-prende-8-pessoas-na-pb>>. Acesso em 13 maio 2020.

PAINEL DO SANEAMENTO BRASIL. Acesso à água. Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br>>. Acesso em: 25 maio 2020.

PARÈS, Marc; MARCH, Hug; SAURÍ, David. Atlantic gardens in Mediterranean climates: understanding the production of suburban natures in Barcelona. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 1, p. 328-347, 2013.

PEREIRA, Guilherme Reis; CUELLAR, Miguel Dragomir Zanic. Conflitos pela água em tempos de seca no Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 84, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000200008>>. Acesso em: 29 maio 2020.

PERREAUULT, Tom. What kind of governance for what kind of equity? Towards a theorization of justice in water governance. *Water International*, v. 39, n. 2, p. 233-245, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/02508060.2014.886843>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2006**. Nova Iorque, PNUD, 2006.

RAINAS, Aditi; GURUNG, Yogendra; SUWAL, Bhim. Equity impacts of informal private water markets: case of Kathmandu Valley. *Water Policy*, v. 22, n. S1, p. 189-204, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.2166/wp.2018.138>>. Acesso em: 25 maio 2020.

RIGOTTO, Raquel Maria; FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; MAIA, Renata; GADELHA, Diego; PONTES, Andrezza; TEIXEIRA, Mariana; COSTA, Danielli; ROCHA, Mayara; FERREIRA, Marcelo; MONTEZUMA, Talita. Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e no Rio Grande do Norte: ‘porque a água chega e a gente tem que sair?’ . *Pegada*, v. 17, n. 2 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.33026/peg.v17i2.4684>>. Acesso em: 29 maio 2020.

RODRÍGUEZ-DE-FRANCISCO, J. C.; BUDDS, J. Payments for environmental services and control over conservation of natural resources: the role of public and private sectors in the conservation of the Nima watershed, Colombia. *Ecological Economics*, v. 117, p. 295-302, 2015.

S1. Pombal, São Bento e mais seis cidades do Sertão entram em plano de racionamento a partir de sábado. Portal S1, 31 jan. 2017, Política. Disponível em: <<http://portals1.com.br/pombal-sao-bento-e-mais-seis-cidades-do-sertao-entram-em-plano-de-racionamento-de-agua-a-partir-de-sabado/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

SHAH, Tushaar. *Groundwater markets and irrigation development: political economy and practical policy*. Bombay: Oxford University Press, 1993.

SNIS. Aplicativo série histórica. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Regional, 2020. Disponível em: <<http://app4.mdr.gov.br/serieHistorica>>. Acesso em: 29 maio 2020.

SOFOULIS, Zoë. Big Water, everyday water: a sociotechnical perspective. *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, v. 19, n. 4, p. 445-463, 2005.

SWYNGEDOUW, Erik. The political economy and political ecology of the hydro-social cycle. *Journal of Contemporary Water Research & Education*, v. 142, n. 1, p. 56-60, 2009.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>>. Acesso em: 25 maio 2020.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves. *Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba.

VENKATACHALAM, L. Informal water markets and willingness to pay for water: a case study of the urban poor in Chennai City, India. *Water Resources Development*, v. 31, n. 1, p. 134-145, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/07900627.2014.920680>>. Acesso em: 25 maio 2020.

VIJ, Sumit; JOHN, Anshika; BARUA, Anamika. Whose water? Whose profits? The role of informal water markets in groundwater depletion in peri-urban Hyderabad. *Water Policy*, v. 21, n. 5, p. 1081-1095, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.2166/wp.2019.129>>. Acesso em: 25 maio 2020.

WANDERLEY, Fernanda. Avanços e desafios da nova sociologia econômica: notas sobre os estudos sociológicos do mercado. *Sociedade e Estado*, v. 17, n. 1, p. 15-38, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922002000100003>>. Acesso em: 25 maio 2020.

WUTICH, Amber; BERESFORD, Melissa; CARVAJAL, Cinthia. Can informal water vendors deliver on the promise of a human right to water? Results from Cochabamba, Bolivia. *World Development*, v. 79, p. 14-24, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.10.043>>. Acesso em: 25 maio 2020.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-31.

ZWARTEVEENAB, Margreet; BOELENS Rutgerd. Defining, researching and struggling for water justice: some conceptual building blocks for research and action. *Water International*, v. 39, n. 2, p. 143-158, 2014. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02508060.2014.891168>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

OS SABERES DA PESCA E A COSMOGRAFIA TEMBÉ: ENTRE LÓGICAS DE COOPERAÇÃO E DOMINAÇÃO NA DEFESA DO RIO GUAMÁ

*José Rondinelle Lima Coelho
Vanderlúcia da Silva Ponte*

Introdução

A relação entre os homens e o mundo das águas é milenar. No universo amazônico de uma forma geral e no universo indígena em particular essa relação é de interdependência, isso significa dizer que, tanto os povos amazônicos agem sobre os rios, furos e igarapés como estes agem sobre os indivíduos. Na cosmologia Tembé, universo de que trataremos neste capítulo, os rios e seus afluentes são lugares territorializados, cujas marcas refletem como esse povo concebe os seres humanos e não-humanos. Lugar de vida, de relação, de temor e das *Karuwaras*, os rios agem sobre os indivíduos produzindo-lhes doenças e outros males. Ao mesmo tempo, os rios e seus fluxos de enchentes e vazantes interagem com uma série de elementos naturais e sobrenaturais, em que o homem, a sobrenatureza (CASTRO, 2018) e os ciclos ecológicos constroem processos de interação, cooperação e dinamismo constante.

Este artigo visa a refletir sobre a importância dos rios para o povo Tembé, da Terra Indígena Alto rio Guamá. Procuramos abordar sobre os processos pelos quais um conjunto de dispositivos sociocósmicos e políticos motivaram (e motivam) os Tembé a articularem estratégias que ultrapassam o universo da aldeia. O primeiro ponto de nossa reflexão

debruça-se sobre a dimensão do território. Pensamos que o território Tembé não se constitui em espaço hermeticamente fechado, contido em si, dentro dos limites do que veio a se denominar de Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG).

Utilizaremos a categoria cosmografia (LITTLE, 2004) para demonstrar essas relações e os processos que possibilitam entender as dimensões simbólicas e cosmológicas que constroem os Tembé e seus saberes sobre o rio. Com isso, esperamos bem precisar como essas fronteiras territoriais são porosas e fluidas. Por outro lado, buscamos entender como a cosmografia Tembé é acionada nas lutas em defesa da TIARG e do rio Guamá. Nesse aspecto, esperamos precisar as estratégias que esse povo vem utilizando para salvaguardar o rio e suas diversas formas de vida e seres, mediante os impactos sofridos e que vêm sofrendo devido à lógica de dominação decorrente do sistema capitalista.

Por meio de dois estudos realizados no âmbito de duas teses de doutorado, os dois autores, com enfoques diferentes, debruçaram-se sobre as dinâmicas do povo Tembé nos processos que os impulsionaram às diferentes estratégias para defender sua existência como povo etnicamente diferenciado e o que eles denominaram de “cultura”. No entanto, nos últimos anos, ambos os autores têm acompanhado as investidas do povo Tembé sobre o rio Guamá, o que veio coincidir com a execução do projeto “Desafios sociopolíticos da gestão da água e governança territorial”, por meio do qual nos engajamos nessas pesquisas. As metodologias basearam-se nos enfoques etnográfico e entrevistas abertas. Ambos os autores já têm longa convivência com esse povo, convivência que ultrapassa mais de dez anos entre idas e vindas constantes nas aldeias, principalmente nas aldeias do rio Guamá, o que facilitou o diálogo e obtenção dos dados.

Os Tembé, povo Tupi que vive à margem dos rios Guamá e Gurupi, têm suas aldeias na margem direita do rio Guamá e na margem esquerda do rio Gurupi, nas fronteiras entre os estados do Pará e do Maranhão. A TIARG, juridicamente homologada na década de 90, interage com o mais importante ecossistema dessa região, o mosaico Gurupi. Esse mosaico é constituído pela Terra Indígena do Alto Turiaçu, Awá-Guajá, Caru, Pindaré, Arariboia e uma Unidade Conservação (Reserva Biológica do Gurupi).

Este estudo, no entanto, se deterá sobre os Tembé que vivem nas margens do rio Guamá, que se distribuem em 14 aldeias, conforme identificam os Tembé: *Ypid'hô, Ytwuaçú, Sede, Jacaré, São Pedro, Frasqueira, Ita Putyr, Tawari, Zawaruhu* (Onça), Santana, *Ytahú, Pirá, Pinawá e Yarapé*.

Os Tembé que vivem em suas aldeias na margem direita do rio Guamá já estiveram na margem esquerda deste rio. Foi por meio de deslocamento forçado, devido a orientações da política de gestão do território pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que eles saíram da margem esquerda do rio e atravessaram para a sua margem direita. Esse deslocamento ocorreu em decorrência das demandas de ocupação desse trecho da Amazônia, na década de 1940, período em que o intendente Magalhães Barata destinou aproximadamente 279 mil hectares de terra para os índios *Tembé, Timbira, Ka'apor e Awá-Guajá*, apesar desses três últimos não possuírem aldeias na região do rio Guamá.

Um estudo de Sales (1999) sobre os Tembé da região Guajarina demonstra as intenções do governo desse período para com o deslocamento dos Tembé para a margem direita do rio. Para a autora é claramente perceptível o interesse econômico que tinha aquela região para os planos dos governos do Pará e do Maranhão de operacionalização de um corredor comercial entre o Gurupi e o Guamá ou entre Gurupi e o Tocantins, a partir de 1920. A presença dos *Tembé*, dos *Timbira*, dos *Amanayé* e dos *Ka'apor* constituía-se, evidentemente, como grande obstáculo aos planos de construção de uma estrada que facilitasse o escoamento dos produtos extrativistas das referidas regiões. Por essa razão, o governo do Pará incumbiu uma comissão liderada por Hurley para verificar as incursões das “tribus” no alto Irituia, alto Guamá e alto Gurupi.

De acordo, com Costa (2012a), no segundo quartel do século XIX, a demanda pelo látex, matéria-prima que existia em abundância na Amazônia, ascendeu rapidamente devido ao desenvolvimento da indústria ciclística e automobilística na Europa e nos Estados Unidos. A produção dessa matéria-prima cresceu na Amazônia, por mais de meio século, *pari passu* com a elevação de seus preços.

Por conta da expansão da produção de látex e do crescimento populacional, a região do nordeste paraense sofre um significativo cres-

cimento, principalmente por conta da construção da ferrovia Belém-Bragança, que serviu de suporte para a colonização de vastas áreas até então inexploradas e para a melhoria do fluxo de produtos agrícolas necessários ao abastecimento de Belém. Condicionada pela necessidade de assentamento da nova população, foi observada também a retração pelo órgão indigenista da circulação dos Tembé do Guamá por essa região. Foi precisamente nesse período que o nordeste-parauense transformou-se na primeira fronteira agrícola na Amazônia.

Para Costa (2012a), o impacto da crise da borracha sobre a atividade extrativista, na primeira metade dos anos 1920, foi bem mais significativo sobre a indústria, que cresceu em importância relativa na economia regional. Mas o setor que aparece, então, como único a crescer em termos absolutos foi o da agropecuária. O que se percebe, portanto, é uma radical alteração na composição da estrutura produtiva na região, com destaque para a intensificação da produção agrícola e animal. Censos agropecuários, realizados entre 1920 e 1940, analisados pelo autor, registraram um crescimento importante do número total de estabelecimentos agropecuários com menos de 100 hectares, que passou de 19.752 para 50.188, apontando, claramente, para uma expressiva consolidação da formação dos camponeses no estado do Pará.

É, justamente, a pressão agropecuária sobre as aldeias Tembé do Guamá e seus consequentes impactos, não somente em termos de deslocamento, mas na reconfiguração fundiária dessa região, com aumento populacional advindo do surgimento e ampliação de cidades como Ourém, Capitão Poço, Santa Luzia, Cachoeira do Piriá e Irituia, e o consequente desmatamento da região, que os Tembé perceberão seus efeitos mais marcantes na reprodução dos peixes e nas suas relações com o rio Guamá, o que terá forte ameaça no modo de vida e na forma como concebem sua cosmografia (LITTLE, 2004).

1. Os “donos do rio”: estratégias de cooperação e predação entre humanos e não-humanos

Entre os Tembé, a atividade de pesca é bastante relevante para o complemento do alimento, mas não é a principal atividade de sustento, pode-se considerar que, atualmente, a atividade de caça e empregos ligados ao estado, comércio do açaí e da farinha estão à frente da pesca. No entanto,

esta atividade faz parte das práticas culturais que os indivíduos Tembé precisam aprender. Assim é necessário reconhecer que para o repasse das habilidades e modalidades referentes à pesca há uma gama de saberes que remetem à experiência adquirida durante toda a vida daquele que ensina e que exige dedicação daquele que aprende.

Ir ao rio para pescar é um momento importante da vida dos Tembé. Na maioria das vezes, os Tembé, ainda crianças, pescam em lagos e igarapés, além de no rio. Mas por volta dos onze ou treze anos de idade a habilidade de pesca de um indivíduo *Tenetehar* já lhe permite conseguir alimento suficiente no rio para ajudar sua família. É nesse período da vida que as crianças Tembé aprendem a pilotar canoa e possuem idade suficiente para adquirir os ensinamentos de seus parentes.

No entanto, ir ao rio não é uma ação que por si só representa apenas a pesca, visto que, tanto no fundo das águas quanto em outros espaços¹⁸⁰, existem subjetividades ontológicas que possuem agenciamentos que lhes permitem interagir com os indivíduos Tembé. Por esse motivo, o cuidado com aqueles que vão ao rio é constante. Dessa maneira, a prática da pesca necessita de conhecimento dos segredos da água, situação que motiva os Tembé a realizarem a gestão do rio Guamá, de forma que consigam dar conta da dinâmica do rio, que para os Tembé, ultrapassa questões de âmbito exclusivamente ambiental, mas alcança dimensões simbólicas.

Em tenra idade, as crianças aprendem a remar e pilotar a canoa. A aprendizagem se dá de maneira natural, ou seja, no cotidiano do grupo. O rio, então, é a “escola” onde as lições se dão. Na maioria das vezes, por volta dos sete anos de idade, as crianças veem seus pais realizando essas atividades e as praticam nos portos, enquanto suas mães lavam roupas ou realizam outras atividades. No geral, essa é a maneira mais comum na aldeia de se ensinar para a maioria das crianças essas habi-

180. Esta categoria se refere a como a cosmografia Tembé propõe uma organização de mundo, ou seja, os Tembé pensam o mundo de uma forma a ser dividida em três níveis, que são eles: o nível do céu mais alto, que é o lugar de Maíra pai e Maíra filho; o nível das estrelas, da lua, do sol e local onde ficam espíritos que não alcançam a habitação de Maíra e o nível terreno, onde os humanos ficam nas aldeias e roças, este se constitui como espaço, mas neste último nível ainda existe o espaço do mato, que é controlado pelos donos do mato (Curupira e Matim), plantas e animais e por fim o espaço da água, controlado pela Mãe D’água e demais seres aquáticos. (COELHO, 2014)

lidades praticadas pelos adultos, sem que haja uma obrigatoriedade da parte da criança de praticar todos os dias. O tempo se responsabiliza desses ensinamentos. Dessa forma, a grande maioria das crianças acima de doze anos são capazes de pilotar uma canoa e já entendem que o espaço do rio é um lugar que, apesar de perigoso, se faz necessário para adquirir as práticas e os modos de viver do indivíduo Tembé.

Assim, as crianças aprendem desde cedo com os adultos os métodos da pesca, desenvolvendo habilidades nessa prática. As atividades de pesca apresentam métodos ligados a determinadas estações do ano, seja no período chuvoso, inverno, de janeiro a maio, ou no verão, de junho a dezembro (SALES, 1999). Apesar de tentarem seguir este regime, os Tembé relatam a dificuldade de pescar, devido os invernos e verões não poderem ser mais “analisados da maneira que era a vinte anos atrás, antes a gente sabia que ia chover muito, ia chover pouco, agora não” (Pelé Tembé em entrevista outubro de 2013), o que resulta em conclusões incertas no que diz respeito ao nível das águas do rio.

Diante disso, os métodos de pesca entre os Tembé são diversificados, pois estes necessitam buscar formas para a garantia do peixe que já não é mais abundante no rio. Além disso, a retirada da mata ciliar resulta no afastamento das espécies que não possuem tanta fartura de alimento, considerando que os peixes se alimentam, também, do que é oferecido pela floresta com suas espécies frutíferas. Assim, faremos uma breve alusão aos métodos praticados nas aldeias.

1.1 Tarrafa

Uma das modalidades mais praticadas entre os Tembé e que requer grande conhecimento sobre o rio advém do uso da tarrafa. Por isso, é comum toda família possuir uma tarrafa. Essa consiste em uma rede com tamanho variado, em que se tem um fio amarrado à ponta para ficar presa ao braço e/ou canoa do pescador. Esse instrumento possui um formato afunilado. Seu uso é mais praticado no período em que o rio está baixo, apesar de vermos os Tembé pescando com tarrafa em época de cheia.

Devido à escassez de peixe, essa também é considerada uma forma predatória, por isso inadequada para pesca, pois acaba trazendo peixes grandes e pequenos (SALES, 1999). Apesar da condição, ainda hoje,

os Tembé ao perceberem o tamanho do peixe os devolvem de volta ao rio, se considerado pequeno, evitando, com isso, uma situação de agressão e, ao mesmo tempo, mantendo certa harmonia e cooperação nas relações de conflito entre os donos do rio (espaço dos encantados, não-humanos) e os humanos.

Nesse sentido, entende-se o porquê de a tarrafa, geralmente, não poder ser emprestada para qualquer pessoa, além do cuidado para que essa não a rasgue. O perigo desse instrumento ficar *panema*¹⁸¹ é uma constante. Os cuidados com os instrumentos de pesca são tomados de maneira semelhante aos instrumentos de caça.

Para que essa modalidade de pesca seja realizada, no geral, os peixes são “iscados”¹⁸² com pontos de farinha e/ou mandioca, e assim as iscas atraem o peixe para que o pescador possa lançar sua rede. Assim, “o bom tarrafeador é aquele que consegue jogar sua rede mais aberta possível” (Zé Preto, entrevista em julho de 2012). A pesca é realizada com, no máximo, duas pessoas, um dos indivíduos pilota a canoa e o outro se equilibra na proa para jogar a rede no ponto já iscado. A confiança e equilíbrio devem ser totais por parte do tarrafeador, esse deve dominar a técnica ao lançar e não se desequilibrar. Além de ser praticada dessa forma, esses também jogam tarrafa nas margens do rio. No entanto, no inverno tem-se a possibilidade de fazer tapagens nas áreas de várzea.

1.2 Tapagens

As tapagens, geralmente, são preparadas no período de cheia do rio, momento em que as águas inundam as várzeas e os igarapés. Os Tembé escolhem um local apropriado na várzea ou na entrada de igarapés. Preparam a retirada de varas e palhas ou folhas de bananeira para

181. A palavra panema está ligada azar, se me permito especular no campo da gramática vem da palavra “ipà nem” Tenetehar, como exemplo: i-po-nem, i-pà-nem; panem(a), 3-mão-estragado. (BOUDIN, 1978). Quesler Carmargos, lingüista, explicou como o seguinte exemplo, que é muito comum ouvir entre os Tenetehar Guajajara: “ipà nemawaa’è”. Traduzindo para português ficará da seguinte forma “O homem sem sorte”, e pode ser pensado popularmente como o homem que tem mão estragada.

182. Lugares no rio eleitos conhecido pelos indígenas com maior ocorrência de cardumes.

construírem a tapagem. Assim, utilizando este tipo de material, evitam, inclusive, que matérias inorgânicas sejam lançadas no rio nas enxurradas, quando tais tapagens são destruídas.

Após pronta, a tapagem é colocada na entrada do igarapé ou nas várzeas, os Tembé preparam o *matapi*¹⁸³. Essa armadilha possui um formato de cilindro em que uma das extremidades vai se fechando para que, ao entrar, o peixe fique preso, pois não consegue voltar. Se feita na entrada de igarapé, esta geralmente fecha toda a entrada para que o peixe apenas tenha o *matapi* como opção para tentar ir para o rio, ou sair do mesmo e ir para os igarapés. Essa é uma atividade que, na maioria das vezes, obtém sucesso, posto que os peixes buscam o interior dos igarapés devido à abundância de frutas que caem de árvores próximas e assim possam se alimentar.

É muito comum, ao andar próximo das aldeias, encontrarmos as tapagens para a pesca, que, geralmente, são preparadas pelos jovens. As atividades de pesca são praticadas por homens, mas é comum ver mulheres pescando nesse tipo de atividade. As tapagens são constantemente consertadas devido à força da água, das enxurradas, de que falamos acima. Assim, durante a manhã, tanto crianças, quanto mulheres são incumbidas de verificar se as tapagens possuem peixe.

Figuras 1 e 2: Barragem preparada na entrada do igarapé (à esquerda). Matapís utilizados para captura dos peixes na tapagem.



Foto: acervo pessoal de José Rondinelle Coelho.

183. Armadilha feita artesanalmente com talas de guarimã, com um formato de um cilindro e o fundo semelhante a um funil, por onde os peixes entram e ficam presos.

Essa pesca é praticada por todos os indivíduos Tembé neste trecho do rio Guamá. Os peixes mais comuns a serem capturados são a traíra, o jeju, o cará, o pacu e o piau. Outras espécies são também capturadas, mas, no geral, as destacadas neste parágrafo são mais comuns, considerando a modalidade em questão. A pesca com tarrafa é diferente da pesca de arrasto, que é praticada no leito do rio.

1.3 Arrasto

Uma das formas de pesca da qual tivemos a oportunidade de participar foi a pesca de arrasto. Nessa modalidade, uma canoa é colocada no leito do rio – na posição horizontal, considerando que o rio corre na vertical – e linhas com anzóis são lançadas no leito do rio. Vale ressaltar que os períodos de lua cheia são o momento ideal para esta prática. Some-se a esses conhecimentos, situações em que o pescador fisga um peixe grande, o qual exige força e habilidade de quem o está puxando para dentro da canoa. Sobre essas situações, aduz Pelé Tembé

“É nossa ciência, porque, olhe, se tiver um peixe, o peixe pode tá brabo na linha e você pegou o tabaco, molhou aqui, ou cuspiu, que os antigo fazia era cuspir mesmo, com pouco minutos ele tava, tava não ele tá cansado, ai você arrasta ele pode ser o tamanho que for. Pode passar o tabaco na linha que é fatal. É, ele buia, ele cansa logo, aí você arrasta ele. No arco é a mesma coisa, no arco quando o papai pescava, matava muito peixe de flecha, muito, ai quando flechava um peixe grande, o peixe sumia, passava logo o tabaco na corda do arco, olhava o peixe buiava acolá, ele sumia mas buiva logo, não agüentava tava cansado.” (entrevista, outubro de 2013)

Percebe-se que a pesca representa também uma intersubjetivação de seres humanos e não-humanos, que considera possibilidades de reflexividades no discurso dos indivíduos Tembé, levando em conta que suas habilidades de pesca são também relacionais. Portanto, a pesca é uma atividade que envolve tanto a necessidade de gestão, quanto a necessidade de se conhecer práticas que podem ser entendidas como xamânicas.

Em uma ocasião, José Rondinelle Lima Coelho teve a oportunidade de ir a uma empreitada de pesca de arrasto. Nessa oportunidade, pôde ouvir

a orientação de Ednelson Tembé, que, em suma, disse que quando vemos o peixe com o anzol na boca não devemos puxar (dissemos vemos, devido o peixe vir bem próximo a canoa, já quase na superfície da água), apesar de que um tempo depois este irá morder a isca e ser “ferrado”, momento em que o mesmo será trazido para dentro da canoa. Assim, na modalidade de pesca de arrasto se faz necessário conhecer os períodos ideais para que se possa capturar essa espécie, que é considerada grande pelos indigenas, ou seja, para cada espécie existe uma modalidade mais adequada. Pode-se pensar, por exemplo, que na modalidade da cabacinha as espécies capturadas são menores que na pesca de arrasto.

1.4. Cabacinha

Sobre a modalidade da cabacinha, tem-se o preparo da cabaça, geralmente pequenas e iscadas com mandioca, ou são iscadas com a polpa que é retirada de dentro destas cabaças e, em alguns casos, até minhocas servem como isca. Esses instrumentos são utilizados geralmente para a captura do pacu. Na referida modalidade dessa pesca, os Tembé são extremamente habilidosos, pois precisam ficar atentos ao momento em que o peixe é fiscgado.

Para essa pesca é necessário apenas uma pessoa. No entanto, já se presenciou até quatro pessoas pescando juntas. A pesca pode ser realizada em qualquer época do ano, mas, assim como nas demais modalidades, esta é preferivelmente realizada no verão.

O pescador prepara a cabacinha com um fio de aproximadamente trinta centímetros, seja nylon, seja barbante. Prende o mesmo a uma extremidade da cabacinha; a parte que flutua fica para cima, a fim de que ao ser fiscgado essa possa fazer um movimento brusco. E, dessa forma, possa facilitar que o pescador a veja. O peixe a puxa, mas, por conta de sua característica flutuante, esse não consegue ficar por muito tempo segurando-a embaixo da água, assim acaba emergindo e permitindo que o pescador vá até o seu encontro para capturá-lo.

Geralmente, essa modalidade é praticada com a utilização de quinze a vinte cabacinhas. Para um número maior que isso, faz-se necessária a ajuda de mais pessoas. Em algumas situações, esses instrumentos são perdidos. Se peixes grandes forem fiscgados é possível que os levem para longe

do campo visual do pescador, ocasionando a perda desse. Em alguns casos, peixes um pouco maiores arrastam a cabacinha e morrem tempos depois, sem que o pescador o encontre. Nessa modalidade de pesca, o leito do rio é utilizado como espaço para que seja praticada, diferente do “caboquinho” e espinhel, que são modalidades praticadas nas margens dos rios.

1.5. Caboquinho

O caboquinho e o espinhel são modalidades de pesca que precisam de anzóis, caniço e linha/barbantes. São praticadas geralmente por uma pessoa. No caboquinho, o pescador prepara vários caniços com anzóis de tamanhos diversos e os posicionam nas várzeas, igapós e margem do rio. São feitos caniços os quais são iscados com minhocas e enfiados na margem dos lugares citados anteriormente. Geralmente, esses são colocados dessa forma no fim da tarde e, dessa maneira, passarão a noite toda. Pela manhã, o dono pode verificar o resultado. Outra modalidade, utilizada mais frequentemente, é o uso de espinhel.

1.6. Espinhel

O espinhel consiste em um conjunto de anzóis amarrados em um barbante. Os tamanhos dos anzóis variam e são iscados com peixes pequenos, minhoca, intestinos de galinha e/ou outros animais. Os anzóis são amarrados à ponta de pequenos fios que, por sua vez, são amarrados a um barbante principal, mais grosso e forte, o qual varia de tamanho. Os espinhéis dos Tembé variam entre seis e quinze metros. Quanto maior, mais possibilidade de pegar peixes. Estes são posicionados nas margens dos rios e em alguns raros casos são colocados atravessados no rio, porém não obtivemos informações de espinhéis que ficasse nessa posição. Aquele é deixado no fim da tarde e verificado pela manhã. Há sempre o perigo de que os peixes capturados sejam comidos por piranhas durante a noite.

Atualmente, os Tembé reclamam da insuficiente quantidade de peixe da região. Apesar disso, ainda podem se alimentar de uma diversidade de espécies que estão presentes nos rios, lagos e igarapés. Existem os peixes grandes e peixes pequenos, os que causam “reima”/inflamação (MAUÉS, R. H.; MOTTA-MAUÉS, 1978) e os que são considerados

inofensivos à saúde. Falaremos sobre as espécies consideradas mais comuns entre o grupo.

Dentre as variedades de peixes, destacamos, primeiramente, o tucunaré. É muito apreciado e, geralmente, captura-se no verão, seja com pesca de linha, seja com tarrafa ou até com espinhéis, armados na margem do rio. O tucunaré é considerado um peixe nobre entre os Tembé. No período do inverno, o tucunaré entra para as áreas de várzea e igapó para reprodução.

Outro peixe não menos importante é o surubim. Pode ser capturado nas tarrafas, linhas e redes armadas em locais estratégicos dos igarapés, além do espinhel. O surubim é simbolicamente importante na cosmologia Tembé, como citado anteriormente. Isso pode ser verificado na Festa da Moça, por meio das pinturas corporais.

Além dos peixes já citados, pode-se encontrar ainda: o mandi, pacu, piau, traíra, cascudo, jeju, sardinha, piranha, bodó e poraqué. Além de arraia, caranguejo, camarão e tambaqui. Essa última espécie veio, segundo os Tembé, junto às grandes cheias no inverno, já que os criadores de peixe tiveram seus açudes estourados e o peixe saiu dos tanques para o rio Guamá. Essa espécie, segundo relata Piná Tembé, é um risco para as outras espécies de peixes, já que esse peixe é considerado predador, ocasionando a extinção de outras espécies. Essa espécie ao ser introduzida no rio Guamá pode provocar o desequilíbrio ecológico, já que não é uma espécie nativa da região, o que demonstra que a lógica de dominação do rio, operadas pelos agentes do mercado não considera a dinâmica e a ecologia do rio. Falaremos sobre esse ponto mais adiante.

As habilidades exigidas para pescar incluem também a cosmografia do rio (LITTLE, 2004), o qual é um espaço maior que o percebido em seu curso normal. A categoria “conhecer o rio” vai muito além de se pensar em relação a esse no período de verão, momento em que se tem pouca água e assim não há necessidade de pesca no interior da mata, local invadido pelas águas do Guamá.

No período de cheia, o rio toma conta de um espaço muito grande das matas existentes na T.I. Alto Rio Guamá. Um conjunto de igarapés, lagos, córregos e a várzea se formam nesse período. Assim, os Tembé veem a possibilidade de pesca em outros espaços, fora a rota comum do rio. O período de inverno é momento considerado difícil para a pesca, pois as

águas permitem que os peixes tenham mais lugares para se esconder.

No entanto, dizem os Tembé, que é um momento de enriquecimento do solo, para a agricultura e reprodução de frutíferas, que alimentam os peixes.

Existem bons pontos para as diversas atividades de pesca e geralmente os experientes pescadores conhecem os locais para preparar armadilhas, tanto para o uso da linha ou para o *matapí*. A atividade de pesca, assim como a atividade de caça, é antes de tudo uma atividade que permite a relação com bichos da água e do mato, considerando que os períodos de cheia permitem que os dois espaços, estranhos aos Tembé, se tangenciem, aumentando ainda mais o perigo para os humanos. Pois podem ser atacados por algum não-humano, o qual pode ter como morada aqueles espaços.

Cada pescador sabe que os bons pontos de jogar a tarrafa necessitam ser livre de galhos e/ou algum tipo de pau que possa forçá-lo a mergulhar para desembaraçar este instrumento. Geralmente, os Tembé preferem mergulhar ao puxar e, assim, não correrem o risco de danificar a tarrafa e a linha. Mas o mergulho para desemaranhar a linha ou a tarrafa é uma tarefa que causa certo receio, pois estes possuem um cuidado especial com cobras nos fundos de poços que ficam à beira de barrancos. Sales (1999) chamou atenção para a importância que os Tembé empregam aos poções. Os Tembé consideram as partes mais fundas do rio como poção. O “poção às vezes tem cobra morando, uma cobra grande não pode nem mexer, tem muita gente que já viu” (Pelé Tembé, entrevista, outubro de 2013). A seguir narrativa feita por Sr. Sebastião, presente nos escritos de Palheta (2011)

Cobra grande o pessoal mais velho eles contavam que na época deles, aqui no São Pedro e ali no medonho era o lugar mais perigoso que tinha para passar de canoa, que tinha que passar bem caladinho porque se não passasse calado, o jacaré ou a cobra vinha em cima pra querer pegar eles, eu não vi na época, mas todo os mais velhos contava, o meu avô, minha avó, os irmãos do meu avô que contavam, e eu acredito que era verdade porque até o ano de 2001 ou 2002 por aí assim, aqui nesse poço do São Pedro tem uma cobra, então todo ano que a enchente vai ser grande, ela alimpa o rio, o lugar, ela suja o rio todinho dum lado pro outro, sai aqueles monte de folha, sabe?, Tudo é

ela que tá limpando a casa que ela mora, todos os anos quando a enchente vai ser grande ela mexe, e cobra grande mesmo assim eu vi lá no medonho também , eu vi uma cobra, não tá com muito tempo não, eu vi ela. Tava grandinha já , ela tava com uma cabeça quase do tamanho dessa coisa aqui, do tamanho dessa bota aqui, eu vi um pedaço dela assim mais ou menos pra fora, ela vinha assim lá de dentro do baixo do rio pra dentro do rio, aí quando ela chegou bem no meio ela sentou, a história da cobra que eu tenho pra contar é essa, era muito perigoso aqui no medonho por causa das cobras, ela come gente essas cobra grande, ela não enfeitiça não, ela quer comer o sujeito. A jibóia também ela atrai as pessoa pra comer, o homem que não tá com muito tempo que morreu, o tio Zito ele foi caçar pra cá pra essas bandas e aí ele, dava uma volta e varava no mesmo lugar, aí ele dava uma volta e varava no mesmo lugar, aí ele já tava com umas quatro ou cinco volta, aí o companheiro dele chegou até que descobriram que era uma jibóia que tava atraindo ele pra comer, aí eles foram e mataram ela.” (PALHETA, 2011, p.15)

O relato acima mostra que os pescadores devem, antes de tudo, saber os lugares que onde estão os “donos do rio”. Geralmente, esse é um espaço controlado pela Mãe D’água. Mas além desse ser, existem também animais que controlam os espaços específicos. Assim, os pontos bons ou ruins também estão relacionados à presença de seres que possam causar adoecimento aos indígenas, e não apenas a quantidade de peixe capturado. Ir ao rio é uma atividade de predação, em que os humanos caçam o peixe, mas também podem ser caçados pelos seres que residem nesse espaço.

Consideramos que esses espaços constituem o que Littler (2004, p.254) denominou de cosmografia, “regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”, o que nos permite entender o campo das relações sociocósmicas Tembé e a forma como esses espaços são por eles vivenciados, carregados de sentidos simbólicos. Na cosmologia Tembé, o fundo, os espaços terrenos e aquáticos configuram-se em lugares de morada das *karuwaras* (Mãe D’água, cobra, jacaré e outros seres aquáticos); o céu mais alto, constitui-se em morada do herói cultural (Mayra pai) e dos grandes guerreiros; os espaços das estrelas, do

sol e da lua, onde vive Zahy e os seres que não colaboraram com os Tembé, mas também os seres vingativos (que causam doenças).

Ter respeito por esses lugares e saber como interagir com eles faz parte de um aprendizado desde tenra idade para o indivíduo Tembé. Nesse sentido, conviver com os rios, os igarapés, as várzeas, os córregos, os igapós e as matas requerem saber o funcionamento da dinâmica cósmica e como esses seres podem agir sobre os indivíduos. Ao identificar o momento certo de plantar e colher, de pescar de acordo com os fluxos de enchente e vazante e o tipo de peixe apropriado para não provocar a “reima”, pressupõe entender como o ciclo da lua interage e domina esses diversos espaços, o que impõe aos Tembé um dinamismo constante de negociação e cooperação entre o homem e a sobrenatureza (CASTRO, 2018).

A Mãe D’água, por exemplo, é o ser da cosmologia Tembé mais temido do rio. Ela controla os peixes e os demais seres que moram no fundo da água. Frequentar o rio é uma ação necessária aos Tembé, seja para ir à cidade - pois as aldeias nas quais realizamos atividades de campo não possuem maneira mais rápida que não seja atravessando o rio em uma pequena balsa ou canoa - seja para realizar atividades de pesca e até como transporte a fim de se dirigir às outras aldeias e comunidades não indígenas que ficam nas proximidades.

O rio já foi a principal via de locomoção do grupo. Os Tembé ainda recordam dos tempos em que seus pais desciam o rio para atividades comerciais em vilas e cidades como Ourém, as quais levavam doentes para os hospitais.

Todavia, o medo de ser acometido por ataques de algum bicho no rio é uma realidade marcante na vida dos *Tenetehar*, situação que leva, na maioria das vezes, o/a pajé a atuar com seus conhecimentos de ervas e contato com esses seres. No espaço das águas, a Mãe D’água possui sua aldeia e lá se organiza semelhantemente aos humanos. Quando o indivíduo Tembé tem sua sombra roubada e morre, ele é chamado para o espaço da aldeia, no fundo do rio, podendo ir morar com a Mãe D’água. No entanto, esse indivíduo se transformará em peixe. Vianna (2012) ao refletir sobre seres não-humanos entre os índios Baniwa afirma que:

O fato, porém, deles não serem humanos em sua forma corporal - o que não coloca em questão a condição humana essencial e inerente a

todos os seres animados - não explica muito sobre eles mesmos, pois não são somente eles que não o são, pelo contrário, todos os seres - e existem muitos - não o são, com exceção dos próprios humanos que assumiram esta forma externa propriamente. (VIANNA, 2012, p.123)

Vale enfatizar que os animais da água pertencem à Mãe D'água. Então, percebemos que os “donos” mantêm uma relação que pode ser comparada à forma de familiarização dos animais, assim como filiação adotiva (FAUSTO, 2008). As narrativas *Tenetehar* (Tembé e Guajajara) apresentam um ser controlador do espaço das águas chamado *Ywán*. Pode-se afirmar aqui que esse é semelhante ao dono do rio chamado Mãe D'água. Segundo Pelé Tembé

“Mãe D'água mora no rio, é como se lá tivesse um espaço embaixo do rio. O mundo dela. A gente fala que é no rio, porque quando a gente prepara um banho pra criança a gente banha a criança seis horas da tarde e derrama no caminho do posto, que os mais velhos diz que é por onde ela sobe, a gente faz e banha e joga no caminho do posto. E é verdade que depois que a gente faz e joga desaparece né? A gente não vê mais a doença já acabou. O menino vão tomar pra lá pra o igarapé e quando volta já é com dor de cabeça, febre. Lá é um igarapé, é porque todo bicho tem o seu lugar né, e quando vai para lá, toma a moradia dela e ela fica com raiva né, quem não fica com raiva quando perde a moradia.” (entrevista, outubro de 2013).

Percebemos que nessa narrativa de Pelé Tembé é retomado o debate sobre a perspectiva do grupo. De fato, quando a Mãe D'água tem sua casa invadida (o igarapé) ela ataca os não especialistas¹⁸⁴que se banham no local. Certamente, a subjetividade em questão submete os humanos a um processo de adoecimento que lhes causam dores de cabeça e febre.

184. Esta categoria se refere à questão característica “multinaturalista”, considerando a proposta de Castro (2002), que em suma considera que algumas práticas como a caça está inserida numa cosmologia de xamãs. Dessa forma, e nos apropriando desse raciocínio, incluímos a atividade de pesca, onde o pescador é um especialista que detém os segredos necessários para que sua relação com os não-humanos do espaço da água e seu próprio trânsito no espaço posso dar-se de maneira a manter sua integridade.

Essa condição física é diagnosticada pelo pajé como uma tentativa de roubo da sombra do humano pelo não-humano. Nesse caso, a definição de Mãe D'água pode ser assim pensada como uma *karuwara* que se torna perigosa para os humanos no que concerne ao contato de forma inapropriada. Castro (2002) aduz que

do lado do animismo, seríamos tentados a dizer que a instabilidade está no polo oposto, o problema aqui é administrar a mistura de cultura e natureza presente nos animais, e não, como entre nós, a combinação de humanidade e animalidade que constitui os humanos; a questão é diferenciar uma natureza a partir do sociomorfismo universal, e um corpo ‘particularmente humano a partir de uma espírito “público, transespecífico (CASTRO, 2002, p.365).

Assim, como para os demais seres, na cosmologia *Tenetehar*, a Mãe D'água se apresenta na forma de uma subjetividade natural, responsável pela construção e reconstrução de relações no âmbito Tembé com o espaço da água. Daí a necessidade de o grupo, constantemente, realizar momentos capazes de remodelar cada indivíduo a fim de fortalecê-lo diante dos perigos causados pelo contato com os outros. Os *causos* que falam de contatos malsucedidos entre humano e não-humanos apresentam, em sua maioria, situações em que a alteridade gera no seio da relação estabelecida entre os indígenas e os não-humanos, constantes perigos, pois como em um processo de caça tais entes possam perder aqueles que não são seus pares.

O momento da pesca é *a priori* o momento no qual a relação com o meio está ligada ao contato físico e simbólico da água com o indivíduo Tembé. Em que, por exemplo, não se deve entrar nas canoas calçado, pois pode “panemar” o evento da pesca. Espera-se também que a habilidade adquirida no decorrer da vida do indivíduo Tembé permita que este não seja flechado por algum “bicho” da água. Considerando que o ato de “flechar” é simétrico ao de roubar a sombra.

Dessa forma, tem-se a possibilidade de perceber que na cosmovisão do grupo o não-humano vê-se como humano. Por isso, os Tembé levam-nos a considerar que a Mãe D'água pratica uma atividade de caça, já que a flecha é um instrumento basicamente utilizado na caça e, principalmente, na guerra/nos conflitos. Nesse caso, estabelece-se

uma relação próxima tanto da atividade de caça (como foi falado anteriormente) como nas atividades de pesca, ambos como momentos de predação. Portanto, as proibições e os cuidados que se deve ter com as criaturas da água (sejam elas peixes ou cobras ou a Mãe D'água, presentes na cosmologia *Tenetehar*), seguem uma lógica particular, e sua transgressão tem como resultado principal o adoecimento.

2. A proteção do rio Guamá: por uma territorialidade Tembé

Em 2015, por ocasião de uma atividade de campo, na aldeia Sede, Piná Tembé apresentou-nos um levantamento de peixes, identificados pelos indivíduos Tembé das aldeias *Ytuaçu* e Sede, que apontavam escassez, redução e desaparecimento dessas algumas espécies do rio Guamá. Dizia-nos Piná, que a diminuição da ocorrência dessas espécies decorriam da expansão das áreas de pasto e da pressão das cidades sobre tal rio. Conscientes desses impactos para a reprodução dos peixes e da vida do referido rio, identificava Piná e outros indivíduos Tembé, que alguns fatores estavam determinando tal situação, entre outros, principalmente, o comprometimento da mata ciliar, reduzida em decorrência das áreas de pastagem, uso de agrotóxicos e da contaminação de matéria orgânica, do desmatamento de árvores frutíferas que estaria ocasionado a escassez de alimento para os peixes e a ação antrópica intensa em alguns trechos dos rios, com aumento de detritos, ocasionando o assoreamento em alguns de seus trechos.

A partir de tal levantamento e da percepção dos Tembé de que o rio estava morrendo, Piná inicia um processo de mobilização com os ribeiros, pescadores, quilombolas e prefeituras de Ourém, Santa Luzia e Capitão Poço. O propósito dessa mobilização era possibilitar o retorno dos peixes e a despoluição do rio.

Em seminário na Universidade Federal do Pará, Campus de Bragança, em 2016, Piná Tembé e seus alunos apresentam o projeto de “recuperação e despoluição” do rio Guamá. No seio das preocupações de Piná, dos professores indígenas e dos alunos que os acompanhavam estavam a necessidade de revitalizar o patrimônio biocultural da T.I. do Alto Rio Guamá. O que Piná e os outros professores Tembé ensejavam nesse seminário era obter “parcerias” para reflorestar as áreas degradadas, recuperar o solo e a mata ciliar, e proteger o rio Guamá, por meio

de um sistema sinérgico entre mata, rio e animais.

No mesmo ano de 2016, em reunião entre canoístas da cidade de Capitão Poço-PA e canoístas da capital deste estado, foram propostas atividades para ajudar a combater a pesca predatória e a retirada das matas ciliares no trecho que liga a comunidade ribeirinha de Boca Nova¹⁸⁵ e a sede do município de Ourém. Este trecho do alto rio Guamá compreende um espaço de aproximadamente noventa e cinco quilômetros, área muito relevante para os Tembé, colonos, ribeirinhos, quilombolas, e ainda grupos de pessoas que buscam neste longo trecho do rio diversão. Assim, foi programada uma atividade esportiva que objetivou descer o rio da comunidade de Boca Nova até a sede do município de Ourém.

A atividade esportiva supracitada visava a chamar a atenção das autoridades para a necessidade de fiscalização do rio no que diz respeito à pesca predatória, à retirada de matas ciliares e ao combate ao despejo de lixo no rio Guamá. Tais problemas são recorrentes naquele trecho do rio e, como era de entendimento de todos os grupos envolvidos na atividade, deveriam ser combatidos pela população em geral. No entanto, realizar atividades que demandem dedicação de tempo e investimento financeiro não é tarefa fácil, principalmente quando a questão é ligada ao ambientalismo. Por isso, à época, os canoeiros fizeram o convite aos Tembé para participarem do referido evento. É, nesse momento, que Piná Tembé assume a frente da organização dessa atividade. A participação de Piná Tembé é marcada por seu esforço para que tal evento acontecesse. Não é sem propósito que o mesmo foi o grande responsável pela mobilização de agentes sociais dos diversos grupos envolvidos nesta atividade que contou com a participação também de membros de secretarias municipais de meio ambiente, dos Municípios de Ourém, Santa Luzia do Pará e Capitão Poço.

Assim, o objetivo dessa atividade tinha como foco chamar a atenção para a questão ambiental na região, tendo como medidas de intervenção a colocação de placas que coibissem atos como a pesca predatória, o desmatamento de matas ciliares e o depósito de lixo nos rios. No entanto, consideramos que este momento que envolveu um grande grupo de pessoas, que contava com aproximadamente trinta embarcações, entre caiaques, canoas (a remo e rabetá) e lanchas, oficializou a fiscaliza-

185. Comunidade que fica na zona rural do município de Capitão Poço-PA.

zação e a campanha que já era feita pelos Tembé e parte de ribeirinhos que vivem próximos a T. I. do Alto Rio Guamá (TIARG). Frisamos isso, para chamar a atenção para a preocupação dos Tembé em liderar a atividade e fazer com que este momento tivesse um resultado positivo no que tange às recuperação, defesa e proteção do rio.

Isso talvez se explique devido ao uso do rio pelos Tembé, posto que grande parte de sua alimentação é retirada dele que fornece além de peixes alguns quelônios e demais animais que encontram no rio lugar para esconder-se e/ou onde conseguem se alimentar e reproduzir. Além de ser o rio um dos responsáveis pela fartura de frutas e demais produtos que podem ser coletados nas áreas de margens onde se formam as matas ciliares.

No entanto, o debate sobre a necessidade de cuidar e proteger o rio já estava, há muito tempo, em voga entre ribeirinhos e indígenas, principalmente, porque para esses a relação com o rio vai além da busca por água para irrigar lavouras, ou mesmo para servir de via para práticas de esporte (pensando no caso de canoístas). Assim, é diante da necessidade de se pensar a importância do rio Guamá para os Tembé que nos propomos refletir sobre a relação de dominação que predomina entre os agentes que vivem próximo aos Tembé tanto do lado esquerdo como do lado direito do rio.

Antes da criação do Posto indígena, por volta da década de 1940, os Tembé viviam nas “aldeias velhas”, que estavam na margem esquerda do rio. Ainda hoje essas aldeias são acionadas na memória Tembé como um espaço sagrado. Lá encontram-se os seus cemitérios e desenvolvem-se várias histórias das experiências afetivas que vivenciaram os Tembé. Quando eles foram expulsos dessa margem do rio e deslocados para o seu lado direito, resistiram a esse deslocamento, mas foram pressionados pelos agentes do Posto Indígena a assim proceder. Sobre suas antigas aldeias e nas suas cercanias, foram sobrepostas comunidades e a cidade de Capitão Poço e ergueram-se fazendas, sítios, moradas e intensa atividade agropastoril.

Com a pressão urbana e o desmatamento operados pelos fazendeiros e madeireiros, às margens do rio Guamá, os Tembé, ribeirinhos, colonos-pescadores e quilombolas, foram fortemente afetados, principalmente com a redução da pesca. Esses agentes do mercado, regidos pela lógica de dominação, estabeleceram com o rio uma relação violenta, brutal, lógica incorporada a partir dos imperativos capitalistas,

que impõe visões diferentes para se relacionar com a natureza (PLAS; PONTE, no prelo). Diríamos, portanto, que entre os Tembé essa relação se distingue da desses agentes, predominando a relação de negociação, de acordos e menos conflito com o rio.

Diferentemente dos Tembé, os agentes agropastoris e os cidadinos estabelecem com o rio certa ruptura, já que o rio é visto com um recurso morto, um espaço de lazer, um bem a ser explorado e consumido. Para os Tembé como para os ribeirinhos, quilombolas e colonos-pescadores a relação com o rio perpassa por questões cosmológicas que permitem que sua gestão se ampare em suas práticas culturais e seus aspectos identitários, demarcando assim, o modo de vida tradicional. Por isso, que podemos nos deparar como situações em que os Tembé, juntos com os ribeirinhos, planejaram, em diversos momentos, iniciativas para a proteção do rio através da fiscalização do mesmo com pequenas embarcações em períodos de piracemas de algumas das espécies, impedindo as retiradas de árvores das margens e impedindo a pesca considerada predatória.

Diante disso, essas situações nos levaram a dar mais atenção às questões ligadas à gestão do rio pelos Tembé e, mais que isso, a pensar, inclusive, sobre a importância desse para este povo Tupi, questionamento que nos direcionou a analisar que a proteção do rio Guamá para os Tembé faz parte de um processo de territorialização, já que para eles e para os demais sujeitos que dependem do rio, o rio é vivo, ele age e tem subjetividade.

Embora a T.I. do Alto rio Guamá, tenha seu limites definidos juridicamente, a territorialidade Tembé se expande para além desses limites, tendo na cosmografia do rio, como salienta Little (2004, p. 260-263), “as regras concretas para organizar as formas de apropriação da natureza, o que significa que existem diferentes maneiras de apropriação articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas”. Isso nos remete ao que nos disse Nielson Tembé,

porque a gente como indígena, nós não... a gente não vive sem ter um mato desse aqui, porque já pensou a gente num lugar desse sem ter nada. Sem ter a caça, sem ter o mato pra gente sobreviver, porque a gente sobrevive... a natureza dessa aqui é muito boa, pra gente ter uma natureza dessa aqui, num tem ‘cumo’. Não tem como a pessoa sobreviver porque, eu acho que até os igarapé não existe mais, porque não

tem ‘cumo’, não tem uma nascente pra dá água, como é que uma caça, uma pessoa vai sobreviver em um lugar que não tem nada, né ... (Entrevista em julho de 2017)

O espaço do rio para os Tembé é um espaço sagrado, o que requer habilidade, método e conhecimento para “saber lidar com rio”, com a variedade de peixes, furos, poços, igapós, igarapés e demais seres como as *Karuwaras*. Esse conhecimento/saber do rio não é um conhecimento medido pela ciência, mas um saber coletivo, um bem intangível (CUNHA, 2007), sendo, portanto, a produção desse espaço expressão da territorialidade, que não se constitui por um aporte jurídico, conforme se refere Little, (2004, p. 265), “mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território”.

Por isso, a preocupação dos Tembé em proteger e fazer a gestão do rio Guamá, já que esse bem coletivo, ou a ameaça de perda de sua integridade, interfere nas diferentes maneiras que têm os Tembé de se relacionarem com o rio e constituírem-se etnicamente.

Atualmente, a população de peixe neste trecho do rio Guamá, na parte da região que banha a Terra Indígena, ainda é considerada pequena, situação que vem mudando com a fiscalização do rio, pois já podemos nos deparar com relatos de maior quantidade de peixes, resultado da fiscalização do rio. Muitas pessoas vêm para as margens dos rios próximas das aldeias dos Tembé, a fim de realizar a pesca com visor, que consiste no mergulho e captura de peixe com ajuda de um arpão atirado por um dispositivo que possui um formato de arma de fogo (semelhante a uma espingarda, porém mais curta). O arpão fica amarrado ao dispositivo por um fio e nem sempre o pescador obtém sucesso nas suas pescarias. Às vezes, acertam os peixes, causando-lhes ferimento, mas tal medida é insuficiente para matá-los imediatamente e assim esses ficam feridos e morrem tempos depois. Aqueles que escapam ficam assustados e, segundo os Tembé, os peixes fogem para lugares escondidos, tornando a pesca uma atividade sem sucesso. Por isso, essa modalidade de pesca é considerada proibida neste trecho do rio Guamá, apesar de termos relatos de alguns pescadores praticando essa modalidade, situação que inviabiliza a tradicional pesca com arco e flecha, por exemplo, a qual, inclusive, já caiu em desuso entre os Tembé do Guamá.

Apesar disso, a pesca com arco e flecha é lembrada com saudosismo entre membros do grupo, que segundo seu Zé Preto

“Quando eu cheguei aí ainda vi muita gente pescando de flecha, agora ninguém vê mais peixe não, antes não, antes você chegava tinha muito peixe. Agora você passa o dia na beira do rio e nada, não vê uma piaba para flechar. Nesse tempo tinha peixe, você chegava assim mês de novembro, seis horas da tarde, num poção daquele, você olhava a água tava escumada. Você olhava era só o coro de pirapitinga, podia puxar a flecha aqui e soltar sem olhar que tava lá, já tinha um flechado. O peixe da flecha era o pacu, tucunaré, pirapucú é os peixes da flecha porque são grande.” (entrevista, março de 2013).

Como vimos, a memória Tembé sobre o rio Guamá atualiza seus saberes e inúmeras vivências que demarcam sua cosmografia. É a percepção de ameaça de morte do rio que os leva à sua defesa e proteção, possibilitando maior consciência da importância do rio. As articulações com outros grupos que compartilham de cosmovisões comuns, como os ribeirinhos, os colonos-pescadores e os quilombolas que ali residem, auxiliam-nos a confrontar a lógica de dominação empregada pelos agentes do mercado e dos citadinos que sobre o rio pensam não existir outros seres, vida e outras formas de produzir subjetividades.

Considerações finais

Os saberes sobre o rio, entre os Tembé, pressupõem relações on-tológicas com os seres que vivem no rio Guamá: peixes, Mãe D'água, cobras, jacarés, entre outros seres, têm lugares específicos para morar. A Mãe D'água, o ser mais temido na cosmologia Tembé, controla o rio, determinando seu uso e estabelecendo diferentes maneiras do indivíduo Tembé pescar e se alimentar. É uma relação que pressupõe acordos, limites, negociação, o que de certa forma, cria uma lógica de cooperação entre humanos e não-humanos.

O espaço da água se constrói na dinâmica da predação (FAUSTO, 2008), já que entre o indivíduo Tembé e os “donos do rio” há uma relação de reflexividade entre sujeitos, o quer dizer que tanto os humanos podem ser afetados por esses seres, adoecer ou ficar “panema” como

os não-humanos também. Conhecer a dinâmica do rio; os períodos de vazantes e enchentes, como os peixes se reproduzem e se alimentam, os lugares onde se deve e como se deve pescar é um conhecimento que desde tempos idades é repassado para os Tembé, por isso que gestar o rio é uma tarefa coletiva, como também uma forma de gerar relações de afinidade, premissas ontológicas sob as quais se constroem os mundos amazônicos (CASTRO, 2002).

A percepção entre os Tembé da redução, extinção de algumas espécies de peixes e ameaça da morte do rio Guamá os fez confrontarem-se com a lógica de dominação sobre o rio, lógica presente entre os agentes agropastoris que vivem nas cercanias das aldeias e da T. I. do Alto Rio Guamá. O desmatamento intenso, a redução da mata ciliar, o lixo abundante, com assoreamento de um trecho do rio são efeitos dessa forma de relação violenta que esses agentes estabelecem com a natureza. Vistos como um recurso, não o percebem como um ser vivo, não o tomam como um parceiro, agem sobre ele como mercadoria.

A preocupação em proteger o rio para os Tembé vai além da necessidade de sobrevivência, implica, por um lado, demarcar sua cosmografia, sinalizando para os lugares da memória, das experiências, dos saberes, das trocas afetivas e da identidade. Por outro, nas posições políticas, já que as experiências, vivências e saberes que se expressam na territorialidade desse povo, permitem-lhe acionar outras formas de produzir o território, as quais são compartilhadas por cosmovisões comuns com ribeirinhos, colonos-pescadores e quilombolas. No seio dessa articulação está em jogo a defesa do território e suas fronteiras, sendo o rio Guamá a fronteira que une e separa dois mundos no universo amazônico: a dos povos que dependem da floresta e do rio para dar sentido ao seu mundo, e dos agentes do mercado que pressupõe aludir a formas de existência sem deles prescindir.

Referências

- BOUDIN, Max. Dicionário de Tupi moderno (dialeto Tembé/Tenetehara do Alto Rio Guamá). São Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

CAMARGOS, Quesler Fagundes & DUARTE, Fábio Bonfim. Evidências da Estrutura Bipartida do Vp na Língua Tenetehára. Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros Ensaios de Antropologia*. 522 páginas. São Paulo: Cosac e Naify, 2002., São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

_____. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo, SP: UBU Editora, N-I edições, 2018.

COSTA, Francisco de Assis. Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Série III - Formação Histórica. Livro 1. Belém: NAEA, 2012a.

COELHO, José Rondinelle Lima. *Cosmologia Tenetehara Tembé: (re)open-sando narrativas, ritos e alteridade no Alto Rio Guamá PA*. 2014. 174 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CUNHA, M. (2007). Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. *Revista USP*, (75), 76-84. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>.

FAUSTO, Carlos. Donos demais: maestria e domínio na Amazônia. *MANA* 14 (2): 329-366, 2008, 2010.

LITTLER, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

PLAS, Philippe; PONTE, Vanderlúcia Silva da. O rio, ator do território Amazônico. (no prelo). Submetido à *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Rurais*, 14 de janeiro de 2020.

SALES, Noêmia P. *Pressão e Resistência: os índios Tembé-Tentehrara do Alto Rio Guamá e a relação com o território*. Belém: UNAMA, 1999.

VIANNA, João Jackson Bezerra. *De volta ao caos primordial. Alteridade, indiferenciação e adoecimento entre os Baniwa*. Dissertação de Mestrado. PPGAS-UFAM, 2012.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, GEOPOLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS DO GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA AMAZÔNICA

Norbert Fenzl

Fernanda Nascimento

Introdução

O presente capítulo relata a experiência do projeto *Gerenciamento integrado e sustentável de recursos hídricos transfronteiriços na bacia do rio Amazonas, considerando as mudanças e a variabilidade climáticas*, financiado pelo GEF (Global Environmental Facilities), implementado pelo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e executado pela Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA, 2012).

A implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) transfronteiriça na Bacia Amazônica apresenta inúmeros desafios associados a aspectos tanto geopolíticos como socioeconômicos, impactos antropogênicos e climáticos desta região de alta complexidade.

A bacia é um sistema hidrológico único, de importância global, que atravessa as fronteiras nacionais de oito países - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela -, os quais decidiram criar uma estrutura regional de GIRH para atender às necessidades da população e do desenvolvimento sustentável na região amazônica (OTCA, 2012).

Em 1978, os oito países da bacia assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica e, posteriormente, criaram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como uma plataforma para o diálogo político e de cooperação regional. Como parte desse processo regional, os Países Membros aprovaram o Plano Estratégico (2004-2012) e, posteriormente, a Agenda de Cooperação Estratégica da Amazônia (2011-2018) que estabelece a visão, a missão e os objetivos estratégicos da OTCA e define eixos temáticos e atividades de cooperação. A água é particularmente enfatizada com o objetivo de adotar uma abordagem integrada para o gerenciamento de recursos hídricos na bacia (OTCA, 2012).

Nesse contexto, a OTCA solicitou apoio financeiro do GEF, em nome dos países amazônicos, para o projeto acima mencionado. Seu principal objetivo é desenvolver um Programa de Ações Estratégicas (PAE) para a Bacia Amazônica e criar um ambiente propício para sua futura implementação, fortalecendo a estrutura institucional regional para planejar e executar atividades de proteção e gerenciamento sustentável dos recursos hídricos da bacia de forma coordenada e consistente.

Para desenvolver o PAE, os países membros aplicaram a metodologia do GEF que, nos últimos 20 anos, tem ajudado países em todos os continentes a lidar com as preocupações internacionais com a água, desenvolvendo mais de 30 Análises Diagnósticas Transfronteiriças (ADT) e Programas de Ações Estratégicas (PAE), em resposta a problemas transfronteiriços compartilhados que afetam os grandes ecossistemas marinhos, águas subterrâneas, lagos e bacias hidrográficas do mundo.

No decorrer do desenvolvimento do PAE, os oito países membros da OTCA trabalharam juntos para identificar e analisar os problemas que afetam os recursos hídricos da bacia, baseados numa visão compartilhada, e definiram objetivos, estratégias e meios para enfrentar os problemas e encontrar soluções que foram listadas no PAE na forma de projetos específicos a serem implementados.

Esse processo foi concluído em 2017 quando os governos dos países membros aprovarem formalmente o PAE, garantindo assim apoio nacional, regional e internacional para implementar as ações definidas. Ao final de 2019, o GEF aprovou o PAE e as ações estratégicas a ser implementadas no decorrer dos próximos 4 anos (2020 – 2024).

1. Conceito e metodologia da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)

A Conferência das Nações Unidas sobre Água, realizada em Mar del Plata (na Argentina, em 1977) foi um marco histórico para a gestão de recursos hídricos, com o objetivo de aumentar a eficiência do uso da água no mundo e evitar uma crise hídrica global até o final de o século XX (UNO, 1977/1978/1982). Como resultado, o Plano de Ação de Mar del Plata, foi aprovado como a primeira abordagem internacional baseada nos princípios de uma Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e em:

- um conjunto de recomendações com os componentes essenciais da gestão da água;
- e doze resoluções sobre uma ampla gama de questões específicas como uso e eficiência da água; riscos naturais, meio ambiente, saúde e controle de poluição; política, planejamento e gestão; informação pública, educação, treinamento e pesquisa; e cooperação regional e internacional.

Até 2012, mais de 80% dos países fizeram progresso no cumprimento das metas básicas. Mas, a GIRH, como missão adotada para a gestão de recursos hídricos, ainda está longe de ser eficiente e os críticos do conceito apontam a falta de ações mais concretas na implementação da GIRH.

Na Conferência de Johannesburgo, em 2002 (UNO, 2002), surgiram novas exigências para uma GIRH, tais como:

- mudanças climáticas, adaptação às variabilidades climáticas;
- inclusão de questões como energia e segurança alimentar no conceito de GIRH;
- adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015. Para atender as metas do Desenvolvimento Sustentável, o conceito de GIRH deve considerar as lições aprendidas no passado e deve se adaptar ao crescente contexto social e político.

Resumindo, as lições da experiência passada mostram que uma GIRH eficiente precisa se concentrar na resolução pragmática de problemas com base em um processo que combina abordagens de cima para baixo e de baixo para cima.

Originalmente, o modelo de GIRH foi projetado para políticas e legislação sobre água; estrutura institucional; instrumentos técnicos; e investimentos em infraestrutura hídrica. Como resultado, a GIRH se concentrou mais no planejamento, reformas de políticas, leis e instituições em nível nacional e menos na solução pragmática de problemas.

No momento, é urgente atualizar a agenda da GIRH para se concentrar nas estratégias operacionais, a fim de cumprir não apenas os ODS sobre a água, mas também, metas relacionadas à água em outros ODS.

O conceito de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (GIRH) começou a ser amplamente utilizado desde a Conferência de Dublin de 1992 sobre Água e Meio Ambiente e a Cúpula do Rio das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (UNO, 2009; UNO, 2012) e, foi definido da seguinte maneira:

A GIRH...é um processo que promove a coordenação da água, da terra e dos recursos relacionados, a fim de maximizar o bem-estar econômico e social resultante de maneira equitativa, sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas vitais (GWP, 2012).

Hoje, a GIRH é o conceito mais reconhecido para a gestão da água (PNUD, 2006; GWP, 2012) e é usado em todas as organizações ou acordos internacionais que apoiam o planejamento de GIRH, como:

- A Agenda 21 [Artigo 18] 1992, declarou a necessidade de planos nacionais de GIRH até o ano 2000;
- A cúpula da World Summit on Sustainable Development (WSSD), África do Sul, de 2002;
- O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2006);
- O Programa Ambiental das Nações Unidas (PNUMA-GIRH);
- O Banco Mundial (BM);
- O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB 2006);
- O Conselho Mundial da Água (WWC);
- A Diretiva-Quadro da Água da União Europeia (EU WFD);
- A Parceria Global pela Água (GWP, 2012) etc.

A aplicação da metodologia GEF requer um levantamento atualizado das características gerais, biogeográficas e socioeconômicas da bacia amazônica.

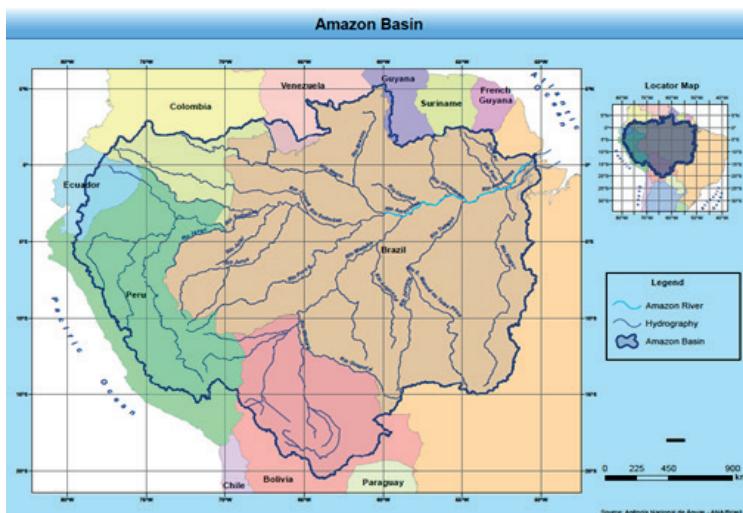
2. A Bacia Hidrográfica do rio Amazonas

2.1 Características Gerais

A bacia do rio Amazonas é a maior bacia hidrográfica do mundo e ocupa toda a parte central e oriental da América do Sul, da Cordilheira dos Andes até as terras altas da Guiana, no Norte, e as montanhas brasileiras, no sul. Ela ocupa 44% da superfície da América do Sul ($6.118.000 \text{ km}^2$), cobrindo partes da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e é caracterizada por uma grande variedade climática e de relevos, com elevações que vão desde o nível do mar, na foz do rio, até a 6.500 m acima do nível do mar, nos Andes peruanos (Fig.1) (ANA, 2002a).

Os níveis de precipitação variam de 200 mm por ano, nos Andes, a mais de 6.000 mm por ano, em algumas áreas das planícies amazônicas. Essas variações sazonais da precipitação surgem dos movimentos na zona de convergência intertropical (ZCI), com níveis máximos de precipitação ocorrendo de março a junho no hemisfério norte e, de dezembro a março no hemisfério sul.

Figura 1. Delimitação geográfica da Bacia Amazônica



Fonte: Agência Nacional de Águas do Brasil – ANA (ANA, 2002a)

Do ponto de vista hidrológico e político-administrativo, a distribuição territorial da Bacia Amazônica é bastante heterogênea. Em termos hidrológicos, a bacia possui uma área de 6.118.334 km², enquanto em termos político-administrativos sua área sobe para 7.413.827 km². É importante notar que Guiana, Suriname e Guiana Francesa não estão diretamente incluídos nos limites hidrográficos da bacia amazônica, porque seus principais rios drenam para o Mar do Caribe. Mas, do ponto de vista biológico, esses países fazem parte do chamado *bioma amazônico* (ANA, 2002a).

Alimentado por aproximadamente mil afluentes e se estendendo por cerca de 6.992 km, o rio Amazonas possui a maior vazão média do mundo, de 150 a 200 mil m³/s e descarga anual de 6,6 bilhões de m³ de água no Oceano Atlântico. Em épocas de alta vazão os níveis de descarga no Oceano Atlântico atingem 300.000 m³/s, enquanto o fluxo anual médio na região do delta flutua em torno de 200.000 m³/s (MARENKO e SPINOZA, 2015). O transporte de sedimentos para o mar varia de 400.000 a 1.000.000 de toneladas por ano (GIBBS, 1967; GUYOT, FILIZOLA e LARAQUE, 2005; SIOLI, 1984).

Quantidades excepcionalmente altas de transporte de sedimentos de 1.700.000 toneladas em Iquitos (Peru) e mais de 4.700.000 toneladas em Óbidos (Brasil) foram relatadas. As cargas de sedimentos atingem o Atlântico principalmente através do rio Amazonas e em quantidades menores através do rio Pará e seus afluentes. A profundidade média do rio Amazonas é superior a 200 m em alguns pontos, com velocidade média do fluxo de 1,5 m/s no Peru (GUYOT, 1993).

2.1.1 Qualidade da água dos rios amazônicos

Os rios amazônicos são classificados em: *rios de água branca* originários dos Andes peruanos e equatorianos com altas cargas de sedimentos e sais dissolvidos (por exemplo, Solimões, Amazonas, Madeira, Purús, Blanco, Juruá); *rios de águas claras* na Amazônia Central, com águas transparentes caracterizadas por um pH de 4,5 a 7,0 (por exemplo, Tapajós, Xingú, Trombetas, Tocantins) e *rios de águas negras* que brotam na Guiana e nos escudos centrais brasileiros que drenam áreas de vegetação baixa e solos arenosos. Sua cor escura vem da matéria orgânica decomposta em ácidos húmicos dissolvidos na água (por exemplo, rio Negro, Nhamundá e Maués) (SIOLI, 1960; SIOLI, 1968; SIOLI, 1975).

A poluição nesses rios é produzida principalmente pela extração de matérias-primas para exportação, como ouro, madeira, petróleo e vários produtos florestais; geração de eletricidade por grandes usinas hidrelétricas; aumento da produção pecuária e atividades agroindustriais; e intenso transporte por vias navegáveis interiores. O mercúrio da mineração aluvial de ouro é o principal contaminante da água, do solo e dos sedimentos da região (ANA, 2005; FILIZOLA, 2005; WASSERMANN, 2001).

2.1.2 Lençóis freáticos

As maiores reservas de água subterrânea estão localizadas na parte central da bacia sedimentar da Amazônia. Os principais sistemas aquíferos da Amazônia são o sistema Boa Vista, com cerca de 14.900 km² de área de recarga, o Alter do Chão, com aproximadamente 312.600 km², o Solimões, com uma área de recarga de 457.600 km² e, o Parecis, com quase 88.150 km² (WAHNFRIED, 2015).

2.1.3 Biodiversidade

O bioma Amazônia abriga cerca de 10% da biodiversidade conhecida no mundo. Das 5 a 30 milhões de espécies encontradas na região, apenas 1,4 milhão foi descrita: 750 mil insetos, 40 mil vertebrados, 250 mil plantas e 360 mil micróbios. Seis dos oito países membros da OTCA - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela - são considerados mega diversos por abrigar a maior diversidade de endemismos de espécies do mundo (OTCA, 2012).

Todos os países da Região Amazônica possuem extensas estruturas regulatórias baseadas em tratados e acordos ambientais multilaterais, particularmente relacionados à biodiversidade, água e mudanças climáticas.

2.1.4 Florestas e uso da terra

Embora ocupe apenas 6% da superfície do planeta, a Amazônia concentra mais da metade de suas florestas tropicais. A maior parte de sua cobertura florestal está localizada no Brasil (64%), seguida pelo Peru (10%), Colômbia (7%) e Bolívia (7%) (FAO, FRA, 2015) (Quadro 1).

Quadro 1. Total de Florestas na Amazônia (2015)



Fonte: (FAO, FRA, 2015).

Perto de 129 milhões de hectares das florestas do mundo desapareceram desde 1990, especialmente na América do Sul e África (FAO, FRA, 2015).

O sensoriamento remoto por satélite está se tornando cada vez mais importante para encontrar áreas degradadas e fornecer dados em tempo real sobre a extensão e a qualidade da cobertura florestal. Desde 2011, a OTCA tem uma iniciativa de monitoramento contínuo que fornece séries temporais confiáveis de desmatamento e degradação florestal na região, um indicador essencial para garantir que a floresta amazônica permaneça sustentável. O projeto “Monitorando a cobertura florestal e a mudança no uso da terra na Amazônia” produziu até agora dois mapas regionais de desmatamento da Amazônia para os períodos 2000-2010 e 2010-2013.

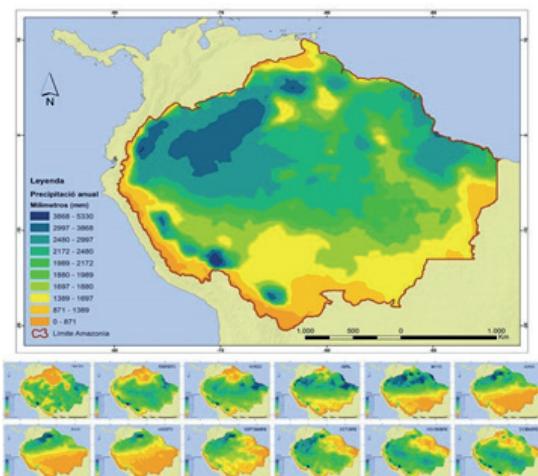
Essa iniciativa fornecerá uma base de evidências mais forte para os países membros projetarem e / ou implementarem políticas públicas destinadas a reduzir as taxas de desmatamento na Amazônia, bem como para o planejamento do uso da terra associado às mudanças no uso da terra.

2.1.5 Clima

A maior parte da Bacia Amazônica possui um clima tropical úmido que produz evapotranspiração intensa com precipitação substancial e

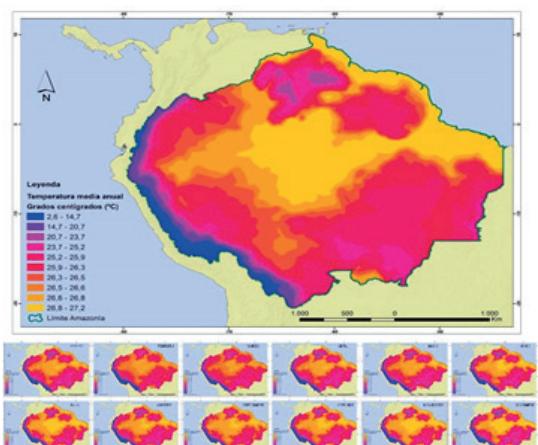
liberação de calor. A precipitação diminui para o oeste e é revertida no noroeste do platô boliviano e na região andina-bacia amazônica. Observações ao longo do século passado nos trópicos da América do Sul mostram que, enquanto a precipitação diminuiu, a temperatura aumentou 1,5 ° C desde 1970 (PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018) (Fig. 2, Fig. 3)

Figura 2. Precipitação anual na região amazônica



Fonte: (PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018)

Figura 3. Temperatura média anual na região amazônica



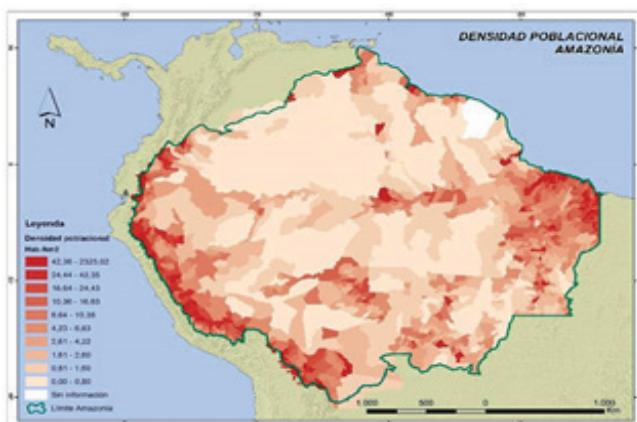
Fonte: (PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018)

Ainda se sabe muito pouco sobre os impactos climáticos e as características hidroclimáticas médias da bacia do rio Amazonas. No contexto de duas secas históricas e três inundações catastróficas (no período de 2005 a 2012), é importante mencionar os esforços de cooperação regional dos países membros da OTCA para instalar inicialmente uma primeira rede piloto de monitoramento hidroclimático no Brasil, Bolívia, Peru e Colômbia. Por meio da Ação Estratégica Implementando uma Rede de Monitoramento Hidrometeorológico na Bacia Amazônica, levando em consideração os resultados da iniciativa piloto proposta neste SAP (Programa de Ação Estratégica), a iniciativa será aumentada para o restante de seu território.

3. Contexto Socioeconômico e Institucional

Em 2012, a população da Amazônia, considerando-se todo o território do chamado Bioma Amazônia, foi estimada em mais de 44 milhões. No entanto, em 2007 a população da Bacia Amazônica, relativa ao território cobrindo apenas a bacia hidrográfica, foi estimada em 33.485.000. A população é heterogeneamente distribuída, com maior distribuição na planície atlântica e em direção à região andina da Amazônia (Fig. 4) (PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018).

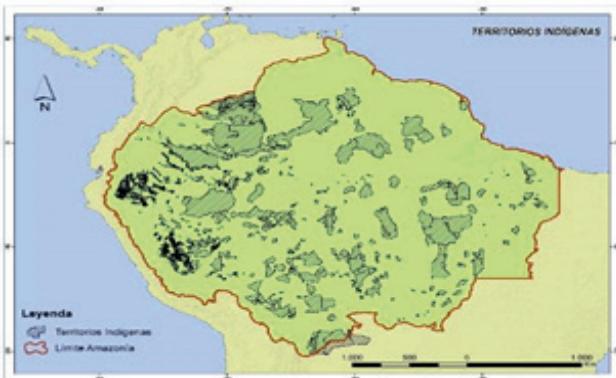
Figura 4. Densidade populacional da região amazônica



Fonte: (PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018)

Existem 420 povos indígenas diferentes, 86 idiomas e 650 dialetos na Amazônia (OTCA, 2012; PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018) que testemunham a diversidade cultural da região, sem mencionar aldeias isoladas e recentemente contatadas (Fig. 5).

Figura 5. Localização dos principais territórios indígenas na Amazônia



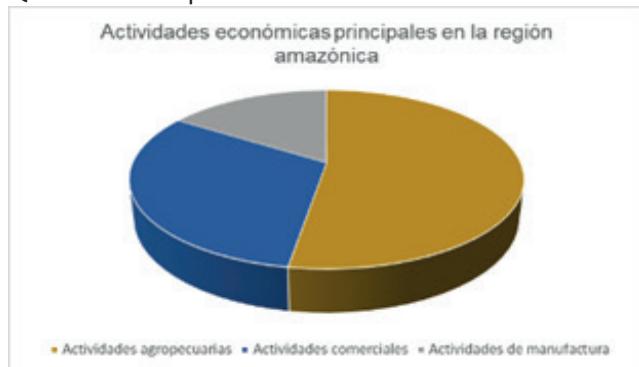
Fonte: (PABÓN, YCAZA, *et al.*, 2018)

Os principais centros urbanos da Amazônia são Manaus (2.182.763) habitantes e Belém (1.492.745 habitantes) no Brasil, Santa Cruz na Bolívia (1.545.648 habitantes) e Iquitos em Peru (432.476 habitantes) (IBGE, 2010; INE, 2008; INEI, 2014).

3.1 Atividades Econômicas

Dados do censo de 2010 a 2012 mostram que 6.085.256 pessoas trabalham em atividades agrícolas, silvicultura, pesca e caça. Esses são seguidos por atividades relacionadas ao comércio, fabricação e construção (PABÓN *et al.*, 2018) (Quadro 2).

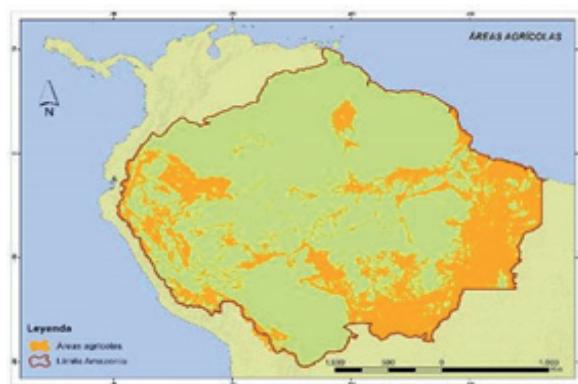
Quadro 2. Principais atividades econômicas na Amazônia



Fonte: (PABÓN, YCAZA, et al., 2018)

Aproximadamente 22% da superfície da Amazônia é usada para agricultura, principalmente, em pastagens, savanas tropicais e montanhas e, especificamente, nas terras altas do Altiplano boliviano e nos Andes orientais do Equador e Peru (Fig. 6).

Figura 6. Principais atividades econômicas na Amazônia

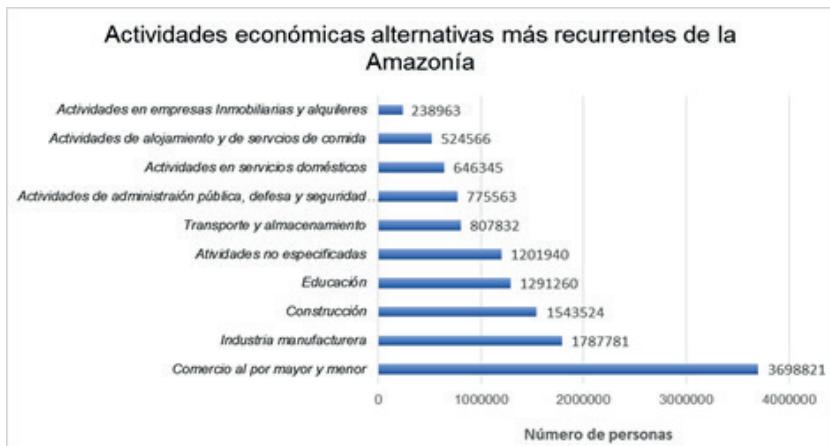


Fonte: (PABÓN, YCAZA, et al., 2018)

A extração de riqueza mineral é uma das principais atividades econômicas dos países amazônicos. Quase todos extraem minério de ferro e ouro. Os maiores campos de petróleo e gás estão localizados no Oeste,

aos pés da Cordilheira dos Andes, na Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Comércio, fabricação e construção são algumas das atividades econômicas alternativas mais importantes (Quadro 3).

Quadro 3. Atividades econômicas que não sejam agricultura



Fonte: (PABÓN, YCAZA, et al., 2018). Com base nos dados do censo de 2010 a 2012

3.2 Quadros Jurídicos e Institucionais

As estruturas legais e institucionais atuais para a gestão de recursos hídricos em cada país membro da OTCA refletem a diversidade de instrumentos legais (leis e políticas), que variam de acordo com seus diferentes modelos de Estado. Apesar das diferenças, eles compartilham certas tendências institucionais:

- A atual estrutura institucional de cada país membro é definida por sua constituição nacional.
- A maioria dos oito países possui constituições que identificam os recursos hídricos como um recurso estratégico de propriedade do Estado.
- Os textos constitucionais da Bolívia, Brasil e Peru atribuem especial importância às suas regiões amazônicas.
- Na maioria dos países, o gerenciamento da água é definido por leis e / ou políticas específicas de recursos hídricos.

- Apenas alguns países possuem sistemas específicos de gestão da água, como o Brasil (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH) e o Peru (Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos).
- Metade dos países possui instituições nacionais responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos: Agência Nacional de Águas (ANA-Brasil), Autoridade Nacional de Águas (ANA-Peru e Venezuela) e Secretaria Nacional de Água (SENAGUA-Equador). Nos outros países membros, os Ministérios do Meio Ambiente são responsáveis pelos recursos hídricos e pelo meio ambiente.
- A maioria dos países possui instituições técnicas nacionais responsáveis por meteorologia e hidrologia e possui instrumentos legais específicos que governam o gerenciamento de recursos hídricos na região amazônica e, alguns ainda estão sendo implementados.

Os oito países amazônicos têm diferentes graus de necessidades de desenvolvimento institucional, de acordo com suas políticas institucionais internas. Um problema muito importante é o fato de que todos os países, mais especificamente Bolívia, Guiana e Suriname, precisam desenvolver e / ou consolidar mecanismos de coordenação e proteção para a Bacia Amazônica.

Uma conquista importante é a criação das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da OTCA que são organismos interinstitucionais com atribuições relacionadas, entre outros, aos recursos naturais, incluindo-se os recursos hídricos. Por exemplo, os seguintes países já possuem ou estão em processo de implementação de sua comissão:

- Brasil: o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, órgão responsável pela coordenação do IWRM (Integrated Water Resources Management) no território nacional que reúne órgãos nacionais e federais;
- Colômbia: os conselhos da bacia amazônica e as comissões conjuntas da Amazônia que estão passando por um ajuste regulatório;
- Equador: ECOARAE, uma instituição governamental responsável pelo desenvolvimento da Amazônia;
- Peru: Os conselhos da bacia amazônica e os conselhos da sub-bacia amazônica estão em processo de implementação.

4. Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica

4.1 Metodologia

De acordo com a metodologia do GEF, o PAE requer a estruturação de uma cooperação política, institucional e regional dos países amazônicos baseada em

- Uma visão comum e compartilhada para gestão integrada de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável na Bacia Amazônica.
- Uma Análise Diagnóstica Transfronteiriça (ADT) regional que consolida os problemas transfronteiriços identificados por meio de workshops nos oito países com ampla participação das partes interessadas nacionais, bem como seus impactos ambientais, socioeconômicos e causas-raiz.
- Resultados e recomendações das atividades do projeto e outras iniciativas regionais desenvolvidas no âmbito da OTCA.

O PAE é um documento negociado e um instrumento orientador para atividades desenvolvidas pelos países membros e agências de cooperação regional que precisam ser apoiadas nos níveis mais altos de todos os setores governamentais relevantes dos países amazônicos. Estabelece estratégias e prioridades para a ação regional e aponta para alinhamentos políticos e legais em um contexto de fortalecimento institucional e de capacidade.

Os países membros da OTCA desenvolveram a seguinte *visão* como declaração básica sobre a importância do entendimento comum sobre os recursos hídricos da Bacia Amazônica:

Os recursos hídricos são estratégicos para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do povo amazônico. Esses recursos devem ser protegidos e conservados para usos múltiplos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras, respeitando a diversidade étnica e cultural e a soberania dos países membros. A gestão integrada dos recursos hídricos é possibilitada por meio de gestão participativa, troca de informações, pesquisa e medidas de adaptação para a variabilidade climática e mudanças por meio da cooperação regional e apoio institucional adequado.

4.2 Análise Diagnóstica Transfronteiriça

A Análise Diagnóstica Transfronteiriça é um documento técnico-científico que identifica, quantifica e estabelece prioridades para problemas relacionados à água de natureza transfronteiriça. A ADT está estruturada em dois pilares fundamentais: (i) as informações e experiência disponíveis sobre os vários aspectos da GIRH na Bacia Amazônica; e (ii) a participação dos principais atores nacionais regionais e locais da GIRH (organizações públicas e privadas, ONGs etc.), identificando os principais problemas transfronteiriços, seus impactos e causas subjacentes.

A ADT Regional da Bacia Amazônica foi preparada por meio de 11 workshops nacionais com a participação de mais de 470 representantes de instituições dos 8 países membros da OTCA e seus resultados foram oficialmente validados. Também se beneficiou das contribuições de atividades científicas e de demonstração implementadas no âmbito do Projeto Amazônia do GEF. Finalmente, a ADT Regional recebeu contribuições de consultores nacionais e dos pontos focais nacionais durante os Workshops de Validação em Brasília (20-21 de novembro de 2014) e em Bogotá (5-6 de maio de 2015).

4.2.1 Problemas transfronteiriços regionais prioritários

Com base nos 11 ADT- workshops nacionais, realizados nos 8 países amazônicos, foram identificadas cinquenta prioridades transfronteiriças críticas resumidas em nove PTRP (Problemas Transfronteiriços Regionais Prioritários), resumidos na Tabela (Tab. 1).

Tabela 1. Problemas Transfronteiriços Prioritários Regionais na Bacia Amazônica

- 1 POLUIÇÃO DA ÁGUA
- 2 DESMATAMENTO
- 3 PERDA DE BIODIVERSIDADE
- 4 EVENTOS HIDROCLIMÁTICOS EXTREMOS
- 5 EROSÃO, TRANSPORTE DE SEDIMENTOS E SEDIMENTAÇÃO
- 6 ALTERAÇÃO DE USO DA TERRA
- 7 PERDA DE GELEIRAS
- 8 GRANDES TRABALHOS DE INFRAESTRUTURA
- 9 GESTÃO INSUFICIENTE DE RECURSOS HÍDRICOS INTEGRADOS

4.2.2 Definição das principais causas-raiz

Durante os Workshops nacionais de ADT, as causas dos principais problemas transfronteiriços foram discutidas e listadas. Este é um passo metodológico importante e necessário para permitir a identificação e o desenvolvimento dos projetos que devem compor o Plano de Ações Estratégicas (Tab. 2).

Tabela 2. Causas-raiz de problemas transfronteiriços regionais prioritários

PROBLEMAS	CAUSAS RAÍZES	PROBLEMAS	CAUSAS RAÍZES
Poluição da Água	Pobreza nas comunidades e aldeias locais	Desmatamento	Crescimento e migração da população
	Crescimento populacional e migração		Pobreza
	Poder político e econômico centralizado		Fraca política de educação
	Escassez de educação ambiental e de uma cultura de água		Modelos macroeconômicos extrativistas
	Conflitos socioambientais e de posse da terra		Conflitos socioambientais
	Poucas oportunidades de emprego nas cidades e áreas rurais		Riscos e vulnerabilidade devido a mudanças climáticas
	Inovação tecnológica insuficiente		Geodinâmica e falhas geofísicas
	Escassez de capacitação e conscientização nas comunidades e populações locais		Gases de efeito estufa gerados pela atividade industrial
	Escassez de educação e cultura relacionadas à água		Desertificação
	Fraca presença do Estado nas comunidades e populações fronteiriças		

PROBLEMAS	CAUSAS RAÍZES	PROBLEMAS	CAUSAS RAÍZES
Perda de biodiversidade	Deslocamento e migração (forçada ou voluntária) das comunidades afe-tadas	Grandes obras de infraestrutura	Falta de planeja-mento
	Crescimento pop-u-lacional em centros urbanos		Crescimento po-pulacional e mi-gração
	Baixa densidade populacional nas zonas fronteiriças		Expansão urbana informal
	Pobreza nas comu-nidades e popula-ções locais		Modelos econômi-cos extrativistas
	Fraca governança para a conservação da biodiversidade		Impactos na segu-rança alimentar
	Cortar e queimar práticas culturais		Pobreza
	Informações insu-ficientes sobre os direitos das comu-nidades e popula-ções locais		Falta de educa-ção, capacitação e treinamento
	Inovação tecnológi-ca insuficiente		Conflitos sociais e ambientais

PROBLEMAS	CAUSAS RAÍZES	PROBLEMAS	CAUSAS RAÍZES
Eventos hidroclimáticos extremos	Crescimento e migração da população	Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos (GIRH)	Pobreza e desemprego
	Pobreza		Modelo econômico
	Falta de planejamento do desenvolvimento		Alienação cultural das comunidades nativas
	Falta de educação ambiental		Falta de informações e dados
	O fenômeno El Niño		Falta de capacitação e treinamento
	Variabilidade climática e mudanças climáticas		Conflitos sociais
	Fraca presença do Estado nas comunidades e populações fronteiriças		Variabilidade climática e mudanças climáticas
Erosão, transporte de sedimentos e sedimentação	Crescimento populacional	Mudança no uso da terra	Crescimento populacional e migração
	Pobreza		Pobreza e desemprego
	Geodinâmica e mudança climática		Falta de capacitação e treinamento
	Escassez de conhecimento		Falta de educação
	Escassez de tecnologia		Falta de tecnologia

4.2.3 Recomendações da ADT

Os resultados da ADT são consolidados e complementados por (i) resultados de atividades de pesquisas científicas realizadas no âmbito do Projeto GEF Amazônia; (ii) análise de estruturas institucionais e legais nos níveis nacional e regional; e (iii) uma série de recomendações produzidas pelos países durante o projeto, tais como:

- Fortalecer as capacidades institucionais, técnicas e administrativas das instituições nacionais responsáveis pela gestão dos recursos hídricos;
- Fortalecer as capacidades técnicas, financeiras e institucionais das principais partes interessadas da bacia;
- Promover sistemas regionais de monitoramento e vigilância dos recursos hídricos e fortalecer o Sistema Integrado de Informações sobre Recursos Hídricos;
- Criar um fundo para financiar a implementação de projetos de GIRH;
- Estabelecer princípios orientadores regionais e harmonizar critérios nacionais para a GIRH;
- Estabelecer princípios orientadores regionais para políticas públicas que permitam a GIRH;
- Promover uma cultura de água e educação ambiental;
- Criar sistemas de alerta precoce em bacias transfronteiriças e promover medidas e instrumentos de adaptação à variabilidade climática em bacias transfronteiriças;
- Fortalecer a comunicação, promoção e disseminação de políticas e estratégias públicas para recursos hídricos em bacias transfronteiriças;
- Fortalecer os mecanismos de coordenação institucional para a GIRH nos países amazônicos;
- Fortalecer os mecanismos de comunicação e troca de informações entre as instituições nacionais encarregadas de administrar os recursos hídricos; e
- Considerar formar um Comitê Diretor Permanente para coordenar a GIRH na Bacia Amazônica.

4.3 Programa de Ação Estratégica

4.3.1 Características de uma Ação Estratégica

As recomendações das partes interessadas nacionais para os nove Problemas Transfronteiriços Prioritários Regionais indicam claramente a necessidade de apoiar os Países Membros e a OTCA, fornecendo treinamento e fortalecendo suas instituições nacionais para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) na Bacia Amazônica, além de fortalecer seus direitos legais e estruturas institucionais (Tab. 3).

Com base na análise de problemas transfronteiriços e recomendações para o PAE, os países membros consolidaram três linhas de respostas estratégicas para orientar as ações estratégicas que precisavam ser formuladas e implementadas:

- **Fortalecer a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).** O principal objetivo é preparar os países para a cooperação e interação institucional no nível regional da Amazônia. As instituições nacionais envolvidas na cooperação regional precisam ter infraestruturas institucionais e recursos humanos compatíveis para garantir uma cooperação eficiente. Isso pode ser conseguido com a instalação de laboratórios, sistemas e equipamentos de monitoramento, além de treinamento, entre outros.
- **Adaptação institucional à variabilidade e mudança climática.** Na Região Amazônica, o maior desafio enfrentado pelas administrações locais é sua incapacidade de responder rápida e eficientemente aos eventos hidrometeorológicos extremos que afetam todos os países membros. Como resultado, secas e inundações causam enormes perdas econômicas e sociais para a população da região. Para enfrentar esse desafio, ações estratégicas implementarão sistemas de prevenção, alerta precoce e gerenciamento de riscos, bem como uma rede de estações hidrometeorológicas para melhorar a capacidade dos governos e pessoas locais de lidar com secas e inundações, mantendo as perdas no mínimo. Para ajudar a fortalecer a capacidade de adaptação institucional nos países membros, as ações estratégicas sob essa linha de resposta estratégica exigirão investimentos substanciais em infraestrutura e treinamento técnico.

• **Gestão do conhecimento.** Em cada país membro, instituições, entidades e organizações públicas e privadas técnicas produzem grandes quantidades de informações e conhecimentos sobre os recursos naturais e, especificamente, sobre os recursos hídricos da Amazônia. No entanto, é difícil acessar esse conhecimento e aplicá-lo à formulação de políticas devido à sua dispersão, comunicação e compatibilidade inadequadas entre os vários sistemas de informação e bancos de dados. Como tal, uma das recomendações dos países é criar uma plataforma de informação integrada para a GIRH e tópicos relevantes da Agenda Estratégica da OTCA. Ao mesmo tempo, apesar da extensa produção científica sobre a Amazônia, várias áreas do conhecimento permanecem inexploradas e requerem projetos de pesquisa específicos em consonância com as necessidades levantadas na Análise Diagnóstica Transfronteiriça. A Ação Estratégica para Expandir o Conhecimento Científico sobre Recursos Hídricos e os tópicos relevantes da Agenda de Cooperação Estratégica da OTCA na Amazônia respondem a esta recomendação.

A Linha de Resposta Estratégica consolida-se em também promover eventos culturais, educacionais e artísticos para aumentar a conscientização do povo amazônico sobre a importância dos recursos naturais, em geral, e da água, em particular, enfatizando a necessidade de preservá-los e usá-los de forma sustentável. O fortalecimento das estruturas institucionais e de gerenciamento também faz parte dessa linha de resposta.

Sequência lógica para formular ações estratégicas:



Tabela 3. Ações estratégicas por linha de resposta estratégica (SRL)

Linha de Resposta Estratégica	Problema Transfronteiriço	Ações Estratégicas
A) Fortalecendo a GIRH I.	I. Poluição da água	<p>1. Implementar um sistema regional de monitoramento da qualidade da água para os rios da Bacia Amazônica.</p> <p>2. um programa de uso e proteção de águas subterrâneas para o abastecimento público de água na região amazônica.</p> <p>3. Proteger, gerenciar e monitorar aquíferos nas bacias hidrográficas do Amazonas.</p>
	II. Desmatamento	4. Conservar e usar de modo sustentável os recursos hídricos nas cabeceiras e planícies da Bacia Amazônica, onde prevalecem os ecossistemas de pastagens e áreas úmidas.
	III Perda de biodiversidade	5. Reduzir a vulnerabilidade dos ecossistemas bioaquáticos na bacia amazônica.
	IV Erosão, transporte de sedimentos e sedimentação	6. Monitorar a erosão, transporte de sedimentos e sedimentação na Bacia Amazônica para ajudar a mitigar os efeitos negativos e maximizar os positivos.
	V. Mudança no uso da terra	7. Criar programa de ação para responder aos impactos da ocupação atual e da dinâmica do uso da terra nos recursos hídricos da Bacia Amazônica.
	VI Grandes obras de infraestrutura	8. Analisar os planos das grandes obras de infraestrutura propostas. Propor diretrizes, incluindo guias e condições técnicas e socioeconômicas.

<p>B) Adaptação às mudanças climáticas e variabilidade</p>	<p>VII. Eventos hidroclimáticos extremos</p>	<p>9. Desenvolver uma rede regional de monitoramento hidrometeorológico na Bacia Amazônica.</p> <p>10. Desenvolver sistemas de previsão e alerta para eventos hidroclimáticos extremos (secas e inundações).</p> <p>11. Implementar um modelo de gestão de riscos e aumentar a adaptação institucional às mudanças climáticas na Bacia Amazônica.</p> <p>12. e desenvolver o Sistema Integrado de Monitoramento de Vulnerabilidade e Adaptação às Mudanças Climáticas na Bacia Amazônica.</p> <p>13. Proteger as áreas costeiras afetadas pela elevação do nível do mar.</p>
	<p>VIII Perda de geleiras</p>	<p>14. e implementar medidas de adaptação para geleiras recuadas nos Andes.</p>
	<p>IX. Uma plataforma regional integrada de informações</p>	<p>15. Desenvolver uma plataforma regional integrada contendo informações sobre recursos hídricos na Bacia Amazônica.</p>
<p>C) Gestão do conhecimento</p>	<p>X. Fortalecendo o conhecimento científico e a transferência de tecnologia</p>	<p>16. Aumentar o conhecimento científico sobre recursos hídricos e tópicos relevantes da Agenda de Cooperação Estratégica da Amazônia da OTCA.</p> <p>17. Desenvolver sistemas de captação de água da chuva (RHS) para fornecer água potável a comunidades ribeirinhas isoladas da Bacia Amazônica.</p> <p>18. Implementar sistemas regionais de agro-tecnologia para hortas em sococas e pescarias em comunidades de florestas de várzea.</p>
	<p>XI. Atividades culturais e educacionais regionais</p>	<p>19. Promover atividades culturais, educacionais e artísticas regionais relacionadas aos recursos hídricos e mudanças climáticas na Bacia Amazônica.</p>
	<p>XII. Estruturas legais e institucionais</p>	<p>20. Apoiar o fortalecimento das estruturas institucionais e de gestão para melhorar a gestão dos recursos hídricos.</p>

Como um grupo, os projetos desenvolvidos no PAE consolidam as bases financeiras do Programa e as políticas necessárias para implementá-lo. Os orçamentos dos projetos foram revisados e ajustados em uma proposta financeira consolidada e integrada para o estágio da implementação do PAE que deve iniciar em 2020 de acordo com a previsão do GEF.

No caso do fortalecimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), as respostas para os vários problemas de governança virão do fortalecimento das instituições nacionais de GIRH na Bacia Amazônica.

A gestão do conhecimento foi definida como uma linha de resposta estratégica específica que atende a diferentes questões transversais: produção de conhecimento científico, sistematização e gerenciamento das informações geradas, transferência de tecnologia (sistemas de captação de águas pluviais e sistemas de agrotecnologia para hortas em socalcos) e preenchendo a lacuna educacional e cultural atividades relacionadas a recursos hídricos e problemas climáticos, todas mencionadas em todas as reuniões nacionais da ADT. Como tal, ações estratégicas precisarão ser propostas em resposta a essas preocupações.

Devido à própria natureza do PAE, as ações estratégicas devem ser basicamente regionais. Apesar de quaisquer ramificações nacionais ou locais que os projetos resultantes do conjunto de ações estratégicas possam ter, o objetivo final do PAE é consolidar a GIRH no nível regional da Amazônia.

Ao mesmo tempo, as ações estratégicas têm aspectos em comum: (i) fortalecem e promovem acordos e regulamentos estabelecidos entre os países membros da OTCA; (ii) estimulam a pesquisa científica e ajudam a consolidar uma Plataforma Regional Integrada de Informação, fortalecendo a gestão do conhecimento; (iii) fortalecem as instituições nacionais responsáveis pela GIRH na Bacia Amazônica; (iv) contribuem para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social na Amazônia; (v) obedecem às diretrizes de equidade de gênero; e (vi) produzem benefícios mensuráveis.

Referências

- ANA. Agência Nacional de Águas. A evolução da gestão de recursos hídricos no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA. Brasília, 2002a. Disponível em: <http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/CDOC/_Catalogo_imgs/A_Evolucao_da_Gestao_dos_Recursos_Hidricos_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 8 Março 2020.
- ANA. Agência Nacional de Águas. Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos. Ministério do Meio-Ambiente Brasília, 2005. Cadernos de Recursos Hídricos 1.
- FAO, FRA. Global Forest Resources Assessments. Forest Resources Assessment Country Reports 2015, 2015. Disponível em: <<http://www.fao.org/forest-resources-assessment/current-assessment/country-reports/en/>>. Acesso em: 8 Março 2020.
- FILIZOLA, A. M. Região Hidrográfica Amazônica. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília, p. Caderno Regional. Programa de Estruturação Institucional para a Consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos. 2005. (Relatório Técnico 2).
- GIBBS, R. J. The geochemistry of the Amazon River system. Part I. The factor that control the salinity and the composition and concentration of the suspended solids. Geological Society of American Bulletin, Part I. The factor that control the salinity and the composition and concentration of the suspended solids. Geological Society of American Bulletin, 78: 1203-1232., 1967. 1203-1232.
- GUYOT, J. L. Hydrogéocheimie des fleuves de l'Amazonie bolivienne. 2-7099-I 157-4. ed. Paris: Editions de L'ORSTOM, Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération, 1993.
- GUYOT, J. L.; FILIZOLA, N. E.; LARAQUE, A. Régime et bilan du flux sédimantaire de l'Amazone à Óbidos (Pará, Brésil) de 1995 a 2003. Sediment Budgets 1. IAHS Publ, v. 291, n. 347, 2005.
- GWP. Global Water Partnership. <https://www.gwp.org>, 2012. Disponível em: <<https://www.gwp.org/globalassets/global/toolbox/references/the-handbook-for-integrated-water-resources-management-in-transboundary.pdf>>.

ndary-basins-of-rivers-lakes-and-aquifers-inbo-gwp-2012-english.pdf>. Acesso em: 8 Março 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). www.ibge.gov.br, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 8 Março 2020.

INE. Instituto Nacional de Estadísticas de Bolívia. Censos, 2008. Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/salud/censos>>. Acesso em: 18 Maio 2015.

INEI. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA E INFORMATICA PERÚ. Sistemas de Documentacion Virtual de Investigaciones Estadisticas, 2014. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1157/libro.pdf>. Acesso em: 18 Maio 2015.

MARENGO, J. A.; SPINOZA, J. C. Extreme seasonal droughts and floods in Amazonia: causes, trends and impacts. INTERNATIONAL JOURNAL OF CLIMATOLOGY, 2015.

OTCA. Plano Estratégico da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (2004 -2012). Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília. 2012. (DOC/XXIICCA-OTCA/04).

PABÓN, J. D. et al. Vulnerabilidad de la cuenca amazónica ante fenómenos hidroclimáticos extremos. ISSN electrónico 2256-5442. ed. [S.l.]: Geogr. Rev. Colomb., v. 27, Número 1, p. 27-49, 2018.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água, 2006. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files>>. Acesso em: 8 Março 2020.

SIOLI, H. Amazon Tributaries and Drainage Basins. In: HASLER, A. D. Compling of Land and Water System. Berlim: Springer-Verlag, Berlin, 1975. p. 199-213.

SIOLI, H. Hydrochemistry and Geology in the Brazilian Amazon Region. Amazoniana, v. 3, p. 267-277, 1968.

SIOLI, H. Pesquisas limnológicas na região da Estrada de Ferro de Bragança, Estado do Pará-Brasil, v. 37, p. 1-73, 1960.

SIOLI, H. **The Amazon: Limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin.** [S.l.]: Dr. W. Junk Publishers, 1984.

UNO. IWRM guidelines at river basin level. Part 1: Principles. DUBLIN, 1992, 2009. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000186417?posInSet=2&tqueryId=c27a8633-2261-42c3-9b25-bc9d-0341c8f1>>. Acesso em: 8 Março 2020.

UNO. Report of The United Nations Joint Inspection Unit. Application by The United Nations System of The Mar Del PlaAction Plan on Water Development and Administration (JIU/REP/81/8), 1977/1978/1982. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/search/N-EXPLORE-03a453d-7-011d-4225-b2e5-d7bd91dc49eb>>. Acesso em: 8 Março 2020.

UNO. United Nations Conferences. United Nations Conference on Sustainable Development, Rio+20, 2012. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/rio20>>. Acesso em: 8 Março 2020.

UNO. World Summit on Sustainable Development (WSSD). Johannesburg Summit. Johannesburg, South Africa. 26 August - 4 September 2002, 2002. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wssd>>. Acesso em: 8 Março 2020.

WAHNFRIED, I. D. Informe Final das Atividades II.1.2 (AQUÍFERO AMAZONAS) e III.1.3 (MANAUS) do Projeto GEF Amazonas. OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Brasília. 2015.

WASSERMANN, J. C. E. A. O ciclo do Mercúrio no Ambiente Amazônica, Mundo e Vida, n. 2, p. 1-2, 2001.

AUTORAS, AUTORES

Amanda de Mesquita Cristo

Cientista Social (Bacharelado e Licenciatura) pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Discente, em fase de conclusão, nível Mestrado, do PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) da Universidade Federal do Pará. Membro do ACTA (Grupo de Estudos Ação Coletiva, Território e Ambiente). Possui experiência em conflitos socioambientais e mineração na Amazônia brasileira.

Bárbara Eleonora Santos Teixeira

Professora da rede pública de ensino do Município de Belterra (PA). Doutoranda do PPGEO (Programa de Pós-Graduação em Geografia) da Universidade Federal do Pará e integrada ao LEDTAM (Laboratório de Estudos e Dinâmicas Territoriais na Amazônia), Campus de Altamira/ Universidade Federal do Pará. Membro da REDEX (Rede de Pesquisa Xingu) e membro do GEPQAM (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais).

Caroline Betbedé

Mestre em Ciência Política, com menção “Cooperação Internacional e ONG”, pela Université Sorbonne Paris Cité (Paris 13). Autora de uma dissertação orientada por Julien Eyrard, intitulada Les alternatives aux réseaux conventionnels d'eau potable et d'assainissement au sein du Grand Lomé (2017). Trabalha atualmente na ADIE (Association pour le Droit à l'Initiative Economique) d'Aix en-Provence (France).

Clément Pin

Sociólogo e cientista político, membro do IDPS (Institut de Droit, Sciences Politiques et Sociales) da Université Sorbonne Paris Nord (Paris 13) e do LIEPP (Laboratoire Interdisciplinaire d'Évaluation des Politiques Publiques) de Sciences Po. Seus temas de investigação centram-se nas questões da governança territorial, implementação e avaliação das políticas públicas. Privilegia métodos qualitativos e pesquisa de campo no estudo de políticas urbanas, educação, ciência e inovação.

Douglas Cavalcante de Araújo

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (2016). Mestrando no PPGDR (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) / UEPB (Universidade do Estado da Paraíba). Têm experiência em geotecnologias aplicadas às análises de ambientes urbanos

e atualmente está desenvolvendo pesquisas sobre conflitos por recursos hídricos na perspectiva da ecologia política.

Fernanda Souza do Nascimento

Geóloga e Professora Adjunto III do IEG (Instituto de Engenharia e Geociências / UFOPA (Universidade Federal do Oeste do Pará). Membro do GEF Amazonas (Projeto Gestão Integrada Recursos Hídricos da Bacia Amazônica). Possui experiência na área de Geociências, com ênfase em Geoquímica de substâncias químicas inorgânicas e orgânicas no ambiente.

Gilberto de Miranda Rocha

Professor Titular do PPGEDAM (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) / NUMA (Núcleo de Meio Ambiente) / Universidade Federal do Pará. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, ocupante da cadeira número 22 - Jacques Huber. Com experiência em Geografia Política, atua principalmente nos seguintes temas: ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento na Amazônia.

Igor Martinache

Professor associado de ciências sociais na Universidade de Paris-Diderot e membro do CERAPS (Centre d'Études et de Recherches Administratives, Politiques et Sociales) / Université de Lille e do LADYSS (Laboratoire Dynamiques sociales et recomposition des espaces) / Université Paris-Diderot. Enquanto sociólogo e cientista político atua nos campos de investigação das políticas desportivas públicas, da sociologia dos partidos políticos e das políticas urbanas.

Isaac Fonseca Araújo

Professor efetivo da Rede Pública de Ensino do Município de Igarapé-Miri (PA). Especialista em gestão pública e sociedade com ênfase em economia solidária e território, pela UFT (Universidade Federal do Tocantins). Mestre em Ciências Sociais (Sociologia) e doutorando do PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) / Universidade Federal do Pará. Membro do ACTA (Grupo de Estudos Ação Coletiva, Território e Ambiente).

José Alexandre de Jesus Costa

Morador do Bairro da Pedreira, um dos 20 bairros que compõem a região geográfica da Bacia do Una em Belém (PA). É ativista da FMPBU (Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una) e denuncia as irregularidades e omissões no Projeto de Macrodrrenagem da Bacia do Una desde 2005, quando houve a primeira inundação após a conclusão das obras do referido projeto.

José Antônio Herrera

Professor Associado I da Faculdade de Geografia / Campus Altamira / Universidade Federal do Pará e professor do quadro permanente do PPGeo (Programa de Pós-Graduação em Geografia) / Universidade Federal do Pará. Coordenador do LEDTAM (Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia), Campus Altamira / Universidade Federal do Pará e da REDEX (Rede de Pesquisa Xingu).

José Jorge Alves Costa

Servidor Público da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Pedagogo e Sociólogo, Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política / Universidade Federal do Pará, onde defendeu a dissertação “Águas: Entre atores e conflitos – um estudo sobre a Elaboração e Formulação da Política Estadual de Recursos Hídricos no Pará”.

José Rondinelle Lima Coelho

Professor de História da Rede Pública de Ensino do estado do Pará. Especialista em Relações Étnico-Raciais, Mestre e doutor pelo PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) / Universidade Federal do Amazonas. Membro do NEPTA (Núcleo de Estudos de Políticas Territoriais na Amazônia). Pesquisador do GEIPAM (Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão).

Josinaldo Reis do Nascimento

Biólogo, Professor de Extensão Pesqueira do IFPA (Instituto Federal do Pará) / Campus Bragança. Doutorando do PPGH/USP (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). Membro do ETTHOS (Grupos de Pesquisa: Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social) e do ESAC (Estudos Socioambientais Costeiros).

Jurandir Santos de Novaes

Professora do ICSA/UFPA (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas / Universidade Federal do Pará) e do PPGCSPA/UEMA (Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia / Universidade Estadual do Maranhão). Membro do PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia). Experiência técnica e de pesquisa com os temas cidade, planejamento e participação; povos e comunidades tradicionais e grandes projetos.

Luis Henrique Cunha

Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atua no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG) e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Esta-

do da Paraíba (PPGDR/UEPB). Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos / Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Em 2013, fez estágio pós-doutoral na The School of Geography, Politics and Sociology da Newcastle University (UK). Desde 2004, colabora com as ações do Programa Água Doce, iniciativa do governo federal voltada à recuperação e implantação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas salobras e salinas no semiárido brasileiro.

Maria Dolores Lima da Silva

Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do PPGCP/UFPA (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política / Universidade Federal do Pará. Graduada em Ciências Sociais pela mesma, mestre e doutora em Ciência Política pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro). Pesquisa, orienta e publica sobre produção legislativa e sobre processos decisórios de políticas para o meio ambiente.

Marcelo do Vale Oliveira

Técnico em Assuntos Educacionais do Campus Bragança / Universidade Federal do Pará. Doutor em Sociologia pelo PPGSA / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / Universidade Federal do Pará. Membro do ESAC (Grupo de Estudos Socioambientais) e coordenador do projeto de extensão “Cursinho Popular Paulo Freire”, ambos na UFPA (Campus Bragança). Experiência com temas socio-territoriais em ambientes costeiros.

Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Professora Titular da Faculdade de Ciências Sociais e do PPGSA / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / Universidade Federal do Pará). Vice-coordenadora do ACTA (Grupo de Estudos Ações Coletiva e Pública, Território e Ambiente). Possui experiência no ensino e pesquisa atuando nos seguintes temas: sociologia política; sociedades e conservação ambiental; formação social e econômica da Amazônia; ação pública e territórios emergentes.

Monaldo Begot da Silva Junior

Servidor Técnico Administrativo em Educação da UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia. Doutorando do PPGDAM / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia / Universidade Federal do Pará. Graduado em Administração, Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela UFPA.

Norbert Fenzl

Professor Titular do PPGDAM / NUMA / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia / Núcleo de Meio Ambiente / Universidade Federal do Pará). Coordenador do GEF Amazonas (Projeto Gestão Integrada Recursos Hídricos da Bacia Amazônica), Consultor do CORDIS (Community Research Development Information Service) da União Europeia. Com experiência em gestão dos recursos hídricos atua principalmente nos temas Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Amazônia.

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Antropólogo, com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará e mestrado e doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é bolsista PNPD/CAPES do PPGSS / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social / Universidade Federal do Pará) atuando no GPPUMA (Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada) e no PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana) da Universidade Federal do Pará.

Pierre Teisserenc

Professor emérito de Sociologia da Université Sorbonne-Paris-Cité (Paris 13). Fundador do CERAL (Centre de Recherches sur l'Action Local), laboratório voltado para a formação de profissionais do desenvolvimento do território. Atualmente Professor Visitante do PPGDAM / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) / Universidade Federal do Pará. Professor Visitante (bolsa CAPES/FAPESPA) do PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) / UFPA, de 2016-2018.

Roberta Sá Leitão Barboza

Bióloga, doutora em Ecologia Aquática e Pesca pela Universidade Federal do Pará, docente da Faculdade de Engenharia de Pesca e do PPGLS / UFPA Campus Bragança (Programa de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia / Universidade Federal do Pará Campus Bragança) e do PPGEEA / UFPA Campus Castanhal (Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia). Coordenadora do ESAC (Grupo de Pesquisa Estudos Socioambientais Costeiros).

Roberto de Sousa Miranda

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. Tem ex-

periência em Sociologia Rural e em Ecologia Política. Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia e Doutor em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande. Estágio Pós-doc na Universitat Autònoma de Barcelona.

Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes

Professor do PPGDAM / NUMA / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) / Núcleo de Meio Ambiente / Universidade Federal do Pará) Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Diretor da ABCMAC (Associação Brasileira de Captação e Manejo da Água da Chuva). Líder do GPAC Amazônia (Grupo de Pesquisas Aproveitamento de Água de Chuva na Amazônia, Saneamento e Meio Ambiente).

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Professora da Faculdade de Serviço Social e do PPGSS / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) / Universidade Federal do Pará. Líder do GPPUMA (Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada). Atua no PARU (Programa de Apoio à Reforma Urbana). Doutora em Ciências Socioambientais pelo NAEA / UFPA (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia / Universidade Federal do Pará).

Thomas Ribémont

Diretor do IEE (Institut d'Études Européennes). Professor de Ciência Política e membro da equipe de pesquisa do projeto ICEE (Intégration et Coopération dans l'Espace Européen), Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Pesquisador associado ao CEPEL (Centre d'Etudes Politiques de l'Europe Latine), CNRS-Université de Montpellier 1. Pesquisador associado ao CERAL (Centre de Recherche sur l'Action Locale), Université Sorbonne Paris Cité (Paris 13).

Vanderlúcia da Silva Ponte

Professora da Faculdade de História, do PPLSA / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia / Universidade Federal do Pará Campus Bragança) e do PPGEEI / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar Indígena / Universidade Federal do Pará Campus Bragança). Líder do GEIPAM (Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão). Doutora em Sociologia pelo PPGSA / UFPA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia /Universidade Federal do Pará), em co-tutela com a Université Sorbonne – Paris – Cité (Paris 13).